

LUIZ ANTONIO VALENTE GUIMARÃES

DE CHEGADAS E PARTIDAS
Migrações Portuguesas no Pará (1800-1850)



Belém – Pará
2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

LUIZ ANTONIO VALENTE GUIMARÃES

DE CHEGADAS E PARTIDAS

Migrações Portuguesas no Pará (1800-1850)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação do prof. Doutor Antonio Otaviano Vieira Junior e coorientação do Prof. Doutor João dos Santos Ramalho Cosme.

**Belém – Pará
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Guimarães, Luiz Antonio Valente, 1970-

De chegadas e partidas: migrações portuguesas no
Pará (1800-1850) / Luiz Antonio Valente Guimarães. -
2016.

Orientador: Antonio Otaviano Vieira
Júnior;

Coorientador: João dos Santos Ramalho
Cosme.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História, Belém,
2016.

1. Pará - História. 2. Migração. 3.
Portugueses - Migração - Pará - Séc. xix. I.
Título.

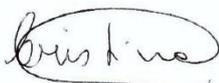
CDD 23. ed. 981.15



DECLARAÇÃO DE DEFESA DE TESE

Declaramos, para fins de direito, que os Professores Doutores relacionados abaixo participaram da Banca Examinadora da Tese de Doutorado do aluno **LUIZ ANTONIO VALENTE GUIMARÃES**, intitulada "DE CHEGADAS E PARTIDAS Migrações Portuguesas no Pará (1800-1850)", no dia 04 de maio de 2016, no Auditório do IFCH da Universidade Federal do Pará, às 10 horas.

- Antonio Otaviano Vieira Junior - Orientador - PPHIST/UFPA;
- João dos Santos Ramalho Cosme - Membro - Universidade de Lisboa;
- Oswaldo Mário Serra Truzzi - Membro - UFSCAR;
- Cristina Donza Cancela - Membro - PPHIST/UFPA;
- Edilza Joana Oliveira Fontes - Membro - PPHIST/UFPA.


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Cristina Donza Cancela
Mat. SIAPE 1152703
Coordenadora do PPGHIST

Aos meus pais Raimundo e Maria que me fizeram gostar de guardar na memória os relatos das coisas simples.

Aos meus irmãos e irmãs que são e serão sempre inspiração das minhas ações.

A minha esposa Edna, e minha “coleção” Lena, Mari e Luiz.

Agradecimentos

Ao longo desses anos em que me dediquei na elaboração da tese algumas pessoas e instituições foram importantes para a realização dessa pesquisa. Mesmo sabendo, que por descuido, corro o risco de não lembrar de alguns nomes ao elaborar esse texto, gostaria de reafirmar minha gratidão a todos.

Inicialmente gostaria de agradecer ao programa de pós-graduação em história social da Amazônia por ter aceito meu projeto de estudo e ao longo desses anos tenha ajudado transformar em realidade através dessa tese. Gostaria destacar os nomes dos coordenadores, o professor dr. Rafael Chabouleyron, a professora dra. Cristina Donza Cancela, e da secretária do PPHIST, Lílian Lopes, que sempre solícitos atenderam nossas demandas.

Gostaria de agradecer à Capes, que através de seu programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE, me permitiu realizar um estágio de pesquisa na Universidade de Lisboa, pelo tempo de oito meses. Nesse período foi possível não somente ter acesso a uma documentação essencial ao desenvolvimento da investigação nos arquivos portugueses, como experimentar à condição de imigrante nas terras lusitanas. Posso dizer, que essa foi uma das etapas mais intensas da produção dessa tese, e que durante esse tempo, algumas pessoas facilitaram e tornaram produtiva minha permanência em Portugal. Entre as quais gostaria de agradecer imensamente ao professor da Universidade de Lisboa, dr. João dos Santos Ramalho Cosme, que por vezes, fez muito mais do que as funções de coorientador. Foi amigo, solícito, extremamente generoso e facilitou-me, com suas indicações, circular por sua terra.

Aos professores do PPHIST, por terem generosamente acolhido e incentivado o desenvolvimento dessa pesquisa. Em especial gostaria de agradecer aos professores Karl Heinz Arenz, Willian Gaia Farias, Magda Ricci, Antônio Maurício Dias da Costa e aos já citados dr. Rafael Chabouleyron e a dra. Cristina Donza Cancela, por em suas aulas, terem tido oportunidade de apreciar e fazer importantes sugestões ainda no projeto inicial de pesquisa.

Ao professor dr. Antonio Otaviano Vieira Júnior, por ter aceito pela segunda vez orientar minha pesquisa. Agradecer a sua rigorosa atenção e o seu incentivo para que eu ampliasse o espaço da pesquisa através de um estágio de investigação nos arquivos de Portugal. Realmente, como várias vezes me fez ver, após o acesso a essa documentação daria uma outra imagem à tese. É verdade, “sair da zona de conforto”, e fazer essa etapa de estudo em Portugal, foi mais do que trazer para o corpo documental da tese fontes ainda pouco exploradas, foi viver

“uma fase da vida”. E por isso agradeço ao incentivo e a boa companhia ensinando-me a lidar com a documentação da Torre do Tombo, ou compartilhando um almoço no “bolo bolacha”. Foi um grande prazer ter a sua companhia, da Cristina e da Nina nessa viagem.

O doutorado, foi de fato mais uma fase da vida, e durante esse tempo compartilhei conversas e situações comuns com os colegas de estudo, por isso gostaria de agradecer a companhia nessa empreitada aos amigos: Anna Linhares, Rosa Cláudia, Itamar Gaudêncio, Dennis Bezerra, Rosangela, Myrtis e a todos com quem pude trocar algumas palavras.

Agradeço de forma muito especial ao RUMA, o Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia”, do qual faço parte. Através das reuniões realizadas nesse espaço, dividi discussões teóricas e documentação significativas para a realização dessa tese. Todos ali foram importantes, porém, gostaria de destacar os nomes de alguns amigos, que além dos diálogos coletivos se desdobraram em atender com seus arquivos pessoais ou indicação bibliográfica carências da tese. À Marília e Neto, sempre providenciais; ao meu “caríssimo” Daniel Barroso, devo grandes esclarecimentos, sugestões de leituras, análise dos “números” da tese. Ao João e seu singular conhecimento da vida religiosa na Amazônia; a minha colega imigrantista Anndrea Tavares, compartilhando angústias comuns sobre portugueses; e aos demais Patrícia, Renato, Roberta, Adnê, Alex, Helder, Conceição, agradeço a todos.

À Seduc e Semed de Barcarena, instituições onde tenho vínculo de trabalho, agradeço por terem me possibilitado as devidas licenças legais de afastamento, para que eu pudesse cumprir essa etapa de estudo. E a todos os colegas que nesses locais de trabalho tive a oportunidade de compartilhar a construção dessa tese.

À João Poça, que mesmo dentro de seus inúmeros compromissos, se dispôs em suavizar a leitura da tese com sua revisão textual.

Aos meus familiares que supriram minhas ausências e impedimentos decorrentes do exílio que a pesquisa por vezes impõe. Em especial aos meus pais Raimundo e Maria, inspiração por seus exemplos de vida; aos meus irmãos Manoel, Cláudio, Regina, Dalva e Raimundo (Dunga), por estarem sempre próximos e cúmplices nas batalhas da vida. A todos os sobrinhos, em particular a Marcelo Guimarães, meu fiel escudeiro desde o mestrado sempre disponível e prestativo no seu ofício de informática.

De forma especial, faço meus agradecimentos à minha esposa Edna e aos meus filhos Lena, Mariana e Luiz, meus grandes incentivadores do dia a dia. Essa tese foi uma fase de aprendizados para todos nós, aprendemos a sobreviver na distância. Muito obrigado a todos.

Resumo

A presente tese discute as migrações portuguesas para a capitania e depois província do Pará, entre 1800 e 1850. Nesse período marcado por rupturas políticas – com Independência do Brasil de Portugal e a Adesão do Pará ao novo país –, de eclosão de um movimento marcadamente antilusitano e que ganhou nuances de rivalidade extremada com a Cabanagem, ocupamo-nos em perceber as dinâmicas migratórias lusitanas no Pará. A partir de uma documentação privilegiada, que são os registros de passaportes emitidos em Portugal com destino à cidade de Belém do Pará, propomo-nos a quantificar inicialmente o fluxo migratório ocorrido entre esses dois espaços no período investigado. Em um segundo instante da investigação, desdobramo-nos em estabelecer um diálogo entre história serial e microanálise: dos 1339 indivíduos que imigraram para o Pará, seguimos as trajetórias de vida de alguns desses imigrantes de Portugal ao Pará. Negócios comerciais, arranjos familiares e estratégias de inserção econômica e social são entre outros temas discutidos ao longo dessa tese.

Palavras-chave: migração portuguesa, trajetória de vida, antilusitanismo, negociantes, Pará século XIX.

Abstract

This thesis discusses the Portuguese migration to the captaincy and then province of Pará, between 1800 and 1850. In this period marked by political ruptures - with the Independence of Brazil from Portugal and Pará Accession to the new country -, the emergence of a markedly antilusitanian movement and shades of extreme rivalry acquired through Cabanagem, we concern ourselves with the Lusitanian migration dynamics in Pará. Making use of privileged documents, which are the passport records issued in Portugal to the city of Belém do Pará, we proposed first to quantify the migration occurring between these two spaces in the investigated period. In a second moment of research, we proceed to establish a dialogue between serial and microanalysis history: of the 1339 individuals who immigrated to Pará, we follow the life paths of some of those immigrants from Portugal to Pará. Commercial business, family arrangements and strategies of economic and social integration are among other topics discussed throughout this thesis.

Keywords: Portuguese migration, life trajectory, antilusitanism, dealers, Pará nineteenth century.

Lista de Abreviaturas

ADB – Arquivo Distrital de Braga
ADF – Arquivo Distrital de Faro
ADL – Arquivo Distrital de Lisboa
ADP – Arquivo Distrital do Porto
ADVC – Arquivo Distrital de Viana do Castelo
AHD – Arquivo Histórico Diplomático
AHM – Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APEP – Arquivo Público do Pará
BGLP – Biblioteca do Grêmio Literário Português
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
CENTUR – Biblioteca Pública Arthur Vianna
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal

Lista de Figuras

Figura 1 -	Alvará regulando a expedição de passaportes e seus emolumentos – 13 de agosto de 1760	57
Figura 2 -	Pedido de Passaporte de Manuel Joaquim do Nascimento, 1804	66
Figura 3 -	Passaporte de José Freire da Silva, 1819	68
Figura 4 -	Livro de Registros de passaporte para fora do Reino – Arquivo Distrital do Porto – vol. 7	70
Figura 5 -	De onde vinham os portugueses que migravam ao Pará	101
Figura 6 -	Imagem: REIS FILHO, Nestor Goulart. <i>Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial</i> , 1999. Prospecto da cidade de Santa Maria de Belém do Gram Pará.....	126
Figura 7 -	Imagem: REIS FILHO, Nestor Goulart. <i>Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial</i> , 1999. Mapa da Cidade de Belém de 1773, segundo o projeto idealizado pelo engenheiro militar Gaspar Gerardo de Gronsfield	128
Figura 8 -	Imagem: REIS FILHO, Nestor Goulart. <i>Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial</i> , 1999. Plano Geral da Cidade do Pará de 1791. Por ordem de D. Francisco de Souza Coutinho, elaborado por Teodósio Constantino Chermont	130
Figura 9 -	Mapa do Movimento do Porto do Pará, ano de 1839	145
Figura 10 -	“Vende-se um bom escravo, oficial de serrador; quem o pertender comprar, pode dirigir-se a Francisco Gaudêncio da Costa & C ^a , para tratar do ajuste	146
Figura 11 -	Giuseppe Leone (Joseph León) Righini (ca. 1820-1884) A Panoramic view of the Bay of Belém do Pará – Brazil	149
Figura 12 -	Coluna de “Avizos”, Jornal Treze de Maio, 31/05/1845	150
Figura 13 -	Coluna “Movimento do Porto”, Jornal Treze de Maio, 11/07/1840	151
Figura 14 -	Galego Aguadeiro. Postal ilustrado. Fototipia litografada, c. 1910. In DIAS, Marina Tavares. Lisboa Desaparecida, vol. II, capítulo “Vendedores e Pregões”.....	161
Figura 15 -	Jornal Treze de Maio, nº 480, 20º trimestre, 08/02/1845. Acervo da Biblioteca “Fran Paxeco” do Grêmio Literário Português do Pará	163
Figura 16 -	Jornal Treze de Maio, nº 117, 5º trimestre, 7/7/1841 – Acervo da Biblioteca “Fran Paxeco” do Grêmio Literário Português do Pará	166
Figura 17 -	Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 161, doc. 12266	198
Figura 18 -	Capa de Rosto da “Subscrição e Socorros aos emigrados do Brasil”, publicada em 1827	214
Figura 19 -	Jornal Treze de Maio, 1º Trimestre, nº 25, 15/08/1840. Biblioteca Fran Paxeco, BGLP	246

Figura 20 -	Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa – Relação das pessoas que da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará se transportaram a Lisboa a bordo da Corveta Elisa. Documentos avulsos – Corveta Elisa	256
Figura 21 -	Jornal Treze de Maio, 04/05/1850 – nº 51, X ano. Biblioteca Fran Paxeco do GLP	271
Figura 22 -	Postal com fotografia do Largo de São Paulo, em Lisboa, no século XIX	272
Figura 23 -	Assinatura de Lúcio de Sousa Machado no “Protesto que fazem os Negociantes Portugueses estabelecidos no Pará contra o Governo Central do Brasil pelas perdas e danos que acabam de sofrer nos desastrosos sucessos de quatorze de agosto e seguintes”	274
Figura 24 -	Jornal “O Publicador Maranhense”, 08/11/1862	280
Figura 25 -	Jornal A Constituição, 05/07/1877, nº. 151, Ano IV – HBNB/RJ	289
Figura 26 -	Sepultura do negociante português Lúcio de Souza Machado existente no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade em Belém do Pará	289
Figura 27 -	Jornal O Liberal do Pará, 10/07/1877, nº. 154, Ano IX – HBNB/RJ ..	290
Figura 28 -	Anúncio do Jornal Treze de Maio de 1/7/1840, BGLP	311
Figura 29 -	Registro de Passaportes de Fortunato Alves de Souza – ADP, 1839, Livro 5	315
Figura 30 -	Jornal A Gazeta Oficial, 14/11/1859	318
Figura 31 -	Fortunato Alves de Souza e sua esposa Mariana Jacinta Machado e Souza, final do século XIX, em Lisboa	321
Figura 32 -	Capela da Fazenda Cafezal	325
Figura 33 -	Placa Comemorativa da Fundação do Grêmio Literário Português de 1906	327
Figura 34 -	Nota do Jornal O Século sobre o falecimento do comendador Fortunato Alves de Souza	329
Figura 35 -	Jazigo 4904 no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, onde se encontram sepultados os restos mortais do comendador Fortunato Alves de Souza	331

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Emissão anual de passaportes ao Pará	83
Gráfico 2 – Titulares e acompanhantes por sexo	92
Gráfico 3 – Imigrantes acompanhantes	95
Gráfico 4 – Imigração por sexo	96
Gráfico 5 – Faixa etária dos titulares	107
Gráfico 6 – Pirâmide Sexo-Etária dos Imigrantes Portugueses Titulares de Passaportes	109
Gráfico 7 – Estado conjugal	111

Lista de Quadros

Quadro 1 –	Genealogia da primeira geração da Família de Francisco Gaudêncio da Costa	143
Quadro 2 –	Portugueses Mortos nos ataques de Janeiro e de Fevereiro de 1835	242
Quadro 3 –	Ocupação dos Resgatados na Corveta Elisa.....	257
Quadro 4 –	Portugueses que foram resgatados na Corveta Elisa e depois retornaram ao Pará	260
Quadro 5 –	Movimento de negócios da firma Machado & Irmão	276
Quadro 6 –	Resumo da Pauta de Partilha dos Bens de Lúcio de Souza Machado	285
Quadro 7 –	Lançamentos de cobranças das Décimas dos Prédios urbanos de Belém	286
Quadro 8 –	Registros das embarcações que partiam da barra do Pará durante o período joanino	294
Quadro 9 –	Genealogia da Família de Antonio José Machado	309

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Demonstrativo da solicitação de passaporte por Distrito de Portugal – 1834-1850	21
Tabela 2 – Registro de Navios Saídos pelo Porto de Lisboa – 1839	76
Tabela 3 – Titulares e acompanhantes por sexo – 1800-1850	91
Tabela 4 – Perfil Socioprofissional do Migrante	115
Tabela 5 – Comerciantes Estabelecidos na Rua da Boa Vista do Bairro da Campina	131
Tabela 6 – Viagens de navios de Rafael Antonio da Costa	140
Tabela 7 – Naturalidade dos portugueses que se casaram na Paróquia de Santa Ana	175
Tabela 8 – Relação dos passageiros transportados em Março de 1824	206
Tabela 9 – Lista dos expulsos na Galera Maria	211

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas	10
Lista de figuras	11
Lista de gráficos	13
Lista de quadros	14
Lista de tabelas	15
Introdução	18
Capítulo 1	
1 - DE PORTUGAL AO PARÁ: DA MERCÊ DO ESTADO ÀS INICIATIVAS PESSOAIS.....	40
1.1 - Um percurso das mobilidades no Pará	48
1.2 - Migrar na forma da Lei	53
1.3 - Das queixas às burlas	71
1.4 - Os números das migrações	81
Capítulo 2	
PORTUGUESES NO PARÁ, ESTABELECIMENTOS E FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL.....	120
2 - O Pará como destino	120
2.1 - Migração e os negócios	124
2.2 - Os Negociantes.....	120
2.3 - Comerciantes e Caixeiros.....	148
2.4 - Outros ofícios	160
2.5 - Casar durante as migrações	169
2.6 - Filantropia e benemerência	183
Capítulo 3	
3 - TEMPOS DIFÍCEIS: A VOLTA DOS QUE PARTIRAM	191
3.1 - Mobilidades no tempo da Independência.....	194
3.2 - A Cabanagem e as migrações.....	225

Capítulo 4

4 - Em torno das trajetórias de vidas de imigrantes portugueses	264
4.1 - O Mercador: Lúcio de Souza Machado	265
4.2 - Militares e negociantes	291
4.2.1 - Camilo José de Campos	292
4.2.2 - Antonio José Machado	304
4.3 - De Caixeiro a dignitário: Fortunato Alves de Souza.....	314
4.4 - Encontros e desencontros nas trajetórias lusitanas	331
5. Considerações Finais	340
6. Fontes.....	345
7. Referências Bibliográficas	357

Introdução

“Eu também chorei muito, com saudades d’ella, nos primeiros oito dias, mas a viagem foi-se tornando trabalhosa, e os perigos presentes desvaneceram quasi as maguas da ausência. O amor de mãe não tem rival na terra, e por isso foi que a minha ficou inconsolável, e que eu me fui habituando tão cedo a passar sem ella.

Depois de uma viagem a que não faltaram à fome, a sede, as calmas e as tormentas, chegamos a essa formosa terra de Santa Maria de Belém do Pará, que tinha de ser testemunha dos meus altos feitos, e de me deixar um dia eterna saudade”.

F. Gomes de Amorim, *Cantos Matutinos*¹

Francisco Gomes de Amorim é autor e personagem das migrações portuguesas para a província do Pará nos meados do século XIX. Em 1837, com pouco mais de nove anos esse lusitano natural de A Ver-o-Mar, embarcava clandestinamente no brigue General Nepomuceno, com destino à Belém do Pará². A bordo do navio já se encontravam seu irmão Manoel Gomes Morim de 12 anos e José Gomes Morim de 14 anos. Sua trajetória no Pará, de certo modo, se aproxima das de outros milhares de imigrantes que deixaram Portugal na esperança de construir patrimônio nas terras Amazônicas. A tese que ora apresentamos se insere nesse universo das chegadas e partidas, num tempo de rivalidades afloradas. Veremos como os portugueses transitavam entre Portugal e o Pará no início dos oitocentos.

A presente tese é resultado do desdobramento do projeto inicial de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia intitulado “Entre os Negócios da Terra e da Cidade: redes sociais entre os negociantes portugueses na Província do Pará 1840-1890”. Essa proposta de investigação se baseava na trajetória de vida de um imigrante português chamado Fortunato Alves de Souza, que viveu de 1840 até os anos de 1885 no Pará. Além de um destacado proprietário de terras na região do Baixo-Tocantins, Fortunato se mostrava muito influente na comunidade lusitana.

Os limites para o desenvolvimento de uma pesquisa biográfica foram-se impondo à medida que avançávamos na busca pela documentação relacionada a Fortunato. Foi, então, que surgiu a possibilidade de ampliar o enfoque sobre as migrações portuguesas para a província

¹ Cf. GOMES AMORIM, Francisco. *Cantos Matutinos*. Lisboa: Typographia Progresso, 1858. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Cantos_matutinos.html?id=ZxwBAAAAMAAJ&hl=pt-BR.

² Ver. COSTA CARVALHO, José Rodrigo Carneiro da. *O Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998.

paraense na primeira metade do século XIX. A leitura do artigo que discutia os movimentos de embarcações e população no período joanino (1808-1821³) nos chamou atenção para dois pontos: 1) os pedidos de passaportes como fontes de pesquisa e 2) a ausência de trabalhos sobre as migrações lusitanas para os anos de 1800 a 1850.

Assim, essa pesquisa surge com o propósito de contribuir para a história das mobilidades lusitanas para a província do Pará na primeira metade dos oitocentos. O ponto de partida inicial residia num esforço de quantificar esse movimento migratório. Com base em um tipo de documentação específica, que eram as solicitações de passaportes de Portugal ao Pará, iniciamos um levantamento exaustivo nas fontes disponíveis.

Nesse sentido, procuramos reunir as fontes existentes nos arquivos de Belém do Pará, bem como nos arquivos portugueses capazes de produzir um registro consistente sobre as mobilidades entre esses dois territórios e, finalmente, seguir trajetórias individuais de imigrantes portugueses que se dirigiam para a província nortista no período em questão.

Neste estudo, partimos dos registros de passaportes extraídos da série de documentos avulsos do *Projeto Resgate* do Arquivo Histórico Ultramarino. Na documentação foi possível identificar 470 requerimentos de solicitações de passaportes e licenças de embarque com destino à capitania do Pará para os anos de 1800 até 1833, data limite da documentação.

Outra listagem de registros de passaportes foi produzida através de um estágio de oito meses de pesquisa em Portugal⁴, a fim de cobrir a lacuna existente na documentação no intervalo de 1834 a 1850. Período em que a emissão de passaportes passou a ser feita pelos Governos Civis portugueses, após as mudanças ocorridas com o término da guerra civil portuguesa (1832-1834). Essa documentação, ainda pouco explorada por investigadores no Pará, foi levantada numa consulta feita nos vários arquivos dos distritos portugueses que emitiram passaportes na primeira metade do século XIX.

³ Ver: VIEIRA JR., Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel Souza. Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, 27(1), jan.-jun./2010, pp. 193-210.

⁴ Entre janeiro e agosto de 2014, realizamos em Portugal, como parte dos estudos sobre imigração portuguesa na primeira metade do século XIX, um estágio de investigação como aluno de intercâmbio na Universidade de Lisboa, sob a orientação do professor Dr. João dos Santos Ramalho Cosme, pelo *Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE* da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), com vistas a ampliar o levantamento documental de fontes sobre a imigração portuguesa para o Pará, ainda não trabalhadas em outras pesquisas e não acessíveis ao pesquisador local, especialmente a partir do ano de 1834 até 1850, tendo como perspectiva o levantamento da documentação nos Arquivos Distritais e mais centros de investigação de Lisboa e Porto, tais como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Histórico da Marinha de Portugal e Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A metodologia de investigação foi feita através de uma identificação prévia da existência de livros nos acervos para o período correspondente aos anos da pesquisa⁵. Assim, localizamos os seguintes distritos: Faro, no Algarve; Viana do Castelo, Braga, Porto e Vila Real; no Norte; e Coimbra e Lisboa. Nas demais regiões, não havia indicativo de existir livros de registros de passaportes para o período investigado.

O resultado deste trabalho de investigação foi o seguinte: da região do Algarve, no arquivo distrital de Faro, foram localizados livros de registros de passaportes desde 1834, (dois livros: 1834-1840 e 1840-1869). Porém, a maior demanda de imigração era feita daquela região para a Espanha. As solicitações de passaportes para o Brasil somente aparecem para os fins do século XIX, e de forma específica para o Pará ocorre um registro no ano de 1878, bem distante do limite da pesquisa. Nos arquivos da região norte de Portugal, dedicamos esforços de investigação nos Arquivos Distritais de Viana do Castelo, Braga, Porto e Vila Real. Na grande maioria dos trabalhos que se dedicaram a estudar a (e)imigração portuguesa para o Brasil, tanto pesquisadores portugueses como brasileiros apontavam essa região como a de maior tendência migratória para o território brasileiro desde o século XVIII. Foi dessa região que localizamos o maior número de solicitações de passaportes com destino ao Pará para os anos do estudo – foram 767, corroborando com as tendências para o Brasil.

Na região central de Portugal ainda inventariamos os arquivos distritais de Santarém, Coimbra e Lisboa. O resultado observado foi que em Santarém havia livros de passaportes somente a partir do século XX, para o ano de 1913; em Coimbra, os livros estão digitalizados, com poucos registros de saídas para os anos anteriores a 1850, e finalmente Lisboa, cujo arquivo do Governo Civil se encontra agregado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontrando-se digitalizada a documentação sobre as mobilidades. Assim, foi verificada, para o período de estudo, a existência de dois livros de registros de passaportes, um para o ano de 1839 a 1843, seguindo-se uma lacuna e, depois, outro livro de 1850 a 1854, de um total de 24 livros até o ano de 1939.

É importante ressaltar que os livros de registros de passaportes constituíam somente uma parte da documentação a ser investigada em cada acervo trabalhado. Fora essa importante fonte, outros registros foram levantados, tais como correspondências oficiais e legislação

⁵ O estudioso português da Emigração portuguesa para o Brasil, Henrique Fernandes Rodrigues, produziu o trabalho *Emigração e Emigrantes: Vale do Lima no século XIX*, obra de restrita tiragem, lançada através da Câmara Municipal de Viana do Castelo, em 2006. Nesse trabalho, o autor dedica atenção a produzir um inventário do potencial da emigração através dos Livros de Registros de Passaportes existentes nos Arquivos Distritais de Portugal. Essa obra foi importante para orientar a dinâmica do trabalho de pesquisa nos Arquivos de Portugal.

específica sobre migrações, estudos e levantamentos de dados acerca de pesquisas sobre mobilidades populacionais, monografias e almanaques mercantis locais. Além de perceber de forma muito concreta o significado histórico, através da arquitetura e dos emblemas locais como as ondas migratórias para o Brasil interferiram nas terras lusas.

Um quadro demonstrativo dessa investigação pode ser visto abaixo:

Tabela 1

Demonstrativo da solicitação de passaporte por Distrito de Portugal – 1834-1850

Distrito Investigado	Região	Pedidos	Situação da documentação
Faro	Algarve	-	2 livros (1834-1840) e (1840-1869), imigração para o Pará a partir de 1878.
Viana do Castelo	Norte	7	Livros desde 1834, com problemas na descrição para o lugar de destino, indicando por vezes somente Brasil e não especificando a província de interesse.
Braga	Norte	-	Não existem livros para o período da investigação, sendo de 1868 o mais antigo registro.
Porto	Norte	756	Existe uma rica documentação sobre mobilidade neste arquivo. Para 1834 a 1850, contam-se 20 livros, além dos Livros de registros; para anos posteriores, localizam-se os processos de passaportes.
Vila Real	Norte	4	De forma indireta, localizei dois livros de registros de passaportes para os anos de 1835 e 1837-1852.
Santarém	Ribatejo	-	Somente registros para o século XX.
Coimbra	Centro	7	Existe um livro digitalizado para o ano de 1835 a 1867.
Lisboa	Centro	95	Em dois livros digitalizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo para os anos de 1839-1843 e 1850-1854.
Total		869	

Fonte: Registros de Passaportes do AHU/ADP, ADVR, ADF, ADVC, ADB, ADS, ADC, ADL.

Esse volume de 869 solicitações de passaportes de portugueses que tomavam como destino a província do Pará entre 1834 a 1850 se somam aos já levantados, 470 outros pedidos de viagens de 1800 a 1833, existentes na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. O resultado desse esforço de investigação sobre a imigração de portugueses para a província paraense se consolidou em uma base de dados com um total de 1.339 solicitações de passaportes

para titulares, num período compreendido entre 1800 a 1850, que corresponde ao recorte da investigação. Em torno dessa amostra, elaboramos um esforço de análise, a fim de construir um perfil do imigrante lusitano que se dirigia ao Pará na primeira metade do século XIX.

Esse banco de dados se constituiu como ponto inicial de uma investigação que visa estabelecer o nexos entre uma história quantitativa e as microrrelações⁶, através do estudo de algumas trajetórias individuais de imigrantes. Para esse segundo passo, valemo-nos de um conjunto diversificado de fontes nominais que resultaram na produção dos capítulos seguintes, principalmente o capítulo 4, em que as migrações coletivas são lidas através das trajetórias individuais. Nesse ponto, utilizamos registros de casamentos, óbitos, testamentos, inventários *post mortem*, registros de compra e venda, hipotecas, recolhimentos de impostos, como as décimas dos prédios urbanos, enfim, o recurso ao cruzamento de fontes cujo guia é o registro nominal⁷ do imigrante português no Pará.

Como foi apontado anteriormente, escrutinar os dados populacionais nos oitocentos é um caminho a ser construído, dada a limitação dos registros produzidos.⁸ Um primeiro obstáculo é demonstrar a representatividade desse volume de imigrantes portugueses para o conjunto da sociedade nos meados dos oitocentos. Essa tarefa não se mostrou das menos trabalhosas, pois os limites em definir o estrangeiro no Pará nessa época ainda são bem acentuados. Por outro lado, os registros populacionais do Pará ainda são muito escassos e, por vezes, controvertidos, no entanto existem alguns esforços na computação da configuração demográfica da população paraense.

⁶ Essa possibilidade metodológica tem gerado importantes contribuições para o estudo das migrações. Sobre esse aspecto, alguns estudos nos ajudaram a compor tal perspectiva de análise, a saber: KOK, Joan. Principles and prospects of the life course paradigm. Belin. *Annales de démographie historique*, 2007/1 – n° 113, pages 203-230. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-annales-de-demographie-historique-2007-1-page-203.htm>>; KERTZER, David I. Qualitative and Quantitative Approaches to Historical Demography. *Population and Development Review*, Vol. 23, No. 4 (Dec., 1997), pp. 839-846. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2137385>>. Além desses, as pesquisas dos historiadores italianos como possibilidade para o estudo das trajetórias de vida são de fundamental importância, entre os quais destacamos: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000; LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História italiana. Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; GINZBURG, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989; As coletâneas de textos traduzidos e simpósios sobre Micro-História, a saber: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da FVG, 1998; e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro e ALMEIDA, Carla M. (Orgs.). *Exercícios de Micro-História*. Rio de Janeiro, Editora da FVG, 2009.

⁷ Cf. GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como, troca desigual e Mercado historiográfico. In. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

⁸ Ver. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. *Op. cit.*

O espaço e o tempo: Portugal e o Pará nas migrações oitocentistas

O estudo das migrações para a província paraense no início do século XIX, ainda que se concentre numa região brasileira, constitui um esforço de aproximação dialógica entre dois espaços distintos. Na medida em que produzíamos um corpo documental que servia de embasamento para a investigação, dois lugares emergiram da solicitação de passaportes dos imigrantes lusitanos: Portugal e a província do Pará no início dos oitocentos. Partida e destino são dois pontos relacionais nos processos de mobilidades.

Como um fenômeno estrutural⁹, as migrações portuguesas transcorrem entre dois territórios que foram impactados por turbulências políticas e econômicas que atingiram de forma imperiosa as populações ali estabelecidas. Na Europa, as ações empreendidas por Napoleão levaram a corte portuguesa a adotar a estratégica medida de se retirar para o Brasil em 1808¹⁰. Essa saída, embora não fosse completamente desconhecida e proposta por membros do governo lusitano, ao ser colocada em prática impactou na vida das populações lusitanas.

As repercussões na metrópole lusa foram sentidas em vários setores da sociedade. De modo geral, a saída da corte, ao deslocar o eixo de poder para América, levando em sua companhia como parte da esquadra régia entre 4 e 7 mil pessoas¹¹, foi um dos primeiros impactos, porém, de longe, o mais preocupante dos problemas. Ocupadas pelas tropas francesas e depois, com o anúncio das medidas tomadas a partir do Rio de Janeiro, como a abertura dos portos, Lisboa e a cidade do Porto viam deslocar-se para outros pontos da Europa, como a Inglaterra, os espaços de investimentos que eram realizados naqueles portos.

Os anos que se seguiram foram de intensas agitações no território de Portugal continental. As guerras contra o domínio francês se estenderam até 1811, quando estes se retiraram de Portugal, sem, contudo, poupar o país da destruição de plantações e deslocamentos

⁹ Cf. CEPEDA, Francisco J. T. *Emigração Portuguesa: um fenômeno estrutural*. Bragança: Instituto Politécnico, Escola Superior Agrária, (Série Estudos, 28). 1995; GODINHO, Vitorino Magalhães. “L’émigration portugaise (XVe-XXe siècles) – une constante structurelle et les responses aux changements du monde”, *Revista de História Econômica e Social*, nº 1, 1978, pp. 5-32; MARTINS, Oliveira. Fomento Rural e Emigração. Lisboa: Guimarães & Cª Editores, 3ª Edição, 1994; ARROTEIA, Jorge Carvalho. A emigração portuguesa: suas origens e distribuição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Cultura, 1ª edição, 1983.

¹⁰ As comemorações do bicentenário da transferência da Corte portuguesa para o Brasil foram marcadas com a publicação de várias obras para celebrar a efeméride, entre as quais estão: LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil (1808-1821)*. Lisboa: ACD Editores, 200 anos, Portugal – Brasil, 2008; Exposição, D. *João VI e o seu tempo*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Palácio Nacional da Ajuda, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Maio-Julho de 1999; SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical, Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹¹ Ver: PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 188.

de populações em função dos conflitos¹². Nos anos 1820, o território português seria agitado pelas ideias liberais, que impuseram ao rei D. João VI uma Constituição e o seu retorno a Lisboa. Entre 1826 e 1834, as disputas pela sucessão ao trono colocaram, em lados opostos, liberais e defensores da monarquia miguelista. Durante esse período, milhares de indivíduos foram presos ou fugiram de Portugal acusados de “adeptos do liberalismo”¹³. Após a derrota das forças que apoiavam D. Miguel a partir de 1834, Portugal conhecerá um período de reestruturação dentro de uma ordem liberal, com a chamada “Regeneração” portuguesa¹⁴.

Não desconectado desses acontecimentos que se processavam na Europa, a província do Pará também vivenciou tempos agitados na primeira metade dos oitocentos. Após a transferência da corte para o Rio de Janeiro em 1808, alguns acontecimentos marcaram esses novos tempos. O primeiro foi a frequência de navios ingleses e norte-americanos que passaram a chegar ao Porto do Pará¹⁵, demonstrando os sinais da nova determinação que abria os portos do Brasil¹⁶. A segunda e mais aguda intervenção se deu após a declaração de guerra à França, que levou à ocupação da Guiana francesa pelas tropas anglo-lusitanas em 1809¹⁷. Esse episódio, que se estendeu até 1817, teve como espaço de desenvolvimento dos acontecimentos a província do Pará e foi responsável pelo circuito de mercadorias e de indivíduos na região de conflito¹⁸.

Porém, seria nos anos que se estenderam entre 1820 e 1840 que a província paraense conheceria uma fase aguda de tensões que afetaram sobremaneira a sociedade. Os ventos liberais que sopravam da metrópole lusitana, estendendo os “direitos dos portugueses europeus aos portugueses americanos”¹⁹, como parte do projeto vintista, anunciavam os tempos de

¹² Cf. MONTEIRO, Nuno G. O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834. Vol. 1. In. PINTO, António C. e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*. Lisboa, Fundación Mapfre, Objectiva, 2013. p. 52.

¹³ Idem. p. 69.

¹⁴ Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares. A Construção Nacional 1834-1890. In. PINTO, António C. e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*. Lisboa, Fundación Mapfre, Objectiva, 2013. p. 20.

¹⁵ Por meio dos registros de embarcações que circulavam pela barra do Pará, são anotados 7 navios estrangeiros entrando no porto de Belém em 1809, sendo 4 de bandeira inglesa e 3 dos Estados Unidos. Ver Arquivo Público do Estado do Pará, Registros Códice 645, série: abaixo-assinados da navegação com o comandante da fortaleza da Barra (1808-1832).

¹⁶ Ver: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos P. (Orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Editora Objectiva, 2008. p. 18.

¹⁷ Idem, p. 235.

¹⁸ Cf. REIS, Arthur C. F. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa* (Serviço de documentação). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, (Os cadernos de cultura), 1953. RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. 2 (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 192.

¹⁹ Ver COELHO, Geraldo M. *Letras & Baionetas, novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: Cultural CEJUP, 1989, p. 23.

rivalidades entre esses dois polos da América lusa. Foi durante os embates em torno da adesão do Pará à independência do Brasil em 1823 que uma série de conflitos evidenciou o clima antilusitano na província. Os choques entre defensores da causa da independência e lusitanos fiéis à Corte portuguesa levaram a um conjunto de embates que resultaram em saques às propriedades de famílias lusitanas e deportações de militares e funcionários públicos portugueses.

Nos anos de 1830, os ânimos entre lusitanos e patriotas se revelaram ainda mais intensos, quando explodiram no Pará os movimentos populares da Cabanagem. As rivalidades que se vinham arrastando desde a década anterior ganharam as ruas de Belém no ano de 1835, com o grito de guerra “morte aos maçons e aos portugueses”²⁰. Esse episódio, que se estendeu até os anos de 1840, repercutiu em vários setores da sociedade.

Foi durante os conflitos que se processaram inicialmente na capital da província do Pará, em 1835, que procuramos enfatizar a forma como os portugueses estabelecidos na cidade de Belém e em algumas regiões vizinhas vivenciaram esses movimentos. Indivíduos considerados “inimigos” dos cabanos, os lusitanos residentes ou que migravam para essa cidade da Amazônia tornam-se figuras pouco notadas pela historiografia, diante das ações das lideranças cabanas. Dessa forma, ao retratar o percurso migratório seguido por homens e mulheres que saíram de Portugal com a destino ao Pará nos meados do século XIX, estávamos apresentando a outra parte de um grupo de indivíduos que assistiram aos acontecimentos de outra perspectiva. As fontes e registros produzidos pelo consulado de Portugal no Pará, pelos capitães de navios envolvidos no resgate de lusitanos, permitiram-nos revisitar esse contexto através da perspectiva do imigrante português.

Finalmente, os anos de 1840 são considerados uma fase reestruturação da província do Pará. Após conflitos que se abateram na cidade, os esforços empreendidos pelo governo em pacificar a província levaram à retomada dos investimentos econômicos e, por conseguinte, à ampliação do movimento de mercadorias e pessoas nos portos do Pará²¹. Foi nessa época que também assistimos a uma curva ascendente no fluxo migratório de lusitanos se dirigindo ao Pará, alguns dos quais na condição de retornados, depois de terem sido obrigados a se retirar da

²⁰ Cf. RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Revista Tempo, vol. 11, núm. 22, janeiro, 2007, pp. 5-30. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013397002>>.

²¹ Cf. LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Dissertação de Mestrado), 2002.

região em função dos ataques cabanos, mas uma grande maioria fazendo a primeira viagem, como poderemos ver nos capítulos seguintes. Isso evidencia um cenário novo que se anunciava no Brasil e, de forma específica, no Pará. As mudanças que se processavam na política escravista de 1850²², assim como a ampliação dos negócios comerciais na cidade que se urbanizava, serviam de estímulo para as migrações lusitanas no fechamento da primeira metade dos oitocentos.

Em torno de alguns conceitos

Dentro do fenômeno das mobilidades, os conceitos utilizados para definir esses movimentos populacionais, apesar dos vários esforços teóricos, são controversos, o que fez Jorge Alves afirmar que, “não existem abordagens dotadas de elasticidade suficiente para conglomerar a natureza total do fenômeno”²³. Embora as migrações lusitanas sejam consideradas de uma “permanência estrutural na sociedade portuguesa”²⁴, as ferramentas de análise desse processo têm-se construído muito lentamente dentro do campo historiográfico. No Brasil, as mais expressivas publicações aparecem somente no final do século XX.²⁵

Enquanto em Portugal as preocupações com as mobilidades lusas levaram autoridades políticas, escritores e cronistas a se ocuparem do tema das migrações²⁶, no Brasil foram principalmente os alemães, italianos e japoneses que despertaram a atenção dos estudiosos das mobilidades. Apenas recentemente as migrações lusitanas têm sido tratadas dentro de uma

²² Ver: SALLES, Vicente. *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura/ MEC, 1988.

²³ Cf. ALVES, Jorge F. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Câmara Municipal, 1994. p. 14.

²⁴ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães, *L'émigration portugaise*. Revista de História Econômica e Social. Lisboa, n. 1, 1978.

²⁵ Ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi. *A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica*. História Unisinos, 11(1): 117-122, janeiro/abril 2007.

²⁶ No final do século XIX e início do século XX, várias publicações revelam o lugar destacado do fenômeno migratório português entre os intelectuais lusitanos. Destacamos alguns nomes sobre essa questão: HERCULANO, Alexandre. *A emigração para o Brasil*. Diário do Governo de 13 de Janeiro de 1838. In SERRÃO, Joel e outros. Testemunhos sobre a emigração portuguesa. Antologia. Lisboa: Livros Horizonte, 1976; CARVALHO, Augusto de. *O Brasil, colonização e emigração*. Esboço histórico. Porto: Imprensa Portuguesa, 1876; MARTINS, Oliveira. *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães & Editores, 1994. Discute o projeto de Lei do fomento rural de 1885; TELLES, Moreira. *A Emigração portuguesa para o Brasil*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913; LUCCI, Luís Felipe de Lancaster S. *Emigração e Colonização: tese para o concurso de lente substituto da 2ª cadeira da Escola Colonial*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1914. No campo da literatura, aparecem: AMORIM, Francisco Gomes. *Cantos Matutinos*. Lisboa: Typographia Progresso, 1858; Do mesmo autor, *Os Selvagens*. Lisboa: Livraria Editores de Mattos Moreira & C^a, 1875; FERREIRA DE CASTRO, José Maria. *Os emigrantes*. Lisboa: Guimarães & Editores, 1943; a primeira edição data de 1928; do mesmo autor. *A Selva*. Lisboa: Guimarães & Editores, 1955; primeira edição de 1830.

perspectiva acadêmica, procurando suprir a “lacuna na historiografia luso-brasileira”²⁷, na qual se encontrava a imigração portuguesa para o Brasil.

Nossa tese se insere nesse conjunto de estudos regionais sobre a imigração lusitana, apoiada dentro das perspectivas recentes da historiografia das mobilidades, na qual convergem as análises de caráter serial, através do estudo de uma fonte particular, as emissões de passaportes de portugueses com destino à província do Pará entre 1800 a 1850. Por outro lado, aproxima desse corpo documental uma perspectiva de análise microanalítica, ao propor um estudo das trajetórias individuais, seguidas pelos lusitanos em Portugal e no Pará.

A fim de pontuar mais amplamente essa matriz de conhecimento no qual se sustenta nossa pesquisa, observemos alguns aspectos marcantes em cada um desses modelos teóricos e procedimentos metodológicos.

Os pedidos de passaportes, apesar das modificações impostas pela legislação das mobilidades lusitanas, apresentam variáveis recorrentes ao longo de um tempo, o que torna uma documentação importante na construção de uma análise serial²⁸ e, nesse sentido, relevante para uma pesquisa histórica de longa duração²⁹, como são os contextos migratórios.

Recentemente estudiosos portugueses³⁰ têm dedicado especial atenção às pesquisas sobre migrações feitas através dos registros de passaportes, como possibilidade de leitura de amplos contextos nos quais se processam mobilidades. Essa documentação fartamente produzida durante os circuitos migratórios lusitanos tem possibilitado construir, dentro das lógicas migratórias, perfis de emigrantes que seguiam para o Brasil em determinados contextos analisados.

Apesar de se mostrarem bastante conhecidos e explorados pelos pesquisadores portugueses, os registros de passaportes são quase ausentes nas investigações locais sobre migrações portuguesas. Essas pesquisas têm recorrido aos registros consulares, como as

²⁷ Ver: SILVA, Maria Beatriz N. *Uma lacuna na historiografia luso-brasileira: a imigração portuguesa para o Brasil*. In. Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira para a Pesquisa Histórica, São Paulo, julho de 1984, São Paulo, SBPH, p. 11-13.

²⁸ Cf. NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: Elementos para um diálogo*. Campinas/SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004; BARROS, José D’Assunção. História Serial e Quantitativa no Movimento dos Annales. *Hist. R.*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012.

²⁹ Ver: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

³⁰ Cf. ALVES, Jorge F. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Câmara Municipal, 1994, que tem um trabalho com os passaportes emitidos no Porto; sobre a documentação existente no arquivo de Viana do Castelo, destaca-se: RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Emigrantes, vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2006.

habilitações³¹, a fim de perceber os volumes de entradas de imigrantes num dado local e, nesse caso, no Pará.

Assim, procurando “entrelaçar” os espaços de partida e destino, começamos nossa investigação com os registros de passaportes emitidos em Portugal entre 1800 e 1850, tanto aqueles que saíam a partir de Lisboa, como os que passaram a ser produzidos depois de 1834 pelos diversos distritos de Portugal Continental. Através desse corpo documental estruturado através de bases de análise, pretendemos observar de uma perspectiva quantitativa o fenômeno das migrações para a província do Pará.

A abordagem demográfica proposta a partir dessa fonte, embora se formalize através de padrões, ou tendências iniciais, alarga-se com a perspectiva de cruzamento de outras fontes produzidas no local de acolhimento.

A compreensão conceitual que fazemos de imigrantes se situa na relação estabelecida pelo indivíduo que transita entre um país e outro, por um tempo curto ou mais alargado, dentro de uma “realidade definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores)”³². Nesse ponto, a discussão proposta na tese fundamenta o segundo eixo de análise desenvolvido ao longo da investigação, qual seja, o estudo das trajetórias individuais dos imigrantes lusitanos no Pará.

Construir uma interface entre as migrações, como fenômenos coletivos, observados a partir de possibilidades estruturantes, ao percurso escolhido dentro de uma ordem por indivíduos – eis as preocupações do recurso à microanálise. Essa possibilidade de análise dos circuitos migratórios exige um esforço de combinação de recursos metodológicos capazes de promover a aproximação das relações individuais.

Esse segundo instante de desenvolvimento da pesquisa, não menos complexo, exigiu um esforço de articulação de fontes dispersas em dois territórios distintos sobre indivíduos que, na condição de imigrantes, deixaram registros de seu traçado. O fio condutor das análises das trajetórias individuais parte do registro nominal³³, a partir das solicitações de passaportes,

³¹ Cf. FONTES, Edilza J. “*Preferem-se Portugêses(as)*”: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). Campinas/SP: Universidade de Campinas (Tese de Doutorado), 2002.

³² Cf. SILVA, Maria Aparecida de M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMARTINI, Zeila de Brito F. e TRUZZI, Oswaldo. *Estudos Migratórios, perspectivas metodológicas*. São Carlos: Edufscar, 2005.

³³ Cf. GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como, troca desigual e Mercado historiográfico. In. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

quando os indivíduos se apresentam nos circuitos migratórios. A partir dessa informação nominal, seguia-se uma série de buscas em torno na toponímia que qualifica o imigrante.

Esse recurso microanalítico, que deve à historiografia italiana as suas bases³⁴, tem prestado importantes contribuições ao estudo das migrações, pois, mais do que circunscrever os indivíduos dentro de um contexto macroexplicativo, permite seguir o percurso individual num exercício do jogo de escalas³⁵ entre o microespaço de relações e os contextos mais amplos. A interlocução desses campos é possível ao pensar os imigrantes como atores sociais³⁶ que, mesmo dentro de um dado contexto socioeconômico, são movidos a construir redes de relações demarcadas por laços de solidariedades, familiares, profissionais, enfim, que atuam como mecanismos estratégicos capazes de interferir de forma singular na realidade vivida³⁷.

Essa concepção é compartilhada por estudiosos como Imízcoz, que chama atenção para o “equilibrio necesario entre los elementos estructurantes de sus vínculos y el análisis de los actores y de sus redes egocentradas”³⁸. Nesse sentido, ao procurar rastrear nas fontes o percurso de vida de um imigrante, desde a sua decisão de partir até os arranjos construídos no Pará, para o seu estabelecimento e inserção econômica e social, não perdemos de vista as tramas das dinâmicas macroestruturantes da sociedade. Pelo contrário, a partir desse plano de observação podemos perceber, através das redes de relações, interações pouco notadas quando vistas pelos modelos explicativos já consolidados.

Um dos temas a serem explorados a partir desse viés é a trajetória de imigrantes lusitanos que conviveram em Belém durante os episódios da Cabanagem, um período demarcado por intensas perseguições e mortes de portugueses, saques de suas casas comerciais,

³⁴ O recurso à microanálise tem-se mostrado cada vez mais presente nos estudos historiográfico recentes, nos enfoques que tratam das biografias e cursos de vida. Entre os trabalhos que merecem destaque, estão: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial, trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; OLIVEIRA, Mônica R. e ALMEIDA, Clara Maria C. (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009; REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

³⁵ Cf. REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

³⁶ IMÍZCOZ, José Maria. *Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global*. Revista da Faculdade de Letras. Porto, III série. Vol. 5. 2004, pp. 115-140.

³⁷ Essa discussão aparece nos trabalhos desenvolvidos por: SILVA, Maria Aparecida de M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In DEMARTINI, Zeila de Brito F. e TRUZZI, Oswaldo. *Estudos Migratórios, perspectivas metodológicas*. São Carlos: Edufscar, 2005; TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, V. 20, n 1. 2008; KOK, Jan. *Principles and prospects of the life course paradigm*. Annales de démographie historique, 2007/1, n° 113, pp. 203-230 e IMÍZCOZ, José Maria. *Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global*. Revista da Faculdade de Letras. Porto, III série. Vol. 5. 2004, pp. 115-140.

³⁸ Idem, p. 115.

motivos de crises econômicas. Porém, dentro desse cenário de adversidades, veremos homens dedicados ao comércio ou simples trabalhadores, relutando em deixar a cidade de Belém, e, quando expulsos do Pará, retornam para a região onde investem seus capitais e acabam ascendendo econômica e socialmente.

Revisitar a Cabanagem pela perspectiva do imigrante lusitano permite não somente perceber como os portugueses que migravam ou residiam no Pará assistiram, fugiram ou morreram diante dos ataques que decorrem na cidade, mas também apresentar um movimento popular a partir da observação dos *indivíduos-alvos* das revoltas populares, as suas preocupações, seus temores, como atores sociais de um processo que nem sempre os considerou.

É importante ressaltar que, ao desenvolver essa abordagem histórica, apropriamo-nos de conceitos significativos de análises das trajetórias individuais. Um deles, já de certo modo citado, é o de redes, nesse caso aplicadas aos processos migratórios, como sugere Truzzi³⁹. Não nos distanciamos do sentido proposto por esse autor, que, utilizando uma classificação de Charles Tilly, apresenta quatro tipos de mobilidades, a saber: locais, circulares, de carreira e em cadeia. Nessa última modalidade, caracteriza as migrações articuladas por redes, destacando: “são deslocamentos de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino”⁴⁰.

Num circuito de relações articuladas por indivíduos, as tessituras dessas redes são importantes para compreender a dinâmica produzida dentro de uma cidade como Belém, pelos imigrantes que nela desembarcavam nos meados do século XIX: mulheres chamadas por seus filhos ou maridos estabelecidos na cidade; envio de filhos menores para trabalhar nas casas comerciais de tios ou indivíduos conhecidos de uma mesma vila portuguesa. Enfim, essas relações, dentro dos processos migratórios, são mais bem compreendidas quando acionamos o conceito de redes migratórias.

Outro conceito importante é o de estratégia, utilizada nas relações empreendidas pelos indivíduos nos processos migratórios. Como atores sociais dentro de uma dada realidade, os imigrantes portugueses se aproximam do que assinalou Giovanni Levi, em seu estudo sobre a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII⁴¹, sendo capazes de traçar estratégias

³⁹ Cf. TRUZZI, Oswaldo M. *Redes em processos migratórios*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, V. 20, n. 1. 2008.

⁴⁰ Idem, p. 200.

⁴¹ Ver: LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial, trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 45.

personais. De acordo com suas hipóteses, “os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las”⁴².

Guardadas as distâncias temporais e as intenções dos personagens envolvidos na trama de Levi, o que esse autor nos apresenta é que os indivíduos, mesmo dentro de contextos definidos, são capazes de construir mecanismos de atuação próprios, que nem sempre estão em consonância com os ditames dessa ordem prevista, conforme também destaca Barth⁴³.

As estratégias pessoais são ainda apresentadas por Jan Kok⁴⁴ nos seus estudos sobre *life course*. De forma mais pontual, os indivíduos são mostrados como sujeitos ativos nos processos históricos. Essas experiências foram importantes para pensar as redes de relações construídas pelos imigrantes lusitanos no Pará. As estratégias pessoais estão presentes nos arranjos familiares ou comércios desenvolvidos no Pará. Nos mecanismos acionados para sobreviver numa cidade marcada pelo antilusitanismo, essas, entre outras, foram questões que perpassaram pelo filtro do conceito de estratégia.

Além do uso desses conceitos, é importante demonstrar que outras discussões foram importantes para compor um quadro analítico dos circuitos traçados pelos imigrantes desde suas regiões portuguesas até a província do Pará, entre os quais estão as ferramentas propostas pela abordagem demográfica desenvolvida a partir das discussões do *Cambridge Group for the History of population and Social Structure*⁴⁵, no que diz respeito ao estudo das famílias e das populações. Os métodos de pesquisa desenvolvidos pelos estudiosos ingleses apresentam chaves para a análise combinada de fontes que permitem observar o indivíduo nos grupos familiares e seu movimento. Ao propor a inclusão de fontes como “os antigos recenseamentos, as listas de impostos, as listas de eleitores, entre outros para ampliar o espectro de abordagem e incluir a análise do ‘grupo doméstico’ ou ‘grupo de co-residentes’, anteriormente circunscrita à família biológica”⁴⁶, tais métodos permitem observar os arranjos familiares, construídos nos circuitos migratórios.

⁴² Idem, p. 45.

⁴³ Cf. BARTH, *Process and social form in life*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

⁴⁴ Cf. KOK, Jan. *Principles and prospects of the life course paradigm*. *Annales de démographie historique*, 2007/1, n° 113, pp. 203-230.

⁴⁵ Ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi. *A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico*. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. IX, n° 1 (2013), pp. 01-31; ANDERSON, Michael. *Elementos para a história da família ocidental 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercus, 1984.

⁴⁶ Cf. SCOTT, Ana Silvia Volpi. *A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico*. Op. cit., p. 5.

Esse aporte teórico e metodológico se articula no sentido de aproximar as análises seriais apresentadas através das solicitações de passaportes, nas quais nos ocupamos, num primeiro instante da pesquisa, das microanálises propostas através das trajetórias individuais. Esse é um dos principais eixos da discussão apresentada nesta tese sobre as migrações portuguesas na província do Pará no início dos oitocentos.

Reflexão historiográfica

Finalmente, é importante situar nossa investigação dentro de um contexto da historiografia das mobilidades. Longe de pretender fazer um balanço historiográfico sobre as migrações portuguesas, cumpre apresentar o cenário das pesquisas que recentemente trataram das mobilidades lusitanas no Brasil e no Pará, e que de algum modo se aproximam das questões em debate.

É sintomática uma maior preocupação dos estudos dedicados à investigação das migrações lusitanas, para as etapas consideradas de maior fluxo migratório, em detrimento das etapas em que as mobilidades são bem menos evidentes. É assim que, em princípio, podemos caracterizar uma visão mais ampla das pesquisas ao longo do século XIX. Tanto no Brasil como em Portugal, as investigações se concentram na segunda metade dos oitocentos e, muito raramente, tratam dos anos iniciais do século. Joel Serrão, destacado estudioso das mobilidades lusitanas, alerta que “pouquíssimo se sabe sobre as migrações portuguesas, em termos quantitativos, ao período anterior a 1855”.⁴⁷

Essa situação revela uma fase de grandes debilidades das fontes sobre os deslocamentos. Por outro lado, acentua uma concepção, bastante contestada, de que as migrações lusitanas, do ponto de vista do estatuto jurídico, começam com a independência do Brasil em 1822⁴⁸. Embora essa ideia não tenha sustentação diante das evidências de um circuito migratório estrutural em que se situam as mobilidades lusitanas, temos que reconhecer que é somente no decorrer do século XIX que o controle sistemático das mobilidades vai produzir um conjunto mais expressivo de fontes, capazes de subsidiar as investigações sobre as migrações: são os livros de registros de passaportes, as habilitações consulares, os registros portuários e policiais, entre outros.

⁴⁷ Cf. SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa, sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. p. 32.

⁴⁸ Ver: ARRUDA, José Jobson de [et al.]. (Orgs.) *De Colonos a Imigrantes, I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

Na historiografia lusitana, desde os finais do século passado existem grupos de pesquisadores que se têm ocupado das análises das mobilidades através dos registros de passaportes⁴⁹. Nessa linha, podemos destacar os trabalhos desenvolvidos por Henrique Rodrigues para o Vale do Lima, com base nos registros de passaportes emitidos pelo distrito de Viana do Castelo. Esse autor desenvolve um estudo sobre imigrantes portugueses que saíam dessa região portuguesa para as várias partes do mundo, sobressaindo-se os lusitanos que emigram para o Brasil entre 1835 e 1900, sendo a data inicial da investigação o período em que começam a ser emitidos os passaportes pelos Distritos portugueses.⁵⁰

Ainda sobre a migração a partir do Norte de Portugal, podemos destacar os trabalhos desenvolvidos por Miguel Monteiro a respeito dos imigrantes lusitanos que partiam da cidade de Fafe, no distrito de Braga⁵¹. Nesse trabalho, o autor aprofunda uma discussão sobre a influência exercida pelos “Brasileiros”, os imigrantes de retorno, na cidade de Fafe, principalmente através de uma arquitetura predominante nas construções produzidas por esses imigrantes, que as qualifica como “casas de brasileiros”⁵². Miguel Monteiro foi responsável por produzir um levantamento de mais de 8 mil passaportes de imigrantes fafenses, que partiram principalmente para o Brasil no século XIX. Esse autor cooperou para fundação do Museu das Migrações e das comunidades existente na cidade de Fafe⁵³.

Para a região do Porto, é importante destacar o trabalho, já bastante referenciado, desenvolvido por Jorge Alves⁵⁴. Em seu estudo dedicado às migrações a partir da cidade do Porto, esse autor trabalha com o fluxo migratório de 1836 a 1879. Uma das características de sua investigação está em não somente demonstrar as séries estatísticas das partidas, mas também recuperar trajetórias dos portugueses que retornavam para Portugal. Também em seu

⁴⁹ CEPESE, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, fundado pela Universidade do Porto, possui um trabalho de investigação no campo das mobilidades portuguesas já muito reconhecido nos meios académicos. Tem-se destacado na organização de Simpósios em que é oportunizado o encontro de pesquisadores portugueses e brasileiros que se dedicam às mobilidades lusitanas. Na universidade do Minho, destacam-se as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de História das Populações, sob a liderança da pesquisadora Norberta Amorim, que tem produções voltadas para a demografia, com área de concentração na História da Família, História Social.

⁵⁰ Ver: RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Emigrantes, Vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo/Centro de Estudos Regionais, 2006.

⁵¹ Cf. MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” de Fafe (1834-1926), territórios, itinerários e trajetórias*. Fafe/Braga: NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho (Coleção de Monografias), 2000.

⁵² Ver: MONTEIRO, Miguel. *Fafe dos “Brasileiros”, perspectiva histórica e patrimonial*. Fafe: 1991.

⁵³ “O Museu das Migrações e das Comunidades foi criado em 12/07/2001 por deliberação da Câmara Municipal de Fafe, como plataforma virtual, com a designação de Museu da Emigração e das Comunidades. Foi seu principal fundador e promotor o investigador Dr. Miguel Monteiro, profundo conhecedor de “Fafe dos Brasileiros” e contou com apoio científico da professora doutora Maria Beatriz Rocha Trindade, a nossa maior especialista da temática das migrações”. Informação disponível no site: <http://www.museu-emigrantes.org/>.

⁵⁴ Ver: ALVES, Jorge Fenandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Câmara Municipal, 1994.

estudo, os “brasileiros” de torna-viagem, como eram chamados os portugueses que traziam cabedais do Brasil, são evidenciados através do estudo de suas trajetórias, no Brasil e em Portugal.

No Brasil as pesquisas sobre migrações portuguesas na primeira metade do século XIX são pouco expressivas. De modo geral, os estudos evidenciam grupos específicos de indivíduos que migravam entre os lusos, tais como caixeiros ou negociantes. A respeito dessa questão, é importante destacar o trabalho de Lenira Martinho e Riva Gorenstein⁵⁵. Analisando a forte influência exercida pelos imigrantes lusitanos no comércio da capital do Império Brasileiro, as autoras trazem à discussão o tema das migrações portuguesas. Lenira Martinho apresenta o cotidiano da vida comercial do Rio de Janeiro pela perspectiva dos caixeiros lusitanos. Com base em fontes periódicas, a autora demonstra como os lusitanos migravam para trabalhar nas casas comerciais de um patricio estabelecido no Rio de Janeiro.

Riva Gorenstein, seguindo as discussões propostas por Maria Odila em seu ensaio sobre a interiorização da Metr pole⁵⁶, discute o papel dos negociantes de grosso trato e o comércio mercantil do Rio de Janeiro. Apresenta como o espaço dos negócios de exporta o e importa o do início do século XIX, fortemente dominando pelos lusitanos, vai ser impactado pela entrada dos negociantes ingleses e franceses após 1808 no Rio de Janeiro.

Tanto Lenira Martinho como Riva Gorenstein não estavam preocupadas em tratar dos fluxos migratórios lusitanos, pois os portugueses estão vinculados aos tipos sociais que fazem parte de suas investiga es, porém esses trabalhos são importantes por apresentar um setor da economia, que   o comércio urbano e negócio de grosso trato, com grande penetra o dos lusitanos no Brasil.

Um dos trabalhos que dedicou aten o às migra es lusitanas para a primeira metade do século XIX está presente no estudo desenvolvido por Rosana Barbosa Nunes⁵⁷. Essa autora, valendo-se de fontes diversas, especialmente os registros de estrangeiros pela polícia do Rio de Janeiro e os documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, apresenta no contexto do pós-independência o circuito migratório de lusitanos para a capital do império do

⁵⁵ Cf. MARTINHO, Lenira M. e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1992.

⁵⁶ Ver: DIAS, Maria Odila Leite. *A interioriza o da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁵⁷ Cf. NUNES, Rosana Barbosa. *Portuguese Migration to Rio de Janeiro, 1822-1850*. Toronto/Canadá: University of Toronto, 1998.

Brasil. O cotidiano do mercado de trabalho urbano e os conflitos antilusitanos são, entre outros, temas que se destacam em sua investigação.

Outras pesquisas destacaram aspectos diversos das migrações lusitanas no pós-independência do Brasil. Gladys Ribeiro, em seu trabalho sobre a construção da nação brasileira, demonstra as fragilidades de afirmação dos indivíduos como “portugueses” ou “brasileiros”. Por outro lado, evidencia como esse espaço em afirmação das identidades foi palco para desenvolvimento de um forte sentimento antilusitano. Essa pesquisa foi muito importante para analisar o contexto das ideias antilusitanas no Pará, ao mesmo tempo em que, de forma comparativa, era possível observar os mecanismos que difundiam na sociedade brasileira a rejeição aos portugueses.

Durante as comemorações dos descobrimentos portugueses, foi publicada em Portugal uma revista com diversos artigos de autores brasileiros sobre os portugueses no Brasil independente⁵⁸. Essa coletânea procurou, de forma ampla, mostrar como os lusitanos migravam, trabalhavam, sofriam as adversidades diante dos movimentos antilusitanos, construía em torno de suas religiosidades formas de solidariedade nas terras de imigração. Enfim, é um estudo significativo para pensar as redes de relações construídas pelos imigrantes portugueses no Brasil do início dos oitocentos.

Quanto aos estudos produzidos sobre as migrações portuguesas no Pará, ainda temos lacunas significativas. Fora do eixo acadêmico, temos estudos vinculados às comunidades lusas, como aqueles desenvolvidos por Eugênio Leitão Brito⁵⁹. Nessas obras, o autor procura evidenciar o papel das associações assistenciais e de lazer como espaço de afirmação das tradições da presença lusitana no Pará. Baseadas em fontes produzidas pelas associações literárias, atas de reuniões, discursos, esses estudos têm o interesse de construir uma memória positiva dos imigrantes na cidade. Como referencial, pode servir de indicativo para o acesso a outras fontes de pesquisa.

Nos estudos acadêmicos, temos algumas pesquisas de maior envergadura, que se debruçaram sobre uma documentação que leva ao encontro dos imigrantes lusitanos no Pará. Entre eles, destacamos o trabalho de Edilza Fontes⁶⁰ sobre os trabalhadores portugueses e a

⁵⁸ Revista OCEANOS. *Portugueses no Brasil independente*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, nº 44. Out/dez., 2000.

⁵⁹ BRITO, Eugênio L. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Gráfica Sto. Antonio Papelaria Ltda, Belém, Pará, 1994. Do mesmo autor: *Os portugueses no Grão Pará*. Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará, 2000.

⁶⁰ Cf. FONTES, Edilza J. “*Preferem-se Portugueses(as)*”: *Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)* (Tese de Doutorado), Unicamp, Campinas, São Paulo, 2002.

constituição de um mercado assalariado em Belém entre os fins do século XIX e início do XX. Nesse estudo, a autora, com base nas habilitações consulares, procura construir um perfil do trabalhador lusitano no espaço urbano durante a chamada *belle époque*.

Recentemente, alguns estudos trouxeram à discussão o tema da imigração portuguesa durante a chamada época da borracha na Amazônia. Num breve artigo, Marília Emmi⁶¹, valendo-se também das habilitações consulares, procura evidenciar como durante a fase de maior produção e exportação da goma elástica ocorreu “um conjunto de correntes migratórias europeia para a região”⁶². A despeito de tal afirmação, é interessante registrar as observações suscitadas por Cancela e Cosme, em estudo recente, sobre os limites do uso das habilitações consulares como forma de observar os fluxos migratórios no Pará, isso porque essa documentação apresenta diferenças entre as datas de chegada à cidade e o período em que o imigrante comparece no consulado para se habilitar⁶³.

Ainda sobre essa fase, temos o trabalho desenvolvido por Marcos de Carvalho⁶⁴. Esse autor faz um percurso sobre a presença portuguesa no Pará durante a época da Borracha, apresentando as várias formas de inserção social dos portugueses, os negócios, associações profissionais e classistas, a imprensa periódica em que os lusitanos expressavam seus interesses.

Finalmente, destacamos o trabalho de Cristina Cancela, sobre família e casamento em Belém do Pará⁶⁵. Nessa investigação, baseada em diversas fontes, a autora aborda as alianças de casamento e lança luz sobre as estratégias e as condições dos enlaces dos imigrantes portugueses.

Apesar dessas várias produções, há uma lacuna sobre as migrações portuguesas no início do século XIX. Poucos trabalhos dedicaram atenção aos fluxos migratórios de lusitanos nesse período, com exceção de um artigo de Otaviano Vieira Júnior e Daniel Barroso, dedicado a apresentar o movimento do porto e das populações portuguesas na Amazônia joanina, no qual podemos perceber as migrações de homens e mulheres vindas de Portugal para o Pará. Tal

⁶¹ Ver: EMMI, Marília F. *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*, XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2010.

⁶² Idem.

⁶³ Ver: CANCELA, Cristina Donza e COSME, João dos S. R. *Entre fluxos, fontes e trajetórias: Imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)*. Aguardando publicação (no prelo).

⁶⁴ Cf. CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo Açai, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre os finais do século XIX e início do século XX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras (Tese de doutorado), 2011.

⁶⁵ Ver: CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920)*. Belém: Editora Açai, 2011.

trabalho evidencia uma documentação sobre mobilidades entre esses dois territórios num período de adversidades políticas e considerado de crise econômica.

Foi a partir dessas observações que fundamentamos nossa tese sobre imigração portuguesa para a província do Pará entre 1800 a 1850. Alargamos o recorte de análise e ampliamos a variedade de fontes. Dessa forma, acreditamos estar contribuindo para suprir essa debilidade historiográfica, a partir dos movimentos migratórios lusitanos na província paraense oitocentista.

A presente tese encontra-se dividida em quatro capítulos organizados no sentido de construir uma conexão entre um estudo serial e a investigação das trajetórias individuais dos imigrantes portugueses. Assim, no primeiro capítulo nos ocupamos em estudar os registros de passaportes e o movimento migratório nos cinquenta anos de investigação da pesquisa. Inicialmente exploramos os sentidos das mobilidades através de uma documentação reguladora, como era o caso dos passaportes. Para isso, percorremos na legislação portuguesa e depois no Brasil independente as políticas migratórias implantadas desde o final do século XVIII até os meados do século XIX. Também, demonstramos que apesar das medidas de controle estabelecidas pelos governos lusitanos, às migrações clandestinas eram comuns. Fraudes na documentação de viagem era utilizada pelos imigrantes com auxílio de capitães de navios e autoridades responsáveis pela fiscalização de embarque e nos portos onde chegavam. Finalmente, com base nos livros de registros de passaportes de imigrantes que partiram dos portos lusitanos para o Pará, detivemo-nos em reconstruir essas rotas migratórias. Nossa perspectiva de análise partia de 1339, registros de passaportes coletados para o período de 1800 a 1850. Exploramos essa documentação a fim de construir um perfil do imigrante segundo sua naturalidade, razão de sexo, ocupação profissional, se viajavam solteiros ou casados, se partiam sós ou em grupos familiares.

No segundo capítulo. “Portugueses no Pará, estabelecimentos e formas de inserção social”. A partir do cruzamento de um conjunto de fontes existentes nos arquivos de Belém e documentos portugueses, procuramos demonstrar como os indivíduos que migravam para a província do Pará nos meados dos oitocentos se inseriam na sociedade. Em primeiro lugar observamos como o setor comercial se mostrava atrativo para os imigrantes no Pará. Entre a pequena venda do varejo até os negociantes de *grosso trato*, verificamos que havia uma predominância de indivíduos que migravam de Portugal ao Pará, identificados em nossa documentação de partida. Procuramos a trajetória desses grupos de imigrantes na sociedade de acolhimento. Uma segunda forma de inserção na sociedade paraense foi feita a partir das

alianças matrimoniais entre imigrantes lusitanos. Com base nos registros de casamentos realizados na Paróquia de Santana da Campina, especialmente, observamos quais preferências dos portugueses. E por fim, observamos as formas de atuação filantrópicas e de benemerências dos portugueses na província paraense.

O capítulo terceiro. “Tempos difíceis: a volta dos que partiram”. Versa sobre a situação dos imigrantes portugueses no Pará nos tempos de grande efervescência antilusitana. Durante a instauração da independência, veremos como os lusitanos residentes e que migravam para esta província conviveram com os momentos de tensões, conflitos e expulsões da província. Num segundo momento dessa seção, através de uma documentação existente nos arquivos portugueses, particularmente o Arquivo da Marinha de Portugal, do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ocupamo-nos em investigar a situação dos portugueses durante os conflitos da Cabanagem. Essas fontes não somente nos possibilitaram seguir os percursos dos imigrantes lusos no Pará nos tempos das revoltas cabanas, como também permitiram descrever as revoltas populares a partir da perspectiva do português, o “indivíduo alvo” dos revoltosos. Ao demonstrar seus temores em perder a vida e seus patrimônios, os debates diplomáticos, os limites entre “ser português” e “ser brasileiro”; as mortes dos lusitanos pelas mãos dos cabanos e finalmente os resgates dos lusos e retornos.

O último capítulo. “Em torno das trajetórias de vida de imigrantes portugueses”. Pretende, através de um estudo prosopográfico seguir a trajetória de vida de alguns imigrantes portugueses que viveram na primeira metade do século XIX. Por meio de um esforço de rastreamento de fontes nominais procuramos construir os percursos migratórios entre Portugal e o Pará através das histórias de vidas de quatro indivíduos. Lúcio de Souza Machado, Camilo José Campos, Antonio José Machado e Fortunato Alves de Souza, foram nomes de imigrantes que emergiram de uma documentação diversa que nos possibilitava demonstrar em perspectiva o lugar das migrações em suas vidas. Com algumas lacunas, procuramos numa escala reduzida ao nível do individual, perceber as tramas dos processos migratórios. A decisão de partir, as motivações que impulsionam o seu desejo de estabelecimento no Pará, os negócios e as formas de ocupação, os arranjos financeiros e matrimoniais e a permanência no Pará ou sua decisão de voltar a Portugal.

Entre idas e voltas, esta tese versa sobre mobilidades portuguesas, buscando demonstrar como a sociedade paraense se construiu fortemente influenciada pelas iniciativas de negócios de portugueses que, mesmo em meio às mais difíceis situações vividas em tempos dos movimentos antilusitanos, fugiram ou foram deportados, mas retornaram e se reafirmaram

como importantes nomes da sociedade paraense oitocentista. As migrações portuguesas como fenômenos marcantes do século XIX, foram importantes nesta região impactadas por conflitos e surtos epidêmicos nos meados do século. Essas mobilidades, serviram como contraponto para atenuar os desequilíbrios populacionais, ao mesmo tempo em que forneceram elementos importantes de uma elite que ascendia através dos negócios comerciais que tinham nas famílias lusas destacados membros da sociedade paraense.

O convite agora é para seguir as rotas e trajetórias desses portugueses que transitaram pelas terras paraenses.

Capítulo 1

1 – De Portugal ao Pará: da mercê do Estado às iniciativas pessoais

Lisboa, 1800.

Diz Ana Joaquina, casada com Francisco Antonio de Souza, e moradora na cidade do Porto, que ela suplicante passou pelo desgosto de quando chegou no dia três de março do presente ano nesta cidade de Lisboa, de lho darem a triste notícia de o dito seu marido já estar a bordo de uma embarcação para ir degredado por cinco anos para a cidade do Pará, para onde partiu, pela culpa de dinheiro falso, quando a suplicante já sabe que lho acharão, foi por lho terem dado com hum troco da meia moeda em a cidade de Coimbra, como justificou, cuja a meia moeda o suplicante a tinha trazido de sua casa, e como a suplicante se acha nesta terra estranha e desamparada [...] suplica aos benignos pio de V. A. R. para que use com ela com sua costumada piedade, clemência mandando-a transportar para o dito seu marido no primeiro navio que vá para a dita cidade do Pará, pois ela deseja acompanhar o seu infeliz marido em seu degredo.[...]⁶⁶

Senhora Elena

Pará 21 de outubro de 1804.

Depois da minha chegada a esta terra, tem entrado aqui bastante navios de Lisboa e ainda me não foi possível conseguir huma carta tua, pois me tem feito de alguma forma pensar que terás tido moléstias, pois só elas devem abraçar o escrever me assim como eu te faço em todos os navios que saem daqui, em fim paciência; a hi vai o navio D' o leve a salvamento, logo que ele chegue, vai te aprontando, para vires nele pois eu aqui te espero. Logo que o navio chegar, hirás ter com meu pai, para te dar 87\$000 réis em dinheiro de metal, que daqui lhe mando para ahi te dar, assim como tudo o mais que te seja preciso para te transportares e mais os pequenos [...]⁶⁷.

Entre partidas involuntárias e o desejo de tentar a sorte nas terras distantes do Império Português no além-mar, encontramos homens e mulheres lusitanas deixando a ribeira do Tejo nos primeiros decênios do século XIX. Nos trechos acima extraídos de pedidos de passaportes, notamos a viagem de duas mulheres portuguesas seguindo para a província do Pará. As razões são muito distintas, porém elas refletem um pouco do universo das migrações portuguesas que marcaram aqueles tempos.

O primeiro caso registra a viagem de Ana Joaquina, uma portuense de poucas posses que se viu obrigada, no ano de 1800, a seguir viagem para a cidade do Pará. A razão da sua partida era acompanhar o marido Francisco Antonio de Souza, que fora degredado para aquela província acusado de utilizar moedas falsas⁶⁸. Sem a presença de seu consorte, Ana se via

⁶⁶ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 119, doc. 9136 – Requerimento de Ana Joaquina, moradora na cidade do Porto, para o príncipe regente [D. João], solicitando licença para acompanhar o seu marido, Francisco António de Sousa, condenado em pena de degredo para o Pará.

⁶⁷ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 132, doc. 10094 – Requerimento de Helena Vitória Araújo para o príncipe regente [D. João], solicitando passaporte com destino à capitania do Pará, para si e seus dois filhos, onde pretende encontrar-se com o seu marido, Luís Manoel Gonçalves.

⁶⁸ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 132, doc. 9136.

desamparada em Lisboa, numa *terra estranha*, possivelmente muito distante de seus familiares do Norte do país e com dificuldades de ali se manter. Por isso, resolveu apelar para a *benigna* clemência de Sua Majestade para lhe conceder transporte no primeiro navio com destino ao Pará, a fim de acompanhar seu esposo no degredo a que foi condenado.

Em outro fragmento localizamos o nome de Helena Vitória de Araújo⁶⁹. Essa lisboeta recebeu, em 21 de outubro de 1804, de seu marido Luís Manuel Gonçalves, estabelecido na cidade de Belém do Pará, uma *carta de chamada*⁷⁰. Nessa missiva ele solicitava que embarcasse para a sua companhia levando consigo os filhos do casal.

Seguindo os nomes de Helena e seu marido Luís Manuel, foi possível reconstituir alguns aspectos da vida daqueles lusitanos que *escolheram* partir para a província do Pará no início dos oitocentos.

Luís havia contraído casamento em segundas núpcias com Helena Vitória no dia 16 de abril de 1804. Antes deste, porém, Helena havia sido casada com um certo Manoel José, falecido no Hospital Real de São José⁷¹. Naquele mesmo ano, Luís Manuel e Helena apareciam registrando como seus *legítimos* filhos Francisco e Maria Estrela. Contudo, observando as certidões de nascimento dos menores apresentadas para a solicitação de passaporte de Helena, notamos uma curiosa situação naquele documento. Tanto Francisco como Maria Estrela, que haviam nascido, respectivamente, em 1799 e 1801, constavam como filhos de pais incógnitos, tendo sido batizados na Basílica de Santa Maria de Lisboa. Entretanto, no despacho do patriarca da Basílica em 26 de outubro de 1804, estavam os nomes de Luís Manuel e Helena Vitória como legítimos pais das crianças⁷².

⁶⁹ Embora tenha sido transcrito o nome da migrante como Helena Vitória de Araújo, nos documentos anexos ao pedido de passaporte, como certidão de casamento e registro de batismo dos filhos, aparece o nome de Elena Vitorina de Araújo.

⁷⁰ As cartas de *chamada* eram um importante meio através do qual se comunicavam aqueles que partiam com aqueles que ficavam. Através dessas missivas trocadas por familiares de imigrantes, foi possível estudar as redes de relações formadas no continente de partida e na terra de acolhimento. Por outro lado, a complexa dimensão familiar pode ser ali tratada. Alguns estudiosos das migrações utilizaram esta documentação em suas investigações, entre os quais estão: no Brasil, MATOS, Maria Izilda S. de. *Na espera da mala postal: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portuguesas (São Paulo – Portugal 1890 – 1950)*. Convergência Lusíada, nº 29, Janeiro – Junho de 2013. Entre os pesquisadores lusitanos se sobressai SILVA, Brasilina Assunção Pereira da. *Cartas de chamada. A dimensão familiar da emigração. Sernancelhe no início do séc. XX. Universidade Portucalense, ano 2005*. Ainda desta autora saiu publicado *Cartas de Chamada: a emigração para o Brasil, no concelho de Sernancelhe (1900-1920)*. In SOUSA, Fernando (org.) *A Emigração Portuguesa para o Brasil. Porto: Edições Afrontamento / CEPESE, 2007*.

⁷¹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 132, doc. 10094.

⁷² Certidão de batismo anexo ao processo de solicitação de passaporte de Helena Vitória de Araújo. Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 132, doc. 10094.

O que se pode auferir é que o ano de 1804 havia sido de grandes decisões para Luís Manuel, a considerar pelo seu casamento com a viúva Helena Vitória e logo em seguida pela adoção dos menores Francisco e Maria. No rastro das escolhas, estava a não menos importante decisão de migrar para a cidade de Belém, na província do Pará, naquele ano.

A viagem de Luís Manuel seguia uma tendência muito comum para os lusitanos que viveram no início do século XIX⁷³. Com algum contato prévio sobre a região em que deveria estabelecer-se, resolveu viajar, até constituir algum patrimônio que fosse suficiente para sustentar sua família na cidade de acolhimento⁷⁴. Assim, o desejo de reatar os laços familiares na terra de seu estabelecimento parece ser um dos propósitos do imigrante luso. As várias cartas enviadas para Lisboa ao encontro de sua esposa, mesmo sem resposta, evidenciam o desejo de Luís Manuel.

Observando o conteúdo da carta em que recomendava o embarque de Helena Vitória em 1805, além da dimensão familiar⁷⁵, o lusitano Luís Manuel nos deixa entrever aspectos estruturais do fenômeno migratório que enredavam o Pará e Portugal no início século XIX.

Apesar das distâncias entre a Europa e a Província do Grão-Pará, o imigrante Luís nos mostra que o porto de Belém era muito frequentado por navios vindos dos portos lusitanos. Não a propósito observava *tantos barcos vindos de Lisboa entrarem no porto do Pará*, sem notícias da lusitana Helena.

Para além dos sentimentos de angústia que causava, a Luís Manuel, o não ter informações de sua amada, é significativo destacar a observação que fez esse imigrante luso a respeito de *ver tantos navios portugueses chegarem à barra do Pará*.

⁷³ O fenômeno migratório constitui uma prática marcante na vida do homem lusitano. Contudo, nos meados do século XIX essas mobilidades ganham formas massivas, encadeadas por redes migratórias que se uniam de um lado a outro do Atlântico. Nesse conjunto predominavam os jovens solteiros ou desacompanhados de suas esposas, como era o caso de Luís Manuel, nascidos no norte de Portugal, segundos filhos, destituídos da propriedade da terra. Estas, entre outras, forjam uma tendência das mobilidades oitocentistas. Ver VENÂNCIO, Renato Pinto. A imigração portuguesa, 1822-1930. In Revista Oceanos, *Portugueses no Brasil Independente*, nº 44, Out-Dez 2000; PEREIRA, Mirian Halpern. *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Bauru/SP: São Paulo, Portugal: Instituto Camões, 2002; SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: UNIMINHO/NEPS, 1999.

⁷⁴ A discussão sobre redes migratórias tem sido evidenciada na pesquisa histórica recente. No Brasil, uma das grandes contribuições vem dos trabalhos desenvolvidos pelo pesquisador Oswaldo Truzzi. Desse autor é já bastante conhecido o artigo: TRUZZI, Oswaldo. *Patrícios "Redes em Processos Migratórios" Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1, 2004.. Acrescente-se aos interessados que muitas ideias ali desenvolvidas são inicialmente trabalhadas no seu estudo sobre imigração de Sírios e Libaneses em São Paulo. Veja-se: TRUZZI, Oswaldo Mário S. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP/SP: 2009.

⁷⁵ Cf. SILVA, Brasilina Pereira. *As Cartas de Chamadas: A dimensão familiar da emigração – Sernancelhe no início do século XX*. Porto: Cepese, 2014.

O circuito de navios metropolitanos naquela porção nortista já era bem “rotineiro” desde meados do século XVIII, através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁷⁶. Porém, foi com o fim do monopólio comercial pombalino e o aceno das mudanças promovidas pela transmigração da Corte para o Brasil em 1808, que a frequência de embarcações no porto paraense se tornou mais intensa e diversificada. Ingleses, holandeses, norte-americanos, suecos e até franceses passaram a circular pelo porto do Pará. Mesmo com essa diversidade de nações que frequentavam o Pará durante o chamado período joanino de 1808-1821⁷⁷, as embarcações lusitanas predominavam. De um total de 534 navios que foram registrados na barra do Pará nesse período, 216 eram de origem portuguesa, o que perfazia, para aqueles tempos, uma média de 16 navios por ano, ou seja, mais de um barco português ao mês.

Os navios portugueses que tinham como destino a cidade do Pará constituem a uma das principais formas acesso às mercadorias, ideias e gente que circulavam entre a Europa a porção do Norte do Brasil. Foi através desse percurso que vieram os portugueses Luís Manuel, Helena Vitória, Ana Joaquina e mais de um milhar⁷⁸ de lusitanos que solicitaram passaportes para passar à província paraense nos meados do século XIX. Porém, essa não era a única rota das mobilidades dos portugueses até a região norte. A reemigração⁷⁹ das populações lusitanas no território brasileiro constitui um problema no rastreamento das dinâmicas populacionais em todo o século XIX⁸⁰.

⁷⁶ Cf. SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano, Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: EDUFPA, 2012.

⁷⁷ Ver: VIEIRA Jr. Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel de S. *Histórias de “movimentos”: embarcações e populações portuguesas na Amazônia joanina*. Revista Brasileira de Estudos da População. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 193-210, jan/jun. 2010.

⁷⁸ Nesta pesquisa localizamos 1.339 titulares nos pedidos de passaportes de Portugal para a província do Pará entre 1800 a 1850.

⁷⁹ Lisboa constituía no século XIX um espaço de transição para o emigrante que vinha do Norte ou de outras regiões de Portugal a fim de migrar. Essa parada estratégica fazia parte de um itinerário da viagem do imigrante. Era o tempo em que preparava a documentação e seus arranjos de embarque. Acreditamos que o Rio de Janeiro, por sua importância dentro das relações econômicas com Portugal, e ao mesmo tempo por um volume maior de conexões de viagens, cumpriu no Brasil esse espaço de transição. Local de entrada de alguns imigrantes lusitanos, que posteriormente seguiam para outros destinos. Sobre esse tema ver: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil*. Análise Social, vol. XXII (90), 1986-1º, 139-156; e COSME, João dos Santos Ramalho. *Quadros da Emigração Portuguesa no Pará (Brasil): 1886-1900*. Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2015, n. 15. p. 3.

⁸⁰ Os estudos sobre reemigração têm ainda sido pouco investigados. Autores portugueses dedicaram atenção a esse quesito dentro de pesquisas mais amplas, como foi o caso de ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, 1994; em que dedicou um item para tratar da reemigração. Outra pesquisadora que tratou da reemigração num artigo foi OLIVEIRA, Isabel Tiago de. *Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX*. Análise Social, vol. XLII (184), 2007, 837-852. No Brasil é significativo destacar os estudos que dedicaram atenção às mobilidades populacionais internas. Desse grupo é interessante observar o trabalho de FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Alguns portugueses estabelecidos no Pará nos primeiros decênios dos oitocentos não tiveram seus registros de passaportes identificados nos órgãos que emitiam tais licenças de viagem para esse destino, o que leva a supor que tenham utilizado outros mecanismos de acesso à região. Embora, como se verá adiante, as migrações clandestinas tenham sido muito comuns durante o período investigado, é relevante chamar atenção para um fluxo interno nas migrações portuguesas. Esses movimentos populacionais quase invisíveis aos olhos dos órgãos de fiscalização e controle interno constituem um aspecto marginal da composição dos imigrantes nas regiões brasileiras.

Foi o que pudemos notar nos registros da polícia da Corte do Rio de Janeiro para o período de 1808 a 1842⁸¹, onde aparece o nome de 45 indivíduos portugueses que imigraram para aquela província e depois solicitam passagem com destino ao Pará. Foi o caso de caixeiro lusitano José Cardoso Guimarães, de 19 anos, natural da cidade do Porto, que desembarcou na cidade do Rio de Janeiro em março de 1837, tendo ali permanecido por alguns dias no estabelecimento de algum conterrâneo na Rua da Quitanda na capital da Corte brasileira. Porém, no mês de abril daquele mesmo ano, seguia viagem na sumaca São Francisco com destino à província do Pará⁸².

Em função das muitas dificuldades em trabalhar com essas demandas migratórias que se movimentam no interior do Brasil, ater-nos-emos a investigar aqueles imigrantes que entravam pelo porto da cidade com passaportes legalmente emitidos pelo governo português. Porém, é relevante considerar que, mesmo com a grande importância que tinha a navegação transatlântica, corria em processo cada vez mais crescente uma forte comunicação interprovincial nesses meados dos oitocentos⁸³ e, nesse sentido, um fluxo interno de pessoas.

Retornemos um pouco mais nas recomendações que do Pará Luís Manuel fazia à sua esposa Helena Vitória em Lisboa por meio da carta de chamada. O imigrante luso informava: “logo que o navio chegar, hirás ter com meu pai, para te dar 87\$000 réis em dinheiro de metal, que daqui lhe mando para ahi te dar, assim como tudo o mais que te seja preciso para te transportares e mais os pequenos”⁸⁴.

⁸¹ Arquivo Nacional, Ministério da Justiça. Documentação da Polícia da Corte, Base de dados correspondente ao período de 1808 a 1842. Disponível para acesso no site <http://www.an.gov.br/baseluso/menu/menu.php>.

⁸² Arquivo Nacional, Ministério da Justiça. Documentação da Polícia da Corte, registro do passaporte de José Cardoso Guimarães, cód. 0381, vol. 09, fl. 81 v.

⁸³ Cf. LOPES, Siméia de Nazaré. *O Comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos e controle entre 1840-1855*. Belém: UFPA/NAEA, 2002.

⁸⁴ AHU, Pará, cx. 132, doc. 10094.

Luís, possivelmente, havia feito um esforço para tentar reencontrar a família durante as festas natalinas, já que suas recomendações datavam de outubro de 1804. Nessa missiva, detalhava criteriosamente as instruções à esposa sobre os procedimentos preparatórios da viagem. Indicava que havia remetido dinheiro a seu pai residente em Lisboa, a fim de que lhe repassasse a importância de 87\$000 réis, para a aquisição das passagens e “tudo o mais que te seja preciso para te transportares e mais os pequenos”. Contudo, mesmo com todos os preparativos e recomendações, o processo de documentação e as oportunidades de viagem para o Pará somente permitiram que Helena viajasse em janeiro de 1805.

Por mais que Helena Vitória já estivesse decidida a embarcar para junto de seu esposo no Pará em companhia dos seus filhos, ainda assim teria muito problema a resolver para poder emigrar. O processo de viagem no início dos oitocentos envolvia esforços individuais, arranjos familiares e um custo de uma “burocracia de embarque”, nem sempre acessível ao português despossuído. As despesas de uma viagem eram tão significativas, que Joel Serrão chegou a afirmar que “é duvidoso que nesse tempo, especialmente no primeiro quartel do século passado [*século XIX*], rurais muito pobres, sem acesso à propriedade da terra, tenham tido a possibilidade material de arcarem com as despesas de deslocação para o Brasil”⁸⁵.

Os custos de uma viagem antecediam a compra das passagens. Remetiam ao acesso de uma série de documentos pessoais necessários para a solicitação de passaporte, que incluía, entre outros, dispensas do serviço militar e comprovação criminal e comercial que legitimasse a idoneidade do solicitante. Em caso de levar acompanhante menor, como ocorria com Helena Vitória, eram necessárias as certidões comprovatórias de filiação e casamento. Esses e outros documentos exigidos tinham um custo, que levava tempo e dinheiro para ser conseguido.

É relevante considerar que, além das dificuldades para se habilitar para o embarque originadas pela documentação, o imigrante ainda tinha que enfrentar a viagem para o Brasil. Durante a primeira metade dos oitocentos, a navegação entre Portugal e o Brasil, com alguns avanços técnicos, ainda era muito semelhante às condições em que viajavam os primeiros colonizadores. Até os anos de 1850, os veleiros constituíam o mais expressivo meio de transporte de Portugal ao Brasil. Foi somente a partir dos anos 1860 que os vapores passaram a cobrir esse trajeto⁸⁶. Nos primeiros, além do longo período de permanência na embarcação – quando a viagem transcorria normalmente, não demorava menos que 50 dias –, as condições de

⁸⁵ Cf. SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa – sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizontes, 4ª Ed., 1982. p. 127.

⁸⁶ Cf. LEITE, Joaquim Costa. *O Transporte de Emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, (1851-1914)*. *Análise Social*, vol. XXVI, (112-113), 1991 (3.º-4.º), 741-752.

transporte eram muito precárias. Passageiros e cargas, por vezes, ocupavam espaços comuns. A base da alimentação servida na embarcação era feita de “arroz e biscoito duro, carnes e peixes salgados”⁸⁷. Sem espaço adequado para as refeições, era comum que um grupo de tripulantes e passageiros se reunisse em torno de “uma tina de comida com colher em punho, se iam servindo” e bebendo em vasilhas compartilhadas. Diante dessas condições de higiene, não era surpresa que surgissem doenças durante as viagens.

A introdução e vulgarização dos navios a vapor nas rotas migratórias entre Portugal e o Brasil tornaram as viagens mais rápidas e confortáveis. Diminuíam para um terço o tempo da viagem de um veleiro. Coordenados em sua grande maioria por companhias de navegação, os vapores eram providos de “camas ou beliches, e roupa de cama de seus paquetes, além de pequenos luxos, como pão fresco todos os dias”⁸⁸. Porém, estas não eram as condições de viagem de Helena Vitória e lusitanos que migraram no início do século XIX.

No final do século XVIII para o XIX, o custo global de uma passagem de Lisboa ao Rio de Janeiro girava em torno de 33\$415 réis, para uma duração de 50 dias de viagem num barco à vela⁸⁹. Considerando o valor diário de um trabalhador rural nesse mesmo período, que era de \$160 réis, o valor de uma viagem para a capital do Brasil equivalia a cerca de 208 dias de trabalho⁹⁰. Embora não tenhamos valores específicos em relação às viagens para o Pará, acreditamos que esses custos não diferiam tanto entre uma e outra província.

O envio dos 87\$000 mil réis por Luís Manuel a sua esposa Helena provavelmente cobriu os custos da viagem de Lisboa ao Pará, porém havia quem utilizasse outras estratégias para migrar. A antecipação da herança aos “segundos filhos” constitui um mecanismo comum entre as famílias do norte de Portugal. Esse arranjo familiar implicava a concessão em forma de “benefícios” e recursos monetários de parte de um patrimônio, em geral agrícola, para filhos que eram “excluídos” da transmissão das propriedades, usufruindo destas por outros meios⁹¹. Dessa forma, esses segundos filhos poderiam receber a parte de sua herança na terra em forma de instrução elementar necessária para inserção no trabalho comercial, assim como algum recurso monetário capaz de garantir o pagamento dos custos da emigração.

⁸⁷ Idem. p. 742.

⁸⁸ Idem. p. 743.

⁸⁹ Cf. MONTEIRO, Miguel. *Por Mar*. In: <http://www.museu-emigrantes.org/a-memoria/memorias-de-viagem/por-mar.html>.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Cf. ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros” – emigração e retorno no porto oitocentista*. *Op. cit.* p. 71.

Helena e seus dois filhos partiram de Lisboa no dia 15 de fevereiro de 1805, como passageiros no navio Nossa Senhora do Monte do Carmo, com destino ao Pará. Contudo, a adaptação às condições climáticas da região não foi favorável à família de Luís Manuel. Dois anos depois de terem chegado à cidade de Belém, o imigrante lusitano solicitava seu retorno à capital do reino levando em sua companhia Helena Vitória e seus filhos Francisco José Gonçalves e Maria Vitorina. A justificativa dessa inesperada volta era “por cauza da sua referida família padecer de continuo graves moléstias naquela capitania, para onde a mandou hir a pouco mais de dois anos sem nunca lograr saúde”⁹².

A migração para a província do Pará uniu a história de vida daquelas duas portuguesas, que até então pouco tinham em comum. O que as aproximava agora era o fato de que elas partiam para o norte do Brasil para o encontro de seus maridos, que por razões muito diversas tiveram suas sortes vinculadas àquelas terras.

Histórias de pessoas de origem lusa, como Ana e Helena, coletadas em documentos avulsos nos chegam fragmentadas e anunciam suas partidas. Nos dois casos, os interesses familiares foram razões que impulsionaram suas viagens: Ana Joaquina, para acompanhar o *infeliz marido* em sua pena de degredo; já Helena Vitória embarcou para juntar-se ao marido, que amealhava algum recurso capaz de trazê-la para junto de si e, mesmo distante, manter a unidade de sua família. Mas quantos outros portugueses se deslocavam para o Pará nos primeiros cinquenta anos do século XIX? Será que as razões que os levaram a deixar a Europa e vir para estas terras da Amazônia se parecem com aquelas que motivaram essas duas mulheres? Que interferências sociais e econômicas essas dinâmicas populacionais proporcionaram no Pará e em Portugal através dessas relações? O que mantinha acesa, por assim dizer, essa relação entre portugueses e o Pará no século XIX?

Essas e outras questões serão norteadoras nas discussões que se seguem sobre as migrações portuguesas na primeira metade do século XIX. Entre as análises dos fluxos migratórios e as trajetórias de vida, pretendemos palmilhar o universo das mobilidades através dos pedidos de passaportes emitidos a partir de Portugal com destino ao Pará.

⁹² Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 141, doc. 10649.

1.1. Um percurso das mobilidades no Pará

As migrações portuguesas para o Brasil são marcadas por serem de fluxo contínuo⁹³. Desde os primeiros tempos da colonização, oscilaram em níveis e proporções, por vezes quase imperceptíveis, devido ao pequeno trânsito de pessoas; em outros momentos, tornaram-se preocupantes as *sangrias* populacionais que ameaçavam inviabilizar atividades econômicas metropolitanas⁹⁴.

Estudos recentes têm demonstrado que a região norte da América Lusitana, da qual fazia parte a capitania do Grão-Pará, não fez diferente⁹⁵. Mesmo não conhecendo etapas de grandes fluxos populacionais, o interesse por essa região mobilizou importantes contingentes de indivíduos. Entre os séculos XVII e XVIII, apesar dos discursos de que a “região era tida como uma terra sem habitantes, sem cultura e sem comércio”⁹⁶, fontes documentais dão conta de que o governo português alimentou um circuito contínuo de indivíduos a fim de promover o povoamento, a ocupação e o estímulo ao desenvolvimento agrícola de algumas áreas da capitania.

Em menor medida, esse circuito migratório era formado por indivíduos que vinham por conta própria a fim de buscar estabelecimento, dada as limitações e custos no transporte. Predominava para a região um conjunto de pessoas que foram transportadas pela intervenção e interesse do Estado Português, seja como “viajantes involuntários”, como se enquadravam os militares e os degredados de toda sorte, seja através das várias levas de famílias de casais de açorianos ocorridas desde o século XVII, com o intuito de povoar as regiões do reino⁹⁷.

⁹³ A existência de um fluxo permanente de portugueses entre a Europa e o Brasil constitui uma das singularidades das migrações lusas. É corrente em alguns casos afirmar que “emigração é uma constante na vida portuguesa”. Entre os trabalhos que destacam análises sobre esse aspecto estão: CEPEDA, Francisco José Terroso. *Emigração Portuguesa: um fenômeno estrutural*. Bragança/Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 1995; CORTE, Andrea Telo da. Contribuição para o estudo da imigração subsidiada para o Brasil. p. 359-370. In SOUSA, Fernando. [et al.]. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Cepese/Ed. Afrontamento, 2007; ARRUDA, José Jobson de. *De Colonos a Imigrantes – I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

⁹⁴ As migrações portuguesas no século XVIII foram consideradas como uma “sangria populacional”, tamanho era o fluxo de lusitanos que partiam para o Brasil a fim de conseguir riqueza nas minas de ouro. Isso levou o governo português a editar em 1720, exigindo passaportes a quem quisesse deixar o Reino com destino ao Brasil. Para ver mais, consultar: SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa – sondagem histórica*. Op. cit., p. 107.

⁹⁵ Cf. VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano e SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Inquisição e Imigração: a trajetória de familiares do Santo Ofício no Grão-Pará e Maranhão e na capitania do Ceará (século XVIII)*. In ARRUDA, José Jobson de. *De Colonos a Imigrantes – I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013; ver também, CHAMBOULEYRON. Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. 1ª Ed. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010. v. 1. 207 p.

⁹⁶ Ver: CHAMBOULEYRON. Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. p. 15.

⁹⁷ Idem.

Embora apareçam indivíduos migrando por iniciativa pessoal, eram ações desenvolvidas pelo governo lusitano que mobilizavam o maior número de pessoas, em alguns casos, como forma estratégica de colonização; em outras, como medida para as mudanças que se davam na conjuntura da ordem do Império luso, tal como pode ser visto ainda nos finais do século XVIII, a “transmigração” da vila de Mazagão marroquina para a região do Cabo do Norte, que trouxe cerca de 418 famílias, num total de 2.092 indivíduos, que, embora destinados àquela praça, acabaram por reemigrar dentro do próprio território amazônico.⁹⁸

É importante destacar que as intervenções demográficas nos finais do século XVIII para a Amazônia faziam parte de uma política de colonização arquitetada pelo gabinete josefino⁹⁹. Desde a grande perda populacional ocorrida entre 1748 e 1750, motivada pela grave epidemia de sarampo, que afetou sobremaneira as populações indígenas matando milhares de nativos¹⁰⁰, o governo português, sob a ordem do marquês de Pombal – não necessariamente para suprir as lacunas populacionais deixadas pela mortandade da epidemia, mas como parte de um plano de ocupação mais amplo – “lançou mão de três expedientes: o recrutamento de colonos, o descimento de índios do sertão para as povoações ribeirinhas e a introdução de escravos africanos”¹⁰¹.

Essas medidas promoveram um forte movimento de indivíduos para a região amazônica. Das ilhas portuguesas foram remetidos casais de açorianos. Somente entre os anos de 1751 e 1752, foram enviados 189 casais, que perfaziam um total de 982 pessoas, das quais 60 morreram em viagem, desembarcando 925 indivíduos¹⁰². Não menos significativa foi a introdução de escravos africanos na Amazônia, tarefa que coube ao monopólio da Companhia

⁹⁸ Cf. AZEVEDO E SILVA, José Manuel. Mazagão: *De Marrocos à Amazônia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/jmas>. Ver também: MARTINS, Yure Lee Almeida. *Nova Mazagão através do Recenseamento Geral do Pará de 1778. Povoamento e hierarquização da riqueza*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308187407_ARQUIVO_yure-NovaMazagaoatravesdoRecenseamentoGeraldoParade1778.pdf

⁹⁹ Ver: AZEVEDO E SILVA, José Manuel. *O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino_

¹⁰⁰ Uma análise dos impactos populacionais gerados pela epidemia de sarampo no Grão-Pará, entre 1748 e 1750, revisitando as notícias e memórias produzidas sobre tal episódio, atualizando as cifras de mortos baseada em mapas populacionais e listagens dos mortos pode ser vista no artigo de VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano e MARTINS, Roberta Sauaia. *Epidemia de Sarampo e Trabalho Escravo no Grão-Pará (1748-1778)*. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 293-311, maio/ago. 2015.

¹⁰¹ Cf. AZEVEDO E SILVA, José Manuel. *O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia*. *Op. cit.* p. 13.

¹⁰² Assento de registro dos casais de açorianos remetidos à capitania do Grão-Pará em 1751 e 1752. Doc. 67, cx. 03, Açores. Agradeço a indicação do professor Antonio Otaviano Vieira Júnior da documentação concernente a essa questão. Ainda a respeito do tema é interessante ver: MADEIRA, Arthur Boavida. *População e emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimonia Histórica, dissertações, 1999; e CORDEIRO, Carlos e MADEIRA, Arthur Boavida. *A Emigração Açoriana para o Brasil (1541-1820) – uma leitura em torno de interesses e vontades*. ARQUIPÉLAGO, HISTÓRIA, 2ª série, VII (2003).

Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão por meio do abastecimento de escravos vindos particularmente de Guiné e Angola. Entre os anos de 1757 e 1777, desembarcaram nos portos da capitania cerca de 25.365 negros, correspondendo a uma média anual de 1.208 escravos¹⁰³.

Na virada do século XVIII para o XIX, havia um fluxo de indivíduos que tinham sido transportados para a região amazônica através da ação do Estado Português. Eram portugueses *mazaganistas*, casais açorianos, escravos negros e indígenas incorporados à sociedade paraense. Essa reconfiguração populacional iniciada através da política pombalina ganharia novos contornos no século seguinte. No decorrer dos primeiros decênios dos oitocentos, ao lado das iniciativas pessoais, com a crescente migração através de passaportes individuais ou familiares, foi possível assistir a outros movimentos que contribuíram para a inserção de pessoas no Pará.

As tensões que sacudiam a Europa, partindo da França desde o final dos setecentos, chegavam à península ibérica nos primeiros anos do século XIX, impondo-lhe “dramáticas rupturas”¹⁰⁴, sendo a mais intensa aquela que obrigou a transferir o eixo do poder do império português para o Rio de Janeiro em 1808. Esse episódio marcante na história de Portugal e Brasil foi também um tempo de intensas mobilidades. Distanciavam-se de Portugal junto com a Família Real cerca de 15 mil pessoas¹⁰⁵, que tiveram como principal destino o porto do Rio de Janeiro. Outros imigrantes desse tempo *escolheram* portos distintos, como o Pará¹⁰⁶. Depois de estabelecido no Brasil, o governo do regente D. João VI, além das medidas administrativas executadas na primeira hora, resolveu responder aos ataques franceses sofridos na Europa. A ação seria tomar a cidade de Caiena, possessão francesa localizada na fronteira norte do Brasil.

Por sua posição estratégica, a capitania do Grão-Pará se tornaria o palco privilegiado da contenda luso-francesa na América. Entre os anos de 1808 e 1817 as migrações de tropas mobilizadas para os combates nessa região trouxeram indivíduos de várias partes do Brasil, especialmente pernambucanos e cearenses¹⁰⁷. Além dos soldados recrutados nas províncias

¹⁰³ Cf. AZEVEDO E SILVA, José Manuel. *O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia*. *Op. cit.* p. 16.

¹⁰⁴ Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, Nuno G. O Colapso do Império e a Revolução Liberal. In PINTO, Antonio Costa e MONTEIRO, Nuno G. (orgs). *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*. Lisboa: Fundación Mapfre/Editora Objectiva, 2013. A respeito do tema é interessante ler: PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, um príncipe em dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; e LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil, 1808-1821*. Edição ACD Editores, 200 anos Portugal – Brasil, 2008.

¹⁰⁵ Cf. SCHWARCZ. Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis – Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 216.

¹⁰⁶ Cf. VIEIRA Jr. Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel de S. *Histórias de “movimentos”: embarcações e populações portuguesas na Amazônia joanina*. Revista Brasileira de Estudos da População. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 193-210, jan/jun. 2010.

¹⁰⁷ Ver: RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.) *O Brasil Imperial*. Vol. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 192.

brasileiras, havia escravos negros e alguns militares de origem portuguesa e inglesa atuando nas frentes de combate¹⁰⁸. Sem pretender avançar na discussão que envolve esse episódio, deter-nos-emos em destacar as mobilidades de soldados lusitanos envolvidos nessa contenda.

De posse das orientações vindas da Corte instalada no Rio de Janeiro, o presidente da província, capitão-general José Narciso de Magalhães e Menezes, tratou de organizar um destacamento inicial de 600 homens. Essa Tropa-Regular estava sob o comando do tenente-coronel Manoel Marques, português, natural de Penamacor, vila do distrito de Castelo Branco¹⁰⁹, e ficou conhecida como “Corpo de Voluntários Paraenses”¹¹⁰.

Sem recursos suficientes no erário do Estado capaz de custear tal ação, o capitão-general “solicitou a cooperação do comércio, na sua grande maioria composto por súditos portugueses. Estes não hesitaram em fornecer os elementos financeiros para a preparação da coluna”¹¹¹. Ele mesmo, o governador, teria “contribuído com recursos tirados à própria bolsa”¹¹².

Através de um relatório referente ao segundo semestre de 1806, apresentado em janeiro de 1807 pelo corpo de Oficiais de Artilharia do Pará¹¹³, encontramos registros pessoais de soldados que faziam parte dos agrupamentos de Belém, do Pará, Estremoz e Macapá. Esse relatório informava o nome de 237 oficiais, entre os quais estavam 96 de origem portuguesa.

De acordo com o documento, havia oficiais lusitanos que demonstravam já estar estabelecidos no Brasil desde finais do século XVIII, alguns dos quais tinham sido deslocados em função das campanhas militares ocorridas no Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Negro e Macapá e que, por fim, foram enviados para atuar nas fronteiras do Norte.

¹⁰⁸ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Tomada de Caiena vista do lado Francês*. Revista Navigator, v. 6, n. 11, 2010. p. 13-23. Ver ainda: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos P. *Dicionário do Brasil Joanino – 1808-1821*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2008. Verbete: Invasão da Guiana. p. 235.

¹⁰⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 140, doc. 10624, Corpo de Artilharia do Pará, sob o comando do Tenente Coronel Comandante Manoel Marques, segundo semestre de 1806.

¹¹⁰ Assim descreve BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará, col. Amazônia, Série José Veríssimo, 1969. p. 275, a criação desse corpo militar: “Declara [o governador] na ordem do dia 5 de agosto por Decreto de 13 de Maio de 1808 os voluntários que servirem nos Corpos do Exército, não serão obrigados a servir mais de oito anos. Entra em preparativos militares para uma expedição ofensiva. Organiza um corpo de seiscentos homens todos voluntários da Tropa regular: fardados com jaquetas e calças de pano de algodão tinto de negro, que foram cozidas gratuitamente pelas matronas, suas filhas e escravas; dá-lhe o nome de Corpo de Vanguarda; assinala os que a formam com uma medalha de prata contendo as letras iniciais das palavras Voluntários Paraenses; e dispõem os mais meios de irrupção, que a sua prudência lhe indicou como indispensáveis para estabelecer o Teatro da guerra da Guiana Francesa”. p. 275.

¹¹¹ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*. Belém-Pará/Manaus/Guanabara: Amazônia Edições Culturais Ltda. (AMADA), 1972, p. 73.

¹¹² Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Portuguêses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Ministério da Educação e Saúde: Departamento de Impr. Nacional, 1953.

¹¹³ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 140, doc. 10624.

Era o caso de João de Souza Braga, alferes da 2ª Companhia do Regimento de Infantaria de Linha do Extremoz, que tinha 41 anos de idade, 20 somente no serviço militar, declarava-se solteiro, era natural de Braga e não possuía filhos. Antes de vir para esse destacamento, havia participado da expedição das Minas Gerais em 1792 e 1793, além de ter marchado no Regimento do Rio Grande do Sul até 1802, tendo finalmente retornado para o Rio de Janeiro, de onde possivelmente fora transferido para a província do Pará.¹¹⁴

A tomada de Caiena foi uma das últimas grandes intervenções do Estado português em mobilizar contingente populacional para a capitania do Grão-Pará, desde as medidas desenvolvidas por Pombal. A circulação de indivíduos, principalmente de portugueses, ao longo da primeira metade dos oitocentos vai aos poucos se tornar cada vez mais individualizada e “autofinanciada”. As ações colonizatórias ou protetivas marcantes das políticas empreendidas pelo governo luso vão cedendo espaço para a emergência do “*self-made man*”¹¹⁵. O aventureiro que a qualquer custo vinha, desde o século XVIII, tentar a sorte nas terras brasílicas, em busca de “fazer a América” nas minas de ouro, agora sonha em se tornar um “brasileiro”¹¹⁶ afortunado através de seu esforço nos negócios.

As migrações oitocentistas no Pará estão cada vez mais próximas do tipo *espontânea*, considerando a predominância da iniciativa pessoal não controlada, distanciando-se das *migrações contratada ou direcionada*¹¹⁷, que marcaram o século anterior, quando o governo português, através das políticas pombalinas, transportou casais de açorianos, mazaganistas e outros indivíduos, a fim de pôr em prática um projeto colonizador. Nesse caso, onde era marcante o deslocamento de famílias, as migrações tendem a se constituir num caráter duradouro, havendo um baixo índice de retornos, enquanto que, nas migrações consideradas espontâneas, não há um caráter definitivo, o que significa que há um maior índice de retornos, por serem constituídas, essencialmente, por homens e mulheres solteiros. “Estes migrantes dedicam-se a actividades para onde já também detinham know how e dirigem-se fundamentalmente para um espaço urbano e vão dar origem ao conceito de ‘brasileiro’”.¹¹⁸

¹¹⁴ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 140, doc. 10624 – Ofício enviado pelo governador e capitão-general José Narciso de Magalhães de Menezes, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Visconde Anadia [D. João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo os mapas gerais dos Corpos de Linhas e Milícias dos Regimentos da Capitania do Pará, e as informações militares referentes àqueles Regimentos no último semestre de 1806.

¹¹⁵ Ver: ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros” – emigração e retorno no porto oitocentista*. *Op. cit.* p. 38.

¹¹⁶ Português que retorna enriquecido com a migração, os chamados “torna-viagem”, que se tornaram personagens típicos na literatura portuguesa nortenha.

¹¹⁷ Cf. COSME, João dos Santos Ramalho. *Quadros da Emigração Portuguesa no Pará (Brasil): 1886-1900*. Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2015, n. 15. p. 3.

¹¹⁸ Idem.

Ao governo lusitano, coube estabelecer uma legislação migratória cada vez mais sistemática, levando a um maior controle os registros de quem desejava migrar para fora do Reino. Contudo, esses limites nem sempre foram facilmente aceitos e respeitados, gerando problemas que se arrastaram ao longo do século XIX. Entre as “remessas” ilegais de imigrantes pouco ficou, mas, da conturbada relação com a legislação da imigração – os reclamos – e das queixas de burlas desses mecanismos nos portos paraenses ficaram registros que veremos a seguir.

1.2. – Migrar na forma da Lei

“Todas as pessoas que quiserem sair desta Corte, e cidade de Lisboa, serão obrigadas a tirar Passaportes, que lhes mandarão passar os Ministros dos bairros, em que morarem, pelos respectivos Escrivães, os quaes levarão dois vinténs pelo trabalho de encherem os claros dos mesmos Passaportes, sem que levem os ditos Ministros da assinatura deles algum emolumento. O mesmo se praticará em toda as Comarcas destes Reinos, que houverem de sair delas para fora”.

Palácio de Nossa Senhora da Ajuda – Alvará de 13 de agosto de 1760¹¹⁹.

Entre os anos de 1800 e 1850 levantamos 1.339 nomes de indivíduos que solicitaram passaportes a fim de migrar de Portugal para a cidade do Pará no norte do Brasil¹²⁰. Esse número de registro nominal corresponde àqueles que recorreram aos órgãos lusitanos responsáveis pela emissão de tal documento para se deslocar. Trata-se de um conjunto de pessoas que foram alcançadas pelo filtro das leis migratórias. Desse grupo estão ausentes todos os imigrantes que partiram de forma clandestina ou reemigraram dentro do Brasil para a cidade do Pará.

Considere-se que o período em que foi processada a emissão desses passaportes foi marcado por *rupturas dramáticas* na vida política e institucional dos lusitanos¹²¹, desde a partida da Corte para o Rio de Janeiro em 1808; depois, em todo o processo de estabelecimento

¹¹⁹ Ver: SILVA, António Delgado da. *Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações*. Redigidas pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

¹²⁰ Levantamento dos registros de pedidos de passaportes realizado a partir das fontes portuguesas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, Pará. Arquivo Distrital de Lisboa, ANTT; Arquivo Distrital do Porto; Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Distrital de Faro, Arquivo Distrital de Santarém, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Arquivo Distrital de Vila Real, Arquivo Distrital de Coimbra. Esta pesquisa foi possível através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE/CAPES, que permitiu desenvolver um estágio de 8 meses de investigação como aluno especial da Universidade de Lisboa, sob orientação do professor doutor João dos Santos Ramalho Cosme.

¹²¹ Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, NUNO G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. *Op. cit.*, p. 25.

do liberalismo português e perda da principal colônia, que era o Brasil, ao mesmo tempo em que teve que conviver com guerras civis, entre outros episódios que se configuraram nessa fase de intensas rupturas. Pergunta-se: como ficaram estabelecidas as regras migratórias aos lusitanos que desejavam partir do Reino nessa época? É possível perceber mudanças na legislação que regulava as migrações? Essas e outras questões serão norteadoras nesta sessão.

No “Vocabulario Portuguez e Latino” oferecido ao rei D. João V pelo padre Raphael Bluteau em 1720, o verbete “passaporte” corresponde a “Carta de favor de hum Príncipe ou Embaixador para alguém poder passar livremente pelos seus Estados”¹²². Nesse dicionário, passaporte estava relacionado à palavra latina *commeatus*, que vinha a ser a concessão de circulação “que se dava aos soldados para irem e virem de um lugar para o outro”¹²³. Embora a palavra passaporte já estivesse bastante consolidada dentro de um vocabulário corrente como designação da mobilidade de indivíduos no século XVIII, nessa mesma obra as palavras “migração”, “imigração” e “emigração” não aparecem descritas. Somente no século XIX é que essas terminologias passam a ser utilizadas no sentido de qualificar a ação do indivíduo envolvido nas mobilidades¹²⁴.

Se a circulação dos indivíduos se mostra como uma constante na vida dos lusitanos¹²⁵, formando por isso um fenômeno estrutural na sociedade portuguesa¹²⁶, as migrações, no seu sentido moderno, ganharam uma fisionomia nova no século XIX, seja a partir da criação de um vocabulário próprio, como podemos observar, seja, principalmente, pelo refinamento de uma política migratória portuguesa que vinha sendo gestada desde o século anterior.

As sangrias populacionais, como foi qualificada a evasão de indivíduos que por sua *espontânea vontade* começaram maciçamente a deixar a metrópole em direção ao Brasil, têm seu registro nos meados do século XVIII¹²⁷. O sonho de fazer riqueza rápido¹²⁸ nas minas gerais trouxe para essa região do Brasil, entre 1732 e 1762, cerca de 8.800 lusitanos. Chegava, aos

¹²² *Vocabulario Portuguez e Latino oferecido ao Rei de Portugal D. João V pelo padre D. Raphael Bluteau*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720. P. 299.

¹²³ *Idem*.

¹²⁴ Ver: SOUSA, Fernando. Os portugueses. De Colonos a imigrantes. In ARRUDA, José Jobson [et al.] (Orgs.). *De Colonos a Imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 21.

¹²⁵ Ver: SANTOS, Maria Helena Carvalho. *Emigração: uma constante na vida portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado de Desporto, Cadernos F.A.O.J, Série A, 11.

¹²⁶ Cf. CEPEDA, Francisco José Terroso. *Emigração Portuguesa: um fenômeno estrutural*. Bragança/Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 1995; GODINHO, Vitorino M. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975.

¹²⁷ Ver: COSME, João dos Santos Ramalho. *A Emigração Portuguesa para o Brasil na 2ª metade do século XVIII*, Sumário da Lição. Universidade de Lisboa, 2007.

¹²⁸ Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª edição, 1995.

anos de 1762 e 1801, a nada menos do que 13.400 indivíduos¹²⁹. Foi no contexto desses índices alarmantes das migrações portuguesas que o governo lusitano achou por bem editar o decreto de 20 de março de 1720, procurando restringir a entrada de lusitanos sem a devida apresentação de passaportes.

Porém, foi através do Alvará de 13 de agosto de 1760 que a regulamentação do uso dos passaportes passou a fazer parte de um instrumento de segurança pública¹³⁰. Parte de um projeto mais amplo da política josefina de controle das fronteiras econômicas do Estado, essa legislação estava em forte diálogo com outros dois importantes organismos criados nesses anos. Em 30 de agosto de 1755 havia sido instituída a Junta do Comércio, em substituição à Mesa do Bem Comum, sendo o seu estatuto apresentado somente um ano depois¹³¹. No mesmo ano da criação da Lei dos Passaportes, também foi instituída, no dia 25 de junho de 1760, a Intendência Geral de Polícia.

Embora cada um desses órgãos tenha atribuições específicas, tanto a Junta de Comércio como a Intendência Geral de Polícia continham em suas responsabilidades ações fiscalizatórias e punitivas em relação à circulação dos indivíduos. Na primeira, além das regras protecionista e de incentivo ao comércio propostas pelo marquês de Pombal¹³², havia uma determinação de que “todos os Negociantes, que intentarem transportar-se para quaisquer dos Portos da América, requeiram nesta Junta a sua atestação, pela qual seguramente serão admitidos pelas respectivas Mesas de Inspeção¹³³”. Ainda ficava previsto aos mesmos Homens de Negócios que não requeressem a devida atestação da Junta, que fossem considerados “transgressores da Lei, e se lhe imponhão as penas por ela determinada”¹³⁴.

Não menos imperiosas eram as determinações previstas nas atribuições da Intendência Geral de Polícia a respeito das regras de circulação dos indivíduos no reino lusitano. Previam que “os Mestres de Navios, nacionais ou estrangeiros que entrarem de Barra em fora no porto de Lisboa, serão obrigados a declarar na Torre do Registro, o número, qualidade de profissão

¹²⁹ Cf. SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa – sondagem histórica*. Op. cit., p. 107; VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos P. *Dicionário do Brasil Joanino – 1808-1821*. Op. cit., p. 210.

¹³⁰ Cf. RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Emigrantes: Vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo/Portugal: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2006. p. 23.

¹³¹ Ver: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750-1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 396 e 458 (Instituição da Junta de Comércio e Estatuto da Junta de Comércio).

¹³² Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os Negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos*. *Análise Social*, vol. XXVII, (116-117), 1992 (2º-3º), 407-440.

¹³³ Ver: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750-1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 472.

¹³⁴ Idem.

dos passageiros que trouxeram”¹³⁵, os quais somente teriam a permissão de desembarcar depois de receberem ordens do Intendente ou autoridade correspondente.

Era também a Intendência Geral de Polícia que atuava na fiscalização das fronteiras, exigindo a comprovação da identidade dos indivíduos que por essas zonas circulavam. Determinava: “todas as pessoas que entrarem neste Reino pelas suas fronteiras serão obrigadas a manifestar-se no primeiro lugar onde chegarem perante o Magistrado dele, apresentando os Passaportes ou Carta de legitimação de sua pessoa”¹³⁶.

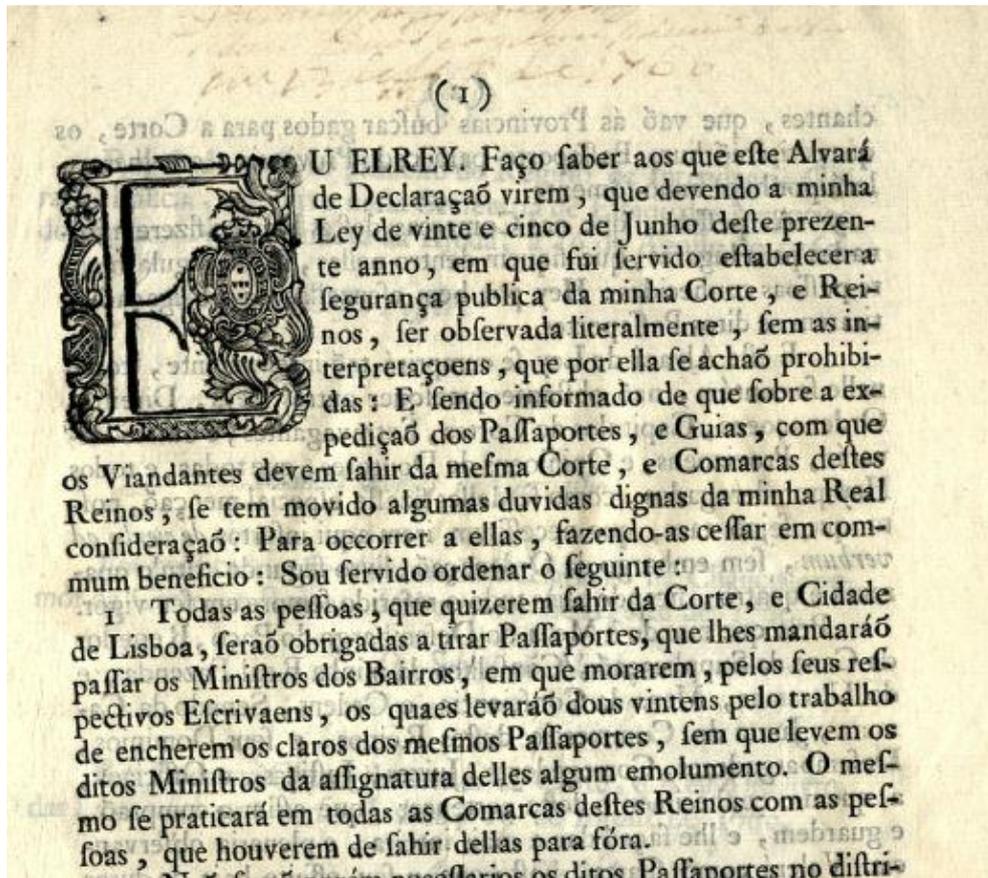
Observando esse conjunto, podemos notar que a edição da Lei de Passaportes de 1760 consolidava determinações também amparadas em outros órgãos do Governo Português. Nesse sentido, é interessante destacar que o recurso às migrações nem sempre possa ter a mesma “porta de saída”, considerando a emissão de documentação de mobilidade. Em alguns casos, a Junta do Comércio aparece como órgão emissor dos passaportes e licenças de embarques para quem desejava seguir ao Grão-Pará setecentista¹³⁷.

¹³⁵ Ver: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750-1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 734 (Instituição da Intendência Geral de Polícia).

¹³⁶ Idem. P. 735.

¹³⁷ Levantamento de imigrantes lusos no período josefino realizado a partir da documentação existente na Junta do Comércio de Lisboa pelo professor Antonio Otaviano Vieira Júnior. (Pesquisa em andamento).

Figura 1



Alvará regulando a expedição de passaportes e seus emolumentos – 13 de agosto de 1760. Lisboa – reimpresso na oficina de Miguel Rodrigues, 1760, 3 p, 2º 31 cm. (Cópia digitalizada, Biblioteca Nacional de Portugal)

Vejamos algumas das determinações previstas na Lei de passaportes de 1760. Em primeiro lugar, ela estabelece de forma imperiosa que “todas as pessoas que quizerem sair da Corte e cidade de Lisboa, serão obrigadas a tirar Passaporte”¹³⁸. Essa obrigação era, entretanto, dispensável em relação aos comerciantes que faziam o abastecimento diário da capital¹³⁹. Um segundo aspecto que merece atenção corresponde ao fato de que os passaportes deveriam ter a validade de um ano e que “qualifiquem e descrevão com distinctos siganes as suas pessoas”¹⁴⁰. O registro das características físicas nos passaportes estava em concordância com o caráter policial e restritivo de que se investia esse documento de mobilidade. Muito próximo das exigências previstas pela Intendência Geral de Polícia que obrigava dos indivíduos ao

¹³⁸ Cf. SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750-1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 747 (Alvará regulando a expedição de Passaportes).

¹³⁹ Ver: RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização: O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Governo Civil de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1995. p. 23.

¹⁴⁰ Cf. SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750-1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p.747 (Alvará regulando a expedição de Passaportes).

apresentarem seus passaportes na fronteira, deveriam dar provas de “suas legítimas pessoas, declarando-lhes seus verdadeiros nomes e apelidos; as Terras de onde vem; as suas profissões; os Lugares e pessoas a quem vem dirigidas”¹⁴¹.

O controle migratório feito através da emissão dos passaportes no século XVIII se aproxima dos princípios de controle estabelecidos com o nascimento da polícia moderna¹⁴². A atração representada pelos crescimentos urbanos, motivados pelo desenvolvimento do comércio e da indústria, fez dessas regiões espaços privilegiados de interesses de indivíduos despossuídos, aventureiros, marginais e criminosos de toda sorte. Porta de entrada para o Atlântico, a cidade de Lisboa era um local de passagem para muitos que desejavam passar a outros territórios do Reino, assim como oportunidade de inserção na vida comercial e urbana da metrópole. Dessa forma, esses órgãos tinham a função de limitar a entrada de indivíduos que ameaçavam a ordem do Estado.

O recurso às restrições das mobilidades por meio da política josefina pode ser notado através do seguinte caso que observamos no Grão-Pará. Em 1755, o Bispo do Pará, D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, governador interino do Estado do Maranhão e Grão-Pará, comunica à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar que “entre os vários passageiros chegados na presente frota, que se transportaram para este Estado, vieram seis na Nau de Guerra ‘Nossa Senhora de Nazaré’ sem passaportes”¹⁴³.

Um deles de nacionalidade espanhola, era chamado “Francisco Hermossa, conforme é demonstrado termo entregue pelo comandante da frota, Francisco Aguiar e Souza, tanto que chegou a esta cidade”.¹⁴⁴ Segue o bispo relatando os seus procedimentos: “a todos eles mandei recolher na prisão do calabouço do Corpo da Guarda, e que depois de examinar pessoalmente, o caráter de cada um, dei a liberdade aos portugueses, fazendo-os assinar primeiro o termo na Secretaria de Estado, para que não saírem desta cidade, sem especial ordem minha”.¹⁴⁵

Quanto ao espanhol, o governador interino se pronunciou da seguinte forma: “tornando a deixar preso o mesmo hespanhol, refletindo na circunstância de nos acharmos atualmente concluindo o Tratado de Limites com os mesmos hespanhóes, e que este, no qual achei hum grande desembaraço e prontidão de discurso, poderia debaixo de uma capa rota, ser mandado a

¹⁴¹ Cf. SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750-1762*. Op. cit., p. 735 – Criação da Intendência Geral de Polícia.

¹⁴² Ver ROCHE, Daniel. *Humeurs vagabondes, De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: Fayard, 2003, especialmente o capítulo VII, *Contrôle et identité*. p. 359-477

¹⁴³ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 38, doc. 3618.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

explorar este Estado, como espia”¹⁴⁶. E mesmo depois dos vários requerimentos feitos pelo passageiro espanhol, D. Frei Miguel de Bulhões o manteve preso até entregar novamente ao comandante da Nau de Guerra para retornar de onde partira.

O recurso ao passaporte ou, nesse caso, a falta deste documento foi decisivo para levar todos os seis passageiros que chegaram ao porto do Pará ao calabouço do Corpo da Guarda. O motivo para tal decisão eram a certificação de suas identidades e o perigo que a entrada desses viajantes poderia representar para a ordem local. D. Frei Miguel de Bulhões entendeu que os cinco portugueses não representavam nenhum risco e foram postos em liberdade. Porém, o espanhol, em meio às disputas territoriais, poderia ser um inimigo propositalmente infiltrado e, portanto, não poderia desembarcar nas terras portuguesas naquele momento.

Esse emblemático caso mostra o caráter policial e restritivo na circulação dos indivíduos que deixavam de apresentar seus passaportes. Antes mesmo do Alvará de 1760, os governadores no Pará já possuíam orientações para receber, dos Mestres dos Navios que entravam no porto, relação dos passageiros¹⁴⁷. Embora não seja possível asseverar a regularidade dessa fiscalização e mesmo do controle existente nos portos paraenses, é relevante considerar a exigência da utilização dos passaportes para circular nessa província amazônica, assim como as punições por não portá-los, e, no caso de representar ameaça ao lugar de destino, poder remeter de volta ao seu porto de origem.

Entre 1755 e 1799, ainda localizamos na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino 16 ocorrências que têm como causa registros de passaportes entre Portugal e o Pará, sendo que dois pedidos são de retorno a Lisboa e o restante são de indivíduos que embarcaram de Portugal para o Grão-Pará¹⁴⁸. Entre estes, está o caso de Agostinho Ângelo

¹⁴⁶ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 38, doc. 3618.

¹⁴⁷ Pela Lei de 20 de Maio de 1720, “Nenhum funcionário poderia partir para o Brasil, sem ter sido despachado na metrópole para qualquer emprego civil ou eclesiástico ou para servir das missões e os particulares que embarcaram, necessitavam justificar com documentos, que iam fazer negócio considerável, com fazendas próprias ou alheias, para voltarem ou acudir a negócios urgentes ou precisos, podendo apenas, nestes restritos casos e depois de rigorosa investigação judicial, ser-lhes concedidos passaportes”. Legislação da Emigração Portuguesa. ALVES, Jorge Fernandes. Disponível no site: <[http://www.museu-emigrantes.org/docs/ conhecimento/legislacao-emigracao.pdf](http://www.museu-emigrantes.org/docs/conhecimento/legislacao-emigracao.pdf)>

¹⁴⁸ Essa amostragem se encontra na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, Pará. Entretanto, temos conhecimento de que um número expressivo de imigrantes lusos migrou no final do século XVIII utilizando passaportes emitidos pela Junta de Comércio de Portugal, conforme já nos referimos anteriormente.

Freire, um português que tentou entrar no Pará sem trazer o seu passaporte e acabou denunciado, preso e remetido de volta a Lisboa¹⁴⁹.

Agostinho era um português de 20 anos, natural de Lisboa, filho do negociante lisboeta Manoel Rodrigues Freire, que no ano de 1779 foi remetido para a cidade do Pará por seu irmão, também negociante, José Alves Freire, para “tomar pé dos negócios” naquela capitania junto ao seu correspondente João Manoel Rodrigues. Porém, segundo argumentava em sua defesa, “por descuido seu e de seu irmão”, embarcou para aquela cidade sem o seu passaporte. Ao chegar ao Pará, foi preso e remetido de volta a Lisboa, onde permaneceu na cadeia do Castelo, por ordem do desembargador Diogo Inácio de Pina Manique¹⁵⁰ desde abril, e até novembro de 1779 não havia sido libertado, mesmo atestando que Agostinho era um “jovem estudante, que havia frequentado as aulas do padre Custódio José de Oliveira onde estudou gramática grega e latina, retórica e filosofia racional”.

Entregue pelo meirinho Vicente Ferreira de Azevedo da superintendência dos contrabandos, à cadeia do Castelo, não se sabe por quanto tempo mais acabou permanecendo naquele presídio. Contudo, o caso de Agostinho serve para ilustrar como eram aplicadas as penalidades aos passageiros que viajavam sem passaportes, e que o desembarque nos portos do Pará estava sujeito a uma verificação das pessoas que ali chegavam, mesmo sabendo das limitações de tais vistorias. Apesar da alegação de que Agostinho vinha tratar dos negócios de seu irmão José Alves Freire naquela cidade, tal informação não foi suficiente para permitir a sua entrada sem apresentar o documento que normatizava a sua mobilidade. A suspeição sobre a identidade, a dúvida de seu interesse na cidade paraense e, acima de tudo, o fato de não haver comprovações pessoais e todas as dispensas necessárias para seu deslocamento foram razões para as intervenções das autoridades locais¹⁵¹.

Depois de fazer esse breve percurso sobre a Lei dos Passaportes de 1760 e suas implicações nas migrações portuguesas no Grão-Pará setecentista, vejamos algumas das principais mudanças ocorridas na legislação das mobilidades no século XIX.

¹⁴⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 82, doc. 6755. Requerimento de Agostinho Ângelo Freire, filho de Manuel Rodrigues Freire, para a rainha [D. Maria I], solicitando a sua libertação da cadeia do Castelo, onde está preso pelo crime de ter viajado para a cidade do Pará sem passaporte.

¹⁵⁰ Diogo Inácio de Pina Manique, foi um dos mais marcantes Intendentes da Polícia portuguesa dos finais do século XVIII e início do século XIX. Profundamente influenciado pelo Iluminismo, destacou-se no controle sanitário e nas políticas assistenciais do Reino. Porém, não descuidou da ação voltada para as mobilidades populacionais dessa época. Sobre a trajetória desse interventor, ver: ABREU, Laurinda. *Pina Manique, um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.

¹⁵¹ Idem.

Novamente por razões de segurança pública, a legislação migratória portuguesa vai ter mais uma importante modificação através do Edital de 19 de fevereiro de 1811¹⁵², elaborado durante a intendência do doutor Jerônimo Francisco Lobo, Intendente Geral da Polícia, em meio ao fervor dos ataques bélicos das invasões francesas ao território europeu de Portugal, “como meio de luta contra a infiltração dos invasores”. Essa nova legislação determinava que “os passaportes não só declarassem os sinais individuais do portador: seu nome, filiação, naturalidade, estado, ocupação, lugar da morada, e subscrição do portador, quando sabia escrever; mas também o nome, morada e ocupação do abonador”¹⁵³.

É sintomático que as preocupações relacionadas com as invasões francesas orientaram as determinações sobre a identificação dos indivíduos que circulavam nas terras portuguesas, pois os dispositivos são conclusivos a esse respeito, como se pode ver: “Toda a pessoa que quiser ir, ou mandar familiar seu, ou qualquer pessoa para as terras, que ficam além das posições ocupadas pelo Exército Aliado do Norte, fará averbar o respectivo passaporte na Secretaria da Intendência Geral de Polícia, onde no reverso lhe será posto o visto, e sem este não terá validade”¹⁵⁴.

Os passaportes constituíam a documentação imprescindível para a mobilidade legal das pessoas. Porém, desde a sua concepção até meados do século XIX, essa documentação foi sofrendo modificações tanto na sua forma como no conteúdo descrito, em função das necessidades sociais que a mobilidade de pessoas impunha.

Durante o governo de 1820, D. João VI, estabelecido no Rio de Janeiro, “julgando indispensável nas circunstâncias actuais à segurança, e conservação da pública tranquilidade deste Reino¹⁵⁵”, publicava uma série de regras sobre as migrações para o Brasil.

A ordenação de 1820 era composta de doze determinações a respeito da circulação e especialmente do desembarque de indivíduos nos portos brasileiros. Nesse sentido, demonstra maior atenção com as migrações transatlânticas, que as leis anteriores não precisavam com

¹⁵² Cf. SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825, p-18 (Edital de 19 de Fevereiro de 1811).

¹⁵³ Além de dar sinais de sua identidade, é importante que haja testemunhas com credibilidade que possam referendar as declarações do imigrante e se responsabilizar por elas. É assim que se caracterizava o papel dos abonadores, estabelecidos no edital de 1811. Por essa Lei, o abonador deveria assumir a obrigação de responder judicialmente pelo requerente do passaporte, sempre que este fosse chamado a juízo. Sobre esse tema, ver: RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização: O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. *Op. cit.*, p. 42.

¹⁵⁴ Ver: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825, p-18 (Edital de 19 de Fevereiro de 1811). p. 19.

¹⁵⁵ Cf. SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – 1811-1820*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825, p.750 (Ordenação, Palácio do Rio de Janeiro, 2 de Dezembro de 1820, Sua Majestade D. João VI).

maior clareza. Essa preocupação não é sem causa, pois as cidades brasileiras fervilhavam com o idealismo propagado pelo liberalismo europeu, através de navios nacionais ou estrangeiros chegados aos portos, por meio dos quais entravam mercadorias, ideias e pessoas¹⁵⁶ que cada vez mais vinham trazendo notícias sobre as mudanças que se reclamavam naqueles lugares. As famílias mais abastadas, que haviam mandado seus filhos estudarem na Europa, foram porta-vozes desses novos tempos.

Entre as principais determinações estavam: a obrigatoriedade de os mestres de embarcação não permitirem o desembarque de qualquer passageiro sem antes receber a visita de uma autoridade; o Magistrado ou Oficial de Visita deveria passar visto nos passaportes de todos os passageiros; em caso de facilitação ou omissão nessa sua obrigação, o mestre de embarcação denunciado “deveria pagar a multa de cem mil réis por cada viajante que desça para terra sem ter sido devidamente verificado a sua documentação de viagem”.¹⁵⁷ Para estimular a fiscalização, ficava estabelecido que a metade do valor da multa ficaria com o denunciante e a outra metade seria recolhida para a Caixa da Intendência Geral de Polícia. Estavam isentos dessa visita os Oficiais ou Expressos que trouxessem despachos, passageiros com portaria de Ministro ou Secretário de Estado.

Se a navegação marítima constituía a rota privilegiada das migrações no século XIX e mesmo no século seguinte, também era pelo circuito de embarcações que vinham as maiores preocupações dos agentes responsáveis pelo controle migratório. Desde os finais do século XVIII, a inspeção dos navios se fazia obrigatória, sendo passível de pena com a “confiscação do casco da embarcação” aos mestres de navios que deixassem desembarcar passageiros sem apresentarem seus passaportes¹⁵⁸. A Lei estabelecida por D. João VI em 1820 enfatizava um problema que se mostrava incômodo nas migrações legais: as burlas da legislação e a imigração clandestina que utilizava a cumplicidade dos mestres de navios. Essa questão se estenderá ao longo dos oitocentos. Em 1842, na tentativa de combater o chamado “tráfico da escravatura branca”, foi editada pelo governo luso a portaria de 19 de agosto daquele ano. Nessa normatização, os capitães de navios voltavam a ser alvos das preocupações com o transporte de passageiros clandestinos. A pena prevista a quem se fosse acusado de tráfico ilegal de

¹⁵⁶ Cf. SALES, Mália F. *Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

¹⁵⁷ Ver: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – 1811-1820*. Op. cit., p.750.

¹⁵⁸ Ver: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750-1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 735 (Instituição da Intendência Geral de Polícia).

imigrantes era a obrigação de depositar 4 contos de réis, com possibilidade de os reaver 18 meses após o regresso ao porto de partida¹⁵⁹.

Outro aspecto relevante dessa normatização de 1820 é que, mesmo tendo sido elaborada em 2 de dezembro daquele ano, estava prevista para entrar em vigor a partir de 1º de junho de 1821. Essa legislação assinada no Brasil por D. João VI, visava garantir a segurança pública dos portos do reino atlântico, a última do tempo colonial. Quando chegou a vigorar, a Corte portuguesa não mais se encontrava no Rio de Janeiro, pois tempestuosos ventos liberais sopravam na antiga capital do Reino. D. João VI retornava para Portugal em 26 de abril de 1821, “ignorando o que o esperava do outro lado do Atlântico e temendo as intenções daqueles que exigiam sua presença”¹⁶⁰. No Brasil, as mudanças também não tardariam a vir, já que logo os antigos colonos portugueses passariam à condição de estrangeiros, mesmo que fossem vistos como irmãos de sangue¹⁶¹.

Após a independência do Brasil, houve ainda algumas importantes modificações na legislação portuguesa destinadas ao controle migratório. A primeira delas foi realizada no mesmo ano em que ocorria o reconhecimento pelos portugueses da autonomia política da Nação brasileira. Através do decreto de 25 de maio de 1825, foi realizada uma reformulação promovida por um corpo legislativo baseado no Liberalismo, que resultou na criação da Secretaria Geral de Passaportes.¹⁶² Sua preocupação era corrigir algumas “anomalias” decorrentes da concessão de passaportes, como: evitar a falsificação desses documentos, limitar os abusos de emolumento e uniformizar a emissão de passaportes através da impressão gráfica¹⁶³, que pretendia extinguir a variedade de registros manuscritos e, portanto, passíveis de fraude.

Com base no ideal liberal, o caráter restritivo e mesmo proibitivo vai sofrer forte influência dos discursos liberais que concederam aos indivíduos poderes que antes eram exclusivamente do Estado. Nesse documento, ficava determinado que “Qualquer [indivíduo] pode conservar-se, ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os bens, guardados

¹⁵⁹ Cf. RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização: O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Op. cit., p. 29.

¹⁶⁰ Ver. PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, um príncipe em dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 365.

¹⁶¹ Ver MENDES, José Sacchetta R. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo-SP: EDUSP/FAPESP, 2011.

¹⁶² Cf. RODRIGUES, Henrique F. *Emigração e Alfabetização: A Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995. Especialmente o capítulo 1, Emigração e Leis de 1760 a 1863. p. 25.

¹⁶³ Ver: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750-1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 735.

os regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiros”¹⁶⁴. Essa legislação visava menos restringir a concessão de passaportes do que assistir, através de um aparato administrativo de vigilância, a sua emissão. Uniformizar através da impressão gráfica, com timbre da Intendência Geral de Polícia, assistido por um tabelião, caso houvesse dúvidas quanto à idoneidade de seu portador, era uma entre as medidas a serem tomadas.

Entretanto, em meio às disputas políticas entre liberais e absolutistas que acabaram por conduzir D. Miguel ao poder, em meio à situação pouco favorável à estabilidade, a padronização dos passaportes através da lei de 1825 foi considerada impraticável devido às dificuldades de fiscalização. Nesse sentido, a Lei foi abolida e retornou às diretrizes definidas no regulamento de 1810.¹⁶⁵

Finalmente, uma das mais relevantes mudanças na legislação portuguesa sobre a emissão dos passaportes da primeira metade do século XIX: logo após o fim das guerras civis que colocaram em choque liberais e absolutistas (1832-1834) e que terminaram com a vitória dos Liberais, Portugal empreendeu uma série de reformas, visando pôr fim aos símbolos do poder do Antigo Regime¹⁶⁶. Foi nesse contexto que ocorreu a reforma administrativa estabelecida através do decreto de 18 de julho de 1835, que instituiu a criação dos Governadores Cíveis. Junto com este, uma série de medidas descentralizadoras passou a ser posta em causa, entre as quais o controle e emissão dos passaportes.

Até o ano de 1835, antes da Reforma administrativa, a emissão de passaportes era uma prerrogativa do governo central através dos seus órgãos responsáveis. Com a criação dos governadores civis, essa atribuição passava a ser feita pelas mais diferentes regiões do território português. A concessão de passaportes para o estrangeiro passou a ser feita pelos governadores civis, competindo a esses magistrados “dar passaportes para fora do Reino pelos portos do mar”.¹⁶⁷

Além da política de emissão de passaportes descentralizada, a Lei de emissão de passaportes retomava as propostas da Secretaria de Geral de Passaportes, que visava uniformizar os registros através da impressão de formulários impressos. Embora cada distrito

¹⁶⁴ Cf. MONTEIRO, Isilda. Os passaportes – Do enquadramento legal à prática (1855-1926). In SOUSA, Fernando [et al.] (Orgs.). *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011. p. 119.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Ver: ALMEIDA, Pedro Tavares de. A Construção Nacional – 1834-1890. Vol. 2. In PINTO, Antonio C. e MONTEIRO, Nuno G. (Orgs.) *História Contemporânea de Portugal 1808-2010*. Lisboa: Fundación Mapfre/Objectiva, 2013.

¹⁶⁷ Cf. SOUSA, Fernando. *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: Fronteira do Caos Editores/CEPESE, 2009. P. 25-26.

do reino agora pudesse emitir documentos de mobilidade, eles deveriam conter informações comuns sobre os solicitantes.

Através da documentação consultada na investigação sobre os portugueses que migravam para a província do Pará, pudemos notar as modificações que os passaportes sofreram ao longo da primeira metade do século XIX.

Grosso modo, há três “modelos” de pedidos de passaportes distintos: havia um conjunto de passaportes solicitados até por volta dos anos de 1815, que poderiam ser considerados “processos de passaportes”, pela densidade de informações reunidas. Por vezes era formado de uma petição, com justificação de seu pedido de viagem, para o porto a que deseja deslocar-se. Em geral nessa folha de rosto, no canto esquerdo da página, é indicado o nome do requerente ou de seu procurador.

Figura 2

30 de Outubro de 1804
 Senhor

Mostra aq. Di. Manuel Joaquim do Nascimento
 filho de Sr. Gomes da Fonseca e de Joaquina Theresia da
 Costa Natural e Baptizado na Freguesia de S. Miguel
 desta Cidade q' osup. pretende fugar para a Cidade do
 Rio de Janeiro para se dedicar ao Comercio de Negocio. Como tem Justificados todos
 os Requiritos Necessarios Planto

P. A. V. B. P. de Silva
 Servido mandar selhe passe
 o seu passaporte e de que

C. P. N.

Fonte: Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 131, doc. 10140. Pedido de Passaporte de Manuel Joaquim do Nascimento, 1804.

Nesses processos, além das informações sobre a identidade do solicitante, tais como nome, ocupação, filiação, idade, naturalidade e endereço de residência, outros documentos afiançavam a respeito de sua situação diante das obrigações militares, quando em idade correspondente, bem como três negociantes atestavam sua idoneidade e natureza de sua viagem,

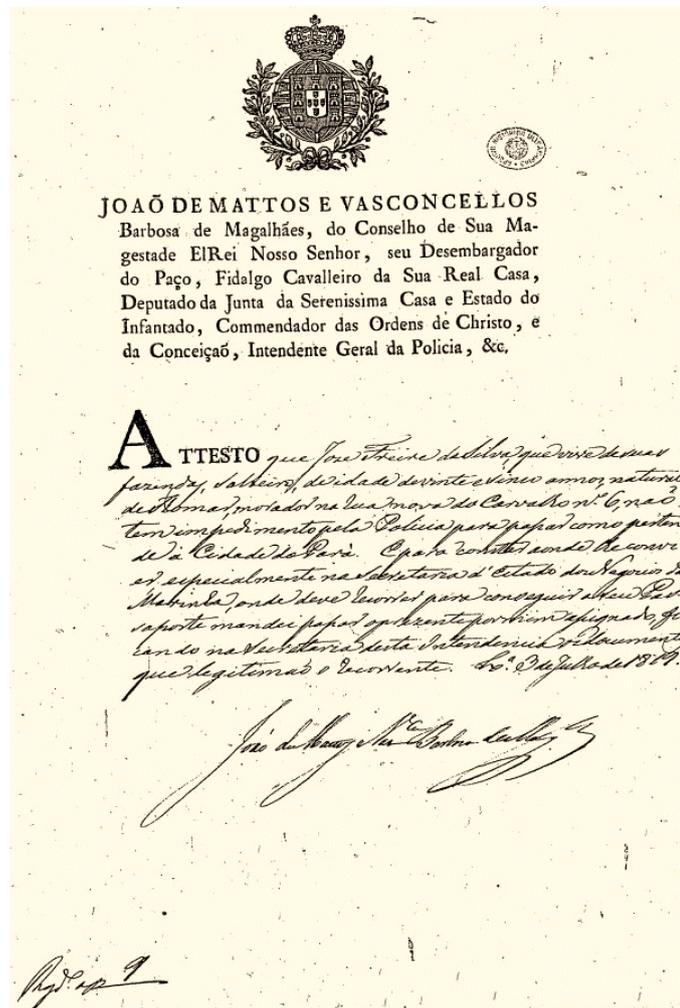
prestando credibilidade de seu deslocamento sem deixar dúvidas ou quaisquer impedimentos financeiros com terceiros. Quando menor ou mulher, as certidões de batismo e casamento são requisitadas junto ao processo. Muito raramente, aparecem cartas remetidas pelo imigrante já estabelecido requisitando a presença de um parente, para a sua companhia, em geral feita pelos maridos recomendando a viagem das suas esposas nas “cartas de chamadas”.

Embora o volume desses documentos não seja tão expressivo no levantamento executado na pesquisa, correspondendo a 15,2%, eles são muito ricos de informações sobre a trajetória de vida dos imigrantes. Através das várias informações contidas no corpo da solicitação de passaportes, conseguimos identificar mais do que o deslocamento do imigrante. É possível ver informações a respeito dos arranjos familiares e de solidariedade, o ofício desempenhado na localidade onde residia antes de sua partida, assim como o aspecto das redes de relações que o levaram a partir para a cidade de acolhimento¹⁶⁸.

Em meio aos passaportes mais densos, localizamos, especialmente a partir do ano de 1811, um conjunto de solicitações de passaportes bastante simplificados, quando comparados aos acima mencionados. Em geral são compostas de uma ou duas folhas de papel, com o timbre da Intendência Geral de Polícia, que expede uma Atestação, onde se lê nome do solicitante, ocupação, local de residência, naturalidade, idade, filiação e um “nada consta” na Intendência a respeito de seu nome sobre embaraços criminais que o impeçam de se deslocar.

¹⁶⁸ Na história das migrações, os Registros de Passaportes, e principalmente os processos de passaportes são fontes privilegiadas no sentido de perceber aspectos das trajetórias individuais dentro de uma perspectiva de microanálise, considerando as possibilidades das informações contidas sobre o indivíduo. Alguns pesquisadores têm lançado mão desses recursos em suas pesquisas. Cf. COSME, João dos Santos Ramalho. *Quadros da Emigração Portuguesa no Pará (Brasil): 1886-1900*. Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2015, n. 15; SOUSA, Fernando et al., *Um passaporte para a terra prometida*, Porto/Portugal, Fronteira do Caos & CEPSE, 2011. MATOS, Maria Izilda. Na espera da Mala Postal: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo – Portugal 1890-1950). RCL, Convergência Lusíada n. 29, janeiro-junho de 2013.

Figura 3



Fonte: Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 131, Doc. 11487.
Passaporte de José Freire da Silva, 1819

O conteúdo desse tipo de documento pode ser visto no pedido feito por José Freire da Silva realizado no dia 5 de julho de 1819. Na sua solicitação, assim atesta o Intendente Geral da Polícia João de Matos e Vasconcelos: “Atesto que José Freire da Silva, que ‘vive de suas fazendas’, solteiro, de 25 anos, natural de Tomar, morador na Rua Nova do Carvalho n° 6, não tem impedimento pela polícia para passar como pretende a cidade do Pará”¹⁶⁹.

Esses dois tipos de solicitação acima descritos estão presentes na documentação constante no Arquivo Histórico Ultramarino, e cobrem o período de 1800 a 1833, que é o limite cronológico do acervo, por isso cessando as informações sobre os pedidos de passaporte nesse conjunto. Apesar das diferenças quanto ao volume de conteúdo de cada documentação, elas

¹⁶⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 131, doc. 11487. Requerimento de José Freire da Silva para o rei [D. João VI], solicitando a concessão de passaporte para ir à cidade de Belém do Pará, para aí se juntar a seu pai.

apresentam características muito próximas. Em primeiro lugar, essas solicitações de passaportes demarcam o período da centralização da emissão dos pedidos de deslocamento, que era realizada pelos órgãos do governo central, na maior parte saindo por Lisboa.

Outro aspecto relevante sobre a natureza dos passaportes referentes a esse período está no fato de não haver uma diferenciação na emissão a imigrantes naturais de Portugal e indivíduos de outras “nacionalidades”. Desde o Alvará de 1760 até 1835, a legislação apenas distinguia os passaportes para viandantes no interior do Reino, daqueles que saíam pela via marítima¹⁷⁰, não havendo uma distinção por nacionalidades, situação que será resolvida no Decreto de 30 de janeiro de 1835, que prevê a distinção entre passaporte a nacionais e estrangeiros¹⁷¹.

Por fim, vejamos o grupo dos Livros de Registros de Passaportes para fora do Reino, documentação essa produzida a partir da reforma administrativa promovida após a guerra civil (1832-1834) em Portugal, que estabeleceu o decreto de 1835. O que caracteriza esse registro é a simplificação da informação. Ainda que haja orientação legal para a padronização e uniformização gráfica dos livros de registros de passaportes, nem todos seguem as mesmas estruturas. Na consulta aos Arquivos Distritais de Faro, Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Coimbra e Lisboa, onde foram localizados os Livros de Registros de Passaportes para o período da investigação, observamos discrepâncias quanto à forma como eram anotados os dados dos indivíduos.

Um exemplo de simplificação dos registros de passaportes pode ser visto nos Livros produzidos no governo Civil de Lisboa. Todo manuscrito se constitui de uma lista nominativa dividida em três colunas, com a data da solicitação, o nome do requerente e o destino para onde deseja viajar. Outra questão a ser observada é que ainda num mesmo livro aparecem registrados indivíduos que viajam para fora do Reino, bem como aqueles que se deslocam dentro dos distritos portugueses.

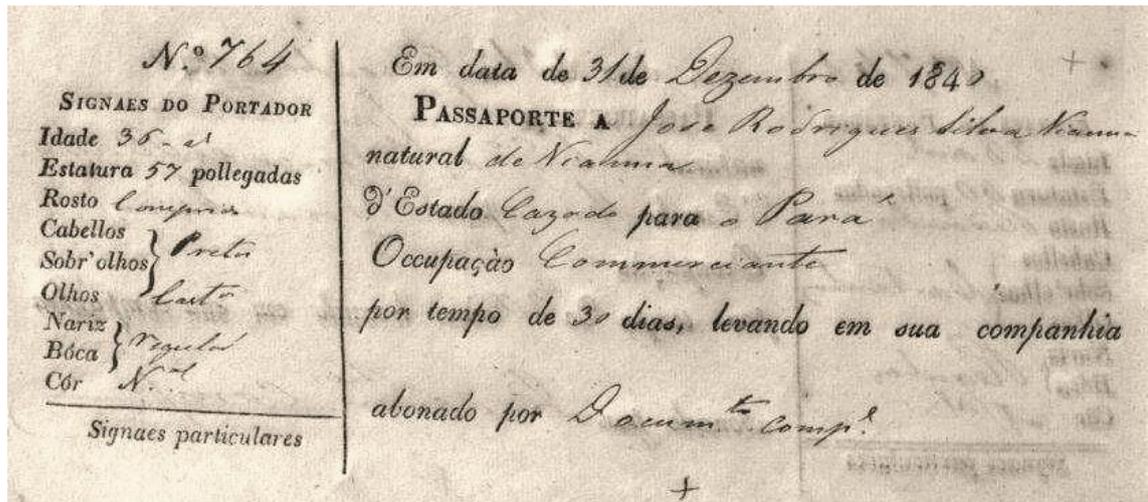
Os mais padronizados são os Livros de Registros de Passaportes expedidos pelo Distrito do Porto. Eles formam a maior demanda de imigrantes que se dirigiram ao Pará. Somente entre 1835 e 1850, somam 756 solicitações, o que representa mais de 50% do total levantado de 1.339 pedidos de embarque para essa província no período estudado. Quanto ao

¹⁷⁰ Cf. RODRIGUES, Henrique F. *Emigração e Alfabetização: o Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Governo Civil de Viana do Castelo, 1995. pp. 27-28.

¹⁷¹ Ver: SOUSA, Fernando. *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Op. cit. Especialmente o anexo da página – 75 Decreto regulamentar sobre passaportes do Ministério do Reino (15-1-1835).

conteúdo, são divididos numa parte que informa os traços físicos do portador, onde constam idade, estatura, características do rosto, cor dos olhos e dos cabelos, aspectos do nariz, boca e cor da pele. No campo mais destacado aparecem os seguintes campos: nome, naturalidade, estado, destino, ocupação, além dos campos adicionais de tempo em dias, se leva em sua companhia alguém, assim como espaço do abonador, como se pode ver na imagem abaixo:

Figura 4



Fonte: Livro de Registros de passaporte para fora do Reino – Arquivo Distrital do Porto – vol. 7.

Os registros de passaportes formam o ponto de partida para compreender as mobilidades de portugueses que se destinaram ao Pará nos primeiros anos do oitocentos. O passaporte é um documento de caráter policial que tem sua origem e gestão vinculada ao poder do Estado. Como uma documentação historicamente construída, a ação do tempo alterou profundamente seu significado com o passar dos anos.¹⁷²

As modificações na legislação (e)imigratória portuguesa estabelecidas após a independência do Brasil traduzem as novas configurações institucionais assumidas por esses dois territórios. Elas sinalizam, ainda, lenta e duramente, as redefinições impostas pelos novos tempos. Rupturas políticas, xenofobia – antilusitanismo, naturalização, imigração são, entre outras, palavras que a partir da década de 1820 dizem respeito aos deslocamentos e permanências de indivíduos que há séculos viram seus parentes e amigos transitarem por um Reino pluricontinental. Essa tensa e controversa fase da história de Portugal e do Brasil, à luz

¹⁷² Ver: MONTEIRO, Isilda. Os passaportes – Do enquadramento legal à prática (1855-1926). In SOUSA, Fernando ... [et al.]. *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPES/Fronteira do Caos, 2011, pp.117-135 e ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros”: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993; especialmente o capítulo 4. Normas, problemas e desvios, pp. 119-187, que dedica atenção ao controle e fiscalização das imigrações no Porto.

da letra da Lei, constitui apenas uma parte das difíceis relações dos lusitanos que viviam e migravam entre essas duas porções. O que veremos adiante é como essas mudanças foram interpretadas e sentidas pelo imigrante ou pelo português residente no Pará.

1.3 – Das queixas às burlas

Em 22 de março de 1844, o cônsul de Portugal no Pará, Francisco José da Silva, remetia mais um ofício ao Exmo. Sr. José Joaquim Gomes de Castro, Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros. No teor de sua missiva, relatava a forma pouco respeitosa de como os capitães de navios se portavam diante da autoridade consular nesta cidade, dizendo:

“Em meu ofício nº 4 de 28 de setembro do ano passado [1843], com referência aos outros, levei ao conhecimento de V. Ex^a., que os capitães dos navios portugueses, chegados aos porto desta cidade, não obstante as minhas exigências, para que se apresentem neste Consulado no espaço de 24 horas, em conformidade dos art. 1405 e 1406 do Código Comercial, e além disso, para que eu possa satisfazer o que me ordena as Portarias de 19 de agosto e 9 de dezembro do ano findo, eles continuam na morosidade em se apresentarem no Consulado com os competentes papeis e passaportes dos passageiros”¹⁷³.

As queixas contra os mestres de embarcações não eram novas no consulado paraense, nem desconhecidas da legislação portuguesa¹⁷⁴. Há anos se recomendavam vigilância e punição contra os navegadores inescrupulosos, conforme já foi visto nas determinações de 1820 assinadas por D. João VI. Contudo, esses capitães de navios eram apenas parte de um grupo mais amplo de agentes facilitadores do transporte ilegal de pessoas, que corria às vistas das autoridades. No dizer de Miriam Halpern: “havia acordos tácitos que, principiando no pároco e no regedor, se estendia aos governos civis”¹⁷⁵. Nessa ordem, os mestres de embarcações se mostravam a parte mais evidente do processo.

No caso em questão, relatado pelo agente consular do Pará, eram demonstradas as limitações em levar a cabo suas atribuições. Tudo porque o Chefe da Divisão, Intendente da

¹⁷³ Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844.

¹⁷⁴ Anteriormente vimos que, entre outras, uma das atribuições da Intendência Geral de Polícia em 1760 era a fiscalização dos navios e seus capitães, com severas punições a quem permitisse o transporte de indivíduos que desembarcassem sem a devida apresentação de passaportes, situação que foi reforçada no Alvará de 13 de Agosto de 1760, que estabelecia regras sobre os Passaportes. Essa medida foi reeditada seguidas vezes no edital de 19 de fevereiro de 1811 e 25 de janeiro de 1825.

¹⁷⁵ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru-SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002, em particular o capítulo 3, intitulado: A rede do recrutamento: engajadores, capitães de navios e seus negócios, p. 33.

Marinha da cidade do Porto, através de ofício de 16 de novembro de 1843, solicitava que este lhe participasse se o número dos passageiros portugueses vindos no Brigue Grão-Pará conferia com a relação e o termo assinados pelo capitão do navio. Diante de tal solicitação, o Cônsul do Pará em sua carta de resposta, acaba revelando as limitações de controle dos registros das entradas nos portos da cidade. Isso porque, haviam vários mecanismos utilizados pelos capitães de navios de comum acordo com os passageiros para driblar as determinações consulares, como se vê abaixo:

“Eu vejo-me nas circunstâncias de não poder satisfazer, o que a mim, justamente exige o supradito Intendente, por não se apresentarem neste Consulado os passageiros que de Portugal vêm para esta cidade, tudo emanado da certeza de que os capitães têm, de não sofrerem correção ou multa, por essa omissão, sem dúvida alguma assaz indesculpável.

É também digno de atenção do governo de Sua Majestade Fidelíssima, a maneira com que os ditos capitães (in)formam suas Matrículas, porque, trazem homens matriculados, que não são da arte, e outros que recebem a bordo sem passaportes, nem incluídos na matrícula, e que apenas chegam a este porto e largam o Navio, e não tendo documento algum, de sua nacionalidade se põem nas circunstâncias do Governo Brasileiro lançar mão deles para o Serviço Nacional, e é então quando eles recorrem ao Consulado, obrigando-me a defender indivíduos sem título algum, e que só lhes importa serem súbditos portugueses, quando é para o seu interesse”.¹⁷⁶

Através dessa queixa ao ministro, o cônsul do Pará aponta os limites de sua função em fazer cumprir os ditames previstos na legislação, especialmente os relativos à fiscalização dos negócios nos portos daquela província, além de acabar revelando as estratégias utilizadas pelos portugueses que entravam ilegalmente, com a cumplicidade dos capitães de navios.

As migrações sem a utilização de passaporte se revelaram preocupantes para as autoridades portuguesas nos meados do século XIX. Enquanto no Brasil o escravo africano ficava cada vez mais raro em função das políticas que pediam o fim do tráfico, em Portugal os problemas eram outros. O recurso para substituir essa mão de obra era recorrer à importação de trabalhadores livres e assalariados. Grandes proprietários brasileiros, bem como portugueses adotivos foram responsáveis pela entrada no Brasil de muitos de seus patrícios para trabalharem em seus empreendimentos agrícolas.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844.

¹⁷⁷ Um trabalho representativo sobre a experiência migratória direcionada para o trabalho agrícola pode ser visto na pesquisa desenvolvida por SCOTT, ANA Sílvia Volpi. *Imigração e redes de sociabilidades: a migração portuguesa para Nova Lousã (Brasil) entre as décadas de 1860 e 1880*. In *Noroeste Revista de História*, 2, 79-86.

A preferência pelos portugueses era justificada pelas relações culturais comuns e, por vezes, até aproximações por parentesco dos contratantes com os contratados. Alexandre Herculano, em 1838, em seu texto sobre a Emigração Portuguesa para o Brasil, destacava essa preferência pelos portugueses quando dizia: “qual é o país que pode prestar ao Brasil mais útil alimento à sua colonização. Sem dúvida que é Portugal”. O autor destaca a semelhança das condições climáticas como favoráveis a essa nação mais do que aos outros países da Europa, principalmente pela “semelhança dos hábitos, dos costumes, e crenças, e até as preocupações de dois povos, que ainda há tão poucos anos formava senão um só”.¹⁷⁸

Se a carência de trabalhadores na lavoura foi um estímulo para recorrer aos imigrantes portugueses, recrutados na condição de colonos para trabalhos agrícolas, em Portugal a falta de possibilidades de crescimento econômico e as restrições ao acesso à propriedade de terra por vezes concentrada nas mãos de algumas famílias, favoreciam a decisão de partir para o Brasil¹⁷⁹. O problema que suscitava essa modalidade na imigração portuguesa era o recrutamento ilegal, em geral feito por meio do assédio dos empregadores com promessas de prosperidade fácil no Brasil.

Em 1839 era publicada uma circular pelo Ministério do Reino com severas recomendações aos administradores do distrito de Angra do Heroísmo, para que “procedam desde logo, contra quaisquer indivíduos que lhes conste empregarem em aliciar os ditos habitantes para aquele fim, e em fornecer-lhes meios para se evadirem, apreendendo-os se os encontrarem em flagrante, e relaxando-os com os respectivos autos ao poder judicial, para serem devidamente punidos”.¹⁸⁰

Como podemos ver, as migrações clandestinas constituíam um problema que se mostrava tanto para as autoridades portuguesas na sua parte, como requeria cuidados com as entradas no Brasil.

No Pará, entretanto, o que estava em causa nessa época eram as discordâncias entre os capitães de navios e o cônsul, que os acusa de omissos por que tinham a *certeza de não sofrerem*

¹⁷⁸ Cf. HERCULANO, Alexandre. Emigração Portuguesa para o Brasil. Publicada no Diário do Governo nº 12, em 13 de Janeiro de 1838. In SOUSA, Fernando. *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*, op. cit. Documento citado nos Anexos como Fontes para o estudo da Emigração Portuguesa para o Brasil (1835-1843).

¹⁷⁹ Ver: SILVA, Susana Serpa. *A Emigração Açoriana para o Brasil, por meados do século XIX, e a questão da “Escravidão Branca”*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 56, p. 37-61, jan./jun. 2012. Editora UFPR.

¹⁸⁰ Circular do Ministério do Reino a propósito da Emigração dos Açores. Diário do Governo nº 210, de 5 de setembro de 1839. In SOUSA, Fernando. *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*. Op. cit. Documento citado nos Anexos como Fontes para o estudo da Emigração Portuguesa para o Brasil (1835-1843).

correção ou multa. Isso alimentava um círculo de ilegalidade que deveria ser combatido com ampliação dos poderes da autoridade do agente consular e autorização para aplicação de penalidades contra os infratores das normas institucionais. Era o que solicitava ao Ministro o cônsul de Portugal nessa província: “espero que se digne dar providências a este respeito, para que cessem semelhantes abusos da parte dos capitães de navios, e para que eu possa cumprir as obrigações que me impôs o emprego que Sua Majestade me confiou”.¹⁸¹

Entretanto, suas contendas com os capitães de navios portugueses estavam longe de cessar como bem solicitava. Em 2 de junho de 1844, o cônsul do Pará remetia um ofício relatando o descumprimento dos prazos de comparecimento ao consulado com a documentação de viagem do Brigue General Nepomuceno. Informava que o capitão Bento José do Nascimento, que conduzia o navio, “chegou no dia 2 de novembro de 1843, e não se apresentou ao consulado, senão passados quatro dias, destituídos dos papéis necessários, na conformidade das Reais Ordens, e segundo os artigos 1405 e 1406 do Código Comercial Português”.¹⁸² Depois de carregado o seu navio, entregou os papéis com os registros da carga a poucas horas da partida. Segundo indicava, “eram seis horas da tarde, devendo o navio sair no dia seguinte de madrugada, e o Diário ou Derrota, que deveria exhibir, no momento de dar entrada, quando mandou vir de bordo, foi às 11 ½ da noite, vendo eu nas circunstâncias de sofrer essa desatenção sem recurso de que lance mão para evitar tais procedimentos”¹⁸³.

Novamente o descumprimento das normas de navegação se mostra como uma forma de camuflar ações que pretendiam burlar a fiscalização do agente do governo português no Pará. Não se sabe o que de fato o capitão do brigue General Nepomuceno precisava esconder. Porém, na década de 1850, não era incomum a presença de imigrantes portugueses que chegavam engajados para a Companhia do Amazonas, não portando passaporte¹⁸⁴. Em 1854, entrava na

¹⁸¹ Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844.

¹⁸² Código Comercial Português de 1833. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862. – Art. 1405 – Todo o capitão de navio é obrigado dentro do prazo de vinte e quatro horas da sua chegada a um porto, a apresentar o seu diário de navegação a exame, e a fazer o seu relatório testemunhável. O relatório deve enunciar: 1º o lugar e tempo de partida; 2º a derrota seguida; 3º os acidentes, que ocorreram, as desordens acontecidas, e as demais circunstâncias notáveis na viagem. Art. 1406 – O relatório mencionado no artigo precedente, deve ser apresentado ante o cônsul português, ou em sua falta, perante o magistrado ou autoridade local competente, se o capitão entrar em porto estrangeiro. Entrando num porto do reino ou das colônias, deverá ser apresentado perante o juiz do lugar, ou perante a autoridade, que marcar a lei regulamentar.

¹⁸³ Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 3. Mç. 1844.

¹⁸⁴ Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 3. Mç. 1850.

barra do Pará a barca Paraense, vinda da cidade do Porto, navio em que, segundo o cônsul, encontrava “toda a qualidade de trapaça”¹⁸⁵, as quais não especifica.

Cumprir e fazer cumprir as determinações que garantissem a transparência da circulação dos súditos portugueses nos portos paraenses era um propósito que se mostrava longe de ser alcançado pelo cônsul de Portugal no Pará. O fantasma da imigração ilegal assombrava o porto da província. Por se tratar de acordos “subterrâneos” e informalmente estabelecidos entre passageiros e seus facilitadores, a imigração clandestina deixa muito poucos rastros documentados do volume em que se pratica¹⁸⁶. Entretanto, através de denúncias como esta, feita pelo cônsul, é possível depreender algumas questões relativas à imigração portuguesa para aquela província para os meados do século XIX.

Embora houvesse uma sistemática legislação (e)imigratória que tentava estabelecer um controle mais austero sobre os indivíduos que desejavam sair de Portugal para os portos brasileiros e, neste caso, o do Pará, eram sintomáticos os desvios nesse controle, tanto na saída dos portos lusitanos, quando muitos imigrantes adentravam as embarcações já em alto mar ou nos portos das ilhas, quanto nos portos de destino, quando, por resistência ou morosidade, não prestavam contas das cargas e passageiros conforme era previsto nas normas consulares.

No registro de navios mercantes saídos pelo porto de Lisboa entre 1839 a 1849, foi possível localizar uma frequência de passageiros que vinham junto às cargas que tinham como destino o porto do Pará.

¹⁸⁵ Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros - Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 3. Mç. 1854.

¹⁸⁶ Ver: PEREIRA, Mirian Halpern. *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Op. cit., p.33; ver ainda CORDEIRO, Carlos. A emigração portuguesa para o Brasil nos debates parlamentares de meados do século XIX. In SOUSA, Fernando et al. (Orgs.) *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto/Portugal, Fronteira do Caos & CEPES, 2011; CAPELA, José Viriato e FERREIRA, Maria da Conceição F. Saídas Clandestinas do Norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX. In ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros” de Emigração*. Vila Nova de Famalicão/Portugal: Coleção Cadernos do Museu Bernardino Machado, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.

Tabela 2

Registro de Navios Saídos pelo Porto de Lisboa – 1839						
N.	Data	Embarcação	Capitão	Carga	Trip.	Passageiros
1	13/2/1839	Brigue “Delfim”	João Silvério Ramos	Sal, vinho e outros gêneros	14	1 – Cândido José de Lemos, oficial de Livreiro português.
2	23/2/1839	Barca “Felicidade”	José Miguel Ribeiro	Gêneros do país	23	15 – Dr. Joaquim Frutuoso e 15 menores
3	24/3/1839	Patacho “Nova Diana”	Joaquim Roberto da Silva	Sal e vinho	16	Não informa
4	10/4/1839	Patacho “Dois irmãos”	José Francisco Martins	Sal, vinho e outros gêneros	16	1 – Manoel Nunes, empregado da Casa da Índia.
5	28/4/1839	Patacho brasileiro “Nova Olinda”	José Pedro Lobo	Sal, vinho e encomendas	13	4 – F. J. Eduardo, Jenheffer, negociantes alemães; J. Alves, padre espanhol; Matias J. de Andrade, negociante português.
6	7/7/1839	Brigue “Dois Irmãos”	José Francisco Leça	Sal e encomendas	13	7 – Moisés Bendam, Salomão Davi, Santob Serfat, Abram Dentigo, José Levi, negociantes marroquinos; Bento José Barbosa, negociante português e um servente galego, sem nomear.
7	28/7/1839	Barca “Luzitânia”	Narciso Antonio de Oliveira	Gêneros do País	20	12 – José Joaquim da Silva, capitão da fragata brasileira com 4 pessoas da família; D. Maria Lopes Godinho, com duas pessoas da família; Luiz Manoel de Jesus, Izidoro Ferreira da Costa, caixeiros; Joaquim José Delgado, negociante, todos portugueses; F. Saunders, negociante inglês.
8	5/9/1839	Iate “Matilde”	José Francisco de Valência Júnior	Sal, vinho, vinagre, azeite e encomendas	15	3 – Manoel Antonio Gomes, negociante português; José Bruno, negociante brasileiro e Benedito Bruno, negociante sardo.
9	11/10/1839	Barca “Felicidade”	José Miguel Ribeiro	Sal e encomendas	24	25 – Antonio Joaquim da Costa Gomes, Antonio Correa, Francisco Antonio Vieira, todos portugueses; José Acácio Correa, brasileiro; Israel Rahzia, Ihas Albuderam, Salomão Messias, Isaac Leivis, Jacob Benzaquim, Moyses Meghs, gregos todos negociantes; Manoel Joaquim Faria, caixeiro; Antonio de São Boaventura, eclesiástico; Francisco de Assis Calheiros, estudante, 6 homens de trabalho, 4 mulheres e 2 menores todos portugueses.
10	15/11/1839	Patacho “Nova Olinda”	José Pereira Lobo	Sal e encomendas	11	3 – Manoel Rebelo, negociante e Nicolau Sepedo, estudante, ambos portugueses e Abraham Bendelai, hebreu, comerciante.
11	29/12/1839	Escuna dinamarquesa “Johana”	C. P. Cland	Sal	6	Não informou.

Fonte. Arquivo Histórico da Marinha – Lisboa. Registro de Navios Saídos pelo Porto de Lisboa, Livro 1, ano 1839.

A título de exemplo, destaco o ano de 1839, quando foram anotados nos Livros de Registros navios mercantes que saíam pelo porto de Lisboa com destino ao porto do Pará¹⁸⁷. Nesse documento, encontramos o registro de 11 embarcações, sendo 9 delas portuguesas, uma brasileira e outra dinamarquesa. Para além dos produtos transportados, que remetem a uma análise na qual mais adiante nos deteremos, gostaríamos de refinar através desses dados uma reflexão maior a respeito da entrada de passageiros no Pará.

Fazendo uma verificação mais detalhada dos números de passageiros declarados que embarcaram nos navios com destino a essa província do norte brasileiro, os dados são os seguintes: de um total de 58 passageiros, 40 se declararam portugueses, 3 eram brasileiros e 16 eram de diversas nacionalidades, com destaque para os 5 marroquinos e 7 gregos, em número muito superior aos de outras nações, como os ingleses, que era apenas 1.

Tentando rastrear a chegada desses passageiros nos portos paraenses a partir de duas fontes, os mapas de registro de entrada de embarcações nos portos do Pará, registrados pelo cônsul português nessa província e os registros de passaportes do arquivo distrital de Lisboa para o ano de 1839, foi possível alcançar algumas impressões a respeito da entrada dos imigrantes na província.

Observando os mapas de registros de entradas de embarcações provenientes do porto de Lisboa para o primeiro semestre, foi anotado pelo cônsul português no Pará Francisco José da Silva o seguinte: das 11 embarcações que saíram do porto de Lisboa ao Pará, somente 9 foram anotadas em seus mapas. A barca “Luzitânia” e o iate “Matilde”, não foram notificados no consulado, ainda que o segundo tenha sido descrito no mapa de partida¹⁸⁸.

A ausência do registro desses navios reforça um possível descaso de comparecimento dos capitães de navios ao consulado, como acusava Francisco José anteriormente. Outro detalhe das anotações diz respeito ao número declarado de tripulantes na saída de Lisboa e os registrados nas entradas no porto do Pará. Nos navios anotados, dois apresentavam números diferentes dos declarados na partida. O navio “Nova Diana” havia informado que possuía 16 tripulantes ao sair de Lisboa, mas declarava ao consulado 17. Já o patacho brasileiro “Nova Olinda”, que havia declarado 11 tripulantes, declarava ao cônsul 13 na sua chegada. Mesmo que tenha havido incorreções nas anotações desses documentos, é significativo destacar as

¹⁸⁷ Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Registro de Navios Mercantes que saíam pelo Porto de Lisboa. 6-V-6-1, N° 969 – Livro 1.

¹⁸⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE, cx. 306, m0408.

acusações em incluir os passageiros como parte da tripulação para driblar a autoridade consular por ausência de passaportes, o que poderia fazer sentido no caso das embarcações mencionadas.

Já os livros de registros de passaportes do distrito de Lisboa apresentam fragilidades, pois somente contêm anotações a partir do mês de agosto de 1839, deixando de fora todos os meses anteriores. Nessa documentação, a fragilidade de cruzamento com as informações prestadas no registro de partida junto à inspeção da Marinha de Lisboa é mais evidente. Em alguns casos, o capitão do navio não lista nominalmente todos os passageiros que embarcam para o seu destino, como é o caso dos 15 menores que embarcaram junto com o Dr. Joaquim Frutuoso e mais os 6 trabalhadores, 4 mulheres e 2 menores que vieram na barca “Felicidade” em outubro de 1839, sem contar todos os estrangeiros, que não são listados nos registros de passaportes.

O recurso de sair dos discursos e dos reclamos do cônsul português no Pará, e recorrer aos registros de saídas de embarcação nos permitiu visualizar como se materializam as “brechas da imigração ilegal” com destino ao Pará, ainda que de forma pontual, pois se trata de um ano como amostragem, mas ajudando a perceber que os números da imigração partindo de Portugal ao Pará ultrapassam as fronteiras dos registros consulares e dos registros de passaportes, que havia aberturas facilitando a entrada onde o controle institucional não alcançava.

Para finalizar essa reflexão em torno do problema da entrada ilegal de passageiros portugueses nos portos paraenses, é simbólico o caso de Francisco Gomes Amorim¹⁸⁹. Ilustre escritor, teatrólogo, poeta português, o autor de obras como “Cantos Matutinos”, “Cedro Vermelho” e “Os Selvagens” tornou-se amigo, confidente e depois biógrafo de Almeida Garrett. Para além de todos os predicados que a vida literária lhe trouxe ao longo dos anos até o seu falecimento em Lisboa no ano de 1891, sua trajetória de vida tangencia a história da imigração no Pará de forma marcante, a ponto de ter servido de inspiração para uma parte de suas obras.

Natural da freguesia de A Ver-o-Mar, concelho da Póvoa do Varzim, região norte de Portugal, Francisco nasceu no ano de 1827. Como muitos de seus naturais, conheceu muito

¹⁸⁹ A inclusão da análise da trajetória de Francisco Gomes Amorim se deu porque, além de retratar de forma muito pontual o problema da imigração clandestina para a província do Pará, os registros de passaportes dos irmãos do escritor fazem parte da base de dados de nossa investigação, tendo sido localizados nos Livros de Registro de Passaportes do Arquivo Distrital do Porto, os quais conseguimos identificar, que são os de Manoel Gomes Morem (Amorim), José Gomes Morem. Além disso, serviu de importante contribuição o trabalho de COSTA CARVALHO, José Rodrigo Carneiro da. *O Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes Amorim*. Porto: Universidade do Porto, 1998. Ainda neste rol podemos incluir de Gomes Amorim a obra *Os Selvagens*. Manaus: Editora Valer, 2004.

cedo a disposição de sair de sua terra em busca de alternativas para os problemas que decorriam da vida no seu povoado. Entretanto, a forma dramática como se deu essa saída foi tão marcante que ganhou, em vários momentos, fragmentos das suas memórias nos preâmbulos de obras como nos “Cantos Matutinos” e “Os Selvagens”. Por maior que tenha sido o drama para esse autor português, foi uma sorte para este historiador caçador de histórias que essa “trama” tenha tido como espaço de acontecimentos a província do Pará nos anos de 1830, porque, através de suas narrativas, podemos entrever as trajetórias de outros anônimos que também tiveram a mesma sina de imigrar para o norte do Brasil.

“Eu tinha pouco mais de nove anos, quando algumas leis repressivas da escravatura preta encaminharam a especulação dos negreiros para o comércio de escravos brancos. A Inglaterra usava de sua influência sobre Portugal [...] Os negreiros correram pois para o continente do reino, e ilha dos Açores, e dentro em pouco os mercados do Brasil, abundavam em carne humana, com grande vantagem para os consumidores, que podiam comprar escravos brancos mais baratos do que os pretos.

Os engajadores, inundavam como agora, as províncias do norte do reino, agarrando gente por todos os meios possíveis, e não sei mesmo por alguns impossíveis [...]

A minha terra é uma linda aldeia chamada Avelomar, situada numa praia do Minho, pela sua situação e abundância de população não podia deixar de ser um dos teatros de operações dos engajadores [...] Foi então que os engajadores, espalharam notícias exageradas, ou falsas, acerca das enormes riquezas do Brasil, e a facilidades com que elas se obtinham, conseguiram desvairar um grande número de rapazes de minha aldeia. Meu irmão Manoel foi uma das vítimas, se não engajada, enganada pelos aliciadores. Para o acompanharmos, ao bota-fora, eu e minha família fizemos a jornada do Porto. Ali nos demoramos até quase a saída do navio que devia conduzi-lo, e como eu ia a bordo quase todos os dias, os agentes procuravam seduzir-me, para que eu fosse também para o Brasil, prometendo levar-me quase de graça. Incitaram-me tanto, e tão saudosos eu me sentia do irmão, que eram o braço direito nas brigas escolares [...] Com tudo, eu chorei tanto, e tão bem, que não houve remédio, senão fechar os olhos a todos os sacrifícios, lançar mão dos recursos extremos, e deixar-me sair pela a barra a fora, com dez anos incompletos.

Depois de uma viagem a que não faltaram a fome, a sede, as calmas e as tormentas, chegamos a esta formosa terra de Santa Maria de Belém do Pará, que tinha de ser a testemunha dos meus altos feitos e de me deixar um dia eterna saudade.

Apenas desembarcamos, formaram-nos em turmas no caes da Alfândega, para que os negociantes da cidade viessem escolher dentre nós, aquele que mais lhe agradasse.

Eu estava ali, sem saber para que, no meio de uma multidão de gente de todas as cores, que se ria de mim e dos meus compatriotas, ao mesmo tempo em que vários homens brancos, e vestidos quase todos também de branco, giravam em torno de nós. Os meus companheiros, iam desaparecendo, mas a mim ninguém me queria. [...]

Achava-me quase só, e sem perceber que estava num mercado de escravos brancos, e que era considerado refugio pelos entendedores! Por fim, no meio dos poucos homens de branco que ali se achavam, saiu um vestido de pardo, acariciou-me, pondo-me a mão no rosto, e convidando-me a segui-lo. Então rebentaram-me as lágrimas com violência. [...] Do momento, porém, em que chegou a vez de partir, como os outros, sem saber para onde, chorei. Mas meu patrão era um excelente e honrado homem. Chamava-se o sr. José Maria Fernandes, e inscrevo aqui o seu nome para a sua satisfação”¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Cf. GOMES DE AMORIM, Francisco. *Cantos Matutinos*. Lisboa: Typographia Progresso, 1858.

Francisco Gomes Amorim atesta que chegou com 10 anos ao Pará em 1837, ainda no calor dos conflitos da cabanagem, tendo vindo junto com seu irmão Manoel Gomes Amorim em meio às “provocações e incentivo” dos engajadores. No Pará, foi arrematado como “escravo branco na praça da Alfândega”. Para além da memória dramática que esse episódio constitui na trajetória do menino português que se tornou um famoso escritor narrando suas “façanhas”, a passagem de Gomes Amorim retrata com cores fortes a possibilidade de imigração clandestina que se destinava à província paraense.

Entre a construção narrativa de um escritor que foi ardente opositor da emigração portuguesa para o Brasil, acusando de enfraquecer a economia do campo e das vilas e, principalmente, evidenciando o lado desumano que era a vida do imigrante nas terras desconhecidas, os relatos de Gomes Amorim¹⁹¹ contribuem para evidenciar a possibilidade de um tempo em que o controle e a fiscalização da imigração portuguesa se faziam ainda com muitas fragilidades. Mesmo com os rigores da legislação portuguesa de controle das mobilidades, podemos observar que havia uma sorte de indivíduos que chegavam na sombra dos olhares dos agentes da fiscalização da imigração e, portanto, os números levantados sobre os imigrantes portugueses que legalmente chegavam aos portos do Pará na primeira metade do século XIX tratam-se de uma amostragem e apontam para o fato de que as cifras da circulação de imigrantes eram bem mais acentuadas.

Na impossibilidade de alcançar essa soma na sua completude, tomemos uma amostragem dos portugueses que imigraram de forma legal e que tiveram seus registros de passaportes identificados pelos órgãos responsáveis pela sua emissão, a fim de podermos construir um perfil do tipo de imigrante que se deslocava para essa região nesse período. Observar as circunstâncias e as motivações que impulsionavam a partir, além de identificar de quais regiões portuguesas eles saíram em maior demanda, são, entre outras, questões nas quais nos vamos deter a partir de agora.

¹⁹¹ A riqueza das obras de Francisco Gomes Amorim e seus intérpretes nos permite vislumbrar aspectos das migrações portuguesas a partir das memórias de uma emigrante. Mesmo com as limitações que os textos literários impõem, são janelas muito ricas para a investigação histórica da primeira metade do século XIX.

1.4 – Os números das migrações

As migrações de portugueses em direção ao Pará na primeira metade do século XIX se situam no limiar da forma colonizadora¹⁹² de movimentos populacionais e daquelas que classicamente marcaram os movimentos humanos de estrangeiros no decorrer desse século e no seguinte¹⁹³. Passar, deslocar-se, cumprir pena eram as ações que se impunham inicialmente a quem se dirigia a essa região. Concomitante a esse grupo, outros por razões “pessoais” migravam em busca de oportunidades na América portuguesa. A miragem do Brasil e, nesse caso, da província paraense, não se fazia diferente. O desejo de amealhar recursos que a metrópole ou a vida no campo não seria capaz de fornecer conduziu a sorte do lusitano nas vilas e cidades do Pará.

O percurso do tempo em que se deram as migrações portuguesas foi conturbado, envolto nos efeitos provocados pelas invasões francesas no território português desde 1808, que forçou uma primeira grande leva migratória do século XIX, através da transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro¹⁹⁴. Os anos que se seguiram deste lado do Atlântico conheceram episódios não menos impactantes no cotidiano da província paraense.

Os conflitos que levaram à ocupação de Caiena em 1809, como revide português à ação napoleônica, mobilizaram tropas e recursos que tiveram como local privilegiado esta cidade nortista. Contudo, uma das etapas mais duras para os lusitanos no Pará foi sentida entre os anos de 1820 e 1840. Durante essa época, a província paraense foi palco de frequentes choques entre “portugueses” e “brasileiros”, iniciando logo após a adesão do Pará à independência do Brasil, em 1823, e conhecendo sua fase mais aguda na revolução popular da Cabanagem.

Entre persistentes entradas, os primeiros decênios do século XIX conheceram deportações de “indesejáveis” ocupantes de cargos públicos e negociantes manipuladores dos preços nos anos da independência, bem como fugas de lusitanos temendo a morte nas mãos dos

¹⁹² Cf. ALVES, Jorge F. *Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX*. Comunicação apresentada à conferência “Long distance migrations (1500-1900)”, organizada pela Comissão Internacional de Demografia Histórica, Madri, Agosto de 1990.

¹⁹³ Os debates em torno das mudanças de estatuto do português da condição de colono a imigrante no Brasil têm rendido algumas interessantes reflexões de estudiosos das mobilidades populacionais, tanto em Portugal como no Brasil. Recentemente, um simpósio temático em torno do tema resultou na publicação de trabalho muito significativo sobre o assunto, que merece ser observado. Trata-se de: ARRUDA, José Jobson, SOUSA, Fernando, MATOS, Izilda (Orgs.) *De Colonos à Imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

¹⁹⁴ Ver: PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, um príncipe em dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; e LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil, 1808-1821*. Edição ACD Editores, 200 anos Portugal – Brasil, 2008.

cabanos em 1835. Contudo, mesmo diante desta forte pressão antilusitana existente na província, observamos que as migrações se mantiveram ativas em direção ao Pará, e grande parte desses imigrantes era de indivíduos que haviam sido deportados ou que se retiraram durante a cabanagem.

O interesse dos portugueses pelas terras paraenses pode ser observado nas justificativas apontadas pelos indivíduos que resolveram voltar. Em geral, desejavam reaver suas “fortunas” ali deixadas, e não sem propósito, os lusitanos constituíam uma das mais expressivas forças dos negócios mercantis até os meados do século XIX. Uma demonstração dessa disposição pode ser observada através da navegação de longo curso.

O predomínio dos portugueses no setor mercantil ainda era bastante significativo, apesar da abertura dos portos, e isso justificava o desejo de não abandonar essa importante área de comércio. Um exemplo significativo dessa informação está presente no conjunto de embarcações que entraram no porto de Belém nos anos joaninos. De um total de 534 escunas, corvetas, bergantins, sumacas, navios de várias nacionalidades que entravam pela barra do Pará, 216 partiam de Portugal, o que representava um total de cerca de 41% do número de embarcações de origem lusa¹⁹⁵.

Pelo exposto acima, verificamos que a relação entre o Pará e Portugal se manteve forte, quando comparada com as demais nações, demonstrando uma singular preferência e domínio dos lusitanos nas terras paraenses¹⁹⁶. Adentrar nas singularidades desse movimento que demarcou as dinâmicas populacionais entre dois territórios geograficamente distantes, mas fortemente demarcados por proximidades culturais, sociais e interesses econômicos nos permitirá refletir melhor sobre a trajetória dessas relações.

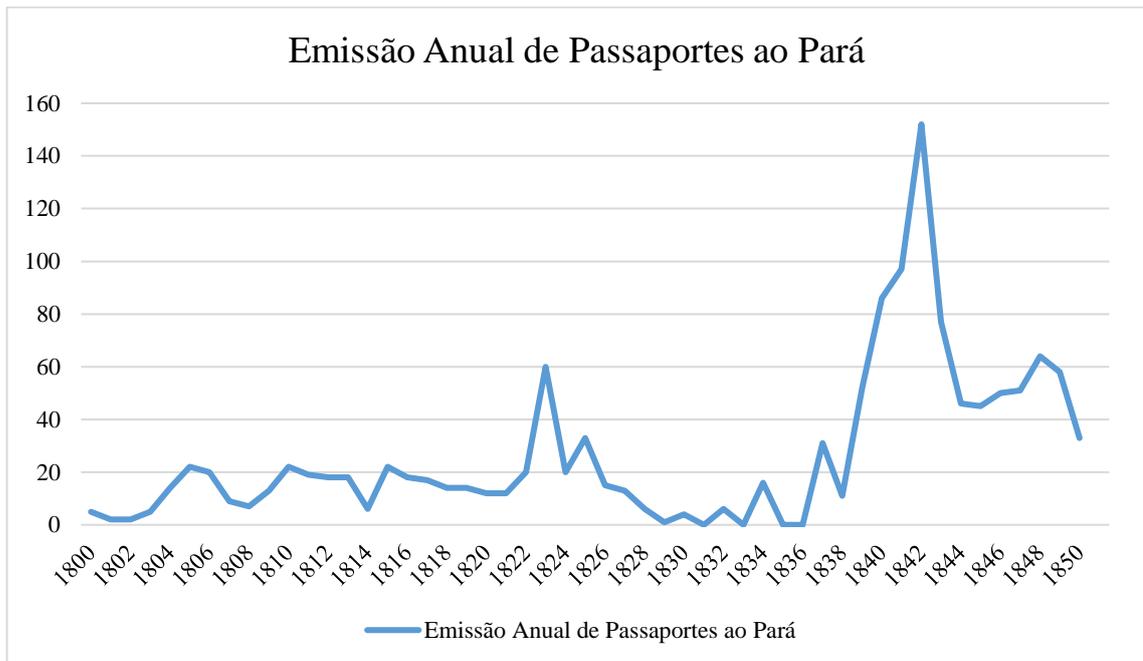
¹⁹⁵ Cf. VIEIRA Jr. Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel de S. *Histórias de “movimentos”: embarcações e populações portuguesas na Amazônia joanina*. Revista Brasileira de Estudos da População. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 193-210, jan./jun. 2010.

¹⁹⁶ Cf. BARROSO, Daniel. *Compadrio e casamento nos meados dos Oitocentos*. (Dissertação de Mestrado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

Em torno dos números

O esforço de conjugação das fontes compiladas nos permitiu verificar o seguinte fluxo de entrada de portugueses por ano no Pará no período de 1800 a 1850:

Gráfico 1



Fonte: *Arquivo Histórico Ultramarino*. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de Passaportes dos Arquivos Distritais de Viana do Castelo, Porto, Vila Real, Lisboa e Coimbra.

Mais do que uma razão específica para o impulso migratório entre Portugal e o Pará na primeira metade do século XIX, estruturalmente, podemos observar ritmos e estímulos bem diversos, decorrentes tanto das mudanças que se passam em Portugal, como aquelas que se processavam nas terras paraenses. Mesmo correndo o risco de parecer reduzir os indivíduos a reféns do seu contexto¹⁹⁷, é significativo apontar aspectos socioeconômicos que atuaram nas definições motivacionais do fluxo migratório nesse período.

É sintomático que o interesse pelos recursos naturais e econômicos produzidos nessa parte da grande região Amazônica tenha servido de atrativo para um grupo de negociantes, comerciantes, caixeiros entre outros que viam nessas terras as oportunidades de prosperidade.

¹⁹⁷ Ver: TRUZZI, Oswaldo e SCOTT, Ana Silva. *Tipologias migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso*. UNISINOS, ANPOCS, 30º Encontro anual, 2012. P. 21. TRUZZI, Oswaldo. *Redes em Processos Migratórios*. In *Revistas da USP, Tempo Social*, v. 20, n. 1, 2008.

Porém, outros fatores de ordem política de ambos os lados não devem ser desconsiderados, quando se observam as mobilidades populacionais no período investigado.

A circulação de migrantes portugueses no Pará, que partiram com passaportes de Portugal entre os anos de 1800 até ano de 1850, apresenta uma instabilidade durante todo seu curso ao longo dos anos. O período apresenta uma média anual de registro de saída de 26,7 imigrantes por ano, com uma tendência relativamente estável entre os anos de 1800 a 1820, com alguns decréscimos, mas muito próximo das 20 solicitações/ano. Demonstrando certa estabilidade durante a época do domínio político português, a frequência de imigrantes se manteve num mesmo patamar.

Na década de 1820, o deslocamento mais acentuado de indivíduos deixa entrever os ruidosos tempos de rivalidades antilusitanas que começavam a se pronunciar. Um primeiro momento se localiza no ano de 1823, que apresentou oscilações positivas acima de 60 solicitações de passaportes. As razões para o movimento de entradas no Pará em pleno calor dos debates do liberalismo em Portugal e do processo de independência no Brasil estão menos relacionadas a um fluxo de novas entradas do que às tensões que envolveram as disputas para o estabelecimento da “nova ordem” política no Pará.

Os choques entre os defensores da nação brasileira, movidos por uma forte campanha antilusitana, levaram a acirrados enfrentamentos entre “portugueses” e “brasileiros”¹⁹⁸. Um desses momentos foram os levantes a favor da adesão do Pará à independência ocorridos entre 13 e 14 de abril de 1823. Sem aprofundar os acontecimentos que serão mais à frente detalhados (capítulo 3), os “subversivos”, como escrevia o representante do governo português no Pará, o governador das Armas, general José Maria de Moura, pretendiam dar um golpe a favor da independência. O resultado foi a prisão e o envio de 242 pessoas, entre militares e civis, a bordo da corveta “Andorinha” para a Torre de São Julião em Lisboa, em setembro de 1823.¹⁹⁹

Depois de algum tempo na prisão, esses “subversivos”, em sua maioria “paraenses”, são libertos e aparecem solicitando passaportes para retornarem ao Pará. Dos 60 pedidos de passaportes de 1823, pelo menos 23 eram de militares, religiosos e outros indivíduos que estavam envolvidos nos episódios em favor da independência.

¹⁹⁸ Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado), 1997.

¹⁹⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 161. Doc. 12266.

Como vimos anteriormente, a respeito da legislação emigratória portuguesa, antes de 1835 a emissão de passaportes não separava aqueles que circulavam internamente e os que iam por via marítima para fora do Reino, não havendo uma distinção entre nacionais ou estrangeiros. Assim, entre os portugueses que se deslocavam de Portugal para o Pará, alguns eram de reinóis residentes na província que mandavam seus filhos estudarem em Lisboa ou Coimbra, como tradicionalmente ocorria entre as famílias mais abastadas da colônia.

Em 1825, aparece a expressiva marca de 33 solicitações de passaportes para Belém em pleno calor das rivalidades pós-adesão do Pará à independência. Esse fluxo de entrada, não a propósito, está relacionado ao retorno dos portugueses que seguiram deportados em 1824 (Capítulo 3). Em 1824, a Junta Provisória de Governo, ordenava “a sucessiva expulsão de todos os portugueses pertencentes ao exército de 1ª e 2ª linha, negociantes e outras pessoas respeitáveis”. Essa medida atingiu frontalmente alguns importantes negociantes, que foram obrigados a deixar a cidade deixando para trás seus bens retidos no Pará.

No ano de 1824, partiram de Belém navios levando a bordo de volta para Lisboa várias famílias portuguesas, através de ofício remetido por José Agostinho Tarral ao secretário da Marinha e Ultramar, em que informava que em 3 de maio de 1824 chegava ao porto de Gibraltar, “com 59 dias de viagem do Pará, a galeota Dinamarquesa “*Palmbaum*”, trazendo a bordo vários passageiros portugueses”²⁰⁰. No mês de março daquele mesmo ano, também se tinham notícias da entrada no porto de Lisboa da galera portuguesa “São José Diligente” vinda do Pará, com gêneros do país e mais 19 passageiros²⁰¹ que haviam deixado aquele porto em função das conspirações no último mês de janeiro.

Depois desses dois anos de crescimento, os índices de solicitações de embarques para o Pará decrescem a patamares muito baixos, chegando a ser nulos nos anos de 1831, 1833, 1835 e 1836. A razão para a inexistência de registros nesses anos talvez esteja relacionada à falta de registros consistentes, pois foi quando Portugal atravessava uma fase muito conturbada em função da guerra civil (1832-1834).

As baixas taxas de registros das migrações para o ano de 1833 se devem às tensões internas vividas pelo confronto das forças miguelistas contra os liberais, que se vinham enfrentando desde os anos de 1828, culminando com a guerra civil de 1832-1834. Essas

²⁰⁰ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 162. Doc. 12384.

²⁰¹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 162. doc. 12373. Mapa do capitão tenente comandante João de Fontes Pereira de Melo, do registo tomado dos navios que chegaram a Lisboa, oriundos do Pará.

disputas tinham levado à prisão, logo no primeiro ano do governo de D. Miguel, cerca de 13.000 cidadãos lusos ligados aos liberais.²⁰² Acredita-se que nesse contexto de rivalidades houve muito mais uma ausência de registros de saídas do que a inexistência de migrações propriamente.

Nessa época, que foi considerada como “de maior repressão política da história portuguesa”,²⁰³ milhares de lusitanos ligados aos grupos liberais deixaram Portugal ou ficaram escondidos ali por anos. Nesse conjunto de emigrados se encontravam muitos que alegavam ter saído sem registro de migração. Isso pode ser visto nos relatos do vice-cônsul de Portugal no Pará, Francisco Gaudêncio da Costa, que dizia ter “emigrado no ano de 1829, quando ocorreu a usurpação da monarquia”²⁰⁴. Semelhante declaração encontramos num grupo de portugueses não habilitados junto ao consulado de Portugal no Pará durante os levantes cabanos. Estes alegavam “não ter se regularizado diante da representação portuguesa na província, porque são emigrados, que durante o reinado da usurpação, saíram da Pátria, fugindo ao furor e aos cadafalsos absolutistas. Por isso não haviam procedido as devidas exigências legais de viagem”.²⁰⁵

Os anos de 1829, 1835 e 1836, fermentava no Pará e em Portugal uma situação de grande tensão. Os portugueses viviam às voltas com a recente perda da sua maior e mais lucrativa colônia. No ano de 1826, após o falecimento de D. João VI, o Reino lusitano mergulhou numa desgastante luta sucessória que culminou com uma guerra civil entre 1828-1834, na qual estavam em jogo duas propostas políticas para o futuro da monarquia lusitana: por um lado, o retorno às condições do Antigo Regime, defendido pelos seguidores do “miguelismo”, e, por outro, os liberais, que se articulavam ao projeto de D. Pedro²⁰⁶.

Os impactos dessas disputas interessavam muito às regiões que viam um retrocesso no retorno às políticas centralizadoras, principalmente para os negociantes do Porto, que tinham muitos interesses comerciais em jogo. Mesmo com a derrota dos partidários de D. Miguel, esses anos causaram certa instabilidade na sociedade portuguesa, e essa agitação política deve ter

²⁰² Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, NUNO G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. Lisboa: Fundación Mapfre/Objectiva, 2013. p. 69.

²⁰³ Idem. p. 69.

²⁰⁴ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE, cx. 306, m0020.

²⁰⁵ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0029.

²⁰⁶ Ver: SCOTT, Ana Silvia. *Os Portugueses*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 282-283.

limitado os registros das saídas legais²⁰⁷ de portugueses para diversas partes do Brasil, incluindo o Pará.

Se em Portugal a guerra civil pode ter limitado as migrações legais, é possível que os episódios que vinham ocorrendo deste lado do Atlântico, na província do Pará, não tenham sido menos perturbadores na decisão de migrar. Os anos de 1835 e 1836 foram de graves conflitos num episódio que ficou conhecido como Cabanagem, uma das mais emblemáticas e controversas revoltas populares e que colocou em rota de colisão diversos setores da sociedade local contra o governo provincial. “Eles se autodenominavam ‘patriotas’ mas não necessariamente ‘brasileiros’”²⁰⁸. Eram formados pelos mais diversos extratos da sociedade e reuniam grupos étnicos em torno de objetivos igualmente diversos.

Mesmo que vários estudos tenham demonstrado ser a Cabanagem um movimento popular multiétnico, com interesses distintos, não podemos deixar de reconhecer o caráter antilusitano²⁰⁹ da revolta popular. Essa disposição de ataque aos habitantes estrangeiros, e particularmente aos lusos, é exemplificada através das imolações públicas de portugueses, revelando o sentido ritual de justiça praticado pelos rebeldes, que muito traduzia um ideal por eles defendido em meados do século XIX.²¹⁰ Mais adiante veremos como foram sentidos pela comunidade portuguesa residente os sucessivos ataques dos revoltosos. Veremos que, tanto quanto o temor da morte, os portugueses, na sua maioria negociantes, temiam a perda de seus patrimônios através dos saques.

Finalmente, a partir de 1839, os registros de entradas apresentam uma tendência de crescimento, que tem o seu ponto mais alto no ano de 1842, com 152 solicitações de passaportes para a província paraense, novo cenário possivelmente relacionado com as políticas migratórias que são implementadas em Portugal e com a descentralização da emissão de passaporte a partir

²⁰⁷ As perseguições empreendidas durante o governo de D. Miguel aos negociantes defensores do liberalismo levaram à fuga clandestina de muitos portugueses, que foram forçados a abandonar seu patrimônio em Portugal. Em 1829, o negociante do Porto Francisco Gaudêncio da Costa, depois nomeado vice-cônsul de Portugal no Pará, indica que foi obrigado a fugir depois da “usurpação do trono” por D. Miguel. ANTT, MNE, Cx. 306, m0020.

²⁰⁸ Ver RICCI, Magda. Nação e Revolução: a Cabanagem e a experiência da “brasilidade” na Amazônia (1820-1840). In CHAMBOULEYRON, Rafael & ALONSO, José Luis. *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (século XVII-XXI)*. Belém: Editora Açai, 2010.

²⁰⁹ Cf. RICCI, Magda. *Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução*. In GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 192; PAULO, Pasquale Di. *Cabanagem, a revolução popular da Amazônia*. Belém: Edições CEJUP, 1990; CHAVIENATO, Júlio José. *Cabanagem, o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984; REGO, Gustavo Moraes. *A Cabanagem, um episódio histórico de guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839)*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas (série Torquato Tapajós), 1965.

²¹⁰ Ver: RICCI, Magda. *Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão da cabana*. In NEVES, Fernando Arthur F. e LIMA, Maria Roseana (Orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006. pp. 516-544.

de 1834. Apesar das circunstâncias adversas, o acesso à documentação legal para saída de Portugal foi facilitada quando passou a ser feita através dos Distritos.

Por outro lado, esse crescimento indica que as políticas “pacificadoras” empreendidas pelos governos paraenses a fim de manter “a tranquilidade pública” no Pará, comprometida pelas revoltas populares, haviam gerado certa confiança no imigrante português, que voltava a se direcionar com maior frequência para os portos paraenses. Essa tendência de crescimento é evidenciada nas solicitações de passaportes para os anos de 1839, quando houve 52 pedidos, no ano seguinte aumentando para 86, em 1841 passando para 97 e culminando no ano de 1842, com 152 solicitações legais de passagem ao Pará. A partir desse ano até 1850, a frequência de entrada não ficou inferior a cinco dezenas de registros de passaportes para essa província.

Com todas as sutilezas e silêncios que os números resguardam, alguns aspectos merecem ainda ser expostos, numa perspectiva bem geral. Em toda a população branca livre, os portugueses ainda representavam a maioria dos imigrantes no Pará. Mesmo depois da abertura dos portos às nações estrangeiras, a presença de ingleses, americanos e franceses, por exemplo, era muito inferior ao número de portugueses que entravam nos portos do Pará.

Apesar do processo de naturalização proposto para a Carta Constitucional de 1824, que convencionou muitos portugueses a se tornarem “brasileiros adotivos”, ou mesmo os mantiveram na condição de “estrangeiros” privilegiados²¹¹, o número de lusitanos, em comparação com as demais nações estabelecidas no Pará, ainda se mostrava mais expressivo. Um dos poucos registros existentes sobre a presença de estrangeiros nesse período é declarado pelo presidente da província Bernardo de Souza Franco, em 1839, que registra num mapa estatístico da população do Pará a cifra de 433 estrangeiros²¹². Desses dados pouco precisos apresentados pelo governo, pois não apresentam o volume das nações representadas, é possível inferir que um número significativo seja de portugueses. Porém, quando consideramos um levantamento realizado pelo Consulado de Portugal no Pará, denominado “Portugueses residentes no Pará e seu Termo em 1839”, foi possível contar 367 lusitanos²¹³. Comparando

²¹¹ Ver: MENDES, José Sacchetta R. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011. Observar também sobre esta questão, o Art. 6º, inciso V, parágrafo único da Constituição de 1824.

²¹² PARÁ, Presidente da Província. Exmo. Dr. Bernardo de Souza Franco. Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de agosto de 1839. Typ. Santos & Menores, 1849. p. 14.

²¹³ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE, cx. 306, m0304 – Relação dos Portugueses residentes na Cidade do Pará e seu Termo.

esses números com a contagem de estrangeiros apresentada pelo governo, os portugueses corresponderiam a 84,7% desse total.

Sem pretender avançar nessa discussão, vejamos agora os desdobramentos dos registros de passaportes, a fim de compor um perfil do imigrante português que se dirigia para essa região nos meados dos oitocentos.

Os titulares e seus acompanhantes

Uma característica presente nos passaportes emitidos na primeira metade do século XIX era a possibilidade de, através da emissão de um único documento, viajar mais de uma pessoa e, comumente, autorizar a passagem de uma família, o que foi alvo de críticas dos legisladores, que julgavam que, por meio dessas “brechas” da Lei, poderiam transitar, dentro de um grupo familiar, indivíduos clandestinos, podendo ocultar criminosos, jovens em idade de serviço militar sem o devido cumprimento de suas obrigações ou capazes de terem satisfeito junto ao governo as devidas dispensas²¹⁴.

Esses problemas foram postos em causa na legislação de 1825, que previa a individualização e padronização dos passaportes. Entretanto, tais determinações não chegaram a ser concretizadas durante o conturbado governo de D. Miguel (1828-1832). Somente após a reforma de 1835, é que passaportes passaram a ser emitidos pelos Distritos e ter uma maior exigência para a individualização da emissão da documentação de viagem²¹⁵.

Essa imigração em rede, articulada por laços familiares e de solidariedades, constitui um fenômeno muito presente nas migrações transatlânticas²¹⁶. Imigravam juntos de uma mesma comunidade, irmãos, amigos, vizinhos, compadres, tios e sobrinhos. Nas solicitações de passaportes até 1833, podemos notar a presença de passaportes coletivos, nos quais um indivíduo titular fazia um pedido e levava consigo outros acompanhantes. Depois dessa época, por exigência legal, há uma restrição de passaportes coletivos, mas eles não desaparecem, ainda se mostrando casos de registro de mais de uma pessoa em um só passaporte para os anos de

²¹⁴ Cf. ALVES, Jorge F. *Os “Brasileiros”, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993; ver principalmente o capítulo 4. Normas, problemas e desvios.

²¹⁵ Decreto regulamentar sobre passaportes do Ministério do Reino de 15 de janeiro de 1835. In SOUSA, Fernando. *A Emigração portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2009.

²¹⁶ Cf. RODRIGUES, Henrique. *Emigração de grupos familiares com passaporte obtido em Viana do Castelo no século XIX*. Viana do Castelo/Portugal: ESSE de Viana do Castelo/CEPESE, disponível no site: <http://www.apdemografia.pt/files/2082508056.pdf>

1840, como foi o caso de Rita da Luz, natural do Porto, casada, 29 anos, que embarcava para o Pará em 1846, levando em sua companhia Emília de Jesus, sua irmã e mais 5 filhos menores²¹⁷.

Contudo, mesmo depois da individualização dos passaportes, a rede de solidariedade e migração em família se mantinha. Pedidos com datas muito próximas revelam grupos familiares se movimentando.

Um exemplo bastante ilustrativo dessa tendência pode ser visto nos anos de 1847 e 1848, quando cinco indivíduos de uma mesma família, todos carpinteiros, naturais de Ovar, no distrito de Aveiro, resolvem partir para Belém do Pará. Embarcaram juntos, no dia 17 de agosto de 1847, Antonio Rodrigues da Graça Caputo, 26 anos, Antonio José Rodrigues da Graça Caputo, 24 anos, e Baltazar Rodrigues da Graça Caputo, 20 anos²¹⁸. Um ano depois, seguiam para o mesmo destino Antonio Rodrigues da Graça, 32 anos, e Manoel Rodrigues da Graça, de 28 anos²¹⁹. Todos possivelmente de uma mesma família, “Rodrigues da Graça”, viajam com passaportes individuais, mas se deslocam para o mesmo destino juntos.

Nesse caso, o movimento familiar é possível de ser notado pelo cruzamento de informações comuns aos nomes. Contudo, essa situação não pode ser estendida facilmente para outros membros da família e agregados que não tinham nomes semelhantes. A verificação para casos dessa natureza exige o cruzamento com outras fontes, a fim de buscar essa relação.

Contudo, dessa rede de “imigração coletiva”, vejamos aqueles que partiam com o mesmo passaporte – o titular com seus acompanhantes. Do ponto de vista *estatístico*, esses acompanhantes ampliam os números de imigrantes. Embora sejam feitos em nome de um titular, por razões familiares, de trabalho, dependência, outros indivíduos viajam com um mesmo passaporte. Ainda que não seja muito expressivo, esse grupo constitui uma soma que deve ser levada em consideração, pois acrescenta no volume de mobilidades, assim como apresenta a rede de relações que os indivíduos acionam ao migrar.²²⁰

²¹⁷ Arquivo Distrital do Porto, ADP, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro nº 14, 1846-1847, Registro de Passaportes de Rita da Luz, nº 211, Ano 1846.

²¹⁸ Arquivo Distrital do Porto, ADP, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro nº 14, 1846-1847, Registro de Passaportes de Antonio Rodrigues da Graça Caputo, nº 624; Antonio José Rodrigues da Graça Caputo, nº 625 e Baltazar Rodrigues da Graça Caputo, nº 626, Ano 1847.

²¹⁹ Arquivo Distrital do Porto, ADP, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro nº 17, 1848-1848, Registro de Passaportes de Manuel Rodrigues da Graça, nº 98 e Antonio Rodrigues da Graça, nº 2080, Ano 1848.

²²⁰ Cf. RODRIGUES, Henrique. *Emigração de grupos familiares com passaporte obtido em Viana do Castelo no século XIX*. Viana do Castelo/Portugal: ESSE de Viana do Castelo/CEPESE, disponível no site: <http://www.apdemografia.pt/files/2082508056.pdf>

Assim, identificamos no rol de solicitações de passaportes para a província do Pará, para o período investigado, 103 titulares levando consigo acompanhantes. Estes perfaziam um total de 230 pessoas. Dessa forma, na contagem final dos imigrantes que partiram com destino ao Pará, saltamos dos 1.339 registros de entrada para 1.569, o que representa um aumento de 17,1 % no volume final de migrações.

Observando a distribuição desse número de acompanhantes segundo o gênero do imigrante, temos algumas considerações muito relevantes. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 3

Titulares e acompanhantes por sexo – 1800-1850

Sexo	Titular	Acompanhantes	Totais
Masculino	1.244	107	1.351
Feminino	95	123	218
Total	1.339	230	1.569

Fonte: *Arquivo Histórico Ultramarino*, Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de passaportes dos Arquivos Distritais de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Coimbra e Vila Real.

Visto por esta perspectiva, observamos uma curiosa situação. Do total de 1.339 solicitações de passaportes feitas pelos titulares, apenas 95 eram de mulheres. Já entre os acompanhantes, dos 230 imigrantes que viajaram junto com o titular, 123 eram do sexo feminino, superior aos 107 homens. Uma primeira observação a respeito desses dados demonstra uma expressiva titularidade masculina na solicitação de passaportes, numa margem de 93% para homens e de somente 7% para os titulares do sexo feminino.

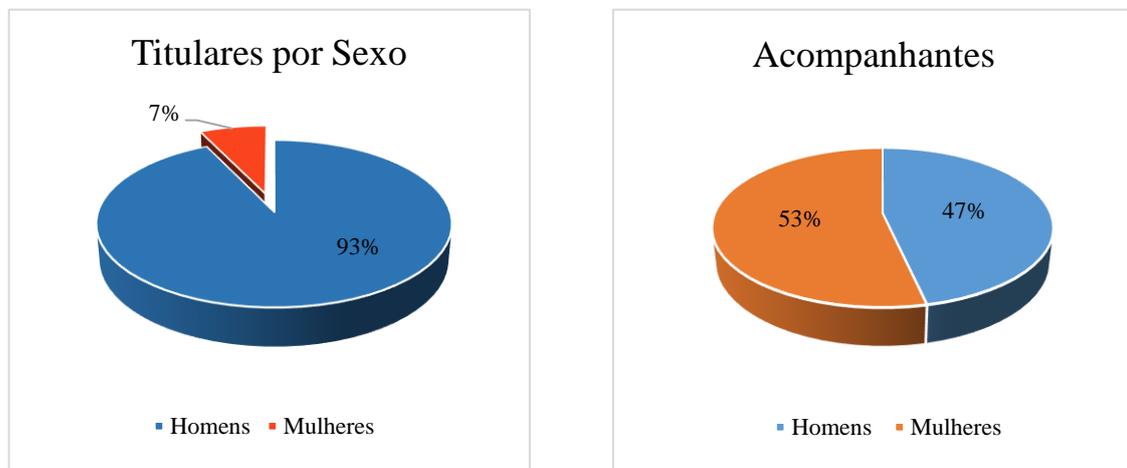
Entretanto, são muito relevantes os números alcançados pelos acompanhantes, vistos pela distribuição sexual. De 230 acompanhantes, mais da metade era formada por mulheres, demonstrando uma perspectiva presente nas migrações transatlânticas, que era a viagem de mulheres acompanhadas. Por dependência ou submissão ou mesmo, como sustenta Henrique Rodrigues, por limites de escolarização e vinculação à vida doméstica²²¹, as mulheres tendiam menos a partir sós e, quando viajavam por chamados de seus maridos, as preocupações para seus consortes não eram as possíveis turbulências dos mares, e, sim, os cuidados que a esposa deveria ter para com os outros passageiros durante a viagem.

²²¹ Ver: RODRIGUES, Henrique F. *Emigração e Emigrantes, Vale do Lima no Século XIX*, op. cit., p. 62.

Apesar de ter ocorrido em 1904, o caso a seguir é muito adequado para traduzir o sentimento dos maridos estabelecidos no Pará. Maria Martins, casada, 38 anos, doméstica, natural de Gondomar, Porto, recebeu uma carta de chamada de seu marido em 1905. Na missiva, ele pedia que ela embarcasse para a sua companhia. Entre suas recomendações de viagem estava: “Maria a remeto dinheiro para tu vim ao Manuel ora tenha te dizer pensas bem o que tens a fazer, ola que tu não pençes que vais dar um paçeiio abanada ou enterro hais para as hocas, este é mais sério *tratar sempre com respeito para seres respeitada* tu resolveres a vir fala com João Pereira a ver o que te diz” (itálico nosso)²²².

João Martins de Castro, esposo de Maria, além das recomendações a respeito do dinheiro enviado para custeio de sua passagem, fazia questão de precaver a esposa sobre a natureza da viagem que ia fazer, dizendo: *não pençes que vais a paçeiio*. O marido fazia questão de demonstrar que o local onde estava era um lugar de trabalho, *hais para hocas*. Porém, nesse caso o que ressalta as precauções com a viagem da esposa²²³ estava no comportamento da esposa durante a longa viagem que faria no navio, onde havia a presença de homens – o cuidado com a honra da mulher, mas principalmente a sua como homem da família²²⁴.

Gráfico 2



Fonte: *Arquivo Histórico Ultramarino*, Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de passaportes dos Arquivos Distritais de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Coimbra e Vila Real.

²²² Processo de Maria Martins, casada, 14-01-1905, Natural de freguesia de Perolizinho, concelho de Gondomar. Arquivo Distrital do Porto, Processos de Passaportes nº 321 a 440, Livro de Registro nº 3372.

²²³ Cf. MATOS, Maria Izilda dos S. *Na espera da mala postal: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses – (São Paulo – Portugal 1890-1950)*. RCL, Convergência Lusíada, n. 29, jan-jun, 2013; ver ainda SILVA, Brasilina Pereira. *Cartas de Chamadas, a dimensão familiar da emigração – Sernancelhe no início do século XX*. Porto: CEPESE, 2014.

²²⁴ Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In MATOSO, José (Dir.). *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 2, Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

Sejam essas ou outras motivações, é bastante sintomática a condição das mulheres no grupo que embarcavam para a companhia de seus maridos ou outros familiares. Esse volume de acompanhantes, por vezes invisibilizados em suas identidades, pois é somente indicado o grau de parentesco ou amizade que os une ao titular, como “primo”, “mulher”, “filha”, “filho”, “cunhado”, entre outros, sem nomeá-los, corresponde a um acréscimo do fluxo de entradas, que nem sempre são consideradas quando tomados em conta somente os titulares.

As migrações em grupo eram muito comuns entre os reinóis que vinham destinados como funcionários do governo. Esse foi o caso de Joaquim José de Abreu, de 38 anos, que vinha para a província do Pará em 1806 para assumir cargo de cirurgião-mor no Hospital Militar do Pará. Em seu pedido de passaporte, consta o embarque de sua mulher, d. Marcelina Rosa da Conceição dos Anjos; seus cinco filhos: Escolástica Narciza Rosa, de 10 anos; Joaquim José de Abreu, de 8 anos; Ladislau José de Abreu, de 7 anos; Luiza Maria Rosa, de 4 anos; e Antonio José de Abreu, de 18 meses; ainda a comadre de sua mulher e seu respectivo filho, Ana Antonia de Almeida, de 44 anos, e José Maria Cância e um jovem sobrinho seu de nome Antonio José da Silva, perfazendo um total de 10 pessoas que embarcavam com um único passaporte. Em sua petição, ainda alegava que não “tinha meios de poder se transportar em navio mercante”, por isso suplicava a Vossa Alteza Real que lhe faça a Graça de lhe mandar dar passagem e mesa a sua mulher e filhos em uma das embarcações de Sua Real Coroa²²⁵”.

O argumento de *extrema pobreza* usado como justificativa para solicitar o transporte por conta do erário público por Joaquim José de Abreu talvez fosse mais um recurso para conseguir o benefício do que uma demonstração de sua situação, pois o cirurgião Abreu não parecia ser tão *pobre* como alegava ser, como também gozava de alguns predicativos que sua profissão proporcionava.

Em 16 de novembro de 1805, um ano antes de solicitar passagem para sua família, o cirurgião fazia uma consulta ao Conselho Ultramarino de Lisboa sobre o requerimento da mercê de patente de cirurgião-mor da capitania do Pará.²²⁶ Essa condição dentro de uma ordem colonial lhe permitia distinção na sociedade. Assim, talvez os custos de uma viagem com toda

²²⁵ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 136. doc. 10354 – Requerimento do cirurgião-mor despachado para o Hospital Militar do Pará, Joaquim José de Abreu, para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passagem e mesa para si, sua mulher e filhos numa das embarcações da Coroa, com destino a cidade do Pará.

²²⁶ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 136. doc. 10285 – Consulta do Conselho Ultramarino para o príncipe regente D. João, sobre o requerimento do cirurgião anatómico, Joaquim José de Abreu, solicitando a mercê da patente de cirurgião mor da capitania do Pará, com a mesma graduação concedida a todos os seus homólogos do Exército Real.

sua família em navio mercante fossem pesados para ele poder assumir no seu deslocamento, já que vinha a serviço do governo lusitano.

Outros indivíduos não ligados ao governo português também migravam levando parentes em sua companhia. Um desses casos ocorreu com Caetano José Coelho, em 1810²²⁷. Morador de Lisboa, estava casado com Maria Inácia Dias, filha do negociante Custódio José Dias e a esposa deste, Dorotea Brígida de Oliveira Dias. A justificativa do pedido era porque seu sogro “há anos havia se estabelecido no Pará onde residia com casa, fundos e prédios” e, por se achar em “decrépita idade e atacado por moléstias”²²⁸ e não possuir herdeiros senão a esposa de Caetano, solicitava que os ditos seus parentes viessem prestar-lhe atendimento.

Assim, a fim de atender ao pedido de seu sogro, que almejava “não só a companhia de sua mulher, mas também de sua filha e de seu genro Caetano, pois tem o desejo de ver junta consigo a sua família toda”, bem como para “ajustar as contas que tem com este seu genro, e encarrega-lo da continuação do giro de seu negócio e, da administração de sua Casa, para que já não chegam suas forças”²²⁹, Caetano embarca para o Pará levando consigo “sua família”, sem indicar os nomes dos acompanhantes. Era composta de sua mãe, sua mulher, sua irmã, três filhos menores e sua sogra e a enteada desta, num total de 9 pessoas com uma única solicitação²³⁰.

Essas alianças familiares que emergem através dos registros de passaportes coletivos ajudam a pensar como se articulava uma “família” de imigrante. Uma característica pouco comum nas tendências migratórias dos meados do século XIX, que em geral era feita individualmente e por jovem solteiro²³¹, essas exceções revelam agregados familiares mais alargados.

Adentrando mais ainda nos números acima mencionados, é possível especificar melhor quem eram esses acompanhantes que seguiam viagem com os solicitantes titulares de passaportes, rumo ao Pará:

²²⁷ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 143. doc. 10843.

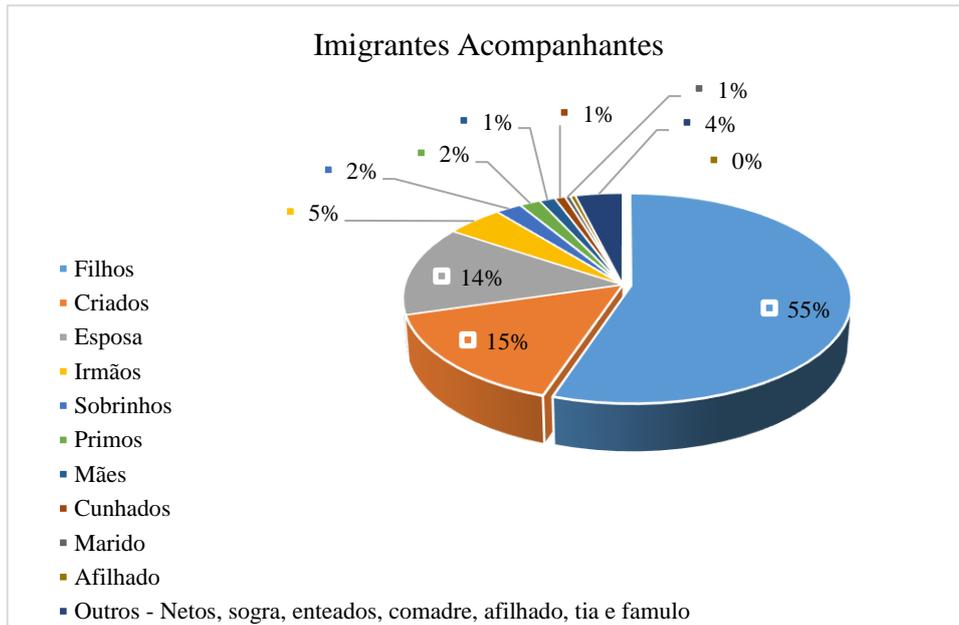
²²⁸ Idem.

²²⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 143, doc. 10843.

²³⁰ Idem.

²³¹ Ver SERRÃO, Joel. *Emigração Portuguesa, sondagem histórica*. Especialmente o capítulo III, “A emigração, fenômeno histórico estrutural”, que trata das tendências migratórias ao longo do século XIX. Op. cit., p. 119-181.

Gráfico 3



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de passaportes dos Arquivos Distritais de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Coimbra e Vila Real.

É possível perceber que mais da metade dos acompanhantes indicados pelos titulares era de filhos, somando um total de 55% dos que embarcavam juntos, sendo ainda notável em números absolutos 67 filhos e 60 filhas. O segundo maior número de acompanhantes era o de criados, contando 35 serviçais, o que perfazia 17% dos que seguiam com seus senhores. Logo a seguir estavam as esposas, tendo vindo 32 mulheres com seus maridos, equivalente a 14% do total de acompanhantes listados. O restante era formado por irmãos, sobrinhos, primos, mães, cunhados, afilhados. Apenas uma titular indicou trazer consigo o marido.

Migrações masculinas e femininas

Como vimos anteriormente, uma forte característica das migrações transatlânticas portuguesas foi o predomínio das partidas de homens muito superior às das mulheres²³². Essa realidade não se fez diferente em relação aos registros de entradas no início dos oitocentos na

²³² Os números produzidos neste esforço de pesquisa se aproximam de uma tendência geral para os decênios iniciais do século XIX. Ainda que a maioria dos estudos tenham-se concentrado a partir de 1850, hoje, com estudos baseados nos registros de passaportes, há uma tendência a se recuar para o início do século. A respeito dessa questão é interessante ver: SERRÃO, Joel Serrão. *Emigração Portuguesa, sondagem histórica*. 1982, *op. cit.*; ALVES, Jorge Fernandes. Os “Brasileiros”, emigração e retorno no Porto oitocentista. *Op. cit.*; ver ainda NUNES, Rosana Barbosa. *Portuguese Migration to Rio de Janeiro, 1822-1850*. Canadá: University of Toronto (tese de doutorado), 1998.

província do Pará. Ao cruzarmos os registros de passaportes localizados nos diversos fundos inventariados para o período, auferimos o seguinte resultado, considerando apenas o titular, como pode ser visto no gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de passaportes dos Arquivos Distritais de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Coimbra e Vila Real.

De modo geral, uma leva substancial de migrantes aportava na província do Pará entre os anos de 1800 a 1850, era masculina na sua grande maioria. Sendo computados 93% das solicitações de passaporte de titulares para homens, contra 7% de solicitações feitas por mulheres. Guardadas as proporções, essa tendência se aproxima dos altos índices de masculinidade presentes nas migrações portuguesas que partiam da região nortenha. Fernando Sousa, estudando as emigrações portuguesas do norte de Portugal para o Brasil (1834-1950),²³³ observou índices muito semelhantes, pois 85% de homens e 15% de mulheres deixaram aquela região com destino ao Brasil no período enfocado.

O estudo das (e)imigrações portuguesas, por outro lado, tem dedicado esforço em tratar a situação das mulheres dos migrantes que partiram rumo ao Brasil. Volpi Scott dedicou uma atenção especial às famílias do Noroeste de Portugal procurando evidenciar como se constituíram os arranjos familiares numa típica região de dispersão de população²³⁴. O drama

²³³ Ver: SOUSA, Fernando. *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Porto: dissertação de doutorado, 1979.

²³⁴ Ver: SCOTT, Ana Silvia. *Famílias, Formas de União e Reprodução social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*. Guimarães/Braga: Universidade do Minho/Neps, 1999. ALVES, Fernando Jorge. Os “Brasileiros”, emigração e retorno no Porto Oitocentista, *op. cit.*

das mulheres que ficavam muito se assemelha à narrativa do literato Joaquim Lagoeiro e suas “viúvas de vivos”.²³⁵

As migrações de mulheres titulares de passaportes foram vistas durante o período joanino. Elas partiam em circunstâncias muito diversas, porém em geral vinham para a companhia de alguém estabelecido no Pará.²³⁶ Como um grupo diminuto, as mulheres tinham suas escolhas relacionadas aos seus maridos, irmãos ou pessoas com as quais possuíam laços de afinidade. A esse respeito vejamos o caso das mulheres da família Guelfi.

Uma situação de possível medo de desamparo, por exemplo, foi a razão que levou Dona Josefa Luiza, em 1810, a deixar Lisboa junto com suas três filhas Constança Maria, Brites Prudência e Gertrudes Josefa²³⁷. Dona Josefa residia em Coimbra e havia ficado viúva após a morte de seu esposo João Antonio Bartolomeu Guelfi. Seu único filho homem, Constâncio Guelfi, fazia frequentes viagens entre Portugal e o Pará desde 1804 como capitão do navio.

Entre outras embarcações, Constâncio havia trabalhado como mestre das galeras “Pombinha de Lisboa” e “Nossa Senhora do Rosário Paquete do Pará”. Em meio a essas idas e voltas de suas viagens, o capitão Constâncio Guelfi foi fixando residência em Belém do Pará, o que é demonstrado quando sua mãe, dona Josefa Luiza, manifesta através de seu pedido de passaporte que pretendia se juntar ao seu filho ali estabelecido.²³⁸

Após o falecimento do seu marido, João Antonio Guelfi, seu filho mais velho passou a ser a principal referência de sua família. Acompanhando o movimento de membros dessa família, localizamos em 1816 uma das irmãs de Constâncio em viagem de Portugal para Belém. Depois de ter viajado em companhia de sua mãe em 1810, Constança Augusta Guelfi não deve ter-se adaptado na cidade paraense. Por algum motivo, logo em seguida esta manifestou interesse em retornar a Portugal e por lá deve ter tentado manter-se até pelo menos o ano de 1816. Assim como a mãe havia feito anos atrás, justifica que pretendia juntar-se a seu irmão

²³⁵ Ver: LAGOEIRO. *Joaquim Lagoeiro*. Lisboa: Editorial Minerva, 1967.

²³⁶ Ver: VIEIRA Jr., Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel S. Um Estudo sobre a Migração portuguesa para a Amazônia Joanina (Pará, 1808-1821). In SARGES, Maria de Nazaré... [et al.]. *Entre Mares: o Brasil dos portugueses*, Belém, Ed. Paka-Tatu, 2009. pp 64 -74.

²³⁷ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 143. doc.10803. Requerimento de passaportes de D. Josepha Luíza Guelfi. Ano 1810.

²³⁸ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 143. doc. 10803. Requerimento de D. Josefa Luísa, viúva de João Bartolomeu Guelfi, para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte com destino à cidade de Belém do Pará, em companhia de suas três filhas, Constança Maria, Brites Prudência e Gertrudes Josefa, e de seu filho, capitão do navio "Paquete do Pará", Constâncio Guelfi.

Constâncio Guelfi. Naquele ano, dona Constança, com idade de 30 anos, ainda se encontrava solteira e reclamava passagem para junto de seu irmão residente no Pará²³⁹.

Constâncio, sua mãe e suas irmãs, ao que tudo indica, passaram a ter residência fixa no Pará, na medida em que o mestre de navios passou a exercer outras funções na cidade de Belém.²⁴⁰ Por meio da trajetória dos “Guelfi” no Pará, podemos ver um grupo de mulheres migrando para a companhia de único parente que havia viajado para fora do reino. As possibilidades que cercam as motivações que as fizeram seguir esse caminho nos sugerem o desamparo familiar e ruína financeira em uma Lisboa convulsionada pelas circunstâncias econômicas depois do falecimento de seu esposo²⁴¹.

Entretanto, essas são inferências sobre as condições de vida da família Guelfi em Lisboa, pois a documentação é escassa nesse sentido. Contudo, a respeito de Constâncio, pudemos, através de outras fontes, observar como este se havia estabelecido no Pará.

Constâncio exerceu a função de piloto de carta e demarcador de terras de Belém e seu Termo, em 1820²⁴². Um ano depois, notamos que foi agraciado com uma sorte de terras no igarapé Mocol-Assú, situada no rio Acará-Mirim²⁴³. Também foi na capital do Pará que Constâncio realizou seu segundo casamento, com D. Leocádia Maria Barata. Mesmo não tendo nenhum filho com esta, acreditamos que esta união lhe possibilitou grande inserção nos quadros da sociedade nortista, por ser sua esposa de uma família bastante influente na região.

O ex-piloto de navios faleceu em 1838 no Pará, deixando uma fortuna avaliada em 8.761\$897, que foi dividida entre dona Leocádia Barata e uma filha que havia de seu primeiro

²³⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 147, doc. 11275. Requerimento de Constança Augusta Guelfi para o rei [D. João VI], solicitando a concessão de passaporte com destino ao Pará, para se juntar a seu irmão Constâncio Guelfi. Anexo: atestação.

²⁴⁰ Antes de se fixar no Pará, o capitão Constâncio Guelfi durante mais de 10 anos manteve ativa a rota de viagens com Portugal, trabalhando nas embarcações de Rafael Antonio Rodrigues da Costa, que era proprietário da galera “Pombinha de Lisboa”, depois passou à galera “Nossa Senhora do Rosário Pacote Pará” dos senhorios Joaquim José Pedro, Domingos José Frazão e João Lopes da Cunha. Em 1815, aparece em uma única viagem como capitão e proprietário da sumaca “São João Augusto”.

²⁴¹ Lisboa estava sofrendo a terceira invasão das Tropas francesas pela Beira, mobilizando grandes efetivos militares e deslocamento da população. Essa situação interferiu no cotidiano das famílias que tiveram meios de subsistência saqueados ou queimados durante os conflitos. Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834. In PINTO, A. C. & MONTEIRO, Nuno G. *História Contemporânea de Portugal. Op. cit.*, p. 51.

²⁴² Certidão de Demarcação das Terras pertencentes ao Engenho do Carnapijó, 1820. ITERPA, Registro da propriedade pertencente a Fortunato Alves de Souza, fls. 01 a 18, verso do Livro de Registro de Títulos e Propriedades nº 09.

²⁴³ PARÁ: Catálogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias. Belém: Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Tomo 3º, 1968. p. 36.

casamento com a lisboeta Joaquina Maria Ribeiro. Durante a partilha, esta fora representada por seu marido, Bernardo Antonio Pereira Freire.²⁴⁴

Acompanhar um parente estabelecido, e por certo provedor da família, parece ocupar uma faixa bastante expressiva nas motivações da migração das mulheres. Esse pode ter sido o caso de Custódia Margarida, que se encontrava em 1814 com 50 anos de idade, residindo no Concelho de Gondomar, comarca de Souza, na região do Porto, no convento de Ave Maria nessa cidade²⁴⁵. Com idade avançada e possivelmente por sua relação com a vida religiosa, não lhe permitiram que contraísse matrimônio, restando nessas condições juntar-se a seu irmão José Antonio de Castro, estabelecido no Pará. A fim de “socorrer e amparar” a dita sua irmã, João a manda chamar para a sua companhia em Belém do Pará.

Tanto Josefa Guelfi como Custódia embarcaram rumo ao Pará por razões de dependência, a primeira pela perda do marido e pela dificuldade que era criar três filhas sem o amparo econômico e “paternal”, que agora passaria a ser exercido pelo filho homem. Já no caso de Custódia, foi a sua condição de “solteirice” em idade avançada e a necessidade de amparo que a levaram a pedir auxílio ao irmão. Ainda que sejam verdade essas inferências, outras possibilidades poderiam levar a pensar que Josefa e Custódia poderiam exercer funções administrativas dentro das residências dos seus parentes em Belém do Pará. Nesse sentido, vinham com uma função muito maior do que ser apenas um estorvo na vida de seu filho e irmão no Pará, respectivamente.

Finalmente, neste rol de mulheres que migravam, vejamos o caso daquelas que acompanhavam seus maridos em degredo para as terras do Grão-Pará²⁴⁶. Esse foi o caso de Antônia Maria, em 1816, que solicitava ao secretário do governo do reino de Portugal, conde da Feira, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, a licença em poder acompanhar o seu marido João Nunes, preso na cadeia da cidade, onde foi sentenciado ao degredo de 5 anos no Pará.²⁴⁷ Alegava que, de seu casamento com o marido, teve quatro filhos e não possuía condições materiais para garantir o sustento de seus filhos. O pedido para o embarque de Antônia Maria

²⁴⁴ Autos Civis de Inventário de Constâncio Guelfi, ano 1838, Cartório Fabiliano Lobato, CMA.

²⁴⁵ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.146, doc. 11119.

²⁴⁶ A respeito dos degredados ao Pará é interessante reconhecer o trabalho de: TORRES, Simeia Maria de Souza. *O Cárcere dos Indesejáveis: degredados na Amazônia portuguesa (1750-1800)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

²⁴⁷ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 147, doc. 11260.

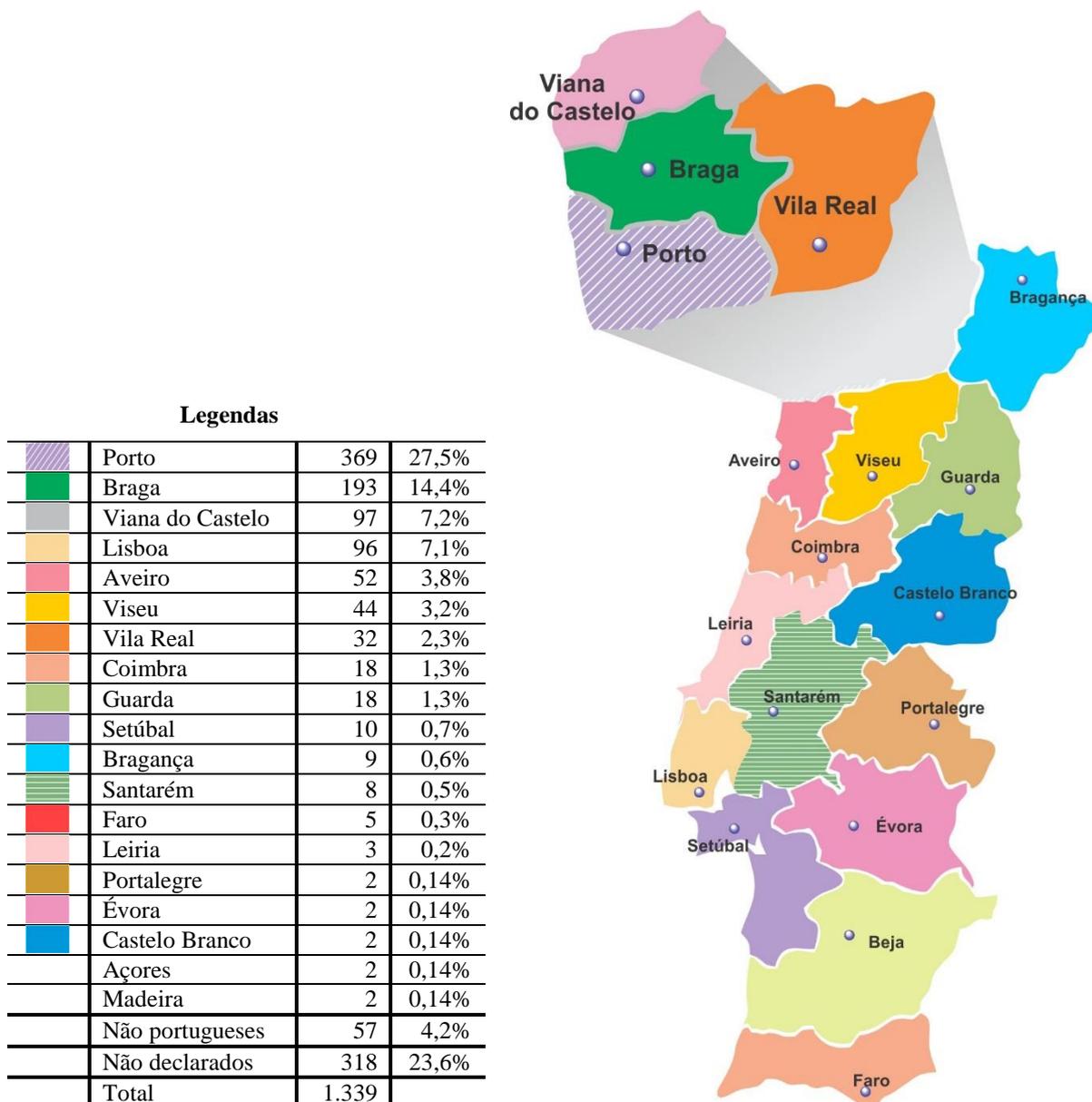
era reforçado pelo próprio condenado João Nunes 11 dias depois, no sentido de permitir a companhia de sua mulher ao degredo no Brasil²⁴⁸.

O porto de Lisboa foi o principal local por onde saíam os migrantes para fora do Reino no início dos oitocentos. Depois foram ganhando importância as cidades do Porto, Viana do Castelo e outras cidades litorâneas. Para esses lugares, tanto as mulheres, como homens em quaisquer idades dirigiam-se para poder viajar em busca de oportunidades longe de suas terras. Mas de que regiões de Portugal vinham esses indivíduos que desejavam se estabelecer no Pará? Esse será o tema do próximo item.

²⁴⁸ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 147, doc. 11261.

De onde vinham os portugueses que migravam ao Pará

Figura 5



Fonte: Registros de Passaportes do AHU, ADL, ADP, ADC, ADVC, ADVR, ADB.

Com base nos 1.339 registros de Passaportes coletados que tinham como destino a província do Pará no período de 1800 a 1850, foi possível construir um quadro panorâmico das regiões portuguesas de onde partiram os imigrantes para essa província do norte do Brasil.

Antes de passar à análise dos dados obtidos, é interessante fazer algumas considerações sobre a estrutura das fontes, no que diz respeito à identificação da naturalidade dos indivíduos que os solicitavam.

Há que se considerar que os registros de passaportes no período estudado apresentam algumas variações na sua forma e conteúdo. Como vimos anteriormente, a legislação portuguesa sobre mobilidades foi marcada por algumas mudanças na definição das regras de emissão dos passaportes²⁴⁹. Em função das várias formas como eram produzidos esses documentos de mobilidades ou por omissão do escriba, por vezes os passaportes apresentavam lacunas sobre a identidade do imigrante. Dessa forma, para suprir tal falta de informações, é necessário o cruzamento com outras fontes.

Assim, para um universo de 1.339 solicitações de passaportes coletadas, apenas 964 emissões dos registros declaravam a naturalidade do indivíduo. O restante dos 318 não informaram ou a fonte consultada omitia esse dado. Havia, ainda, 57 pedidos para migrantes de nacionalidades diversas, incluindo os que se diziam brasileiros. Esse grupo era formado de 3 angolanos, 1 genovês e 2 espanhóis. Os nacionais do Brasil eram divididos em 3 da Bahia, 1 do Rio de Janeiro, 2 de Pernambuco e 44 do Pará. Essa distribuição serviu como referencial para as análises do fluxo migratório entre Portugal e o Pará na primeira metade do século XIX.

Os lusitanos que migravam nos meados dos oitocentos para a província do Pará eram predominantemente do Norte de Portugal. Essa tendência corrobora resultados de investigações realizadas para outras porções do Brasil²⁵⁰. Entre os imigrantes que declararam suas nacionalidades, por ordem de recorrência, temos a seguinte disposição: do distrito do Porto saiu a maioria dos portugueses para o Pará; foram 369 pedidos de passaportes somente desse lugar, o que representa 27,5% do total. Na sequência, temos o distrito de Braga, com 193 solicitações de passaportes, correspondendo a 14,4%. Se levarmos em consideração os principais distritos

²⁴⁹ Até o ano de 1835, os registros de passaportes para fora do reino não faziam distinção por nacionalidade dos indivíduos que partiam. Assim, portugueses e pessoas de outras nacionalidades aparecem igualmente descritas nos pedidos de passaportes desse período. Por outro lado, ainda que tenha havido políticas de padronização dos registros de passaportes pelo governo português desde 1825, essa ação não parece ter-se universalizado muito rapidamente, pois alguns livros de registros dos finais dos anos de 1830 até 1840 não passam de listas nominativas. Todos esses aspectos limitaram um ordenamento regular das informações coletadas, por vezes constituindo lacunas que não foram possíveis de suprir, como a identificação da naturalidade de alguns emigrantes.

²⁵⁰ Vários estudos têm demonstrado essa predominância da imigração do Norte de Portugal para o Brasil, entre os quais destacamos: ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros”, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Câmara Municipal, 1994; SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho, NEPS, 1999; MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” de Fafe (1834-1926), Territórios, Itinerários e Trajectórias*. Braga: Universidade do Minho, NEPS, 2000.

da região Norte de Portugal, que são Porto, Braga, Viana do Castelo, Aveiro, Vila Real e Bragança, teremos 796 deslocamentos de indivíduos em direção ao Pará, o equivalente a 59% de todos os pedidos de passaportes coletados.

Outro aspecto a ser destacado é a presença de imigrantes que saíram da região da Estremadura, especialmente de Lisboa. Com 96 solicitações de passaportes identificados, a capital do reino aparece com certo destaque entre os locais de partida para Belém. Acreditamos no fato de Lisboa ter sido o principal porto de saída durante toda a fase colonial e, depois, ter um significativo número de negociantes ali estabelecidos que mantinham relações econômicas com a região amazônica. Além disso, é importante ressaltar o fato de a capital do reino ser considerada um lugar intermediário de uma migração que se fazia em “dois tempos”. Nessa cidade, o indivíduo realiza os preparativos da partida²⁵¹.

Os números também demonstram a importância econômica das duas principais cidades portuguesas como centro de dispersão populacional: ao norte, a cidade do Porto e, no centro, Lisboa. Para compreendermos a dinâmica migratória nesse período de convulsão, além das explicações relacionadas à instabilidade política que as regiões viviam e as tornava vulneráveis às migrações, outros aspectos de caráter econômico devem ser considerados como importantes nas disposições de partir.

Segundo Ana Volpi Scott, Portugal do início do século XIX era um país de limitadas comunicações terrestres. O acesso de Lisboa ao Porto era feito através de linhas marítimas, não havendo uma comunicação por estradas de modo eficiente. Os transportes ferroviários somente alcançaram aquelas regiões no final do século XIX, nos anos de 1864²⁵². Isso de certa forma contribuiu para transformar, naquela época, Lisboa e Porto em duas cidades com características bastante diferentes.

A capital do reino se caracterizava por ser o centro da burocracia e dos serviços urbanos. De acordo com Jorge Pedreira, Lisboa “acolhia quase 7% da população portuguesa, que se ocupava nas manufaturas e nos ofícios mecânicos, no comércio por grosso e a retalho, na burocracia régia e municipal, nas atividades portuárias, nos serviços pessoais e domésticos, religiosos e militares”. Esse autor afirma ainda que “uma parte não desprezível dos cidadãos da capital do reino, tanto entre os mais ricos, como entre os mais pobres, gastavam o tempo na

²⁵¹ Ver: COSME, João dos S. R. *Quadros da Emigração Portuguesa para o Pará (Brasil), 1886-1900*. Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2015, n. 15.

²⁵² Cf. SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho, NEPS, 1999. P. 46.

ociosidade, uns vivendo dos rendimentos que lhes facultava o patrimônio, outros de empregos ocasionais, da assistência ou de expedientes”²⁵³.

Por outro lado, a cidade do Porto e seus arredores nortenhos, apesar das feições urbanas e dos prenúncios do desenvolvimento comercial, ainda eram dominados pela força de uma região fortemente agrícola. Ainda segundo Pedreira, “o norte litoral, de forte influência atlântica, clima ameno, chuvas regulares, a proximidade de rios mais caudalosos e de solos férteis, criava condições para uma forte densidade populacional (que alimentava a emigração) e para a extrema dispersão de povoamento, assim como para a individualização e fragmentação das explorações agrícolas”²⁵⁴. Essa região compreendia os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro e parte da Estremadura.

Nas demais regiões predominavam as atividades agrícolas de forma extensiva. Os distritos de Bragança, Vila Real e Guarda, de clima mais agreste e solos pedregosos, possuíam uma menor concentração populacional, ainda que tenham uma importante atividade de criação de ovinos e caprinos, e depois a introdução da batata, que se tornou importante alimento da população nortenha.

Entretanto, o percurso seguido pelos imigrantes que se dirigiam para fora do reino era feito de vários deslocamentos internos. Como podemos notar nos dias 23 e 24 de junho de 1805, através de seu procurador Geraldo António da Silva, solicitavam passaportes para Belém do Pará dois rapazes portugueses. Eles se chamavam João Batista Leite Guimarães, de 16 anos, natural de Braga²⁵⁵, e Manoel José da Silva²⁵⁶, 15 anos, natural do Porto, batizado na freguesia de São Pedro do Caíde do Rei, comarca de Penafiel. O que aproxima a trajetórias desses dois imigrantes, além da data de suas partidas e o lugar para onde se destinavam?

Observando com mais atenção a documentação de pedido de passaporte dos jovens imigrantes, algumas coincidências são bem significativas. Ao que tudo indica, os dois rapazes vieram do norte de Portugal por “ordem” de um negociante que buscava estabelecimento no Pará, chamado Rafael Antonio Rodrigues da Costa. A trajetória desse negociante português com longa passagem pela província paraense merece ser tratada mais adiante, mas por ora nos

²⁵³ Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, NUNO G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. Lisboa: Fundação Mapfre/Objectiva, 2013. Especialmente o capítulo 5, que trata do processo econômico do período. P. 126-127.

²⁵⁴ Idem, p. 127.

²⁵⁵ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 134, doc. 10192. Requerimento de João Batista Leite Guimarães, para o príncipe regente [D. João], solicitando passaporte com destino à capitania do Pará.

²⁵⁶ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 134, doc. 10193. Requerimento de Manuel José da Silva, para o príncipe regente [D. João], solicitando passaporte com destino à cidade de Belém do Pará

deteremos na sua relação com a viagem de João e Manoel. Rafael era também natural de Braga como João Batista, porém aos 28 anos já possui matrícula como negociante da Praça do Pará e também “assistia junto ao Cais do Sodré” em Lisboa²⁵⁷.

Segundo as informações contidas na documentação dos passaportes de João e Manoel, os dois rapazes, depois de chegarem do norte de Portugal a Lisboa a “convite” de Rafael, foram alojados na rua direita do Marquês de Abrantes, 27, Freguesia de Santos Velhos. Ali ficaram aguardando o embarque para a capitania do Pará, para onde seriam remetidos como caixeiros de seu negócio. Depois de enviar os dois trabalhadores, dois meses depois, Rafael seguia para o mesmo destino, levando consigo fazendas para o seu estabelecimento.

Esse caso corrobora uma estratégia migratória que fazia da capital do reino português um espaço de transição nas viagens. Entre a decisão de partir e o embarque propriamente dito havia um *itinerário* a cumprir. Trata-se muito mais do que um percurso geográfico, pois “também se aplica a sua trajectória social, ao caminhar num projecto de vida, ao transitar por espaços culturais nele entrosados”²⁵⁸. Entre o deslocamento de seus povoados até o destino final, os jovens imigrantes portugueses e seu contratador executavam uma série de ações necessárias à sua partida. A retirada dos passaportes, a aquisição de alguns pertences de viagem e fixação, enfim, preparativos que faziam de Lisboa um local de passagem, de uma migração em “dois tempos”²⁵⁹.

Com todas as particularidades que circundam as decisões e as escolhas dos jovens portugueses, estimulados a viajar para as terras paraenses com o propósito de buscar estabelecimento nas distantes terras da Amazônia, possivelmente fugindo da sorte que a atividade agrícola lhes apresentava nas terras de suas naturalidades, esses rapazes não estavam sós na tendência dos fluxos migratórios, mas formavam a grande maioria dos homens que partiam nas migrações oitocentistas.

Mesmo considerando aspectos políticos específicos e circunstâncias que afetaram a economia portuguesa num dado tempo como justificativas para as mobilidades nortistas, é importante observar que o fenômeno migratório afetou estruturalmente a sociedade lusitana

²⁵⁷ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 135, doc. 10258. Requerimento do negociante Rafael António Rodrigues da Costa, para o príncipe regente [D. João], solicitando passaporte para passar à cidade de Belém do Pará.

²⁵⁸ Ver: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil*. Análise Social, vol. XXII (90), 1986-1º, 139-156.

²⁵⁹ Cf. COSME, João dos S. R. *Quadros da Emigração Portuguesa para o Pará (Brasil), 1886-1900*, op. cit., p. 9.

nessa região,²⁶⁰ por isso o desejo de partir sendo presente na vida das muitas comunidades, que tinham nas terras do Brasil as possibilidades de realização de seus projetos individuais e familiares.

A idade de migrar

Com base nos dados apurados até este momento, podemos indicar que, nas migrações para a província paraense, predominavam os indivíduos de origem nortenha, com forte presença de homens e pouca expressividade de mulheres. E, nesse conjunto, em que idade resolviam migrar?

De acordo com Jorge Fernandes Alves, as expectativas de inserção no mercado influenciavam na idade de migrar²⁶¹. O trajeto de um jovem solteiro com pouca ou nenhuma instrução começava cedo na migração. Seu interesse em ganhar dinheiro poderia, por vezes, torná-lo mais “tolerante” e “mais decidido a correr riscos e suportar mais sacrifícios” a fim de realizar seus projetos pessoais. Já um adulto casado e com mais obrigações poderia mostrar-se mais cauteloso e, por isso, ter uma necessidade premente em ganhar dinheiro.²⁶²

Inseridos numa rede de solidariedades, o percurso dos menores de idade estava associado à relação com um parente já estabelecido no lugar de acolhimento. Esse foi o caso dos irmãos Antonio Mendes da Silva, de 13 anos, e Manoel Mendes das Neves, de 11 anos, que foram remetidos em 1804 para a companhia de um tio residente no Pará. Filhos dos falecidos Manoel Mendes da Silva e sua esposa Antonia Teresa, eles eram naturais do bispado de Coimbra. Saíram da pequena vila onde residiam e foram para Lisboa, onde foram procurar “meios de subsistência”, chegando à Casa de comércio de Manoel Ferreira. Nesse estabelecimento acharam “uma ordem” de seu tio para os remeter para a cidade do Pará, em que se encontrava trabalhando.²⁶³

²⁶⁰ Cf. MARTINS, Oliveira. *Fomento Rural e a Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 3ª ed., 1994; LARANJO, José Frederico. *Theoria Geral da Emigração e sua aplicação em Portugal*. Coimbra: Imprensa Literária, 1878; SERRÃO, Joel. *Emigração Portuguesa: sondagem Histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982; RODRIGUES, Henrique. Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século XIX com emissão de passaporte. In MARTINS, Ismênia de L. e SOUSA, Fernando (Orgs.). *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: Muiiraquitã, FAPERJ/CEPESE, 2006.

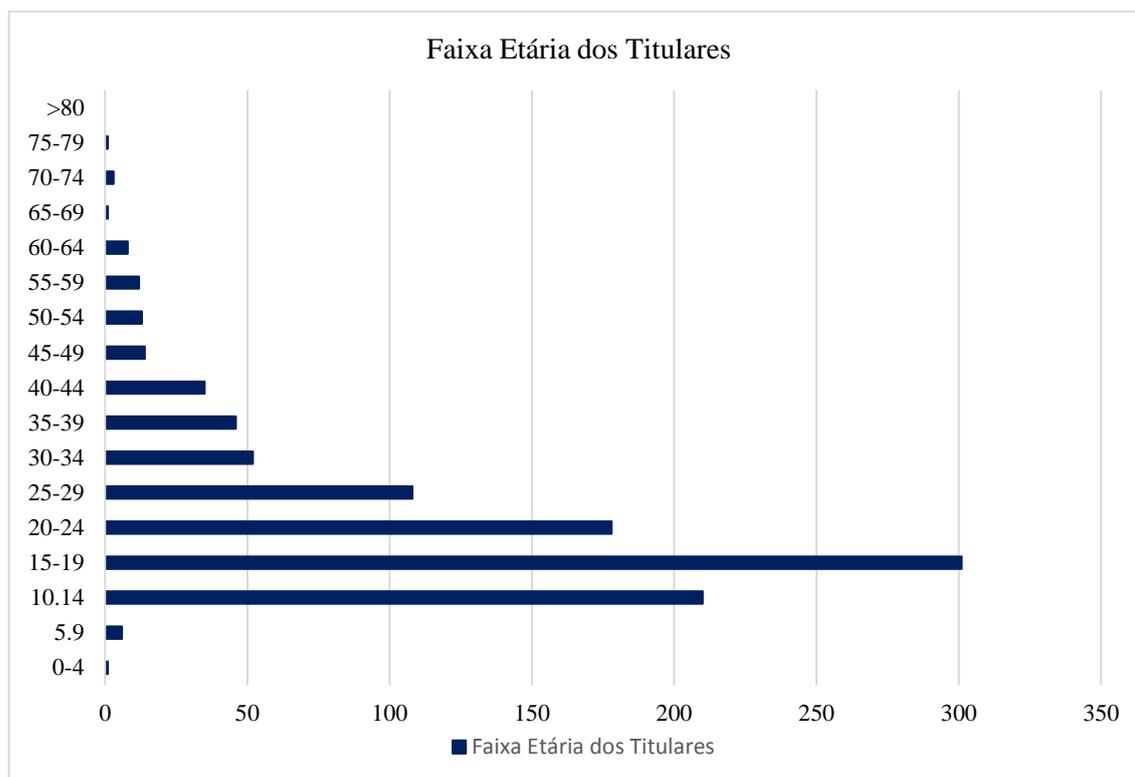
²⁶¹ Cf. ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1994. p. 189.

²⁶² Idem.

²⁶³ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 129, doc. 9925. Requerimento de António Mendes da Silva e Manuel Mendes das Neves, naturais da vila de Ansiães no bispado de Coimbra, ao príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaportes com destino ao Estado do Pará, onde pretendem juntar se a seu tio.

Tomando como referência apenas os titulares de passaportes do sexo masculino, observamos o seguinte comportamento migratório:

Gráfico 5



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de passaportes dos Arquivos Distritais de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Coimbra e Vila Real.

Entre os homens, a idade de migrar se mostrava bem representativa entre os 10 a 14 anos, quando alcançou a faixa de 210 emissões de passaportes, correspondendo a 15,6% dos 1.339 registros. Já era comum a inserção das crianças no mundo do trabalho em Portugal desde os sete anos de idade. No campo, o auxílio na lavoura familiar constituía uma prática corrente²⁶⁴. As rotas migratórias no século XIX ampliavam a introdução de adolescentes, que seguiam para o trabalho como marçanos²⁶⁵ nos negócios de parentes estabelecidos no Pará, como era o caso de Manoel e Antonio das Neves. A preferência por menores residia no baixo

²⁶⁴ Ver: SÁ, Isabel dos Guimarães. As Crianças e as idades da Vida. In MATOSO, José (dir.) *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. II, Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2011.

²⁶⁵ Marçano. Aprendiz de Caixeiro, geralmente não remunerado.

custo da mão de obra para o parente empregador, já que, em geral, os aprendizes de caixeiros trabalhavam longas jornadas, tendo como pagamento, hospedagem e alimentação²⁶⁶.

Porém, era na idade compreendida entre 15 e 19 anos que os fluxos alcançavam volumes mais expressivos. Foram mais de 300 emissões de embarques para a província do Pará, correspondendo a 22,4% do total de pedidos. Nessa faixa de idade alguns pais concediam uma fiança militar²⁶⁷, a fim de isentar seus filhos da obrigação da carreira militar. No grupo investigado, notamos ainda que, dos 301 passaportes, 217 foram emitidos para jovens entre 15 e 17 anos, ocorrendo de estes partirem antes de se mostrarem na obrigação de cumprir o serviço militar. Do total, somente 84 estavam em idade de prestar o referido serviço.

Um desses casos era do lisboeta Joaquim Adrião Ruzendo, que aos 16 anos resolveu migrar no ano de 1804 para Belém, na província do Pará. Além dos documentos de consentimento dos pais Joaquim Adrião Ruzendo e Rosa Maria Cândida autorizando a sua viagem “pelo tempo que bem o parecer”, o jovem imigrante teve que solicitar do comandante do bairro de Santa Izabel atestação de sua situação com o serviço militar, tendo recebido o seguinte despacho pelo coronel Miguel Antonio Cardoso: “de baxo do fogo número quatro se acha alistado Joaquim Adrião Ruzendo, o qual está de todo desembaraçado deste regimento”²⁶⁸.

Entretanto, não convém justificar a migração dos jovens apenas como um recurso para fugir do serviço militar, pois existiam muitas formas de compensação e isenções criadas para evitar o recrutamento obrigatório²⁶⁹. Na legislação militar de 1764, criada por Pombal, consideravam-se isento do recrutamento obrigatório, “os criados domésticos de fidalgos e ministros, os estudantes de colégios e universidades, os comerciantes e seus caixeiros”²⁷⁰. Em 1840, havia a possibilidade de pagar ao governo com a contratação de um substituto para cumprir o serviço militar em lugar de um indivíduo impossibilitado pela migração. Dessa forma, a imposição do recrutamento obrigatório poderia ser um empecilho, mas não a justificativa para imigrar. Dos 15 aos 19 anos, os homens viviam uma fase de idealismo e força

²⁶⁶ Cf. MARTINHO, Lenira Martinho & GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/ Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993.

²⁶⁷ Cf. RODRIGUES, Henrique. Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século XIX com emissão de passaporte. In MARTINS, Ismênia de L. e SOUSA, Fernando (Orgs.). *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, FAPERJ/CEPESE, 2006. Op. cit., p. 220; ver também ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1994. p. 136.

²⁶⁸ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 130, doc. 10007. Requerimento de Joaquim Adrião Ruzendo, para o príncipe regente [D. João], solicitando passagem de passaporte com destino ao Pará.

²⁶⁹ Ver: PEREIRA, Miriam Halpern. *A política Portuguesa de emigração (1850-1930)*. 2002, op. cit.

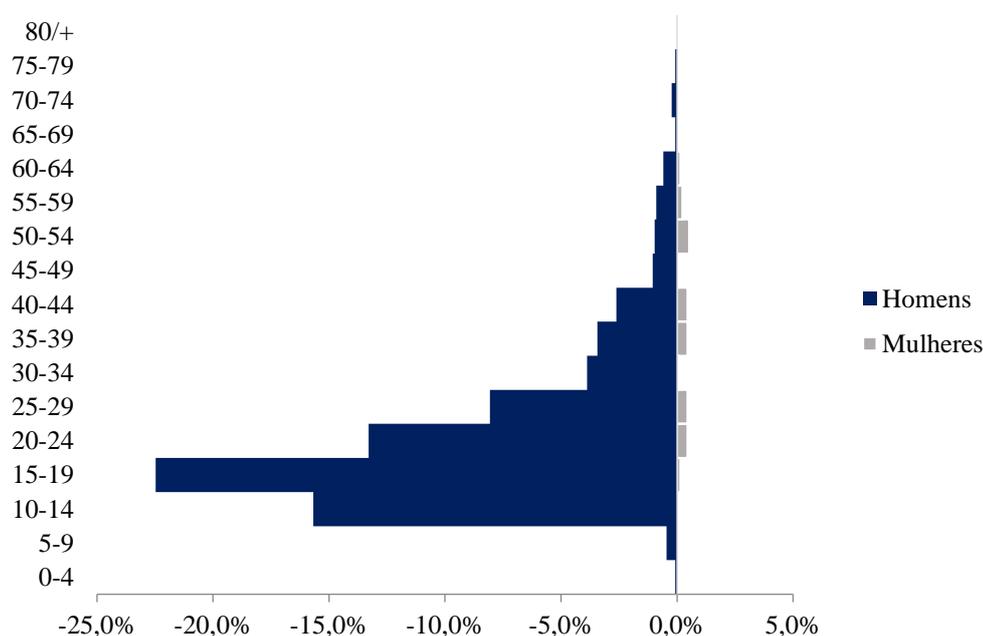
²⁷⁰ Ver: ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Op. cit. p. 137.

suficiente para empreender em condições de desamparo, com a crença de poder desfrutar do esforço de seu trabalho na vida adulta, num possível retorno²⁷¹.

Ainda observando sob a perspectiva das migrações entre homens e mulheres por idade, obtivemos o seguinte comportamento:

Gráfico 6

Pirâmide Sexo-Etária dos Imigrantes Portugueses Titulares de Passaportes



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de passaportes dos Arquivos Distritais de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Coimbra e Vila Real.

Como já observamos no item anterior, o número de mulheres titulares que migravam era muito reduzido, na faixa de 7 %. Esse pequeno grupo de mulheres migrava um pouco mais tarde do que os homens, concentrando-se na faixa de idade de 20 a 29 anos, e depois entre 35 e 44 anos. Essa tendência apresenta a limitada iniciativa que possuíam as mulheres em migrar. Em geral, seguiam para junto de seus familiares já residentes nos locais onde estes se encontravam estabelecidos.

Os desníveis na migração de homens e mulheres nos primeiros decênios do século XIX refletem a natureza submissa que as mulheres experimentavam na sociedade lusitana. Dependente da autorização de seus pais ou mais comumente dos maridos, a migração feminina

²⁷¹ Cf. CASTRO, Ferreira de. *Emigrantes*. Lisboa: Guimarães & Editores, 6ª edição, 1943.

é muito reduzida quando comparada ao circuito masculino. Em geral, migravam quando casadas ou em estado de viuvez. Das 95 mulheres que seguiram para o Pará, 44 vieram na condição de casadas, 13 como viúvas e somente 2 como solteiras, o restante não tendo declarado seu estado civil.

Além da dependência da autorização masculina para embarcar, havia “temores” quanto à presença de mulheres nos navios para o Brasil. O vice-cônsul de Recife alertava, em 1858, que “de forma nenhuma se deve consentir no embarque de raparigas para o Brasil, sem que acompanhadas de pai, marido ou irmão”. Isso porque, alegava ele, “independente do risco a que vêm sujeitas a bordo entre marujos (o que já é uma imoralidade), novos perigos as esperam em terra, que me não é possível afastar e que nos envergonham”²⁷². Essa preocupação é semelhante à que tinha João Martins de Castro, ao chamar em 1904 sua esposa Maria Martins para a cidade de Belém, quando dizia que durante a viagem ela deveria “tratar com respeito para ser respeitada”, por ser essencialmente masculina a população que navegava nas embarcações transatlânticas, seja pela tripulação, seja pela grande maioria dos passageiros.

Esperar pela remessa de dinheiro ou carta de chamada para juntar-se ao marido ausente foi a sina de muitas das mulheres do norte de Portugal, que passaram a assumir a condição de provedoras do lar, na esperança de retorno de seus esposos, como “viúvas de vivos”²⁷³.

Estado Conjugal

Os portugueses chegavam ao Pará predominantemente no estado de solteiro. É o que podemos notar nos dados coligidos para o período investigado. De um total de 1.339 emissões de passaportes, 60% dos lusitanos que migravam se encontravam em estado livre. A predominância de imigrantes jovens e solteiros constitui uma tendência nas migrações transatlânticas, que já se vinha mostrando desde os finais do século XVIII²⁷⁴.

²⁷² Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A mulher no contexto da emigração portuguesa para o Brasil*. Análise Social, vol. XXII (92-93), 1986 – 3.º-4.º, 653-659.

²⁷³ Cf. LAGOEIRO, Joaquim. *Viúvas de Vivos*. Lisboa: Editorial Minerva, 2ª edição, 1967.

²⁷⁴ Ver SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa – sondagem histórica*. Op. cit., p. 107.

Gráfico 7



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de passaportes dos Arquivos Distritais de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Coimbra e Vila Real.

O estado de solteiro é bastante comum nas experiências migratórias. Com alguma instrução ou depois de receber parte de sua herança antecipada em passagens, jovens vinham tentar a sorte na casa comercial de algum conhecido estabelecido no Pará.²⁷⁵ Os irmãos Francisco de Souza Mesquita e Joaquim de Souza Mesquita representam um pouco esse tipo de imigrante que chegava ao Pará no estado de solteiro²⁷⁶.

Naturais da freguesia de São Martinho de Sande, ligada ao concelho de Guimarães, Francisco migrara com 17 anos e Joaquim com 14 anos, sem declararem ocupação alguma e no estado de solteiros. No Pará, vinham para a companhia de outro irmão chamado José de Souza Mesquita, que possuía estabelecimento em Belém na rua de São João. No início dos anos de 1850, os irmãos haviam constituído uma firma familiar chamada Mesquita & Irmãos. Em 1858, quando compareceu ao consulado para habilitar-se, Joaquim ainda declarava estar no estado de solteiro²⁷⁷.

Já os que migravam casados constituíam um volume de 14% dos registros de pedidos, o que perfazia em números absolutos o valor de 170 ocorrências. Essa condição apresenta um grupo de indivíduos na faixa etária média de 45 anos. Na motivação pelas quais indicavam que partiam, estava o desejo de buscar estabelecimento, com 11 casos; acompanhar maridos em

²⁷⁵ Cf. ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Op. cit., p. 184.

²⁷⁶ Arquivo Distrital do Porto, ADP, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro nº 08, 1841, Registro de Passaportes de Francisco de Souza Mesquita e Joaquim de Souza Mesquita, Ano 1841.

²⁷⁷ Biblioteca do Grêmio Literário Português do Pará: Habilitações Consulares, Livro 1, ano 1858. Habilitação de Francisco de Souza Mesquita, nº 1084.

degrede, com 10 pedidos; seguir para a companhia ou chamado de uma parente ou marido estabelecido no Pará, com 42 casos; já 19 solicitações de viagens se fizeram por razões de negócios, cargos ou para retornar para seus estabelecimentos.

Esses imigrantes casados, quando deixavam as esposas em Portugal, faziam remessas de dinheiro para a manutenção da família, mesmo estando longe. Porém, se voltavam a restabelecer os laços familiares nas cidades para onde migravam, cortavam a emissão de recursos financeiros, ao mesmo tempo em que diminuía a possibilidade de retorno²⁷⁸. Os 14% dos portugueses que partiram casados nesse período no Pará dialogam com uma tendência observada nos imigrantes que deixaram o Porto em 1842, que era de 13%²⁷⁹.

As migrações implicavam escolhas que levavam a rupturas, sendo mais difíceis de serem feitas pelos homens que havia contraído matrimônio. Deviam deixar para trás suas propriedades, bens materiais, filhos, se houvesse, e esposa²⁸⁰. Além disso, haviam de romper, pelos menos pela distância, a aliança matrimonial que tinham contraído diante da igreja e lançar a dúvida sobre como ficava seu retorno²⁸¹.

Se porventura viajasse acompanhado de sua família, deveria possuir recursos suficientes para pagar as passagens e a manutenção de todos no local de estabelecimento, a não ser que possuísse uma rede de solidariedade ou algum meio que pudesse garantir a manutenção de toda a sua família. Foi o caso de Caetano José Coelho, casado com Maria Inácia Dias, que solicitava passaporte em 28 de novembro de 1810 para a cidade de Belém do Pará, onde residia por anos o seu sogro Custódio José Dias²⁸². Este, não tendo herdeiros a não ser sua mulher, e por se achar em “decrépita idade e com moléstias”, pede que venha para a sua companhia a mulher e filha do dito seu sogro.

Porém, no pedido de passaporte que fez, Caetano José Coelho informava que pretendia levar a “sua família”, composta de “sua mãe e sua mulher, sua irmã e três filhos menores, sua sogra e enteada desta”. Por certo, o sogro estabelecido no Pará, que possuía “casa com fundos e prédios”, era suficiente para manter toda a parentela da família de Caetano Coelho.

²⁷⁸ ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Op. cit., p. 185.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Cf. LAGOEIRO, Joaquim. *Viúvas de Vivos*. Op. cit.

²⁸² Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 143, doc. 10843. Requerimento de Caetano José Coelho, casado com Maria Inácia Dias, para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte com destino ao Pará.

Porém, o comum era que, mesmo casados, os homens viajassem sós e, depois de certo período de adaptação no local de acolhimento amealhando recursos, pudessem inicialmente fazer o envio de remessas de dinheiro para o sustento da família e, num segundo momento, quando houvesse convencimento da família, procedessem à migração do restante dos parentes para o seu convívio²⁸³.

Finalmente, os viúvos representavam um pequeno grupo de 19 emissões de passaportes. Nesse conjunto, 5 homens haviam migrado na condição de viúvo, porém o que é relevante destacar são as 14 emissões de documento de embarque para as mulheres em estado de viuvez. A fuga do *desamparo* ou *extrema pobreza* fizeram essas senhoras recorrerem ao encontro de um familiar imigrante.

Ao contrário das personagens de Joaquim Lagoeiro, que se vestiam de preto à espera do marido ausente, como “viúvas de vivos”, essas mulheres com idade em torno dos 60 anos, eram viúvas de mortos. Após a perda de seus consortes no reino, pouco lhes restava além da assistência e a caridade públicas²⁸⁴. Assim, uma das saídas para essas mulheres em idade avançada eram as migrações.

Um caso que retrata essa situação pode ser visto na solicitação de passaporte da lusitana Vicência Maria Rosa²⁸⁵. A velha lisboeta residente na rua do Vigário, Freguesia de Santo Estevão da Alfama, nascida de pais incógnitos, estava com 64 anos quando, no ano de 1803, faleceu seu marido Bento Dias. Apesar de ter sido casada, não havia tido filhos. Ao que tudo indica, antes de contrair casamento com seu falecido esposo, a senhora Vicência teria trabalhado na capital do reino por algum tempo na casa de Francisco Xavier de Oliveira, onde “tratou e honrou” sua mulher Guiomar e seus filhos.

²⁸³ Ver: TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1, 2004.

²⁸⁴ Ver: SÁ, Isabel dos Guimarães. Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas. In Revista Oceanos, *Misericórdias, cinco séculos*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses, nº 35, jun./set. 1998. Ler também: MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989. A respeito da assistência aos imigrantes portugueses, ver: SILVA, Maria B. N. *Filantropia e Imigração: a caixa de socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: publicação comemorativa ao 125º aniversário da fundação da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990.

²⁸⁵ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 130, doc. 9969. Requerimento de Vicência Maria Rosa, para o príncipe regente [D. João], solicitando passaporte para seguir viagem rumo ao Pará.

Ao tomar conhecimento “da falta de companhia que experimentava” após a morte de seu marido, o cirurgião anatômico e físico Francisco Xavier²⁸⁶, que havia migrado junto com sua família para o Pará pelo menos desde 1799, onde ocupava o posto de alferes de Milícias agregado ao 1º Regimento da capitania do Pará²⁸⁷, inicialmente remeteu através de seus correspondentes a ordem para que efetuassem o pagamento de uma mesada de 20 mil réis por ano à dita senhora, desde o dia 1º de janeiro de 1804. Seis meses depois, remetia uma carta de chamada, autorizando a Vicência Rosa que seguisse viagem para a companhia de sua família na cidade de Belém do Pará, por se encontrar na “falta de companhia” em Lisboa.

No dia 12 de julho de 1804, a viúva Vicência Maria Rosa partia de Lisboa a bordo do navio Flor da Arrábida do Pará, com destino à cidade de Belém para viver na casa da família de Francisco Xavier e Guiomar, em função dos anos de convivência e serviços que prestou aos seus patrões na capital do reino.

Através desses números, pudemos observar como se processavam as migrações para o Pará nos meados dos oitocentos de acordo com o estado civil. No item a seguir nos ateremos em perceber quais setores das atividades profissionais absorviam com maior ou menor preferência os lusitanos nas terras paraenses.

Estabelecer-se: perfil socioprofissional do migrante

O registro das ocupações dos imigrantes portugueses nas solicitações de passaportes constitui uma das informações mais frágeis da identificação do indivíduo que viajava. Havia pouco rigor na informação da ocupação indicada pelo solicitante ou, por vezes, essa parte do documento era simplesmente ignorada quando o imigrante era menor de 14 anos²⁸⁸. Entretanto, mesmo considerando esses limites, conseguimos observar o seguinte perfil nas solicitações de passaportes com destino ao Pará na documentação consultada.

²⁸⁶ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 128, doc. 9027. Requerimento do cirurgião anatômico e físico, Francisco Xavier de Oliveira, para o príncipe regente [D. João], solicitando o seu provimento no posto de tenente coronel do Regimento de Milícias da campina da cidade de Belém do Pará.

²⁸⁷ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 131, doc. 9199. Decreto do príncipe regente D. João, nomeando Francisco Xavier de Oliveira, para o posto de alferes de Milícias agregado ao 1º Regimento da capitania do Pará.

²⁸⁸ Ver: ALVES. Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Op. cit., p. 196.

Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 4

Perfil Socioprofissional do Migrante			
Atividades por setores	Ocorrências		
	Nº	Soma	%
1. Setor Primário		41	3,0
Agropecuária	40	-	2,9
Pesca	-	-	-
Minas	1		0,07
2. Setor Secundário		125	9,3
Construção Civil	24		1,8
Vestuário, Têxtil e Calçado	35		2,6
Metalurgia	7		0,5
Ourivesaria	3		0,2
Madeira e Mobiliário	30		2,2
Alimentar e Panificação	3		0,2
Tipografia/Edição	4		0,3
Olaria	-		
Construção Naval	7		0,5
Couros e Curtumes	-		
Diversos	12		0,8
3. Setor Terciário		350	26,1
Comércio	152		11,3
Transportes	77		5,7
Saúde e Higiene	14		1,0
Artes	2		0,1
Ensino	13		1,0
Igreja/Religião	44		3,2
Administrador público	43		3,2
Serviços	32		2,3
4. Não declarados		823	61,4
Sem indicar Ocupação	823		61,4
Total		1.339	100

Quadro elaborado a partir dos padrões utilizados por ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1994, e MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 2000.

Com base nas emissões de passaportes dos indivíduos que registram suas atividades profissionais, conseguimos observar as intenções com que os imigrantes tinham de se inserir economicamente na sociedade. Apesar das muitas informações recebidas e acordos realizados antes das viagens, a ocupação registrada no passaporte nem sempre corresponde à atividade que de fato o imigrante vai exercer²⁸⁹. Por outro lado, mesmo num plano “ideal”, podemos, através

²⁸⁹ Ver: TRUZZI, Osvaldo Mário S. *Patrícios, Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

das solicitações de passaporte, perceber como os lusitanos que desembarcavam na Belém do início dos oitocentos, vislumbravam possibilidades de emprego numa cidade em “tempo de crise”.

Uma expressiva maioria se destinava a atividades profissionais do setor terciário, com uma frequência de 26,1% dos indivíduos para as ocupações, concentradas nas cidades. Isso reforça uma tendência dos lusitanos nas migrações: por mais que tivessem saído do norte, onde desenvolviam atividades agrícolas, ao imigrarem, era comum terem a miragem das atividades urbanas como um projeto de ascensão econômica²⁹⁰. Por outro lado, o princípio de organização mercantil luso era “baseado em negócios conjuntos e laços de amizade, compadrio e parentesco que os uniam”²⁹¹. Essa esfera de relações estreitava os limites de inserção de oportunidades a indivíduos estranhos a esse círculo familiar, mediado pela nacionalidade²⁹². Mesmo não declarando a profissão, alguns desses imigrantes eram “recrutados” em suas vilas e povoados para trabalharem na casa de um parente já estabelecido.

Para um comércio tradicionalmente dominado pelos lusitanos desde os primeiros tempos da colonização, conforme veremos mais adiante, havia um espaço de oportunidades de inserção profissional. Das pequenas *tabernas* às firmas exportadoras de gêneros locais, havia um circuito de negócios em que predominavam os lusitanos. Os viajantes Spix e Martius registram em sua passagem pela cidade de Belém, em 1819, que “muitos portugueses nos gabavam a classe comercial do Pará”²⁹³. Apesar da abertura do mercado aos negociantes de várias nacionalidades desde 1808, importantes redes de comércio mercantil se mantinham nas mãos de famílias lusitanas. Costa, Colares, Machado, Sousa, Araújo Roso, Rocha, Danin são, entre outros sobrenomes de homens de negócios que se destacaram no comércio paraense.

Muitos deles iniciavam a trajetória comercial como caixeiros²⁹⁴. Em geral chegavam muito jovens para morar na casa de seu patrão e trabalhar no estabelecimento comercial. Um

²⁹⁰ Cf. LUSTOSA, Isabel & PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Pátria e Comércio, negociantes portugueses no Rio de Janeiro Joanino*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

²⁹¹ Ver GORENSTEIN, Riva. Comércio e Política: enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In MARTINHO, Lenira M. & GORENSTEIN, Riva. *Negociante e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993.

²⁹² Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001; RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, (Coleção Tudo é história), 1990; FONTES, Edilza Joana. *Preferem-se português(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Campinas/SP: Universidade de Campinas, (Tese de Doutorado), 2002.

²⁹³ Cf. SPIX, Johann B. & MARTIUS, Carl F. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Ed. da USP, vol. III, 1981.

²⁹⁴ Cf. MARTINHO, Lenira M. & GORENSTEIN, Riva. *Negociante e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993.

caso bastante ilustrativo sobre essa situação pode ser visto na solicitação de passaporte feita em 1806 para a viagem de José Antonio Fonseca. Aos 10 anos de idade, depois de ter falecido seu pai Gaspar dos Reis na cidade de Lisboa, o pequeno José Fonseca era remetido para “ali o iducar (sic) e lhe cervir de caixeiro” na casa de comércio de seu tio João de Araújo Roso, estabelecido em Belém²⁹⁵.

Os irmãos João e José de Araújo Roso foram destacados comerciantes na cidade de Belém e que, depois da independência do Brasil, conseguiram inserir-se nos quadros do governo local, chegando este último a ser nomeado governador da província do Pará. É possível que o trabalho com o tio João Roso fosse um caminho mais curto para a ascensão financeira do pequeno caixeiro no Pará.

No setor secundário, os registros com maiores destaques estão nos ramos de vestuário, têxtil e calçados, além dos de madeira e mobiliário, que alcançavam a faixa de um pouco mais de 30 emissões de passaportes. À medida que a cidade de Belém se urbanizava, abria oportunidades de inserção profissional nos serviços que emergiam das necessidades domésticas e consumo de uma população que conhecia, no decorrer do século XIX, valores burgueses²⁹⁶. A fabricação de roupas, de móveis, o consumo de alimentos, a fabricação e o conserto de joias, todas essas atividades careciam de mão de obra especializada, e uma das portas de entrada desses trabalhadores eram as migrações.

Pelos portos entravam indivíduos que traziam experiências e domínios de atividades que eram já bastante requisitados na vida da cidade. Tal como se pode ver através um pequeno grupo de oficiais de carpinteiros que migravam da freguesia de Oliveira de Azeméis. Eram dois irmãos, Antonio Gonçalves de Azevedo, de 23 anos, e José de Azevedo, de 18 anos²⁹⁷, que retiraram seus passaportes no dia 1º de abril de 1843. Um dia antes, da mesma localidade e com a mesma profissão, solicitava a emissão Manuel Francisco Jorge. Como ocupação inicial, este era um começo para trilhar a inserção profissional na cidade de Belém, porém é difícil afirmar que se tenham mantido com tais ocupações.

²⁹⁵ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.138, doc. 10526.

²⁹⁶ Ver: AUGUSTO, Isabel Teresa C. *Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão Pará (1808-1830)*. Campinas/SP: Unicamp, (Dissertação de Mestrado), 2007; GUIMARÃES, Luiz A. V. *As Casas & as Coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém (1800-1850)*. Belém: UFPA, (Dissertação de Mestrado), 2006.

²⁹⁷ Arquivo Distrital do Porto, ADP, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro nº 09, 1843, Registro de Passaportes de Antonio Gonçalves de Azevedo, registro, 1426; e José de Azevedo, registro 1427, Ano 1843.

O setor primário não se mostra o espaço com maior disposição de inserção nos ramos de atividades no Pará. Com seus 41 registros, correspondia a somente 3% dos passaportes emitidos, apesar da forte presença de atividades agrícolas nos arredores de Belém, com grande destaque para a Região do Baixo-Tocantins, onde se faziam presentes propriedades de cacau e cana-de-açúcar, além de gêneros diversos, constituindo-se num dos principais polos econômicos oitocentistas, antes da produção da borracha²⁹⁸. O número de lusitanos que se dispuseram a atuar como trabalhadores nas atividades agrícolas é pouco expressivo, quando comparado com aqueles que se dirigiram para o setor comercial nos decênios iniciais do século XIX. Nas propriedades da região do Baixo-Tocantins, há um maciço emprego de mão de obra escrava.

Entre os portugueses que migraram para o Pará, encontravam-se 30 que se registraram como “lavradores” e 5 que indicaram sua ocupação como “trabalhador”. Nesse segundo caso, esta era uma qualidade profissional bem indefinida, que tanto pode dirigir-se para o trabalho no campo, como para aqueles existentes na cidade. Entre os lusos que se identificaram com a profissão de lavradores, estavam três imigrantes que saíram da cidade de Barcelos, no distrito de Braga. Acreditamos que os lavradores lusos partiram juntos, pois a data de seus passaportes corresponde ao dia 28 de dezembro de 1841. Eram eles Antonio José Dourado, de 41 anos, José Antonio de Figueiredo, de 22 anos, e José Barbosa Torres, de 26 anos.

Essa região minhota de Portugal possuía relação estreita com os centros de maior concentração populacional. Com tradição na policultura intensiva²⁹⁹, foi também espaço de grande dispersão de pessoas no século XIX em função das migrações. Considerando as diferenças de atividades desenvolvidas em Portugal e as possibilidades de ocupações na Amazônia, não é possível asseverar que tenham continuado com a mesma profissão no Pará.

Este esforço em construir um perfil socioprofissional dos imigrantes portugueses no período investigado é passível de discussão, pois, como vimos, nessa época os próprios passaportes ainda estavam em construção, estabelecendo exigências e padrões de obrigações sobre quem migrava. A ausência de rigor na estrutura do documento por vezes deixa muito

²⁹⁸ Ver: BARROSO, Daniel S. *Coletando o cacau “bravo”, plantando o cacau “manso” e outros gêneros: um estudo sobre posse de cativos no Baixo-Tocantins (Grão-Pará 1810-1850)*. São Pedro/SP: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, – Brasil, de 24 a 28 de nov. 2014.

²⁹⁹ Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, NUNO G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. Lisboa: Fundação Mapfre/Objectiva, 2013. Especialmente o capítulo denominado “O processo Econômico”. p. 126.

frágeis algumas ponderações. Contudo, esta era uma possibilidade sobre as ocupações mais destacadas dos portugueses que pretendiam estabelecer-se no Pará nos meados dos oitocentos.

* * *

Até este ponto do estudo, perseguimos as “rotas coletivas” seguidas pelos migrantes portugueses através dos registros de passaportes emitidos com destino ao Pará. Esforçamo-nos em escrutinar uma documentação desde a sua concepção e as modificações que ao longo dos primeiros decênios do século XIX sofreu em Portugal, estabelecendo normas e critérios para os imigrantes. Observamos que, mesmo com as determinações legais, havia ainda muitas fragilidades no controle tanto das saídas dos portos lusitanos como também na cidade do Pará, onde os mestres de embarcação eram considerados responsáveis por facilitar a entrada de indivíduos sem a devida documentação.

Com vistas a construir um perfil do imigrante português que se dirigia para a província nortista, vimos que havia uma forte predominância dos portugueses da região Norte de Portugal, onde se sobressaíam os distritos do Porto e de Braga. Esse padrão migratório não parece destoar de outras investigações para outros períodos, em que fica bem marcada a predominância das migrações nortenhas para o Brasil.

Na perspectiva profissional, miravam com maior predisposição as atividades urbanas, com destacado interesse pelas ocupações comerciais. Articulados em redes familiares, ou por relações de solidariedades, jovens de pouca idade vinham construir uma trajetória de trabalho em busca de fazer fortuna na terra Amazônica.

No próximo capítulo, veremos como esses imigrantes se estabeleceram nas terras paraenses, que estratégias de inserção social e ascensão econômica foram possíveis de consolidar no Pará. Negócios, relações familiares e associativas são temas da seção seguinte.

Capítulo 2

PORTUGUESES NO PARÁ, ESTABELECIMENTOS E FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL

2. O Pará como destino

A decisão de partir constituía uma das primeiras etapas das migrações. Essa fase se traduz no que Rocha-Trindade chamou de “itinerário” do imigrante³⁰⁰, um conjunto de ações previamente organizadas, uma parte no ponto de origem e outra na cidade onde o indivíduo desejava estabelecer-se. Essas cadeias migratórias³⁰¹ que articulavam familiares residentes nas cidades portuguesas a outros parentes e amigos estabelecidos no Pará foram os mecanismos acionados no sentido de facilitar o deslocamento nesse circuito migratório.

Até este ponto, vimos como os indivíduos partiam sós ou em pequenos grupos de suas freguesias para cidades portuguesas, a fim de habilitarem documentação e construir o arranjo de sua viagem com destino ao Pará. Esse processo envolvia um jogo de negociações e estratégias entre os imigrantes, os agentes responsáveis pelo controle das mobilidades, os capitães de navios e os seus contratantes ou pessoas responsáveis pela chegada ao seu destino.

Ao chegar à cidade de acolhimento, outra rede de relações não menos complexa deveria ser utilizada, a fim de levar a efeito os projetos traçados em viagem. É a respeito desse segundo momento da vida do imigrante português no Pará que pretendemos deter-nos nesta seção.

Utilizando como ponto de partida os nomes dos imigrantes identificados nas solicitações de passaportes com destino ao Pará, iremos deter-nos em escrutinar, em fontes portuguesas e na documentação colhida nos arquivos locais, a trajetória seguida e seu estabelecimento nas cidades paraenses.

Do confronto entre as expectativas migratórias definidas pelos lusitanos ao partir e as condições encontradas na província paraense dos oitocentos para a inserção e adaptação, emergem as questões que norteiam este capítulo. Nossa atenção se voltará para perceber como

³⁰⁰ Ver: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Refluxos da Emigração Portuguesa para o Brasil*. Análise Social, vol. XXII (90), 1986-1º, 139-156; A respeito dessa lógica migratória, é interessante observar o artigo de COSME, João S. R. *Quadros da Emigração Portuguesa para Pará (Brasil) 1886-1900. Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas*. 2015, n. 15.

³⁰¹ Cf. TRUZZI, Oswaldo e SCOTT, Ana Silvia. *Tipologias migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso*. 30º Encontro Anual da ANPOCS/GT/GT12.

os portugueses que migraram nesse período construía formas de inserção socioprofissional, os arranjos matrimoniais e de solidariedade por meio das associações por laços de interesses profissionais e nacionalidade.

O Pará de velhos e novos portugueses

Como vimos, o século XIX não inaugura as migrações portuguesas para a província do Pará. Antes mesmo do desembarque dos portugueses que migraram nessa época de forma legal, alcançados por nós através das solicitações de passaportes, é coerente dizer que o Grão-Pará era uma capitania já muito povoada de lusitanos. Para essa região migravam portugueses desde o século XVI e particularmente no século XVIII de forma voluntária para tentar a sorte na América portuguesa, ou como funcionários do Estado, a fim de executar os projetos coloniais do reino.

A essa região que, à época constituía o Estado do Maranhão e Grão-Pará, chegaram os casais de açorianos em fluxos diferentes com a finalidade de povoar as terras dos domínios lusitanos³⁰². Nos finais do século XVIII, é marcante o deslocamento dos chamados “mazaganistas”, como eram denominados os portugueses que habitavam a antiga possessão lusa de Mazagão no território marroquino. Essa população foi transferida para fundar na região fronteiriça da capitania do Grão-Pará, na região do Cabo do Norte, a nova cidade de Mazagão, como parte de uma nova lógica de ocupação e povoamento do território português definidos no Tratado de Madri de 1750.³⁰³

Ao lado dessas ações que transportavam grupos de indivíduos, já desde os finais do século XVIII, era possível notar a existência de “pessoas que desejavam passar aquelas

³⁰² No capítulo anterior, demonstramos as várias levas de casais açorianos que vieram destinados à capitania do Grão-Pará no século XVIII. Somente entre os anos de 1751 e 1752, foram enviados 189 casais, que perfaziam um total de 982 pessoas, das quais 60 morreram em viagem, desembarcando 925 indivíduos. A respeito do assunto, ver MADEIRA, Arthur Boavida. *População e emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimonia Histórica, dissertações, 1999; e CORDEIRO, Carlos e MADEIRA, Arthur Boavida. *A Emigração Açoriana para o Brasil (1541-1820) – uma leitura em torno de interesses e vontades*. ARQUIPÉLAGO, HISTÓRIA, 2ª série, VII (2003).

³⁰³ Cf. AZEVEDO E SILVA, José Manoel. *Mazagão: De Marrocos à Amazónia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/jmas>. Ver também: MARTINS, Yure Lee Almeida. *Nova Mazagão através do Recenseamento Geral do Pará de 1778. Povoamento e hierarquização da riqueza*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308187407_ARQUIVO_yure-NovaMazagaoatravesdoRecenseamentoGeraldoParade1778.pdf; SILVA, Maria Caldeira e TAVIM, José Roberto S. *Marrocos no Brasil: Mazagão (velho) do Amapá em festa – a festa de São Tiago*. Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_alberto_tavim.pdf.

terras”³⁰⁴. Sob as vistas do Estado, mas seguindo interesses familiares e pessoais, outros lusitanos transitavam dos portos da capital do reino para o Grão-Pará, como foi o caso do lusitano Alexandre Botelho, natural da freguesia de Alcobaça, filho de José Botelho e sua esposa Ana Maria do Espírito Santo. No ano de 1778, solicitava passaportes para que pudesse seguir viagem com destino à cidade de Belém do Pará, para a companhia de seu irmão Francisco Botelho, ali estabelecido.³⁰⁵

Em pesquisas recentes sobre os candidatos à habilitação de Familiar do Santo Ofício no Pará, tem sido possível reconhecer um conjunto de portugueses que para esta província migrava desde o século XVIII. Nas fissuras abertas pelos interesses do Estado português nas terras paraenses, esses indivíduos construía patrimônios materiais respeitáveis, constituía famílias em alianças com a nobreza da terra e, nesse espaço, buscavam projeção social através do acesso às mercês concedidas pelos favores do governo português em ascender à condição de destaque naquela sociedade, como o de tornar-se familiar do Santo Ofício.³⁰⁶

Nos circuitos comerciais abertos pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, uma trilha de negócios entre Portugal e a capitania paraense se tornou um caminho não somente de mercadorias, mas também de indivíduos interessados em explorar os negócios com essa região³⁰⁷. Negociantes portugueses retomaram a dianteira no negócio mercantil com portos de Lisboa após o fim do monopólio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Um exemplo dessa relação está no caso do português José Antonio Pereira Guimarães, que aparece como um importante homem de negócios em 1803, mantendo relações mercantis com Lisboa, os portos de Caiena, durante a ocupação portuguesa, e outros portos no Grão-Pará³⁰⁸. Talvez seus negócios tenham prosperado por suas habilidades pessoais, mas possivelmente eles se tornaram menos difíceis depois de ele ter-se casado com a paraense Alexandrina Gulméria de Souza Cunha, filha de Manoel José da Cunha, que havia sido um dos

³⁰⁴ Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*, op. cit., p. 35.

³⁰⁵ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 80, doc. 6585. Requerimento de Alexandre Botelho, solteiro, filho legítimo de José Botelho e Ana Maria do Espírito Santo e morador na vila de Alcobaça, para a rainha [D. Maria I], solicitando a concessão de passaporte para viajar até a cidade de Belém do Pará, para a companhia de seu irmão, Francisco Botelho.

³⁰⁶ Cf. SANTOS, Marília. *Inquisição e Família: possibilidades a partir da Habilitação de familiar do Santo Ofício*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará, Revista Estudos Amazônicos. Vol. IX, nº 1 (2013), pp. 101.

³⁰⁷ Ver: SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Nas Tramas do Cotidiano, Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Op. cit. p. 297.

³⁰⁸ Idem.

administradores da extinta Companhia de Comércio³⁰⁹. Considerado como um “rico ou de possibilidades inteiras” pelo censo de 1785 e 1788, a influência do ex-administrador da Companhia de Comércio deve ter favorecido os negócios do seu genro lusitano no Pará.

Nas vilas e cidades paraenses, lusitanos formavam um grupo muito expressivo nos quadros da administração pública, nas forças militares e nos negócios que se mantinham no território paraense. Tanto no comércio mercantil de longo curso, como nas pequenas lojas, armazéns e tavernas que formam o comércio varejista da cidade, os lusitanos formavam a grande maioria³¹⁰. Se essa condição considerada privilegiada constituiu uma vantagem dos portugueses nos tempos coloniais, durante a explosão dos movimentos em favor da independência e mais adiante na Cabanagem foi motivo para uma das razões do despertar de ódios contra os lusitanos.

Do mesmo modo, podemos notar que os circuitos migratórios construídos nos meados dos oitocentos seguiam por atalhos batidos³¹¹, como qualificou Jorge Alves. Os portugueses já se mostravam fortemente enraizados nas terras amazônicas desde os primeiros tempos da colonização. Aquilo a que vamos assistir no decorrer desse início de século é uma intensificação do volume das migrações e o crescimento das mobilidades individuais, com a ampliação de uma circulação mercantil cada vez mais regular entre os diversos portos portugueses e a cidade de Belém.

Isso implica dizer que o acesso a informações e notícias sobre as terras paraenses já se fazia corrente nas cidades do reino. Nos périplos dos navios que circulavam de um lado a outro, junto com as mercadorias, seguiam notícias que abasteciam de esperanças lusitanos interessados em melhorar de vida na terra paraense.

³⁰⁹ Ver: SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Nas Tramas do Cotidiano, Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Op. cit. p. 297.

³¹⁰ Em 1743, quando passou por Belém, o viajante francês fez a seguinte observação: “O comércio direto do Pará com Lisboa, donde chega todos os anos um grande comboio, dá às gentes de recursos a facilidade de se promoverem de todas as comodidades”. Ver LA CONDAMINE, Charles M. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Edições do Senado Federal (coleção O Brasil visto por Estrangeiros), 2000. p. 112; Em 1848, o viajante inglês Henry Bates notava: “O comércio [do Pará], por atacado e a varejo, está nas mãos dos portugueses, que ali somam mais de 2.500”. Ver: BATES, Henry. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p. 25.

³¹¹ Cf. ALVES, Jorge Fernandes. Atalhos Batidos, a emigração nortenha para o Brasil. *Atalaia/Intermundos: revista internacional de exegese contemporânea*, n.º 6/7 (Verão 2000), p. 297-308.

2.1. Migração e os negócios

Melhorar de vida na América portuguesa era um desejo que preenchia as esperanças dos homens e mulheres que migravam no início dos oitocentos. Essa situação não se fazia diferente entre os lusitanos que desciam nos portos do Pará. O que fazer para realizar esse propósito era uma tarefa que exigia a conjunção de esforços que envolviam uma rede de relações familiares e de solidariedades de um lado e outro do Atlântico. Havia pouca certeza de que conseguiriam êxito em suas ações. Fracasso e prosperidade constituíam uma linha tênue na vida dos imigrantes lusitanos que partiam para a província paraense.

Os registros de passaportes como fonte que registra a saída dos imigrantes permite observar uma imagem muito turva de como esses indivíduos pretendiam realizar seu ideal na terra de acolhimento. Poucos lusitanos expressavam na documentação de partida as razões de suas viagens. Na amostra de 1.339 passaportes coletados para os anos de 1800 a 1850³¹², correspondente às saídas pelos portos de Portugal Continental, 981 emissões não informavam o que os motivava vir ao Pará. Isso correspondia a que 73,2% dos passaportes eram omissos no preenchimento desse quesito, ou os portugueses não tinham clareza do que poderiam fazer na cidade paraense.

O restante das emissões onde aparecia o motivo da viagem chegava a 26,8% dos que imigravam. Esse percentual estava distribuído em números absolutos a 41 indivíduos que vinham na condição de degredados; 2 lusitanos que seguiam como missionários; e 315 que formavam um conjunto diversificado de indivíduos que indicavam como motivação de suas viagens interesses em “estabelecer-se”, “tratar de negócios”, “atender chamado de um parente estabelecido”, “navegar aos portos do Pará”. Enfim, trata-se de imigrantes que se dirigiam para atividades cidadinas, vinculadas aos negócios mercantis.

Embora não figure nos documentos de embarque da maioria dos portugueses que migravam, esse era o setor da economia mais desejado pelos lusitanos que chegavam ao Pará. Em seus variados níveis, desde os grandes negociantes de *grosso trato* até o pequeno trabalhador do comércio, como caixeiros, os negócios comerciais mantinham um espectro

³¹² Base de dados produzida a partir das emissões de passaportes registrados na documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, Pará; Livros de Registros de Passaportes dos Arquivos Distritais de Lisboa, Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Coimbra, Faro e Santarém.

sedutor para com os imigrantes lusitanos. Isabel Lustosa chegou a qualificar isso como “um tino comercial” inerente aos lusitanos.³¹³

Partindo desse conjunto de lusitanos que vieram com propósito de inserção econômica através dos negócios mercantis, iremos nos ater em perceber o trajeto de alguns desses imigrantes que se voltaram para os chamados negócios de *grosso trato*, os comerciantes de estabelecimentos varejistas e os caixeiros.

Entre o desejo e a realização, procurando aproximar as expectativas e os arranjos construídos no local de estabelecimento, vejamos como os lusitanos transitaram com seus negócios no Pará oitocentista.

* * *

Com o fim do monopólio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no final do século XVIII, ainda que sua liquidação tenha percorrido todo o século seguinte, um importante curso de relações econômicas estava cada vez mais alargado no Norte do Brasil³¹⁴. As conexões já bastante ativas entre o Pará e o Maranhão haviam somado contatos com outras regiões distantes, como o Mato Grosso e Goiás, chegando até a Guiana Francesa. Nessas paragens se negociavam produtos e também se carregavam ideias que insuflavam as cabeças de alguns homens no início dos oitocentos³¹⁵.

O centro irradiador dessas conexões era a cidade de Belém, para onde convergia grande parte dos contatos entre os indivíduos que circulavam por essas partes e pela capital do Pará.³¹⁶ No porto da cidade, esse circuito era observado pelo movimento de embarcações que desciam do sertão trazendo toda sorte de produtos desenvolvidos na “indústria” agrícola, como aquelas abastecidas de gêneros naturais extraídos da floresta amazônica. Os viajantes Spix e Martius chegaram a anotar em seus relatos em 1819, quando passaram nessa província, a seguinte observação, que demonstra como era ativo esse comércio. Diziam:

³¹³ Ver: LUSTOSA, Isabel e PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Pátria e Comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro Joanino*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2008, p. 18.

³¹⁴ Ver: SOUZA JUNIOR, José Alves. *Tramas do Cotidiano, Religião, política e Negócios no Pará do Setecentos*. Belém-PA: Ed. UFPA, 2012, p. 145.

³¹⁵ Cf. RICCI, Magda. *Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução*. In: O Brasil Imperial, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 201, p. 192.

³¹⁶ Cf. LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855*. Belém-PA: UFPA/NAEA (dissertação de mestrado), 2002.

Gaba-se o Pará de primar sobre todas as outras cidades do Brasil quanto ao número de artigos de exportação, e, de fato, montam a não menos de 40. São: açúcar, cachaça, melado, café, cacau, baunilha, algodão, bálsamo de copaíba, estopa, alcatrão, copal, pau-amarelo (tatajuba, guriuba) [...], madeira de construção, fumo, piaçaba, salsaparrilha, tapioca, arroz, goma, borracha, favas de pixurim, favas de tonkas, polpa de tamarindo, canela de cravo, aqui chamado de cravo do Maranhão, anil, urucu, castanhas do Maranhão e pequenas quantidades de canela, cravo da índia, noz-moscada, guaraná, vermelho chica (carajuru) e âmbar. Além de couros brutos e curtidos, chifres e pontas que são exportados para a Europa; e, finalmente, cavalos³¹⁷.

Assim, pelo porto do Pará, de um lado afluíam os produtos locais e, de outro, entravam na cidade as embarcações que faziam as rotas de longo curso, inicialmente com forte predominância dos navios vindos dos portos de Lisboa e da cidade Porto e, depois de 1808, de várias partes do mundo, quando se destacava a participação de navios da Inglaterra e dos Estados Unidos, abastecendo a cidade e seus arredores com mercadorias importadas³¹⁸. O movimento de embarcações no porto³¹⁹ constitui uma mostra da importância econômica que a cidade paraense alcançava naquele momento.

Figura 6



Imagem: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. Prospecto da cidade de Santa Maria de Belém do Gram Pará.³²⁰

³¹⁷ Cf. SPIX, Johann e Martius, Carl F. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Vol. 3. São Paulo: Itatiaia Editora, 1981. pp. 32-33.

³¹⁸ Cf. LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855*. Op. cit.; ver ainda: SALES, Mália Aline Freitas. *Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista*. Belém: UFPA (dissertação de mestrado), 2012.

³¹⁹ Ver: VIEIRA Jr., Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel Souza. Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, 27(1), jan.-jun./2010, pp. 193-210.

³²⁰ Segundo Reis Filho, o autor dessa gravura é desconhecido. Essa imagem se encontra nas ilustrações no Atlas de Spix e Martius (1825-1834) e o exemplar pertence ao acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, BNB.

A importância da navegação pela barra do Pará pode ser vista nas impressões observadas pelos investigadores do período. Conforme descreve Ricci, baseado nos dados referentes aos anos entre 1780 a 1800, o movimento no Porto saltava de cerca 12 a 13 navios para a marca de 25 embarcações³²¹. O interesse pelos portos do Pará não devia ser tão desprestigiado nos interesses econômicos mundiais, embora nesse momento fossem praticamente restritos aos negócios com Portugal. Guardando as instâncias de volume e tipos de produtos que eram negociáveis, mas tomando por base o número de navios que partiam de Lisboa para a Ásia entre 1804-1806, a navegação oriental estava na faixa de 10 ou 12 navios por ano, segundo Pedreira.³²²

Isso demonstra como o mercado de produtos de reexportações saídos das terras tropicais e, nesse caso, do Pará preenchia um significativo espaço nos interesses dos negociantes portugueses. Ainda segundo o autor, o comércio de gêneros tropicais “era responsável pela acumulação de importantes excedentes na balança comercial lusitana com as nações estrangeiras”³²³.

Esse atrativo negócio deve ter fomentado os interesses de pequenos e grandes negociantes que começaram a desembarcar no Pará no início do século XIX. Além disso, a cidade de Belém era, no início dos oitocentos, bem conhecida dos negócios mercantis com Lisboa³²⁴. A forte influência dos lusos nos diversos setores da sociedade fazia dessa cidade uma extensão de seus negócios, famílias e solidariedades que se estendiam da Europa até estas partes.

A capital do Pará, onde ficava o principal porto de escoamento de mercadorias, passava nos primeiros anos do século XIX por importantes projetos de intervenção na sua estruturação urbana³²⁵. Em 1803, por ordem do governador D. Marco de Noronha e Brito, o

³²¹ RICCI, Magda. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 169.

³²² Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, NUNO G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. Lisboa: Fundação Mapfre/Objectiva, 2013. Especialmente o capítulo 5, que trata do processo econômico do período. P. 126-127.

³²³ Idem, p. 125.

³²⁴ Ver: LA CONDAMINE, Charles M. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal (coleção O Brasil visto por estrangeiros), 2000. Nessa obra, o viajante francês observava ainda em 1743, em sua passagem por Belém, a entrada de comboios de navios vindos de Lisboa. P. 112.

³²⁵ Ver BAENA, Antonio Ladislau M. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará (coleção Amazônica), 1969. p. 254; PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – Estado de Geografia Urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará (coleção Amazônica), vol. 1, 1968; DUARTE, Cristóvão Fernandes. São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino. In *Revista OCEANOS, A Construção do Brasil Urbano*, nº 41, jan./mar. 2000. p. 152-160.

Conde dos Arcos, a cidade passaria por importantes reformulações no espaço urbano, com o aterramento do alagado do Piri³²⁶ levando à expansão do espaço habitável da cidade com a criação da freguesia da Santíssima Trindade em 1840.³²⁷

Figura 7

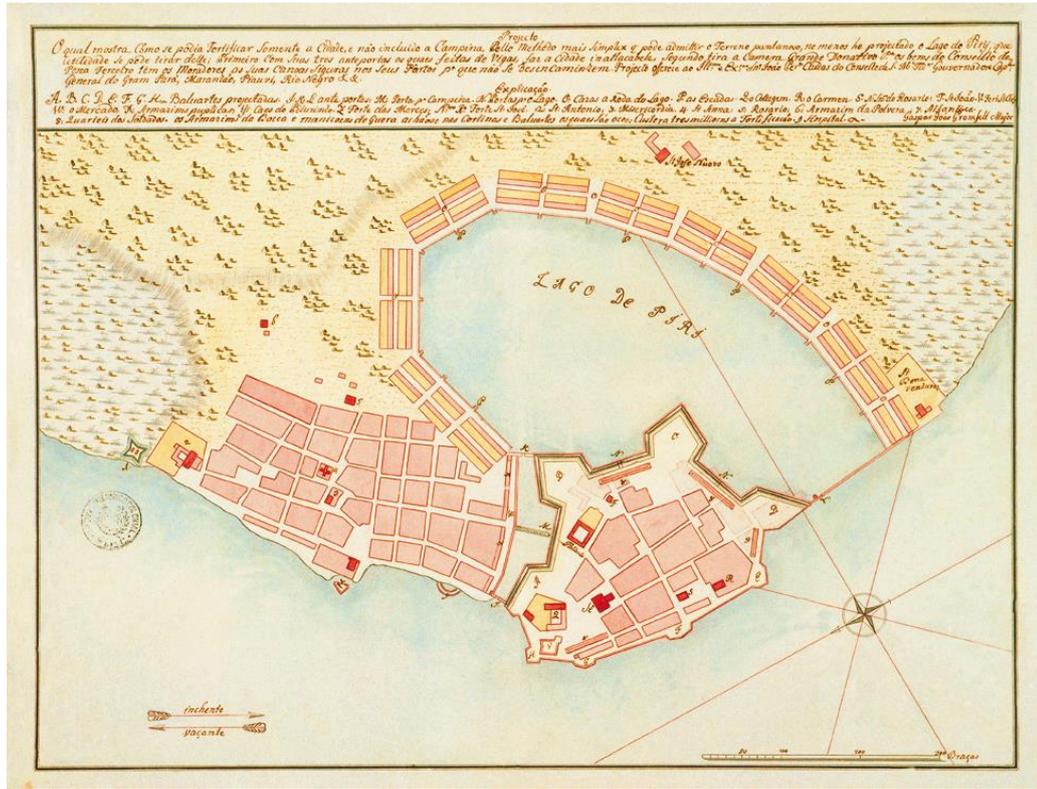


Imagem: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. Mapa da Cidade de Belém de 1773, segundo o projeto idealizado pelo engenheiro militar Gaspar Gerardo de Gronsfeld.

Havia assim, até meados dos oitocentos, dois bairros mais densamente habitados. O bairro da Cidade, construído junto com a fundação de Belém em 1616, formava a freguesia da Sé. Além de abrigar os principais prédios eclesiásticos, como a Igreja da Sé e a Igreja do Carmo, também compreendia o Palácio do Governo e o Forte do Castelo³²⁸. Essa parte da cidade era

³²⁶ O Piri correspondia a um espaço alagado de Belém que até o início do século XIX dificultava a expansão urbana da cidade. No século XVIII, durante a presença dos engenheiros militares que vieram na comissão do Tratado de Madri, foi proposta por Gaspar Gronsfeld a criação de canais pela cidade, à semelhança dos existentes em Veneza. Em 1803, D. Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos, inicia o aterramento desse alagado.

³²⁷ As intervenções urbanas no início dos oitocentos na cidade de Belém foram objeto de investigação dos trabalhos desenvolvidos por GUIMARÃES, Luiz A. V. *A Casa & as Coisas: um estudo sobre vida material nas moradias de Belém – 1800-1850*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (dissertação de mestrado), 2006; e ALMEIDA, Conceição Maria Rocha. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza, e cultura material no século XIX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (tese de doutorado), 2010.

³²⁸ Cf. BAENA, Antonio Ladislau M. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 30, 2004. pp. 184-185.

constituída pela população mais antiga residente na capital da província³²⁹, que formava algumas das famílias dos primeiros povoadores e possuía ali suas moradias, como os Chermont, os Bittencourt e os Miranda. Apenas citando este último, consta que os herdeiros de Francisco Antonio de Miranda possuíam, de acordo com os registros de cobranças das Décimas dos Prédios Urbanos de 1869, 14 domicílios na Rua do Norte, a primeira via da cidade, a rua do Espírito Santo e Rua dos Cavaleiros, todas situadas na freguesia da Sé, sendo estes 8 sobrados e 6 casas térreas³³⁰.

Separada pelo canal do alagado do Piri, ficava a freguesia de Senhora Santa Ana da Campina, abrigando o bairro do mesmo nome, que se estendia até o Largo da Pólvora. Essa parte da cidade era a mais diversamente povoada e abrigava em torno de 1.236 casas³³¹, tendo surgido no início do segundo quartel do século XVIII. As edificações mais imponentes eram as construções sacras, como a igreja das Mercês, de Santo Antonio e de Nossa Senhora da Campina, que se destacavam no corredor de construções térreas.

Essa área ainda abrigava o prédio da Alfândega e era para onde se direcionava a fiscalização dos negócios que se faziam na capitania. Era, portanto, nesse bairro da cidade que se concentrava a região mais ativa do comércio de Belém. As ruas da Praia, do Açougue, dos Mercadores, de Santo Antonio e das Mercês formavam as vias onde ficavam os principais armazéns e lojas dos negociantes de grosso trato e dos pequenos comerciantes.

³²⁹ O processo de urbanização e ordenamentos dos bairros de Belém no início do século XIX, tive a oportunidade de discutir em outro estudo. Para aprofundar essa questão, ver: GUIMARÃES, Luiz A. V. *A Casa & as Coisas: um estudo sobre vida material nas moradias de Belém – 1800-1850*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (dissertação de mestrado), 2006. Observar também, BARROSO, Daniel de S. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (dissertação de Mestrado), 2012. pp. 35-36.

³³⁰ Lançamento dos prédios sujeitos a Décima Urbana no ano de 1869, publicado no Jornal Diário de Belém, 18 de Janeiro de 1869.

³³¹ Ver: BAENA, Antonio Ladislau M. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 30, 2004. p. 184.

Figura 8

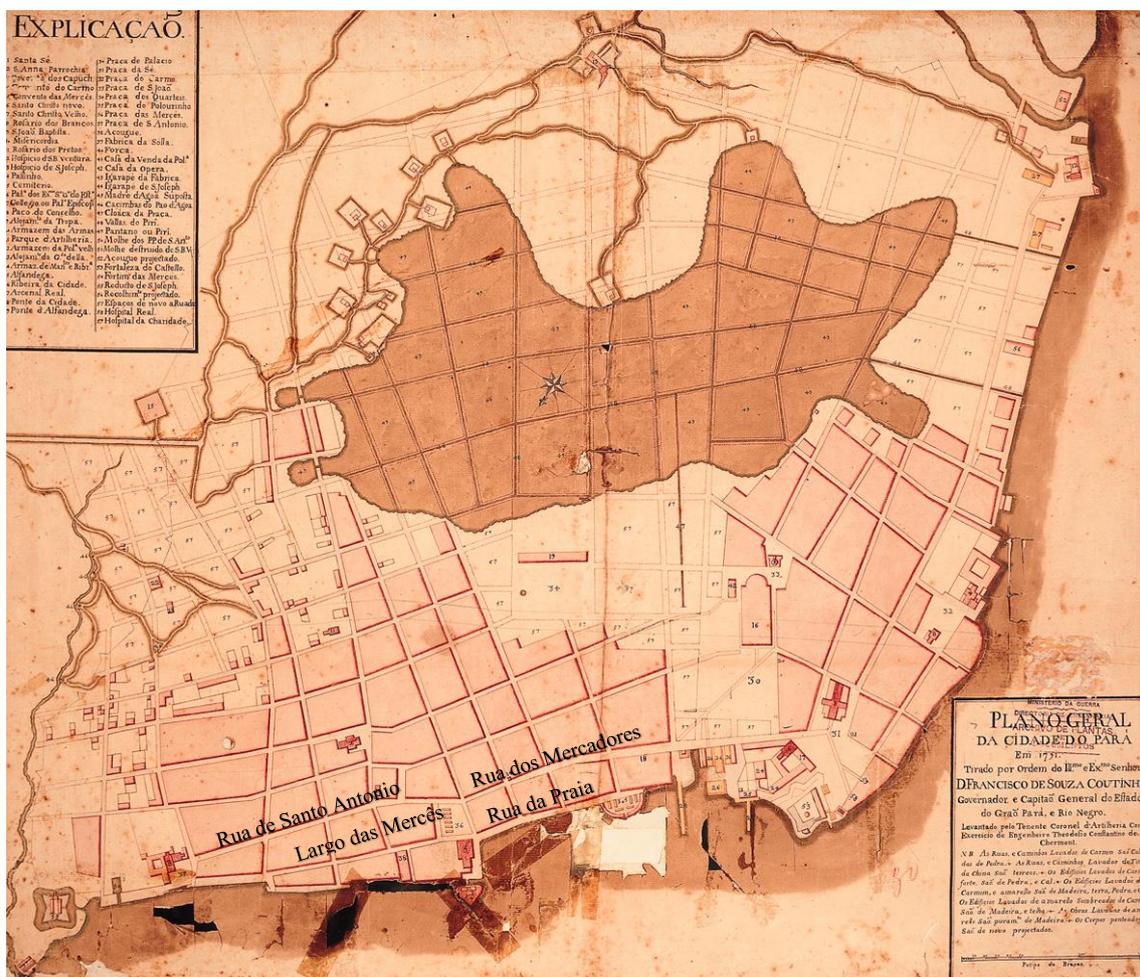


Imagem: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. Plano Geral da Cidade do Pará de 1791. Por ordem de D. Francisco de Souza Coutinho, elaborado por Teodósio Constantino Chermont.

Na rua da Praia, que no século XIX passou a ser chamada de Boa Vista, ficavam os prédios pertencentes a importantes negociantes portugueses, como Francisco Gaudêncio da Costa, principal responsável pela firma Francisco Gaudêncio & Filhos, que possuía um sobrado no número 40. Ali também estavam os negociantes Lúcio de Souza Machado e seu irmão Miguel de Sousa Machado, os quais, durante os anos de 1830 e 1850, faziam linhas regulares de importação e exportação entre o porto do Pará e Lisboa, por meio de sua firma Machado & Irmão. Nessa via, tinham duas propriedades de casa e um sobrado de número 35 e 45. Além destes, estavam Miguel José Raio e João Luiz de La Rocque & Companhia, todos portugueses³³².

³³² Lançamento dos prédios sujeitos a Décima Urbana no ano de 1869, publicado no Jornal Diário de Belém, 18 de Janeiro de 1869.

Se tomarmos o Lançamento das Rendas Internas da cidade de Belém para o início dos anos de 1850, podemos ter uma imagem do ordenamento urbano da cidade pela perspectiva da distribuição do comércio. Veremos como se apresentavam estabelecidos os negociantes segundo suas nacionalidades a partir de uma das vias de comércio de Belém, a Rua da Praia, como se pode ver abaixo:

Tabela 5

Comerciantes Estabelecidos na Rua da Boa Vista do Bairro da Campina			
	Proprietário	Tipo	Nacionalidade
1	Lúcio de Souza Machado	Escritório	Português de Lisboa Testamento e Inventário
2	John B. Spahawok	Armazém	Americano
3	Francisco Moram	Escritório	Consignatário dos navios Americanos
4	João Pinto de Araújo	Armazém	Consignatário de navios portugueses
5	João Pinto de Araújo	Mobília Estrangeira	
6	João Marques Viegas	Armazém	Brasileiro
7	Domingos José Ferreira	Casa de Leilão	Português de Bouças – Passaporte 1842
8	Domingos Barriga da Costa	Loja	Brasileiro
9	Domingos Barriga da Costa	Armazém de Sal	
10	Gil & C^a	Taberna	Antonio José Gonçalves Gil, português de Montalegre. Passaporte 1841
11	Nogueira & Abreu	Taberna	Porto – passaporte 1849
12	Manoel José de Carvalho & C^a	Loja	Consignatário de navio português
13	Francisco Joaquim Pereira & C^a	Armazém	Português de Conc. Feira – passaporte
14	Antonio Teixeira Bastos & C^a	Loja	Português – Lista de Registro do consulado 1839
15	Antonio da Silva Maia	Loja	Português
16	Batista & Lima	Armazém	Não
17	Antonio Domingues de Souza	Taberna	Irmão de Manoel Domingues de Souza, Registro do Consulado – 1839
18	Francisco Antonio Fernandes	Armazém	Português de Viana do Castelo Habilitação
19	Martins & Carvalho	Armazém	Pedro Paulo de Carvalho – Passaporte, testamento conc. Bouzela / Pedro Martins de Lisboa
20	Antonio Monteiro dos Santos Nogueira & C^a	Armazém	Passaporte – Vila Nova de Gaia, reg. 188, em 1849 Arquivo do Porto
21	Joaquim Roberto da Silva	Armazém	Português de Lisboa – passaporte de navios
22	Manoel Antonio dos Santos Leal	Armazém	Não
23	Joaquim José Teixeira	Taberna	Passaporte conc. de Condina 1842
24	Carvalho & Rodrigues	Loja	Não localizado
25	Antonio Domingos Pessegueiro	Loja de Funileiro	Português de Lisboa
26	Antonio Domingos Pessegueiro	Calçado estrangeiro	
27	Francisco Xavier	Armazém	Portugueses – Registro do consulado 1839
28	Manoel da Costa Rodrigues	Armazém	Passaporte – Arq. de Lisboa 1850
29	Manoel da Cunha Mendes	Loja	Habilitação – 1845 – Porto
30	Antonio José Corrêa & C^a	Armazém	Irmão Francisco José Correa – Arco de Val de Vez – Passaporte, 1842
31	Henrique La Rocque & C^a	Armazém	Habilitação, testamento 1850
32	Miguel José Raio & C^a	Armazém	Habilitação, passaporte por Lisboa
33	<i>Vionne & Hocart</i>	Armazém	Inglese
34	Francisco Antonio Vieira da Cunha	Loja	Habilitação – Ilha de Faial
35	Manoel Joaquim de Freitas & Irmão	Loja	Habilitação – Porto/Feira 1839
36	Veloso & C ^a	Armazém	Não localizado

37	Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos	Armazém	Português de Lisboa, testamento e passaporte
38	Manoel José Pereira Leite	Loja	Brasileiro
39	Francisco Lopes Corrêa & Irmão	Loja	Brasileiro
40	José Fernandes Cascaes	Loja	Português
41	João Gonçalves Vieira Bota-abaixo	Loja	Passaporte 1840 Porto – chegou como Bastos e passou a Bota-abaixo
42	Miguel Bernardo Ferreira	Taberna	Testamento 1858 – Portugal
43	Manoel Batista Miranda	Loja	Brasileiro
44	Manoel José Pereira Junior	Loja	Passaporte – 1843 Arco de Val de Vez
45	Joaquim José de Almeida Pinheiro	Taberna	Brasileiro
46	Antonio Dionísio Pereira de Carvalho	Loja	Brasileiro
47	Antonio José Apolinário	Loja	Brasileiro
48	Justino de Oliveira Magalhães	Taberna	Brasileiro
49	Gomes Antonio de Corrêa & C^a	Armazém	Passaporte – 1839 – Lisboa
50	Carvalho & Irmãos	Armazém	Não identificado
51	Leite & Irmão	Armazém	Não identificado
52	Magalhães & Almeida	Loja	Não identificado
53	José Joaquim de Oliveira	Loja	Passaporte – 1840 – arq. do Porto
54	João José Gonçalves Parada	Loja	Lista de Residentes em 1839 consulado
55	<i>Guibson & Coimbra</i>	Loja	Pertencente a João Damasceno Guibson e um lusitano não identificado
56	João Ferreira Guimarães	Loja	Naturalizado brasileiro
57	Frederico Bento de Almeida & C ^a	Loja	Brasileiro
58	João de Souza Magalhães	Loja	Não identificado
59	Godinho Tavares & C ^a	Loja	Não identificado
60	Câmara Municipal	Armazém de Farinha	Público

Fonte: Jornal Treze de Maio – Suplemento nº 360, Sábado de 22 de julho de 1854. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil. (Os nomes destacados em negrito tiveram localizados documentos sobre sua origem lusa)

A rua da Boa Vista³³³ formava um dos importantes corredores dos estabelecimentos comerciais de Belém nos meados do século XIX. Era uma via do bairro da Campina de grande agitação de negócios, espaço de circulação de mercadorias a grosso e no varejo feito por pequenos estabelecimentos comerciais. Ainda nos primeiros anos da década de 1850, mesmo depois da forte penetração dos negociantes de várias nacionalidades com suas mercadorias e serviços, podemos atestar que os portugueses, independentemente do grau e expressão dos volumes de seus negócios, tinham um papel destacado nesse espaço de atividades.

Entre os 60 estabelecimentos identificados na Rua da Boa Vista pela Coletoria de Rendas da cidade em 1854, 32 estavam nas mãos de indivíduos de origem lusitana. Havia um pequeno grupo de negociantes estrangeiros que possuíam estabelecimentos nessa rua, como o americano John B. Spahawok, um negociante que estabelecia transações comerciais com

³³³ A antiga Rua da Praia estava localizada na fronteira da zona portuária de Belém. No início do século XIX, ela passou a ser chamada de Rua da Boa Vista e, no final deste mesmo século, em função das reformas urbanas empreendidas pelo Intendente Antonio Lemos, a mesma via passou a ser chamada de Boulevard Castilhos França. Sobre esse assunto, ver: CRUZ, Ernesto. *Belém, aspectos geo-sociais do Município*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945. pp. 36-49; e SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2000.

mercadorias vindas do porto de Salem, nos Estados Unidos; o armazém da firma Vionne & Hocart, dos sócios ingleses Frederic Vionne e Hocart,³³⁴ que mantinham relações comerciais com fornecedores ingleses, noruegueses e franceses; e pelo menos duas casas comerciais possuíam capital misto, como era o caso da firma Guibson & Coimbra, que pertencia a João Damasceno Guibson e um lusitano não identificado. Havia ainda a casa comercial de Francisco Moran, cuja nacionalidade não localizamos, mas que aparecia fazendo negócios com navios norte-americanos através da província maranhense³³⁵.

Há o conjunto de casas comerciais, sobre cujos proprietários não foram localizadas referências. Atribuímos isso à hipótese de que pertencessem a brasileiros ou portugueses adotivos, como eram chamados os lusitanos que a partir de 1822 resolveram naturalizar-se a fim de preservar os negócios enraizados no Brasil³³⁶.

A partir da seleção de uma das vias do bairro da Campina de Belém, a rua da Boa Vista, onde no século XIX havia forte concentração de atividades comerciais, por sua posição nas margens do Porto e do prédio da Alfândega, podemos notar que esse espaço era, nos meados dos oitocentos, um lugar de grande penetração de indivíduos de origem portuguesa. Mais de 50% dos negociantes ali estabelecidos correspondem a indivíduos que haviam migrado na primeira metade dos oitocentos, conforme pudemos notar através dos registros de passaportes, habilitação consular, relação de portugueses residentes realizada pelo Consulado, testamento ou inventário *post mortem*.

Um desses negociantes era Antonio Monteiro dos Santos Nogueira, estabelecido com um armazém na rua da Boa Vista nº 27, que girava através da firma Antonio Monteiro dos Santos Nogueira & C^a. Em sua casa comercial era possível encontrar “cabos de manilha, amarras de piaçaba, manteiga de tartaruga e até a venda de um batelão de acapu para 3000 arrobas”³³⁷, demonstrando uma aproximação com o comércio interno. Além disso, distribuía mercadorias do reino, como potes de azeite, e mantinha consignação com navios lusitanos, como a barca portuguesa “Paraense”³³⁸.

³³⁴ Jornal Treze de Maio – nº 739, 19/05/1856. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

³³⁵ Jornal Treze de Maio – nº 469 e 470, 3/04/1855. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

³³⁶ Ver: ROWLAND, Robert. A Sombra da Corte: representações do povo no Brasil oitocentista. In SCOTT, Ana S. V. e FLECK, Eliane C. D. *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. Oikos Editora/Editora UNISINOS, São Leopoldo, 2008, p. 15-26.

³³⁷ Jornal A Epocha – nº 21, 27/01/1859. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

³³⁸ Jornal A Epocha – nº 61, 17/03/1859. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

Antonio Monteiro era natural de Vila Nova de Gaia, situada na fronteira do rio Douro, do lado oposto à cidade do Porto, importante centro de produção e exportação de vinhos³³⁹. Em 1849, quando estava com 32 anos, solicitou um passaporte pelo distrito do Porto com destino à cidade de Belém.³⁴⁰

Essa não era a primeira vez que Antonio desembarcava no Pará, nem era ele o único da família Nogueira que havia migrado para Belém nos meados dos oitocentos. Em 1848, falecia na capital do Pará o comerciante Joaquim Monteiro dos Santos Nogueira, provavelmente irmão de Antonio Monteiro³⁴¹. Além do irmão falecido, também haviam seguido para Belém outros dois irmãos do negociante luso, Tomé Monteiro dos Santos Nogueira, que chegou em 1844, com 15 anos e sem profissão³⁴², e o também negociante Francisco Monteiro dos Santos Nogueira, que havia migrado para Belém em 1848³⁴³, com 24 anos.

Após o falecimento de Joaquim, Antonio assumiria os negócios da família através da firma Antonio Monteiro dos Santos Nogueira & C^a, que constituiu em sociedade com João Marques dos Santos, antigo caixeiro de seu irmão. Através dessa firma que atuava no armazém situado na Rua da Boa Vista, o português Antonio Monteiro realizou importantes negócios, tanto através da aquisição de gêneros locais, como na redistribuição de mercadorias importadas da Europa. Em 1849, o cônsul de Portugal no Pará incluía o nome de Antonio Monteiro na seleta “Relação dos Súbditos Portugueses e Brasileiros adoptivos estabelecidos no Pará que estão no caso de possuírem para mais de 50:000\$000 de capital, propriedades, numerário ou em giro em suas transações comerciais”³⁴⁴.

Somente na Rua da Boa Vista, os lusitanos possuíam 12 armazéns, 11 lojas, 4 tabernas, 1 casa de Leilão, 1 escritório, 1 casa de funileiro e outra de calçados estrangeiros.

Em outras vias do bairro da Campina também se concentravam outros negociantes lusitanos, como era o caso do português José Correa Machado, proprietário de uma taberna na travessa do Pelourinho, com frente para a rua Formosa. No seu estabelecimento, vendia produtos vindos do reino, como “superior tabaco de Borba, tomates salgados vindos de Lisboa,

³³⁹ Cf. SOUSA, Fernando. O Vinho do Porto em Gaia & Companhia. Porto: Cepese/Edições Afrontamento, 2005.

³⁴⁰ Arquivo Distrital do Porto, ADP, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro nº 19, 1849, Registro de Passaportes de Antonio Monteiro dos Santos Nogueira, nº 188, Ano 1849.

³⁴¹ Jornal Treze de Maio – nº 813 e 814, 05/07/1848. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

³⁴² Arquivo Distrital do Porto, ADP, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro nº 11, 1844, Registro de Passaportes de Tomé Monteiro dos Santos Nogueira, nº 162, Ano 1844.

³⁴³ Arquivo Distrital do Porto, ADP, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro nº 17, 1848, Registro de Passaportes de Francisco Monteiro dos Santos Nogueira, nº 947, Ano 1848.

³⁴⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa, Correspondências do Consulado de Portugal no Pará. cx. 524, ano 1849, doc. 135.

carne de moura do norte muito gorda, marmeladas em latas, feijão de Lisboa branco e encarnado, nozes em barricas³⁴⁵, entre outras mercadorias que influenciavam os costumes locais, assim como gêneros vindos do sertão do Pará, como alguidar de barro de todos os tamanhos, tabaco de urutuia às arrobas³⁴⁶.

José Correa Machado era natural da vila de Santo Tirso, pertencente ao distrito do Porto. Seu registro de entrada em Belém ocorre no ano de 1839, porém, antes de se dirigir para esta cidade, havia ficado quase dois anos em Pernambuco, aonde chegou em 1837³⁴⁷. Em 1842, atestava ter registro de residência e estabelecimento comercial na rua do Pelourinho³⁴⁸, onde praticava seus negócios de venda direta no varejo. A relação desse negociante lusitano com a capital do Pará e a vida mercantil seguiram ao longo do século XIX. Na década de 1860, ainda era possível ver anúncios de seu estabelecimento vendendo produtos de diversas nacionalidades, tais como manteigas inglesas, massas italianas, batatas portuguesas, presuntos portugueses e americanos, genebras de Holanda em botijas, tudo isso em meio à venda de beijos da terra próprios para a papa de criança, aguardente de jenipapo, café em grão vindos de São Paulo³⁴⁹.

Entre grandes armazéns e pequenas lojas, um comércio formado por lusitanos se mostrava bastante expressivo nos meados dos oitocentos no centro da cidade de Belém. Espaços de negócios demarcados por trocas e interações, os comércios eram locais onde as relações travadas entre os indivíduos através das mercadorias se estendiam às interações culturais³⁵⁰. Entre produtos importados e gêneros regionais, as casas de comércios refletem a diversidade de interações presentes na província do Pará naqueles tempos.

Através das vias da cidade era possível reconhecer um espaço que alimentava o interesse de muitos lusitanos que migravam ao Pará, para uma cidade situada na foz do grande rio das amazonas, espaço de grande oportunidade de trocas, sejam aquelas que vinham do reino e seriam distribuídas tanto na cidade como nas mais longínquas vilas e povoados do sertão paraense, sejam os gêneros extraídos das terras nortistas que chegavam aos portos de Lisboa e do Porto. Todo esse mercado alimentava uma disposição inicial de partida dos imigrantes

³⁴⁵ Jornal Treze de Maio – nº 361, 25/07/1854. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil –BNB.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Habilitação no Consulado de Portugal no Pará de José Correa Machado. Reg. Nº 819, Livro 1, ano 1858-1860.

³⁴⁸ Travessa do Pelourinho, atualmente denominada 7 de Setembro.

³⁴⁹ Jornal Gazeta Oficial, ano III, nº 37, 15/02/1860. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

³⁵⁰ Ver: TRUZZI, Oswaldo. *Assimilação Rassinificada: novas interpretações de um velho conceito*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 2, 2012, pp. 517 a 553.

lusitanos. Para entender como se processaram essas interações, vejamos como alguns negociantes, comerciantes e caixeiros portugueses se estabeleceram no Pará.

2.2 – Os Negociantes

Os portugueses que migravam na condição de “homens de negócios” para a província paraense no início dos oitocentos partiam com algumas prerrogativas que justificavam suas qualidades. Desde o final do século XVIII, durante o governo do Marquês de Pombal, havia uma preocupação em restringir a condição de “homem de negócios” somente àqueles indivíduos que estivessem regularmente matriculados na Junta de Comércio. O motivo era

“Erradicar ‘o absurdo de se atrever qualquer indivíduo ignorante, e abjecto a denominar-se a si Homem de Negócio, não só sem ter aprendido os princípios da probidade, da boa-fé, e do cálculo mercantil, mas muitas vezes até sem saber nem ler, nem escrever; ignorando-se assim a ignominia, e prejuízo a tão proveitosa, necessária, e nobre profissão”.³⁵¹

Dessa forma chegou a Belém no ano de 1812, com a distinção de negociante, o português Marcelino dos Santos Lopes. Em seu passaporte expedido em 17 de setembro daquele ano, declarava ser “homem de negócios matriculado na Junta de Comércio” e que os negócios de sua Casa o faziam “preciso hir a Greenwich e outras partes de Inglaterra, e depois a Lisboa e a Ilha da Madeira”³⁵², pretendendo passar por algum porto do Brasil.

Ante as qualidades de instrução necessária, segundo a Lei, os negociantes possuíam uma rede de conexões que seus negócios exigiam. De acordo com o que informava, Marcelino era um dos vários homens de negócios que, depois da invasão francesa a Lisboa, resolveu transferir parte de seus empreendimentos para as cidades inglesas, ou nelas estabelecer bases de seus investimentos.

As relações desse negociante com os portos do Pará começaram antes mesmo de resolver se deslocar para Belém. Em 1807, esse homem de negócios da Praça de Lisboa solicitava licença para poder negociar com os portos da capitania do Pará.³⁵³

³⁵¹ Cf. PEDREIRA, Jorge M. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*. Lisboa: Análise Social, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), 407- 440. p. 413.

³⁵² Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 145, doc. 10995. Requerimento de Marcelino dos Santos Lopes para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte para seguir viagem rumo ao Pará.

³⁵³ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 142, doc. 10726. Requerimento de Marcelino dos Santos Lopes, negociante da praça de Lisboa, para o príncipe regente [D. João], solicitando um aviso de autorização para poder negociar nos portos da capitania do Pará.

Na província paraense, Marcelino possuía em sociedade com Manoel Joaquim de Sousa e Manuel Antunes o bergantim “Nossa Senhora do Carmo e Boa União”³⁵⁴. Através dessa embarcação, faziam viagens regulares entre Lisboa e a barra do Pará, transportando mercadorias para esse porto, e desta cidade levando gêneros locais. As suas relações comerciais não se voltavam somente para o comércio mercantil de longo curso, mas também havia ligações com o comércio interprovincial. Em 1808, Marcelino Lopes dos Santos era uma das testemunhas que assinava atestando a passagem da sumaca portuguesa “São José Entrudo”, pertencente a Fernando Antonio da Silva, que se dirigia para o porto do Maranhão.³⁵⁵

Através do caso do negociante Marcelino Lopes, podemos observar alguns aspectos marcantes na relação no grupo desses imigrantes portugueses que se qualificavam como negociantes nos primeiros decênios do século XIX. Em função dos negócios que possuíam dispersos em vários pontos segundo seus interesses, as mobilidades desses indivíduos eram, em grande medida, circunstanciais. Quando mantinham seu estabelecimento em Lisboa, as viagens eram sempre por limitado período de tempo. Mesmo entre aqueles que possuíam matrícula na Praça do comércio do Pará, a frequência de viagens é bem maior do que entre indivíduos de outras profissões.

O comércio de *grosso trato* estabelecido particularmente entre o Pará e as principais cidades portuguesas constituía a principal forma de expressão dos negociantes portugueses. Individualmente, ou em sociedade com outros homens de negócios, eram possuidores de embarcações, armazéns e imóveis, que igualmente se formavam nos dois espaços de seus investimentos.

Os negociantes, por suas condições materiais, acabaram por compor um respeitado grupo dentre esses imigrantes portugueses no século XIX, alguns dos quais se tornaram notórios dentro da sociedade de acolhimento, não somente pela fortuna amealhada ao longo do largo tempo em que se fixaram no Pará, mas também em torno dos arranjos econômicos construídos e alianças familiares que projetaram sua influência por outras gerações de sua família.

A fim de observarmos melhor como se constituía a trajetória dos homens de negócios no Pará, vejamos os casos dos negociantes portugueses Francisco Gaudêncio da Costa e Rafael Antonio Rodrigues da Costa. Apesar dos nomes em comum, não tinham vínculos de parentesco, nem devem ter mantido relações pessoais, por terem vivido em tempos diferentes. Outros

³⁵⁴ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 145, doc. 10995.

³⁵⁵ Arquivo Público do Estado do Pará, Códice, 616, documento 121.

negociantes, que fizeram uma trajetória igualmente destacada, serão analisadas no capítulo 4 desta tese.

Rafael Antonio Rodrigues da Costa

Rafael Antonio Rodrigues da Costa era um dos 89 migrantes que se declararam negociantes ao partir para a província do Pará³⁵⁶. Através do registro de seu passaporte pedido no ano de 1805, ficamos sabendo de aspectos bem significativos a respeito de sua origem familiar. Rafael informava que era natural da cidade de Braga, filho de João Rodrigues e Maria Fernandes da Costa, porém havia sido batizado no arcebispado de Arcos de Valdevez, no distrito de Viana do Castelo.

Outras informações ainda sobre sua família nos vieram da leitura de seu testamento aberto em 1839 em Lisboa, onde faleceu.³⁵⁷ Ficamos sabendo que possuía ainda dois irmãos, Maria Costa e Manoel Antonio. Embora não apareça no documento a idade dos irmãos de Rafael, é muito provável que esse negociante não tenha seguido a tradição nortista da migração aos *segundos filhos*³⁵⁸. Também não sabe se sua família possuía alguma propriedade agrícola. O certo é que Rafael, mesmo sendo o primogênito dos irmãos, deixou a casa aos cuidados dos irmãos mais novos e seguiu para Lisboa, onde foi tentar a vida na atividade mercantil.³⁵⁹

Retornemos, então, ao percurso e às escolhas feitas por Rafael ainda em Portugal. Antes de resolver migrar para fora do reino,³⁶⁰ esse ainda *aprendiz* de negociante minhoto fazia

³⁵⁶ No levantamento de 1.339 registros de passaportes solicitados com destino à província do Pará, localizamos 89 pedidos de portugueses que se declaravam negociantes. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, Arquivo Distrital de Viana do Castelo – ADVC, Arquivo Distrital do Porto – ADP, Arquivo Distrital de Lisboa – ADL. A coleta dessa documentação resultou na elaboração do banco de dados que serviu de base para o rastreamento das trajetórias individuais dos imigrantes portugueses abordados nesta tese.

³⁵⁷ ANTT. Testamento de Rafael Antonio Rodrigues da Costa, ano de 1839, Livro nº 7, 2º Bairro de Lisboa, XV – R – 59 (63v).

³⁵⁸ Em vários estudos sobre as migrações portuguesas, as partilhas de heranças em propriedades rurais, “indivisíveis”, que em geral ficava sobre o controle do filho primogênito, levaram os menores a receberem suas partes em preparativos para as migrações, como formação educacional, passagens e outros pertences necessários às viagens. Esse tema é abordado em alguns estudos, dos quais destacamos: ALVES, Jorge Fernandes. *Ao “Brasileiros” emigração e retorno no Porto Oitocentista*: Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993; SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho, 1999; CANCELA, Cristina Donza *Casamento e Família em uma capital amazônica – Belém 1870-1920*. Belém: Editora Açá, 2011.

³⁵⁹ Na documentação da época, o Bispado de Arcos de Valdevez aparece como pertencente ao distrito de Braga; hoje, depois de várias redefinições territoriais na legislação portuguesa, sabemos que a cidade de Arcos de Valdevez pertence ao distrito de Viana do Castelo.

³⁶⁰ Ver: COSME, João dos Santos Ramalho. *Emigração Portuguesa para o Brasil na 2ª metade do século XVIII, Sumário de Lição*. Universidade de Lisboa, 2007, p. 6-7.

um percurso já bem conhecido por outros nortistas de seu tempo³⁶¹, que migravam de seus povoados e vilas para a capital do reino, a fim de reunir condições materiais e legais que os habilitassem a partir³⁶². Assim, Rafael resolveu transferir-se para a cidade de Lisboa, como assistente junto ao Cais do Sodré. Foi durante essa época que começou a ter contato com os negócios de longo curso que vinham dos portos do Pará.

No ano de 1805, Rafael Antonio da Costa solicitava passaporte para viajar ao Pará. Essa não era a primeira vez que viajava para a capitania do Grão-Pará, pois, no documento apresentado ao Conselho Ultramarino para formalizar o pedido de viagem para aquelas partes da América portuguesa, informava que possuía firma e matrícula como negociante na Praça paraense desde o ano de 1804.³⁶³

Em sua longeva trajetória de negócios com os portos daquela capitania, localizamos informações a respeito de Rafael Antonio desde 1804 até 1826, em que aparece como senhorio de diversos navios que mantiveram relações comerciais de importação e exportação de produtos no circuito Lisboa – Belém do Pará. Durante esse período, não foi possível atestar que tenha construído residência fixa na cidade paraense, pois no seu testamento não fazia qualquer referência sobre imóveis nessa cidade. Entretanto, no ano de 1823, Rafael estava entre os negociantes estabelecidos no Pará que protestavam contra o retorno do Governador das Armas, José Maria de Moura, durante as tensões que a cidade vivia às vésperas da adesão da Pará à independência do Brasil.³⁶⁴

Com base nos registros de embarcações que solicitavam licenças de viagens partindo pela barra do Tejo em direção ao Pará, localizamos nada menos do que 34 viagens de navios relacionados ao nome do senhorio de Rafael Antonio da Costa. Entre elas, estavam:

³⁶¹ Ver: ALVES, Jorge Fernandes. *Percurso de um Brasileiro do Porto – o Conde de Feira*. Revista da Faculdade de Letras, repositório aberto, Universidade do Porto, 2014.

³⁶² Cf. ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil*. *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986-1º, 139-156.

³⁶³ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 145, doc. 10995. Requerimento de Marcelino dos Santos Lopes para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte para seguir viagem rumo ao Pará.

³⁶⁴ Protesto perante as Cortes Gerais e Extraordinárias, contra o General das Armas da Província, José Maria de Moura sobre o seu retorno a Lisboa em 1823. Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 158, doc. 12056.

Tabela 6

Viagens de navios de Rafael Antonio da Costa		
Ano	Embarcação	Proprietário
1804 a 1808	Galera Pombinha de Lisboa Navio Bela Luísa	Rafael Antonio Rodrigues da Costa
1808 a 1817	Galera “Prazeres e Alegria” Navio “Pensamento Feliz”	Rafael Antonio Rodrigues da Costa
1821 a 1823	Galera “Nova “Amazona”	Rafael Antonio Rodrigues da Costa Antonio Simões de Oliveira

Fonte: Projeto Resgate, Pará. AHU. Passaportes e autorizações de viagens de Navios entre os portos do Pará e Portugal.

Durante o período mencionado, o nome de Rafael Antonio aparece relacionados às seguintes embarcações: a galera “Pombinha de Lisboa” e o navio “Bela Luísa”, entre 1804 e 1808. De 1808 a 1817, navegou somente com o navio “Prazeres e Alegria”, através do qual manteve importantes relações com os interesses do governo português. Em 27 de novembro de 1811, transportava do presídio da Trafaria, em Lisboa, 13 indivíduos remetidos como degredados para cumprir pena no Pará.³⁶⁵ No ano de 1822, nos agitados tempos dos movimentos em favor da adesão à independência, o navio “Prazeres e Alegria”, junto com a charrua “Gentil Americana”, levavam em suas cargas para a cidade de Belém, “uma remessa de sal, pedra calcária, fio de vela e pólvora” e mais munições de diversos calibres.³⁶⁶

A partir de 1817, além do navio “Prazeres e Alegria”, Rafael também passa a negociar com o navio “Pensamento Feliz”, ocasião em que solicitava ao Ministério do Reino a permissão para equipar as embarcações com “artilharia calibre 6 e suas competentes carretas”, para poder viajar em segurança contra o ataque de piratas, para os portos do Pará e Maranhão³⁶⁷.

Finalmente, entre 1821 e 1823, Rafael Antonio estabelece sociedade com o português Antonio Simões de Oliveira para o transporte de mercadorias entre as cidades de Belém do Pará e Lisboa. Entretanto, os negócios acabaram não durando muito tempo nessa embarcação. No ano de 1823, por determinação do governo brasileiro, a galera portuguesa “Nova Amazona”

³⁶⁵ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 144, doc. 10915. Ofício do comandante do presídio de Trafaria, António Elesbão Xavier de Almeida, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde das Galveias, D. João de Almeida de Melo e Castro], sobre os indivíduos embarcados no navio “Prazeres e Alegria”, com destino ao Pará, onde vão cumprir as penas de degredo a que foram condenados.

³⁶⁶ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 157, doc. 12010. Ofício do [conselheiro da Junta da Fazenda da Marinha], Carlos May, para o [ministro e secretário de estado da Marinha e Ultramar, Manuel] Inácio da Costa Quintela, sobre a remessa de sal, pedra calcária, fio de vela, e pólvora que fez pelo navio de comércio “Prazeres e Alegria”, de que é comandante o capitão tenente José Joaquim Pereira.

³⁶⁷ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 148, doc. 11330. Requerimento de Rafael António para o rei [D. João VI], solicitando autorização régia para armar os navios “Prazeres e Alegria” e “Pensamento Feliz”, de que é proprietário, com algumas peças de Artilharia do calibre 6, com as suas competentes carretas, de modo àquelas embarcações poderem seguir com segurança para as capitânicas do Pará e do Maranhão.

acabou sendo presa no Rio de Janeiro pela fragata Niterói no dia 8 de setembro de 1823, quando vinha de Lisboa para a província do Pará, com gêneros daquela cidade³⁶⁸.

Dos meados da década de 1820 até a sua morte em 1839, não tivemos notícias relevantes sobre a vida de Rafael Antonio. As últimas notas sobre a trajetória do negociante que transitou pelos portos do Pará nos chegaram de seu Testamento. O velho proprietário de navios mercantes, depois da prisão de seu navio “Nova Amazona”, parece ter-se desligado do Pará, pois, apesar da longa relação de negócios com Belém, não faz nenhuma referência de seu passado com a cidade, em seu documento de final de vida, a não ser o fato de que ainda se encontrava em litígio contra o governo brasileiro sobre a prisão de sua embarcação em sociedade com Antonio Simões de Oliveira ocorrida em 1823, e até aquele ano não resolvida.

Rafael Antonio não se casou, nem teve filhos. Em Lisboa era morador na rua Direita do Loreto, número 53 na Freguesia da Encarnação. Em sua casa vivia acompanhado de sua criada Joaquina Maria de Jesus. Ao final da vida, declara que o seu “pequeno capital consiste em letras que estão na minha caixa de ferro e nas 10 ações da Companhia de Pescarias Lisbonense e 30 da Companhia de Louças de Lisboa”.³⁶⁹ No dia 1º de novembro de 1839, Rafael faleceu assistido somente por sua criada Joaquina, em sua residência.

Francisco Gaudêncio da Costa

Francisco Gaudêncio da Costa já é um notório personagem da história econômica da Amazônia na segunda metade do século XIX, seja por sua destacada atuação na economia da sociedade paraense³⁷⁰ através das casas de comércio, seja pelas alianças familiares construídas por meio de casamentos com membros da elite local. Esses consórcios permitiram não somente a ascensão, como também uma duradoura permanência nos quadros de destaque da sociedade paraense³⁷¹.

³⁶⁸ ANTT, Autos Cíveis de Requerimento para se avaliar a Galera Portuguesa “Nova Amazona”. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Maç. 1, nº 5, cx. 299.

³⁶⁹ ANTT. Testamento de Rafael Antonio Rodrigues da Costa, ano de 1839, Livro nº 7, 2º Bairro de Lisboa, XV – R – 59 (63v).

³⁷⁰ O nome de Francisco Gaudêncio da Costa aparece citado entre os influentes negociantes do século XIX, a saber: WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993. Nessa obra, a autora classifica Gaudêncio como “português de nascimento, que ao mesmo tempo encabeçava uma firma que exportava borracha para Liverpool e importava mercadorias do Sul do Brasil” p. 83-84.

³⁷¹ Ver: MARIN, Rosa E. Acevedo. “*Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX*”. Estudos Econômicos, nº 15, 1985, pp. 153-167; BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Pará, c. 1850 – c. 1870*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (dissertação de

Entretanto, a trajetória da família de Francisco Gaudêncio tem raízes nas mobilidades portuguesas do início do século XIX. Sua chegada remonta ao final dos anos de 1820, durante as pressões aos antiliberais promovidas pelo governo de D. Miguel em Portugal. Atravessa no Pará a difícil época dos movimentos antilusitanos que foram os tempos da cabanagem e que seguem nas gerações seguintes vinculados à vida na sociedade paraense. Para compreender a inserção dos Gaudêncio da Costa no Pará, voltemo-nos para o início dos oitocentos, para a primeira geração de sua família.

Natural de Lisboa, não conseguimos localizar sua filiação. A primeira geração da família de Francisco Gaudêncio da Costa, segundo consta em seu testamento lavrado no ano de 1850, informa que fora casado com D. Ludovina Madalena de Lima Neri, com quem teve os seguintes filhos: Francisco Gaudêncio da Costa, primogênito que recebeu o mesmo nome do pai, dona Matilde La Rocque da Costa, casada com Henrique de La Rocque, Augusto Eduardo da Costa, Emília da Costa e Adelaide da Costa³⁷². No Brasil ainda estava o seu irmão João Gualberto da Costa, estabelecido na província do Maranhão desde a década de 1820. A influência deste seu irmão, que chegou a ocupar cargo de Conselheiro da Província³⁷³, foi importante para a inserção de Gaudêncio da Costa no Pará.

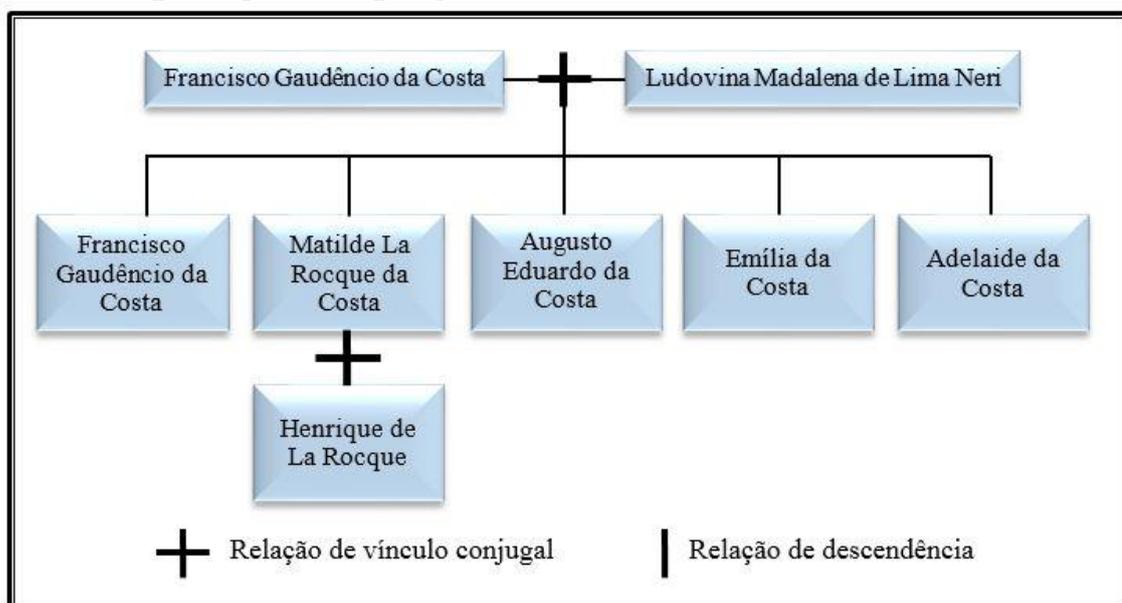
mestrado), 2004; CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma capital Amazônica, Belém 1870-1920*. Belém: Ed. Açaí, 2011.

³⁷² Testamento de Francisco Gaudêncio da Costa, ano 1850 – CMA.

³⁷³ Jornal “O Farol Maranhense”, nº 140, 10/11/1829.

Quadro 1

Genealogia da primeira geração da Família de Francisco Gaudêncio da Costa



Fonte: Testamento de Francisco Gaudêncio da Costa, ano 1850, CMA.

O registro de entrada do negociante português Francisco Gaudêncio da Costa no Pará consta em 1839. Naquele ano, Francisco solicitava passaporte para poder embarcar com destino a Belém saindo pelo porto de Lisboa. No Livro de registro de Passaportes do Distrito de Lisboa, onde estava seu pedido, muito pouco se encontrava sobre a sua identidade – apenas seu nome e o destino para onde desejava viajar³⁷⁴. Porém, essa não era a primeira vez que esse negociante havia circulado pela província paraense.

No decorrer da investigação, deparamo-nos com a documentação do consulado de Portugal no Pará, onde identificamos que Francisco Gaudêncio exerceu a função de vice-cônsul entre 1834 a 1835.³⁷⁵ Em uma das muitas correspondências trocadas entre esse consulado e o ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, ficamos sabendo como Francisco migrou para a província do Pará. Em 1834, logo após tomar conhecimento da restauração do trono português, Francisco Gaudêncio voltava a manifestar o desejo de retornar para Portugal, renunciando a suas funções de cônsul. Nessa carta, descreve como chegou à província paraense:

³⁷⁴ DGARQ/TT, Governo Civil de Lisboa, Livro de Registro de Passaportes do Distrito de Lisboa, n. 1, ano 1839-1843.

³⁷⁵ A trajetória de Francisco Gaudêncio da Costa à frente do vice-consulado de Portugal no Pará será tratada no capítulo 3 desta tese.

É porque eu, tendo emigrado de Portugal no ano de 1829, quando teve lugar a usurpação da Monarquia, e que tudo ao presente, desejo de ai regressar, ao mesmo Augusto Senhor, peço a minha demissão, a qual já tendo requisitado ao Cônsul Geral do Rio de Janeiro, este não mo quis dar sem ordem superior³⁷⁶.

Esse negociante que teve a sua “sorte” marcada pelas convulsões políticas, primeiro em Portugal, como um defensor do liberalismo e da monarquia constitucional, sofreu, como milhares de lusitanos, as perseguições movidas durante o governo de D. Miguel, 1828-1834³⁷⁷, razão pela qual foi obrigado a migrar para o Brasil, deixando para trás seus investimentos na cidade do Porto.

Francisco não conseguiu a sua *demissão* do cargo de vice-cônsul da nação portuguesa no Pará como requeria em 1834. Permaneceu no Pará até outubro de 1835, quando, novamente, junto com outros súditos portugueses, foi obrigado a fugir para Portugal a bordo da Corveta “Elisa”. Se de Portugal ao Brasil o motivo de sua partida foi perseguição aos “suspeitos de liberalismo”³⁷⁸, promovida pela política de D. Miguel, no Pará os inimigos eram muito diversos, possuindo em comum um declarado ódio aos portugueses, o que levou ao saque e morte de vários lusitanos em 1835.

Francisco, ao chegar a Portugal, resolveu dirigir-se para a cidade do Porto, de onde ratifica o “protesto dos negociantes portugueses estabelecidos no Pará contra o Governo Central do Brasil”, por perdas e danos causados pela invasão dos “tapuios, negros e cafuzes naquela cidade³⁷⁹”. No capítulo seguinte, retomaremos esse aspecto da trajetória de Gaudêncio da Costa no Pará.

Mesmo as convulsões de um lado e outro do Atlântico não impediram Francisco Gaudêncio da Costa de galgar espaços privilegiados de negócios no Norte do Brasil. Ele mantinha uma rede de negócios que articulava a cidade do Maranhão, onde estava estabelecido seu irmão João Gualberto da Costa, com as cidades portuguesas de Lisboa e Porto. A firma Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos aparece como um dos principais consignatários de navios que entravam e saíam pela raia do Pará no final da década de 1830.

³⁷⁶ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0019.

³⁷⁷ Ver: PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, Nuno G. O Colapso do Império e a Revolução Liberal. In PINTO, Antonio Costa e MONTEIRO, Nuno G. (Orgs.). *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*. Lisboa: Fundación Mapfre/Editora Objectiva, 2013. Especialmente o item denominado “Vida Política”, p. 69. Ver ainda: SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Os Portugueses*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 282.

³⁷⁸ Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, Nuno G. O Colapso do Império e a Revolução Liberal. In PINTO, Antonio Costa e MONTEIRO, Nuno G. (Orgs.). *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*. Op. cit., p. 69.

³⁷⁹ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0078.

Figura 9

Consulado Geral de S. M. I. na Província do Pará
Mapa das

Embarcações Portuguezas que deão entrada neste Consulado no 2.º Semestre de 1839

<i>Mês</i>	<i>Qualidade da Embarcação</i>	<i>Nome</i>	<i>Estaduas</i>	<i>Arqueadas</i>	<i>De onde</i>	<i>Capitão</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Consignatário</i>	<i>Obs.</i>	
<i>1839</i>										
<i>Agosto</i>	<i>21</i>	<i>Saticho</i>	<i>Dois Irmãos</i>	<i>1139</i>	<i>18</i>	<i>Siboa</i>	<i>Abrao Simão de Sousa</i>	<i>João Ant. de São Pedro</i>	<i>Franc. Gaudêncio da Costa</i>	<i>Comegado</i>
<i>Set.</i>	<i>15</i>	<i>Barca</i>	<i>Felicidade</i>	<i>326</i>	<i>20</i>	<i>P.</i>	<i>Manoel Ant. d. Oliveira</i>	<i>M. J. d. Albuquerque</i>	<i>Franc. Ant. Pereira</i>	<i>P.</i>
<i>Outubro</i>	<i>19</i>	<i>Urdito</i>	<i>Mathilde</i>	<i>204</i>	<i>18</i>	<i>P.</i>	<i>Abrao Simão de Vallença</i>	<i>Manoel dos Santos</i>	<i>Mach. & Irmãos</i>	<i>P.</i>
<i>Nov.</i>	<i>11</i>	<i>Brigue</i>	<i>Minerva</i>	<i>262</i>	<i>12</i>	<i>Porto pr. Maranhão</i>	<i>M. J. Antonio dos Reis</i>	<i>Jacinto Lopes</i>	<i>Franc. Gaud. da Costa</i>	<i>P.</i>
<i>15</i>	<i>Barca</i>	<i>Felicidade</i>	<i>396</i>	<i>24</i>	<i>Siboa</i>	<i>J. Miguel Ribeiro</i>	<i>Dom. Reis</i>	<i>Franc. Gaud.</i>	<i>Comegado</i>	
<i>Dez.</i>	<i>14</i>	<i>Saticho</i>	<i>Julio</i>	<i>111</i>	<i>15</i>	<i>Porto</i>	<i>José Adriano da Rocha</i>	<i>M. J. de Sousa G. Ant. Gaud. da Costa</i>	<i>P.</i>	
<i>15</i>	<i>Saticho</i>	<i>Nova Olinda</i>	<i>117</i>	<i>11</i>	<i>Siboa</i>	<i>José Casimiro de Sá</i>	<i>M. J. de Sousa</i>	<i>Mach. & Irmãos</i>	<i>P.</i>	

Consulado Geral de Portugal no Pará 31 de Dezembro 1839

Francisco José da Costa
Consul

Fonte: ANTT, MNE, cx. 306, m0620 – Mapa do Movimento do Porto do Pará, ano de 1839.³⁸⁰

De seu armazém, num sobrado situado na rua da Praia nº 40, gerenciava a circulação de navios que traziam e levavam cargas consignadas pela firma Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos. Entre os navios com quem mantinha consignação de suas cargas estavam: o navio “Flor do Mar”, de propriedade de Isidoro José de Almeida, que fazia linha de Lisboa ao Pará; a Barca “Felicidade”, pertencente a Domingos Rodrigues; o brigue “Minerva”, que, antes de vir para o Pará, fazia uma escala na cidade do Maranhão, possivelmente para atender aos negócios de seu irmão João Gualberto.³⁸¹ Além desses navios, ainda constavam nos mapas de importação e exportação enviados ao consulado português as embarcações “São Bernardo”, “Dois Irmãos”, brigue “Carlota Amélia”, brigue “São João Batista” e brigue “Vencedor”³⁸², com os quais Francisco mantinha negócios.

Através da barca “Felicidade”, no ano de 1838, enviava para seu correspondente em Lisboa Domingos Rodrigues a carga de “gêneros do Brasil”, composta de: 73 sacas de algodão, 1.122 sacas de arroz, 25 pipas de açúcar (aguardente), 156 sacas de borracha e 1 pipa do mesmo produto, 235 sacas de cacau, 403 couros secos e 135 couros cortados, 7 sacas de café, 108 sacos

³⁸⁰ No ano de 1839, de acordo com o Mapa de Movimentação no Pará, dos 7 navios que entraram, 3 estavam consignados à firma Francisco Gaudêncio da Costa e C^a.

³⁸¹ ANTT, MNE, cx. 306, m0620 – Mapa do Movimento do Porto do Pará, ano de 1838.

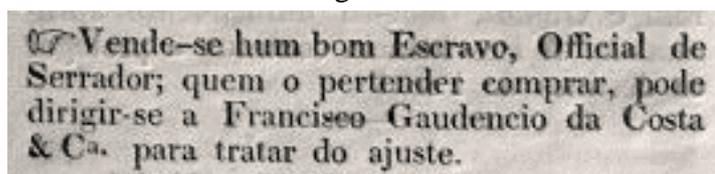
³⁸² ANTT, MNE, cx. 306, m0406 – Mapa do Movimento do Porto do Pará, ano de 1839.

e mais 3 caixas de cobre, 54 pacotes de cravo, 3 paneiros de farinha, 5 caixa de óleo de rícino, 3 sacos de puxiri, 20 toros de pau santo, 249 canudos de salsa, 3 paneiros de tapioca e 30 paneiros de urucu, tudo avaliado em 37:335\$000 réis³⁸³.

Nesse mesmo ano de 1838, havia recebido a carga de produtos vindos de Lisboa na barca “Felicidade”, formada de 8 barris de azeite, 23 volumes de carne, 22 barris e 50 pordeiras de azeitona, 11 baús de calçados, 2 caixas de cera, 13 caixas de doces, 9 caixas de drogas, 15 volumes de fazendas, 1 barril de ferragem, 5 canastras de vidros, 20 caixas de queijo, 279 moios de sal, 91 barris e 77 pipas de vinho, 12 pipas de vinagre, 3 caixas de ferragens, 6 caixas de chapéu, 3 barricas e 1 caixa de missanga, 1 caixa de instrumentos, 6 barcas de pedra de cal, 1 caixa de botins, 1 volume de livros e 20 volumes de mobílias, carga esta avaliada em 40:802\$800 réis³⁸⁴.

Por essa amostragem acima, é possível identificar a natureza dos negócios que estabelecia Francisco Gaudêncio da Costa na cidade de Belém. O Jornal Treze de Maio foi importante órgão de notícias da comunidade portuguesa em Belém e começou a circular a partir de 1840. Nesse periódico, havia nas colunas “Movimento do Porto” e nos “Avisos” não somente a circulação dessas mercadorias já mencionadas recebidas por seus consignatários, como também pequenas ofertas feitas ao público local, como na nota que saiu no dia 20 de maio de 1840, como se vê abaixo:

Figura 10



“Vende-se um bom escravo, oficial de serrador; quem o pertender comprar, pode dirigir-se a Francisco Gaudêncio da Costa & C^a, para tratar do ajuste”³⁸⁵.

Não se sabe se Francisco Gaudêncio ou seus filhos se dedicaram ao tráfico de escravos para os portos do Pará, mas a venda deste africano em seu estabelecimento talvez seja apenas mais uma “mercadoria” que circulava entre seus bens do que prática mais ampla, pois não localizamos, nos mapas de importação realizadas por este negociante, volumes de cargas referentes ao desembarque de escravos.

³⁸³ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0198.

³⁸⁴ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0237.

³⁸⁵ Jornal Treze de Maio, nº 3, 20 de maio de 1840. – Acervo da Biblioteca do Grêmio Literário Português do Pará.

O português Francisco Gaudêncio da Costa faleceu em 1850, deixando em Belém para seus filhos e genros uma trilha de negócios que tinham forte assento no comércio de grosso trato. Seu filho homônimo com seus irmãos e cunhados nascidos no Pará levarão adiante, diversificando os ramos de atividades e negócios do velho imigrante português.

Através das trajetórias de vida dos negociantes lusitanos Rafael Antonio da Costa e Francisco Gaudêncio da Costa, pudemos transitar pelo universo das relações mercantis que atraíam os imigrantes que partiam com esse propósito. O primeiro, vindo do norte de Portugal, realizou através de Lisboa uma “migração em dois tempos”³⁸⁶. Permaneceu na capital do reino reunindo condições legais e materiais que permitissem suas viagens para a província do Pará. Francisco Gaudêncio, ao contrário, partiu sem documentação, fugindo às perseguições promovidas pelo governo de D. Miguel “aos suspeitos de ligação com o liberalismo” em 1829.

Se as formas de como chegaram ao Pará os distanciavam, as atividades a que se dedicaram os aproximava, pois, embora vivendo em tempos diferentes, os dois negociantes lusitanos promoveram um duradouro circuito de negócios entre o Pará e Portugal. Rafael, que manteve negócios entre 1803 e meados da década de 1820, dedicou-se ao transporte de mercadorias do reino ao Pará e deste conduzia gêneros regionais em sua embarcação “Prazeres e Alegria”, mas também atuou ao lado e a serviço do governo lusitano nos tempos de conflito durante as revoltas da independência no Pará. Para esta cidade transportou pólvora e armamentos, além de ter solicitado que sua embarcação fosse aparelhada com peças de artilharia, a fim de garantir a segurança das viagens para os portos do Pará e do Maranhão.

Francisco Gaudêncio desfrutou de uma condição privilegiada no Pará. Além de ser um respeitado negociante, ou talvez por essa distinção, ocupou o cargo de vice-cônsul de Portugal na província paraense. À frente desse organismo, vivenciou um dos momentos mais difíceis para os lusitanos – as revoltas desencadeadas em 1835, que tinham como propósito, entre outros, um determinado ódio contra os portugueses e os maçons. Em função dos acontecimentos que se deram nesse período, foi obrigado a retornar para Portugal.

Como negociante, viu seus interesses atravessarem o Atlântico. Antes de vir para o norte do Brasil, seus investimentos estavam concentrados na cidade do Porto e Lisboa. Após o desenvolvimento das atividades comerciais a partir de Belém através da firma Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos, construiu um forte empreendimento mercantil que atravessou as

³⁸⁶ Ver: COSME, João S. R. *Quadros da Emigração Portuguesa para Pará (Brasil) 1886-1900. Naveg@merica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas*. 2015, n. 15.

fases consideradas de crise econômica e a sua própria existência. Os investimentos iniciados por Francisco Gaudêncio nos meados da década de 1830 através dos negócios marítimos foram-se transformando por meio de seus filhos e genros, no decorrer do século XIX, em outros ramos de negócios baseados em estratégias bem diversificadas de ampliação de capitais.

Francisco Gaudêncio e Rafael da Costa nos mostraram que os negócios empreendidos no Pará no início dos oitocentos não estavam somente nas relações mercantis. As tramas dos arranjos políticos adversos foram inescapáveis para o lusitano que viveu nessa província, porém não limitadoras dos interesses em continuar a investir na região.

Se essas eram as possibilidades vivenciadas pelos negociantes, vejamos como os portugueses que se estabeleceram como comerciantes e caixeiros traduziram em seu cotidiano as experiências da imigração ao Pará.

2.3 – Comerciantes e Caixeiros

O viajante francês Paul Marcoy, que circulou para a cidade de Belém nos meados do século XIX, depois de chegar num dia quente do mês de agosto, quando o solo seco havia transformado em poeira toda aquela lama avermelhada que formava a grande parte das ruas do centro, registrou a seguinte impressão sobre a cidade quando de sua chegada:

A temperatura era a de um forno e eu ofegava no ar parado. Se não lembrasse que era um francês e que era meu dever representar a respeitabilidade do meu país no estrangeiro, eu teria me aventurado a tirar o casaco, chapéu e gravata e teria deixado à mostra um palmo de língua. Não havia cafés nem restaurantes à vista onde eu pudesse descansar nesse lugar primitivamente desprovido de conforto, nada além de esquálidas lojas e armazéns de onde saíam lufadas quentes de ar cheirando a bacalhau, couro, aguardente, toucinho e queijo que teria dado enjoo a um habitante dos montes Cantal.³⁸⁷

Através das mercadorias existentes nas lojas e armazéns vistos pelas ruas de Belém, de onde exalavam cheiros de bacalhau, queijos e toucinhos, não seria pretensioso demais reconhecer que o viajante francês estava descrevendo casas de comércio pertencentes aos portugueses. Fora o modo pouco elegante como escreveu este europeu acostumado aos requintes da França oitocentista com seus famosos cafés³⁸⁸, essa era uma forma de perceber a área do comércio da cidade de Belém. Nas ruas que margeavam o porto, era possível ver

³⁸⁷ Cf. MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas* (Trad. Antonio Porro). Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 2001. p. 293. [*Montes de Cantal: corresponde a uma cordilheira francesa situada na região de Auvergne*].

³⁸⁸ Cf. WEBER, Eugen. *França Fin-de-Siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

pequenas lojas, tabernas e armazéns onde circulavam produtos vindos de Portugal, que eram expostos junto com outros produzidos nas várias partes da região amazônica.

Figura 11



Giuseppe Leone (Joseph León) Righini (ca. 1820-1884) A Panoramic view of the Bay of Belém do Pará – Brazil. In <http://www.sothebys.com/en/auctions/ecatalogue/2013/latin-american-art-n09044/lot.2.html>. No detalhe acima, a Rua da Boa Vista com seu casario de sobrados, alguns dos quais serviam de armazéns.

Como já vimos, importantes vias do bairro da Campina, como a rua do Mercadores e rua da Boa Vista, eram amplamente ocupadas por lojas e armazéns pertencentes a negociantes de várias nacionalidades, com destacada participação das casas de comércio de proprietários portugueses.

A atividade comercial era de longe, para os portugueses que migravam para a província paraense no início do século XIX, o setor mais desejado, ou para o qual vinham mais preparados. Jorge Pedreira sugere que haja uma propensão vinculada a uma chamada *cultura comercial*³⁸⁹, a qual seria fruto de uma longa tradição de contatos com nações orientais que circulavam pelos portos da península ibérica. Para outros, o comércio, ou a riqueza produzida por este, apresentava-se como o mais curto caminho de aquisição de recursos capazes melhorar a vida do imigrante³⁹⁰.

As casas de comércio eram responsáveis pela redistribuição e abastecimento da cidade com mercadorias importadas, que tinham nos próprios imigrantes portugueses o fomento de um

³⁸⁹ Cf. PEDREIRA, Jorge M. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*. Lisboa: Revista Análise Social. Op. cit.

³⁹⁰ Ver: LUSTOSA, Isabel e PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Pátria e Comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro Joanino*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2008.

mercado consumidor desses produtos.³⁹¹ Vinho do Alto Douro, que depois se popularizou com o nome de vinho do Porto³⁹², paio de Lisboa, chouriços, chapéus de Braga eram alguns dos produtos que chegavam através dos navios vindos de Portugal. Em Belém, essas mercadorias eram redistribuídas ao pequeno vendedor ou revendido nos próprios armazéns dos consignatários.

Alguns comerciantes faziam questão de anunciar as novidades chegadas a seus estabelecimentos. A taberna de Lourenço da Graça, situada no Largo de Santana, comunicava ao público, na coluna de avisos do jornal Treze de Maio, as mercadorias que haviam chegado a seu estabelecimento. Informava que possuía para vender “as verdadeiras pílulas da família, presunto de Lamego, ditos Americanos, ditos de fiambres, barricas com bolachinhas, latas com orchatas, ditas com marmelada, frascos com doces de diversas qualidades, vinho do Porto engarrafado, latas com sardinhas, caixas com ameixas ultimamente chegadas”.³⁹³

Figura 12

—Na Taberna de Lourenço da Graça no largo de Sant' Anna tem para vender as verdadeiras Pilulas de familia; Presuntos de Lamego, ditos Americanos, ditos de fiambre, Barricas com bolaxinha, Latas com orchata, ditas com marmelada, Frascos com doce de diversas qualidades, Vinho do Porto engarrafado, Latas com sardinhas, Caixas com ameichas, ultimamente chegadas.

Coluna de “Avizos”, Jornal Treze de Maio, 31/05/1845.

As mercadorias vindas do reino já não eram as únicas que ocupavam espaço nas casas de comércio dos lusitanos no Pará dos meados dos oitocentos. Elas dividiam espaço com produtos originários de outros países, o que demonstrava num microespaço das relações comerciais, causando grande incômodo às autoridades comerciais lusitanas nos meados dos oitocentos, a se notar pela queixa da queda na exportação de produtos portugueses para a província nortista. As justificativas apontadas para esse decréscimo estavam ligadas ao temor

³⁹¹ Cf. SALES, Mália Aline Freitas. *Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista*. Belém: UFPA (dissertação de mestrado), 2012.

³⁹² Ver: SOUSA, Fernando (Org.). *Vinho do Porto em Gaia & Companhia*. Porto: CEPSE, Edições Afrontamento, 2005.

³⁹³ Jornal Treze de Maio, nº 311, 21º Trimestre, Sábado 31/05/1845. Acervo da Biblioteca do Grêmio Literário Português – BGLP.

dos investidores lusitanos, que tiveram muitos prejuízos em função das invasões cabanas em manter altos valores investidos em seus empreendimentos³⁹⁴. Além do mais, havia a diversidade de produtos que chegavam dos portos americanos e ingleses a preços mais baixos do que as mercadorias de Lisboa.

É, portanto, nesse espaço em transformação, a zona do comércio de Belém, onde o fluxo de mercadorias e de novos negociantes se afirmava a cada dia, que os lusitanos buscavam estabelecimento. Se o reino deixasse de ter o predomínio nas exportações para os portos paraenses, para o negociante lusitano no Pará a oferta de produtos de outras nações não representava um problema. Ao contrário, veremos importantes homens de negócios portugueses comprando mercadorias vindas dos portos estrangeiros, tal como se pode ver na movimentação do porto de Belém no ano de 1840, quando o brigue americano Roarrer, vindo de New York, chegou com suas mercadorias consignadas à firma Joaquim da Rocha Oliveira & C^a³⁹⁵.

Figura 13

MOVIMENTO DO PORTO.	
ENTRADA.	
1.º de Julho.	
<i>Carga do Brigue Americano Roarrer, vindo de New York, Consignado a Joaquim da Rocha Oliveira & C.^a</i>	
200	Barricas com Farinha de trigo.
32	Volumes com Fazendas.
29	Caixas com chá.
2	Pipas com Olio de linhaça.
4	Caixas com dito de mamona.
3	Barris com agoa arráz.
8	Caixas com chapéos de palha.
2	Ditas ditos de pelo de Seda.
21	Volumes com tabaco.
	Hũa porção de taboado de pinho.
10	Sacas com pimenta.
10	Caixas com Spermaccett.
2	Ditas com pentes.

Coluna “Movimento do Porto”, Jornal Treze de Maio, 11/07/1840.

³⁹⁴ Arquivo Histórico Diplomático de Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros – correspondências do Consulado de Portugal no Pará. cx. 524, ano 1844, doc. 5, fl. 25.

³⁹⁵ Jornal Treze de Maio, coluna Movimentação do Porto do Pará, nº 18, 11/07/1840. Joaquim da Rocha Oliveira era um destacado negociante lusitano estabelecido no Pará desde a década de 1830. Ainda que só tenhamos localizado seu passaporte saindo do porto de Lisboa no ano de 1842, seu nome já consta no ano de 1839 como um súdito português residente na província do Pará.

Nesse campo de negociações, onde as estratégias ultrapassam as fronteiras dos interesses nacionais, vemos o entrelaçar das relações travadas pelos portugueses que migraram nos meados dos oitocentos. Vejamos histórias de outros lusitanos que transitaram na cidade de Belém por essa época e as estratégias que utilizaram para se estabelecerem por algum tempo ou mais demoradamente no comércio paraense. Entre caixeiros, comerciantes, lojistas e negociantes mercantis, adentremos mais um pouco no universo das relações comerciais do Pará a partir das trajetórias individuais dos lusitanos.

Anastácio Gonçalves Vaz

As migrações, longe de se mostrarem uma mudança de um lugar para o outro em caráter definitivo, constituíam-se duma constante circulação de indivíduos que se deslocavam segundo suas necessidades e interesses. Entre idas e voltas de Portugal ao Pará, acompanhamos as relações estabelecidas pelo jovem Anastácio Gonçalves Vaz. Apesar de sua curta passagem pela província do Pará, não deixou de ser notado, tanto pelos negócios que continuou mantendo com seus representantes nessa cidade, como por sua passagem pelas barras do tribunal da Santa Inquisição portuguesa.

Em 1803, com 20 anos, esse lisboeta, morador na rua da Padaria, foi enviado a Belém por seu pai Domingos Gonçalves Vaz, para “tratar da cobrança da casa de seu pai”³⁹⁶. Esta era uma característica bastante recorrente entre fornecedores portugueses e seus agentes locais: atrasos de pagamentos e ajustes de contas, desacerto entre volumes de cargas enviadas, pagamentos de fretes, que por vezes iam transformar-se em processos no Juízo da Índia e Mina.³⁹⁷ Sem poder aprofundar em detalhes as tramas das pendências que o fizeram vir ao Pará, sigamos adiante, no curso de sua trajetória de vida.

É provável que Anastácio tenha permanecido pouco tempo no Pará e, depois de ter resolvido as cobranças da casa de seu pai, tenha retornado para Lisboa. Em 1809, reencontramos Anastácio, agora sendo denunciado ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa por Manoel Antonio da Costa. Nessa época, ainda assistia na casa de seu pai Domingos Gonçalves Vaz, que possuía uma loja de toucinheiro, na rua da Padaria, nº 4. A motivação da denúncia surgiu por conta de uma despreziosa conversa entre o acusado e o denunciante Manoel Costa.

³⁹⁶ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 126, doc. 9714 – Requerimento de Anastácio Gonçalves Vaz, para o príncipe regente [D. João], solicitando licença de passagem para Belém do Pará.

³⁹⁷ Ver: PEDREIRA, Jorge M. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*. Lisboa: Revista Análise Social. Op. cit., p. 418.

Essa conversa, entretanto, chegou aos ouvidos do fr. João dos Santos, através de uma pequena carta, onde o delator relatava o seguinte:

Andando e paceando eu e mais ele, entre várias conversas veio a falar se em Religião, sobre o comer carnes nos dias prohibidos não havendo necessidade, ele me disse que umas vezes comia carne, outras peixe, e que não fazia escrúpulos nestas couzas; como também duvidando que houvesse um Inferno, ou um Paraíso, e que esta, e aquela nação herética, seguiam os ditames que lhes pareciam, e nem por isso, elas deveriam perder-se, e nós salvar-nos, e além disso que tinha certos papelinhos em casa guardados, que lhes diziam isto e aquilo, etc., e ao mesmo tempo atacando-me com certas perguntas todas opostas à nossa Religião. Eu em tudo lhe contradizia, e por fim lhe disse que eu era o maior pecador que havia no Mundo, porém que a minha miséria não me chegava a tanto em duvidar em ponto algum de Religião, huma vez que estava comprovada por tantos Santos Mártires, tantos Concílios e porque Deus assim o disse, e nos ensina a Santa Madre Igreja Católica Romana, e lhes disse mais que não me falasse em semelhante couza, pois que nem ele e nem eu, eramos capazes de arguir em hum caso de tanta importância.[...] 4 de julho de 1809, Manoel Antonio da Costa³⁹⁸.

Não sabemos informar qual era a motivação da descrença do jovem caixeiro, nem tampouco as razões dos desentendimentos dos amigos lisboetas, pois a breve carta não apresenta explicações mais detalhadas depois de efetuada a denúncia ao fr. João dos Santos. Sabemos, contudo, que as acusações de Manoel contra Anastácio voltariam a ocorrer oito anos depois.

Em 1817, ocorreu uma audiência de confirmação das acusações feitas por Manuel Antonio da Costa contra Anastácio Vaz. Nessa época aparecia o jovem caixeiro já transformado em negociante da Praça de Lisboa. Nesse documento, Manoel Costa reafirmou a conversa que “ouviu, haverá cinco anos, proferir as proposições as quais se lembra ter refletido que eram contrárias a Religião ou a Fé Católica³⁹⁹”.

Daquelas denúncias não se sabe que punições sofreu Anastácio, já que, quatro anos depois de esse processo ser levado a audiência, o Tribunal da Santa Inquisição portuguesa seria extinto durante as revoluções liberais portuguesas⁴⁰⁰. Entretanto, é muito interessante que um caixeiro que tenha migrado para a província paraense vivesse os limites da liberdade de expressão e vigilância imposta pela Igreja Católica às vésperas do fim da instituição inquisitorial.

³⁹⁸ DGARQ/TT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13461.

³⁹⁹ DGARQ/TT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 16187. Ratificação da Denúncia de Manoel Antonio da Costa contra Anastácio Gonçalves Vaz e José Nunes Baleia.

⁴⁰⁰ Cf. BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições, Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 397.

Depois das denúncias à inquisição, voltamos a ter notícias de Anastácio Vaz no ano de 1827 e, ao que parece, mesmo tendo recebido alguma punição por seus atos de heresia, nada o impediu de constituir uma firma junto com seu irmão. A sociedade mercantil chamada Anastácio Gonçalves Vaz & Irmão se encontrava estabelecida em Lisboa e fazia negócios com gêneros vindos do Pará. Seu nome voltou a ser arrolado num processo por falta de pagamento de fretes de uma carga de 100 sacas de cacau transportadas pelo proprietário do navio “Santa Maria de Belém”, Domingos Gomes Rosa, que implicava uma dívida de 95\$845 réis. Depois de um ano de iniciado o processo no Juízo de Índia e Mina, a firma de Anastácio e seu irmão é condenada a pagar o valor correspondente ao frete realizado.⁴⁰¹

Chama atenção o fato de a firma de Anastácio Vaz ter preservado ligações com o comércio do Pará e mais ainda como os negócios de cacau, um produto que ocupava um espaço considerável na balança de importação lusitana nos meados do século XIX.⁴⁰² Observando os “mapas de importações feitas pelo reino de gêneros do Brasil”, referente ao ano de 1838, verificamos que no carregamento de 12 embarcações que deixaram os portos do Pará naquele ano foram transportadas 6.567 sacas de cacau, enquanto nos mesmos barcos seguiram somente 263 sacas de borracha⁴⁰³. Por outro lado, o cacau era um dos produtos que mais ocupavam mão de obra escrava, rendendo grandes capitais aos produtores que se dedicavam a essa atividade na região do Baixo-Tocantins.⁴⁰⁴ Notando por essa perspectiva, podemos perceber que Anastácio Vaz e seu irmão mantinham com o Pará um negócio muito lucrativo em Lisboa.

A trajetória de Anastácio Vaz, vista no transcurso de quase três décadas, demonstra as relações construídas por uma família que, mesmo residindo em Lisboa, manteve fortes conexões com a cidade do Pará. Como caixeiro, Anastácio chegou em 1803 ao Pará, a fim de resolver “pendências dos negócios” que seu pai mantinha com os representantes ali situados. De volta a Lisboa, o jovem caixeiro foi alcançado por suas opiniões a respeito das tradições católicas do consumo dos alimentos não permitidos nos dias santos, as regras alimentares que tanto perturbaram vendedores de produtos e consumidores nos séculos anteriores. Ali talvez a força fiscalizatória dos inquisidores estivesse cada vez mais enfraquecida nesses meados do

⁴⁰¹ ANTT, Feitos Findos, Juízo de Índia de Mina Mç. 25, nº14, cx 149. 1827 – Ação cível Sumária de fretes a Domingos Gomes Rosa, proprietário do Navio Santa Maria de Belém e Réu Anastácio Gonçalves Vaz e Irmão.

⁴⁰² Ver: SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

⁴⁰³ ANTT, MNE, cx. 306, m0198 – Mapa do Movimento do Porto do Pará, 1º semestre do ano de 1838 e ANTT, MNE, cx. 306, m0237 – Mapa do Movimento do Porto do Pará, 2º semestre do ano de 1838.

⁴⁰⁴ Ver: BARROSO, Daniel S. *Coletando o Cacau “Bravo”, Plantando o Cacau “Manso” e outros Gêneros: Um estudo sobre a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins (Grão-Pará, 1810-1850)*. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

século XIX, e não foi possível avançar nas acusações contra Anastácio.⁴⁰⁵ Porém, através dessas denúncias, vimos que apesar da condição de “toucinheiro” que o pai de Anastácio possuía, não se constituía como um empecilho para negociar com as casas de comércio paraense do outro lado do Atlântico.

Anos mais tarde, enquanto o denunciante Manoel Costa reafirmava suas acusações sobre Anastácio, vimos que este já se havia qualificado como negociante da Praça de Lisboa. Nessa época, possivelmente, seu pai já havia falecido e ele havia assumido os negócios de sua família. É relevante considerar que, ao tomar frente dos investimentos familiares, Anastácio tenha continuado a manter os vínculos com a terra paraense. Junto com seu irmão na firma familiar, compravam gêneros vindos do Pará, a fim de comercializá-los em Portugal.

Recuperar este breve trajeto da vida de Anastácio Vaz, que veio à tona por uma solicitação de passaporte, permitiu-nos transitar entre Belém e Lisboa, dos interesses pelos negócios com gêneros extraídos da floresta amazônica aos fiscais do Santo Ofício. Seguindo em várias documentações o nome do caixeiro Anastácio, pudemos acompanhar as mudanças no perfil do indivíduo, porém foi tal a importância que os negócios com a província do Pará tinham em sua família, que esta ainda conservava os vínculos criados por seu pai depois de trinta anos.

Luís Francisco Colares

As relações familiares e laços de afinidades constituem aspectos presentes na vida dos caixeiros⁴⁰⁶. Baseada numa tradição demarcada por relações de confiança e fidelidade, a atividade comercial representava um *locus* que se alimentava de uma rede de indivíduos ligados por laços de solidariedades fortes e, dessa forma, com privilegiada predominância de patrícios, por vezes com afinidades familiares ou de um mesmo espaço de convivência⁴⁰⁷. Esses são traços observados na trajetória do caixeiro Luís Francisco Colares.

Luís Francisco Colares, quando emigrou com 20 anos partindo de Lisboa para o Pará em 1823 como caixeiro, já tinha seu caminho preparado por outros familiares que residiam

⁴⁰⁵ Cf. MENDES, Isabel M. R. e BRAGA, Drumond. *Bens de Hereges: inquisição e cultura material, Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

⁴⁰⁶ Ver: FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁴⁰⁷ Ver: MARTINHO, Lenira M. e GORESTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.

naquela província.⁴⁰⁸ Desde 1812, temos notícias de que um importante negociante chamado Feliciano José Colares já possuía estabelecimento comercial e matrícula na Praça do Pará.⁴⁰⁹ Os Colares mantiveram importantes relações econômicas com a província paraense durante todo o século XIX. Além de Feliciano e Luís, também é possível localizar José Francisco Colares, em 1836, realizando o seu casamento em segundas núpcias com a paraense Maria Pacheco, que era viúva de Antonio José Queiroz.⁴¹⁰

Entre os membros da família colares, Feliciano teve uma destacada posição. Em 1812, quando resolveu emigrar para o norte do Brasil, justificava que “a bem de seus negócios, se passou de Londres para esta Praça do Pará”.⁴¹¹ Através dessa informação, é possível verificar que esse negociante, antes de se deslocar para a província nortista, seguiu um caminho utilizado por negociantes que mantinham relações econômicas com os portos ingleses e que, após a invasão francesa, resolveram retirar de Lisboa seus investimentos e se estabelecer na “nação amiga de Portugal”.⁴¹² No Brasil, seus negócios não se limitaram à província do Pará, pois observamos que havia relações comerciais com a província do Maranhão, onde parou Luís Francisco de Colares antes de se dirigir ao Pará, provavelmente para fazer entregas de mercadorias para seu irmão, João Francisco Colares, que possuía uma loja de fazendas, no Largo do Carmo naquela província.⁴¹³

Em 1816, depois de se estabelecer no Pará, Feliciano José Colares resolveu trazer para a sua companhia sua esposa Maurícia e, junto com esta, seus dois escravos, que serviam de criados, chegando a Belém na galera “Prazeres e Alegria”.⁴¹⁴ Feliciano manteve negócios de importação de mercadorias vindas de Portugal e envio de produtos locais. Em 1832, aparece como proprietário do navio “Maria”, que realizava esse comércio.⁴¹⁵

⁴⁰⁸ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 158, doc. 12059. Requerimento do caixeiro do comércio, Luís Francisco Colares para o rei [D. João VI], solicitando passaporte para viajar ao Pará, com escala no Maranhão.

⁴⁰⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 145, doc. 10981. Requerimento do negociante da praça do Pará, Feliciano José Colares para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte para regressar à cidade de Belém do Pará.

⁴¹⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém-Pará, Livros de Registros de Casamentos da Freguesia de Santa Ana, ano (1824-1850). Registro de Casamento de José Francisco Colares, 1836.

⁴¹¹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 145, doc. 10981.

⁴¹² Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, NUNO G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. Lisboa: Fundação Mapfre/Objectiva, 2013. Especialmente o capítulo 5, que trata do processo econômico do período. P. 126-127.

⁴¹³ Jornal O Publicador Maranhense, 24 de setembro de 1850, ano IX, nº 1014, Hemeroteca BNB.

⁴¹⁴ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 147, doc. 11256. Requerimento de Feliciano José Colares para o rei [D. João VI], solicitando aviso para poder desembarcar, com sua mulher, Maurícia e dois escravos, da galera “Prazeres e Alegrias”, de que é capitão o tenente José Joaquim da Silva, vinda do Pará para Lisboa.

⁴¹⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Juízo de Índia e Mina, Maç. 7, nº 17, cx. 305.

Não se sabe por quanto tempo Feliciano permaneceu no Pará, nem tampouco se acabou retornando para Portugal. É certo que seu ex-caixeiro, Luís Francisco Colares, continuou a residir no Pará, mesmo após os episódios que marcaram a década de 1830 e os confrontos que ficaram conhecidos como Cabanagem. Em 1840, Luís aparecia como lojista em Belém e tinha negócios no sertão da província. Não a propósito, nos anúncios de sua loja, além da venda de assinaturas do Jornal “Universo Pitoresco” de Lisboa, registrava-se em 1841, através das páginas do Jornal Treze de Maio, a venda de “um batelão novo, recém saído do estaleiro, tendo de comprido 50 palmos e 15 de boca, todo em itaúba”. Em outro anúncio de 1842, no mesmo periódico, vê-se “a venda uma vigilenga⁴¹⁶ de porte de 200 a 300 arrobas”⁴¹⁷.

Luís Colares, que chegou como caixeiro, oculta-se na documentação por nós acessada, possivelmente seguindo suas relações para o sertão do Pará. Em 1856, localizamos uma nota de um Jornal com anúncio de possível irmão de Luís, chamado José Francisco Colares, com propriedades de terras no Moju, onde possuía 16 a 20 caminhos de seringa para alugar, considerados muito bons.⁴¹⁸ Não sabemos dizer se este também se tenha aventurado nas terras distantes da Amazônia, mas é relevante afirmar que os Colares se mantiveram entre os negociantes com forte presença na segunda metade do século XIX no Pará.

Bento José da Silva

Outro português que emigrou como caixeiro e, depois de chegar ao Pará, transitou por caminhos bem diferentes daqueles inicialmente previstos em suas predisposições iniciais, trata-se de Bento José da Silva, que chegou a Belém em 1817⁴¹⁹, às vésperas das tensões que emergiam em função dos debates que vinham da Corte na Europa e ganhavam contornos muito particulares nas terras paraenses. Tivemos poucas notícias em torno de seu nome, mas o suficiente para apresentar algumas notas sobre o curso de sua vida na província do Pará.

Vindo da cidade de Lisboa com residência na rua dos Douradores, nº 14, no centro comercial da capital do reino, Bento conhecia bem a vida urbana e as atividades comerciais. Depois de desembarcar no Pará, em poucos anos o caixeiro de negócios já demonstrava

⁴¹⁶ Vigilenga, termo popular do Pará que designa um tipo de canoa de pesca com formato arredondado.

⁴¹⁷ Jornal Treze de Maio, 24 de abril de 1841, nº 96, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco” do Grêmio Literário Português do Pará.

⁴¹⁸ Jornal Treze de Maio, 28 de junho de 1856, nº 772, acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700002&pesq=-Francisco%20Colares>.

⁴¹⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.148, doc. 11365, Requerimento de passaporte do caixeiro de casa de negócios, Bento José da Silva, ano de 1817.

interesses em permanecer por mais tempo na província nortista. É que no ano de 1822, através de um ofício encaminhado por Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, Bento José solicitava ao Secretário de Estado dos negócios da Guerra de Lisboa sua baixa do Corpo de Infantaria de Voluntários do Comércio de Lisboa, onde estava como soldado. Sua justificativa era porque já ocupava o cargo de alferes no 2º Regimento de Milícias no Pará.⁴²⁰

Através dessa sua solicitação, podemos refazer um breve percurso de suas idas e voltas entre Lisboa e o Pará, o que culminou com a sua decisão de pedir a transferência para a cidade brasileira. Bento atuava na capital do reino como soldado no Regimento de Infantaria de Voluntários do Comércio de Lisboa.⁴²¹ Essa companhia fora criada pelo príncipe regente em 1810, ao mesmo tempo em que assinava o Tratado de Aliança e Amizade que facultava aos ingleses privilégios comerciais com os portos brasileiros. Era formada e mantida por negociantes de Lisboa, “para o imediato serviço de guarnição, polícia e defesa da cidade”⁴²². Esse organismo, que fora muito importante durante os combates à invasão francesa, parecia não mais preencher os interesses de Bento, por isso este solicitava licença de suas funções, a fim de “tratar de vários negócios na cidade do Pará e como estes exigissem maior demora do que havia previsto, e seguiu estabelecer-se ali, foi por isso alistado no 2º Regimento promovido a alferes em outubro de 1819⁴²³”.

O que fica demonstrado é que o caixeiro Bento José da Silva havia conseguido montar um estabelecimento de negócios comerciais, que se mostrava muito mais promissor do que as possibilidades de uma Lisboa ainda convulsionada pela expectativa de restabelecimento da Monarquia e o retorno da antiga ordem colonial.

Em janeiro de 1823, em plena tensão vivida no Pará pelos portugueses com as notícias insustentáveis de se manter fiéis a Portugal, motivada pelo avanço das ideias favoráveis à adesão à independência, o então negociante Bento José da Silva estava no rol dos cidadão e negociantes portugueses residentes no Pará que protestavam contra o retorno do governador

⁴²⁰ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 147, doc. 11829. Ofício de Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, para o [ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra], Cândido José Xavier, sobre o ofício do comandante do Regimento de Infantaria de Voluntários do Comércio, coronel António Francisco Machado remetendo o requerimento do soldado Bento José da Silva, solicitando baixa do seu posto naquele Regimento por se achar provido como alferes do 2º Regimento de Milícias da província do Pará.

⁴²¹ Ver: Gazeta de Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7692/4/ulsd064500_td-anexos.pdf.

⁴²² Gazeta de Lisboa, 8 de novembro de 1810. Refere-se à criação de dois regimentos; de Cavalaria e Infantaria, denominados “Voluntários Reais do Comércio”, formado por negociantes de Lisboa “para o imediato serviço de guarnição, polícia e defesa” da cidade. O Príncipe agradece aos negociantes a criação dos referidos regimentos e ordena que “façais conhecer àqueles corpos, quanto Me foi agradável ver o zelo, fidelidade e amor (...)” Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7692/4/ulsd064500-0_td_anexos.pdf.

⁴²³ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 154, doc. 11829.

das Armas José Maria de Moura a Portugal.⁴²⁴ Nesse episódio, em que as notícias a favor da adesão paraense à Independência do Brasil se mostravam cada vez mais fortes, os ânimos contra os lusos ficavam cada vez mais intensos e, com a saída de general Moura do Pará, estavam “a paz e o sossego público” ameaçados.

Contudo, a sorte de vários militares e negociantes portugueses seria abalada nos primeiros meses do ano de 1824. Após a adesão à independência no Pará, os membros da Junta Provisória, acusando que a “principal causa dos males que estava sofrendo a província era sem dúvida o descontentamento, em que os povos de ver que muitos lugares, postos e empregos públicos se achavam ocupados por portugueses, que, tendo jurado a independência do Brasil, não eram afetos a este sistema”⁴²⁵, levaram a mesma Junta a resolver que “fossem demitidos os empregados civis e militares [lusitanos], sendo seus lugares preenchidos por pessoas de reconhecida adesão ao adotado sistema político e mais capazes de sustentar a causa do Império do Brasil”⁴²⁶.

Nesse sentido, o tenente do Regimento de Milícias Bento José da Silva foi demitido de suas funções. Entretanto, esse negociante não chegou a ser expulso da província, como ocorreu com outros seus patrícios. Estes não somente foram retirados de seus cargos, como também remetidos na galera “Maria”, que pertencia ao negociante Feliciano José Colares com destino a Lisboa.⁴²⁷

Através do percurso da vida do caixeiro português Bento José da Silva, na cidade do Pará, podemos ver que o caminho dos negócios comerciais tão desejados pelos imigrantes lusos nem sempre se fazia somente atrás do balcão de um estabelecimento comercial. Apesar de ter registrado em seu passaporte o ofício de caixeiro, foi outra experiência já desenvolvida no comércio de Lisboa que ocupou a vida de Bento no Pará, a de soldado da milícia do comércio da capital do reino. Logo que chegou, passou a ocupar funções militares na província paraense, isso talvez com o intuito de preservar a segurança dos bens e negócios que possuía na cidade, no início dos anos de 1820, em meio ao debate a favor da independência no Pará.

⁴²⁴ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 158, doc. 12056. Ofício do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado de Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, sobre o pedido de várias entidades para que não regressasse ao Reino sem que fosse substituído.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Cf. RAYOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém-Pará: Vol. 1, Universidade Federal do Pará, 1970, pp. 66-69.

⁴²⁷ No capítulo seguinte, trataremos com maior detalhamento os episódios que levaram à expulsão dos lusitanos durante as tensões da independência do Brasil.

Poucos registros documentais foram possíveis de se localizar depois desse período sobre o negociante português Bento da Silva. Ficamos sabendo que havia certo Bento José da Silva com engenho nos arrabaldes de Belém em 1846, através da notícia de fuga de um escravo por nome Serafim, que se havia metido nas proximidades daquela propriedade.⁴²⁸

Através dos breves percursos das vidas desses três imigrantes portugueses, Anastácio Vaz, Luís Colares e Bento José da Silva, ocupamo-nos de mostrar como a trajetória de alguns dos caixeiros que migraram para o Pará com essa ocupação ganhou proporções que, por vezes, iam além das tarefas comerciais. Porém, em comum os lusitanos que por essa cidade passaram mantiveram-se ligados às funções dos negócios, em lugares distintos, porém com a miragem de realização financeira por meio da vida urbana e comercial.

Vejamos, agora, que a cidade de Belém dos meados dos oitocentos, que recebeu grandes negociantes de grosso trato, donos de lojas e seus caixeiros, também foi espaço aberto para serviços urbanos que se encontravam nas mãos de imigrantes lusos.

2.4 – Outros ofícios

Belém no início do século era também espaço aberto para atividades diversas que tinham os portugueses como personagens desses ofícios. É bem ilustrativa a cena narrada pelo viajante inglês Henry Bates ao passar pela Estrada das Mongubeiras⁴²⁹, que descreve o uso de um poço público da capital paraense nos finais da década de 1840, quando observa:

Nesse local é lavada toda a roupa da cidade, trabalho esse que é feito por um bando de tagarelas escravas negras; aí são enchidas as carroças de água, constituídas de pipas sobre rodas, puxadas por bois. De manhãzinha, quando a luz do sol tem de romper às vezes através de uma ligeira névoa e tudo goteja devido a umidade, essa parte da cidade se enche de animação. Grupos de vociferantes negros e quizilentos galegos – proprietários dos carros-pipas – discutem entre si continuamente, enquanto vão tomando os seus tragos matinais nos sujos botequins da esquina⁴³⁰.

Num estudo sobre os usos da água no século XIX em Belém, Conceição Rocha Almeida identificou que esta era uma atividade muito comum na sociedade dos oitocentos, o serviço dos aguadeiros. Esse negócio possuía uma forte tradição entre os lusitanos, sendo muito comum tal ofício nas vilas e cidades portuguesas e, talvez por isso, não tenha sido difícil

⁴²⁸ Jornal Treze de Maio, 25/01/1846. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

⁴²⁹ A estrada das Mongubeiras, corresponde à atual avenida Almirante Tamandaré.

⁴³⁰ Cf. BATES, Henry. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 14.

localizar no Pará portugueses que se tenham ocupado dessas funções na cidade, como foi o caso do português José Vieira de Alvarenga, aguadeiro, que se desentendera com o maquinista Francisco Valente Loureiro do poço do Paul d'Água em queixa registrada em 1873.⁴³¹

Figura 14



Galego Aguadeiro. Postal ilustrado. Fototipia litografada, c. 1910. In DIAS, Marina Tavares. Lisboa Desaparecida, vol. II, capítulo “Vendedores e Pregões”.

Os “galegos quizilentos” que vociferavam entre os negros com seus carros-pipas na Estrada das Mongubeiras em Belém também eram muito presentes na capital do Reino. Esses imigrantes que saíam das fronteiras do norte de Portugal chegavam a Lisboa e se ocupavam de serviços considerados degradantes na cidade.⁴³² Os galegos migravam aos milhares no início dos oitocentos, a tal ponto que se chegou a cogitar propostas de expulsão de Lisboa. O problema

⁴³¹ Ver: ALMEIDA, Conceição M. R. *As águas e a Cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. São Paulo: PUC, 2010, op. cit., p. 193.

⁴³² Cf. ALVES, Jorge Fernandes. Imigração de Galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (Coord.) – *Movilidad e migracions internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

era que, se os mandassem embora, “significaria não ter ninguém que servisse as cidades de Lisboa e Porto”⁴³³.

Com base nos registros de passaportes, podemos notar que vários lusitanos vinham destinados a desempenharem ofícios urbanos. Desse grupo, localizamos as seguintes atividades mais destacadas: 19 alfaiates, 3 barbeiros, 8 boticários, 20 carpinteiros, 1 chapeleiro, 1 espingardeiro, 1 farmacêutico, 7 ferreiros e ferradores, 1 fogueteiro, 2 jornaleiros, 5 latoeiros, 9 marceneiros, 3 ourives, 9 pedreiros, 1 pintor, 10 sapateiros, 5 serralheiros, 2 tamanqueiros, 6 tanoeiros, 2 tintureiros e 6 trolhas. Em sua grande maioria, a ocupação que desenvolviam estava associada a certa especificidade de trabalho predominante na região de onde partiam.

Vila Nova de Gaia fica na fronteira a cidade do Porto, corredor privilegiado de onde circulavam os vinhos do Alto Douro, que mais tarde ficaram conhecidos somente como vinhos do Porto.⁴³⁴ Dessa vila, migraram para o Pará 5 dos 6 tanoeiros que estavam entre os solicitantes de passaportes para a essa província. Os tanoeiros eram artesãos dedicados ao fabrico de barris, pipas ou tonéis para embalar e transportar mercadorias líquidas e, nesse caso, os vinhos que eram comercializados daquela região.⁴³⁵ Silvestre Lacerda informa que, ao longo do século XIX, a intensificação do comércio externo pela exportação a granel do vinho do Porto pela barra do Douro ampliou um corpo de trabalhadores em torno da indústria de vinhos. Isso obrigou as principais empresas vinícolas a incorporarem a tanoaria no conjunto dos trabalhos de tratamento e armazenamento do vinho, chegando algumas a ter uma elevada concentração de trabalhadores, caso de Cockburns, Sandeman, Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto.⁴³⁶

O período situado entre 1756 e 1834 foi considerado a fase “majestática” da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro⁴³⁷. Durante essa época, foi instituído, diante do monarca, uma espécie de controle de qualidade, a fim de garantir a genuinidade do produto comercializado. Assim, a Companhia passou a, junto com emitir as justificações de passaportes, também fazer um controle da circulação de negociantes e os produtos que dessa região saíam, independente dos portos por onde passassem.⁴³⁸ Os vinhos

⁴³³ Idem, p. 3.

⁴³⁴ Cf. SOUSA, Fernando. *Vinho do Porto em Gaia & Companhia*. Porto: Cepese/Edições Afrontamento, 2005.

⁴³⁵ Ver: HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Aurélio, minidicionário da Língua portuguesa*, século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

⁴³⁶ Cf. LACERDA, Silvestre. *A tanoaria a arte e a técnica*. In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiro-s/5299.pdf>.

⁴³⁷ Ver: SOUSA, Fernando. *Vinho do Porto em Gaia & Companhia*. Op. cit., p. 15.

⁴³⁸ Cf. SOUSA, Fernando. CIRNE, Teresa Felipe e CARDOSO, Nuno. A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil. In SOUSA, Fernando. *Vinho do Porto em Gaia & Companhia*. Porto: Cepese/Edições Afrontamento, 2005.

que chegavam ao Pará vindo dessa região eram anunciados nos jornais, justificando o seu público estado de excelência, conforme podemos ver na nota divulgada no jornal Treze de Maio.

Figura 15

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

O abaixo assignado, agente da Companhia nesta Praça do Pará, acaba de receber pelo Navio Graõ Pará a primeira remessa de Vinhos d'aquella Companhia, depois que ella foi reabilitada pela Legislatura de Portugal, e dotada com Fundos Publicos pela Ley de 21 d' Abril de 1843, para levar a todos os mercados os padrões e balisas do Vinho genuino e puro do Alto Douro, geralmente conhecido pelo nome de Vinho do Porto, afim de servirem de guia ao Commercio.

Esta remessa contendo Vinhos das mais escolhidas novidades, deve offerecer aos Senhores Consumidores não só a certeza da sua pureza e superior qualidade, mas o typo verdadeiro dos excellentes Vinhos do Porto.

Espera pois o abaixo assignado que os Senhores Consumidores se dirijaõ á sua residencia na rua da Boa vista para tratarem do ajuste dos que desejarem. Pará 8 de Fevereiro de 1845.

Joaõ Pinto d' Araujo.

Jornal Treze de Maio, nº 480, 2º trimestre, 08/02/1845.
Acervo da Biblioteca "Fran Paxeco" do Grêmio Literário Português do Pará.

No Pará, a importação e comercialização de vinhos, vinagre e outros produtos que chegavam particularmente de Portugal abriam possibilidades de emprego para tanoeiros na cidade, entre os quais estavam José Duarte, 46 anos, natural da vila Nova da Gaia, que embarcou para a cidade de Belém levando em sua companhia seu filho Domingos Duarte, de 15 anos⁴³⁹. Alguns dos indivíduos que migraram como tanoeiros não tiveram seus ofícios ligados ao comércio de vinhos ou seus derivados. Francisco Vieira Peixoto solicitou passaporte em 1843⁴⁴⁰, quando estava com 28 anos, em direção ao Pará, porém se dedicou aos negócios entre

⁴³⁹ Arquivo Distrital do Porto, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro 8, Registro nº 1182. Passaporte de José Duarte, 3 de março de 1842.

⁴⁴⁰ Arquivo Distrital do Porto, Passaportes nacionais para fora do Reino, Livro 9, Registro nº 1469. Passaporte de Francisco Vieira Peixoto, 12 de abril de 1843.

as cidades de Cametá e Amazonas, para onde fazia constantes viagens. Faleceu em Belém de lesão orgânica do coração e foi sepultado no cemitério de Santa Isabel em 1882.⁴⁴¹

Outros portugueses chegaram ao Pará, também com ofícios especializados para uma cidade que nesse período se tornava mais urbanizada, os boticários. Havia oito emissões de passaportes em nome de indivíduos que se registraram como boticários, atividade de restrito exercício, pois exigia conhecimentos de um ofício marcado por “segredos” na formação do profissional⁴⁴², ou seja, saberes adquiridos ao longo de algum tempo de trabalho como aprendiz de um mestre. Essa ocupação garantiu a alguns portugueses um espaço privilegiado de trabalho.

Desse grupo de migrantes, faziam parte Joaquim Augusto da Costa Ricardino e José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, que se tornaram notórios na cidade de Belém, tanto por suas habilidades profissionais como pela inserção na sociedade paraenses da época, como também por situações que envolveram seus nomes. Vejamos a trajetória desses dois boticários na cidade de Belém do Pará.

Quando Joaquim Augusto resolveu emigrar de Leiria em 14 de maio de 1823⁴⁴³ para Belém, seu irmão Lourenço Antonio da Costa Ricardino já morava no Pará, onde se estabelecia como negociante. Em 1839, num levantamento feito pelo Consulado de Portugal no Pará, dos portugueses residentes no termo desta província do Pará,⁴⁴⁴ consta também o nome de outro irmão de Joaquim Augusto, Francisco Antonio da Costa Ricardino. Os irmãos Ricardino seguiram uma cadeia migratória⁴⁴⁵ demarcada por relações familiares.

João Augusto mantinha sua botica na Rua do Espírito Santo, onde atendia a população, com preparo de medicamentos. Através das relações profissionais e pessoais, esse boticário estabeleceu relações comerciais e inserções nos quadros da benemerência. Em 1840, João ocupou o cargo de recebedor da Santa Casa de Misericórdia, que, entre outras funções, respondia pela comercialização dos bens produzidos nas fábricas da irmandade, como consta em anúncio, “a venda das louças de barro, tijolos e telhas fabricadas na Fazenda Pinheiro”⁴⁴⁶.

⁴⁴¹ Jornal O Liberal do Pará, ano XIV, nº 157, 19/07/1882. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

⁴⁴² Ver: MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Preparação de um ofício mecânico em domínios portugueses no setecentos*. UFPR, 1999.

⁴⁴³ Projeto Resgate, Pará, *AHU*, cx. 160, doc. 12183. Requerimento do boticário Joaquim Augusto da Costa Ricardino, natural de Leiria, para rei [D. João VI], solicitando passaporte para viajar à cidade de Belém do Pará.

⁴⁴⁴ ANTT, MNE, cx. 306, m0304. Relação dos Portugueses Residentes na Cidade do Pará e seu Termo, 1839.

⁴⁴⁵ Cf. TRUZZI, Oswaldo e SCOTT, Ana Silva. *Tipologias migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso*. UNISINOS, ANPOCS, 30º Encontro anual, 2012. P. 21. TRUZZI, Oswaldo. *Redes em Processos Migratórios*. In *Revistas da USP, Tempo Social*, v. 20, n. 1, 2008.

⁴⁴⁶ Jornal Treze de Maio, 1 de agosto de 1840, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Além disso, aparece como fornecedor de medicamentos para o Hospital Regimental do 3º Batalhão de Artilharia a Pé do Pará.⁴⁴⁷ Fazia, ainda, parte do Corpo de Jurados registrado na Comarca de Belém.

Sua notoriedade se deu muito mais por sua habilidade profissional do que por conseguir algum capital financeiro de grande vulto. No seu patrimônio pessoal, consta que tinha uma casa na Rua do Espírito Santo, utilizada como espaço de residência, sendo um dos cômodos usado como local de trabalho. Os ofícios de boticário eram compartilhados com sua vida doméstica.⁴⁴⁸ João Augusto ainda possuía na “vila de Mosqueiro um sítio com cafezal, árvores frutíferas, roças de mandioca e casa de vivenda coberta de telhas”⁴⁴⁹.

João Augusto faleceu em Belém em 20 de janeiro de 1854, vitimado de ataque de “apoplexia fulminante” e, talvez em função da forma inesperada como foi acometido, não deixou testamento, mas, ao que consta, após a sua morte ocorrida no dia 5 de abril de 1854, deixou o que foi considerado “pouca fortuna”. Meses depois, seus bens se encontravam à venda em leilão comercial – a botica com os pertences do falecido em favor de seus filhos órfãos.⁴⁵⁰

O também boticário José Acúrcio Cavaleiro de Macedo foi outro emigrante português que se estabeleceu no Pará até o fim de sua vida. Sua trajetória pela província paraense foi marcada de forma aguda pelos *terríveis episódios* que se deram em 1835 e ficaram conhecidos por Cabanagem. Homem de “gênio turbulento”, conforme o qualificou o vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa, este boticário nos traz à tona as limitações na identidade entre “ser português” e “ser brasileiro”.⁴⁵¹

José Acúrcio emigrou em 12 de dezembro de 1825,⁴⁵² pouco tempo depois de Portugal ter reconhecido a independência do Brasil. Era natural da freguesia de Seixo de Gatões, pertencente à comarca de Coimbra. De sua trajetória no Pará ficaram alguns fragmentos de suas relações de trabalho na cidade de Belém, onde exerceu a função de boticário, e também de sua conturbada atuação política tanto entre os portugueses como com os governantes paraenses.

⁴⁴⁷ Jornal Treze de Maio, 17 de janeiro de 1846, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil – BNB.

⁴⁴⁸ Em estudo que desenvolvemos sobre vida material e domicílio, discutimos esses arranjos entre o público e privado no espaço doméstico. Ver: GUIMARÃES, Luiz A. V. *A Casa & As Coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*, Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2006.

⁴⁴⁹ Jornal Treze de Maio, 13 de maio de 1848, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

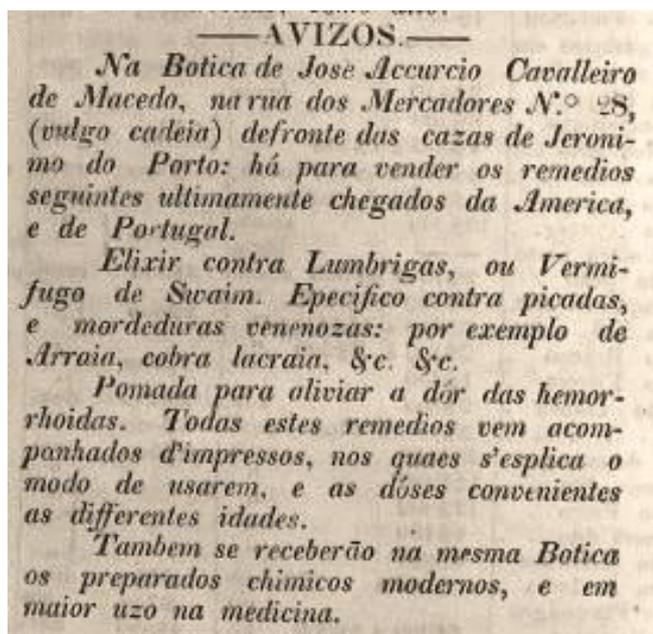
⁴⁵⁰ Jornal Treze de Maio, 30 de Março de 1854, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

⁴⁵¹ Essa discussão se apresenta com maior profundidade no capítulo III da tese.

⁴⁵² Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 164, doc. 12506. Requerimento do boticário José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, natural de Seixo de Gatões, da comarca de Coimbra, para o rei [D. João VI], solicitando passaporte para seguir viagem rumo ao Pará.

Em 1841, José Acúrcio mantinha uma botica na Rua dos Mercadores. No seu estabelecimento produzia porções de remédios, assim como comercializava remédios vindos de Portugal e dos Estados Unidos. Entre os produtos que possuía para venda encontravam-se elixires, vermífugos, pomadas contra hemorroidas, as “superiores” bichas⁴⁵³, tudo com suas orientações escritas sobre as formas e procedimentos de uso.⁴⁵⁴

Figura 16



Jornal Treze de Maio, nº 117, 5º trimestre, 7/7/1841 – Acervo da Biblioteca “Fran Paxeco” do Grêmio Literário Português do Pará.

Contudo, a notoriedade do boticário José Acúrcio não veio por seu ofício e habilidades comerciais. O seu envolvimento nas disputas políticas durante os anos de afirmação do Estado Brasileiro durante a década de 1830, quando “portugueses” e “brasileiros” se digladiavam, é que trouxe outros fragmentos da passagem desse imigrante pelas terras paraenses.

⁴⁵³ Bichas ou sanguessugas se referem a um verme anelídeo e hematófago provido de duas ventosas, muito utilizadas como terapêutica médica do Brasil oitocentista, quando a medicina ainda dava os seus primeiros passos. As bichas ou sanguessugas eram conservadas em um grande vaso de vidro, com água, e não eram alimentadas senão de vez em quando, com açúcar ou leite, a fim de que permanecessem sempre esfomeadas, prontas para sugarem o sangue quando fossem aplicadas sobre a pele do paciente previamente besuntada com açúcar. As sanguessugas eram aplicadas para extrair o “excesso” de sangue ou o sangue “envenenado”, o que era indicado para a cura de diversas doenças, assim como a sangria. Eram importadas da Europa, procedendo de Portugal, França, Itália e Hamburgo. No Brasil não havia criação em grande escala do verme. In BOTELHO, Janaína. *Vendem-se Bichas*. <http://historiadefriburgo.blogspot.com.br/2010/07/vende-se-bichas.html>.

⁴⁵⁴ Jornal Treze de Maio, 8 de julho de 1841, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Em 7 de agosto de 1831, José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, junto com Antonio José de Matos, Camilo José de Campos, Manoel Joaquim, que foi caixeiro do Fernando, Manoel Ferreira do Nascimento e Valentim José estavam entre os portugueses que deveriam ser enviados para fora da província do Pará em meio às disputas políticas que se seguiram à abdicação de D. Pedro⁴⁵⁵. Esse episódio, que havia exposto novamente portugueses que tinham se posicionado na fronteira oposta à causa “brasileira”, como foi a caso de Camilo José de Campos⁴⁵⁶, que pela segunda vez estava sendo punido com a expulsão da província, foi utilizado pelo vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa, quando se dirigiu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre a conduta “turbulenta” de José Acúrcio, em 1835.

Naquele ano de 1835, no mês de março, após os sangrentos ataques à cidade de Belém ocorridos em Janeiro⁴⁵⁷, um grupo de portugueses residentes no Pará capitaneados pelo boticário José Acúrcio Cavaleiro de Macedo resolve remeter para Lisboa a Sua Majestade Fidelíssima, por meio do vice-cônsul de Portugal no Pará, Francisco Gaudêncio da Costa, uma carta de Reclamações sobre as Providências para conter os riscos de assassínios que estavam correndo na província.⁴⁵⁸ O teor de tal documento descrito pelo boticário demonstra o “estado humilhante que ficara reduzida a nação portuguesa” em Belém durante os ataques cabanos. Descreve:

⁴⁵⁵ Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1970, p. 223.

⁴⁵⁶ Em 27 de abril de 1824, seguiram a bordo da galera “Maria” alguns negociantes e militares portugueses que tomaram parte nas disputas pós-independência no Pará, entre os quais está o capitão de milícias e negociante Camilo José de Campos. No último capítulo, iremos nos ater em reconhecer melhor sua trajetória no Pará.

⁴⁵⁷ O dia 7 de Janeiro de 1835 é considerado na historiografia consagrada à cabanagem como a data da tomada de Belém. Foi nessa época que, após invadir a cidade e libertar da prisão Félix Antonio Clemente Malcher, os revoltosos promoveram saques, invasões e mortes na cidade, cujo alvo principal eram portugueses, maçons e estrangeiros. Foi ainda durante esse ataque que foi assassinado o presidente da província, Bernardo Lobo de Souza. Esse episódio e o movimento popular da cabanagem têm sido objeto de investigação de estudiosos, como Magda Ricci, que tem concentrado esforços em escrutinar nuances diversas dos conflitos regenciais no Pará. Entre seus trabalhos, destacamos: RICCI, Magda. Nação e revolução: a cabanagem e a experiência da “brasilidade” na Amazônia (1820-1840). In CHAMBOULEYRON. Rafael e ALONSO, José Luís Ruiz-Peinado (Orgs.) *T(r)ópicos de História, gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Editora Açai/Centro de Memória da Amazônia, 2010; RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1810-1840). In DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos. *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2003. Outros estudiosos dedicaram esforços nesse sentido: DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem, a revolução popular na Amazônia*. Belém: Edições CEJUP, 1990.

⁴⁵⁸ As discussões referentes à imigração portuguesa e à Cabanagem serão abordadas no capítulo seguinte.

Infeliz, e vergonhosamente, o Pavilhão Português não merece em tais crises algum respeito, e bem longe de ele servir a alguém de abrigo, pelo contrário se alguém ousar arvorá-lo, arvoraria um sinal, que só serviria a indicar ou apontar um depósito de vítimas; entretanto os cônsules francês, inglês e americano, e quaisquer cidadão particulares, ainda os mais obscuros daquelas nações e de outras, sem excetuar os judeus, arvorando de suas janelas, as bandeiras de suas nações, tornam suas casas um asilo inviolável; eles olham com piedade o aviltamento e a objeção a que está reduzida a Nação Portuguesa neste império. Com efeito, nada mais degradante do que um cidadão português, necessitado a asilar-se do furor popular, para a casa de um judeu, ou para de um pobre francês, oficial de funileiro que foi respeitar seu baixo casebre, pondo-lhe a porta a Tricolor, nada mais lastimoso, do que V. S^a não arvorar a sua janela a Bandeira portuguesa⁴⁵⁹.

Através de seus reclamos, não deixava de fazer críticas contra a atuação de Francisco Gaudêncio à frente do consulado no Pará na defesa da nação portuguesa, pois “para fazer respeitar a sua casa lhe arvorasse o pavilhão russo, de que também é vice-cônsul, e para a segurança de sua vida, se asilasse na casa de um inglês, e ainda hoje não saia as ruas, se não ataviado com o fardamento da Rússia⁴⁶⁰”.

Não foi por acaso que o vice-cônsul lhe atribuía a condição de “homem turbulento” e que, por causa de seu “espírito”, já havia sido expulso da província em 1831. Anos mais tarde, em 1851, um ano depois de sua morte, o jornal O Planeta, na coluna “correspondências”, publicava uma carta assinada por “O observador”, que descreve alguns aspectos da vida do falecido boticário.

Descrevia o anônimo redator: José Acúrcio fora casado como dona Mariana Rosa de Macedo; quando faleceu, pouco lhe tinha ficado dos bens, além de botica com seus pertences e mobílias, que, num ato de “beneficência e caridade” de seus credores, cederam os respectivos valores em favor da viúva e dos seus filhos. Sua “pobreza” começou, segundo dizia a nota, com os episódios de 1835, pois até o ano de 1833 não tinha qualquer dívida na Praça, além de seu estabelecimento avaliado em 12 contos de réis. Até então, “estava tudo lisonjeiro, quando o gênio do mal urdiu e pôs em prática os terríveis acontecimentos que tiveram lugar nesta província em 1835”. Assevera o articulista que, “depois deste desastroso ano, não teve aquele bom pai de família e prestante cidadão, quase que um momento de prosperidade; tudo lhe saíra errado; tudo lhe faltava e neste estado vivia, quando a morte nos roubou tão preciosa existência”⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029-m0030.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Jornal O Planeta, 4 de maio de 1851, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Joaquim Augusto Ricardino e José Acúrcio tangenciaram suas trajetórias de vidas de Portugal ao Pará, onde muito provavelmente se conheceram e conviveram dividindo, por suas atividades profissionais, espaços comuns de relacionamentos, com todas as adversidades políticas impostas pelas circunstâncias do tempo. Esses dois imigrantes, que tinham em comum seus ofícios, resolveram igualmente permanecer na cidade que os acolheu, e morrer distante de suas origens. Por certo, a “pouca fortuna”⁴⁶² amealhada pelos dois imigrantes, depois do largo tempo de permanência, limitou as expectativas de retorno a Portugal.

* * *

Belém dos meados do século XIX era um dos espaços de grande fixação dos portugueses que resolviam migrar naquele período. Seu comércio e os negócios que circulavam pelas vias portuárias geravam entre os lusos atração e um dos ideais de prosperidade. Esse era um caminho para a inserção social e econômica no Pará oitocentista. De pequenos caixeiros ou lojistas, sua miragem almejava os grandes negócios de exportação de produtos locais no comércio de “grosso trato”, alcançado por poucos.

Porém, quem circulasse por Belém, vilas de Óbidos, Santarém ou Cametá, por exemplo, não deixaria de ouvir os estridentes gritos do galego aguadeiro, entrar na taberna de um “Joaquim”, cortar o cabelo na barbearia do “Manoel” ou procurar uma “mezinha” e sangrias na botica de José Acúrcio. Lusitanos tinham nas atividades comerciais urbanas um dos primeiros caminhos de seu estabelecimento nas cidades para onde migravam, mas este estava longe se ser o único meio. Outras estratégias seguiam o curso de sua permanência e inserção na sociedade.

Na seção seguinte, veremos como o casamento foi para alguns portugueses um “atalho” para a ampliação dos seus negócios e a projeção social na província paraense dos meados do século XIX.

2.5 – Casar durante as migrações

Trilhar em perspectiva os arranjos matrimoniais no curso de um processo migratório nos decênios iniciais do século XIX não se mostra uma tarefa simples. A composição de padrões

⁴⁶² Jorge Fernandes Alves, que se dedicou ao estudo dos retornados, demonstra que muitos emigrantes que permaneciam nas cidades de acolhimento refletiam, em grande parte, uma demonstração de fracasso de sua realização pessoal. Na literatura portuguesa, o imigrante que não conquistava a prosperidade, que não se tornava um “brasileiro” de torna viagem, dizia-se “mão furada”. Ver: CESAR, Guilhermino. *O “Brasileiro” na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem tipo*. Lisboa: Parreria A. M. Pereira, Lda, 1969.

matrimoniais numa fase protoestatística⁴⁶³ exige um esforço de cruzamento de fontes nominais nem sempre fácil de realizar. Contribuem ainda para amplificar as limitações de análises as intervenções político-administrativas que se deram na década de 1820, após a independência, e facultaram aos portugueses residentes a adoção do Brasil como pátria, possibilitando alguns reinóis que haviam migrado antes desse período e que possuíam interesses econômicos e familiares enraizados no país a se definirem como “brasileiros”⁴⁶⁴.

Com vistas a perceber as tramas das relações matrimoniais dos portugueses na província do Pará, detemo-nos em analisar os registros de passaportes, os autos de justificação de estado livre da Cúria, os registros de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora Santa Anna da Campina, além de levantamentos nominais produzidos pelo consulado de Portugal no Pará. Por meio dessa documentação, ocupamo-nos em perseguir os nomes de portugueses que migraram no período investigado e as alianças matrimoniais construídas na província do Pará. Observar em que medida esses enlaces contribuíram para a sua inserção social e crescimento econômico é uma questão de fundo a ser notada.

Na primeira etapa deste estudo, foi demonstrado que, dos 1.339 imigrantes portugueses que pediram passaportes para a província do Pará, declararam-se, do ponto de vista da sua situação conjugal, 170 casados, 12,6%; 756 solteiros, equivalente a 56,4% do total; como viúvos, vieram 19, o que perfazia 1,4%; e 394 não declararam seu estado.⁴⁶⁵ Observa-se que essa tendência, majoritariamente dominada pelas migrações de solteiros, condiz com uma configuração marcante para outros períodos estudados, em que as migrações eram fortemente demarcadas por serem feitas por jovens solteiros, e ainda com uma grande incidência de partida do Norte de Portugal.⁴⁶⁶ Antes de seguir alguns casos de lusitanos que constituíram casamento

⁴⁶³ Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 2000.

⁴⁶⁴ No título 2º, Artigo 6º, item IV da Constituição do Império Brasileiro de 1824, fica estabelecido que: São cidadãos brasileiros, “todos os nascidos em Portugal e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente, pela continuação da sua residência”. Ver: NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras*, vol. I, 1824: Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos – CCE/MCT, 2001, p. 80.

⁴⁶⁵ Solicitações de passaportes encontrados no AHU, Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Pará. Solicitação de Passaportes/Registros de Passaportes dos Arquivos Distritais de Viana do Castelo, Porto, Vila Real, Lisboa e Coimbra.

⁴⁶⁶ Ver: ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros”, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Câmara Municipal, 1994; SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho, NEPS, 1999; MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” de Fafe (1834-1926), Territórios, Itinerários e Trajectórias*. Braga: Universidade do Minho, NEPS, 2000.

durante sua experiência migratória, vejamos aqueles que migraram na condição de casados e as estratégias de manutenção famílias nas mobilidades.

Durante a fase do domínio colonial português, a migração de homens casados, por vezes acompanhados de suas famílias, era bem significativa entre os pedidos de passaportes ao Pará. De um universo de 372 emissões de passaportes para o período compreendido de 1800 a 1823, notamos a existência de 85 titulares migrando para a província paraense na condição de casado. No período posterior, entre 1824 e 1850, localizamos 967 pedidos de passaportes, nessa etapa havendo outros 85 registros de passaportes de lusitanos casados. As razões para essa diferença são diversas. No primeiro caso, em geral os indivíduos que vinham acompanhados de suas famílias estavam destinados a ocupar funções na administração pública e, por isso, recebiam subsídios que facilitavam o deslocamento familiar. No segundo, após a ruptura política com o Brasil, os subsídios para migrações por interesses do estado português tenderam a diminuir, tornando os deslocamentos dos imigrantes uma responsabilidade pessoal, o que dificultava ao indivíduo que buscava melhorar de vida no estrangeiro levar sua família com seus recursos.⁴⁶⁷

Um exemplo das migrações em família podemos notar no caso do músico Pedro Manuel Ardasse, de 74 anos, natural de Lisboa, que migrou de retorno do reino em 15 de outubro de 1812.⁴⁶⁸ Pelo que se pode inferir, Pedro Ardasse já possuía forte relação com o Pará, porém naquele ano resolveu viajar a Lisboa, a fim de tratar uma enfermidade que vinha sofrendo. Depois que já se mostrava restabelecido, voltava para Belém trazendo junto consigo sua esposa, Helena Inácia Joaquina, suas quatro filhas, sem indicar seus nomes, além de seu filho João Pedro Ardasse, que naquela época estava com 31 anos e já atuava como negociante matriculado na Praça do Pará. Ainda fazia parte de seu grupo familiar o criado Luiz Lomam, preto forro natural de Cacheu.⁴⁶⁹

A família Ardasse se notabilizou na sociedade paraense da primeira metade do século XIX, especialmente através da figura de João Pedro Ardasse, por sua destacada atuação como negociante da Praça mercantil do Pará, realizando através da galera “Nossa Senhora da Conceição e Minerva”, em sociedade com Domingos Gomes Rosa, viagens de negócios entre

⁴⁶⁷ Cf. ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros”, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Op. cit., pp. 184-188.

⁴⁶⁸ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 145, doc. 10982. Requerimento do negociante Pedro Manuel Ardasse para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte para se transportar com sua mulher Helena Inácia Joaquina, e suas quatro filhas solteiras e filho João Pedro Ardasse, também negociante, para a cidade de Belém do Pará.

⁴⁶⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 145, doc. 10982.

Lisboa e o Pará entre 1815 e 1822⁴⁷⁰. Ainda como negociante, aparece ao lado de Jerônimo José do Vale Guimarães, Joaquim Antonio da Silva como responsável por arrecadar recursos para a desobstrução do canal da Vila de Igarapé-Miri em 1821, que mobilizou toda a Praça de Comércio.⁴⁷¹ Não menos relevante fora a generosa oferta de seu navio para transportar 60 alqueires de farinha e víveres gratuitamente para o socorro às vítimas da seca no Ceará em 1826, digno de nota tanto na imprensa nacional como em Portugal⁴⁷².

Entretanto, os Ardasse já se faziam presentes no Pará desde finais do século XVIII. Francisco Pedro Ardasse, pai de Manoel Pedro e, por conseguinte, avô de João Pedro, desempenhou importantes cargos nas forças militares portuguesas na capitania do Grão-Pará. Em 1793, achava-se como capitão da 3ª Companhia da Tropa Ligeira Auxiliar de Belém⁴⁷³. Em 1800, após solicitar carta patente, fora promovido a capitão da 9ª Companhia de Granadeiros, o 2º Regimento de Milícias da Cidade do Pará. Finalmente em 1805, solicitava a sua reforma como sargento-mor do regimento em que atuava⁴⁷⁴.

Nessa etapa em que Estado português ainda mantinha a sua estrutura política articulada na capitania do Grão-Pará, ocorre com maior evidência uma mobilidade de indivíduos casados que se deslocam com toda a sua família, ou sozinhos e depois de certo período na terra de acolhimento tendendo a chamar para junto de si sua esposa e filhos, se tivesse. Alves observa que a migração de casados, “na hipótese de não reagrupamento familiar, ao provocar a dispersão do nó conjugal por dois espaços, encerra, desde logo, consequências negativas para a natalidade, embora seja favorável sob o ponto de vista do envio de remessas, que se tornam regulares e tendem a absorver uma grande parte das poupanças efetuadas, favorecendo o retorno posterior”⁴⁷⁵. Entretanto, os imigrantes que se dirigiam para a província do Pará, nesse período,

⁴⁷⁰ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 146, doc. 11135. Termo de Juramento do secretário da Junta de Comércio, Agricultura Fabricas e Navegação, José Acúrcio das Neves, certificando Domingos Gomes Rosa e João Pedro Ardasse, como interessados na propriedade da galera “Nossa Senhora da Conceição e Minerva”, de que é mestre Manuel Caetano de Araújo.

⁴⁷¹ Jornal O Paraense, 22 de agosto de 1822, n. XXII. In <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819301&PagFis=234&Pesq=ardasse>.

⁴⁷² Jornal Universal, 14 de junho de 1826, nº 143. In <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/Hotpage-BN.aspx?bib=706930&pagfis=567&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>.

⁴⁷³ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.103, doc. 8190. Requerimento de Francisco Pedro Ardasse para a rainha [D. Maria I], solicitando confirmação da carta patente de capitão da 3ª Companhia da Tropa Ligeira Auxiliar da cidade de Belém do Pará, por promoção de Dionísio de Freitas de Vasconcelos a capitão da 5ª Companhia de Auxiliares de Brancos do 1º Teço da cidade do Pará.

⁴⁷⁴ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.135, doc. 10263. Requerimento do capitão de Granadeiros do 2º Regimento de Milícias da cidade do Pará, Francisco Pedro Ardasse, para o príncipe regente D. João, solicitando sua reforma com o posto de sargento-mor do Regimento.

⁴⁷⁵ Cf. ALVES, Jorge Fernandes. *Ao “Brasileiros” emigração e retorno no Porto Oitocentista*: Porto: Faculdade de Letras da UP, 1993. Op. cit., 216.

aproximavam-se da segunda observação feita por este autor: “Se, porém, à partida de casados corresponder o reagrupamento familiar no país de acolhimento, então a emigração evolui, quase sempre, para definitiva, cortando-se a ligação direta com a terra de naturalidade, ainda que possam sobrar ligações afetivas e/ou comerciais”.⁴⁷⁶

Ao lado de funcionários do governo, também chegavam indivíduos com menor vínculo com o Estado, com a condição de casados acompanhados de suas famílias, ou trazendo sua esposa para junto de si, alguns dos quais eram negociantes e outros, degredados. Um caso dessa natureza era o do português José Joaquim Nunes, que em 1813 fora condenado a cinco anos de degredo no Pará, pela acusação de “contrabando”. Como este era “sumamente pobre” e casado com Maria Gertrudes, com quem tinha quatro filhos, solicitava a permissão para leva-los para a sua companhia, a fim de poder “amparar a dita família”.⁴⁷⁷

Essas migrações familiares subsidiadas pelo governo não se manteriam com o correr do tempo. Porém, naquele contexto de crise e convulsão por que passava a Europa e, em particular, a metrópole, em meio às invasões francesas e à ausência da Corte, talvez fossem tais migrações uma estratégia de refazer suas condições financeiras e a ocupação dos espaços privilegiados de trabalho nos domínios coloniais portugueses. É sintomático que, neste primeiro quadro do chamado “período joanino” e no anterior, tenha-se mostrado forte a presença de imigrantes acompanhados de suas esposas, ou depois solicitando a viagem destas para a sua companhia, quando comparado com os anos posteriores a 1825, em que predominavam as migrações de jovens e solteiros.

Considerando que o desejo de migrar não necessariamente estava associado às pretensões de construir família no local onde se estabeleciam e que, por isso, resultava em longevas situações de portugueses que morriam sem se casar, como esse conjunto de imigrantes que desembarcava em estado de solteiro na província do Pará interferiu no mercado matrimonial? Que preferências e perfis são possíveis de notar em tornos dos arranjos construídos na terra de acolhimento? Em que medida os enlacs matrimoniais serviram como um mecanismo de inserção social e ascensão econômica para o imigrante português no Pará? Entre outras, são essas questões que vamos tentar discutir a partir deste ponto.

⁴⁷⁶ Idem, p. 216.

⁴⁷⁷ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.145, doc. 10999. Requerimento de José Joaquim Nunes para o príncipe regente [D. João], solicitando licença para se fazer acompanhar pela família numa viagem com destino à província do Pará, onde irá cumprir pena de cinco anos de degredo a que foi sentenciado.

Antes de avançar na análise desse quesito, é importante ressaltar que, a respeito dos estudos de alianças matrimoniais em processos migratórios, tem havido relevantes contribuições⁴⁷⁸, que têm permitido, tanto do ponto de vista metodológico, quanto da perspectiva da investigação e tratamento de um conjunto variado de fontes nominais, refazer caminhos e estratégias de indivíduos ou grupos familiares. As possibilidades tratadas por essas investigações serão neste momento norteadoras para discutirmos os arranjos matrimoniais dos imigrantes portugueses no Pará de meados dos oitocentos.

Num esforço de construir uma perspectiva do comportamento matrimonial dos imigrantes portugueses nos meados dos oitocentos no Pará, iremos nos deter em analisar dois conjuntos de fontes principais: os registros de casamento das Paróquias de Nossa Senhora Santana realizados no período de 1824 e 1850 e Sé para os anos de 1840 a 1870, além dos Autos de Justificação de Estado Livre,⁴⁷⁹ realizados pelos portugueses que manifestavam interesse em contrair núpcias nessa província e por isso precisavam comprovar sua condição de solteiros. De forma paralela, outras documentações como os testamentos e inventários *post mortem* serão importantes nesse sentido.

Até a primeira metade do século XIX, as freguesias da Sé e da Campina formavam os espaços da cidade mais densamente povoados. Foi somente a partir de 1840, no governo de João Antonio de Miranda, com as várias iniciativas de eliminar o alagado do Piri, que a cidade de Belém passou a criar o bairro da Santíssima Trindade, que formava a parte da cidade de ocupação recente. Dessa forma, os dois bairros mais antigos da cidade abrigavam grande parte

⁴⁷⁸ Alguns pesquisadores dedicaram atenção ao estudo de família e imigração. Entre esses trabalhos, estão: SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho, 1999. Ainda da mesma autora, temos: *Amores Ilícitos e Bastardia: A família luso-brasileira em questão*. Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO, UNICAMP, 1998. Nas pesquisas regionais, alguns trabalhos tangenciaram os estudos sobre famílias de imigração, como é o caso de BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c.1870*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (dissertação de mestrado), 2004; e principalmente o trabalho realizado por Cristina Donza CANCELA em torno das temáticas família, migrações e elites. Com destaque, temos sua tese de doutoramento, que foi publicada em 2011, com o título *Casamento e Família em uma capital amazônica – Belém 1870-1920*. Belém: Editora Açáí, 2011; vinculados a essa linha de investigação, os pesquisadores do grupo de Pesquisa, RUMA – “População, Família e Migração na Amazônia” têm aprofundado vertentes das alianças familiares de imigrantes. Nesse sentido, é importante destacar o artigo de CANCELA, Cristina D. e BARROSO, Daniel S. *Imigração Portuguesa e Casamento: um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém – 1808-1920)*. In SARGES, Maria de Nazaré... [et al.]. *Entre Mares: o Brasil dos portugueses*, Belém, Ed. Paka-Tatu, 2009. Pp. 34 -41; Temos ainda a dissertação de BARROSO, Daniel Souza. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. UFPA/IFCH/PPGHIS, 2012, que dedica atenção ao casamento de imigrantes portugueses, e finalmente o artigo de TAVARES, Anndrea Caroliny da C. *A morte como Testemunho: a imigração portuguesa nos inventários post mortem (Belém – 1850-1920)*. São Paulo: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, São Pedro/SP, 24 a 28 de novembro de 2014.

⁴⁷⁹ Os livros de Registros de Casamentos das Paróquias da Sé e Santa Ana para os períodos indicados, assim como os Autos de Justificação de Estado Livre, encontram-se no acervo da Cúria Metropolitana de Belém, ACMB.

da população que se havia estabelecido em etapas iniciais da colonização. Vimos também que o bairro da Campina, onde se localizava a Igreja de Nossa Senhora Santana, era a parte da cidade que concentrava os portos de entrada de produtos pela Alfândega e as vias onde ficava a maior parte do centro comercial da cidade, com seus armazéns e lojas de venda no varejo.

Não a propósito, foi na freguesia de Nossa Senhora Santana que localizamos a maior parte de casamentos de indivíduos de origem lusa. De 948 casamentos ocorridos entre 1824 a 1850⁴⁸⁰, 102 eram noivos portugueses, ou seja, em 26 anos dos registros de casamentos ocorridos no bairro da Campina em Belém, 10,7% eram de homens de origem portuguesa. Para a mesma época, o número de noivas portuguesas que se casaram nessa mesma freguesia somava 13 matrimônios, o que correspondia a 1,3% dos matrimônios ali ocorridos.

Uma breve distribuição espacial dos registros de casamentos por distritos de Portugal⁴⁸¹, de onde partiram os indivíduos que realizavam seus matrimônios na freguesia de Santa Ana pode ser assim demonstrado:

Tabela 7

Naturalidade dos portugueses que se casaram na Paróquia de Santa Ana	
Distrito	Nº
Aveiro	1
Braga	16
Porto	24
Viseu	1
Viana do Castelo	1
Vila Real	2
Coimbra	1
Lisboa	19
Setúbal	1
Ilha dos Açores	2
Sem indicação da naturalidade	34
Total	102

Fonte: Livro de Registros de Casamento da Freguesia de Santa Ana.

⁴⁸⁰ Banco de dados produzido a partir dos Registros de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora Santa Ana da Campina, compreendendo os anos de 1824 a 1850. Agradeço imensamente a concessão desta base de dados ao grupo de Pesquisa RUMA, do qual faço parte, através de seus pesquisadores: professora Cristina Donza Cancela, Antonio Otaviano Vieira Junior e Daniel de Souza Barroso.

⁴⁸¹ Para efeito de composição deste quadro, valemo-nos da divisão administrativa proposta em 1835 que estabeleceu a criação dos Distritos portugueses.

Os números apontam uma forte presença do homem do norte de Portugal entre aqueles portugueses que realizava casamento no Pará nos meados dos oitocentos. Considerando os distritos de Aveiro, Braga, Porto, Viseu, Viana do Castelo e Vila Real, vemos que essa porção mais ao norte do território português forneceu a maior quantidade de indivíduos que se casavam no Pará. Eles somavam 45 matrimônios dos 102 enlacs de lusitanos. Na região mais ao centro, encontramos Lisboa, Coimbra e Setúbal como distritos de dispersão de noivos que se casaram na província nortista, com 21 matrimônios. Por fim, somente dois eram naturais da Ilha do Açores.

Essa distribuição reforça os padrões migratórios já observados nas emissões de passaportes para o período investigado, conforme as quais ocorria uma forte migração de indivíduos do norte português. Nesse grupo se sobressaem os noivos de Braga e Porto, de onde saía grande parte dos indivíduos que se dedicavam às atividades comerciais e negócios urbanos. Porém, não devem ser menos relevantes os 19 matrimônios de lisboetas ocorridos na freguesia de Santa Ana, revelando fortes indicativos de uma relação muito forte da província do Pará com a capital do Reino. Sigamos adiante na observação desse perfil do imigrante que se casava nessa província nortista.

Assim podemos verificar, através dos dados levantados na freguesia de Santa Ana, quanto à preferência de casamentos. Notamos que os noivos portugueses se consorciavam principalmente com mulheres paraenses. Dos 102 registros de matrimônios de noivos portugueses, observamos que 52 resolveram se consorciar com mulheres naturais do Pará, perfazendo um total de 50,2% dos matrimônios, contra 3,9% com mulheres de outras províncias, e por fim 1,9% de outras nacionalidades. Somente 6 indivíduos se casaram com mulheres portuguesas. Essas preferências se aproximam daquelas identificadas por Barroso, para o período de 1840 a 1870. Observa o autor: “entre os portugueses, as preferências pela endogamia ou a exogamia étnica variavam conforme o gênero. Os homens portugueses buscavam casar-se com mulheres nativas, enquanto as mulheres portuguesas, em menor número, procuravam seus conterrâneos para contrair núpcias”.⁴⁸²

⁴⁸² Cf. BARROSO, Daniel. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. Belém-Pará: Universidade Federal do Pará/PPHIST (Dissertação de Mestrado), 2012. p. 98.

Casamentos lusitanos, uma difícil e promissora escolha

Para os homens portugueses, o mercado matrimonial ofertava um pequeno número de mulheres lusas, cenário no qual as possibilidades de realizar um casamento com uma mulher da mesma nacionalidade eram mais restritas. Contudo, como foi observado nas pesquisas de Cancela, “muitas vezes o casamento com mulheres locais era extremamente vantajoso para esses imigrantes recém-chegados, particularmente aos comerciantes⁴⁸³”, que poderiam acessar, através de um consórcio com mulheres das famílias tradicionais, facilidades de aquisição de propriedades de terras, nos transportes de mercadorias, ou obter vantagens fiscais em seus estabelecimentos.

Essa é uma situação que podemos notar através do enlace do português Francisco Libório Fernandes, natural da cidade do Porto, proprietário de uma *taverna* na rua dos Mártires. Esse lusitano escolheu o domingo do dia 16 de janeiro de 1842 para realizar o seu casamento com a paraense Antonia de Oliveira Pantoja, residente na freguesia de Santa Ana, filha de Francisco Antonio dos Santos de Oliveira Pantoja, membro de uma das mais tradicionais famílias paraenses, os Oliveira Pantoja. Estabelecidos no Pará desde o século XVII e tendo, nas várias gerações, proprietários de terras, negociantes, religiosos e representantes no poder político no século XIX, dentre outros nomes da família está o de Amândio José de Oliveira Pantoja⁴⁸⁴.

Não se sabe se por seu mérito, ou, muito provavelmente, por influência das redes de relações a partir de então formadas com o seu casamento, Francisco Libório, de um simples taverneiro, passou em 1861 a ocupar o cargo de Inspetor de Saúde no Porto do Pará, responsável pela fiscalização e pelo controle sanitário dos navios que atracavam no porto da província.⁴⁸⁵ Como negociante da Praça, ele tinha muito interesse nesses serviços fiscais.

A exogamia, como prática dos matrimônios presente entre os homens lusitanos no Pará, implicava algumas estratégias de inserção econômica, na medida em que poderia construir alianças que permitissem vantagens materiais. Por outro lado, conforme sugere Barroso,

⁴⁸³ Cf. CANCELA, Cristina Donza e BARROSO, Daniel S. *Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia: perfil demográfico, normas e redes sociais (Belém, 1891-1920)*. História Unisinos, 15(1): 60-70, Janeiro/Abril 2011. p. 62.

⁴⁸⁴ Ver: SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. *Família, Trajetória e Poder no Grão-Pará Setecentista: Os Oliveira Pantoja*. Belém: Universidade Federal do Pará (dissertação de mestrado), 2015; e SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. *Inquisição e família: possibilidades a partir das Habilitações de Familiar do Santo Ofício*. In Revista Estudos Amazônicos, vol. IX, nº 1 (2013), p. 101.

⁴⁸⁵ Jornal Treze de Maio, 21 de agosto de 1861. Acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

especialmente na primeira metade do século XIX, durante o período de forte hostilidade aos lusos, parece “ter sido uma estratégia adotada pelos migrantes portugueses, com a finalidade de diluírem-se na sociedade local, provavelmente afastando-se, pelo menos em termos, do estigma associado à origem lusitana naquele período”.⁴⁸⁶

Se, por um lado, os noivos portugueses constituíam matrimônio com as mulheres brasileiras, com destacada maioria de noivas paraenses, por outro lado as noivas portuguesas mantiveram um alto grau de endogamia, quanto a suas nacionalidades. Dos 13 casamentos ocorridos na freguesia de Santa Ana cujas noivas eram portuguesas, 9 se casaram com um homem da mesma nacionalidade, 3 delas se consorciaram com homens brasileiros, naturais do Pará, e uma realizou o seu casamento com um francês.

Essa tendência revela as limitadas chances de escolha das mulheres portuguesas dentro de um mercado matrimonial demarcado por redes de relações excludentes. O círculo de interação das mulheres parece ser muito menor do que aquele estabelecido pelos homens. Por outro lado, a oferta de nacionais era muito superior à de mulheres, que se encontravam em menor número. Mesmo considerando esses fatores como favoráveis à endogamia nos casamentos das mulheres portuguesas, é importante considerar que, através dos enlaces matrimoniais, famílias portuguesas não somente consolidavam suas posições na sociedade, como também ampliavam as possibilidades de riqueza.⁴⁸⁷

Joaquim Francisco Danim, importante negociante português estabelecido no Pará, com casas de comércio no centro, em 1849 estava na lista dos “súditos portugueses e brasileiros adoptivos, estabelecido no Pará que estão no caso de possuírem mais de 50:000\$000 de capital, propriedades, numerário ou em suas transações comerciais”,⁴⁸⁸ coligida pelo consulado de Portugal. Concedia a mão de sua filha Leopoldina Aurélia Danim ao português José da Silva Veiga, natural do Porto, filho de Jerônimo José da Silva Veiga. Este nacional, ao que consta também negociante, era em 1859 possuidor de nada menos que 10 propriedades de casas na cidade de Belém.⁴⁸⁹

⁴⁸⁶ Cf. BARROSO, Daniel Souza. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. UFPA/IFCH/PPGHIS, 2012, p. 74.

⁴⁸⁷ Ver: CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma capital Amazônica*. Op. cit.

⁴⁸⁸ Consulado de Portugal no Pará, Correspondências Consulares – Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa – Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE. Cx. 524, ano 1843-1856.

⁴⁸⁹ Lançamento da cobrança das Décimas dos Prédios Urbanos de Belém no corrente ano de 1869, publicado no Jornal Diário de Belém, 18 de fevereiro de 1869.

Entretanto, entre os portugueses é bem relevante assinalar, conforme o fora nas análises de Truzzi⁴⁹⁰, a tendência a chamada “endogamia oculta”, especialmente num período de “identidades negociadas”⁴⁹¹, em que as intervenções políticas levaram a uma “*estratégica naturalização*” dos portugueses residentes no Pará, após a independência do Brasil. Temos, portanto, nessa fase “brasileiros adotivos” que, em função dos muitos interesses que possuíam na região, utilizaram-se desse artifício para manter sua posição econômica na sociedade. Robert Rowland assim definiu essa situação:

Neste contexto, ser português ou ser brasileiro era construções políticas que refletiam interesses e projetos sociais e econômicos mais amplos, e, ao contrário do que pressupunha a historiografia nacionalista tradicional, essas identidades não eram nem dadas de antemão, nem determinadas pela naturalidade de cada um⁴⁹².

Um desses casos é o matrimônio do português Joaquim Roberto da Silva, natural de Ilha Terceira, nos Açores, morador de Lisboa, com a brasileira Emília Augusta Machado, ocorrido em 8 de agosto de 1847.⁴⁹³ Essa união aparentemente exogâmica, na verdade, consolida uma relação de negócios entre o noivo e o seu sogro Antonio José Machado, também português, natural da freguesia de São Tiago do Ronfe, termo da vila de Guimarães, arcebispado de Braga. A trajetória do pai da noiva no Pará começa nos anos de 1820, como sargento de milícias no Rio Negro e na cidade de Belém; depois se tornou um dos grandes negociantes e consignatários de navios entre o Pará e Portugal.⁴⁹⁴ Por seu turno, Joaquim Roberto da Silva era capitão dos navios “Nova Diana” e “Ligeiro”, que faziam a rota de Lisboa ao Pará, desde 1837, onde compartilhavam negócios e interesses econômicos.

Antonio José Machado se naturalizou brasileiro, após ter sido expulso da província em 1824, junto com outros militares e negociantes acusados de provocarem a instabilidade política

⁴⁹⁰ É interessante considerar essa característica nos comportamentos matrimoniais de indivíduos da mesma ascendência nacional, que, mesmo enraizados numa dada região, mantêm ligações entre si, daí ser uma “endogamia oculta”. O aprofundamento dessa questão pode ser visto em: TRUZZI, Oswaldo Mário S. *Pautas matrimoniais na economia cafeeira paulista: São Carlos, 1860-1930*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010, Caxambu/MG. Anais Caxambu/MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010. 21 p.; e na dissertação de mestrado de BARROSO, Daniel S. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. UFPA/IFCH/PPGHIS, 2012. Op. cit., p. 74.

⁴⁹¹ Cf. ALMEIDA, Carina Santos de. *Identidades Negociadas, a narrativa de Memória e História de jovens herdeiros da imigração em busca da (des) territorialização*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

⁴⁹² Cf. ROWLAND, Robert. A Sombra da Corte: representações do povo no Brasil oitocentista. In SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina D. *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. Oikos Editora/Editora UNISINOS, São Leopoldo, 2008, pp. 15-36.

⁴⁹³ Registros de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora Santa Ana. Casamento de Joaquim Roberto da Silva e Emília Augusta Machado, 1847. ACMB.

⁴⁹⁴ No capítulo IV desta tese, aprofundamos mais a trajetória da vida de Antonio José Machado.

e por ocuparem postos importantes da administração pública da província. Depois desse episódio, Machado, em função dos muitos interesses que possuía na cidade, resolveu adotar o Brasil como pátria. Mesmo que em seu testamento não faça referência alguma a respeito de sua naturalização, nos registros consulares Antonio aparece como brasileiro adotivo.⁴⁹⁵

A união do português Joaquim Roberto da Silva com a paraense Emília Augusta Machado consolidava relações mercantis que interessavam tanto aos negócios do sogro português, como ao genro lusitano capitão de navio mercante, e não a propósito, menos de três anos após o casamento entre Joaquim e Emília, Antonio José Machado veio a falecer na cidade do Porto. Nessa época, Joaquim não somente tomou a frente dos negócios de seu finado sogro, como também foi deixado no testamento deste, que o nomeava tutor de sua filha Mariana Jacinta Machado.⁴⁹⁶

Entre os matrimônios de lusitanos ocorridos na freguesia de Santa Ana nos meados dos oitocentos, chamou-nos atenção a data escolhida para a celebração do casamento de dois portugueses realizados no ano de 1835, em plena efervescência do movimento cabano. No dia 28 de fevereiro de 1835, o vice-cônsul de Portugal no Pará, Francisco Gaudêncio da Costa, fazia queixas ao presidente da província Francisco Antonio Vinagre “pelas arbitrariedades e violências praticadas pelo ex-presidente Felix Clemente Malcher, que levou ao ataque dos infelizes portugueses nos dias 19, 20 e 21 daquele mês”⁴⁹⁷. Nesses dias, além do presidente Félix Malcher, foram assassinados 12 portugueses, quando tentavam fugir do Forte do Castelo, onde se refugiavam contra o ataque dos revoltosos.

Foi, portanto, ainda nesse clima que no sábado, dia 28 de fevereiro, compareceram à igreja de Nossa Senhora Santa Ana o português José Maria do Couto e a paraense natural da freguesia do Acará, Maria Luiza de Oliveira Rodrigues, para a realização de seu casamento. Para ambos os noivos não é informada a filiação; sabe-se que serviram como testemunhas Félix Pereira da Cunha e Queiroz e Caetano Ribeiro Henriques.⁴⁹⁸ Não menos significativo foi o consórcio realizado pelo portuense Álvaro Pinto da Ponte Sousa com a viúva de Hipólito José de Araújo, Maria Joaquina Pereira de Araújo, ocorrido no dia 8 de julho de 1835, um mês antes do segundo grande ataque realizado pelos cabanos à capital, que iniciou no dia 14 do mês de

⁴⁹⁵ Consulado de Portugal no Pará, Correspondências Consulares – Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa – Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE. Cx. 524, ano 1849. “Relação dos Subditos Portugueses e Brasileiros adoptivos estabelecidos no Pará que estão no caso de possuírem para mais de 50:000\$000 de capital, propriedades, numerário ou em giro nas suas transações comerciais”.

⁴⁹⁶ Testamento de Antonio José Machado, CMA, ano 1850.

⁴⁹⁷ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029- m0037.

⁴⁹⁸ Base de Dados produzida a partir dos livros de registros de Casamento da Freguesia de Santa Ana – RUMA.

agosto. O clima de tensão não parece ter comprometido a realização do enlace do advogado Álvaro Pinto, realizado na Igreja de Santa Ana da Campina, em que serviram de testemunhas o vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa e dona Joaquina Ribeiro de Lemos.⁴⁹⁹

Esses matrimônios dos quais participavam portugueses não pretendem minimizar o radicalismo e as tensões vividas pelos lusos no Pará no tempo do movimento cabano. Eles ilustram que, apesar da situação conflituosa estabelecida naquela região, portugueses conseguiam *negociar* espaços de convivência. É certo que Álvaro Pinto da Ponte e Sousa sobreviveu aos ataques dos cabanos, pois localizamos notícias a seu respeito atuando com Procurador público junto ao Tribunal de Justiça em 1853⁵⁰⁰, tendo ainda feito parte da mesa da Irmandade de Santo Cristo em 1883⁵⁰¹.

Outras fontes documentais nos forneceram informações a respeito dos registros matrimoniais dos portugueses. Uma delas são Autos de justificações de Estado livre. Essa documentação é extremamente rica para o estudo das trajetórias de vida⁵⁰², porque, ao tentar provar seu estado de desimpedimento na paróquia onde pretendiam realizar seu casamento, os estrangeiros e, nesse caso, o imigrante português, recuperavam, através de sua declaração ao pároco, dados sobre sua identidade, naturalidade, filiação, ofício, tudo isto depois atestado por três testemunhas com idoneidade suficiente para serem aceitas as declarações.

Através desse tipo de documentação, pudemos acompanhar alguns arranjos matrimoniais de portugueses realizados na província do Pará. Vejamos o caso de Antônio Fernandes, um marinheiro português que no dia 15 de janeiro de 1820 manifestava interesse de casar com Vitorina Antonia. Ela era natural do Pará, filha legítima de Nazário José dos Santos e sua mulher Maria Felícia, todos residentes na cidade de Belém.

Já Antônio Fernandes fez um percurso muito sinuoso, se assim se pode dizer, até resolver dirigir-se para Belém do Pará. De acordo com seu relato diante do Reverendo Romualdo Antonio de Seixas, “declarou que era filho de Manoel Fernandes e de sua mulher Tereza Maria, natural da vila de Nossa Senhora da Madre de Deus, Arcebispado de Braga, de onde embarcou com a idade de 10 anos para o Rio de Janeiro. Depois de uma breve permanência

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ Jornal Treze de Maio, 3 de Dezembro de 1853. Acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

⁵⁰¹ Jornal Diário de Notícias, 13 de agosto de 1883. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

⁵⁰² A respeito dos Autos de Justificação de Estado Livre, é interessante consultar esta dissertação de mestrado que tomou como base documental esse tipo de fonte: Cf. FREITAS, Denize Terezinha de L. *O casamento na Freguesia de Madre Deus de Porto Alegre: a população Livre e suas relações matrimoniais*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

retornou à Terra [Portugal], tornou a ir para o mesmo Rio [de Janeiro], de onde foi para a Índia, e depois de voltar ao Rio, tornava a embarcar para a Costa de Leste, e voltando veio para esta cidade de Belém. Onde se acha a três meses e que não teve residência fixa em parte alguma, por andar sempre no mar e que até a presente idade de dezesseis em que está se tem conservado solteiro”⁵⁰³.

A forma tão singular como o arranjo desse casamento se processou é tão surpreendente quanto o tortuoso caminho que seguiu este português, até se encontrar em Belém. A instável permanência do jovem marinheiro português Antonio Fernandes, de 16 anos, por *sempre ter andado no mar*, não o impediu de, no curto prazo de três meses, ter encontrado uma mulher que tenha aceitado as proposições de contrair matrimônio. Como se deu esse encontro não é possível conhecer através da documentação, nem tampouco se, depois de casados, permaneceram morando em Belém. Entretanto, é interessante notar que, apesar caráter móvel da vida do marinheiro português, há uma rede de solidariedade a fim de justificar o seu livre desimpedimento, para que seu intento seja levado a cabo.

* * *

Observar a trajetória dos imigrantes portugueses a partir da perspectiva das alianças matrimoniais nos permitiu perceber um importante mecanismo de inserção social e possibilidade de ascensão econômica. A preferência de casamento dos imigrantes portugueses com mulheres naturais do Pará pode estar ligada à limitada oferta de mulheres portuguesas no mercado matrimonial paraense, porém essas relações poderiam estar ligadas aos interesses que esses negociantes portugueses poderiam obter.

Estratégias exogâmicas de casamento entre homens portugueses com noivas paraenses, para além da inserção econômica na sociedade, também poderia servir como um meio de atenuar o ódio ao lusitano. Através do matrimônio com mulheres de famílias locais, poderia haver uma “uma estratégia adotada pelos migrantes portugueses com a finalidade de diluírem-se na sociedade local, provavelmente afastando-se, pelo menos em termos, do estigma associado à origem lusitana naquele período”.⁵⁰⁴ Essa possibilidade, ainda que muito pertinente, especialmente para o período entre os anos de 1820 e 1840, não é fácil de identificar num tempo

⁵⁰³ Auto de Justificação de Estado Livre de Antonio Fernandes. Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém, Cx. de Justificações avulsas, 1820.

⁵⁰⁴ Ver: BARROSO, Daniel S. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. UFPA/IFCH/PPGHIS, 2012. Op. cit., p. 74.

de identidades nacionais fluidas e de ódios incontidos contra os lusitanos. Uma análise de fontes mais detida talvez pudesse certificar tal possibilidade, por enquanto, não temos evidências.

Da inserção social dos portugueses através dos casamentos, vejamos agora algumas iniciativas construídas pelos lusitanos no sentido de reunir interesses comuns através das associações ou práticas de filantropia no início dos oitocentos.

2.6 – Filantropia e benemerência

Formalmente as Associações Portuguesas surgiram no Pará na segunda metade do século XIX. Segundo Eugênio Leitão de Brito, a primeira Associação portuguesa criada foi a Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente, fundada em 8 de outubro de 1854⁵⁰⁵, depois da qual foi criado, em 29 de setembro de 1867, o Grêmio Literário e Recreativo Português, que surgia com o “intuito de se congregarem [os emigrantes portugueses] para matarem a saudade da Pátria e do lar, ou de se precaverem tendo onde se recolher em caso de doença, e ainda com a vontade de se elevarem pelo estudo”, tendo, assim, resolvido “fundar as associações recreativas, de beneficência e os gabinetes de leitura⁵⁰⁶”. Já no final do século XIX era criada a Associação Vasco da Gama, com a finalidade de “prestar socorros mútuos, inclusive, consultas médicas e internamentos hospitalares”, tendo sido, “mais tarde [...] criado o pecúlio às famílias dos associados falecidos⁵⁰⁷”. Ao longo do século XX, outras associações esportivas ainda aparecem como espaços criados pela comunidade luso-brasileira.

Mesmo distante do formalismo das instituições associativas e filantrópicas do final do século XIX, percebemos que os portugueses mantinham formas de inserção social e práticas de benemerências que, ao mesmo tempo em que visavam socorrer seus patrícios em determinadas necessidades, também representavam uma espécie de *atalho* para o acesso às mercês, que representavam importantes signos de distinção social.

Uma dessas ações filantrópicas ocorreu no ano de 1826, quando cerca de 150 portugueses, brasileiros adotivos e paraenses levantavam uma subscrição para socorrer os habitantes da província do Ceará, que padeciam com os problemas da seca. Entre os colaboradores dessa subscrição, estavam Miguel de Souza Machado, irmão de Lúcio de Souza

⁵⁰⁵ Ver: BRITO, Eugênio Leitão. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém/PA: Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará, 2000.

⁵⁰⁶ Cf. BRITO, Eugênio Leitão. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém/PA: Gráfica Santo Antonio, 1994, p. 17.

⁵⁰⁷ Ver: BRITO, Eugênio Leitão. Op. cit., 2000, p. 51.

Machado, Luiz Francisco Colares, Lourenço Antonio Ricardino, Antonio Correa de Lacerda, entre outros. Foi nesse episódio que o negociante João Pedro Ardasse “oferecia gratuitamente o seu navio para conduzir o socorro que do Pará se enviava para o Ceará, composto de mais de 60 alqueires de farinha e víveres, aos coirmãos necessitados⁵⁰⁸”.

Não menos destacado foi o envolvimento dos portugueses residentes no Pará em relação à “reemigração” de lusitanos residentes no Maranhão que pretendiam deslocar-se daquela cidade para Moçâmedes⁵⁰⁹, em Angola, em 22 de junho de 1839. O processo de transferência de portugueses do Brasil para a possessão portuguesa na África fazia parte de uma estratégia do governo português, por meio do ministério de Sá Bandeira, em redirecionar os portugueses que eram recrutados como “escravos brancos” e que por isso padeciam no Brasil em situação desfavorável. O governo então resolvia facultar passagens e mais subsídios de viagens para quem manifestasse tal interesse. Isso ficava bem evidenciado numa portaria enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao consulado do Pará em 6 de novembro de 1838, na qual informava:

Tendo sido presente a sua majestade, a rainha, que se achavam em estado de extrema miséria muitos portugueses que, nestes últimos tempos, abandonando seus lares, têm emigrado para esse país, seduzidos por agentes interessados, que abusando da sua ignorância e credulidade, lhes têm feito promessas de que iam encontrar grandes felicidades; e desejando a mesma augusta senhora melhorar a sorte daqueles infelizes, iludidos pela má-fé, e desumanidade: é servida ordenar, que vossa mercê ajuste a passagem para Angola, de todos os portugueses existentes no distrito desse consulado geral, que achando-se faltos de meios, queiram ir estabelecer-se naquela província, a cujo governador geral vossa mercê os recomendará, sacando pela despesa que fizer, sobre a Junta da Fazenda da mesma província; para o que ficam já passadas, pelo Ministério da Marinha, as necessárias instruções, a fim de que a sobredita Junta satisfaça aos saques que vossa mercê houver de fazer com a mencionada passagem, e o governador-geral dê toda a protecção aos indivíduos, concedendo àqueles que o requerem, e na forma das leis, terrenos que possam cultivar, facultando-lhes, no primeiro ano, sementes, algumas ferragens de agricultura, e o necessário sustento. Deus guarde a vossa mercê⁵¹⁰.

Diante dessas circunstâncias, o negociante maranhense Antonio Pinto Ferreira Viana havia feito o contrato para transplantar de 80 a 90 lusos daquela província para Angola através

⁵⁰⁸ Em 1824 e 1826, a província do Ceará sofreu duramente com uma grande seca, que exigiu esforços de vários governos em socorro às vítimas desse problema climático. É relevante que os paraenses se tenham mobilizado em prestar auxílio nessa época, em que não era menos desfavorável a situação econômica da província. *Jornal Universal*, ano 1825-1845. In Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil - BNB.

⁵⁰⁹ Moçâmedes, hoje, corresponde à cidade de Namibe, em Angola.

⁵¹⁰ Portaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Transporte de emigrantes portugueses do Brasil para Angola, de 6 de novembro de 1838. In SOUSA, Fernando. *Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*. Especialmente os anexos de Fontes para o Estudo da Emigração Portuguesa para o Brasil (1835-1843). Op. cit., p. 113.

do brigue escuna “Amália”, de sua propriedade⁵¹¹. O cônsul do Pará, ao saber dessa viagem, resolveu solicitar ao vice-cônsul da capitania do Maranhão que, antes de seguir viagem para seu destino na África, deslocasse-se até o Pará a fim de embarcar outros portugueses que igualmente haviam manifestado interesse de se deslocar para aquela cidade.

Entretanto, quando chegou a Belém em 27 de junho 1839, o brigue escuna Amália, foi considerado pelo cônsul de “extrema falta de capacidade de transportar os colonos portugueses que se destinavam a África”⁵¹², porque vinha com 84 passageiros. Assim, por solicitação do cônsul paraense, foi feita uma avaliação de sua capacidade pelos capitães de navios Joaquim Roberto da Silva, Francisco Joaquim da Silva e outros, segundo a qual “foi constatado que essa embarcação não podia transportar mais do que 40 pessoas sem que se deixe ir em aperto”, por isso foi ordenado que os passageiros desembarcassem na capital paraense, não sendo autorizada a continuidade da viagem.

O desembarque desses passageiros resultava em um custo de 1:200\$000 réis para o pagamento de alojamento e alimentação dos súditos portugueses vindos do Maranhão que desembarcaram no Pará. Com o intuito de apreciar a situação, o cônsul reuniu, em sua residência, “respeitáveis cidadãos portugueses” do Pará a fim de deliberar sobre a permanência desses lusitanos na cidade de Belém e, depois, decidir sobre formas de encaminhar até o destino os mesmos passageiros. Estavam presentes: Lúcio de Sousa Machado, Antonio Manoel Sepeda, negociantes; João Gonçalves Correa, tenente da Armada Portuguesa, José Acúrcio Cavaleiro de Macedo⁵¹³, entre outros.

Mesmo sendo os custos dessa ação de competência do governo português, o socorro imediato aos lusos desembarcados foi realizado pelo consulado com o decisivo apoio de alguns notáveis da terra.

Porém, foi durante os episódios relacionados aos ataques cabanos que alguns “filantropos” se apresentaram como benfeitores dos portugueses residentes no Pará e que, para tanto, requeriam anos mais tarde, junto ao governo luso, mercês por sua ação. Um deles foi o cidadão Vicente Antonio de Miranda, filho de outro do mesmo nome, que remetia em 8 de maio de 1849 um ofício para levar ao conhecimento de Sua Majestade que “ele fez a bem dos portugueses residentes nesta Província, nos tempos calamitoso, em que eles estiveram a ser

⁵¹¹ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029-m0214.

⁵¹² DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029-m0237-0238.

⁵¹³ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0029-m0379.

vítimas das crueldades dos rebeldes que aqui se insurgiram contra o seu próprio governo e contra todas as leis divinas e humanas”.⁵¹⁴

Segue ainda mostrando que, pelas virtudes de seu ato, fora agraciado pelo Imperador do Brasil com a “Honrosa insígnia de Oficial da Ordem da Rosa” e que, pelos mesmos serviços prestados, pensa “que igualmente é digno da alta contemplação e Munificência de Sua Majestade Fidelíssima, sempre solícita em honrar os beneméritos pela salvação de seus súditos fiéis se prestam, e ai se arriscam, como fez o dito cidadão”⁵¹⁵. Em 20 de novembro daquele mesmo ano de 1849, o cônsul Fernando José da Silva recebia o “Diploma com que Sua Majestade Fidelíssima, foi servida condecorar a Vicente Antonio de Miranda com a Comenda da Ordem de Cristo”⁵¹⁶.

Em semelhante caso, solicitava o negociante José Bento da Silva, cujo argumento também vinha do socorro prestado por este durante as rebeliões de 1835, em “sacrificar a sua pessoa e fazenda em auxílio as Tropas Legais, e do governo do Imperador do Brasil”, que, por seus “mesquinhos serviços”, houve por bem o mesmo senhor D. Pedro “remunera-lo com a mercê de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa”⁵¹⁷. Para tanto, solicitava de Sua Majestade a permissão para poder usar a insígnia com que foi agraciado e que se levasse em consideração “um fato e seu rigoroso dever, salvando com risco de sua vida a de um soldado português da guarnição da Corveta Elisa, estacionada no porto do Pará na horrorosa época”⁵¹⁸. No dia 21 de março do ano seguinte, chegava o comunicado de que o negociante português José Bento da Silva era agraciado com a Comenda do Hábito de Cristo.

Para além da conquista material, as representações simbólicas como as distinções eram objeto de desejo do imigrante bem sucedido. Ao estudar os “Brasileiros” de Fafe, Miguel Monteiro nos permite perceber as transformações geradas pela injeção de capitais vindos pelas remessas enviadas do Brasil, recursos estes que foram importantes na redefinição da paisagem arquitetônica das pequenas vilas rurais do norte. Como agentes dessas transformações, estão os “brasileiros”, portugueses que, após longas permanências no Brasil, traziam consigo grandes

⁵¹⁴ Correspondência do Consulado de Portugal no Pará, ano 1849. Doc. 127. Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa – Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 524, ano 1843-1856.

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ Correspondência do Consulado de Portugal no Pará, ano 1849. Doc. 136. Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa – Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 524, ano 1843-1856.

⁵¹⁷ Correspondência do Consulado de Portugal no Pará, ano 1849. Doc. 140. Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa – Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 524, ano 1843-1856.

⁵¹⁸ Idem.

cabedais e títulos de reconhecimento por suas ações filantrópicas, no auxílio aos pobres desvalidos, construções de escolas, reformas ou construção de hospitais.⁵¹⁹

No Pará, o reconhecimento público e a aquisição de títulos de distinção social representavam uma demonstração de realização pessoal. Em alguns casos, a filantropia se constituía como uma prática no leito de morte, quando o imigrante, já reconhecendo que seu fim estava próximo, e em não tendo constituído família e herdeiros forçados, fazia concessões às instituições de caridade.

Lúcio de Souza Machado, ao falecer em 1876, declarava em seu testamento que deixava à Santa Casa de Misericórdia de Salvaterra dos Magos em Portugal um conto de réis a ser pago de uma só vez. Deixava 300\$000 réis ao Hospital dos Lázaros para ser empregado no melhoramento do seu prédio no Tucunduba, em Belém do Pará. É interessante notar que, mesmo estabelecido por longos anos na capital paraense, onde faleceu e foi sepultado no cemitério de Nossa Senhora da Soledade, seus laços com a terra de origem se faziam através da esmola deixada para a Santa Casa de Salvaterra, em Portugal. João José Reis, estudando os ritos fúnebres no Brasil oitocentista, demonstra os compromissos do morto com as relações sociais construídas ao longo de sua vida, bem como a necessidade de saldar suas promessas antes de partir para o outro lado, sob pena de comprometer a sua salvação.⁵²⁰

Mesmo sem terem sido criadas com a finalidade de promover ou favorecer a comunidade portuguesa, é interessante salientar a forte atuação de influentes negociantes portugueses na fundação de dois organismos de caráter comercial nos primeiros decênios do século XIX, nos quais um grupo representativo de lusos se fazia presente.

O primeiro deles é a fundação da Praça do Comércio do Pará, ocorrida em 1819. Com base na Praça de Comércio da Bahia, foi criada em conformidade com as solicitações de vários negociantes, pelo Conde de Vila Flor, com o interesse de animar e organizar as atividades comerciais ali praticadas.

De acordo com Ernesto Cruz, descrevendo o significado que essa iniciativa despertou nos homens de negócios de Belém, diz:

“A ideia do Conde obteve grande repercussão no seio do comércio. A sua iniciativa despertou no comerciante [português] Joaquim Francisco Danin o desejo de colaborar em proveito da laboriosa classe a que pertencia. No seu próprio estabelecimento comercial, situado na atual rua 13 de Maio, anteriormente chamada de Paixão e

⁵¹⁹ Ver: MONTEIRO. Miguel. *Fafe dos Brasileiros (1860-1930): perspectiva histórica e patrimonial*. Fafe, 1991.

⁵²⁰ Cf. REIS. João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e Revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Formosa, esquina com a travessa 7 de Setembro, antes conhecida com o nome de Pelourinho, reuniu os demais comerciantes que desde logo aderiram a tão importante iniciativa.”⁵²¹

Em 3 de abril de 1819, era inaugurada solenemente esse organismo, que tinha entre outros propósitos coordenar e organizar a Praça do Comércio, já que, segundo o Conde Vila Flor em seu discurso, “as condições da classe comercial e dos fatores das nossas primeiras indústrias eram irregularíssimas, senão precária, o atropelo no embarcamento dos produtos, reinava a odiosidade entre os importadores, tornava-se imprescindível uma medida administrativa que precavesse a igualdade de direito entre todos os mercadores⁵²²”.

Essa associação de caráter mercantil, poucos anos antes do processo de ruptura política, sofria grande influência dos negociantes portugueses e não conseguiu resistir aos fortes impactos gerados pelos conflitos antilusitanos, sendo desfeita durante o movimento cabano e retomando sua organização somente no ano de 1864, também com grande participação de outros homens de negócios lusos.

Não menos interessante foi a tentativa da comissão composta por Manoel Gonçalves Pinto, João Antonio Correia de Bulhão, Joaquim Antonio da Silva, João Lourenço Tanger, Francisco Marques d’Elvas Portugal e João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, negociantes e políticos do Pará, quando, em 9 de janeiro de 1829, encaminharam um projeto ao Barão de Bagé, ministro de D. Pedro I, com o intuito de criar a “Sociedade de Agricultura, comércio, colonização e indústria Paraense”. O propósito de seus membros fica expresso no projeto, ao informar que a “fundação da sociedade, é sem dúvida da mais possível utilidade, primeiro, porque vai pôr em andamento a grande máquina de objetos interessantes, alguns dos quais as divididas forças, e os poucos capitais do Brasil ainda não tem podido mover nem adiantar⁵²³”.

Segue o projeto visando, através de uma aproximação dos interesses “nacionais”, estimular os setores da atividade agrícola do Pará. Não se sabe se essa ideia foi levada a cabo, pois, semelhante à Praça de Comércio do Pará, que teve sua interrupção com a cabanagem, essa associação não parece ter tido sorte diferente, inclusive com sacrifícios bem mais dramáticos,

⁵²¹ Cf. CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. Centenário de sua Fundação 1864-1964, Belém, 1964.

⁵²² Idem.

⁵²³ Cf. SILVA, Inácio Acioli Cerqueira. *Corografia Paraense ou a descrição física, histórica e política da Província do Grão-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833. P. 156.

pois um dos postulantes desse projeto, João Lourenço Tanger, estava entre as vítimas do primeiro ataque feito pelos cabanos à capital em 7 de janeiro de 1835.

Essas iniciativas demonstram estratégias de organização e atuação de espaços onde os portugueses acabavam tendo forte influência, menos como um órgão de mútua ajuda, porém não desprovido de interesses de grupo.

* * *

Neste capítulo, procuramos demonstrar as mais variadas formas de inserção dos imigrantes portugueses na sociedade de acolhimento. Partimos do princípio de que a imigração portuguesa, por sua característica de *fluxo contínuo*, não começa com esse grupo de indivíduos que circularam nos primeiros decênios do século XIX, porém foi através deste que a feição de imigração ganhou novos sentidos, tanto da perspectiva legal, com a regularização e controle de circulação deste, tanto a partir de suas origens como nas cidades para onde se dirigiam. Porém, é no estatuto do português que assistimos às intervenções institucionais, quando passa a ser tratado, a partir da legislação brasileira, como estrangeiro no país, ainda que de forma prática isso não tenha sido de fato assimilado totalmente.

Vimos que uma grande maioria de portugueses que se dirigiram para o Pará se notabilizará como profissionais dedicados especialmente às atividades comerciais. Seja no topo da hierarquia como negociantes de grosso trato, seja em pequenos comércios e lojas de venda no varejo, os lusos ocupavam espaços significativos na cidade de Belém, cujas principais vias eram fortemente dominadas pelas casas comerciais de portugueses.

Detivemo-nos em construir um perfil do imigrante português quanto a suas preferências matrimoniais. Notamos que os homens portugueses formalizaram casamentos com mulheres nacionais, em alguns casos como forma estratégica de crescimento econômico e acesso a propriedades, o que lhes permitia alcançar distinção social como dono de terras e escravos⁵²⁴. Por outro lado, as noivas portuguesas, em menor número, tendiam a se relacionar com seus patrícios com maior frequência.

Finalmente, percebemos que através da filantropia alguns imigrantes portugueses conseguiam amealhar formas de distinção social por meio das mercês, através das quais ganhavam espaço dentro das relações sociais oitocentistas, pois representavam importantes conquistas e projeção no meio da sociedade. Ainda nesse sentido, é relevante destacar algumas

⁵²⁴ Ver: FRAGOSO, João. *Mercadores e Negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XIX)*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 99-127, 2002. Editora UFPR.

formas de inserção social através da criação da Praça de Comércio do Pará em 1819, quando importantes negociantes portugueses se mostraram muito atuantes nesse setor, além da tentativa de criar a “Sociedade de Agricultura, comércio, colonização e indústria Paraense”, em 1829, que possivelmente não obteve sucesso em função do clima adverso vivido na província nessa época, que culminou com o movimento cabano.

Capítulo 3

3. TEMPOS DIFÍCEIS: A VOLTA DOS QUE PARTIRAM

Em 27 de abril de 1824, chegavam ao porto de Lisboa 206 portugueses deportados na galera “Maria”, sobre os quais recaía a acusação de serem “opositores da causa da Nação brasileira”. Segundo a Junta Provisória de Governo da Província do Pará, eles ocupavam na cidade paraense os mais importantes espaços nos quadros de comando militar e na burocracia do Estado. Isso impedia a consolidação do regime adotado na província.

Durante a viagem, a bordo da embarcação que os levava ao seu destino, esses homens e mulheres proscritos da terra nortista escreveram uma missiva com o intuito de relatar *oficialmente* os acontecimentos decorridos naquela “infeliz época”, isso porque os naturais do país “levantaram grito da independência tomando por divisa – Guerra ao Reino de Portugal”. Esses fatos deram motivo à expulsão de todos os europeus residentes naquela capitania, “ficando apenas aqueles que tornando algum interesse no seu novo sistema souberam merecer um transparente agasalho⁵²⁵” no novo governo. Quanto aos súditos, “se praticaram as maiores aleivosias, despojando-os de seus bens, casas e famílias por suspeitas de pouca aderência a causa do Brasil”.⁵²⁶

Os relatos expostos nessa carta fazem referência aos episódios que decorreram logo após a “adesão” do Pará à independência. Trata-se das rivalidades entre “brasileiros” e “portugueses” na afirmação da nova ordem política pós 1823, quando a província paraense foi forçada a se submeter à ordem do Império do Brasil. O contexto dessa nova arquitetura política provocou para as populações lusitanas fricções e movimentos, nem sempre discutidos a partir da perspectiva das mobilidades populacionais na Amazônia, para a qual pretendemos chamar a atenção.

Os anos de 1820 até 1825 constituem um período de grande interesse nas pesquisas clássicas desde o século XIX⁵²⁷ e recentemente têm sofrido constantes revisitações,

⁵²⁵ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12383. Requerimento de vários indivíduos deportados da província do Pará, para o rei [D. João VI], solicitando protecção para que possam ajudar na restauração da paz no Pará, após as revoltas que lá têm ocorrido.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Entre estudiosos que ainda no século XIX narraram esses episódios, estão: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro, “*Compêndio das Eras da Província do Pará*”, obra publicada originalmente em 1838 e que teve uma edição pela Universidade Federal do Pará, Série José Veríssimo, em 1969. Em 1865, RAIOL, Domingos Antonio produziu os *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, que igualmente teve uma nova edição em 1970 pela Universidade Federal do Pará, Série

especialmente por conta de ser um período de grande efervescência de ideias⁵²⁸, de reconfiguração política da província nos quadros da formação da Nação brasileira⁵²⁹ e fundamentalmente por reconhecer a participação das massas nos atos políticos⁵³⁰. Esses trabalhos lançaram luz sobre aspectos essenciais de uma época de tensões vivida no Pará e em Portugal, em razão das mudanças estruturais por que passavam esses dois espaços.

Em Portugal, os ventos liberais que sopravam no reino a partir da cidade do Porto foram responsáveis por estabelecer uma Constituição e o retorno de D. João VI à Europa, sob os auspícios de uma nova perspectiva, em que uma Corte parlamentar instaurava um “liberalismo conservador” – que, entre outros, visava restituir a velha estrutura colonial em uma nova roupagem liberal. Embora tendesse a alargar os direitos dos portugueses europeus aos portugueses americanos, com a permissão para a instalação da imprensa no Brasil⁵³¹, por outro, reclamava a volta do controle exclusivo do comércio colonial.

As contradições vividas naqueles tempos do Liberalismo português e os movimentos de independência que se afiguravam produziram na província paraense o que Arruda Machado caracterizou com um “tempo de incertezas”⁵³², diante da instabilidade política que se gestava. Essa situação pode ser vista no caso vivido por Jacinto José de Alcântara, militar estabelecido no Pará.

José Veríssimo; temos MUNIZ, Palma. *Adesão do Pará à Independência e outros Estudos* (Reedição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Ano VI, Vol. IV, 1922), Conselho Estadual de Cultura, 1973. Finalmente, nesse rol cabe mencionar SILVA, Ignácio Acioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará*. Bahia: Editora do Diário, 1833.

⁵²⁸ Na década de 1990, duas obras têm destacada contribuição sobre esse tema. Trata-se do trabalho de COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém-PA: Edições CEJUP, 1993; e a dissertação de mestrado de SOUZA JUNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a situação política de Felipe Patroni (1820-1823)*. Campinas-SP: UNICAMP/IFCH, 1998.

⁵²⁹ Recentemente, pesquisadores têm revisitado esse tempo, procurando discutir a inserção no Pará no contexto da formação da Nação brasileira. Um desses estudos é o de MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da Mola Real das Sociedades: A crise do Antigo Regime Português na Província do Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2006.

⁵³⁰ Um grupo de historiadores tem dedicado esforço em perseguir as trajetórias das massas populares nos movimentos políticos que começam no pós-independência e culminam nos episódios que ficaram conhecidos como Cabanagem. Entre essas investigações, destacamos: SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992; RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; RICCI, Magda. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão da cabana. In NEVES, Fernando Arthur F. e LIMA, Maria Roseana (Orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006. RAMOS, F. Eliana *Em Tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará Imperial – primeira metade do século XIX*. São Paulo, PUC/SP, 1999.

⁵³¹ Cf. COELHO, Geraldo Mártires. *Letras e Baionetas*. Belém: Edições CEJUP, 1989.

⁵³² Ver MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da Mola Real das Sociedades: A crise do Antigo Regime Português na Província do Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2006, p. 184.

Três meses antes de Grenfell⁵³³ chegar a Belém, onde articulou a adesão da independência da província, Jacinto havia, *com muito entusiasmo*, tomado conhecimento no sertão paraense de que em Portugal “El Rey havia jurado e mantido a Constituição”⁵³⁴. Para se mostrar fiel às disposições régias, “senão seria criminoso, e por isso ficaria perdendo aquele que ou vociferasse, ou operasse contra a Constituição, sistema Geral da Nação”⁵³⁵, também procedeu da mesma forma. Porém, meses depois, *descobriu o engano* que o havia levado a *jurar [a Constituição portuguesa] como todos* o fizeram, e reconheceu que “acabou-se o prestígio, rasgou-se o véu, conheceu-se o perigo, vimos o princípio a providência fez publicar e estabelecer a Independência do Brazil, agora serei mais fiel”⁵³⁶.

Jacinto, além de militar era um “homem estabelecido com lavoura, e possuindo em bens de raiz o melhor de dezesseis contos de réis, com escravatura”, não podendo colocar em risco o seu patrimônio. Agora dizia: “eu com todo o gosto, eficácia e entusiasmo de Brasileiro, que conhece as vantajosas proporções da grandeza do Paíz, afirmo e juro, que serei mais que escrupuloso, se pode ser, em sustentar a independência do Brazil”⁵³⁷.

É nesse contexto de instabilidade política, onde as identidades nacionais se mostram em processo de redefinição e reafirmação, que localizamos a situação dos portugueses que migraram na primeira metade dos oitocentos, ou que já ali estavam estabelecidos.

O que se pretende nesta seção é menos seguir os debates políticos que inescapavelmente estão relacionados ao período. Nossa atenção se voltará num primeiro momento para os anos da adesão do Pará à independência. Durante essa fase, procuraremos evidenciar as trajetórias seguidas por famílias e indivíduos de origem lusa que se viram envolvidos nesse conjunto de ações, resistindo, assimilando, negociando suas posições nesse quadro da sociedade paraense num tempo de intensos conflitos.

Num segundo instante, a análise deste capítulo reside na exposição de uma documentação que retrata a situação vivida pela “comunidade lusa” residente ou que migrava para essa província durante os anos de 1830, especialmente durante os movimentos populares da Cabanagem. Trata-se de um conjunto de cartas e relatórios produzidos durante o desenrolar

⁵³³ John Pascoe Grenfell, capitão inglês que chegou no dia 10 de agosto de 1823 comandando o brigue “Maranhão”, enviado pelo almirante inglês Lord Cochrane, de São Luís, com o objetivo de forçar a adesão do Pará à independência do Brasil.

⁵³⁴ Ver MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da Mola Real das Sociedades: A crise do Antigo Regime Português na Província do Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2006, p. 184.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 159, *apud*. MACHADO, André Roberto. *A Quebra Mola Real das Sociedades*. Op. cit., p. 168.

⁵³⁷ Idem.

dos conflitos, pela perspectiva dos vice-cônsules de Portugal no Pará, Francisco Gaudêncio da Costa e Fernando José da Silva, que retrataram a situação por que passaram os portugueses naqueles anos.

Não menos importante sobre esse episódio são as impressões produzidas pelo capitão da corveta “Elisa”, pertencente à marinha portuguesa, Isidoro Francisco Guimarães. Enviado para socorrer os lusos estabelecidos no Pará durante os conflitos entre finais de maio a agosto de 1835, produziu dois relevantes conjuntos de notícias sobre essa época: em primeiro lugar, as correspondências trocadas com as várias autoridades com que manteve contato no Pará e em Portugal. Paralelo a estas, deixou um “Diário de Bordo”, em que é possível retomar o cotidiano das tensões daqueles tempos. É significativo registrar que a passagem dessa corveta e seu comandante pelo Pará não foi de menor relevância na trajetória desse indivíduo. Em 1836, publicaria em Lisboa suas impressões sobre o que viu na terra paraense, na obra “*Memória Histórica sobre os últimos sucessos no Pará*”⁵³⁸, nas quais registra grande parte de suas correspondências e observações.

As tensões produzidas pelos conflitos no Pará em 1835 e nos anos posteriores, por seu radicalismo, foram marcantes no curso das vidas das populações locais. Não menos dramáticas foram para os que ali residiam ou os que desejavam estabelecer-se nessa província, como era o caso dos portugueses. Mais do que focalizar essa breve reflexão pela perspectiva de vítimas e algozes, faz-se necessário ponderar sobre a influência desses acontecimentos na permanência e nos fluxos de imigrantes portugueses para essa província.

Migração e conflitos antilusitanos, eis um percurso que pretendemos tratar nesta seção. Sigamos as trajetórias de alguns dos personagens que nos permitiram ir além dos contextos, e mergulhar nas trilhas por eles construídas.

3.1 – Mobilidades no tempo da Independência

O ano de 1823 iniciava na província do Pará, dando sinais de que um dos últimos espaços de resistência lusa na América conheceria tempos pouco favoráveis à sua causa. Uma

⁵³⁸ Ver: GUIMARÃES, Isidoro Francisco. *Memória Histórica sobre os últimos sucessos no Pará*. Lisboa: Editora C. J. da Silva e C^a, 1836. Fragmentos dessa obra foram incorporados no trabalho de Domingos Antonio Raiol, *Motins Políticos*, volume 3, pp. 1014-1031.

sequência de episódios apontava nesse sentido. Em 17 de fevereiro de 1823, realizaram-se eleições para a Câmara Municipal de Belém e nenhum reinol fora escolhido⁵³⁹.

Ainda sob o comando do representante do poder lusitano no Pará, o Governador das Armas José Maria de Moura, a Câmara foi dissolvida e a Junta Provisória de Governo deposta. No rastro de “ações preventivas” contra o avanço do “nacionalismo”, o principal jornal da província, “O Paraense”, grande opositor ao domínio lusitano fora “confiscado” e passava a circular com a denominação de “Luso-Paraense”.⁵⁴⁰

Porém, foi por meio das ações desenvolvidas por um grupo de militares dissidentes e por “paisanos” defensores da causa da adesão da província à independência do Brasil, ocorridas no mês de abril e maio, que a “crise” do domínio português no Pará ganhou tons dramáticos.

Entre os dias 13 e 14 de abril de 1823, um grupo de oficiais adeptos dos ideais da incorporação da província paraense ao regime estabelecido no Rio de Janeiro, tentou promover na cidade de Belém um levante que depusesse o governo português no Pará. Seus principais líderes eram: o capitão do 3º Regimento Domiciano Ernesto Dias Cardoso, o alferes do esquadrão de cavalaria José Mariano de Oliveira Belo, o capitão do 2º Regimento Boaventura Ferreira da Silva, o ajudante Manoel Lourenço de Matos e o tenente-coronel José Narciso da Costa Rocha⁵⁴¹.

Apesar de toda a vigilância por conta da suspeição das autoridades, o levante secretamente planejado, em residências de indivíduos ilustres como o italiano João Batista Balbi⁵⁴², foi posto em prática. O objetivo era tomar de assalto os principais comandos militares da capital ainda sob o controle dos oficiais portugueses e depois fazer proclamar a independência com parte da tropa. Ainda que tenha chegado a ser deflagrado conforme haviam

⁵³⁹ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*. Belém-Pará/Manaus/Guanabara: Amazônia Edições Culturais Ltda. (AMADA), 1972, p. 90. Ver ainda: SOUZA JÚNIOR, José Alves de. A Adesão do Pará à Independência. In SOUZA JÚNIOR [et al.]. *Pontos de História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 65.

⁵⁴⁰ Ver. COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: Edições CEJUP, 1993.

⁵⁴¹ Ver: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1970. p. 29.

⁵⁴² João Batista Balbi, era “descendente de uma das mais ilustres famílias de Gênova, nasceu em Ragusa no ano de 1792. Seu pai faleceu sem ao menos poder dar-lhe a primeira educação da vida, deixando na orfandade, quando apenas contava quatro anos de idade. Sua mãe, pobre como ficara, educava-o conforme as circunstâncias permitiam, quando em 1807, com a invasão dos franceses, se vira obrigada, com receios de recrutamento, a mandá-lo para casa de um tio em Malta, donde depois ele seguiu para Gibraltar, Alicante, e por fim para Lisboa. Foi daqui que em 1813, embarcando para a Índia, aportara da Bahia, onde deixou-se ficar seguindo para o Rio de Janeiro, e em 1819 para o Pará. Aqui casou-se com D. Benta Benedita Antunes, e tornou-se um dos mais denodados da independência”. Fragmento extraído de: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1970, p. 30.

previsto seus comandantes, o levante foi sufocado por um recuo dos revoltosos, que não pretendiam “que se derramasse uma só gota de sangue”⁵⁴³ e se renderam sem grandes resistências.

Os líderes do movimento foram presos, os militares recolhidos à fortaleza da Barra, enquanto os civis foram levados à cadeia pública. Um mês mais tarde, na pequena vila de Muaná, na Ilha do Marajó, “fugitivos da refrega de 14 de abril tentaram outro golpe⁵⁴⁴”. Porém, foram igualmente debelados pelas forças governamentais.

Essa narrativa de um dos muitos conflitos que marcaram os momentos de tensão que precederam a incorporação do Pará ao Império Brasileiro, aqui evocada, para além da dramaticidade com que passou a ser tratada numa certa historiografia regional, postulante do primado de um “nacionalismo inato⁵⁴⁵” contra o domínio português, interessa-nos de ser tomado como ponto de partida para pensar um aspecto que ficou considerado marginal nesse processo, que foram as mobilidades de indivíduos provocadas por esses embates, tanto de naturais da província paraense, como de portugueses.

As fricções políticas ocorridas nos anos de 1820 no Pará implicaram, de forma excepcional, impulsos de entradas e saídas de pessoas que se viram envolvidas nos episódios que ali ocorreram. Mesmo considerando o fluxo contínuo, característico das mobilidades lusitanas, é coerente pensar que entre 1820 e 1840 se processou um movimento populacional que somente pode ser compreendido se levar em conta as circunstâncias políticas correspondentes àqueles anos.

Desde os primeiros levantes e dissensões que ganharam intensidade no ano de 1823 até os sangrentos conflitos que ocorreram em 1835, durante a Cabanagem, a província paraense foi impactada por migrações voluntárias, expurgos, deportações, fugas e retornos, movimentos migratórios que estavam relacionados à intensidade das rivalidades que se estabeleceram na época. Nesse sentido, “brasileiros” e “portugueses” não se fizeram isentos do processo.

⁵⁴³ Idem, p. 32.

⁵⁴⁴ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*, op. cit., p. 91.

⁵⁴⁵ Cf. MUNIZ, Palma. *Adesão do Pará à Independência e outros Estudos* (Reedição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Ano VI, Vol. IV, 1922), Conselho Estadual de Cultura, 1973.

“Portugueses” contra “paraenses”: expurgos dos revoltosos

Assim, em função dos acontecimentos que se deram em abril de 1823, notamos uma mobilidade de indivíduos no Pará, resultante do embate entre os reinóis, defensores da manutenção dos laços com a metrópole, contra os seus opositores. Nesse primeiro momento, no qual as forças ligadas ao constitucionalismo português saíram vencedoras, o resultado foi a prisão de 271 indivíduos condenados por “crime militar de insubordinação”⁵⁴⁶, dos quais 242 foram remetidos para Lisboa a bordo da galera “Andorinha do Tejo”⁵⁴⁷.

O grupo de prisioneiros era formado em sua maioria por militares sublevados pertencentes aos corpos de Artilharia, Cavalaria e Marinha. Do corpo de Infantaria havia oficiais e soldados do distrito da Capital, de Macapá e de Extremoz. Ainda havia um expressivo número de 96 oficiais e soldados, militares do Corpo de Milícias do Marajó. Nesse conjunto, somente 32 prisioneiros eram “paisanos”, homens sem funções da caserna. Eles eram, em sua maioria, brasileiros natos ou portugueses adotivos, adeptos da causa da independência.⁵⁴⁸

É interessante notar que, antes da deportação dos revoltosos para Lisboa, chegou-se a cogitar que todos os envolvidos no episódio fossem executados. Porém, uma intervenção do presidente da Junta Provisória, D. Romualdo Antonio de Seixas, mesmo considerando “justa a pena proporcionada ao delito”, observava que seria desastrosa se executassem os revoltosos “na crítica e melindrosa conjuntura”⁵⁴⁹ em que se achavam. Nesse sentido, conseguiu que um conselho composto de civis, militares e pessoas “gradas da capital”, fiéis às Cortes portuguesas,

⁵⁴⁶ Comentando a prisão dos revoltosos de 14 de abril de 1823, assim é narrado por Raiol o embarque dos presos: “condenados à morte por acordo da junta da justiça, em sessão de 16 de maio, foram recolhidos [271] cidadãos ao porão da charrua Gentil Americana e da fragata Leopoldina no dia 7 de junho, e passados depois para a galera Andorinha do Tejo seguiram presos em ferros para Lisboa. Extrato de RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. Op. cit., p. 37.

⁵⁴⁷ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 160, doc. 12155. Ofício (2ª via) da Junta Provisória Revolucionária para o [ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino], Filipe Ferreira de Araújo e Castro, sobre a sublevação da noite de 13 para 14 de Abril encabeçada por um grupo de dissidentes composto por “sans coulottes” e mancebos, que conseguiu o apoio de duas Companhias Militares, tendo proclamado a independência da província e dado vivas ao imperador do Rio de Janeiro.

⁵⁴⁸ A construção dos sentidos de “brasileiro” e “português” durante os anos da independência soavam destituídos de uma identificação com nacionalidade. Ser “brasileiro” significava ser português que nascia no Brasil, pertencente à América lusa. No entanto, mais do que uma identidade nacionalista, desenvolve-se um sentimento de interesses partilhados por habitantes enraizados nessas porções, que poderiam ser econômicos ou políticos, que os fazia opor-se ao reinol, mesmo que aquele tivesse nascido na Europa. Sobre essa discussão, ver: GLADYS, Sabina Ribeiro. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Especialmente o capítulo 2, “Ser português” ou “ser brasileiro”, p. 62-168.

⁵⁴⁹ Arrematava com seguinte argumento: “Nas moléstias do corpo político, bem como nas do corpo humano, não basta aplicar os melhores remédios, mas cumpre também saber o tempo e o modo de os administrar para que em lugar de saúde desejada se não acelere a morte do enfermo”. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Op. cit., p. 33.

deliberassem pela “necessidade urgente de serem remetidos para Lisboa todos os autores e cúmplices da revolução de abril”⁵⁵⁰.

No dia 19 de setembro de 1823, dava entrada na ribeira do Tejo, com destino à cadeia da Torre de São Julião da Barra em Portugal, os indivíduos presos por sedição na província do Pará, conforme pode ser visto no mapa de bordo da galera portuguesa “Andorinha do Tejo” abaixo.

Figura 17

Mapa das praças, que se achavão a bordo da Galera Andorinha do Tejo, e q. foram conduzidas praças p.º a Torre de S. Julião da Barra, no dia 19 de Setembro.

Destino		Capelães	Artilheiros	1.º Reg. de Inf.	Alfama	1.º Reg. de Cav.	2.º Reg. de Cav.	1.º Reg. de Cav.	Todos					
Corporal	De Alibonha													1
	De Casallonia				1	2	1							4
	De Marinhã			1										1
	N.º 1.º de Lisboa													1
	N.º 2.º de Maranhão	1	1		2	2	1	2	1					64
De Alibonha	N.º 3.º de Maranhão				1	1								2
	De Alibonha de Maranhão			1		1		2						96
Españoles														32
Totais		1	2	1	5	6	2	5	1	1	1	1	185	32

Nota: Por informação do Commandante do Navio, conta terem ficado a bordo do mesmo 19 praças, que por se acharem doentes, não poderão marchar.

João Manoel de Brito
Cap.º de Mar. 17.14.1823

Fonte: Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 161, doc. 12266.

Porém, nem todos seguiram para o mesmo local em Lisboa. 19 praças permaneceram presos no navio por terem chegado acometidos de doenças contraídas durante a viagem, mostrando-se sem condições de “marchar” para o seu destino. Assim ocorreu com o tenente coronel do 2º Regimento de Milícias da Cidade do Pará, Domingos Simões da Cunha, que foi conduzido, ainda a bordo da mesma embarcação para a cadeia do Limoeiro⁵⁵¹. O restante fora, como previsto, remetido para as Torres de São Julião da Barra.

Acusados de crimes políticos, entre os sediciosos se encontravam militares como Boaventura Ferreira da Silva, Diogo Vaz de Mória, Domingos Gonçalves da Cunha Marreiros,

⁵⁵⁰ Idem, p. 32.

⁵⁵¹ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 160, doc. 12155.

Antonio de Loureiro Barreto, José Mariano de Oliveira Belo, José Maria Martins, Francisco Martins da Silva, Antonio Bernal do Couto, Teodósio Constantino Chermont, Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, Manoel Evaristo da Silva e Souza, José Pio de Araújo Nobre, João Batista Balbi, Aureliano de Jesus da Costa, Antonio José Rodrigues Ferreira Viana, Feliciano Toscano de Vasconcelos, João José de Almeida, Cândido José Ferreira, José Francisco Ferreira Ribeiro, Teodoro Maria Portal, Antonio Vicente Magno e mais duas centenas de indivíduos militares, civis e religiosos.

A prisão dos insurretos do Pará não se prolongou em Lisboa. No dia 23 de setembro de 1823, quatro dias após o desembarque dos prisioneiros, foi levado a efeito o seguinte despacho do conde de Suberra, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra da quinta Repartição: “Sua Magestade ordena que os duzentos e setenta e hum prezos vindos do Pará, sejam considerados em liberdade, mas continuando a ficar de quartel na Torre de São Julião da Barra”.⁵⁵² Embora estivessem em liberdade, encontravam-se destituídos de suas *fortunas* e, por isso, sem condições de retornar por contra própria para a “sua pátria”. Para isso, passaram a apelar à beneficência real a solicitação de passaporte e passagem para *qualquer porto do Brasil*, justificando, entre outros, o fato de “serem casados e onerados de família”, “serem estabelecidos no Pará”, ou seus familiares estarem passando “estado de miséria depois de sua ausência”.

Foi assim que procedeu o sargento do Esquadrão de Cavalaria da 1ª Linha da província do Pará, Antonio Vicente Magno, que, após ser solto, justificava em sua petição “que pretendia se transferir para a sua província onde é estabelecido e tem uma mãe viúva e de avançada idade, que pretende socorre-la”.⁵⁵³

Não muito diferente era a apelação que fazia o tenente secretário do 2º Regimento de Infantaria da 1ª Linha da província do Pará, Diogo Vaz da Mória, que dizia ser “casado e cercado de três filhas, que em função da sua ausência, se acham a padecer as maiores privações da humanidade”⁵⁵⁴. Foi agraciado para viajar de volta em 19 de novembro de 1823.

Entretanto, nem todos resolveram retornar para a província do Pará. Alguns, como foi o caso de Felipe José, soldado da 2ª Companhia de Granadeiros do 3º Regimento de Infantaria

⁵⁵² Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12374. Despacho do conde de Suberra, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra da quinta Repartição, anexo ao pedido de passaporte de Boaventura Ferreira da Silva com destino ao Pará.

⁵⁵³ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12336. Requerimento do sargento do Esquadrão de Cavalaria da 1ª Linha da província do Pará, António Vicente Magno, para o rei [D. João VI], solicitando licença para regressar àquela província, depois de estar preso em Lisboa por motivos políticos.

⁵⁵⁴ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 161, doc. 12287. Requerimento do tenente secretário do 2º Regimento de Infantaria da 1ª Linha da Província do Pará, Diogo Vaz da Moia, para o rei [D. João VI], solicitando regressar à província do Pará depois de estar preso em Lisboa por motivos políticos.

de Linha do Pará, acabou pedindo dispensa de suas funções militares. Em sua justificativa, dizia que “após ter servido por seis a sete anos no Real Serviço, com a circunstância de ser filho único de viúva, casado e com seus bens em notável desarranjo, por falta de cultura. Consequentemente sem rendimento para o necessário alimento de sua mãe e mulher, que existem entregues às tristes circunstâncias da dura lei das necessidades razões que o movem a implorar da Real piedade de Vossa Majestade a sua demissão, e ser útil às suas propriedades, adonde (sic) é mais conveniente do que pelas razões expostas no Real Serviço”.⁵⁵⁵

O levante ocorrido no Pará em 1823 promoveu um confronto de posições políticas entre os defensores do “partido” português e os indivíduos que eram favoráveis à ruptura política. Essa experiência sinalizava, ainda sob o domínio lusitano, a acidez das diferenças produzidas ao longo de anos e que se mostravam cada vez mais insustentáveis. A ação repressiva comandada nos últimos momentos do exercício do poder pelo governador das armas, fiel às cortes portuguesas, somente ampliou um sentimento anti-português.

Entre a saída do Pará da galera Andorinha do Tejo, com os militares dissidentes em junho, e a chegada a Lisboa em 19 de setembro de 1823, a província foi forçada a se submeter aos ditames da corte brasileira, através de uma estratégica ação dos comandantes ingleses Lord Cochrane e John Pascoe Grenfell. Contudo, essa medida promoveu o deslocamento de 271 indivíduos, em grande parte naturais do Pará, que haviam participado das dissensões em favor da ruptura com Portugal.

Ao analisar os pedidos de passaportes de Lisboa para a província paraense, em 1823 e 1824, notamos 80 emissões de documentos de embarque para o período, sendo que, deste total, 32 eram indivíduos que “estavam preso por razões políticas”. Apesar de ser um número muito aquém dos que foram transportados na galera “Andorinha”, eles representam aqueles que receberam a “Graça” do rei com a concessão de passagens para voltar à província do Pará.

O expurgo dos subversivos constituiu uma das saídas encontradas como forma de punir com pena de exílio de pátria os revoltosos paraenses. Na inversão das práticas comuns da relação da metrópole com colônia, militares foram transferidos da periferia do reino para Lisboa, um dos últimos atos oficiais do exercício de poder do Estado lusitano às vésperas da adesão do Pará ao Império Brasileiro.

⁵⁵⁵ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.161, doc. 12289. Requerimento do soldado da 2ª Companhia de Granadeiros do 3º Regimento de Infantaria de Linha do Pará, Filipe José, para o rei [D. João VI], solicitando demissão do posto que exerce, para poder sustentar sua mulher e sua mãe.

Enquanto, gradativamente, seguiam de volta para a “sua pátria” os revoltosos de abril de 1823, se, por um lado, encontravam uma província legalmente ligada à corte brasileira, por outro, essa província ainda estava distante de reconhecer o “sossego público”. As revoltas que haviam provocado a expulsão dos adeptos da independência encontrariam agora os lusitanos que se mantinham fiéis a Portugal. É nesse campo minado por rivalidades e interesses que frutificava um forte movimento antilusitano que levaria a mais mobilidades de indivíduos, agora os portugueses.

Das festas às deportações: portugueses e a inauguração do império do Brasil no Pará

“Logo ao despontar da aurora, grandes girândolas de fogos artificiais subiram ao ar, seguindo-se de salvas dadas em todas as fortalezas da capital”⁵⁵⁶. Assim Raiol descreve o amanhecer o dia 12 de outubro de 1823 na cidade de Belém, data em que se comemorava o aniversário do imperador e que também fora escolhida pela Junta Governativa da província paraense para iniciar os festejos da sua solene aclamação. A programação se estenderia por três dias na cidade.

Eram as primeiras manifestações públicas depois que a cidade nortista havia sido incorporada ao Império brasileiro. Raiol narra como ocorreram as solenidades do primeiro dia de comemoração:

“A tropa formou grande parada, e no pavilhão preparado pela câmara na frente de seu paço reuniram-se, além dos seus membros, a Junta, o bispo, os oficiais militares, os empregados públicos e muitos cidadãos distintos. Ali às onze horas da manhã o presidente da municipalidade aclamou em altas vozes a D. Pedro Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, sendo correspondido com entusiásticos vivas, dados pelo povo e pela tropa, que apinhavam a rua. Dirigiram-se depois à catedral, onde houve um sermão e missa em ação de graças, e por fim ao palácio do governo para assistirem ao cortejo. De noite a cidade inteira se iluminou, percorrendo as ruas duas bandas de música. Os membros da Junta deram um esplêndido baile, que foi seguido de dois outros dados pela câmara municipal e pelo *corpo do comércio* nas noites 13 e 14, todos no palácio do governo⁵⁵⁷”. [Itálico nosso]

Apesar de todo “acatamento e respeito com que os Europeus e, neste caso os portugueses, participaram destas solenidades”, o que representava uma demonstração simbólica de “aceitação” do novo governo⁵⁵⁸, as festas reforçavam um sentido de afirmação e ruptura com

⁵⁵⁶ Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos. Op. cit.*, p. 45.

⁵⁵⁷ *Idem*, p. 45.

⁵⁵⁸ Ver GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “Jurar” e “Aclamar”: o império no Maranhão (1823-1826). *Almanack*. Guarulhos, n. 01, p. 105-118, 1º semestre 2011. Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/718>.

um passado de subordinação, que ainda se fazia presente através do predomínio dos lusitanos nos principais postos de comando do governo.⁵⁵⁹

Não por acaso, foi durante a realização daqueles eventos públicos que os naturais da província paraense, como sugere a missiva escrita pelos deportados na galera Maria, aproveitaram para promover nos dias 15 e 16 de outubro as “*maiores barbaridades*” na cidade de Belém. Nessas noites, “a soldadesca e alguns homens de baixa condição, pela maior parte ébrios, cometeram os mais graves atentados contra o sossego público”. Quando deixaram o largo do Palácio, onde ocorriam as comemorações, “arrombaram a golpe de machado as portas de alguns negociantes portugueses, saqueando o que encontraram em suas casas, e disparando tiros ao som de vivas ao imperador⁵⁶⁰”. Os atos que se seguiram na noite do dia 16 passaram à historiografia regional que se dedicou a consagração da Independência do Pará, por sua plasticidade dramática, como um dos episódios mais simbólicos dessa efeméride⁵⁶¹.

A fim de debelar as desordens que se davam pelas ruas da cidade, os soldados da guarda paraense recorreram à ajuda das forças navais que ainda estavam paradas no porto de Belém. Sendo informados dos acontecimentos, o comandante inglês John Pascoe Grenfell e os militares vindos da Corte, para impor a “adesão” do Pará ao novo Império do Brasil, atenderam às solicitações.

O oficial inglês, depois de desembarcar altas horas daquela noite com suas tropas, arbitrou uma série de atos violentos. Mandou “recolher a cadeia todas as pessoas encontradas pelas ruas e casas suspeitas e denunciadas sem distinção alguma”⁵⁶². Na manhã do dia seguinte, mandou retirar, “sem processo ou formalidade”, cinco pessoas, “uma de cada regimento envolvido nas desordens, e ordenou que fossem espingardeadas”⁵⁶³ por soldados, entre os quais se encontravam portugueses.

Quanto aos presos recolhidos à cadeia pública, 256 indivíduos foram transferidos para o brigue São José Diligente, também chamado de brigue “Palhaço”, a pretexto de “as prisões em terra não poder contê-los”. Inácio Acioli Cerqueira e Silva, cronista, contemporâneo aos

⁵⁵⁹ Cf. FIGUEIREDO, Luciano. A Revolta é uma Festa: relações entre protestos e festas na América Portuguesa. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial-SP, vol. 1 (Col. Estante USP – Brasil 500 anos), 2001. pp. 263-276.

⁵⁶⁰ Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. cit.*, p. 47.

⁵⁶¹ As narrativas dos episódios ganharam fortes impressões nos trabalhos de “historiógrafos” contemporâneos aos movimentos, como Domingos Antonio Raiol e Inácio Cerqueira Acioli.

⁵⁶² Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. cit.*, p. 47.

⁵⁶³ Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. cit.*, p. 48.

acontecimentos, assim registrou em sua *Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará* escrita em 1833:

A esta violência (execução dos cinco indivíduos), seguiu-se a outra barbaridade que ainda não havia exemplo na história dos tempos [...] oprimidos no estreito purão e abraçados da calma, que no mês de outubro é extraordinária, pedindo com clamor se lhes desse água, por cauza da muita sede que soffriam, foram mortos uns dos tiros para baixo disparados pelo destacamento que guarnecia essa prisão, dizendo-os amotinados, alguns suffocados pelo fumo da pólvora, e o resto do veneno que se deitou nas vasilhas d'água que lhes entregaram, sendo no seguinte dia 22 de outubro, conduzidos 252 cadáveres em um lanchão para o sítio de Penacova, abaixo da cidade, onde foram sepultados, querendo-se assim desviar da vista dos habitantes, uma scena de tamanho horror”.⁵⁶⁴

Essa narrativa dramática acima descrita não fora a única que se produziu no calor dos enfrentamentos políticos de outubro de 1823. Inácio Acioli e depois outros estudiosos fariam desse episódio tema de acalorados debates sobre as razões que levaram à morte dos infelizes presos no Brigue Palhaço e outros acontecimentos⁵⁶⁵.

Como indicamos acima, não pretendemos neste, que devia ser um breve percurso sobre a sanha de acontecimentos que sacudiam a capital paraense, fazer uma incursão mais demorada. O que nos interessa é perceber, através desses vários “retratos sobrepostos”, como a capital paraense recebeu as notícias dos novos tempos da “adesão” ao Império Brasileiro e reagiu a elas.

É importante ressaltar que a motivação que levou às ruas a massa de “naturais da terra” era a incômoda situação de ainda manter nos quadros do governo da província, após a instauração do governo independente, uma forte presença de indivíduos lusos. Essa insatisfação produziu choques institucionais e físicos que resultaram em punição aos nacionais revoltosos e saqueadores, como foi o caso dos prisioneiros do brigue “Palhaço”. Por outro lado, a pressão da opinião pública havia levado as massas ao confronto contra a permanência dos lusitanos nos cargos públicos e militares. Procurando acalmar os ânimos, a Junta Governativa resolveu

⁵⁶⁴ Cf. SILVA, Inácio Acioli Cerqueira. *Corografia Paraense ou a descrição física, histórica e política da Província do Grão-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833. p. 224.

⁵⁶⁵ A preocupação com a formação do “sentimento nacional” foi um tema recorrente nas investigações dos intelectuais brasileiros e, no Pará, essa situação não foi diferente. Intelectuais, vinculados ao Instituto Histórico Geográfico do Pará – IHGP foram porta-vozes dessas elaborações. Recentemente, pesquisadores têm demonstrado aspectos desses percursos dos intelectuais e seus trabalhos na Amazônia, entre os quais destacamos: FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *Memórias Cartaginesas: modernismo, Antiguidade Clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia (1823-1923)*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 176-195. Ver também COELHO, Geraldo Mártires. *História e Ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1981.

expulsar da província “todos os inimigos da causa da independência”, nesse caso um grupo de negociantes e militares portugueses.

A respeito desse segundo caso, iremos nos deter com maior atenção. Embora a deportação dos lusitanos tenha sido executada de forma “negociada”, na medida em que nem todos os portugueses residentes no Pará foram enquadrados como “inimigos do império do Brasil”, alguns haviam já assumido a condição legal de “brasileiros adotivos” e possuíam muito interesse “enraizado⁵⁶⁶” na província, a ponto de se fazerem aliados do novo regime. Porém, ainda existe um silêncio sobre essa forçada mobilidade de portugueses voltando em direção a Portugal no curso da independência paraense.

Proscritos e deportados

Em meio à instabilidade social que se estabeleceu na província do Pará no final do ano de 1823 e início de 1824, mais de duzentos portugueses seriam expulsos da província paraense, sob o pretexto de serem *inimigos do império* ou ter conspirado contra ele.

Embora os números e as razões que levaram à expulsão de portugueses do Pará estejam longe de um consenso entre os estudiosos desse episódio,⁵⁶⁷ é sintomático o deslocamento, “voluntário” e “forçado” de lusitanos da província, logo após a “adesão” do Pará à independência do Brasil. Com certa demora, estava-se praticando uma ação que já havia sido realizada na Corte durante a sacração do imperador D. Pedro I, quando resolveu “confiscar mercadorias, desapropriar prédios e outros bens pertencentes a vassallos de Portugal⁵⁶⁸”. Essas medidas eram orientadas pelo decreto de 11 de dezembro de 1822, escrito por José Bonifácio, que tinha como propósito “privar, quanto seja possível, aos habitantes daquele Reino, que continuam a fazer ao Brazil uma guerra fratricida, dos meios e recursos, com que intentam

⁵⁶⁶ Cf. DIAS, Maria Odila Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2ª. Edição, 2009.

⁵⁶⁷ MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da Mola Real das Sociedades: A crise do Antigo Regime Português na Província do Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2006. Nesse estudo, o autor apresenta a cifra de 215 portugueses deportados. REIS, Arthur Cezar Ferreira, “O Grão-Pará e o Maranhão”. In Sérgio Buarque de Holanda (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Vol. 2, Dispersão e Unidade, p. 91. Essa obra indica que mais de mil lusitanos foram obrigados a abandonar a província.

⁵⁶⁸ Cf. MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Op. cit., p. 62.

tyrannisar os meus bons e honrados subditos, para manterem seu pueril orgulho e fantástica superioridade⁵⁶⁹”.

Os efeitos dessas sanções foram sentidos por dois negociantes portugueses estabelecidos no Pará que tiveram sua embarcação presa no porto do Rio de Janeiro no dia 8 de janeiro de 1823. Tratava-se da galera “Nova Amazona”, pertencente aos negociantes Rafael Antonio da Costa e Antonio Simões de Oliveira. Carregada com produtos vindos do porto de Lisboa, com destino à cidade de Belém, foi presa pela fragata Niterói, obrigando os seus proprietários a mover uma ação por perdas e danos contra a Comissão Mista do Rio de Janeiro, à época da prisão da embarcação⁵⁷⁰. Até o ano de 1839, quando Rafael Antonio Rodrigues da Costa escreveu seu testamento, este português alegava que o processo ainda estava em curso, a cargo dos advogados da casa de J. F. de Almeida Rego⁵⁷¹.

Assim, esse antilusitanismo institucional também passou a se mostrar de forma mais intensa após 1823 no Pará. Uma das maiores demonstrações de sua ação foi a deportação dos lusos estabelecidos na província. Vejamos como esse processo de migração compulsória se deu e de que forma interferiu na vida dos portugueses que haviam migrado nos primeiros anos dos oitocentos para a província paraense.

Em 27 de março de 1824 havia chegava ao porto de Lisboa, com 45 dias de viagem, a galera portuguesa “São José Diligente⁵⁷²”, proveniente do Pará, comandada pelo 2º tenente Manoel José Rodrigues, com uma carga de *gêneros do país* e mais 19 passageiros⁵⁷³. Além da carga e dos passageiros, trazia notícias pouco satisfatórias sobre o estado de tensão em que se encontrava aquela cidade brasileira. Suas impressões pouco diferiam daquelas chegadas no dia anterior através do brigue escuna portuguesa “Lucrécia”, comandada pelo capitão Francisco de Borja Barbosa, que igualmente trazia uma carga de gêneros do país e 4 passageiros. Em seu relatório, informava que, “depois de haver passado no Pará por quase todos os lances da anarquia, gozava de um mediano socego, desde que foi instalada a Junta atual, o socego que desapareceu três dias antes de sua partida, em que foi descoberta uma conspiração (ignora para

⁵⁶⁹ Decreto de 11 de Dezembro de 1822, Coleção das Leis do Império de 1822. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39060-11-dezembro-1822-568586-publicacaooriginal-91929-pe.html.

⁵⁷⁰ Autos Cíveis de Requerimento para se avaliar a Galera Portuguesa “Amazona”, ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Mç. 1, nº 5, cx. 299.

⁵⁷¹ Testamento de Rafael Antonio Rodrigues da Costa, ano de 1839, Livro nº 7, 2º Bairro de Lisboa, XV – R – 59.

⁵⁷² Por coincidência, a galera portuguesa que transportava os lusos de volta a Lisboa tinha o mesmo nome do brigue onde pereceram os 256 indivíduos que se manifestaram durante os festejos de aclamação de D. Pedro no Pará em outubro, “São José Diligente”, mas, ao que tudo indica, não se trata da mesma embarcação.

⁵⁷³ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.162, doc. 12373. Mapa do capitão tenente comandante João de Fontes Pereira de Melo, do registro tomado dos navios que chegaram a Lisboa, oriundos do Pará.

que fim), de que resultaram o serem presos grande número de indivíduos, quase todos europeus⁵⁷⁴.

No total, as duas embarcações traziam de volta para Lisboa 23 passageiros. Com base no mapa de viagem, verificamos o rol dos indivíduos transportados nesses dois primeiros grupos de portugueses retornados:

Tabela 8

Relação dos passageiros transportados em Março de 1824

Ord.	Nome	Nº	Ocupação	Embarcação	Situação da viagem
1	Pe. Antonio Themudo	1	Presbítero secular	São José Diligente	Mandado sair
2	Pe. Manoel Fernandes Leal	1	Presbítero secular	São José Diligente	Mandado sair
3	Manoel Fernandes Coelho	1	Negociante	São José Diligente	Mandado sair
4	José Joaquim de Santa Ana	1	Comissário	São José Diligente	Passageiro
5	Bento José de Mesquita	1	Padeiro	São José Diligente	Passageiro
6	Celedônia Joaquina com dois filhos menores	3		São José Diligente	Passageiros
7	João Rodrigues Gonçalves Pastor e um criado	2	Sem emprego	São José Diligente	Passageiros
8	Manoel Dias dos Santos	1	Sem emprego	São José Diligente	Passageiro
9	Francisco Fernandes Lopes	1	Sem emprego	São José Diligente	Passageiro
10	José Antonio de Araújo com sua mulher	2	Sem emprego	São José Diligente	Passageiros
11	Um cabo e três soldados da Brigada Real da Marinha	4	Militares	São José Diligente	Passageiros
12	Uma mulher	1	Sem emprego	São José Diligente	Passageiro
13	José Nunes da Silva	1	Negociante	Barca “Lucrécia”	Passageiro
14	Um soldado Miliciano do Pará	1	Militar	Barca “Lucrécia”	Passageiro
15	Dois soldados da Brigada Real da Marinha	2	Militares	Barca “Lucrécia”	Passageiros

Fonte: Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12372 e doc. 12373.

Nesse grupo de retornados, encontramos indivíduos que são descritos como “mandados sair” e “passageiros”. Entre os primeiros, estavam dois religiosos e um negociante, sobre os quais pouco se sabe das razões que os levaram a receberem tal punição. Os demais compõem um grupo diverso de “passageiros”, ou seja, indivíduos que, diante da situação adversa que viam desenvolver-se na capital da província, resolveram retornar “espontaneamente” para Lisboa. Embora a documentação não indique a nacionalidade dos transportados, é coerente imaginar que estes se sentiam ameaçados com a nova ordem e tinham algum vínculo com as terras lusas onde buscavam refúgio.

⁵⁷⁴ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12372. Mapa do capitão tenente comandante João de Fontes Pereira de Melo, do registo tomado ao navio [brigue escuna] portuguesa “Lucrécia”, oriundo do Pará.

Entre estes, destacamos o negociante José Nunes da Silva, que viajava como passageiro na barca “Lucrécia”. Observando os registros de passaportes, notamos que esse português natural de Lisboa tinha imigrado poucos meses antes para a província paraense. Saiu da barra do Tejo em 28 de maio de 1823 e, embora fosse casado, havia seguido só, aos 28 anos. Na capital do reino, constava que residia na rua das Três Bandeiras, 114⁵⁷⁵. Devido à sua curta permanência, poucos registros ficaram de sua passagem na cidade paraense.

Um mês depois de terem entrado na barra do Tejo a galera “São José Diligente” e a barca “Lucrécia”, com portugueses vindos do Pará atracava em Lisboa outro grupo bem mais expressivo de súditos lusitanos, formado por 206 “proscritos e deportados” daquela província. Eram indivíduos que, conforme alertava o capitão da barca portuguesa “Lucrécia”, estavam envolvidos numa “suposta conspiração” para depor a Junta Provisória paraense. A justificava para a prisão e deportação dos portugueses, contudo, era a alegação de uma incômoda situação, “de ver que em muitos lugares, postos e empregos públicos se achavam ocupados por portugueses”.⁵⁷⁶

Segundo Raiol, a ação se deu em 25 de janeiro, quando alguns portugueses, sob a direção do “major graduado Inácio Pereira, natural de Elvas, [que] havia espalhado o boato de querer a tropa levantar-se, pretendiam no meio de baionetas e à boca de canhões depor a junta provisória eleita pela vontade do povo”. Após a tomada do poder, pretendiam “ali mesmo, com os mais conjurados, nomear um novo governo, que lançasse outra vez a província nos vergonhosos ferros, que despedaçara”.⁵⁷⁷

Por seu turno, a Junta Provisória, que era formada naquela ocasião por Geraldo José de Abreu, José Ribeiro Guimarães, Antonio Correia de Lacerda, João Henriques de Matos e Félix Clemente Malcher, determinou que:

“Reconhecendo a necessidade de abater para sempre o orgulho português a fim de poder consolidar o sistema da independência política, considerando, enfim, que a província se achava no iminente perigo de ser dilacerada, que a facção portuguesa aproveitaria a primeira oportunidade para retomar a sua ascendência e que era preciso arrancar das mãos criminosas e suspeitas todo o poderio, força e autoridade, para que não pudessem mais abusar, nem ultimar seus danados intentos, fossem demitidos os empregados civis e militares, e em seus lugares preenchidos por pessoas de reconhecida adesão ao sistema político e mais capazes de sustentar a causa do império do Brasil⁵⁷⁸”.

⁵⁷⁵ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 160, doc. 12193. Requerimento de José Nunes da Silva para o rei [D. João IV], solicitando passaporte para viajar ao Pará.

⁵⁷⁶ Ver RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. cit.*, p. 67.

⁵⁷⁷ *Idem*, p. 67.

⁵⁷⁸ *Idem*. Pp. 67-68.

Esse “ódio aos portugueses”, como queria a junta provisória, era, contudo, permeada de limitações quanto ao rigor de sua aplicação⁵⁷⁹, a começar pela própria composição da Junta de governo, que era formada por naturais de Portugal: José Ribeiro Guimarães, que ocupava o cargo de escrivão de estivas da Alfândega; e o médico Antonio Correa de Lacerda. A respeito deste segundo, é interessante demonstrar um pouco de sua trajetória no Pará.

O médico Antonio Correa de Lacerda era natural de Trancoso, distrito de Guarda, antes de resolver migrar para o Pará, e *assistia* em Lisboa, onde exercia suas atividades. Em 1818, aparece solicitando passaportes com destino àquela província, onde pretendia, segundo sua justificativa, buscar estabelecimento.⁵⁸⁰ Por meio de seu ofício e das relações estabelecidas na cidade, o médico português não demorou a construir uma carreira muito próxima aos notáveis da província, como pode ser visto no atendimento feito pelo médico lusitano à esposa do governador da província – o conde de Vila Flor –, a condessa dona Maria José do Livramento e Melo, que teve uma infeliz e curta passagem por essa cidade.

Logo após chegar de Lisboa ao Pará a bordo do brigue “Diligente”, a condessa veio a adoecer “em função de uma amenorreia causada pelo susto de haver tocado o brigue da sua transladação em um baixo da Costa do Caité”.⁵⁸¹ A fim de promover o tratamento de sua esposa, o conde de Vila Flor a envia para sua fazenda em Val de Cães, que ficava alguns quilômetros distante da capital, e manda chamar para ministrar os cuidados o médico lusitano Antonio Correa de Lacerda. Apesar de todos os esforços empreendidos em seu tratamento, a condessa veio a falecer no dia 20 de julho de 1818. De acordo com Baena, “o seu cadáver foi soterrado na sepultura do Padroeiro da Capela-Mor da Igreja dos Religiosos Capuchos de Santo Antonio, os quais antes da aparição do corpo haviam mandado cegar o epitáfio exarado na campa”.⁵⁸²

Também o médico Antonio Correa de Lacerda ocupou o destacado posto de físico-mor na província do Pará em 1818. Nessa época, prestou valiosas contribuições para as pesquisas desenvolvidas pelos viajantes Spix e Martius, quando passaram naquela província entre 1817 a 1820, cientistas estes que se dirigiam a ele como “um excelente discípulo de

⁵⁷⁹ O radicalismo do “ódio aos portugueses” no Pará no contexto da “adesão” da Independência constitui um jogo de interesses que foi mediado por disputas políticas, cargos públicos e inserção comercial. A respeito dessa discussão, ver SOUZA JUNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a situação política de Felipe Patroni (1820-1823)*. Campinas-SP: UNICAMP/IFCH, 1998; e MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da Mola Real das Sociedades: A crise do Antigo Regime Português na Província do Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2006.

⁵⁸⁰ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 148, doc. 11393. Requerimento do doutor António Correia de Lacerda, formado em medicina e natural de vila da Ponte, comarca de Trancoso, para o rei [D. João VI], solicitando a concessão de passaporte para viajar rumo à cidade de Belém do Pará.

⁵⁸¹ Cf. BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Op. cit., p. 307.

⁵⁸² Idem. P. 308.

Brotero,⁵⁸³ tal era sua inclinação para a botânica”.⁵⁸⁴ Essa sua particular habilidade o levou a atuar no Jardim Botânico da Capital, onde produziu importante coleção de espécies, apesar das queixas de seu estado de abandono em 1825.⁵⁸⁵

Porém, o que nos chama atenção sobre a passagem desse médico português no Pará são menos as suas relações com estudos de botânica ou suas práticas médicas, do que a sua inserção na estrutura de governo que se instalava logo após as ações de Grenfell na província em 1823.

O médico português Antonio Correa de Lacerda chegou a compor a Junta Provisória de Governo do Pará em substituição ao cônego João Batista Gonçalves Campos.⁵⁸⁶ A inclusão de seu nome ocorreu logo após a emblemática prisão do religioso, que fora amarrado a mando de Grenfell, “a boca de uma peça com morrão aceso”, porém, a pedido de vários cidadãos, tendo sido desatado de tal situação e depois remetido para fora da província na charrua Gentil Americana com destino ao Rio de Janeiro. Lacerda, então, passaria a compor a Junta governativa do Pará independente.

José Ribeiro Guimarães e Antonio Lacerda ilustram as contradições desse tempo. Mesmo compartilhando da condição de lusitanos, acabaram “ficando apenas aqueles que tornando algum interesse no seu novo sistema souberam merecer um transparente agasalho”⁵⁸⁷, como reconhecem na carta escrita pelos proscritos que seguiam na galera “Maria”.

Essa situação corrobora a opinião compartilhada por alguns estudiosos do tema como Gladys Ribeiro e Robert Rowland, ao considerarem que “ser português ou ser brasileiro eram construções políticas que refletiam interesses e projetos sociais e econômicos mais amplos, e,

⁵⁸³ Trata-se de Félix da Silva Avelar, que ficou conhecido como Felix Avelar Brotero, destacado botânico português que viveu entre 1744 a 1828.

⁵⁸⁴ Cf. SPIX, J. B. von e MARTIUS, K. F. von. *Viagem Pelo Brasil, 1817-1820*. 3. v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. P. 22. Ainda a respeito da história do Jardim botânico no Grão-Pará entre o século XVIII e XIX, é importante ver SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas (dissertação de mestrado), 2001.

⁵⁸⁵ Cf. SILVA, Inácio Acioli Cerqueira. *Corografia Paraense ou a descrição física, histórica e política da Província do Grão-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833. P. 24.

⁵⁸⁶ A Junta provisória de Governo eleita no dia 16 de agosto de 1823 era formada por: presidente, Geraldo José de Abreu, coronel do 4º Regimento de Milícias; secretário, José Ribeiro Guimarães, capitão do 2º Regimento de Milícias; vogais, Félix Antonio Clemente Malcher, porta-bandeira do 2º Regimento de Milícias; João Henrique Matos, capitão de artilharia; e o cônego João Batista Gonçalves Campos. Três destes eram de origem portuguesa, e o restante natural do Pará. Cf. RAIOL, Domingos Antonio. Op. cit.

⁵⁸⁷ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12383. Requerimento de vários indivíduos deportados da província do Pará, para o rei [D. João VI], solicitando protecção para que possam ajudar na restauração da paz no Pará, após as revoltas que lá têm ocorrido.

ao contrário do que pressupunha a historiografia nacionalista tradicional, essas identidades não eram nem dadas de antemão, e nem determinadas pela naturalidade de cada um”⁵⁸⁸.

Mesmo considerando as limitações em torno dos critérios que levaram a definir os “inimigos do sistema político adotado no Pará”, é coerente demonstrar que, no dia 27 de abril de 1824, chegava a Lisboa a galera portuguesa “Maria”, vinda do Pará. A bordo, além de algum arroz e madeira, trazia 206 passageiros, que se diziam “proscritos e deportados da província nortista, que se encontrava na mais completa anarquia e animosidade, principalmente contra os europeus”.⁵⁸⁹

Através de uma carta escrita ainda a bordo da galera “Maria”, para ser remetida ao rei D. João VI, os lusitanos expulsos levavam à presença régia as “razões oficiais” pelas quais foram penalizados. Informavam ao rei que naquela província se praticavam contra os “seus concidadãos as maiores aleivosias, despojando-os de seus bens, casas e famílias por suspeitas de pouca aderência a causa do Brasil”⁵⁹⁰. Além disso, foram retirados de suas funções públicas e militares.

Ao final do documento, subscrevem-se alguns desses cidadãos que foram deportados do Pará. Com base nesse rol de portugueses expulsos, vamos nos deter a seguir a trajetória desses indivíduos que foram considerados “inimigos do império do Brasil na província paraense”.

⁵⁸⁸ Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. São Paulo: UNICAMP/IFCH (tese de doutorado), 1997; ROWLAND, Robert. A Sombra da Corte: representações do povo no Brasil oitocentista. In SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmam (Orgs.). *A Corte no Brasil: população e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do Século XIX*. São Leopoldo/RS: Oikos Editora/Editora UNISINOS, 2008, pp. 15-36.

⁵⁸⁹ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12381. Mapa do capitão tenente comandante João de Fontes Pereira de Melo, do registo tomado aos navios que chegaram a Lisboa, vindos dos portos da Sicília, Galiza e Pará.

⁵⁹⁰ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12383.

Tabela 9

Lista dos expulsos na Galera Maria

	Nome	Ocupação
1.	José Caetano de Almeida	
2.	Francisco Luís	
3.	Custódio Correa da Cunha	
4.	Bernardo Ferreira Lima	
5.	Dionísio de Madureira	
6.	Caetano Fernandes	
7.	José Monteiro	
8.	Antonio Dias Ferreira Portugal	
9.	José Joaquim Nunes	
10.	Francisco Joaquim da Silva	
11.	José Pedro Freire de Gouveia	Administrador da Alfândega
12.	Antonio José de Matos	Alferes da 2ª Linha e negociante
13.	Antonio José Machado	Alferes de Ligeiros e negociante
14.	Manoel Pinto Júnior	Alferes de Milícias e Negociante
15.	João Pinto da Costa	Capitão
16.	Manoel Luiz de Melo	Capitão
17.	Manoel José de Oliveira Bastos	Capitão
18.	Luís Antonio de Campos	Capitão
19.	Camilo José de Campos	Capitão de milícias e negociante
20.	Teodoro Joaquim da Costa Valente	Capitão do 2º Regimento de Infantaria da 2ª Linha
21.	Fr. Francisco do Bomtempo	Capitão do 2º Regimento de Infantaria de Linha
22.	Gregório Ferreira da Costa	Cirurgião
23.	Gaspar dos Reis e Souza	Feitor da Alfândega
24.	Fr. José de Leonilda	Lente de filosofia do Seminário do Pará
25.	Fr. João Antonio do Livramento	Lente de teologia do Seminário do Pará
26.	Joaquim Antonio Vassalo	Negociante
27.	José Carlos Bruno	Negociante
28.	Clemente Caetano de Almeida	Negociante
29.	Luís Ribeiro Nunes	Negociante
30.	Antonio Rodrigues Maia	Negociante
31.	Manoel José Barbosa Guimarães	Negociante
32.	José Pinto da Silva	Negociante
33.	José Antonio de Oliveira	Negociante
34.	Manoel José Cardoso e Silva	Negociante
35.	José da Silva Castro	Tenente
36.	Tomás Cerqueira da Cunha Vasconcelos	Tenente ajudante de Cavalaria da Legião do Marajó
37.	Manoel Antonio Gonçalves Carneiro	Tenente coronel
38.	Joaquim Francisco da Silva	Tenente coronel do 1º Regimento de 1º Linha
39.	Antonio Pereira de Carvalho	Tenente do 1º regimento de Infantaria de 1ª linha
40.	Francisco de Brito Militão	Tenente do 2º Regimento da 1ª linha de infantaria
41.	Antonio José Alves Província	Tenente do 3º Regimento de Linha do Pará
42.	João José Pereira de Faria	Tenente secretário do 2º regimento de 2ª linha
43.	José Ribeiro do Rego	Vigário da Igreja da Vila de Bragança

Fonte: Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 162, doc. 12383.

Entre os 206 deportados que seguiam na galera “Maria”, somente subscreviam a carta 43 indivíduos. Esse rol pode ser classificado, segundo a ocupação profissional, do seguinte modo: 10 indivíduos assinavam seus nomes sem declarar suas atividades; 2 eram funcionários da Alfândega, 4 declaravam exercer atividades mistas, combinando funções militares com

negócios comerciais; 14 eram militares de 1ª e 2ª linha⁵⁹¹; 9 possuíam negócios comerciais; 1 era cirurgião e 3 dos deportados eram religiosos.

Destituídos de suas “fortunas e fazendas”, os reinóis que se mantiveram “fiéis” às alianças com a corte portuguesa haviam deixado para trás mais do que empregos ou funções militares. Desde que migraram para a província paraense, alguns desses indivíduos haviam “interiorizado” a maior parte dos capitais produzidos ao longo dos anos. Eram propriedades, incluindo residências, casas comerciais e sortes de terras. Ocupavam importantes posições nos negócios mercantis, tanto no comércio interno como na importação e exportação entre a capital do reino e aquela província, onde figuravam como consignatários de importantes casas de Lisboa e do Porto.

Ao final da carta que escreveram ainda a bordo da galera Maria, os portugueses deportados do Pará manifestavam o desejo retornar para aquela cidade, a fim de reaver seus bens, como se pode ver na última mensagem da carta endereçada a D. João VI.

“podem ser garantidos por V. Majestade tomando os suplicantes debaixo da sua imediata proteção na lembrança que todos totalmente exaustos dos meios de subsistência, por se verem arrancados imperiosamente do centro de suas casas, e famílias, deixando em abandono suas propriedades, fazendas e escravaturas, eles suplicam a V. Majestade *os tome debaixo de sua Pastoral Magnificência, permitindo-lhes a faculdade de se prestarem a restaurar aquela capitania quando V. Majestade assim o houver por bem*⁵⁹²”. [Itálico nosso]

Durante o tempo que permaneceram em Lisboa, com os poucos ou quase nenhum recurso de suas “fortunas”, os “*emigrados do Brasil*”⁵⁹³ se valeram das ações do Estado português. Em Lisboa, receberam assistência da Corte, através de uma “Comissão nomeada por Sua Majestade o Imperador e Rei Nosso Senhor para promover e distribuir os donativos em favor dos Emigrados do Brasil⁵⁹⁴”.

⁵⁹¹ No século XVIII, as tropas [luso-brasileiras] que havia no Brasil estavam organizadas em três “Linhas ou níveis: 1ª Linha: eram os Regulares, que formavam as “Tropas Pagas”; 2ª Linha, que eram auxiliares e, depois de 1796, passaram a Milícias; e a 3ª Linha ou Ordenanças. No século XIX, no ano de 1824, essas tropas foram transformadas em: 1ª Linha, Exército; 2ª Linha do Exército (depois de 1831, Guarda Nacional). Para saber mais, consultar: NOGUEIRA, Shirley Maria Silvia. *Soldadesca Desenfreada: politização militar no Grão-Pará na era da independência (1790-1850)*. Salvador (tese de doutorado), UFPA, 2009; e LIMA JÚNIOR, Augusto. *Crônica Militar*. Belo Horizonte: Gráfica Santa Maria S/A, 1960.

⁵⁹² Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.162, doc. 12383.

⁵⁹³ Como se pode ver através da política de auxílio implementada pelo governo português através dessa subscrição de socorro aos emigrados do Brasil, a expulsão de portugueses do Brasil após a independência atingiu de forma ampla o país como um todo, onde o Pará representava uma parte dos deportados.

⁵⁹⁴ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 163, doc. 12498. Requerimento de Manuel Pinto, emigrado do Pará, para o rei [D. João VI], solicitando passaporte para seguir viagem de regresso para a província do Pará.

À frente da Comissão de Assistência aos emigrados estava Jacinto José Dias de Carvalho, negociante da Praça de Lisboa, nascido em Braga em 1776, que se notabilizou como importante representante da Corte portuguesa em órgãos de assistência pública e promoção da praça do comércio da capital do Reino. Em 1821, estava entre os membros da “Comissão para Melhoramento do Comércio da cidade de Lisboa”, criada por determinação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, etc. O propósito da comissão era o melhoramento dos negócios entre Portugal e o Brasil, conforme publicava um projeto em 1822.⁵⁹⁵

Sua atividade no campo da assistência pública ficou registrada na edição que fez, em 1844, da obra intitulada “*Microcósmo ou mundo pequeno que se oferece aos pequenos Benfeitores do Asylo de Mendicidade*”.⁵⁹⁶ Nesse trabalho, em que se reporta à sua atuação como secretário do órgão, faz uma breve referência de sua nomeação por D. João para atuar no auxílio aos emigrados do Brasil. Nele descreve: “já sucedeu em n’outra, [comissão] de muito maior trabalho, mas toda de beneficência, como foi a promover socorros para emigrados do Brasil, e para qual fui nomeado por El Rei Sr. D. João VI”.⁵⁹⁷

O esforço empreendido pela comissão de assistência aos emigrados do Brasil ficou registrado numa publicação realizada através da Imprensa Régia em 1827, um ano após o falecimento de D. João VI, intitulada “*Subscrição e Socorros aos emigrados do Brasil*”⁵⁹⁸, documento em que podemos atestar o significado das repercussões causadas em Portugal da expulsão dos lusitanos do Brasil após a independência.

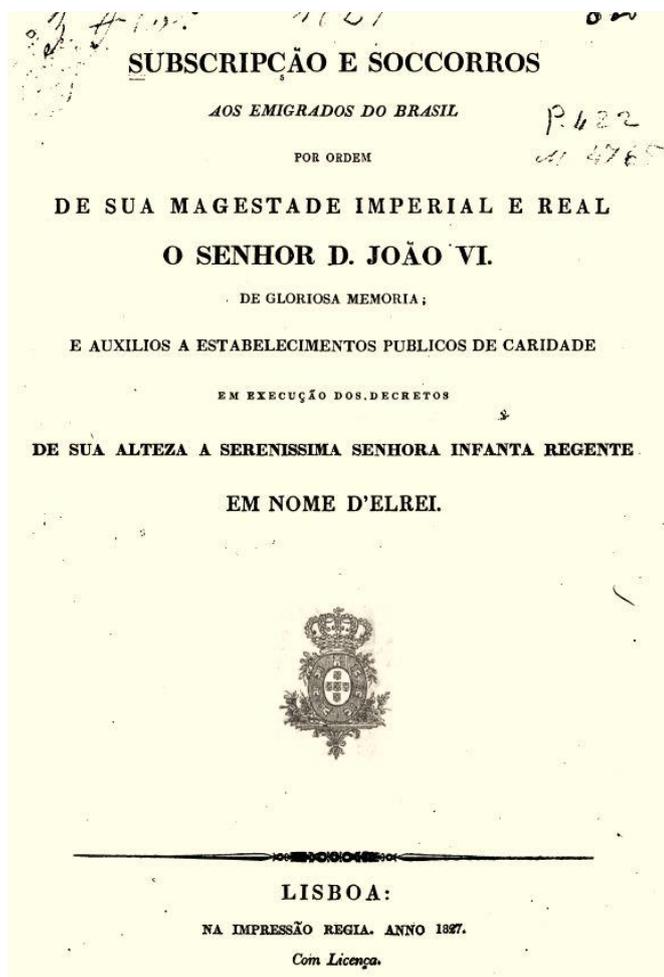
⁵⁹⁵ Cf. SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Portuguez, applicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo Sexto, MDCCCLXII. P. 180. Disponível em <https://books.google.com.br/books>.

⁵⁹⁶ Ver CARVALHO, Jacintho José Dias de. *Microcósmo ou mundo pequeno que se oferece aos pequenos Benfeitores do Asylo de Mendicidade, erecto no extinto Convento de Santo António dos Capuchos nesta cidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844. P. 6.

⁵⁹⁷ Idem.

⁵⁹⁸ *Subscrição e Socorros aos emigrados do Brasil* por ordem de sua Magestade Imperial e Real o Senhor D. João VI, de gloriosa memória, e auxílios aos estabelecimentos públicos de caridade em execução dos decretos de Sua Alteza a Sereníssima Senhora Infanta regente em nome d’El Rei. Lisboa: na impressão régia, ano de 1827.

Figura 18



Capa de Rosto da “Subscrição e Socorros aos emigrados do Brasil”, publicada em 1827.

Numa campanha que envolveu grande parte dos organismos vinculados ao Império Português, tais como o corpo eclesiástico, Secretarias de Estado, o corpo diplomático das várias partes do mundo onde Portugal possuía chancelaria – como, por exemplo, de Londres, que foi responsável por arrecadar 1:473\$185 réis –, as comarcas e seus representantes, assim como indivíduos ligados ao comércio, entre tantos. A Comissão conseguiu levantar uma subscrição no valor de 44:281\$406 réis, a ser aplicada em favor dos emigrados do Brasil.

Os beneficiados pelos recursos arrecadados na subscrição estavam dispostos em uma lista nominal, onde constavam os registros pessoais e valores arrecadados por cada indivíduo ou instituição. As subvenções se destinavam principalmente ao custeio de transporte, assistência médica e abrigo dos “emigrados do Brasil”. Segundo a distribuição espacial do território brasileiro, os “emigrados” assistidos podem assim ser observados: São Paulo, 1; Rio

de Janeiro, 18; Bahia, 351; Alagoas, 12; Pernambuco, 206; Paraíba, 24; Ceará, 1; Piauí, 2; Maranhão, 63; Pará, 79.

Segundo consta no relatório a respeito da Distribuição da “Subscrição e Socorros aos Emigrados do Brasil”, foi gasta com 757 indivíduos a quantia de 30:990\$440 réis com transportes, tendo sido remetido o restante para o socorro aos estabelecimentos de caridade de Lisboa, onde foram atendidos os deportados, a saber: 5:000\$000 entregues à Mesa da Santa Casa de Misericórdia da Corte; 2:000\$000 ao Hospital Real de São José, “para a reforma de indispensável de roupas e cobertores dos doentes”, e finalmente 6:290\$966 para a Santa Casa de Misericórdia entregar ao Hospital Real do Expostos que existe sob sua administração⁵⁹⁹.

Além de prestar socorro e assistência aos lusitanos deportados das províncias brasileiras, o que estava em jogo era o fato de que importantes negociantes e seus investimentos estavam em risco. Prestar auxílio aos emigrados e facilitar a volta desses indivíduos a fim de retomar suas atividades era muito mais do que prestar assistência individual; era reatar importantes negócios que estavam prejudicados pelas manifestações que se processavam em importantes capitais brasileiras após a independência. Cabe destacar, diante dos números apresentados no caso das províncias da Bahia, Pernambuco e Pará, que as tensões entre os “brasileiros” e “portugueses” se mostraram mais intensas do que em São Paulo, Ceará, Alagoas e Piauí, por exemplo, que não ficaram na casa de uma dezena de expulsos.

Porém, interessa-nos seguir a trilha dos indivíduos estabelecidos no Pará, que depois de serem deportados e permanecerem em Lisboa, resolvem retornar à província paraense. Entre os 79 indivíduos que reemigram⁶⁰⁰ em 1825, destacamos alguns dos quais já havíamos localizado nas suas primeiras entradas, através dos registros de solicitação de passaportes, e conseguimos rastrear notícias envolvendo seu nome até o seu falecimento.

⁵⁹⁹ *Subscrição e Socorros aos Emigrados do Brasil, por ordem de sua Magestade Imperial e Real o Sr. D. João VI de gloriosa memória e auxílio aos estabelecimentos Públicos de Caridade em execução dos Decretos de Sua Alteza Sereníssima Senhora Infanta Regente em Nome de El Rei*. Lisboa: Impressão Régia, 1827.

⁶⁰⁰ Através da observação dessa mobilidade populacional ocorrida em função dos episódios que cercam o processo de “adesão” ao império brasileiro, localizamos entre os portugueses residentes e os que imigraram em tempos diferentes o fenômeno presente nos processos migratórios da *reemigração*, que mostra, através da recorrência de um mesmo indivíduo em movimento, a propriedade instável que são as migrações. Há poucos estudos que se dedicaram à análise dessa questão, entre os quais localizamos os mais importantes: ALVES, Jorge Fernandes. “*Brasileiros*” *emigração e retorno no Porto Oitocentista*: Porto: Faculdade de Letras da UP, 1993; e OLIVEIRA, Isabel Tiago de. *Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX, Análise Social*, vol. XLII (184), 2007, 837-852.

Manoel José Monteiro

Um destes era o português Manoel José Monteiro, um nortenho natural do arcebispado de Braga, que seguiu um caminho bem familiar nas rotas das migrações portuguesas no início do século XIX.⁶⁰¹ Partiu de sua cidade para a capital do reino, onde buscava desenvolver seus talentos comerciais. Em Lisboa, a atividade comercial lhe permitiu a aproximação com outras famílias de negociantes. Nesses encontros de negócios, deve ter conhecido a jovem Catarina Josefa Cândida, filha de Antonio José e Joaquina Rosa, naturais da Vila de Setúbal, arredores da grande Lisboa, igualmente negociantes, com quem resolveu casar-se.

O consórcio com Catarina não somente consolidava a sua condição de negociante, como também ampliava seus horizontes mercantis. Residiu na casa de seu cunhado João Antonio de Carvalho, no Largo da Olaria, nº 26, em Setúbal. Depois resolveu migrar para a província do Pará, ao encontro de outro irmão de sua esposa, que ali estava estabelecido com negócios.⁶⁰²

Quando resolveu viajar em 25 de maio de 1804, Manoel estava com 31 anos de idade e já possuía registro de negociante. Nesse seu registro inicial, não levou sua esposa Catarina, porque ficara grávida de seu primeiro e único filho.

Entre a sua chegada e o estabelecimento de seus negócios no Pará, ficaram poucas notícias. Sabe-se que, cinco anos depois que chegou a Belém, não se pode dizer se havia conseguido algum recurso nessa província. Por outro lado, os problemas em Portugal se tornaram cada vez mais difíceis em função da saída da Corte para o Rio de Janeiro em 1808. Foi nesse cenário de acontecimentos que Manoel resolveu trazer para sua companhia, em 1809, a sua esposa dona Catarina Josefa Cândida e seu filho menor de idade João José Monteiro.⁶⁰³

Em 1816, novamente localizamos Manoel em movimento. Naquele ano, o negociante português alegava ter a saúde comprometida por uma moléstia contraída no Pará, por isso resolveu pedir licença para se tratar no Reino. Ao final de seu tratamento, e “achando-se já com melhoras solicitou registro de embarque ao Pará”. Na oportunidade em que voltava, trazia em

⁶⁰¹ Ver. PEDREIRA, José M. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamentos e percursos sociais*. *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2.º-3.º), 407-440. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/.pdf>. Ver também: COSME, João dos Santos Ramalho. *Emigração Portuguesa para o Brasil na 2ª metade do século XVIII, Sumário de Lição*. Universidade de Lisboa, 2007, p. 6-7.

⁶⁰² Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.129, doc. 9937. Requerimento de Manuel José Monteiro, para o príncipe regente [D. João], solicitando concessão de passaporte com destino à cidade de Belém do Pará.

⁶⁰³ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.142, doc. 10780. Requerimento de Catarina Josefa Cândida, para o príncipe regente [D. João], solicitando passaporte com destino à cidade de Belém do Pará, acompanhada de seu filho menor, João José Monteiro, indo ao encontro de seu marido Manuel José Monteiro.

sua companhia a sua mãe, Joaquina Rosa, de 69 anos, e seu sobrinho José Maria, de 4 anos”.

Em duas décadas de permanência no Pará, antes de ser “deportado” em 1824 na galera “Maria” para o reino, Manoel José Monteiro passou a ser um importante elo de uma cadeia migratória⁶⁰⁵ familiar entre Portugal e o Pará. Este não somente construiu estabelecimento na terra paraense, como também gradativamente foi “preparando o terreno” para o deslocamento de grande parte de seus parentes para o norte do Brasil. Através dos anos de trabalho no Pará, conseguiu algum recurso que o permitia trazer sua família para a sua companhia.

Através de seu testamento de 1837, aberto em Belém do Pará, Manoel declarava: “orçando a minha Casa [comercial], acho que pela misericórdia do sr. montará em doze a quatorze contos de réis”⁶⁰⁶. Os cabedais acumulados por esse negociante não o colocaria numa posição econômica de grande destaque, porém representava todo o investimento acumulado e enraizado⁶⁰⁷ em anos de permanência na província do Pará. É provável que sua “fortuna”, suas “fazendas” e a permanência de sua família na região tenham influenciado no seu desejo de reemigrar.

Assim, como vimos, Manoel José Monteiro estava entre os portugueses que foram deportados em 1824. Com poucas possibilidades em Lisboa, esse negociante recorreu à Comissão de Socorro aos Emigrados do Brasil, em 21 de outubro de 1825, justificando que “por causa das dissidências no Brasil, se viu obrigado a sair do Pará com toda a sua família, e porque pretende regressar para a mesma província no Brigue “Pensamento Feliz”, e que se vê destituído de meios como se verifica”⁶⁰⁸.

De acordo como atestava Jacinto José Dias de Carvalho pela comissão de socorros, Manoel Monteiro “estava nas circunstâncias de poder participar dos benefícios da subscrição”, assim recebendo para o seu transporte ao Pará, levando consigo seu filho João José Monteiro, de 21 anos, seu caixeiro José Rodrigues (A)Morim, 24, e um criado preto de nome Antonio, de 20 anos, a importância de 20\$000 réis.

⁶⁰⁴ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.147, doc. 11283. Requerimento do negociante Manuel José Monteiro para o rei [D. João VI], solicitando a concessão de passaporte com destino ao Pará, levando em sua companhia sua mãe, Joaquina Rosa, e seu sobrinho, José Maria.

⁶⁰⁵ Cf. TRUZZI, Oswaldo Mário S. e SCOTT, Ana Silvia. *Tipologias migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu –MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

⁶⁰⁶ Testamento de Manoel José Monteiro, ano 1837, cx. 04, CMA.

⁶⁰⁷ Ver DIAS, Maria Odila Leite da S. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁶⁰⁸ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.163, doc. 12495. Requerimento de Manuel José Monteiro para o rei [D. João VI], solicitando passaporte para seguir viagem para a província do Pará a bordo do brigue “Pensamento Feliz”.

Depois de seu retorno ao Pará em 1825, poucas foram as informações a respeito de seu nome. Sabe-se, através de seu testamento aberto em 1837, porém já escrito desde 1831, que tinha 51 anos quando produziu tal documento de final de vida e provavelmente tenha falecido com cerca de 57 anos em Belém.

Também foi por meio desse documento como expressão de sua última vontade, que reconhecemos mais alguns aspectos da vida do português Manoel José Monteiro. Embora sempre se declarasse negociante, dedicou uma parte de sua vida às funções militares na província, pois, observando em seu testamento, Manoel declarava ser irmão da irmandade militar de Santo Cristo e recomendava: seu sepultamento devia ser feito somente por “ela [irmandade] e pelo nosso capelão [que] me devem acompanhar”. Recomendava que concedesse esmola de duas patacas aos soldados que o acompanhassem e cinco para aqueles soldados que o carregassem até a sepultura⁶⁰⁹.

Consta ainda que sua mulher dona Catarina Josefa Cândida faleceu em 16 de maio de 1827, em Lisboa, quando buscava tratamento. Manoel José Monteiro não teve filhos além de João José Monteiro. Depois que este saiu de sua companhia, passou a viver com um mulatinho chamado Hermenegildo, que “era muito estimado por sua falecida esposa e também veio a ser seu afilhado de crisma”⁶¹⁰. Por esses motivos, fazia recomendações a seu filho e único herdeiro que atendesse o mulatinho “com escola, e instrução de um ofício para o qual tivesse inclinação e também entregasse a este um quarto de casas situado no Largo da Pólvora”.⁶¹¹

Já seu filho, João José Monteiro, depois que retornou ao Pará junto com seu pai, optou por naturalizar-se brasileiro e nessa província permaneceu, onde ocupou funções públicas como a de Coletor Público da Vila de Cameté em 1849⁶¹², fez parte da mesa da irmandade de Nosso Senhor dos Passos, constituiu uma carreira militar, onde ocupou o posto de tenente da 2ª linha de Belém⁶¹³, além de possuir duas propriedades de casa na capital, uma na Rua do Norte e outra na Praça Pedro 2º⁶¹⁴.

A trajetória do português Manoel José Monteiro, que se encontrava listado entre os lusos deportados em 1824, permitiu-nos entrever um percurso seguido por lusitanos que migraram para o Pará ainda nos primeiros anos do século XIX. Manoel viajou para a província

⁶⁰⁹ Testamento de Manoel José Monteiro, ano 1837, cx. 04, CMA.

⁶¹⁰ Idem.

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² Jornal Treze de Maio, ano 1846, dia 17/12/1846.

⁶¹³ Jornal Treze de Maio, ano 1846, dia 11/10/1846.

⁶¹⁴ Lançamento da cobrança das Décimas dos Prédios Urbanos de Belém no corrente ano de 1869, publicado no Jornal Diário de Belém, 18 de fevereiro de 1869.

paraense para desenvolver os negócios familiares. No rastro de sua fixação na cidade, trouxe sua esposa, filhos e grande parte de seu grupo familiar para essa região e, depois de ter sido expulso da província, ao que se mostra, a maior parte de *suas fortunas* produzidas estava enraizada no Pará. Mesmo com todas as adversidades existentes contra os lusos, Manoel resolveu retornar e viver até o final de sua vida.

José Antonio Pereira Guimarães

Ainda entre os migrantes portugueses que foram obrigados a deixar Belém no ano de 1824, está o caso do negociante José Antonio Pereira Guimarães. Esse lusitano se viu na condição de retornar a Lisboa em função dos conflitos que se seguiram ao processo que levou à incorporação da província ao império do Brasil. Em meio às tensões, José Antonio construiu estratégias⁶¹⁵ pessoais, a fim de preservar seus negócios no Pará e redefinições de seu grupo familiar.

José Antonio Pereira Guimarães voltou à capital do reino como passageiro antes da explosão dos movimentos que levaram à deportação de lusitanos em 1824. Talvez por esse motivo não tenha sido listado entre os portugueses que receberam auxílio da Comissão de Socorros aos emigrados do Pará. Seu nome, portanto, não se encontra entre os 79 indivíduos que recorreram a esse organismo a fim de solicitar auxílio para se manter, voltar à província e reaver seus bens no Pará, isso porque o lusitano José Antonio, mesmo estabelecido na Praça de Belém, conseguiu manter laços familiares e negócios tanto na capital do reino como naquela cidade nortista do Brasil.

Em seu testamento lavrado em Lisboa, em 28 de abril de 1828, fazia a seguinte declaração a respeito de sua saída da província paraense: “Declaro que quando me retirei para esta cidade que embarquei no Pará em 3 de março de 1824. Deixei encarrego (sic), e entregue em Casa a João Manoel Pereira meu sócio e o encarreguei de fazer cobrança, e promover

⁶¹⁵ Na construção das trajetórias individuais de imigrantes, o conceito de estratégia, fortemente desenvolvido na sociologia nos trabalhos de BOURDIEU, e depois na antropologia, com os imprescindíveis estudos de BARTH, Frederik. *Process and social form in life*. Vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981, ajuda a pensar a lógica das escolhas e decisões articuladas por grupos familiares ou indivíduos. Entre os historiadores, o trabalho desenvolvido por LEVI, Geovanni. *A Herança Imaterial, trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, é bastante exemplar no sentido de demonstrar como nas tramas das microrrelações sociais os indivíduos constroem mecanismos pessoais a fim de manterem sua inserção social, nem sempre segundo os padrões normativos e sociais dominantes. Além dos trabalhos indicados, ver também: KOK, Joan. Principles and prospects of the life course paradigm. Belin. *Annales de démographie historique*, 2007/1 – n° 113, pp. 203-230. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-Annales-de-demographie-historique-2007-1-page-203.htm>.

arrecadação do se me deva⁶¹⁶”. Pela data de sua saída de Belém, é possível reconhecer que esse português resolvia deixar a cidade em plena efervescência da crise que levou à deportação de vários lusos, mas se retirou antes da culminância das deportações, possibilitando que deixasse os seus negócios aos cuidados de seu sócio, que ficou responsável por manter ativo seu capital.

O negociante José Antonio Pereira era natural da freguesia de São Jorge de Felgueiras, comarca de Guimarães, arcebispado de Braga, filho de José Pereira e de Custódia Ribas. Localizamos seu passaporte de entrada na província do Pará em 22 de outubro de 1803, aos 25 anos, porém acreditamos que antes desse tempo já tivesse relações com a cidade paraense, pois, na documentação de solicitação de viagem, já indicava possuir matrícula como negociante da Praça do Pará⁶¹⁷.

A sua inserção nos negócios da província paraense talvez tenha sido facilitada em razão do estratégico casamento que realizou com dona Alexandrina Gulméria de Souza Cunha, filha do casal Manuel José da Cunha, “administrador da extinta Companhia de Comércio⁶¹⁸”, e sua esposa D. Vitorina Maria Felizarda de Souza e Cunha. Através desse matrimônio, além dos filhos que tiveram, a saber, Manoel Emílio Pereira Guimarães, Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães e Martinho Izidoro Pereira Guimarães⁶¹⁹, José Antonio passava a ter acesso privilegiado ao circuito de negócios entre o Pará e os portos lusos que fora desbravado por seu sogro Manuel Cunha.

De acordo com a lista de embarcações que circulavam pela barra do Pará, notamos que, entre 1809 e 1818, Antonio José praticou negócios tanto através da navegação de longo curso como pelo chamado comércio interno. Como proprietário da goleta⁶²⁰ portuguesa Flor do Pará, realizou várias viagens nesse período para a cidade de Caiena.⁶²¹ Não a propósito, esse comerciante estabelecido no Pará estava entre os negociantes que abasteceram de mercadorias as tropas durante a invasão da Guiana Francesa, fazendo, desse negócio, importante fonte de

⁶¹⁶ Autos da Conta do Testamento e Declaração com que faleceu José António Pereira Guimarães e de quinhões, ANTT, Feitos Findos, Inventários *post mortem*. Letra J, Mç. 410, nº 23.

⁶¹⁷ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 127, doc. 9771. Requerimento do negociante da cidade do Pará, José António Pereira Guimarães, matriculado na Junta Real do Comércio, ao príncipe regente [D. João], solicitando passaporte para regressar à província do Pará, atendendo à conclusão dos assuntos que o levaram a Lisboa.

⁶¹⁸ Ver SOUZA JUNIOR, José Alves. *Tramas do Cotidiano, Religião, política e Negócios no Pará do Setecentos*. Belém-PA: Ed. UFPA, 2012. P. 292.

⁶¹⁹ Autos da Conta do Testamento e Declaração com que faleceu José António Pereira Guimarães e de quinhões, ANTT, Feitos Findos, Inventários *Post Mortem*. Letra J, Mç. 410, nº 23.

⁶²⁰ Goleta ou escuna: é uma pequena embarcação de origem espanhola, que possuía a vela gávea situada na proa. Era usada para o comércio em pequenas distâncias (cabotagem).

⁶²¹ Ver. Arquivo Público do Estado do Pará, Registros Códice 645, Série: Abaixo-assinados da navegação com o comandante da fortaleza da Barra (1808-1832).

recursos, conforme pode ser visto em 1815, quando este recebeu uma letra no valor de 400\$000 réis a ser paga em Belém, pelos gêneros fornecidos à colônia ocupada.⁶²²

Ainda nesse período, foram frequentes as viagens que realizou a partir de Belém para os portos de Bragança e Maranhão, através da escuna portuguesa “Flor do Pará”. Através desse circuito de negócios marítimos, Antonio José construiu importantes contatos com outros comerciantes que exploravam tais rotas, como foi o caso do negociante João Antonio Rodrigues Martins, dono da escuna “Santo Antonio”, que fazia viagens para os portos maranhenses.

Outras evidências de seus negócios no Pará podem ser vistas através de seu Auto de conta de testamento escrito em 1827, em Lisboa. Consta que havia constituído uma sociedade de exportação com Antonio Pinheiro de Oliveira, que transportava gêneros da província com os portos de Inglaterra. Em Belém, possuía uma loja em que, antes de ele se retirar do Pará em função dos episódios de 1823, promoveu o seu caixeiro João Manoel Pinheiro como sócio, a fim de continuar seus investimentos.

Contudo, o que torna muito curiosa a trajetória desse português reside no fato que envolveu justamente os acontecimentos relacionados ao seu retorno a Lisboa em 1824.

Antes de ser obrigado a retornar para Lisboa, José se havia tornado viúvo pelo falecimento de d. Alexandrina Gulméria de Souza Cunha, quando ainda estava no Pará. José Antonio, então, ao chegar à capital do reino, em pouco tempo realizou o segundo casamento em Lisboa. Contraiu matrimônio com dona Ana Gertrudes de Souza Aguiar, filha do falecido José de Souza Aguiar e dona Maria Gertrudes de Souza Aguiar, que passou a cuidar dos três filhos do primeiro casamento dele. Quando José Antonio escreveu o seu testamento em 1825, um ano depois de se casar, dizia que sua esposa se encontrava “pejada⁶²³” de uma criança. Em 1837, através do testamento de um de seus filhos “paraenses”, Manoel Emílio, ficamos sabendo que sua segunda esposa Ana Gertrudes ainda teve duas meninas de José Antonio.

Essa situação deixava claro que José Antonio Pereira Guimarães possuía laços familiares e de negócios, divididos entre duas famílias, uma em Portugal e a outra no Pará, a qual fazia questão de manter, mesmo depois dos acontecimentos políticos que se deram na província. Numa situação bem diferente da do grupo de deportados, que alegavam ter deixado todos os seus investimentos na província paraense, José mostrava ter amparo tanto na cidade

⁶²² Cf. SOUZA JUNIOR, José Alves. *Tramas do Cotidiano, Religião, política e Negócios no Pará dos Setecentos*. Op. cit., 325.

⁶²³ Mulher que se encontra em estado de gravidez.

de Lisboa, como em Belém. Isso pode explicar o porquê de não ter recorrido aos recursos de socorro fornecidos pelo governo português aos emigrados do Brasil.

Quando os “emigrados” começaram a retornar ao Pará, as preocupações com a segurança não eram as menores. Através de seu testamento escrito aos 43 anos de idade, ele demonstra os perigos que representava viajar ao Pará, assim como evidencia os laços que possuía entre esses dois territórios, dizendo: “Achando-me na idade de quarenta e três anos, estando no meu perfeito juízo, como saúde, porém tendo que fazer uma viagem ao Pará, e temendo ser surpreendido da morte, sem prevenir as minhas disposições a bem da minha alma, e meus herdeiros”. Mais que o temor da morte, talvez o temor de não poder expressar a “sua última vontade” e as suas recomendações aos vivos sobre os desejos que gostaria que fossem seguidos por seus parentes é que movia a abertura de seu testamento.⁶²⁴

Caso viesse a morrer em Lisboa, dizia José Antonio: “serei sepultado no convento mais próximo, acompanhado unicamente do meu cura, e cruz da Tolrica⁶²⁵, carregado por quatro pobres a quem se dará dois mil réis a cada um, e nada de armação de casa”. Porém, se ocorresse de vir a falecer na cidade do Pará, pedia: “serei conduzido em uma rede ao cemitério, por quatro pobres que receberão a mesma esmola de dois mil réis cada um”. José Antonio faleceu em Lisboa em 6 de abril de 1827, com seu funeral sendo realizado na Igreja de Santa Maria Madalena, com os custos de 26\$160 réis. As despesas com transporte e utensílios somaram 6\$880, e mais esmolas de 2 mil réis a cada um dos quatro pobres que acompanharam o enterro⁶²⁶.

A respeito de seus familiares, indicava sua esposa Ana Gertrudes de Souza Aguiar como testamenteira, a quem deixava sua terça, “em atenção ao muito bem que tem tratado [seus] filhos”, recomendando que continuasse a tratar destes com “zelo e caridade, até concluir seus estudos e poderem retornar para a sua pátria no Pará”. Ainda sobre seus filhos dizia:

⁶²⁴ A preparação de uma morte “bela” passava por ritos fundamentais, entre os quais as recomendações de sua última vontade transcritas no testamento. Os estudos realizados apresentam mais informações em torno dos ritos fúnebres, entre os quais se destacam: ARIÈS, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1989; REIS, João José. *A morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁶²⁵ As cruces presentes nos ritos fúnebres estavam associadas ao sentido de martírio. Cf. *Dicionário dos Símbolos, imagens e sinais da arte Cristã*. Ed. Paulus. No século XVII as pessoas gradas da França exibiam cruces em seus túmulos. Com a introdução do cemitério ao ar livre, tumbas de pobre e pessoas modestas passam a ser identificadas com tais símbolos. Ver: ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.362. No Brasil, a presença dos padres carregando cruces na procissão do viático, acompanhadas por pobres e irmãos era observado nos ritos fúnebres da Bahia oitocentistas. REIS, João José. *A morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁶²⁶ Autos da Conta do Testamento e Declaração com que faleceu José Antônio Pereira Guimarães e de quinhões, ANTT, Feitos Findos, Inventários *Post Mortem*. Letra J, Mç. 410, nº 23.

“Manuel Emílio Pereira Guimarães depois de acabar de aprender inglês que vá para uma casa de comércio inglesa até a idade de 18 e 20 anos, depois se recolha a sua pátria, os dois mais pequenos, seguirão os seus estudos aprendendo o que a sua lição lhe ditar, em estando em termos vão para a companhia de seu irmão mais velho”.

O interesse pelas migrações não se esgotava com José Antonio Pereira. Os negócios e as relações familiares construídas pela família de seu primeiro sogro, Manuel José da Cunha, e toda sorte de investimentos que havia desenvolvido não poderiam ser ignorados por seus sucessores. Não temos notícias de que todos os seus filhos “paraenses” tenham retornado para o Brasil, como pretendia seu pai, mas é certo que Manoel Emílio permaneceu em Belém, onde manteve ativas pelo menos três firmas comerciais, uma chamada Viúva & Filho de José Antonio Pereira Guimarães, que era feita entre este e dona Ana Gertrudes, que no Pará era representada por Manoel José Monteiro.

Possuiu, ainda, sociedade com Manoel José Leal de Carvalho e outra firma com um sócio no Maranhão, chamado José Alberto Ribeiro. Manoel Emílio Pereira Guimarães morreu precocemente em Belém do Pará em 1837, em função de “graves moléstias que lhe afetaram”, quando estava à frente dos negócios de sua família⁶²⁷.

* * *

Através das trajetórias dos deportados do Pará, vimos como se processou essa fase demarcada por rivalidades e negociações entre “brasileiros” e “portugueses” nos anos inaugurais da nação brasileira. Das tensões políticas e manifestações populares, observamos como um grupo de indivíduos lusos manteve, por meio de seus negócios e famílias, estratégias de permanência de vínculos com a região, alguns dos quais, valendo-se da prerrogativa da Lei prevista na Constituição, tornaram-se brasileiros adotivos e mantiveram com alguma vantagem seus negócios.

Porém, foram as tensões marcadas por rivalidades antilusitanas que demonstraram a situação em que viveram os portugueses no Pará após a adesão à independência. A demissão dos lusitanos dos cargos públicos e militares e a posterior expulsão destes para Lisboa, ainda que tenha sido uma estratégia política da Junta Governativa para atenuar as revoltas populares que se mostravam insatisfeitas com o domínio luso no Pará independente, refletem um clima bem adverso vivido pelos portugueses que encontravam naquela região.

⁶²⁷ Testamento de Manoel Emílio Pereira Guimarães, ano 1837, cx. 04, CMA.

Contudo, mesmo diante do clima pouco favorável às viagens para a província paraense na década de 1820, como demonstra o negociante José Antonio Pereira Guimarães, que se viu na condição de escrever a sua disposição de última vontade – “aos 43 anos, estando no meu perfeito juízo, com saúde, *porém tendo que fazer uma viagem ao Pará, e temendo ser surpreendido da morte*, sem prevenir as minhas disposições a bem da minha alma, e meus herdeiros” –, e apesar dos temores que rondavam aos lusitanos, o retorno dos portugueses expulsos em 1824 e de outros que vieram pela primeira vez entre 1824 e 1830, chegando a 92 solicitações de passaportes, demonstra que havia interesses que motivavam os portugueses a continuar migrando ao Pará.

Finalmente, as tensões antilusitanas no pós-independência ainda estavam longe de expressar os maiores enfrentamentos que viveriam os imigrantes portugueses na terra paraense. O ódio aos lusitanos ganharia tons dramáticos na década seguinte, por meio dos movimentos populares que ficaram conhecidos como Cabanagem. É nesse período de violência contra os portugueses que trataremos das migrações lusas na seção seguinte.

3.2 – A CABANAGEM E AS MIGRAÇÕES

Sob o lema de “morte aos portugueses e aos maçons⁶²⁸”, explodia em 1835 no Pará um dos movimentos mais dramáticos da história dessa província. Condenado por muitos dos que viveram aqueles tempos e ignorado por uma historiografia contemporânea aos acontecimentos que procurava apagar do passado da gente paraense aqueles difíceis anos, foi, contudo, reinventado e exortado por estudiosos no século XX, que viam nas massas os prenúncios de heroísmo e uma “consciência de classe”⁶²⁹.

A cabanagem constitui um dos temas mais complexos e em constante renovação na historiografia regional. O seu caráter singular e ao mesmo tempo dramático produziu grandes investigadores dedicados ao tema, que têm proporcionado revisitações às mais diversas perspectivas provenientes desse episódio. A releitura de fontes e a descoberta de novas documentações têm contribuído para as constantes possibilidades, tanto no campo da história, como nos mais diferentes campos de investigação.⁶³⁰

Nesta seção, não pretendemos fazer uma revisão ao estudo dos movimentos populares que se deram na província entre 1835 a 1840, mas tão somente tomar como base de nossa reflexão a relação entre os conflitos que se passaram nesse período e a situação vivida pelos portugueses residentes ou que migravam para essa região, bem como demonstrar as formas de resistência, estratégias utilizadas para manter seus negócios e, finalmente, o jogo diplomático que se estabeleceu entre Portugal e essa região brasileira na fase em questão.

No conjunto da investigação sobre migrações portuguesas na província do Pará na primeira metade do século XIX, caberia perguntar: como os lusitanos estabelecidos naquela província ou que para lá se dirigiam viveram esse período? De que maneira a “comunidade portuguesa” assimilou esses acontecimentos? De que forma o governo português se manifestou

⁶²⁸ Com base num dos clássicos estudos dos episódios ocorridos no Pará entre 1821 e 1835, de RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1970, Magda Ricci subtrai que a “bandeira de luta dos levantados em janeiro resumia-se a morte aos portugueses e aos maçons”. Cf. RICCI, Magda. *Fronteiras da Nação e da Revolução: Identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)*. Boletín Americanista, Año LVIII, nº 58, Barcelona, 2008, pp. 77-95.

⁶²⁹ Ver: RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Tempo, vol. 11, nº 22, Niterói, 2007. Nesse artigo, a autora se dedica a fazer uma breve trajetória de como a história dos movimentos populares ocorridos entre 1835 e 1840 foi tratada na historiografia.

⁶³⁰ Cf. MONTEIRO, José Cauby Soares. *Rebeldes, Deschapelados e Pés-descalços: Os Cabanos no Grão-Pará*. Belém: Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGPA, 1994 (dissertação de mestrado); RAMOS, Eliana Ferreira. *Em tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial, a primeira metade do século XIX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

diante desses episódios? Num arriscado jogo de revisitação da Cabanagem pelo “lado do inimigo”, a possibilidade de ver a cidade a partir da perspectiva daqueles indivíduos “alvos” dos ataques nos remete a uma distante experiência proposta nas lições de Ginzburg, ao pensar a pesquisa histórica como um exercício de campo de antropólogo, que se “dava a espreitar por cima do ombro do inquisidor, seguindo os seus passos na esperança, que também ele teria, de que o réu confessasse suas crenças⁶³¹”.

Ao nos debruçarmos sobre uma documentação produzida pelos agentes consulares de Portugal no Pará e várias correspondências trocadas entre esse organismo local e os seus correspondentes no Ministério dos Negócios Estrangeiros, por exemplo, passamos a observar como aqueles indivíduos considerados “inimigos” dos “patriotas” paraenses percebiam as ações populares e a elas reagem. Guardadas todas as proporções em relação aos trabalhos dos inquisidores italianos, reler a documentação portuguesa sobre as revoltas populares no Pará, de alguma forma, possibilitou-nos ver a Cabanagem pelo lado invertido.

Ao invés de termos como ponto de vista a ação desenvolvida pelas lideranças populares e suas estratégias de conquista da cidade de Belém, e depois as disputas internas de um governo cabano, adentramos o consulado e as casas de famílias portuguesas, os navios de guerra que procuravam salvar pessoas e suas fortunas produzidas na cidade. “Observamos” os medos, os arranjos estratégicos para tentar sobreviver aos ataques, “ouvimos” os reclamos dos negociantes contabilizando suas perdas e danos após a invasão da cidade e de suas propriedades, as crises sucessivas que levaram prejuízos aos negócios com as cidades portuguesas, e finalmente as mortes e os seus testemunhos de um tempo de dificuldades para aqueles lusitanos.

Num esforço de análise sobre uma das facetas da imigração portuguesa no Pará na primeira metade do século XIX, vamos nos deter num dos momentos mais críticos do antilusitanismo na província paraense e nas repercussões sobre esse grupo que, mesmo com todas as penalidades sofridas no período, não deixou de continuar a migrar para essa região, tanto que, ao final da década de 1840, já contavam em mais de meia centena ao ano os lusitanos que desembarcavam no Pará como imigrantes.

⁶³¹ Ver: GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo: uma analogia e suas implicações. In *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, col. Memória e Sociedade, 1989.

O vice-cônsul, Francisco Gaudêncio da Costa

No ano de 1829, em razão da política antiliberal imposta pelo governo de D. Miguel em Portugal após a “usurpação do trono”⁶³², chegava a Belém do Pará o negociante português natural da cidade do Porto, Francisco Gaudêncio da Costa. Apesar da forma como deixou para trás seus investimentos no Reino, a escolha dessa região não foi por acaso, por ser conhecedor dos produtos da região, já que executava a reexportação para os portos da Europa e, ao mesmo tempo, bastante familiar, por ter nela estabelecido seu irmão, João Gualberto da Costa, como importante negociante da Praça do Maranhão⁶³³.

É possível que João Gualberto tenha facilitado a inserção de seu irmão Gaudêncio da Costa nos quadros da sociedade paraense quando de sua chegada. João Gualberto, ao que parece, já estava desde 1821⁶³⁴ na província vizinha, pois um periódico local chamado Farol Maranhense aponta informações nesse sentido. Em 1829, João aparece listado entre lusitanos que teriam sido acusados de “*inimigos da independência*”, o que não condizia com a verdade, segundo informava o redator do periódico, pois esses portugueses, entre os quais João Gualberto, eram “nossos irmãos adotivos, que entre nós se tem distinguido pelo zelo, que nos mostram a favor de nossas causas políticas e são pelos brasileiros cordialmente amados”⁶³⁵.

Não a propósito, ainda na mesma nota o articulista demonstra a *cordialidade* com que os brasileiros do Maranhão tratavam os “irmãos por adoção”⁶³⁶. Nela, demonstra que o “zelo e dedicação” de João Gualberto da Costa acabaram rendendo-lhe a eleição pelos brasileiros como Conselheiro da Província maranhense. O irmão de Francisco Gaudêncio, além de seus negócios de exportação, conseguir trilhar importantes cargos da administração pública no Maranhão. Em 1830, aparece como membro da Câmara Municipal e Provedor da Saúde, espaços estratégicos, especialmente para o *desembaraço* fiscal de navios chegados ao porto que deviam passar pela visita sanitária⁶³⁷.

⁶³² Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, Nuno G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. Lisboa: Fundación Mapfre/Objectiva, 2013. P. 69.

⁶³³ Jornal o Conciliador do Maranhão, nº 39, sábado, 24 de novembro de 1821.

⁶³⁴ Em 1821 João Gualberto da Costa aparece entre os assinantes e subscritores do Jornal Conciliador do Maranhão, residente na cidade de São Luís. Ainda no mesmo periódico seu nome se encontra listado entre os lusitanos que compareceram na Casa da Câmara no dia 19 de dezembro de 1822, a fim de prestar juramento de fidelidade a El Rei Constitucional e à Constituição da Monarquia Portuguesa. Jornal o Conciliador do Maranhão, nº 151, sábado, 21 de dezembro de 1822.

⁶³⁵ Jornal Farol Maranhense, nº. 140, 10 de novembro de 1829.

⁶³⁶ Essa imagem dos laços de amizade entre portugueses e brasileiros como irmãos do mesmo sangue é um tema especialmente desenvolvido por MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Op. cit.

⁶³⁷ Cf. BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Editora da UFPA/Goeldi Editoração, 2004. Nessa obra, Jane dedica atenção em perceber como era feito o controle sanitário dos navios que

Foram possivelmente essas referências que fizeram Francisco Gaudêncio ser indicado para assumir o vice-consulado de Portugal no Pará. É certo que uma carreira diplomática nessa época era muito mais um convite de conveniência, do que um fator determinado por alguma formação profissional.⁶³⁸ Geralmente, súditos de sua nacionalidade combinavam as atividades comerciais com a função consular. Era assim que fazia o comerciante inglês John Hesketh, que possuía negócios no Pará e era cônsul britânico nessa cidade⁶³⁹; Denis Crouan, negociante francês, era proprietário de uma perfumaria e uma loja de chapéus na rua dos Mercadores, e desempenhava funções de cônsul da França no Pará⁶⁴⁰.

O nome Francisco Gaudêncio da Costa se notabilizaria como um dos mais influentes negociantes da praça do Pará no século XIX em pelo menos duas gerações familiares. Casado com D. Ludovina Nery da Costa, teve com ela cinco filhos: Francisco Gaudêncio da Costa Junior, Matilde Ludovina da Costa, que se casou com Henrique de La Rocque⁶⁴¹, Augusto Eduardo da Costa, Emília da Costa e Adelaide da Costa. Após o seu falecimento em 1850⁶⁴², seu filho Francisco, com o mesmo sobrenome, levará adiante os negócios familiares através da firma Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos.

Entretanto, o que nos interessa da trajetória desse negociante português, mais do que sua próspera atividade comercial na província paraense,⁶⁴³ é sua passagem pelo vice-consulado de Portugal no Pará. Com menor visibilidade, chegamos a pequenas notas de sua passagem por esse cargo⁶⁴⁴, por vezes, confusa quanto à identidade dos “Franciscos Gaudêncio da Costa”, por vezes atribuindo a seu filho o cargo de vice-cônsul, que foi exercido pelo pai.

chegavam aos portos do Pará em função das constantes ameaças de doenças contraídas pelos passageiros. Do ponto de vista dos negócios, a quarentena dos navios causava prejuízos por se perderem mercadorias perecíveis que vinham importadas da Europa. Abreviar esse período requeria mecanismos e estratégias pessoais que poderiam advir de um bom relacionamento nos postos de comando.

⁶³⁸ Cf. CLEARY, David. *Cabanagem, documentos ingleses*. Belém: SECULT/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 12.

⁶³⁹ Cf. CLEARY, David. *Cabanagem, documentos ingleses*. Op. cit. p.12.

⁶⁴⁰ Lançamento feito pela Recebedoria de Rendas Provinciais dos diferentes impostos cobráveis no corrente ano de 1851. Publicada no Jornal Treze de Maio, 1852.

⁶⁴¹ A respeito do casamento de Henrique de La Roque com d. Matilde Ludovina da Costa, ver: BATISTA, Luciana M. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870* (Dissertação de Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004; BARROSO, Daniel Souza. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. UFPA/IFCH/PPGHIS, 2012; CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma capital Amazônica, Belém 1870-1920*. Belém: Ed. Açai, 2011.

⁶⁴² Testamento de Francisco Gaudêncio da Costa, ano 1850, cx. 06, CMA.

⁶⁴³ Abordamos uma trajetória dos negócios de Francisco Gaudêncio da Costa no capítulo II.

⁶⁴⁴ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. In: *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, 15 talvez tenha uma das primeiras citações sobre a atividade consular de Francisco Gaudêncio; Marinho Batista também informa essa sua ocupação, assim como Barroso faz referência à função consular desse negociante.

Não sabemos precisar o ano em que foi nomeado para ocupar essa função, mas muito provavelmente logo após ter chegado a Belém foi recomendada através da Corte do Rio de Janeiro a indicação de seu nome para assumir o vice-consulado de Portugal no Pará. Apesar de sua relutância em se manter à frente desse órgão – do qual por vezes manifestou o desejo de se demitir, conforme escreve ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1834: “tendo ao presente o desejo de ai regressar [Portugal], ao mesmo Augusto Senhor peço a minha demissão, ao qual tendo já requisitado do Cônsul Geral do Rio de Janeiro, este não mo quis dar, sem ordem superior⁶⁴⁵” –, Francisco Gaudêncio da Costa se manteve como vice-cônsul até agosto de 1835, quando ocorreu o segundo ataque a Belém pelos rebeldes, quando foi obrigado a abandonar a cidade, deixando para trás todas as suas “propriedades e fortunas”⁶⁴⁶.

Foi durante o período em que se manteve como agente consular de Portugal na província do Pará que conseguimos *ler*, através das várias correspondências enviadas por Francisco Gaudêncio, a perspectiva dos negociantes e dos imigrantes portugueses residentes na cidade paraense em relação ao desenvolvimento dos movimentos populares. Observar as principais preocupações que rondavam a cabeça desses indivíduos, além das estratégias utilizadas a fim de preservar seus bens, negócios e suas vidas durante essa fase inicial do movimento popular, é o que nos ocuparemos em perceber a partir de agora.

Belém, 1835: uma cidade sitiada

Duas correspondências enviadas pelo vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o sr. Agostinho José Freire, nos fins do ano de 1834 davam o tom de como se encontravam os ânimos da população e a relação com os portugueses residentes no Pará.

A primeira das missivas trazia notícias vindas da Vila de Santarém. Relatava os episódios ocorridos no dia 3 de agosto, quando “uma porção de facciosos armados urgiram as autoridades daquela vila a fazê-los dali sair em transtorno total de seus arranjos de vida e unicamente pelo motivo de terem nascido em Portugal⁶⁴⁷”. Segue a narrativa apresentando o detalhamento dos acontecimentos. Informava que os portugueses residentes em Santarém encaminhavam através do consulado uma “Representação” ao Presidente da Província,

⁶⁴⁵ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0020.

⁶⁴⁶ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0076.

⁶⁴⁷ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0019.

solicitando providências a respeito do ocorrido. Em seu favor, argumentavam serem “comerciantes estabelecidos naquela região, responsáveis pelo transporte de gêneros daquela vila para esta cidade, assim como levavam mercadorias para aquela região”.⁶⁴⁸

De posse de tais informações, que somente chegaram ao consulado no dia 26 de agosto e foram encaminhadas à Presidência da Província, o vice-cônsul fazia a seguinte observação ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, dizendo a respeito do caso:

“Dirigi ao presidente da Província o ofício que vai por cópia, e não obstante não ter tido do dito ofício até hoje alguma resposta, sei contudo, que o governo fez expedir para aquele lugar uma escuna de guerra com alguma tropa, a fim de manter a ordem, e consta-me que proximamente vai partir outra escuna, para o mesmo lugar e para o mesmo fim; *porém apesar dos esforços que o atual presidente emprega para manter o público sossego, muito receio o não possa conseguir*”⁶⁴⁹. [Itálico nosso]

Esse comentário pouco animador em relação aos portugueses residentes no Pará não tinha nada de pessimista. Talvez Francisco Gaudêncio procurasse alertar para o clima de animosidade que cada vez mais se estava mostrando insustentável e mais pulverizado em relação às tensões que se avizinhavam, enquanto na Capital a política empreendida pelo governo de Bernardo Lobo de Sousa de “pacificação pela força” empreendia uma severa perseguição contra os seus principais inimigos, como o cônego João Batista Gonçalves Campos, o incêndio da propriedade e logo em seguida a prisão de Félix Clemente Malcher.⁶⁵⁰ Essas ações somente ampliavam as tensões que vinham do sertão para a cidade.

No consulado não era incomum chegarem notícias vindas das várias regiões da província sobre agitações populares. Da vila de Santarém, por exemplo, chegavam informações como as do dia 19 de agosto de 1832, sobre o “bárbaro assassinato do súdito português Rafael de Souza Teixeira, natural da Ilha de São Miguel, que residia próximo a esta cidade [Belém], fato que já havia sido comunicado ao Cônsul Geral do Rio de Janeiro⁶⁵¹”.

Ainda em novembro de 1834, novamente Gaudêncio da Costa alertava aos seus superiores em Lisboa: “uma porção de facciosos armados apareceram nos subúrbios desta cidade, no lugar chamado Acará. O propósito dos rebeldes era depor às autoridades legítimas

⁶⁴⁸ Idem.

⁶⁴⁹ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0019.

⁶⁵⁰ Cf. LIMA, Leandro Mehalem. *Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de Cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo, Universidade de São Paulo (dissertação de mestrado), 2008; GUEDES, Aureliano da Silva. *As fontes de informações significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)*. Porto: Universidade do Porto/ Aveiro: Universidade de Aveiro (tese de doutorado), 2011.

⁶⁵¹ Idem.

que governam essa província, porém com as medidas que o governo tem empregado para frustrar semelhante tentativa, já hoje se acha desvanecido o susto de que venham a triunfar⁶⁵²”.

Através dos últimos acontecimentos, não se pode descrever que as autoridades portuguesas tivessem conhecimento do estado de tensão em que se achava a província do Pará e que o governo possuía limitadas condições de manter a “ordem” e a tranquilidade pública da região. Contudo, de longe, poderiam imaginar os rumos que esses levantes poderiam tomar e muito menos o tempo que poderiam persistir, pois, diante da forma como haviam sido debelados, parecia que não forneceriam resistência. Porém, como se sabe, só parecia.

Invasão de Belém, socorrer somente os portugueses habilitados? Os dilemas do “ser português” no tempo dos levantes

Numa carta escrita apressadamente no dia 10 de janeiro de 1835, o vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa remetia a Lisboa as primeiras notícias sobre os episódios que se haviam abatido na capital da província paraense no início daquele ano. Dizia:

“Por esta ocasião levo ao conhecimento de V. Ex^a., que na noite do dia seis do corrente mês, tendo marchado do centro desta província, uma porção de gente armada, entraram nesta cidade, e tendo surpreendido a Tropa da sua guarnição, e tomado posse de todos os pontos, assassinaram as autoridades, e passaram a assassinar bastante pessoas, tanto brasileiros natos como portugueses adotivos, e outros súditos de Sua Majestade Fidelíssima, de maneira que até ao presente, o número destes julgo chegar a dez, não podendo eu, pelo estado de anarquia em que a cidade se acha, dizer ao certo a V. Ex^a., quem são as pessoas que tem morrido, e nem com exatidão qual seja o número delas. Tendo sido nomeados pela Tropa e Povo Presidente Félix Antonio Clemente Malcher, e comandante das Armas um tenente de Guardas Nacionais, por nome Vinagre⁶⁵³”.

O tom especulativo com que infere as informações sobre a invasão da cidade de Belém demonstra que, três dias depois da ocupação, Francisco Gaudêncio e outros portugueses ainda temiam expor-se nas ruas da capital, e não era sem razão, pois possivelmente as notícias da imolação do presidente da província, Bernardo Lobo de Souza, e seu comandante das Armas, Joaquim José da Silva Santiago⁶⁵⁴, além da invasão dos prédios da maçonaria e das residências

⁶⁵² DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0024.

⁶⁵³ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0026.

⁶⁵⁴ Ver RICCI, Magda. Um Morto, Muitas Mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In NEVES, Fernando Arthur e LIMA, Maria Roseane P. (Orgs.) *Faces da História da Amazônia*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2006. Pp. 519-544.

dos desafetos de Félix Malcher e do finado cônego Batista Campos⁶⁵⁵ chegavam como um alerta do estado de “anarquia” em que se encontrava a cidade.

Diante da “desgraçadíssima” situação em que se encontravam, não havia outra possibilidade que lhes poderia ocorrer senão a de ser “assassinados e roubados”, comunicava o vice-cônsul ao Ministério. Afirmava ainda mais, “não pelo querer do novo governo, mas pela pouca obediência que a tropa lhe tem, pois é composta, pela maior parte de gente do Sertão”.⁶⁵⁶

Foi nesse clima de tensão e medo que Francisco Gaudêncio, como porta-voz dos negociantes e dos lusitanos residentes na província, encaminha a solicitação a Sua Majestade Fidelíssima que, diante da “exposição, se digne, de dar pronto as providências, que lhe forem possíveis, a fim de que os súditos portugueses, tenham nesta província a devida proteção e segurança⁶⁵⁷”.

É através desse pedido insistente de socorro aos portugueses residentes no Pará, num caso aparentemente óbvio, já que estes se encontravam sitiados pela ameaça constante dos rebeldes, que ocorre um curioso debate entre o vice-cônsul e o boticário português José Acúrcio Cavaleiro de Macedo. Essa contenda trouxe à tona questões relacionadas aos direitos que poderiam ter os súditos portugueses não habilitados junto ao consulado de receber a proteção do governo português.

Através de uma “Reclamação” dirigida ao vice-cônsul, datada do dia 16 de janeiro de 1835, assinada pelo boticário José Acúrcio Cavaleiro de Macedo e mais alguns lusitanos, estes reivindicavam, por meio de sua representação ao governo português no Pará, “providências para que possam usar do único meio que lhes resta de fugirem ao assassínio a que estão votados⁶⁵⁸”.

O teor da exposição começava demonstrando que “em todas as vezes [*em que ocorrem*] as crises revolucionárias desta província, sempre a sanha popular usa atirar-se contra os portugueses⁶⁵⁹, os quais, por vezes, eram vitimados por horrorosos excessos, sem a intervenção das autoridades para coibirem tais atos. Alertava que os ataques ocorridos desde o dia 7 de janeiro tinham ceifado a vida de vários indivíduos ligados à sociedade maçônica, assim como portugueses, mesmo sem nada ter de relação com os maçons. Não havia mais mortos, por

⁶⁵⁵ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 2, 1970. Pp. 546-547.

⁶⁵⁶ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0026.

⁶⁵⁷ Idem.

⁶⁵⁸ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0029.

⁶⁵⁹ Idem.

terem buscado asilo na casa dos estrangeiros e nas embarcações no ancoradouro do porto da cidade.

Nesse ponto, os autores da missiva demonstravam a forma lamentável como estava sendo “vergonhosamente tratado o Pavilhão Português” e, por isso, responsabilizavam o papel desempenhado por Francisco Gaudêncio da Costa, como vice-cônsul, dizendo que “bem longe de ele [pavilhão português] servir de algum abrigo, pelo contrário se alguém ousasse arvorá-lo, arvoraria um sinal que só serviria a indicar ou apontar um depósito de vítimas⁶⁶⁰”.

Essa situação não ocorria com os consulados de outras nações, como os da França, Inglaterra e Estados Unidos, ou mesmo com cidadãos particulares, “ainda os mais obscuros daquelas nações, sem excetuar os judeus, arvorando de suas janelas a bandeira de suas nações, tornam suas casas um asilo inviolável”. Dizia o boticário José Acúrcio “não haver situação mais degradante do que um cidadão português necessitado de asilar-se do furor popular, para a casa de um judeu ou para de um pobre francês, oficial de funileiro, que faz respeitar o seu baixo casebre pondo-lhe a porta a tricolor”.⁶⁶¹

Tão humilhante quanto não poder exibir a identidade nacional era perceber que um *judeu* e um *pobre francês* possuíam mais respeito do que os portugueses no Pará. Logo os judeus, que tinham a mácula de impuros e usurários, alvos das perseguições do Santo Ofício e limite para ascensão a cargos distintos da nobreza colonial!⁶⁶² À província do Pará começaram a chegar vindos da região do Marrocos no início do século XIX.⁶⁶³ Por outro lado, havia os franceses, que tinham invadido Lisboa e provocado grandes calamidades para a sociedade lusitana. Mas tanto judeus como franceses impunham mais respeito do que os símbolos portugueses durante a invasão dos cabanos no Pará.

Segundo os reclamantes, o mais lastimável eram as posições assumidas pelo vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa como representante da Nação portuguesa, “por não ousar arvorar a sua janela a Bandeira Portuguesa” e que, para fazer respeitar a sua Casa [de comércio]

⁶⁶⁰ Idem.

⁶⁶¹ Idem.

⁶⁶² Cf. VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. *Demografia Histórica, Família e Inquisição: possibilidades metodológicas a partir da Habilitação de Familiar*. História Unisinos, 15(1):71-79, Janeiro/Abril 2011; SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. *Inquisição e Família: possibilidades a partir da Habilitação de Familiar do Santo Ofício*. Revista de Estudos Amazônicos. Vol. IX, nº 1, 2013, pp.101; DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, ver especialmente o capítulo 9: Os Agentes de Satã II. O Judeu, mal absoluto; e BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁶³ Ver LINS, Wagner Borges de Almeida. *Estrela Minguante: memória e ressignificação do judaísmo no interior do Estado do Pará*. São Paulo: Universidade de São Paulo (dissertação de mestrado), 2004.

lhe arvora o pavilhão russo, de que também é vice-cônsul. Informavam que “para a segurança de sua vida se asilasse na casa de um inglês e ainda hoje não saía às ruas se não fosse ataviado com o fardamento da Rússia⁶⁶⁴”.

Essas reclamações um tanto embaraçosas dirigidas contra o vice-cônsul se justificam porque este, com base nas orientações que seguia de Lisboa, não anuiu o pedido de auxílio feito pelo boticário José Acúrcio, isso porque “os vários indivíduos que assinam a carta não estavam regularmente *habilitados* neste consulado”⁶⁶⁵.

A discordância a respeito desse ponto trazia uma questão que por muitos anos vinha consumindo as determinações do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Havia determinações às representações consulares portuguesas para o controle e regularização dos lusitanos que entravam nos portos de cada jurisdição consular. Desde o Alvará de 13 de agosto de 1760⁶⁶⁶, havia regras que obrigavam o uso de passaportes para sair do reino e, naqueles anos de 1830, havia dispositivos que orientavam contra a entrada de passageiros ilegais, tudo em função da crescente imigração clandestina, especialmente vinda das ilhas portuguesas.

Como já vimos [*capítulo I*], em 1811, por exemplo, havia um Edital da Intendência Geral da Polícia, para que “os cônsules obriguem os Mestres dos navios a darem segurança de não transportarem naturais deste reino sem passaporte da Secretaria de Estado”.⁶⁶⁷ Essa delicada situação, que implicava colocar em prática as determinações do Ministério português sobre o controle das migrações clandestinas, nem sempre possível de cumprir, manteve-se presente nas atribuições dos agentes consulares. Em 1844, por exemplo, o cônsul Fernando José da Silva acusava os capitães de navios de não apresentarem a lista dos tripulantes e, quando as apresentava, trazia “homens matriculados que não são da arte de navegar”.⁶⁶⁸

Em estudo recente sobre imigração portuguesa na segunda metade do século XIX, Cristina Cancela e João Cosme discutem os potenciais e limites das habilitações consulares

⁶⁶⁴ DGARQ/TT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0030.

⁶⁶⁵ DGARQ/TT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0035.

⁶⁶⁶ Ver SILVA. António Delgado da. Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Redigidas pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

⁶⁶⁷ SILVA, António Delgado da. Collecção da Legislação Portuguesa. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825, p. 18 (Edital de 19 de Fevereiro de 1811).

⁶⁶⁸ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844.

como fontes de pesquisas sobre as mobilidades lusas no período⁶⁶⁹. Nessa investigação, demonstram as lacunas de um documento de identificação do imigrante produzido depois do estabelecimento na cidade de acolhimento. A habilitação junto ao consulado – já que a viagem de entrada nem sempre tinha comprovada legalidade – poderia ocorrer depois de décadas. Dessa forma, como fonte, essas habilitações podem apresentar distorções sobre o movimento populacional.

Entretanto, como norma de exigência consular, não localizamos uma documentação para o início dos oitocentos que demonstrasse as regras da habilitação consular. Mesmo num manual enviado para os agentes consulares de 1813, denominado “Instruções pelas quaes se devem Regular os Cônsules de Portugal nos Portos Marítimos dos Estados e Repúblicas por onde navegação e comerceão os vassallos portugueses”⁶⁷⁰, as recomendações versam sobre a relação do cônsul com os capitães de navios e depois as tarifas a serem cobradas desses mercadores nos portos de sua jurisdição.

Porém, observando as recomendações expedidas através de circulares emitidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros aos cônsules, podemos considerar o seguinte: habilitar-se junto ao consulado era ter os direitos de cidadão português legalmente reconhecidos no estrangeiro e, dessa forma, receber o amparo e as prerrogativas legais que o Estado luso devia conceder aos seus súditos, tais como levantar o espólio do imigrante falecido no estrangeiro em caso de não haver herdeiros legais, resguardar o súdito português do serviço militar obrigatório pela nação de acolhimento e prestar assistência em situações de dificuldade.⁶⁷¹

Entretanto, para receber os benefícios da Lei, os portugueses deveriam emigrar conforme determinavam as regras legais e, depois de ter chegado à terra de acolhimento,

⁶⁶⁹ Ver CANCELA, Cristina Donza e COSME, João dos Santos R. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Revista de Estudos Ibéricos*, 2016 (Aguardando publicação).

⁶⁷⁰ *Instruções pelas quaes se devem Regular os Cônsules de Portugal nos Portos Marítimos dos Estados e Repúblicas por onde Navegação e Comerceão os vassallos portugueses e Tarifas dos Emolumentos que eles devem vencer nos Portos onde Residem, enquanto não se mandar o contrário. Tudo aprovado por immediata Resolução de 9 de outubro de 1789, tomada em consulta da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios*. Lisboa: 1813, com Sua Licença A. R.

⁶⁷¹ Correspondência do Cônsul ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de 30 de julho de 1844. Esta aborda as regras estabelecidas nos Artigos 1405 e 1406 do Código Comercial Português a respeito das obrigações dos capitães de navios sobre as entradas e saídas nos portos para onde se dirigiam e as competências dos Cônsules. Artigo X das *Instruções pelas quaes se devem Regular os Cônsules de Portugal nos Portos Marítimos dos Estados*. Op. cit.

comparecer ao Consulado e apresentar a documentação da viagem, conforme recomendava o Ministério dos Negócios Estrangeiros⁶⁷².

O problema que envolvia a contenda estabelecida entre o vice-cônsul e o boticário residia nas discordâncias quanto à aplicação dessas exigências e a legitimidade da entrada e permanência dos requerentes dos benefícios. Assim, depois dessa breve interrupção no curso dos debates entre Francisco Gaudêncio e Acúrcio Macedo, voltemos ao desenrolar do caso.

Não se pode inferir se havia intrigas pessoais entre o boticário José Acúrcio e Francisco Gaudêncio da Costa, mas, em pleno terror instalado na cidade de Belém pelos rebeldes cabanos, o grupo de portugueses não habilitados junto ao consulado e o vice-cônsul travavam uma discussão em torno do direito que possuíam de receberem socorro do governo português.

Ainda nas *Reclamações*, o grupo de portugueses justificava em seu favor que não se haviam regularizado diante da representação portuguesa na província, porque “são emigrados, que durante o reinado da usurpação⁶⁷³, saíram da Pátria, fugindo ao furor e aos cadafalsos, outros são cidadãos que indignados com o absolutismo, trataram depois de 1823, em procurar um país constitucional, onde julgavam gozariam de justa liberdade”⁶⁷⁴. Nessas circunstâncias, não podiam ter procedido às devidas exigências legais de viagem.

Porém, apelavam para “um ato não só de humanidade, mas de justiça, em que interessa ao decoro da Nação Portuguesa”⁶⁷⁵, pois, segundo observavam todas as nações civilizadas presentes nessa cidade, usam fornecer as despesas de regresso a seus súditos residentes em países estrangeiros, então por que somente o português deve ser diferente? “Não, o governo Constitucional, que hoje felizmente nos rege, não é capaz de oferecer ao mundo civilizado, um ato de tão desmesurada avareza e vil desumanidade”⁶⁷⁶, em não poder transportar de volta um grupo de portugueses naturais destituídos de seus recursos.

Assinavam essa reclamação os seguintes indivíduos: José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, emigrado em 1829; sua mulher, que é portuguesa, e toda a sua família; Anastácio Fernandes Guimarães, Antonio Joaquim Marques, Francisco Romano da Silva Ferreira,

⁶⁷² *Instruções pelas quaes se devem Regular os Cônsules de Portugal nos Portos Marítimos dos Estados e Repúblicas por onde Navegão e Comerceão os vassallos portugueses e Tarifas dos Emolumentos que eles devem vencer nos Portos onde Residem, enquanto não se mandar o contrário. Doc. cit.*

⁶⁷³ Durante a instalação do governo absolutista de D. Miguel – 1828-1834. Sobre essa discussão, cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, NUNO G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. Lisboa: Fundação Mapfre/Objectiva, 2013. P. 69; SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Os Portugueses*. São Paulo: Contexto, 2010. P. 282.

⁶⁷⁴ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0031.

⁶⁷⁵ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0030.

⁶⁷⁶ Idem.

Antonio de Oliveira e Souza, Antonio Pereira dos Reis, Joaquim Rodrigues de Almeida, Antonio dos Santos Ferreira, Antonio Ventura do Nascimento Pires, Antonio Carlos das Neves, Antonio Soares de Sousa, Antonio Diniz de Correa, Antonio da Rocha, Francisco José Maciel, José Antonio de Moira, Caetano Honorato da Silva, Manoel José Crespo Guimarães e João Fernandes Correa⁶⁷⁷.

Em resposta à exposição feita pelos reclamantes que solicitavam a saída da província e às críticas por eles proferidas contra a ação do consulado, Francisco Gaudêncio remete uma correspondência ao Ministério dos Negócios Estrangeiros no dia 20 de março do mesmo ano, na qual faz algumas considerações a respeito das queixas levantadas pelos súditos portugueses.

Em primeiro lugar, alegava não possuir recursos suficientes para custear o transporte dos requerentes, posto que tinha “pago muitas passagens e dado esmolas a muitos portugueses, de maneira que, sendo os emolumentos do vice-consulado coisa muito diminuta⁶⁷⁸”. Em segundo, os indivíduos que contra ele fazem reclamações com “grande *espalhafato* e acusações [...], como contra a Sua Majestade Fidelíssima”, são de pouco crédito, dizia o vice-cônsul, a começar pelo primeiro assinado da missiva postulante, José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, que, segundo Gaudêncio da Costa, era “um homem de gênio turbulento, pelo que já havia sido deportado desta província em 1831”.⁶⁷⁹

O vice-cônsul fazia alusão aos episódios que decorreram no início dos anos de 1830 e puseram em choque alguns portugueses contra o governo provincial logo após a abdicação de D. Pedro. Nesses acontecimentos, foram relacionados para deixar o Pará em 7 de agosto de 1831 os portugueses José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, os Mirandas, José Antonio de Matos, Camilo José de Campos, Manoel Joaquim, que fora caixeiro do Fernando, Manoel Ferreira do Nascimento e Valentim José.⁶⁸⁰

Acrescentava ainda, sobre o boticário Cavaleiro de Macedo: “depois de ter voltado, por aqui tem andado com o ‘*lenço do Brasil*’, e o mesmo me disse ter se justificado brasileiro, circunstância que não posso afirmar, por não estar na cidade o escrivão, onde se disse ter

⁶⁷⁷ DGARQ/TT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0031.

⁶⁷⁸ DGARQ/TT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0044.

⁶⁷⁹ DGARQ/TT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0045.

⁶⁸⁰ Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1970, p. 223.

prestado a dita justificação”⁶⁸¹. Quanto aos demais solicitantes, “são alguns brasileiros adotivos e outros são pessoas pouco conhecidas, e de nenhuma ponderação”⁶⁸².

Esse debate aparentemente pueril constitui um dos problemas intensamente vividos durante a formação da nação brasileira, pois demonstra como a relação de pertencimento a uma dada nacionalidade estava vinculada a um jogo de interesses circunstanciais, que implicava a aceitação ou a rejeição dos indivíduos dentro de um determinado contexto social⁶⁸³. Nesse tenso debate ocorrido durante os instantes em que se davam as invasões cabanas, podemos notar alguns aspectos envolvendo a situação vivida pelos portugueses no Pará naquela época. É relevante demonstrar que um medo da multidão⁶⁸⁴ e iminência da morte rondavam a cabeça dos lusitanos. A reclusão do vice-cônsul escondido na casa de indivíduos de outras nacionalidades ou se utilizando de artifícios, como o uniforme russo, demonstra o temor de ser português em Belém em 1835. Por outro lado, a negação da condição de português feita pelo boticário José Acúrcio e os reclamantes, chegando a assumirem-se “brasileiros”, talvez para esconder a falta de documentos legais de viagens, mostrou-se pouco segura diante da fúria das massas. Nesse sentido, mesmo admitindo não ser habilitado, apelava para o direito “humanitário que toda a nação civilizada” deveria ter para com seus súditos.

Em meio a essa situação mais aparente, evidenciavam-se outras questões de fundo, que envolviam a relação do consulado com os portugueses residentes no Pará. Era do conhecimento do vice-cônsul que havia indivíduos com destaque na cidade naturais de Portugal que não se apresentavam ao órgão consular para efetuarem sua habilitação. Isso talvez contribua para observar que não havia meios legais que obrigassem o lusitano a comparecer no consulado, a não ser que tivesse algum interesse ou benefício que pudesse alcançar com a regularização, assumindo a condição de português no estrangeiro. No caso do boticário e seus amigos, era o pagamento de passagens para se retirarem do Pará. Assumir-se “brasileiro” ou manter-se

⁶⁸¹ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0045.

⁶⁸² Idem.

⁶⁸³ Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. São Paulo: UNICAMP/IFCH (tese de doutorado), 1997; ROWLAND, Robert. *A Sombra da Corte: representações do povo no Brasil oitocentista*. In SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckman (Orgs.). *A Corte no Brasil: população e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do Século XIX*. São Leopoldo/RS: Oikos Editora/Editora UNISINOS, 2008, pp. 15-36; ver ainda ROWLAND, Robert. *Portugueses no Brasil Independente: processos e representações*. In Revista Oceanos. *Portugueses no Brasil Independente*. Número 44 – outubro/dezembro, 2000.

⁶⁸⁴ Ver DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; especialmente o capítulo 4, Medo e sedições (I) e (II); RUDÉ, George. *A Multidão na História: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991; e ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

“português” era muito mais do que uma convicção identitária; compunha uma estratégia de manutenção de negócios, inserção social e política, e, no caso específico acima mencionado, de sobrevivência.

Luís Felipe de Alencastro aponta que, logo após 1822, os indivíduos das classes mais abastadas seguiram caminhos bem distintos: “Todos os proprietários, os fazendeiros e senhores de engenho, estivessem eles na América portuguesa havia muitas gerações ou alguns anos somente, tinham de brasilianizar-se. Pois, eles precisavam assumir plenamente os direitos políticos outorgados pelo Império, a fim de garantir sua própria inserção nas novas instituições nacionais”. Por outro lado, “todos os que tinham comércio, negócios de importação e de distribuição de importados, tomaram a atitude oposta. Depositários de bens móveis e exercendo o comércio por consignação, eles continuavam submetidos às casas comerciais do Porto e Lisboa. Não convinha, nem aos padrões metropolitanos, e nem a eles próprios, optar pela nacionalidade brasileira”.⁶⁸⁵

Ainda que exista essa tendência na região sudeste do Brasil, tais decisões devem ter sido muito diversificadas para as várias regiões. No Pará, o português Antonio José Machado, que ocupava o posto de 1º sargento de Milícias do Pará e também era um negociante de *grosso trato*, com propriedade de armazém na praça de Belém, parece ter seguido outros caminhos. Atuava como consignatário de negócios no Rio de Janeiro e em Hamburgo, na Alemanha, estando entre os portugueses deportados do Pará em 1824, logo após a “adesão” ao império do Brasil. Ao retornar para essa província, em função de todos os seus investimentos ali existentes, acabou optando por se justificar como *brasileiro adotivo* e preservar seus interesses⁶⁸⁶.

O recurso aos artifícios e disfarces foram estratégias utilizadas para camuflar identidades, ou por conta delas se tornar alvos de ataques. Magda Ricci descreve o caso de dona Brites Maria Ledo, que fora abordada pelos soldados do Presidente Lobo de Sousa em 1834, porque exibia um *petulante lenço encarnado no pescoço*, mesmo alegando se tratar de mero *ornamento*⁶⁸⁷, não passando despercebido dos guardas do presidente em tempos de conflito, situação semelhante à do boticário José Acúrcio, que também se valeu desse artifício de se representar como um cidadão brasileiro através do uso do *lenço do Brasil*. Contudo, ao se ver

⁶⁸⁵ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, 1997. Pp. 308-309.

⁶⁸⁶ Testamento de Antonio José Machado, ano 1850, CMA.

⁶⁸⁷ Cf. RICCI, Magda. Cabanos, Patriotismo e Identidades: outras histórias de uma revolução. In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial*, vol. II (1831-1870), op. cit., p. 206.

ameaçado pela sua condição de nascimento, passou a negar a nova “identidade” e passou a requerer junto ao consulado português os direitos “humanitários” de súdito português.

O próprio vice-cônsul, Francisco Gaudêncio da Costa, acionava sua *identidade* de acordo com as circunstâncias, tendo ao mesmo tempo duas funções diplomáticas de vice-cônsul de Portugal e da Rússia. Em meio às crises da invasão da cidade pelos rebeldes cabanos, mesmo tratando dos assuntos dos lusitanos, a sua exibição pública se fazia através dos elementos simbólicos do Império Russo. A esse respeito, justifica o seguinte:

“É verdade ter eu usado o Laço e fardamento russo, porém somente o tenho feito em meio a grandes crises, visto ser este o modo mais seguro, que tenho excogitado, para nestas ocasiões ter podido salvar as vidas a muitos portugueses, umas vezes indo tirá-los das prisões, e outras indo busca-los nas suas próprias casas, e fazê-los passar para outras aonde encontrasse mais segurança, o que certamente não teria conseguido, com tão bom sucesso, se no meio das desordens, eu tivesse aparecido com o fardamento português”.⁶⁸⁸

Através das ações utilizadas tanto por Francisco Gaudêncio como pelo boticário José Acúrcio, verificamos como os portugueses procuravam construir estratégias de sobrevivência dentro de um espaço adverso e, nesse campo, as suas “naturalidades” não determinavam o ponto que os aproximava. Embora fossem lusitanos por nascimento, recorreram a ações que lhes favorecessem a sua salvação em meio ao conflito que se iniciava no Pará.

Contando os mortos dos ataques

Os primeiros ataques dos cabanos, quando invadiram Belém em 7 de janeiro de 1835, tiveram como alvo a perseguição aos brancos. Através da bandeira de luta “morte aos portugueses e aos maçons⁶⁸⁹”, avançaram pelas ruas da cidade de Belém saqueando imóveis e comércio, enfrentando as forças militares de resistência até o assassinato dos membros do governo e a tomada do poder.

A tomada de Belém no dia 7 de janeiro de 1835 tem sido um tema recorrente nos trabalhos que se dedicaram ao estudo da Cabanagem. Apesar das muitas divergências existentes sobre os transcurso da ação, alguns consensos se têm caracterizado. Um destes é de que a invasão deixou de ser apenas uma *desordem* promovida pela *gente simples*, mas uma trama estrategicamente preparada. Havia planos de ataque a indivíduos e locais a serem alcançados

⁶⁸⁸ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0045.

⁶⁸⁹ Ver RICCI, Magda. *Fronteiras da Nação e da Revolução: Identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)*. Boletín Americanista, Año LVIII, nº 58, Barcelona, 2008, pp. 77-95.

previamente pensados pelas lideranças. Entre estes, estava a intenção de libertar Félix Clemente Malcher da cadeia e depois promover a vingança contra os assassinos de Manoel Vinagre.⁶⁹⁰ Esse propósito, contudo, ganhou outros contornos, para além dos limites traçados pelos líderes do movimento, assim como pelos muitos interesses que os diversos grupos tinham naquela ação.

Outra assertiva que se tem afirmado a respeito dos ataques cabanos em Belém era uma predisposição em vitimar principalmente “os portugueses mais abastados”. É sintomático que as crônicas da época são ricas em demonstrar a invasão e saques de residências de importantes negociantes pelas *turbas de bêbados*⁶⁹¹, mas será que esse plano foi tão severamente executado? Através do mote da questão, voltamo-nos para outra que vamos tentar evidenciar neste item: quem eram esses portugueses que despertavam o ódio dos revoltosos? Eram de fato ricos e abastados com tem sido demonstrado?

A fim de aprofundar a situação vivida pelos imigrantes portugueses no Pará, vamos adentrar esse campo de batalha e observar como os lusitanos enfrentaram essa ação popular, resistiram e morreram durante os episódios de 1835.

Vejamos, através de duas listas enviadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, um perfil dos portugueses que foram vítimas dos ataques dos cabanos nos dias 7 de janeiro e 19, 20 e 21 de fevereiro de 1835.

⁶⁹⁰ Os episódios que antecedem a invasão da cidade de Belém são narrados por RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 2, 1970. Seguindo a trilha deixada por Raiol, RICCI, Magda. *Fronteiras da Nação e da Revolução: Identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)*. Op. cit., aprofunda as dinâmicas da ação desse dia. Analisa também esse episódio RAMOS, Eliana Ferreira. *Cidade de Malvadezas ou de Matar Bicudos? Belém entre a Cabanagem e a Belle Époque*. Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

⁶⁹¹ Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 2, 1970.

Quadro 2

Portugueses Mortos nos ataques de Janeiro e de Fevereiro de 1835

Nº	Nome	Natural	Ocupação	Vínculo profissional	Data	Circunstância da Morte
1	Antonio Fernandes Barbosa		Lojista	Sócio da Barbosa & Irmãos	07/01/1835	Assassinado pelos presos soltos da cadeia.
2	Manoel José de Araújo		Caixeiro	José Pinto da Silva	07/01/1835	Assassinado pelos presos soltos da cadeia.
3	José Antonio de Azevedo		Caixeiro	José Lourenço da Silva	07/01/1835	Assassinado pelos presos soltos da cadeia
4	João Antonio Dias de Magalhães		Sócio	Antonio Pereira de Miranda	07/01/1835	Assassinado pelos presos soltos da cadeia
5	João Lourenço Tanger		Negociante		07/01/1835	Assassinado pelos presos soltos da cadeia
6	Antonio Dias		Padeiro		07/01/1835	Foi morto na padaria onde trabalhava
7	João Lourenço		Marinheiro	Tripulação da barca "Felicidade"	07/01/1835	Foi morto de um tiro que da terra atiraram para o mar, quando vinha com o capitão da mesma barca pelas 4 horas da madrugada do dia 7
8	Antonio Teixeira de Miranda		Caixeiro	João Lourenço Tanger	07/01/1835	Acha-se ferido, mas livre de perigo
9	Francisco Machado	Ilha Terceira	Caixeiro	Ricardo de Melo Laranja	19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado na praia querendo embarcar
10	Joaquim da Silva Grito (Geito)	Porto	Caixeiro	Joaquim Maria Osório	19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado na praia querendo embarcar
11	Rafael de Almeida	Porto	Carpinteiro e taverneiro		19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado junto com outros que vieram do Castelo meter-se em sua casa
12	José Rodrigues Morim (Amorim)	Porto			19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado junto com outros que vieram do Castelo meter-se em casa de Rafael de Almeida onde residia
13	José Moreira da Costa e Silva	Bariça, ao pé do Porto	Caixeiro	Manoel José Pereira da Silva	19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado fugindo do Castelo
14	Antonio de Almeida Samares	Caldas de Vouzelas, ao pé de São Pedro do Sul	Caixeiro	Justino Rodrigues dos Santos	19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado fugindo do Castelo
15	Domingos José Cardoso Rebelo de Menezes	Viana			19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado fugindo do Castelo
16	Fruituoso José Ramos	Lisboa			19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado fugindo do Castelo
17	Manoel José Crespo		Caixeiro		19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado fugindo do Castelo
18	Francisco Antonio Nogueira		Caixeiro	Manoel José de Oliveira	19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado fugindo do Castelo
19	Manoel Francisco		Carreiro		19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado fugindo do Castelo
20	Cândido José de Gusmão		Carpinteiro		19, 20 e 21/02/1835	Foi assassinado fugindo do Castelo

Fonte: DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0033 e m0038.

Essa pequena amostragem retrata apenas aqueles indivíduos que acabaram sendo notificados pelo consulado, estando de fora outras autoridades e indivíduos que sofreram ataques no mês de agosto, quando ocorreu uma segunda invasão da cidade, além dos enfrentamentos ocorridos nas vilas e povoados que não foram notificados pelo agente consular.

São 20 nomes de lusitanos que foram vítimas dos dois primeiros ataques à cidade de Belém. Diante das milhares de vítimas desse massacre,⁶⁹² resultante dos confrontos desde o deflagrar do movimento até os anos que seguiram pelas diversas regiões da Amazônia, essa lista se mostra “pouco expressiva”. Num tempo em que negros, tapuios e indivíduos dos mais diferentes estratos sofreram com as repercussões da Cabanagem, estamos diante de uma fração desse grupo que compõe a diversidade de indivíduos afetados com os conflitos cabanos.

Vejamos com mais atenção as duas “Listas de Súbditos de Sua Magestade Fidelíssima que foram assassinados no Pará”⁶⁹³, durante os conflitos de janeiro e fevereiro de 1835.

Alguns aspectos merecem ser observados com atenção. Entre os 20 indivíduos listados, somente Antonio Teixeira de Miranda, caixeiro do Lojista João Lourenço Tanger, encontrava-se apenas ferido, “mas livre de perigo”, enquanto os outros 19 indivíduos haviam sido mortos.

Comparando os dois períodos dos assassinatos, é possível ver que houve dois momentos de maior intensidade das mortes, iniciando no dia 7 de janeiro, logo após tomarem de assalto a cadeia pública, libertando os presos que ali estavam. Depois de libertos, estes partiram em busca de vingança contra os indivíduos que lhes haviam imputado culpa, pois, conforme sugere o documento, foram “assassinado[s] por rixas antigas, e por terem sido testemunhas de querelas contra alguns dos ditos presos”.⁶⁹⁴

Não foi possível apurar processos ou denúncias que envolvessem os indivíduos mortos, a fim de comprovar que estas tenham sido de fato as razões das querelas que levaram às mortes do lojista Antonio Fernandes Barbosa, do negociante João Lourenço Tanger, de João Antonio Dias de Magalhães e dos caixeiros José Antonio de Azevedo e Manoel José de Araújo, todos “assassinados pelos presos soltos da cadeia”. Porém, esses portugueses estavam no rol dos mortos no primeiro dia da invasão à cidade de Belém no dia 7 de janeiro.

⁶⁹² Os números das mortes ocorrida na Cabanagem ainda são baseados em estativas que padecem de um levantamento mais sistemático de fontes que permitam avaliar dos assassinatos na província paraense oitocentista. As 30 mil vítimas da Cabanagem, apontadas nos clássicos estudos de Raiol e Reis, necessitam de uma mais aprofundada verificação dessa mortandade e os impactos na população paraense. A respeito desses dados, Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 3, 1970, p. 1000, e compartilhados nos estudos de REIS, Arthur Cezar F. *Síntese de História do Pará*. Belém-Pará/Manaus/Guanabara: Amazônia Edições Culturais Ltda. (AMADA), 1972; e RICCI, Magda. 2006, e 2008. Op. cit.

⁶⁹³ ANTT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0033 e m0038.

⁶⁹⁴ ANTT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0033. Assim justifica a motivação das mortes de Antonio Fernandes Barbosa, sócio da casa Barbosa & Irmão, Manoel José de Araújo, caixeiro de José Pinto da Silva.

Revisitando as narrativas de Domingos Raiol sobre os episódios que se deram naquele dia, ele nos informa que, na noite do dia 6 para 7 de janeiro, um grupo de revoltosos chefiados por João Miguel Aranha, seu irmão Germano Aranha e Antonio Vinagre entrava na cidade. Fizeram ataques nos quartéis, onde foram mortos alguns oficiais pegos de surpresa. Um dos planos era perseguir e matar o presidente da província Bernardo Lobo de Sousa e seu comandante das armas Joaquim José da Silva Santiago⁶⁹⁵. Durante as primeiras horas do dia 7, seguiam na perseguição do presidente da província, que, segundo se soube, estava “sorratamente escondido na casa de uma amante, a viúva Maria Amália”.⁶⁹⁶

Enquanto a perseguição ocorria, alguns revoltosos que guarnecia as Estradas do Largo do Quartel dirigiram-se à cadeia pública e “fizeram soltar os presos que lá se achavam com outros do Acará. E conduzindo-os ao seu quartel, que era no Ver-o-Peso, pouco distante da cadeia, os armaram e municiam”.⁶⁹⁷ Reunidos em pequenos grupos, seguiram armados para diversos pontos da cidade. Um desses “magotes de revoltosos dirigiu-se à Rua do Norte e ao Porto do Sal, assassinando em seu trânsito o tenente-coronel Manoel Caetano Prata, os portugueses João Tanger, Manoel Barbosa e outros”.⁶⁹⁸

O assassinato desses portugueses no trajeto para o Porto do Sal⁶⁹⁹ passou quase despercebido, diante do desfecho ao raiar do dia 7 de janeiro. As perseguições que empreendiam os revoltosos levaram à morte o presidente da província Lobo de Sousa e seu comandante das Armas. Os olhares dos narradores daqueles tempos e de hoje se voltaram para os acontecimentos nos arredores do Palácio, onde o presidente jazia com um mortal tiro dado pelo tapuio Domingos Onça.⁷⁰⁰ Enquanto a população se agitava para a imolação dos cadáveres de seus opositores, vejamos um pouco mais sobre os lusitanos que foram assassinados nesse dia da invasão.

Um dos primeiros nomes da lista dos súditos assassinados era o de Antonio Fernandes Barbosa, embora Raiol identifique, erroneamente, que o morto tenha sido seu irmão Manoel

⁶⁹⁵ Ver RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 2, 1970, p. 545.

⁶⁹⁶ Cf. RICCI, Magda. Um Morto, Muitas Mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In NEVES, Fernando Arthur e LIMA, Maria Roseane P. (Orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2006, p. 526.

⁶⁹⁷ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. Op. Cit., p. 545.

⁶⁹⁸ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. Op. Cit., p. 546.

⁶⁹⁹ Atual Rua Doutor Assis.

⁷⁰⁰ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. Op. Cit., p. 546, e RICCI, Magda. *Um Morto, Muitas Mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana*. Op. cit.

Fernandes Barbosa. As fontes colhidas pelo “historiógrafo”⁷⁰¹ ainda no calor dos acontecimentos, nesse caso, foram negligentes, pois Manoel ainda se encontrava vivo e com armazém na cidade no ano de 1840, cinco anos depois dos trágicos acontecimentos.

A respeito do falecido, pouco localizamos, a não ser o que informava a lista onde constavam os nomes dos súditos assassinados: que Antonio, na época em que morreu, tinha uma loja em sociedade com seu irmão Manoel, a qual girava sob a firma Barbosa & Irmão.

Foi através da trajetória de Manoel Fernandes Barbosa que conseguimos obter mais informações sobre a vida dos irmãos Fernandes Barbosa no Pará. Em 27 de janeiro de 1825, Manoel Barbosa, então com 21 anos, solicitava passaporte com destino à cidade de Belém, com saída de Lisboa. Nesse documento, identificamos que Manoel era natural de Viana do Castelo e já se declarava negociante.⁷⁰²

Porém, seguindo o percurso de seu nome em outras documentações, verificamos que Manoel Fernandes Barbosa não estava viajando pela primeira vez naquele ano de 1825, mas estava no Pará desde o início dos anos de 1820. Em janeiro de 1823, localizamos o nome de Manoel Fernandes Barbosa entre os cidadãos portugueses que protestavam às Cortes de Lisboa contra o retorno do governador das Armas, o general José Maria de Moura⁷⁰³. Naquele documento, escrito em meio às tensões dos movimentos de independência, os reinóis já assistiam aos primeiros impactos do antilusitanismo na província.

Manoel Fernandes vivenciou de perto as tensões daqueles anos e, junto com mais de duas centenas de portugueses, entre militares e negociantes, foi mandado sair da província com destino a Lisboa⁷⁰⁴. Na capital do Reino, Manoel seria amparado pelos recursos levantados na “*Subscrição e Socorros aos Emigrados do Brasil*”⁷⁰⁵, sendo beneficiado com 40\$000 réis em transporte para retornar ao Pará em 1825.

⁷⁰¹ Cf. RICCI, Magda. *História Amotinada: Memórias da Cabanagem*. In Cadernos do Centro de Filosofias e Ciências Humanas. Belém, v. 12, n. 1-2, p. 13-28, jan./dez. 1993.

⁷⁰² Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 163, doc. 12450. Requerimento de Manuel Fernandes Barbosa, para o rei [D. João VI], solicitando passaporte para seguir viagem para a província do Pará, fazendo escala em Gibraltar.

⁷⁰³ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.158, doc. 12060. Ofício do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, sobre a entrega do cargo que ocupa ao marechal de campo Manuel Marques, quando regressar a Lisboa, que só se efectuará mais tarde, quando a paz for restituída à província e informando que tem recebido vários pedidos para continuar no governo de armas do Pará.

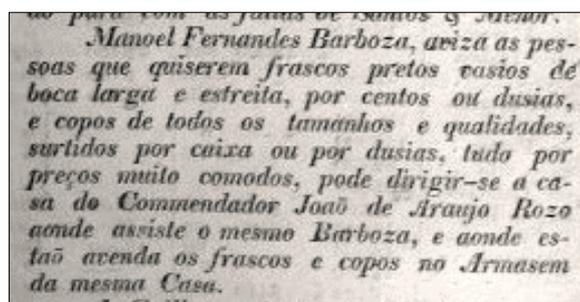
⁷⁰⁴ Ver a parte anterior deste mesmo capítulo, que trata dos movimentos antilusitanos no Pará.

⁷⁰⁵ *Subscrição e Socorros aos Emigrados do Brasil, por ordem de sua Magestade Imperial e Real o Sr. D. João VI de gloriosa memória e auxílio aos estabelecimentos Públicos de Caridade em execução dos Decretos de Sua Alteza Sereníssima Senhora Infanta Regente em Nome de El Rei*. Lisboa: Impressão Régia, 1827.

Desde o seu retorno até os ataques de 1835, que levaram à morte de seu irmão e sócio, não pudemos apurar mais informações relevantes sobre a vida desse imigrante português no Pará, exceto que se mantinha como negociante da Praça de Belém durante a invasão cabana.

Mesmo depois de todos os conflitos que levaram à morte de seu irmão, Manoel continuou residindo em Belém e mantendo seus negócios. Em 15 de agosto de 1840, o jornal Treze de Maio trazia na sessão de “Avizos” o anúncio da venda de “frascos pretos vazios de boca larga e estreita, por centos ou por dúzias e copos de todos os tamanhos e qualidades sortidos por caixa ou dúzia”. Os interessados deveriam dirigir-se ao comércio do comendador João de Araújo Roso, onde trabalhava.⁷⁰⁶

Figura 19



Jornal Treze de Maio, 1º Trimestre, nº 25, 15/08/1840.
Biblioteca Fran Paxeco, BGLP.

Não sabemos informar se Manoel Fernandes Barbosa faleceu no Pará ou retornou para Portugal, pois depois desta nota não mais localizamos informações a seu respeito.

Ainda a respeito dos portugueses assassinados na invasão do dia 7 de janeiro, é interessante registrar aspectos da vida de outro morto pelos cabanos. Trata-se do negociante João Lourenço Tanger, português que possuía uma provável ascendência com os lusos vindos da região de Marrocos e que deve ter sido assassinado em seu estabelecimento, pois, além de sua morte, seu caixeiro, chamado Antonio Teixeira de Miranda, também havia ficado ferido, mas se encontrava fora de perigo de morte. Acreditamos que os ferimentos devem ter sido resultado de uma possível tentativa de defesa de seu patrão.⁷⁰⁷

João Lourenço era um dos mais destacados portugueses que havia sido vitimado pelos cabanos no dia 7 de janeiro. Tanger era um influente negociante, que aparece entre os homens

⁷⁰⁶ Jornal Treze de Maio, 15/08/1840. 1º Trimestre, nº 25. Biblioteca Fran Paxeco, BGLP.

⁷⁰⁷ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0033 e m0038.

de negócio que tentaram criar a “Sociedade de Agricultura, comércio, colonização e indústria Paraense” em 9 de janeiro de 1829 e haviam encaminhado um projeto ao Barão de Bagé, ministro de D. Pedro I, com o propósito de promover uma aproximação dos interesses “nacionais”, estimulando os setores da atividade agrícola do Pará⁷⁰⁸. As circunstâncias políticas no início da década de 1830, em meio as rivalidades que levaram a renúncia do trono D. Pedro, devem ter contribuído limitado a execução do projeto dos negociantes nortistas. Além de João Tanger, assinavam esse documento Manoel Gomes Pinto, Joaquim Antonio da Silva, Francisco Marques D’Elvas Portugal e João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.⁷⁰⁹

O segundo grupo de portugueses foi morto pelos cabanos entre os dias 19 a 21 de fevereiro, em meio às acirradas disputas entre o presidente Félix Clemente Malcher e as forças dos irmãos Vinagre. Depois de intensos combates, as tropas lideradas por Malcher buscaram refúgio no Forte do Castelo. No dia 21, quando sinalizava a pacificação, irromperam “estampidos de tiros para o lado do Castelo”.⁷¹⁰ Raiol, assim, descreve que, “depois de frequentes descargas, duas colunas de gente de Vinagre avançaram a um tempo contra o Castelo e o Hospital, e invadindo-os só deixaram com vida os que se arrojaram às praias e depois ao mar. Ainda aí foram perseguidos e muitos pereceram, vítimas de balas ou afogados nas águas.”⁷¹¹

O que consta na circunstância das mortes dos portugueses, descrita na lista com os “nomes dos súditos assassinados”, é que, além das tropas do presidente cabano, haviam-se abrigado no forte vários portugueses. O caixeiro de Ricardo Melo Laranja, Francisco Machado, que era natural da Ilha Terceira, “foi assassinado na praia querendo embarcar”. Assim como este, outros 12 lusitanos tiveram o mesmo fim, com diferença das estratégias de fuga do Castelo. O carpinteiro e taverneiro Rafael Almeida, natural do Porto, possuía residência não muito distante de onde estava refugiado. Este empreendeu fuga para a sua casa e levou em sua companhia José Rodrigues Morim (Amorim), também natural da cidade do Porto, porém ambos foram perseguidos e mortos no interior da casa do carpinteiro Rafael.⁷¹²

Em meio à violência que se estabeleceu na cidade,⁷¹³ podemos ver que os laços de solidariedade aproximaram as escolhas dos dois portuenses. Enquanto alguns buscavam asilo

⁷⁰⁸ Cf. SILVA, Inácio Acioli Cerqueira. *Corografia Paraense ou a descrição física, histórica e política da Província do Grão-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833. P. 156.

⁷⁰⁹ Idem.

⁷¹⁰ Ver RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. Op. Cit., pp. 581-582.

⁷¹¹ Idem.

⁷¹² ANTT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0038.

⁷¹³ Ver VIEIRA JÚNIOR. Antonio Otaviano. *Entre Paredes de Bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/Hucitec, 2004.

nos barcos que se encontravam ancorados no porto cidade, estes procuraram o interior da cidade. A fuga para casa do lusitano Rafael parecia ser um local seguro, porém eles estavam errados.

Finalmente, sobre essa lista dos mortos, uma última observação a ser feita diz respeito à condição socioprofissional dos portugueses assassinados. Embora houvesse indivíduos que pudessem ter algum cabedal, estavam longe de formar os membros “mais abastados da sociedade”.⁷¹⁴ Dos 19 lusitanos vitimados pelos cabanos, 10 eram caixeiros, 1 era lojista, 1 sócio de um estabelecimento, 1 negociante, 1 marinheiro, 1 padeiro e 2 carpinteiros.

Observando por essa perspectiva, podemos asseverar que os levantes cabanos tinham uma predisposição antilusitana muito forte. Porém, quanto aos mais abastados, estes talvez tenham tido mais habilidades e estratégias de se retirarem da cidade antes dos ataques ou se tenham refugiado antes de serem alcançados pelos revoltosos. Já as maiores vítimas eram formadas por indivíduos que não tinham tanta riqueza e distinção social, como os 10 caixeiros, o padeiro e os 2 carpinteiros.

O destaque para a grande quantidade de caixeiros talvez remeta aos fortes vínculos de dependência a que estavam submetidos em relação aos seus patrões⁷¹⁵, ou porque tenham ficado responsáveis por preservar e manter a propriedade quando o seu patrão já se havia retirado. Não se pode criar uma explicação geral para tais casos, mas, durante a saída para Lisboa em 1824, o negociante José Antonio Pereira Guimarães, que possuía uma loja em Belém, resolveu “promover” seu caixeiro João Manoel Pereira à condição de sócio e deixou recomendado que este executasse a cobrança e arrecadação do que lhes deviam na cidade⁷¹⁶.

É relevante, contudo, observar que os ataques da forma como procederam estavam longe de obedecer a uma regra ou a uma definição do inimigo comum. Afora os saques aos estabelecimentos comerciais, a ação se dava para além da vontade de uma liderança, mas o que

⁷¹⁴ Uma discussão entre fortuna, riqueza, elite e imigração tem frutificado em alguns trabalhos recentes, entre os quais destacamos: CANCELA, Cristina Donza. Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920). In: Fernando de Sousa, Ismênia Martins & Maria Izilda Matos. *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*. Porto/Portugal: Afrontamento, 2009, p. 149-162; BATISTA, Luciana M. Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias “mais distintas em qualidade e riqueza” no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX). In FRAGOSO, João [et al.]. *Conquistadores e Negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; e TAVARES, Anndrea Costa. *A morte como Testemunho: a imigração portuguesa nos inventários post mortem (Belém, 1850-1920)*. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

⁷¹⁵ Cf. MARTINHO, Lenira M. e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

⁷¹⁶ Autos da Conta do Testamento e Declaração com que faleceu José António Pereira Guimarães e de quinhões, ANTT, Feitos Findos, Inventários *Post Mortem*. Letra J, Mç. 410, nº 23.

se pode ver é que as vítimas dos ataques eram em sua maioria portugueses de poucas posses, que devem ter exposto suas vidas a fim de salvar a vida e os bens de outros, tais como o padeiro Antonio Dias, que fora assassinado na padaria onde trabalhava. Sua sorte talvez esteja ligada ao fato de ter sob seu controle um alimento que começava a se popularizar entre a população, além de exercer negócios diretos com indivíduos que mantivessem dívidas com este⁷¹⁷. Não se sabe, porém a fortuna talvez não fosse a principal razão para o seu sacrifício.

O socorro aos portugueses no Pará: A corveta Elisa

Socorrer os portugueses no Pará era uma das principais solicitações que repetidas vezes eram feitas pelos agentes consulares. Logo após a primeira invasão da capital pelos cabanos, o vice-cônsul do Pará remeteu um pedido para que Sua Majestade Fidelíssima pudesse dispor de um “vaso de guerra”⁷¹⁸, a fim de poder garantir a segurança dos súditos portugueses residentes naquela região brasileira.

No dia 20 de março de 1835, enquanto o vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa relatava os últimos episódios que tinham colocado em choque o presidente Félix Clemente Malcher contra o seu comandante das Armas, o que terminou com o assassinato do presidente da província por seus próprios aliados, na mesma missiva alertava ao Ministro e Secretário de Negócios Estrangeiros, o conde de Vila Real, para a situação de abandono em que se encontravam os súditos portugueses, que, a fim de protegerem suas vidas e propriedades, haviam recorrido à antiga aliança entre Sua Majestade Fidelíssima e Sua Majestade Britânica, além de que, em função disso, o comandante do brigue inglês Despatch⁷¹⁹ tem-se mostrado solícito em prestar auxílio aos pedidos do vice-cônsul.

Diante da situação de risco iminente em que se achavam os portugueses, voltava agora Gaudêncio da Costa a encaminhar no dia 4 de abril de 1835 uma “Representação feita pelos súditos portugueses residentes no Pará”, pedindo a intervenção Real. Dizia: “haja de atender a precisão que temos de socorro na posição em que nos achamos, fazendo expedir para aqui uma embarcação de guerra, que possa salvar-nos não só as vidas, mas também as fazendas⁷²⁰”.

⁷¹⁷ Ver FONTES. Edilza J. O Pão Nosso de Cada Dia: Trabalhadores, indústria da panificação e Legislação trabalhista – Belém (1940-1954). Belém: Editora Paka-Tatu, 2002.

⁷¹⁸ Expressão utilizada nos documentos do século XIX, nas cartas consulares para designar navio de guerra capaz de servir a resistências militares ou combates.

⁷¹⁹ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0047.

⁷²⁰ DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, cx. 306, m0050.

Enquanto os recorrentes pedidos de socorro vinham da província paraense, justificando ainda o pouco caso com que o Rio de Janeiro havia respondido às solicitações do vice-consulado, em Lisboa, no dia 11 de abril de 1835, no Quartel General da Marinha, o general José Xavier Bressani Leite encaminhava uma carta com “Instruções para o comandante da Corveta Elisa”, o comandante Isidoro Francisco Guimarães, cujo teor era o seguinte:

“V. S^a se fará de vela amanhã 11 do corrente mez, seguindo viagem para o Grão-Pará, sendo o principal objeto de sua comissão, prestar por todos os meios a seu alcance, uma franca, generosa e eficaz proteção a segurança individual, propriedades e comércio dos leais súditos de S. M. I. residentes naquele porto, e que se acham expostos ao furor e perseguições de uma população rebelde e vingativa. [...] Não devendo, todavia, negar abrigo e acolhimento a que tem direitos os súditos de nações amigas, tendo muito em vista que a disciplina e conduta da sua guarnição, mantenha o bem merecido crédito do nosso governo e instituições. Para o fornecimento de víveres, pagamento de soldos, compra de objetos e mais despesas indispensáveis, V. S^a recorrerá a casa de Joaquim Francisco Danin, e em sua ausência, a José Gomes de Oliveira, que lhe fornecerá (sic) os dinheiros necessários, sacando letras sobre o Intendente de Marinha nesta capital [...]”⁷²¹.

As instruções eram imperativas. Quatro meses depois do início dos ataques à cidade do Pará, o general José Xavier Bressani Leite dirigia ao comandante Isidoro Francisco Guimarães uma importante missão na província brasileira do Grão-Pará, de “prestar por todos os meios a seu alcance, uma franca, generosa e eficaz proteção a segurança individual, propriedades e comércio dos leais súditos de S. M. I. residentes naquele porto”, sem, contudo, intervir na política local, nem se envolver nos partidos e nas dissensões populares. Recomendava ainda, como socorro financeiro para a missão, o negociante estabelecido no Pará, Joaquim Francisco Danin, a quem poderia recorrer para efetuar pagamento de soldos e o fornecimento de víveres.

As revoltas ocorridas no Pará em 1835 não foram marcantes somente para as populações residentes naquela região. Elas o foram também para todos os indivíduos que nela se envolveram, ou que acabaram tornando aquela experiência única e emblemática para suas vidas. Foi assim tanto para a trajetória da Corveta Elisa, como para seu comandante, Isidoro Francisco Guimarães.

A corveta que foi destacada para socorrer os portugueses no Pará em 1835 era uma embarcação de origem portuguesa que havia sido construída no Arsenal de Marinha de Lisboa e lançada à água em 24 de agosto de 1823. Antes de ser designada “Elisa”, foi chamada corveta

⁷²¹ Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Documentos Avulsos referentes à Corveta Elisa, 6-V-2-1.

“Cibele”⁷²², depois passou a ser “corveta “Congresso” até finalmente receber a denominação “Elisa”, nome que manteve até a sua extinção em 1839, quando foi abatida em Goa, por ter sido considerada “inútil”. Entre as várias missões realizadas pela corveta Elisa ao longo de sua existência, como ter enfrentado nos Açores corsários de Bueno Aires, ter sido navio-chefe do bloqueio do rio Douro em 1828⁷²³, entre outros, a missão de socorro aos portugueses no Pará em 1835 ocupa uma importante fase da existência dessa embarcação.

Para o comandante da corveta, Isidoro Francisco Guimarães, a missão não foi de menor destaque, tanto que, depois que voltou a Lisboa em 1836, publicou uma crônica histórica intitulada “Memória histórica sobre os últimos sucessos no Pará”⁷²⁴. Nesse opúsculo, narra as suas impressões sobre aquele episódio, além de recuperar todo o jogo diplomático do qual esse capitão de mar e guerra participou durante o tempo em que se manteve nos portos da província.

Isidoro Guimarães fez carreira na Marinha Portuguesa, tendo ocupado várias funções e postos em combates desde 1820. Após 1850, notabilizou-se pelos cargos que desempenhou nos postos do governo português no oriente, onde exerceu o cargo de Ministro de Portugal no Japão, Sião e China. Entre 1851 e 1862, governou Macau, com o título de visconde da Praia Grande de Macau.⁷²⁵

“Memória Histórica sobre os últimos Sucessos no Pará” é o resultado de suas cartas e anotações feitas a bordo da Corveta Elisa, desde sua partida do rio Tejo, até seu retorno com os portugueses resgatados da cidade de Belém em 1835. Além dos relatos produzidos sobre as suas impressões do combate que se desenvolveu em agosto de 1835, Isidoro recupera as relações diplomáticas que se estabeleceram entre os comandantes das embarcações e os agentes consulares na cidade de Belém. Fragmentos desse trabalho foram utilizados por Domingos Antonio Raiol nos anexos documentais dos Motins Políticos.⁷²⁶ Ao longo do presente texto, através das correspondências produzidas pelo comandante Isidoro Guimarães durante a operações da corveta Elisa em Belém, estamos lançando mão de grande parte do material presente na “Memória Histórica sobre os últimos Sucessos no Pará” e outros que não foram ali

⁷²² Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Navios: Corveta Elisa – (Ex-Cibele e Ex-Congresso), cx. 552-5, 1833-1842.

⁷²³ Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa. Nota biográfica da Corveta Elisa. In <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2474>.

⁷²⁴ Ver GUIMARÃES, Isidoro Francisco. *Memória Histórica sobre os últimos sucessos no Pará*. Lisboa: Editora C. J. da Silva e C^a, 1836.

⁷²⁵ Cf. <http://macauantigo.blogspot.com.br/2009/09/gov-isidoro-francisco-de-guimaraes.html>.

⁷²⁶ Uma parte dessa obra foi compilada por Domingos Antonio Raiol e se encontra no volume 3 de sua obra *Motins Políticos*, pp. 1014-1031.

incorporados. Feito esse percurso, retornemos à missão da Corveta Elisa e seu comandante no Pará em 1835.

A missão de que fora encarregado começou por uma estratégica parada na barra do Maranhão. Depois de 23 dias de viagem, chegava à costa da província maranhense no dia 13 de maio de 1835, onde permaneceu por alguns dias, enquanto aproveitava para fazer alguns reparos decorrentes da rotina de viagem e, principalmente, “colher informações com exatidão a respeito do Pará”.⁷²⁷

Através do presidente da província maranhense, soube que a cidade do Pará, desde os sucessos de abril, mantinha-se em completa anarquia: “que tumultuosamente foi eleito pelos anarquistas, foi assassinado, e um outro eleito, este receoso de uma igual sorte, prometeu submissão ao legítimo governo⁷²⁸”. Soube, ainda, que o governo do Brasil, Rio de Janeiro, havia prometido enviar uma expedição com 1.200 homens e 4 navios de guerra em força, fato em que o capitão Isidoro Guimarães não acreditava, “porque o Brasil não tem exército, nem marinhagem para guarnecer a sua esquadra”.⁷²⁹

Depois dessa breve parada na barra maranhense, além de obter informações, fez questão de abastecer de mantimentos sua embarcação, pois as notícias que vinham do Pará davam conta da escassez de alimentos devido aos saques e bloqueios de rios. Assim, no dia 31 de maio, chegava ao rio Pará. Além de alguns poucos navios mercantes portugueses, como o brigue português “Tino⁷³⁰”, viu que se encontravam alguns navios da “infeliz esquadra brasileira”, que, depois derrotada pelos facciosos, havia-se retirado para a baía de Santo Antonio. Era formada da fragata “Imperatriz”, da corveta “Defensora”, sendo esta de 28 e aquela de 50, dois brigues “Cacique” e “Constância”, de 18, e outros barcos.

De sua chegada até o início do mês de agosto, a corveta Elisa “impôs por sua presença a tranquilidade e o sossego público”. Essa opinião é expressa pelo comandante Isidoro Guimarães em 27 de julho de 1835, numa carta escrita ao general Bressane, na qual afirma: “a cidade goza de perfeita tranquilidade, as famílias que estavam fora tem-se recolhido”. Observava: “o comércio principia a reviver, porque do interior já chegam gêneros em abundância e poder-se-á com o sossego, se o governo for ativo e vigilante, e segundado pelo

⁷²⁷ Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Corveta Elisa, série de Documentos e correspondências avulsas.

⁷²⁸ Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Documentos Avulsos referentes à Corveta Elisa, 6-V-2-1.

⁷²⁹ Idem.

⁷³⁰ Navio pertencente ao negociante português Constantino Jose Vieira da Silva, que manteve sociedade mercantil com Miguel de Souza Machado. Os registros de sua embarcação se encontram no Arquivo Histórico da Marinha de Portugal – Navios Mercantes Estrangeiros – documentos avulsos – 1831-1833.

governo central, porque pelo contrário, essa malfadada Província há de um dia cair no poder dos Tapuios, e da gente de cor”.⁷³¹

Durante o período em que se manteve na barra do Pará, sua rotina seguia a recepção de autoridades locais, reuniões com os cônsules das nações estabelecidas no Pará e fornecimento de abrigo a famílias portuguesas no interior da embarcação. Com base no diário de bordo da corveta Elisa, observamos alguns dias dessa rotina e a recepção de famílias portuguesas para o interior da embarcação.

Dia 17 para 18 de Junho: às 9 horas principiamos a envernizar a artilharia, a 4 horas da tarde, foi o 2º escaler a bordo de uma barca espanhola a fim de conduzir para esta corveta uma família portuguesa ai refugiada, pouco tempo depois, atracou trazendo um negociante português com cinco pessoas da família; às 4 ½ foi o segundo escaler a terra com o comandante e um 2º tenente, a fim de receber dinheiro para o pagamento a guarnição, as 6 horas, recolheu a escaler trazendo o dinheiro, as 6 ½ atracou uma canoa trazendo um negociante português refugiado, de noite bom tempo e não houve novidade.

Dia 20 para 21 de junho – Às 10 horas fez o cônsul sinal para se lhe mandar o escaler e logo largou o 2º, às 11 horas atracou o escaler trazendo uma família contando de oito pessoas, as 2 horas da tarde atracou uma embarcação com seis portugueses de diferentes officios que ficaram a bordo, as 4 horas da tarde vimos em frente do Pinheiro a Divisão da Esquadra Brasileira contado de duas fragatas, duas corvetas, dois brigues e duas escunas.⁷³²

Uma das principais atribuições de sua missão no porto do Pará era “prestar por todos os meios a seu alcance, uma franca, generosa e eficaz proteção a segurança individual, propriedades e comércio dos leais súditos portugueses”. Assim, fazer o recolhimento de indivíduos que se mostravam em perigo foi uma das ações de que a Corveta Elisa se ocupou em grande parte de sua permanência no porto do Pará.

Nesse sentido, conforme vimos, quando os levantes explodiram após a “adesão” ao império do Brasil em 1823, conduziram a uma progressiva fuga de portugueses para fora da província. Nos movimentos antiportugueses que se processaram desde os prenúncios dos ataques à capital, já iniciavam os deslocamentos de indivíduos para outras regiões do Brasil, ou de volta para Lisboa.

Algumas famílias que possuíam negócios na província maranhense empreenderam fuga para aquela cidade. Outros, como o barão de Jaguarari, Ambrósio Henriques da Silva

⁷³¹ Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Documentos Avulsos referentes à Corveta Elisa, 6-V-2-1.

⁷³² Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Diário de Bordo da Corveta Elisa, ano 1835.

Pombo, que possuía negócios com a região de Caiena, na Guiana Francesa, deslocou-se para aquela cidade enquanto ocorriam as invasões na capital paraense.⁷³³

Além da evasão de pessoas para fora da província, entre 1835 e 1836, não ocorre o registro de nenhuma entrada legal de imigrante nesse período, nem solicitações de passaportes de Portugal para a província do Pará. O que podemos observar é que as notícias que seguiam do Pará para a Europa através dos indivíduos que empreendiam fuga desencorajavam qualquer tipo de interesse pela região.

A corveta Elisa, com sua missão de salvaguardar os bens e vida dos portugueses residentes no Pará, permaneceu até o mês de agosto, logo após o segundo ataque realizado pelos cabanos iniciado no dia 14 daquele mês. Nessa incursão dos revoltosos na cidade, fugiram para bordo desse navio de guerra dezenas de famílias e indivíduos que se encontravam em risco de morte. Uma interessante narrativa é produzida pelo capitão de mar e guerra Isidoro Francisco Guimarães, a respeito desses últimos instantes em que ocorriam os ataques à cidade e as ações que envolveram a corveta lusa.

Assim anotou em seu diário de bordo:

Dia 13 para 14 de agosto

Comunicado ao comandante de que Rebeldes pretendem atacar a cidade, roubando e matando tudo o que é branco; às 3 horas desembarcaram em terra o destacamento e parte da guarnição, sendo ao todo 80 praças, e se foram postar a porta do vice-cônsul português, sendo comandado por um tenente, às 11 horas da noite foi o imediato em terra rondar e ver se a gente ocupavam as posições determinadas e depois voltou as 2 horas foi um tenente intimar ao tenente Souza, que se recolher-se ao romper do dia.

Dia 14 para 15 de agosto

Às 9 horas principiaram-se a ouvir em terra alguns tiros de fuzilaria, às 9 ½ se fez o sinal no Palácio, reconheceu o chefe Fragata Brasileira, com 3 tiros de peça depois outros 3 tiros, veio a bordo o chefe, e imediatamente saltou em terra o destacamento [ilegível] faziam 80 praças, sendo comandados pelo tenente Souza, e foram postar-se a porta do vice-cônsul, a corveta Inglesa fez o mesmo, a esta hora o fogo era vivíssimo em terra, de parte a parte, os nossos escaleres e lancha, protegiam no cais e praia o embarque das famílias portuguesas, as 11 horas chegou o escaler trazendo o mestre ferido em um braço, logo depois tornou a bordo o chefe da esquadra brasileira, continuou o fogo até as 7 horas quando se calou, a esta hora recolheu nossa gente, tendo ficando morto um 2º [ilegível] E ferido gravemente um soldado, e 9 feridos de diferentes [ilegível], porém não perigosas, recolheram mais 13 feridos que foram tratados imediatamente, de noite não ocorreu novidades, recolheram para bordo desta corveta mais de 400 pessoas tanto homens como mulheres, ao romper do dia 15 continuou o fogo com mais calor, tanto de embarcação de guerra para terra, como dos parques de artilharia.

Dia 15 para 16

Continuou o fogo, com muita violência por todas as casas da cidade, continuava recolher-se muitas famílias a nosso bordo, e alguns feridos [...] foram muitas vezes

⁷³³ Cf. Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 2, 1970.

nossas escaleres e lancha a terra buscar famílias, e gente recolheu-se vários feridos a bordo, tanto portugueses como brasileiros e adotivos a nossas embarcações, salvaram muitas fazendas de vários portugueses que recolheram-se a bordo; o inimigo as 4 horas da manhã atacou o trem com muita força, e em várias partes da cidade, e do Palácio fizeram muitos tiros de artilharia para diferentes casas próximas o terem em várias partes aonde o inimigo estava durante a noite houve vários tiros por terra, ficaram em terra quatro soldados de nosso destacamento, em terra ajudar a defender, assim com vários marinheiros que pela manhã se recolheram [...] mandou-se várias famílias para bordo dos navios de guerra brasileiro, por não podermos ter mais gente e assim se tem socorrido tudo como o melhor pai de família e sem novidades.⁷³⁴

Nos ataques que marcaram a segunda invasão da capital e se estenderam de forma intensa entre 14 a 24 de agosto de 1835, destacamos os relatos do diário de bordo da corveta Elisa dos três primeiros dias, observando como foram intensos e marcados por sangrentas disputas. Não por acaso, foi durante esse certame que morreu, entre outros, Antonio Vinagre, segundo presidente cabano e comandante da invasão a Belém. Por conta de sua morte, o comando do movimento passou às mãos de Eduardo Angelim⁷³⁵.

Enquanto o fogo cerrado ocorria nas ruas da cidade de Belém, no porto pequenas embarcações procuravam transportar famílias que buscavam abrigo nos navios que se encontravam na baía. O comandante da corveta portuguesa Elisa registra a sua participação no resgate de famílias portuguesas, que, apesar de todo o desespero, ainda tentavam salvar mercadorias de suas casas de comércio.

De acordo com Isidoro Guimarães em seu diário de bordo, a corveta Elisa recebeu “mais de 400 pessoas, incluindo homens e mulheres”. Contudo, nas cartas avulsas existentes no Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa⁷³⁶, localizamos um rol contendo apenas 126 nomes de indivíduos que foram transportados na embarcação portuguesa. Apesar do desencontro de informações, é bem singular o conteúdo dessa lista, para traçar um pequeno perfil dos portugueses resgatados de Belém durante a Cabanagem.

Dos 126 resgatados em Belém durante os ataques cabanos, 110 eram homens e apenas 16 eram mulheres. Quanto à situação física e ao estado de saúde dos resgatados, os dados são os seguintes: 114 eram descritos como estando “bem”, sem complicações de saúde, 2 eram descritos como falecidos e 10 homens chegaram à embarcação feridos, entre os quais estava o caixeiro Antonio Pereira Sobral. A respeito desse caixeiro, é interessante notar que, anos mais

⁷³⁴ Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Diário de Bordo da Corveta Elisa, ano 1835.

⁷³⁵ Ver RICCI, Magda. *Fronteiras da Nação e da Revolução: Identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)*. Boletín Americanista, Año LVIII, nº 58, Barcelona, 2008, op. cit., p. 86.

⁷³⁶ Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Corveta Elisa, cartas avulsas, ano 1835.

tarde, em 1841⁷³⁷, ele retornava ao Pará, vindo pela cidade do Porto como negociante, ou seja, os ataques cabanos não desanimaram os seus interesses pelos negócios com aquela região.

Figura 20

139

Relação das Pessoas que
da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará se transportaram a Lisboa a bordo da Corveta Elisa

	<i>Nomes das Pessoas</i>	<i>Empregos</i>
6	António Monteiro dos Santos	Negociante
	Frederico Pedro Francisco Jordan	Caixeiro
	José, Peto	Creante de d. ^o
	Abraham - menor	"
	Marianna	"
	José	"
3	Inquize Antonio Nassatto	Negociante
	Manoel - Peto	Creante de d. ^o
	José	"
3	Manoel José Baptista	Negociante
	Antonio, Peto	Creante de d. ^o
	André	"
5	Manoel Cypriano	Chocolateiro
	Maria da Conceição	Mulher de d. ^o
	Joanna Maria	Filha
	Manoel Cypriano Junior	"
	José Antonio	"
5	Victoriano José Mendes	Estalajadeiro
	Theresa Mathildes	Mulher de d. ^o
	Theotima, Capleira	Creante de d. ^o
	Maria - absoluta menor	"
	Therese, Peto	"

Fonte: Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa – Relação das pessoas que da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará se transportaram a Lisboa a bordo da Corveta Elisa. Documentos avulsos – Corveta Elisa.

⁷³⁷ Livro de Registro de Passaporte do Arquivo Distrital do Porto, ano 1841, ADP.

Segundo a ocupação dos indivíduos que foram transportados de volta para o Reino, podemos notar a seguinte caracterização:

Quadro 3

Ocupação dos Resgatados na Corveta Elisa

48	Caixeiros
3	Negociantes
3	Boticários
2	Calafates
1	Barbeiro
1	Estalajadeiro
1	Carpinteiro
1	Dentista
1	Chocolateiro
10	Lojistas
2	Padeiros
2	Pedreiros
5	Roceiros
1	Sapateiro
9	Taverneiros
7	Traficantes
18	Criados
1	Feitor
9	Sem indicação

Fonte: Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, correspondências avulsas.

Através desse quadro, podemos notar uma forte relação dos lusitanos que residiam em Belém durante os ataques cabanos com os serviços urbanos. Essa observação, em consonância com as tendências migratórias que apontavam uma maior concentração de migrantes portugueses nos serviços citadinos, com destacada atuação nos negócios comerciais, chama atenção para a existência dos 48 caixeiros, 10 lojistas e 9 taverneiros como exemplo desse predomínio.

Essa vocação comercial dos lusitanos, que mantinham nas mãos um importante setor da atividade da econômica, em tempos de crises se revelava como motivação das hostilidades.⁷³⁸ Por vezes, eles passavam por manipuladores dos preços das mercadorias, dos

⁷³⁸ Ver NUNES, Rosana Barbosa. *Imigração portuguesa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. História Ensino, Londrina, v. 6, p. 163-177, outubro de 2000.

valores dos aluguéis e serviços urbanos. Tudo isso fomentava ódios entre nacionais e esses indivíduos nos momentos de instabilidade política⁷³⁹.

Nesse rol de resgatados havia ainda seis grupos familiares identificados, entre os quais estava a família do chocolateiro Manoel Cipriano de Faria, que seguia junto de sua esposa Maria da Conceição e os seus três filhos, Joana Maria, Manoel Cipriano Júnior e João Antonio. A respeito dessa família, ficamos sabendo que deve ter permanecido pouco tempo em Portugal, pois em 1839, com exceção de sua filha Joana Maria, todos já se encontravam listados como portugueses residentes na cidade do Pará e seu termo⁷⁴⁰. Não menos expressiva era a família de dona Rita de Cássia Amazonas, que embarcava com suas três filhas menores e mais 7 criados.

Finalmente, é importante destacar que a listagem dos resgatados não faz uma discriminação por nacionalidade, entretanto é interessante considerar esse aspecto. Havia um grupo de 104 pessoas, possivelmente de origem portuguesa, sobre cujas qualidades de nascimento não se fazia alusão. Porém, havia um grupo bem diverso, formado por criados negros e nativos do Pará que estavam incorporados a determinada família. Esse contingente era formado por uma criada cafuza e uma índia; 15 criados pretos e uma mulata. Isso demonstra a diversidade dos indivíduos que seguiam na corveta Elisa de volta a Portugal durante os ataques cabanos.

A persistente investigação que ao longo de muitos anos tem alimentado tão variadas pesquisas que se debruçaram sobre a temática da Cabanagem permitiu demonstrar o quão diversificado era esse movimento popular, tanto em seus projetos, quanto em seus participantes⁷⁴¹: homens, mulheres, negros, brancos, mestiços de todos os matizes, envoltos contra seus inimigos a favor de “liberdades”⁷⁴². Apesar de todas as contribuições dessas investigações, ainda se conhece muito pouco sobre os “inimigos” dos cabanos. Encobertos sob as vestes de termos como “elite abastada”, “classe dominante”, “exploradores”, “abastados

⁷³⁹ Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. A guerra aos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX. In Revista Oceanos, *Portugueses no Brasil Independente*, CNCDP, nº 44 – Out/Dez, 2000, pp. 68-84. Ver NUNES, Rosana Barbosa. *Portuguese Migration to Rio de Janeiro 1822-1850*. Canadá: University of Toronto (Tese de Doutorado), 1998; e MARTINHO, Lenira M. & GORENSTEIN, Riva. *Negociante e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993.

⁷⁴⁰ Relação dos Portugueses Residentes na Cidade do Pará e seu termo – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério do Negócios Estrangeiros, ANTT, cx. 306, m0014.

⁷⁴¹ Ver SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão Pará*. Belém: CEJUP, 2009.

⁷⁴² Cf. RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). In DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio Santos. *Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

negociantes”⁷⁴³, enfim, todas essas qualificações impedem de ver que entre os rivais dos cabanos estavam índios, mulatos, escravos, como os que seguiam em fuga do Pará na corveta Elisa para Lisboa.

No dia 31 de agosto de 1835, a corveta Elisa saiu da Barra do Pará, não sem os protestos dos portugueses que ainda permaneciam na cidade de Belém e temiam por sua segurança. Em 32 dias de viagem, chegava à Ilha de Faial no dia 1º de outubro de 1835, onde 5 dos indivíduos resgatados desembarcam⁷⁴⁴, entre os quais estavam os caixeiros José da Costa Outeiro e Bernardo Maria Osório, que igualmente se encontravam feridos. No dia 6 para 7 do mesmo mês, aportava na barra do Tejo, depois de uma pequena parada nas ilhas portuguesas.⁷⁴⁵

Ao chegar a Portugal, com suas “fortunas” estabelecidas no Pará, alguns negociantes recorreram às autoridades diplomáticas, a fim de reclamar seus prejuízos. O vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa, que havia seguido para o Norte, de onde era natural, apresentava os “Protestos que fazem os negociantes portugueses estabelecidos no Pará contra o Governo central do Brasil, pelas perdas e danos que acabam de sofrer nos desastrosos sucessos de quatorze de agosto e seguintes dias”. Seus argumentos se baseavam nas seguintes questões:

“Primeiro, porque conhecendo perfeitamente desde 1833 o estado anárquico e revoltoso desta província e necessidade de uma força respeitável, para conter os facciosos, principalmente depois dos sucessos de janeiro e fevereiro do corrente ano, se contentou somente em mandar um presidente, comandante das Armas, dando-lhe somente sete soldados, um sargento, e uns poucos de navios de Guerra, com as guarnições incompletas e mal disciplinados e sendo a maior parte estrangeiros. Sendo necessário o presidente vir de província em província pedindo esmolas de tropas, não podendo encontrar senão no Maranhão, um pequeno número de cem soldados úteis; Segundo, porque aos abaixo assinados, se não fez aviso prévio do estado de fraqueza em que se achava a província, para eles poderem com tempo, embarcarem suas fazendas e o que tivessem de mais precisos; Terceiro, porque o mesmo presidente confessa em ofício, que dirigiu ao comandante desta corveta [Elisa], em data de 19 do corrente, que a cidade se acha neste miserável estado, por falta de força regular, para se opor aos inimigos; Quarto, finalmente por se não ter procurado meios de salvar a cidade e província, e garantir as pessoas, tanto nacionais como estrangeiras, como é marcado na mesma Constituição Brasileira⁷⁴⁶”.

Não se sabe auferir se os reclamos foram aceitos pelas autoridades brasileiras na conformidade que solicitavam os negociantes portugueses retirados para Portugal. Ali, os “emigrados do Pará” passavam por dificuldades longe do patrimônio que possuíam na cidade

⁷⁴³ Ver. PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil, Colônia e Império*. São Paulo: Editora Brasiliense/Companhia das Letras, 2012; DI PAOLO, Pasquali. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1990; CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁷⁴⁴ Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Diário de Bordo da corveta Elisa.

⁷⁴⁵ Idem.

⁷⁴⁶ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério do Negócios Estrangeiros, ANTT, cx. 306, m0078.

brasileira. No ano seguinte à sua chegada a Lisboa, os lusitanos recorreram à beneficência do governo português, através do Ministério da Marinha, que resolveu conceder passagem na corveta D. João I, que seguia para aquele porto, assegurando a estes “o seu desembarque, como também prover de mantimento para a mesma viagem”. Os argumentos que justificavam o atendimento dos pleitos dos portugueses que se encontravam “no auge do seu infortúnio” eram os seguintes:

“Os portugueses emigrados da província do Pará todos em geral têm abundantes meios de subsistência, mas em suas casas e no centro de seus interesses, fora dos quais, poucos são então os que podem dispor de cabedais, ou contar com socorros. Eles não premeditaram, e nem puderam prevenir uma tão insólita agressão, e tão completo transtorno que foi tão rápido, e geral que só na presença dos próprios anarquistas, e já nas casas dos mesmos espoliadas é que a maior parte destes conheceu o mal, abandonando então absolutamente tudo para salvar somente a vida”.⁷⁴⁷

Dessa forma, gradativamente os portugueses obrigados a deixar a província foram retornando à cidade de Belém. Uma observação dos retornados é possível ver num levantamento da população residente no Pará realizado em 1839. Com base nessa contagem dos portugueses residentes na jurisdição do consulado de Portugal e a lista dos indivíduos que haviam sido resgatados em 1835 na corveta Elisa, destacamos alguns dos nomes que voltaram para a província do Pará.

Quadro 4

Portugueses que foram resgatados na Corveta Elisa e depois retornaram ao Pará

Nº	Nome	1835	1839
1.	Antonio Pereira Sobral	Caixeiro	Negociante
2.	Domingos José Pereira	Caixeiro	Negociante
3.	José Celestino de Andrade	Caixeiro	Caixeiro
4.	José Soares da Silva	Caixeiro	Caixeiro
5.	Lourenço dos Reis Napoles	Boticário	Boticário
6.	Manoel Cipriano de Faria	Chocolateiro	Chocolateiro
7.	Manoel Cipriano de Faria Junior		Chocolateiro
8.	Manoel de Lima Barros	Traficante	Negociante
9.	Manoel José de Souza	Caixeiro	Negociante
10.	Manoel Maciel Barbosa	Lojista	Negociante
11.	Manoel Nogueira da Rocha	Caixeiro	Negociante
12.	Timóteo Isidoro Pereira de Andrade	Caixeiro	Negociante

Fonte: Arquivo Histórico da Marinha – Relação das pessoas transportadas na Corveta Elisa – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério do Negócios Estrangeiros, ANTT, Lista dos Portugueses residentes na cidade do Pará e seu termo.

⁷⁴⁷ Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Ofício Ilmo. Snr. Antonio José Maria Campelo, Diretor da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Lisboa, 18 de junho de 1836, documentos avulsos sobre a Província do Pará.

Os negócios construídos na província devem ter sido a razão que impulsionou o retorno desse grupo de indivíduos ao Pará, alguns dos quais não somente retornaram, como também permaneceram até o final de suas vidas. Um desses foi o português Manoel de Lima Barros, que saiu da província na condição de traficante, em 1835. Já em 1839, era qualificado como negociante. Temos poucas informações sobre suas atividades no Pará, exceto uma notícia do processo existente na Vila de Santarém, contra o ex-capitão de trabalhadores da freguesia de Alenquer, João de Souza Paes, por ter assassinado publicamente o súdito português Manoel de Lima Barros, em 5 de janeiro de 1848.⁷⁴⁸

Sorte diferente teve o portuense Manoel Nogueira da Rocha, que, depois de ter saído na condição de caixeiro em 1835, aparece relacionado entre os portugueses residentes no Pará em 1839 como negociante. Algumas notícias nos possibilitam observar a trajetória desse português no Pará. No ano de 1846, por problemas de saúde, retorna à cidade do Porto, deixando a sua casa de comércio localizada na Rua dos Mercadores em sociedade para seu irmão Joaquim Nogueira da Rocha, residente no Pará. Girava com o nome Manoel Nogueira da Rocha & Irmão⁷⁴⁹. Em 1848, Manoel retoma o controle de seus negócios, extinguindo a firma em sociedade com seu irmão⁷⁵⁰. Manoel, contudo, veio a falecer no ano de 1855, tendo sua mulher Ana Joaquina Nogueira da Rocha e seu irmão Joaquim Nogueira da Rocha ficado responsáveis por liquidar os seus negócios no Pará⁷⁵¹.

Através da missão desenvolvida pela corveta Elisa nos portos de Belém, foi possível ler através de uma rica documentação as tensões vividas pelos imigrantes e portugueses residentes no Pará; o temor dos lusitanos em perder a vida e “suas fortunas” para os rebeldes; as recorrentes solicitações à Corte Portuguesa para enviar um navio de guerra a fim de fornecer proteção aos súditos residentes no Pará e o papel exercido pela presença da Corveta Elisa no porto da cidade, até os ataques que ocorreram em agosto de 1835, quando retornam à Europa.

Há alguma semelhança com a situação já ocorrida com os lusitanos que foram obrigados a sair em 1824, mas agora de forma menos seletiva, já que não havia deportação formal e, sim, um resgate. Muitos dos que saíram haviam deixado todos os seus pertences e

⁷⁴⁸ Jornal Treze de Maio – Julho de 1848.

⁷⁴⁹ Jornal Treze de Maio – Abril de 1846.

⁷⁵⁰ Jornal Treze de Maio – Julho de 1848.

⁷⁵¹ Jornal Treze de Maio – Julho de 1855.

propriedades e, em Lisboa ou na cidade do Porto, aguardavam providências diplomáticas a fim de reaver suas perdas e esperar que os tempos mudassem para, enfim, retornar rumo ao Pará.

Nos anos seguintes, gradativamente assistimos a um novo processo de reemigração. Alguns desses lusitanos resgatados na corveta Elisa começaram a retornar por Lisboa e pelas cidades do Norte de Portugal com vistas a recuperar seus pertences no Pará.

* * * *

As migrações portuguesas para o norte do Brasil, não podem prescindir dos impactos causados pelos levantes populares que sacudiram a província paraense na década de 1820 até os anos de 1840. As rivalidades produzidas no pós-adesão do Pará à independência do Brasil e depois durante o movimento cabano foram marcadas por mobilidades populacionais, por meio de deportações empreendidas pelo governo provincial, como ocorreu em 1824, ou através da explosão dos movimentos populares que resultou na invasão da capital e na tomada do poder político pelos rebeldes em 1835. Assistimos a um movimento das populações de origem lusitana na província do Pará, caracterizado por saídas emergenciais e retornos necessários para quem havia deixado seu patrimônio.

Notamos como esses *choques* de mobilidades agiram sobre os portugueses no Pará nos primeiros decênios do século XIX. Em princípio, a ação impactante dos movimentos antilusitanos interferiu nos negócios e empreendimentos de indivíduos que tiveram sua sorte marcada pelos efeitos das ações revolucionárias na província paraense. De forma mais ampla, podemos notar uma influência na economia portuguesa no Pará. Por serem tidos como “vítimas privilegiadas” desses movimentos, muitos negociantes portugueses acabaram por deixar a província ou perder seus capitais, fragilizando não somente os negócios pessoais, como, por conseguinte, os interesses econômicos de Lisboa e Porto, por exemplo, com essa região.

Numa carta encaminhada em 1844 ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, o cônsul de Portugal no Pará, Fernando José da Silva, fazia o balanço das importações e exportações do Reino com a província paraense, em resposta a um inquérito enviado pelo Ministério do dia 17 de janeiro daquele ano, apontando uma queda das negociações entre essas duas regiões. No item denominado “Causas primárias do aumento ou da diminuição no Comércio entre Portugal e o Brasil”, o cônsul fazia a seguinte consideração:

“Eu tenho a responder a V. Exa., que julgo ser emanado, em primeiro lugar, dos capitalistas terem retirado os seus fundos desta província em consequências das revoluções que nos têm flagelado, e que não tendo as propriedades portuguesas aquele apoio, e segurança que as outras nações, pelos motivos que à V. Ex^a, são bem conhecidos, com justo motivo tem retirado a maior parte de seus fundos, e continua a

negociar para esta Praça em ponto muito pequeno, pela desconfiança de falta de sossego, e ficam sujeitos a perderem sua fortuna, o que aconteceu a muitos na desgraçada revolução de 1835”⁷⁵².

Após esse período, especialmente para os finais da década de 1840, em razão de uma estabilidade política, permitiu-se não somente o gradativo restabelecimento das atividades econômicas no Pará, como também um crescente interesse pela migração de portugueses.

Entretanto, o fantasma do antilusitanismo, não deixou de se mostrar em várias etapas do século XIX. A historiadora portuguesa Irene Vaquinhas demonstra que essa tendência de rivalidades se estendeu ao longo do tempo, ao estudar um caso da queima pública de uma bandeira portuguesa no dia 1º de fevereiro de 1873, por ocasião de uma festa no Largo da Igreja do Rosário na capital paraense, ocasião em que percebeu o reacender das rivalidades entre nacionais e portugueses.⁷⁵³

⁷⁵² Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844

⁷⁵³ Cf. VAQUINHAS, Irene Maria. “Fora Galego”: um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. In ALVES, Jorge Fernandes (Cord.) *Os “Brasileiros” da Emigração*. Nova Famalicão: Câmara Municipal de Nova Famalicão, 1998. pp. 80-91.

Capítulo 4

4 – Em torno das trajetórias de vida de imigrantes portugueses

Um esforço de microanálise nos levou a construir nesta última parte da tese uma discussão em torno das trajetórias individuais. Aprofundar as informações sobre o curso de vida dos portugueses que migravam para a província paraense até meados do século XIX se constituiu um desafio nesta seção. O ponto de partida inicial foram as 1.339 solicitações de passaportes que levantamos como base de nossa investigação. Depois de promover um cruzamento com outras possibilidades de fontes, seguindo a trilha dos nomes⁷⁵⁴, elencamos quatro indivíduos que migraram nesse período ou que tenham sido alcançados pela documentação consultada.

Essa seleção de nomes nos aproximou das estratégias metodológicas postuladas pelos estudos prosopográficos⁷⁵⁵. Alguns aspectos os uniam como grupo: eram todos imigrantes portugueses que haviam saído do reino de Portugal para a província do Pará no início do século XIX, tendo-se dedicado aos negócios comerciais e nesta região permanecido por mais de uma década. É muito provável que alguns deles tenham mantido contato e até compartilhado situações em comum. Porém, esses não foram os critérios que demarcavam o interesse pelas histórias de suas vidas.

Por outro lado, seguir os trajetos individuais dos lusitanos desde Portugal⁷⁵⁶ até os percursos na província paraense permitiu não somente conectar histórias de vida que se

⁷⁵⁴ A pesquisa onomástica desenvolvida se baseia nas experiências da micro-história italiana, além de outros estudos, que partem das trajetórias individuais cuja narrativa seguem um percurso nominal. A respeito desse tema, é importante ver: GINZBURG, Carlo. Nome e o como, troca desigual e mercado historiográfico. In: *A Micro História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991, p. 169-178; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro e ALMEIDA, Carla M. C. de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In: MATOSO, José (Dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011.

⁷⁵⁵ Os estudos prosopográficos ou biografias coletivas têm-se constituído como uma ferramenta que tem permitido ampliar as perspectivas de análises sobre as trajetórias de indivíduos. Ligada ao estudo das elites, dos grupos políticos e profissionais, tem-se prestado com bastante adequação ao interesse das pesquisas sobre migrações. Sobre esse assunto, é interessante consultar: STONE, Lawrence. *Prosopografia*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011; BULST, Neithard. *Sobre o objeto e o Método da Prosopografia*. Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista: v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005; ver ainda CHARLE, Christophe. *A Prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das Elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006;

⁷⁵⁶ Experiências de trabalho com estudos de trajetórias nos orientaram a pensar as dinâmicas das vidas dos imigrantes, entre os quais destacamos: ALVES, Jorge Fernandes. Percursos de um Brasileiro no Porto – o conde de Ferreira. *Revista da Universidade de Letras do Porto*, vol. IX, p. 199-213, 1992. Disponível em: <repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8841>; VIEIRA JR., Antonio Otaviano. De Família, Charque e Inquisição se fez a

processavam em dois territórios, mas também unir uma documentação produzida por um mesmo indivíduo em espaços distintos ao longo de sua vida.

Esse capítulo foi distribuído em cinco seções, sendo as quatro primeiras dedicadas a cada um dos indivíduos estudados, enquanto na última fazemos uma análise das trajetórias desses indivíduos de forma conjunta. Ao esforço em perceber as dinâmicas migratórias a partir dos movimentos coletivos tratados nos primeiros capítulos da tese, acrescenta-se a possibilidade de observar de uma perspectiva individual a construção desse circuito migratório. Nessa etapa da investigação, a subjetividade das escolhas, as redes de solidariedades e as estratégias pessoais são aspectos muito importantes para compreender as mobilidades no Pará oitocentista.

4.1 – O Mercador: Lúcio de Souza Machado

O movimento nos portos da capitania do Grão-Pará no início do século XIX atesta a vinculação dessa região à metrópole portuguesa. Através dos livros que registravam o controle da barra da baía do Guajará no chamado período joanino (1808-1821), 534 embarcações teriam frequentado os portos de Belém⁷⁵⁷. Nesse grupo, estavam navios que realizavam tanto o comércio interno⁷⁵⁸, como aqueles que se dedicavam à navegação de longo curso. Com relação a este segundo conjunto de navios, é muito significativo o predomínio dos navios portugueses. De um total de 521 de embarcações que informavam seus registros de origem, nada menos que 216 eram de origem portuguesa, num total de 41% de navios lusos que frequentavam os portos paraenses⁷⁵⁹.

Mesmo com a abertura dos Portos após a instalação da Corte portuguesa no Brasil em 1808, a navegação mercantil lusitana mantivera a dianteira no Pará. A crescente entrada de navios ingleses, depois norte-americanos, franceses e de outras nações tendeu a ganhar mais espaço à medida que se avançava para os meados do século XIX⁷⁶⁰. Distanciados dos portos do

trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). Anos 90, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 187-214, dez. 2009; CASTRO, Hebe Maria M. de e SCHNOOR, Eduardo. Resgate: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

⁷⁵⁷ Ver: VIEIRA JR., Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel Souza. *Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina*. In: Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, 27(1), jan.-jun./2010, pp. 193-210.

⁷⁵⁸ Cf. LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840 e 1855*. Belém-PA: UFPA/NAEA (Dissertação de Mestrado), 2002.

⁷⁵⁹ Cf. VIEIRA JR., Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel Souza. *Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina*. Op. cit., p. 196.

⁷⁶⁰ Ver: SALES, Mábíia F. *Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012, p. 79.

sul e sudeste do Brasil por razões climáticas, os portos do Norte se ligavam desde os primeiros tempos da colonização com a Europa⁷⁶¹ e, nesse caso, principalmente com Portugal.

O interesse pela navegação mercantil se insere como um dos estímulos às migrações portuguesas na primeira metade do século XIX. Foi na esteira dos negócios com os “gêneros da província” e a introdução de mercadorias produzidas nas fábricas lusas que alguns desses indivíduos passaram a frequentar os portos dessa região, alguns dos quais mantiveram contatos excepcionais, enquanto outros estabeleceram relações regulares por décadas, chegando a construir sólidas ligações comerciais e arranjos familiares que extrapolavam as relações mercantis.

Seguindo as trajetórias de vida de alguns dos comerciantes portugueses que migraram na primeira metade do século XIX para o Pará, detivemo-nos em um indivíduo que aparecia de forma recorrente. Trata-se do negociante Lúcio de Souza Machado⁷⁶².

Num esforço nem sempre capaz de cobrir as lacunas deixadas pela ausência de documentação, localizamos algumas fontes que nos permitiram ver os imigrantes para além de seu encontro com a cidade de destino, buscando-as numa documentação variada, que começa com o indivíduo e se conecta às redes de relações construídas no espaço de convivência do imigrante. Assim, lançamos mão de registros de movimentos de embarcações dos portos de Lisboa e no Pará, documentação cartorial como inventários *post mortem* e testamentos, notícias em periódicos, aquisição de mercês, entre outros documentos.

O que se segue, através dos estudos das trajetórias de vida dos imigrantes portugueses, é um esforço em aproximar o foco de atenção para a dinâmica das migrações a partir das decisões individuais e as possibilidades de construção de seu destino dentro de uma lógica dos movimentos.

De Portugal ao Pará

Nascido no dia 25 junho de 1806, na cidade de Lisboa, Lúcio de Souza Machado fora batizado na freguesia de Nossa Senhora das Mercês. Era o segundo filho de Fernando de Souza

⁷⁶¹ Ver: MACHADO, José Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: A crise política do Antigo Regime Português da Província do Grão-Pará (1821-25)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 83.

⁷⁶² Nos documentos localizados ao longo da investigação, por vezes o sobrenome Souza aparece escrito com “S” [Sousa]. Para que não haja diferenças na escrita, convencionamos anotar Souza com “Z”, que aparece escrito em sua lápide de sepultura existente no cemitério da Soledade de Belém do Pará e está conforme seu Inventário *post mortem*.

Machado e sua esposa Eulália Joaquina de Lemos⁷⁶³. Na capital do reino, quando nasceu, morava na Rua dos Caetanos, depois passando a residir na Rua da Barroca, entre a Rua das Salgadeiras e a Travessa da Queimada.

Essa parte da cidade estava inserida no chamado “Bairro Alto” de Lisboa, local pouco atingido pelo terremoto que assolou a capital do reino nos meados do século XVIII e, por isso, conservou o aspecto arquitetônico anterior às reformas de Pombal. No século XIX, a Rua da Barroca, onde estava localizada a casa da família Souza Machado, tornou-se um espaço de atividades políticas e da boemia noturna, que importantes homens das letras escolheram para morar, como os poetas Nicolau Tolentino e Almeida Garret⁷⁶⁴.

Foi nesse ambiente urbano que Lúcio teve os primeiros contatos com as letras. Conheceu a escrita e os cálculos básicos, essenciais ao desempenho das funções comerciais. Aliás, era a atividade mercantil que exercia maior influência na formação do jovem Lúcio. No porto de Lisboa, ajudava seu pai Fernando de Souza Machado, que era proprietário de um bergantim chamado “Vigilante Africano”, o qual fazia viagens ao porto de Belém do Pará. Para essa cidade levava mercadorias do reino e dali retornava carregada com gêneros tropicais para serem reexportadas para o mercado Europeu⁷⁶⁵.

Muito do que chegamos a conhecer sobre Lúcio de Souza Machado e sua família ainda em Portugal foi possível acessar por meio de uma Ação Cível de “cobrança de soldadas”⁷⁶⁶ movida pelo piloto prático Manuel Rebelo contra seu pai. O condutor da embarcação reclamava do desconto de 50 mil réis no seu pagamento de uma viagem que havia realizado no ano de 1824 para o porto Pará e desta cidade a Lisboa.

Na altura em que correu o processo no tribunal do Juízo da Índia e Mina⁷⁶⁷, Lúcio Machado estava com 18 anos, e foi por meio das contendas geradas em torno da ação que

⁷⁶³ DGARQ/TT, Livro de Registro de Baptismo da Paróquia das Mercês. Livro B8, s/cx. Ano 1801-1811, microfilme nº 1034 SGU, m0761. Registro de Batismo de Lúcio de Souza Machado, dia 3 de julho de 1806.

⁷⁶⁴ Cf. BRAGA, Isabel. *O Bairro Alto, uma história concentrada*. In: O Corvo, o sítio de Lisboa. Disponível em: <<http://ocorvo.pt/2013/12/12/bairro-alto-uma-historia-concentrada/>>.

⁷⁶⁵ Ver: PEDREIRA, Jorge. O colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834. In: *História Contemporânea de Portugal (1808-2010)*. Op. cit., p. 137.

⁷⁶⁶ Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de H. Mini Aurélio Século XXI, minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Soldadas – sf. Quantia com que se paga o trabalho de criados, operários, marinheiros, referente a salário.

⁷⁶⁷ Criado na sequência dos descobrimentos e do comércio com o Ultramar no século XVI e extinto em 1833, ao Juízo da Índia e Mina competia conhecer dos processos cíveis e crime concernentes ao comércio e às cargas e descargas dos navios. Era constituído por juiz, escrivães, distribuidor, inquiridor, contador, depositário, meirinho, escrivão do meirinho e porteiro. Das sentenças proferidas neste Juízo cabia recurso para o Juízo das Apelações e Agravos da Casa da Suplicação. Na dependência do Juízo da Índia e Mina existia o Juízo das Justificações Ultramarinas. ANTT – nota sobre a história administrativa do Juízo da Índia e Mina. Disponível em: <<http://digital.arquivos.pt/details?id=4208377>>.

ficamos sabendo dos negócios da família Souza Machado no Pará, assim como do fato de que estes começaram a migrar para aquela província brasileira.

O processo movido pelo piloto prático do brigue “Vigilante Africano” informava que desde 1823 o negociante Fernando de Souza Machado fazia viagens regulares para o porto do Pará. Apesar de o nome do brigue fazer referência à África, não temos nenhuma evidência de que seu proprietário realizasse nesse período o transporte de escravos africanos para aquela região do Brasil. O “Vigilante Africano” transportava mercadorias dos portos de Lisboa e, em alguns casos, fazia escala no porto de Gibraltar antes de se dirigir para a província paraense, de volta trazendo cargas de gêneros da Amazônia para a capital do reino português⁷⁶⁸.

Esse comércio mercantil alimentava uma cadeia de negócios que, mesmo depois da ruptura política, manteve-se ativo. Nesse sentido, é pertinente a frase cunhada por Alexandre Herculano anos mais tarde, ao afirmar: *“a nossa melhor colônia é o Brasil, depois que deixou de ser colônia nossa”*⁷⁶⁹. Negociantes portugueses como Fernando Machado mantinham de forma privilegiada uma rede de relações comerciais vantajosas com os mercados lusos no Pará. Apesar da concorrência com a entrada de produtos da indústria norte-americana e inglesa, desde 1808, a frequência de embarcações lusitanas no porto paraense demonstra o significado dessas relações.

No extrato do documento, podemos notar a razão que colocava em causa a contenda entre o piloto Manoel Rebelo e proprietário do brigue “Vigilante Africano”.

Em 1824 destinou novamente Fernando de Souza Machado o seu navio sob o comando de Manoel Rebelo para o porto do Pará, onde chegou ao porto de Salinas e fundeu o barco para esperar o piloto prático, mas como se passasse dois dias e este não apareceu e o brigue estivesse se danificando, animou-se Manoel a dirigir a navegação para dentro do porto, aonde entrou felizmente e ancorou no lugar de costume. Porém depois de carregado, e pronto para sair daquele porto, o autor recusou a retirar do porto por não ser essa a sua obrigação e que não devia fazer em benefício de todos os interessados se devia entregar ao piloto prático do porto, aliás no caso de sinistro não responderiam os seguradores aos segurados, como é de estilo e praxe mercantil. Ao final da viagem em Lisboa, Manoel foi receber sua soldada e o proprietário Fernando de Souza Machado, pretende descontar cinquenta mil réis deste pagamento por tê-lo feito ao piloto prático do Pará, por ter dirigido o brigue até a saída, fazendo o que seria obrigação deste contramestre. Ao que este não concorda e pede que seja pago na íntegra aos seus serviços⁷⁷⁰.

⁷⁶⁸ Projeto Resgate, Pará, cx. 158, doc. 12029. Passaporte do ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, [Manuel] Inácio da Costa Quintela, autorizando o bergantim “Vigilante Africano”, de que é mestre José Machado Pimentel e senhorios Fernando de Sousa Machado e seu filho Miguel de Sousa Machado, a partir da cidade de Lisboa com rumo ao Pará.

⁷⁶⁹ HERCULANO, Alexandre. Opúsculos II. Lisboa: Presença, 1983. Apud ALVES, Jorge Fernandes. Terra de Esperanças, o Brasil na emigração portuguesa. Brasil e Portugal – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p. 113-128.

⁷⁷⁰ ANTT. Feitos Findos, Juízo da Mina e Índia. Mç. 43, nº 16, cx. 167.

Manoel reclamava o desconto de cinquenta mil réis do pagamento por não ter retirado a embarcação do porto da cidade de Belém, alegando que essa obrigação não era de sua competência e, sim, de um piloto prático da região⁷⁷¹, ainda mais porque poderia pôr em risco a carga, se algum sinistro viesse a ocorrer, em prejuízo dos interessados nas mercadorias transportadas.

O processo se arrastaria por três anos de disputas jurídicas no Juízo da Mina e Índia. Foi por meio dos vários recursos e acusações feitas através de uma documentação pessoal relativa às partes envolvidas que fomos trilhando um percurso da família Souza Machado ainda em Portugal.

Fernando de Souza Machado era um lisboeta que poderia ser inserido entre os homens de negócios⁷⁷² que atuavam no ramo mercantil através da navegação de longo curso na barra do Tejo. A propriedade de um navio e a distinta condição de negociante matriculado na Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação de Lisboa fazia desse português um comerciante de *grosso trato*⁷⁷³. Durante a execução do processo de cobrança de soldadas movido por Manoel Rebelo, Fernando se dizia “negociante de muita probidade, e honra em todos os seus negócios, amigo da verdade e como tal reputado⁷⁷⁴”.

O proprietário do brigue Vigilante Africano residia em Lisboa, na Rua da Barroca, na parte central da capital do reino, não constando que tivesse possuído morada fixa no Pará. Havia sido casado com Eulália Joaquina de Lemos, com quem teve dois filhos, Miguel de Souza Machado e Lúcio de Souza Machado. Durante os anos da execução da ação, Fernando se encontrava no estado de viúvo.

⁷⁷¹ A natureza da contenda pode ser assim resumida: Manuel Rebelo protestava contra o proprietário da embarcação Vigilante Africano, por ter descontado 50 mil réis de seu pagamento pela viagem ao Pará, justificando que sua atribuição era levar o navio até o porto de Salinas, devendo este, deste ponto até o porto da cidade, ser conduzido por um piloto prático local. Fernando Machado alegava que havia contratado Manuel Rebelo como piloto prático e, portanto, este tinha obrigação de realizar a viagem até Belém, sendo sua função entrar com a embarcação no porto da cidade e desta retirar-se até o porto de Lisboa. Dessa forma, ao se negar retirar o barco, não teria cumprido totalmente o contrato, e assim o custo do pagamento de outro piloto deveria ser descontado de sua soldada. Em meio ao processo, o réu Fernando de Sousa Machado falece em 1826, passando a cobrança a ser feita para seus filhos Miguel e Lúcio de Sousa Machado.

⁷⁷² As reformas josefinas no final do século XVIII que levaram à criação da Junta de Comércio, também foram importantes para a afirmação dos homens de negócios. A partir da instituição desse órgão, todos os negociantes deveriam ter inscrição obrigatória para serem considerados “homens de negócios”. Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*. Análise Social, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), p. 413.

⁷⁷³ Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*. Análise Social, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), p. 407-440.

⁷⁷⁴ ANTT. Feitos Findos – Juízo da Mina e Índia, Mç 50, nº 3, cx. 174.

Os negócios com os portos do Pará eram tão importantes para a família Souza Machado, que desde 1822 o filho mais velho de Fernando, Miguel de Souza Machado, havia migrado para Belém do Pará a fim de cuidar das relações comerciais naquela cidade. Em 4 de janeiro de 1823, podemos localizar o nome de Miguel entre os cidadãos portugueses que protestavam contra o retorno do Governador das Armas José Maria de Moura para Portugal num momento “tão calamitoso” quanto à segurança pública para os negociantes da Praça paraense⁷⁷⁵.

Miguel de Souza Machado aparecia junto com seu pai como proprietário da embarcação “Vigilante Africano” nas solicitações de autorização de passaporte para as viagens que ocorriam entre Lisboa e Belém desde 1822⁷⁷⁶. Quanto a Lúcio Machado, atuava junto com Fernando Machado nos negócios na capital do reino. Na acusação Manoel Rebelo, na Ação que movia contra o dono do barco que navegava para o Pará, dizia: “Lucio de Souza Machado, que se acha muito próximo a embarcar no seu brigue ‘Vigilante Africano’ para os portos do Brasil”. Os negócios mercantis envolviam os três membros da família Souza Machado.

Em 1826, um episódio iria redefinir as estratégias familiares dos Souza Machado. No dia 17 de janeiro de 1826, “faleceu de repente na Rua da Barroca Fernando de Souza Machado, viúvo de Eulália Joaquina de Lemos, deixou dois filhos maiores e foi sepultado na Igreja dos Religiosos de São Pedro de Alcântara”. Assim descrevia o registro de óbito do dono do brigue “Vigilante Africano” pelo curador Rodrigo Maria de Oliveira⁷⁷⁷.

Com o falecimento do pai Fernando Machado, Manoel Rebelo resolveu transferir o processo aos filhos maiores Miguel e Lúcio de Souza Machado. Um ano depois é reaberta a Ação de cobrança das soldadas referente à viagem feita ao porto do Pará. Porém, os réus Miguel e Lúcio já se encontravam estabelecidos na cidade de Belém, resolvendo então constituir como procurador o negociante Constantino José Vieira da Silva em Lisboa para responder em seus nomes pelo processo. No ano de 1827, as partes envolvidas na ação entraram em acordo, assinando um Termo de Desistência do processo, em que os réus pagaram a importância de 150\$000 réis ao autor Manoel Rebelo⁷⁷⁸.

⁷⁷⁵ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.158, doc. 12060.

⁷⁷⁶ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 158, doc. 12029. Passaporte do ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, [Manuel] Inácio da Costa Quintela, autorizando o bergantim “Vigilante Africano”, de que é mestre José Machado Pimentel e senhorios Fernando de Sousa Machado e seu filho Miguel de Sousa Machado, a partir da cidade de Lisboa com rumo ao Pará.

⁷⁷⁷ Fragmento da certidão de óbito de Fernando de Sousa Machado existente no processo de Ação de Cobrança de Soldadas movido pelo piloto prático Manoel Rebelo. ANTT. Feitos Findos – Juízo da Mina e Índia, Mç 50, nº 3, cx. 174.

⁷⁷⁸ Idem.

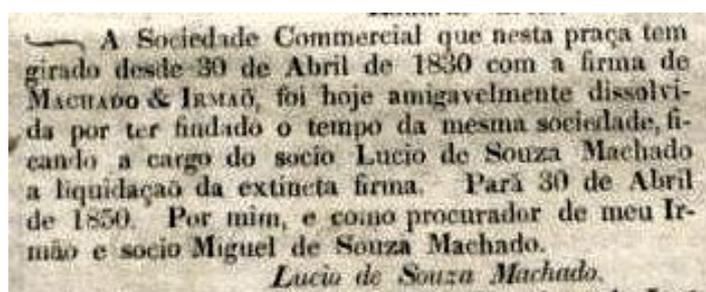
Os negócios mercantis aproximaram a família Souza Machado do Pará. Inicialmente, o pai Fernando de Souza, através de sua embarcação “Vigilante Africano”, insere-se no circuito de comércio entre o Pará e Portugal. Depois, os filhos Miguel e Lúcio resolveram migrar para aquela cidade, onde deram continuidade aos negócios mercantis de seu pai, seguindo uma longa trajetória de relações econômicas e familiares com essa província.

Os primeiros tempos no Pará

Depois de ter viajado de Lisboa para Belém a bordo do “Vigilante Africano” em 1826, Lúcio passou a trabalhar junto com seu irmão Miguel de Souza no Pará. Entre 1827 e 1830, Miguel representava no Pará os interesses de seu sócio, o negociante lisboeta Constantino José Vieira, no carregamento e melhor colação das mercadorias transportadas nos bergantins “Constante”⁷⁷⁹ e “Tino”⁷⁸⁰, de propriedade deste mercador luso.

A partir de 1830, Miguel e seu irmão Lúcio constituem a firma Machado & Irmão, que vai tratar dos negócios mercantis entre a província paraense e os portos de Lisboa e a cidade de Porto. Essa sociedade mercantil atuou por mais de 20 anos, sendo extinta em 1850, após o falecimento de Miguel de Souza Machado em Lisboa.

Figura 21



Jornal Treze de Maio, 04/05/1850 – nº 51, X ano. Biblioteca Fran Paxeco do GLP.

⁷⁷⁹ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 165, doc. 12625. Passaporte passado pelo secretário de estado dos Negócios do Reino, e responsável interino da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, conde de Basto, [José Antônio de Oliveira Leite de Barros], autorizando o bergantim “Constante”, de que é mestre André José da Cunha, e senhorios, Constantino José Vieira da Silva e Miguel de Sousa Machado, a partir da cidade de Lisboa com destino à província do Pará.

⁷⁸⁰ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 165, doc. 12640. Passaporte passado pelo secretário de estado dos Negócios do Reino, e responsável interino da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, conde de Basto, [José Antônio de Oliveira Leite de Barros], autorizando o bergantim “Tino”, de que é mestre, Elias Vicente de Almeida, e senhorios, Constantino José Vieira da Silva e Miguel de Sousa Machado, a partir da cidade de Lisboa com destino à província do Pará.

É importante destacar que, após a criação da firma Machado & Irmão, Miguel de Souza retornou para Lisboa, de onde passou a tratar dos interesses de sua sociedade, enquanto Lúcio de Souza se manteve no Pará, onde construiu uma longa e próspera carreira de negócio. Mesmo com a sociedade familiar, Miguel continuou mantendo fortes laços de amizade com seu amigo, o negociante Constantino José Vieira.

Não a propósito, quando Miguel de Souza Machado veio a falecer em 19 de novembro de 1850, em seu apartamento nº 16, terceiro andar no Largo de São Paulo em Lisboa, depois de sofrer de “moléstias que Deus foi servido dar-lhe”, sem a presença de herdeiros, este negociante nomeou seu amigo Constantino José Vieira como testamenteiro e responsável por seu sepultamento. Além disso, deixava-lhe por herança 2 contos de réis em moeda portuguesa⁷⁸¹.

Figura 22



Postal com fotografia do Largo de São Paulo, em Lisboa, no século XIX. Disponível em: <<http://www.origens.pt/>>.

Ainda na década de 1830, ao mesmo tempo em que construía seus negócios no Pará, Lúcio de Souza enfrentou de perto as durezas do antilusitanismo configurado na Cabanagem.

Em 1834, às vésperas dos ataques rebeldes à capital da província, Lúcio de Sousa Machado subscreve junto com outros ilustres cidadãos portugueses uma carta de congratulações

⁷⁸¹ ANTT. Testamento de Miguel de Sousa Machado, ano de 1850, Livro 15 – Bairro de Lisboa – XV – S – 50 (113v).

à Rainha Dona Maria II, pela Restauração do trono. Nesse episódio, muito festejado pelos negociantes esperançosos com o restabelecimento do liberalismo português, escreviam: “Glória era para nós, que dando um mesmo Código Sagrado a Vossa Majestade a Coroa e a nós a Liberdade, tivéssemos começados a ser cidadãos livres⁷⁸²”.

Dos jubilosos tempos de esperança tão festejados pelos negociantes portugueses no Pará, o que se mostrava de forma insustentável no início daqueles anos de 1830 eram as ameaças de ataques populares aos lusitanos. As notícias de saques às casas de comércio nas regiões mais distantes da capital sinalizavam um temor que cada vez mais se avizinhava da cidade de Belém.

O ano de 1835 foi marcado por graves conflitos que se deram na província do Pará, levando à tomada da capital pelos cabanos. Em 10 de janeiro, três dias após o primeiro ataque sofrido na cidade, o vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa informava Lisboa do estado de medo que se abatia sobre os lusitanos residentes na capital. Suas notícias davam conta de que na “noite de seis do corrente mês se tem marchado do centro desta província uma porção de gente armada”, que havia entrado de surpresa na cidade, tomado posse de algumas áreas militarmente estratégicas e, principalmente, executado importantes autoridades, assim como “brasileiros natos, ‘portugueses adotivos’ e súditos de Sua Majestade⁷⁸³”.

Essas notícias nada animadoras davam notas de como a cidade de Belém se encontrava no início do ano de 1835. Durante essa ação, havia informações de que muitas famílias e indivíduos de posses abandonavam *suas fortunas*. O general Manoel Jorge, ao chegar à província, soube que “o Barão de Jaguarari⁷⁸⁴ havia se retirado para Caiena, e muitos não sabiam para onde tinham saído⁷⁸⁵”. A província vizinha do Maranhão foi um dos espaços de fuga para famílias que possuíam alguma relação de amizade.

Não se sabe ao certo que atitudes o jovem negociante Lúcio Machado resolveu tomar durante os episódios que sacudiam a capital. Contudo, alguns indícios nos permitem inferir quais eram suas preocupações naquele tempo. Grande parte dos investimentos da firma

⁷⁸² Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE/ANTT, cx. 306 – m0015.

⁷⁸³ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE/ANTT, cx. 306 – m0026.

⁷⁸⁴ O barão de Jaguarari, chamado Ambrósio Henriques da Silva Pombo, pertencia a uma tradicional família de proprietários de terras, imigrantes galegos que chegaram ao Pará ainda no final do século XVIII, construindo uma trajetória de grande influência na sociedade nos oitocentos. Sobre a trajetória dos “Pombo” no Pará, ver: CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma capital amazônica (Belém 1870-1920)*. Belém: Editora Açai, 2011.

⁷⁸⁵ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 3, 1970. p. 808.

Machado & Irmão ficava nos arredores do epicentro dos ataques cabanos. Na rua da Praia⁷⁸⁶ ficava o sobrado de nº 45, onde ele residia, e também funcionavam seu escritório e um armazém, nos arredores do Largo das Mercês, onde declarava em seu inventário *post mortem* possuir várias residências que serviam de espaço de armazéns⁷⁸⁷.

Embora Lúcio tenha estabelecido vínculos comerciais e familiares na cidade do Maranhão, onde veio constituir seus laços matrimoniais com uma filha da família Jansen, é provável que essa relação somente tenha vindo a ocorrer nos anos de 1840, pois até 1839 Lúcio ainda se mantinha solteiro⁷⁸⁸. Assim, tudo leva a crer que tenha permanecido na cidade de Belém tentando salvaguardar seu patrimônio, como fizeram outros negociantes portugueses.

A despeito de todo o esforço empreendido pelas forças legais com o apoio dos negociantes portugueses e das tropas enviadas de Portugal em socorro dos súditos reinóis no Pará, no mês de agosto uma implacável invasão à cidade de Belém obrigou centenas de lusitanos a deixar a província e retornar para Lisboa a bordo da Corveta Elisa. Lúcio era um dos negociantes que seguia de volta à capital do reino.

Figura 23



Assinatura de Lúcio de Sousa Machado no “Protesto que fazem os Negociantes Portugueses estabelecidos no Pará contra o Governo Central do Brasil pelas perdas e danos que acabam de sofrer nos desastrosos sucessos de quatorze de agosto e seguintes”. Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE/ANTT, cx. 306 – m082.

⁷⁸⁶ A antiga Rua da Praia passou a ser chamada de Rua da Boa Vista e atualmente é conhecida como Boulevard Castilhos França. Ver: CRUZ, Ernesto. *Belém, aspectos Geo-sociais do Município*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, vol. 1, 1945.

⁷⁸⁷ Autos de Inventário de Lúcio de Sousa Machado, Juízo de Órfãos da Capital, Maço 10, ano 1878, APEP.

⁷⁸⁸ Relação dos Portugueses Residentes na cidade do Pará e seu Termo. Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE/ANTT, cx. 306 – m0304.

Em Portugal os negociantes, por meio da intervenção do vice-cônsul Francisco Gaudêncio da Costa, levaram seus reclamos a Sua Majestade Dona Maria II. O propósito era pedir reparação pelas perdas e danos causados após a invasão da cidade, quando houve saques e destruição de seus patrimônios⁷⁸⁹. Não conseguimos identificar as medidas tomadas pelas autoridades portuguesas em defesa dos interesses desses negociantes. Contudo, individualmente, alguns desses indivíduos tenderam a retornar ao Pará, logo após a retomada do poder pelas forças legais ainda em 1836.

Como negociante, Lúcio de Souza possuía fácil circulação nos navios com os quais mantinha relações comerciais. Não sabemos em que ano voltou para o norte do Brasil. Entretanto, já no ano de 1837 a firma Machado & Irmão retomaria suas atividades comerciais no Pará, conforme podemos observar no quadro abaixo:

⁷⁸⁹ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE/ANTT, cx. 306 – m082. “Protesto que fazem os Negociantes Portugueses estabelecidos no Pará contra o Governo Central do Brasil pelas perdas e danos que acabam de sofrer nos desastrosos sucessos de quatorze de agosto e seguintes”.

Quadro 5

Movimento de negócios da firma Machado & Irmão

Entradas no Porto do Pará				Saídas do Porto do Pará			
Ano	Embarcação	Origem/Destino	Valor da carga	Ano	Embarcação	Origem/Destino	Valor da carga
1837	General Nepomuceno	Port/Pará	10:400\$000	1837	Destino	Pará/Lisboa	24:750\$000
1837	Nova Olinda	Lisb/Pará	31:697\$000	1837	Trieste (Sueca)	Pará/Lisboa	21:044\$000
				1837	Nova Olinda	Pará/Lisboa	23:823\$000
				1837	Nova Olinda	Pará/Lisboa	16:769\$000
1838	General Rego	Port/Pará	33:954\$000	1838	General Rego	Pará/Porto	33:042\$198
1838	Nova Olinda	Lisb/Pará	20:000\$000	1838	Nova Olinda	Pará/Lisboa	20:922\$000
1838	Jovem Matilde	Lisb/Pará	1:430\$000	1838	Jovem Matilde	Pará/Lisboa	22:866\$000
1839	Nova Olinda	Lisb/Pará	12:746\$600	1839	Nova Olinda	Pará/Lisboa	24:005\$326
1839	Nova Olinda	Lisb/Pará	14:400\$000	1839	Mariana Hidoviges (francesa)	Pará/Lisboa	15:271\$490
1839	General Rego	Port/Pará	40:000\$000	1839	Broock (Inglês)	Pará/Lisboa	29:445\$916
1840	General Rego	Port/Pará	10:865\$000				
1841	General Rego	Port/Pará	5:809\$400	1841	General Rego	Pará/Porto	33:823\$340
1841	Nova Olinda	Lisb/Pará	5:094\$000	1841	Nova Olinda	Pará/Lisboa	32:939\$961
1841	Matilde	Lisb/Pará	8:611\$000	1841	Matilde	Pará/Lisboa	29:032\$559
				1841	General Nepomuceno	Pará/Porto	43:201\$471
1842	General Nepomuceno	Lisb/Pará	9:000\$000	1842	Nova Olinda	Lisboa/Pará	22:141\$495
1842	Nova Olinda	Lisb/Pará	6:328\$200	1842	Matilde	Lisboa/Pará	23:604\$715
1842	Matilde	Lisb/Pará	7:440\$000				
1843	General Rego	Port/Pará	10:000\$000	1843	General Rego	Pará/Porto	13:909\$000
1843	Matilde	Lisb/Pará	9:000\$000	1843	Matilde	Lisboa/Pará	21:901\$000
1843	Nova Olinda	Lisb/Pará	7:929\$560	1843	Nova Olinda	Pará/Lisboa	8:869\$703
1843	Matilde	Lisb/Pará	8:000\$000	1843	General Nepomuceno	Pará/Porto	38:120\$932

Fonte: Mapas de entradas e saídas de embarcação no porto do Pará elaborado pelo Consulado de Portugal no Pará; parte da documentação da Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE/ANTT.

Com base no quadro do movimento das embarcações consignadas à firma Machado & Irmão, pertencente a Lúcio e seu irmão Miguel de Sousa Machado, podemos observar o volume de negócios que os irmãos Sousa Machado mantinham com os portos do Pará e Portugal. Entre 1837 e 1843, nos mapas das embarcações que entravam no porto do Pará e de lá saíam, enviado pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, identificamos a frequência anual dos negócios da firma Machado & Irmão.

Devemos considerar a queda no volume de negócios entre Portugal e o Pará logo após aos conflitos cabanos⁷⁹⁰, no entanto observamos que a firma dos irmãos Machado manteve uma regularidade de viagens, negociando através de três embarcações para os portos de Lisboa e a cidade do Porto. Os volumes de entrada de mercadorias vindas de Portugal eram bem menores em valores, se comparados com os preços dos gêneros tropicais que chegavam aos portos lusitanos.

No ano de 1838, somente em gêneros regionais que saíram pelo porto do Pará transportados pela firma Machado & Irmão, chega-se à soma de 76:830\$198 réis, volume que praticamente duplica no ano de 1841, quando chega a 143:997:331 réis. É importante lembrar que os irmãos Lúcio e Miguel trabalhavam como consignatários de navios, ou seja, nem todos os produtos que transportavam lhes rendiam valores totais, mas somente comissões, que poderiam variar entre 4% a 6%⁷⁹¹. Contudo, essa espantosa cifra em mercadorias que circulavam em seus negócios era capaz de comprar nada menos do que 411 escravos de uma só vez, se custasse em 350\$000 réis cada um⁷⁹².

Outros aspectos relativos a esse quadro das relações comerciais que envolviam os Souza Machado residem no fato de que esse volume de negócios se fazia pouco tempo depois dos conflitos cabanos, numa fase em que a economia local ainda sofria os efeitos de falta de mão-de-obra em virtude das mortes que se estenderam até os anos 1840, ocasião em que há registro de milhares de vítimas⁷⁹³. Os reflexos dessa instabilidade podiam ser sentidos no

⁷⁹⁰ Em seu clássico estudo, SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, assim justifica a chamada fase de decadência econômica da Amazônia no período de 1800-1840: “o quadro mundial geralmente adverso para produtos tropicais, o esforço de guerra do Pará na campanha da Guiana, associado à ocupação de Portugal pelas tropas francesas; e os movimentos políticos locais, especialmente a Cabanagem”, são considerados fatores que explicam o decréscimo econômico da fase pré-borracha, que é para este autor e grupo de estudiosos como uma época de crise. Entretanto, hoje existem pesquisadores que, baseados em estudos de fontes cartoriais, trabalhando com estudos de família, riquezas, negócios, consumo, vida material, têm permitido relativizar esse conceito de crise e mesmo de prosperidade gerada somente pela economia da borracha. Para citar alguns dos trabalhos, estão: BATISTA, Luciana M. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870* (Dissertação de Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004; GUIMARÃES, Luiz A. V. *A Casa & as Coisas: um estudo sobre vida material nas moradias de Belém – 1800-1850*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (Dissertação de Mestrado), 2006; BARROSO, Daniel de S. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (Dissertação de Mestrado), 2012; SALES, Mábila F. *Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

⁷⁹¹ PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*. *Análise Social*. Vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), 407-440. Op. cit., p. 201.

⁷⁹² Com base nos inventários *post mortem* para a primeira metade do século XIX no Pará, podemos sugerir como referencial comparativo um valor estimado de um escravo produtivo para o período em questão.

⁷⁹³ Os números de mortes decorrentes da Cabanagem na Amazônia ainda constituem um dado pouco sustentável do ponto de vista documental. A crônica do movimento popular consagrou a espantosa cifra de 30 mil mortes citada por REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*. Belém-Pará/Manaus/Guanabara: Amazônia

desabastecimento da cidade e na desestruturação urbana. Daniel Kidder notava ainda em 1839, quando esteve em Belém: “percebem-se ainda no Pará, os efeitos da revolução de 1835. Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas e varadas por projeteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase completamente destruídas. Dentre estas últimas, algumas foram restauradas, outras abandonadas⁷⁹⁴”.

É, portanto, nesse espaço de adversidade econômica e instabilidade social, bem distante da prosperidade econômica da economia da borracha, que localizamos um português que havia sido expulso do Pará durante os conflitos cabanos, mas estabelecendo relações comerciais que podem ser classificadas como vultosas. Essa situação já havia sido apontada em outros estudos, ao se demonstrar que, através da produção agrícola e do comércio de gêneros tropicais, vimos surgir uma elite local de negociantes de grandes cabedais⁷⁹⁵, ao mesmo tempo em que, através da circulação de mercadorias e do consumo de bens materiais, vimos um refinamento dos costumes e dos domicílios urbanos na cidade de Belém. Embora não possam ser universalizadas, essas situações demonstram frestas abertas na chamada crise, que possibilitava a prosperidade de algumas famílias, sendo uma delas a família Souza Machado.

Família, negócios e fortuna

Não temos conhecimento certo dos motivos que levaram Lúcio de Souza Machado a manter contatos com a província do Maranhão, nem a partir de que momento. Não se sabe se é pelo temor dos ataques cabanos à cidade de Belém em 1835, que levaram várias famílias e indivíduos a fugirem do Pará para várias regiões e, nesse caso, devem ter passado para a cidade de São Luís, por haver uma forte presença lusitana.

Talvez tenham sido os negócios de exportação o que levou os proprietários da firma Machado & Irmão a se aproximar dessa cidade, dado o interesse em adquirir daquela província

Edições Culturais Ltda. (AMADA), 1972, pp. 90-91. Porém, ainda é necessário fazer pesquisas criteriosas sobre os impactos das mortes durante a cabanagem na população amazônica.

⁷⁹⁴ Cf. KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 184.

⁷⁹⁵ Alguns trabalhos apontam para uma circulação econômica no Pará ainda antes do chamado período da borracha na Amazônia, dentre os quais podemos citar: MARINHO, L. B. *Muito além dos seringais: elite, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; GUIMARÃES, Luiz A. V. *A Casa & as Coisas: um estudo sobre vida material nas moradias de Belém – 1800-1850*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (Dissertação de Mestrado), 2006.

gêneros agrícolas ali produzidos, como por exemplo o arroz, que era exportado para Lisboa e Porto através dos navios a eles consignados.

De qualquer forma, sabemos que Lúcio de Souza Machado, além de manter os seus negócios na cidade de Belém, passou a estabelecer estreitas relações com a cidade de São Luís no Maranhão⁷⁹⁶. Foi nessa cidade que conheceu Ângela Isidora Jansen Pereira, com quem veio a se casar. Através dessa aliança matrimonial, o negociante português conseguiu ter acesso a uma família maranhense muito influente na burocracia do estado e nas atividades agrícolas de produção de arroz⁷⁹⁷.

Ângela Isidora era filha de Ana Joaquina Jansen Pereira e do coronel Izidoro Rodrigues Pereira, importantes nomes da sociedade maranhense oitocentista⁷⁹⁸. Não pretendemos aprofundar a trajetória da família da esposa de Lúcio, pois, pela importância dos Jansen no Maranhão, talvez fosse necessário um estudo à parte. Dessa forma, retornemos às contribuições geradas no percurso da vida do imigrante português Lúcio de Souza Machado, após seu casamento com Ângela Isidora Jansen. As notícias que obtivemos sobre a família Jansen vieram através de algumas notas que circulavam nos periódicos no Maranhão no século XIX. Por meio dessas notícias coletadas, pudemos construir algumas inferências sobre as motivações que aproximaram Lúcio da família Jansen.

Dona Ana Joaquina era uma importante produtora de arroz no Maranhão. Nos jornais locais, aparecia frequentemente a arrematação da produção de dona Ana pelo Tesouro Público Provincial, como se pode ver na nota publicada no dia 26 de setembro de 1843, quando o presidente da província informava que arrematava 300 arrobas e 9 libras de arroz graúdo de

⁷⁹⁶ Cf. MOTA, Antonia da S. *As famílias principais, redes de poder no Maranhão Colonial*. Maranhão: UFAMA, 2012.

⁷⁹⁷ A produção agrícola na família Jansen no Maranhão está provavelmente ligada à trajetória de Pedro Jansen Müller. Nascido em Lisboa, neto de outro homônimo, natural da Saxônia, Pedro Jansen radicou-se no Maranhão, onde se associou ao negociante Antonio de Oliveira Pantoja, em 1737, para a exploração de madeiras. Mais tarde, uniu-se a Diogo Manem e buscou no amparo régio a isenção de impostos para as “fábricas de serrar madeira e descascar arroz”, além da exclusividade de explorar esse ramo. Essa discussão é citada por SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Um “País de todo acabado” – representação de negociantes do Maranhão contra os prejuízos causados ao comércio pelo sistema de frotas (século XVIII). XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Identidades.

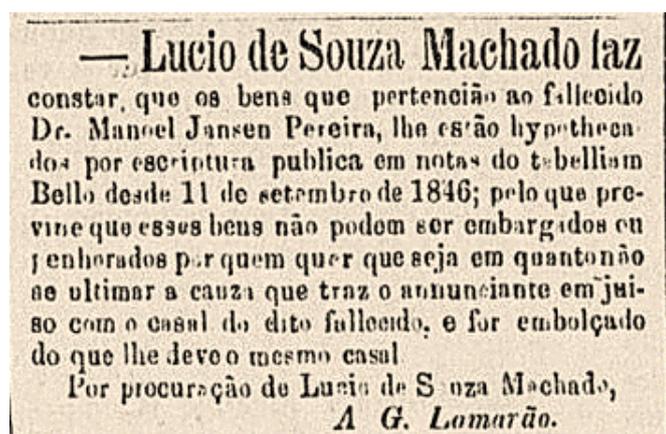
⁷⁹⁸ Ana Joaquina Jansen Pereira, ou simplesmente “Donana Jansen”, tornou-se célebre no Maranhão. Viveu como amante de um coronel (Izidoro Rodrigues Pereira) rico e casado, com quem teve seis filhos. Após a morte de seu esposo, Ana Jansen firmou-se como uma das maiores produtoras de algodão e cana-de-açúcar. Possuidora de escravos, atuou nos bastidores da política maranhense, deixando um legado que transita ainda hoje entre a história e a imaginação dos maranhenses. Sua vida invadiu a ficção através da literatura, como em: RIBEIRO, Rita. *Ana Jansen: obra de ficção inspirada na vida de Ana Joaquina Jansen Pereira*. Rio de Janeiro: Record, 1995. Em 2013, foi produzido um filme sobre sua personagem, intitulado “Ana Jansen – A rainha do Maranhão”, ainda não exibido.

dona Ana Joaquina Jansen Pereira⁷⁹⁹. O comércio de arroz também pode ter sido a razão que levou a aproximar o proprietário da firma Machado & Irmão dos Jansen maranhenses.

No Maranhão os Jansen possuíam forte influência na administração pública, onde ocupavam importantes cargos. Localizamos em 1842 Manoel Jansen Pereira, que respondia pelo Juízo Municipal de Órfão da Comarca de Guimarães, na província maranhense⁸⁰⁰; Bruno Jansen Pereira era Ajudante de Ordens do Comandante da Guarda Nacional; Isidoro Jansen Pereira⁸⁰¹, possivelmente irmão de dona Ângela Isidora, ocupava o cargo de comandante da Guarda Nacional.⁸⁰²

Mais do que a inserção social no Maranhão, onde também possuía propriedades de casas, Lúcio obteve vantagens financeiras através de negociações com os parentes de sua esposa. Em 1862, reclamava a hipoteca dos bens do Juiz de Órfãos Manoel Jansen Pereira. Esses benefícios podem ter-lhe proporcionado a ampliação de seu patrimônio pessoal.

Figura 24



Jornal “O Publicador Maranhense”, 08/11/1862.

Antes de falecer em 28 de abril de 1861, o Dr. Manoel Jansen Pereira havia hipotecado parte de seus bens ao seu cunhado, o negociante Lúcio de Souza Machado, desde 1846. No arrolamento dos bens a serem partilhados entre seus herdeiros, alertava através de seu procurador A. G. Lamarão, “que esses bens não podem ser embargados ou penhorados por

⁷⁹⁹ Jornal O Publicador Maranhense, 26/09/1843, n.º. 19, Ano I, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁸⁰⁰ Jornal O Publicador Maranhense, 14/09/1842, n.º. 19, Ano I, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁸⁰¹ Jornal O Publicador Maranhense, 09/01/1843, n.º. 48, Ano I, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁸⁰² Jornal O Publicador Maranhense, 04/01/1844, n.º. 143, Ano II, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

quem quer que seja enquanto não se ultimar a causa que traz o anunciante em juízo com o dito falecido”⁸⁰³.

Do casamento entre Lúcio de Souza Machado e dona Ângela Isidora Jansen Pereira Machado nasceram três filhas: Ana da Conceição Jansen de Lima, que se casou com o doutor José Cerqueira de Aguiar Lima, militar que ocupou o cargo de capitão de engenheiro no Forte de Óbidos⁸⁰⁴; Rosa Branca Jansen Machado, que ainda se encontrava no estado de solteira com 21 anos, quando Lúcio faleceu em 1877; e d. Eulália Jansen Machado de Freitas, que era viúva do falecido capitão de fragata Francisco José de Freitas, com quem teve dois filhos, Lúcio e Erasmo⁸⁰⁵.

Um caso bem singular na vida daquele homem de negócios português era o seu zelo com as minúcias da vida doméstica. Mesmo em meio à contabilidade e à gestão de seus negócios, Lúcio se ocupou no seu testamento em registrar os custos despendidos com a educação de suas filhas. Dizia ele: “pelo meu livro mestre a folhas 14 se acha uma conta do que despendi com a educação de minha filha Ana da Conceição Jansen Machado, cujas adições foram lançadas em ganhos ou perdas⁸⁰⁶”. A mesma anotação correspondia também às filhas Rosa Branca e Eulália, respectivamente nas folhas 15 e 16 do seu registro de assento familiar.

Entre as famílias do norte de Portugal era muito comum o custeio da formação educacional do filho candidato a migrar com a sua parte da herança, a fim de que pudesse ampliar suas chances de inserção no mercado de trabalho brasileiro⁸⁰⁷. Entretanto, os gastos com educação de mulheres talvez estivessem relacionados a constituir valores a serem contabilizados na concessão de um dote. Muriel Nazzari destaca que uma das características da composição dos dotes no século XIX era menos um enxoval com artigos indispensáveis para montar uma casa do que o *arrolamento* de despesas envolvidas na criação dos filhos, tais como a educação de um filho⁸⁰⁸. Entretanto, não podemos afirmar que tenha servido a esta

⁸⁰³ Jornal O Publicador Maranhense, 08/11/1862, n.º. 255, Ano XXI, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁸⁰⁴ Jornal do Pará, 28/06/1867, n.º 146, ano V, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁸⁰⁵ Autos de Inventário de Lúcio de Souza Machado, Juízo de Órfãos da Capital, Maço 10, ano 1878, APEP.

⁸⁰⁶ Testamento contido nos respectivos Autos de Inventário de Lúcio de Sousa Machado.

⁸⁰⁷ Ver: ALVES, Jorge Fernandes. *Ler, Escrever e Contar na emigração oitocentista*. Separata da Revista de História e Ideias, Universidade de Coimbra, 1999.

⁸⁰⁸ Ver: NAZZARI, Muriel. *O Desparecimento do Dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 198. Sobre contratos nupciais no Pará ver também: CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma capital Amazônica* (Belém – 1870-1920), op. cit.

possibilidade, pois o negociante somente faz alusão aos gastos e não aos valores específicos remetendo à verificação de seu caderno de anotações.

Finalmente, o casamento de suas filhas com indivíduos que possuíam distinção social, como o de Ana Conceição com o doutor José Cerqueira de Aguiar Lima, bem como o de Eulália com o mestre de fragata Francisco José de Freitas, não parece que tenha ampliado suas relações comerciais no Pará. Em 1877, quando Lúcio faleceu, sua filha Eulália já se encontrava na condição de viúva, quando seu genro, o engenheiro militar José Cerqueira de Aguiar, entre os anos de 1867 e 1871, atuou como fiscal de obras da fortaleza na cidade de Óbidos e na edificação do Arsenal de Marinha em Belém⁸⁰⁹. Não consta que essas atividades tenham gerado benefícios diretos a Lúcio Machado.

Falecimento: a riqueza no final da vida

Seu inventário *post mortem* foi realizado no ano de 1878, um ano após o seu falecimento na cidade de Belém, onde foi sepultado. O documento deixa claro que o negociante português Lúcio de Souza Machado construiu uma longa e próspera trajetória no Pará. Desde que viajou pela primeira vez para a província paraense a fim de promover os negócios de seu pai, Fernando de Souza Machado, e ajudar seu irmão Miguel, estabelecido em Belém, em 1825, este imigrante transformou-se num respeitado capitalista no meio da sociedade paraense.

Sua destacada condição pode ser “medida” através da fortuna acumulada ao longo da vida no Pará. A pauta da partilha dos seus bens soma a expressiva quantia de 499:617\$260 réis⁸¹⁰, riqueza essa proveniente dos negócios de exportação e importação que desde a década de 1830 fazia através da firma Machado & Irmão, e uma sorte de relações econômicas e arranjos familiares que projetaram Lúcio entre os homens de destaque na comunidade portuguesa. Isso é visto em 1849, quando o consulado de Portugal no Pará encaminhava para Lisboa uma “Relação dos Subditos Portugueses e Brasileiros adoptivos estabelecidos no Pará que estão no caso de possuírem para mais de 50:000\$000 de capital, propriedades, numerário ou em giro nas suas transações comerciais”⁸¹¹. Nesse rol, a firma Machado & Irmão, pertencente a Lúcio e

⁸⁰⁹ Jornal do Pará, 03/03/1871. Ano IX, nº. 50. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

⁸¹⁰ Autos de Inventário de Lúcio de Souza Machado, Juízo de Órfãos da Capital, Maço 10, ano 1878, APEP. Fls. 84-85 vs.

⁸¹¹ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 135. Mç. 1849.

Miguel de Sousa Machado, encontrava-se entre os três primeiros nomes citados⁸¹². Tal distinção entre os negociantes portugueses revela o grau de importância com que atuava no mercado.

Em função da sua próspera condição financeira, Lúcio ocupou em 1857 a Mesa da Santa Casa de Misericórdia do Pará, na condição de “Mordomo das Fazendas, escravos e presos”. Fazer parte do quadro de dirigentes dessa instituição de assistência social representava no século XIX uma forma de reconhecimento público de sua privilegiada condição material. Dentro de uma hierarquia das confrarias, a Santa Casa de Misericórdia era aquela que possuía nos seus quadros importantes homens abastados da sociedade⁸¹³.

A relação entre migração e filantropia se mostrava muito comum nos oitocentos⁸¹⁴. Miguel Monteiro, um estudioso das migrações portuguesas na cidade de Fafe, pertencente ao distrito de Braga, dedica especial atenção ao papel dos “Brasileiros”⁸¹⁵ como grandes beneméritos do assistencialismo nesta cidade. No século XIX, através dos recursos enviados do Brasil por imigrantes portugueses às suas famílias em Fafe, foram construídas imponentes residências que marcam a fase próspera da riqueza gerada pela imigração. Essas residências ficaram conhecidas como “Casas de Brasileiros”, ou seja, eram residências construídas por portugueses que haviam migrado para o Brasil⁸¹⁶.

Porém, a prosperidade desses imigrantes retornados não se fazia somente através de uma boa construção particular. A exibição pública de sua realização pessoal se consolidava com construção ou colaboração vultosa nas obras assistenciais da cidade. Assim, a cidade de Fafe conseguiu a construção do Hospital da Misericórdia, mandado edificar seguindo os padrões da

⁸¹² “Relação dos Subditos Portugueses e Brasileiros adoptivos estabelecidos no Pará que estão no caso de possuírem para mais de 50:000\$000 de capital, propriedades, numerário ou em giro nas suas transações comerciais” portugueses: Francisco Gaudêncio da Costa & C^a; Raio & Henrique de La Rocque; Machado & Irmão; Manoel José de Carvalho & C^a; Manoel da Motta Marques & Irmão; Antonio Marques de Carvalho; Francisco José de Araújo; Simão Pereira de Almeida; Antonio Ribeiro da Costa Salgado; Joaquim Maria Osório & C^a; Antonio Monteiro dos Santos Nogueira; Manoel Caetano Gonçalves e Pedro Martins. Brasileiros Adotivos: José Cachane Cardoso; João Pinto de Araújo; Antonio José Machado; Jacinto José Ferreira; Geraldo Antonio Alves & F^o; Bernardo José Antunes; Bento José da Silva; Francisco Antonio Fernandes; José Rodrigues Colares; Antonio Veloso Pereira; João Pereira de Almeida; Joaquim Antonio da Silva; José Nunes Longra; Guimarães Magalhães & Silva; João Lopes de Freitas; Joaquim Francisco Danim; Gregório Ferreira da Costa e Cunha Sobrinho & Lamarão. Consulado da nação portuguesa no Pará, 20 de outubro de 1849. Cônsul Fernando José da Silva.

⁸¹³ Ver: SÁ, Isabel dos Guimarães. Práticas de Caridade e Salvação da alma nas Misericórdias metropolitana e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas. In: Revista *OCEANOS. Misericórdias cinco Séculos*. CNCDP. n.º 35, julho/setembro 1988.

⁸¹⁴ Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Filantropia e Imigração, a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: publicação comemorativa do 125º aniversário da Fundação da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Socorros D. Pedro V, 1990.

⁸¹⁵ Trata-se de portugueses que migravam, em geral passavam muitos anos e depois retornavam para sua terra com grandes cabedais, por isso ficaram conhecidos por “Brasileiros”, ou torna-viagem.

⁸¹⁶ Cf. MONTEIRO, Miguel. *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930), uma perspectiva histórica e patrimonial*. Fafe, 1991.

caridade do Rio de Janeiro, o Asilo da Infância Desvalida⁸¹⁷, entre outras construções edificadas com os recursos de imigrantes portugueses vindos do Brasil.

A Santa Casa de Misericórdia do Pará teve, nos seus quadros dirigentes, muitos imigrantes portugueses, que viam nesse espaço uma forma de projeção social e ao mesmo tempo lugar para a filantropia aos desvalidos. Acredita-se que, com a criação das associações portuguesas de assistência, como a Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente de 1853, o Grêmio Literário e recreativo Português em 1867⁸¹⁸, e outras instituições associativas e filantrópicas, os portugueses tenderam a se organizar nesses espaços, que tinham em comum os interesses de grupo ligados por laços de nacionalidade.⁸¹⁹

Lúcio, embora tenha convivido com os tempos de antilusitanismo nos anos de 1820 e passado por aqueles difíceis anos para os lusitanos no Pará em 1835 com a cabanagem, manteve-se na província e não se naturalizou brasileiro como muitos portugueses o fizeram. Faleceu como português *nato*, assim declarado em seu testamento, ao contrário de seu irmão Miguel de Souza Machado, que morreu em Lisboa e declarava ser brasileiro adotivo.⁸²⁰

Conforme vimos, esse português se enquadrava no rol de “abastado capitalista” da praça paraense. Com uma fortuna avaliada em 499:617\$260 réis entre bens móveis e imóveis, títulos e ações e escravos, Lúcio poderia se inscrever num seleto grupo da elite econômica do Pará. Dos seus negócios com importação e exportação de mercadorias na década de 1820 até 1850, quando possuía a firma Machado & Irmão, esse negociante registra em seu inventário *post mortem* uma diversidade de investimentos:

⁸¹⁷ Idem.

⁸¹⁸ Cf. BRITO, Eugênio Leitão de. *Os Portugueses no Grão Pará*. Belém-PA: Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará, 2000.

⁸¹⁹ Cf. CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo Açai, comendo Bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre os finais do século XIX e Início do século XX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras (Tese de Doutorado), 2011, p. 172.

⁸²⁰ O recurso à naturalização na primeira metade do século XIX é facultado no Artigo 6º, inciso IV da Constituição Brasileira de 1824, onde se lê: “Todos os nascidos em Portugal e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente, pela continuação de sua residência”. Assim, é possível dizer que Miguel já habitava em Belém antes de 1823 e continuou a residir nessa cidade, por isso tornou-se brasileiro. Lúcio migrou depois e optou por manter a sua nacionalidade. Essa simplificação, contudo, esconde uma tensa condição de ser ou não português no Brasil no início do século XIX. Esse jogo quase sempre estava atrelado a um conjunto de interesses econômicos e ao temor da dura ação antilusitana. Sobre esse assunto nos detivemos no capítulo III da tese.

Quadro 6

Resumo da Pauta de Partilha dos Bens de Lúcio de Souza Machado

Natureza dos Bens	Valor
Títulos e Ações	99:120\$000
Bens de Raiz	328:008\$540
Escravos e Liberdades	9:400\$000
Dívida Ativa	20:088\$720
Dote de Ana Conceição	10:000\$000
Dote de Eulália	30:000\$000
Licite	3:000\$000
Total	499:617\$260

Fonte: Inventário *post mortem* de Lúcio de Souza Machado, 1878 APEP.

Observando a configuração dos bens que formam o patrimônio de Lúcio de Souza, podemos notar como esse português incorporou bem as mudanças nos signos de riqueza⁸²¹ que o tempo lhe impôs. Os negócios mercantis que ocuparam grande parte de suas atividades produtivas logo que chegou ao Pará, Lúcio os transformou em Ações e Títulos, que somavam 99:120\$000 réis das seguintes instituições: eram 172 ações do Banco do Brasil, no valor de 34:400\$000 réis; 187 ações da Companhia do Amazonas avaliadas em 14:960\$000 réis; 50 ações do Banco Comercial importando em 5:000\$000 réis; 87 ações da Companhia Urbana do Pará avaliadas em 6:960\$000 réis; 22 apólices provinciais ao custo de 22:000\$000 réis; e mais o valor de 15:800\$000, não demonstrado. Tudo isso somava quase 100 contos de réis em investimentos.

Esse signo de riqueza especulativa, próprio das cidades urbanizadas, mostra-se com mais frequência nos “portfólios” das famílias na segunda metade do século XIX, exibidos nos inventários *post mortem*⁸²². Cerca de 20% do patrimônio de Lúcio de Souza estava empregado em Ações e títulos, sinalizando um ambiente de crescimento econômico, em que o desempenho das empresas poderia ampliar o capital investido. Essa situação se mostrava nos padrões de riqueza de famílias abastadas do final do século XIX, quando cerca 20% de inventários levantados para o período investigado continham em seu patrimônio ações. Nesse grupo

⁸²¹ Estudos que se basearam na análise de Inventários *post mortem* conseguiram demonstrar, através comparação dos bens existentes na composição do patrimônio familiar, como ao longo dos séculos XVIII e XIX especialmente os signos da riqueza mudaram ao longo do período. Para conhecer melhor essa discussão, ver: MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riquezas, São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990. Consultar também CANCELA, Cristina D. Casamento e Família em uma capital Amazônica (Belém – 1870-1920). Op. cit.

⁸²² Idem.

figuravam donos de seringais, proprietários de casas de aviamento, donos de fazendas de criação e gado, além de proprietários de engenhos⁸²³.

O que se torna simbólico na trajetória desse imigrante português foi a sua capacidade de adaptação a uma nova ordem do mercado local, além de sua habilidade estratégica em transformar sua riqueza segundo a dinâmica da economia desse novo tempo, apesar de manter um pequeno grupo de 18 cativos, que acreditamos ser do seu serviço doméstico, já que era formado de dois homens adultos, sete escravas adultas e o restante composto de menores de 16 anos⁸²⁴. Os antigos capitais foram aos poucos aplicados em outros investimentos, segundo uma estratégia econômica na segunda metade dos oitocentos, como era o caso do mercado de ações.

Não menos significativo ainda em seu patrimônio era o capital investido em imóveis. Com base nos Lançamentos de cobranças das Décimas dos Prédios urbanos de Belém para o ano de 1869, notamos que em nome de Lúcio de Souza Machado constavam 15 imóveis no bairro da Campina e no bairro da Santíssima Trindade, a saber:

Quadro 7

Código	Nome	Via de localização	Tipo	Nº	VD	Distrito
824	Lúcio de Souza Machado	Rua da Boa Vista	Térreo	35	117\$000	2º
833	Lúcio de Souza Machado	Rua da Boa Vista	Sobrado	45	207\$000	2º
810	Lúcio de Souza Machado	Rua do Imperador	Sobrado	17	270\$000	2º
813	Lúcio de Souza Machado	Rua do Imperador	Sobrado	20	207\$000	2º
1841	Lúcio de Souza Machado	Travessa das Mercês	Térreo	24	27\$000	2º
1839	Lúcio de Souza Machado	Travessa das Mercês	Térreo	22	21\$600	2º
1837	Lúcio de Souza Machado	Travessa das Mercês	Térreo	20	21\$600	2º
1835	Lúcio de Souza Machado	Travessa das Mercês	Térreo	18	21\$600	2º
1843	Lúcio de Souza Machado	Travessa das Mercês	Térreo	26	32\$400	2º
1775	Lúcio de Souza Machado	Travessa do Passinho	Térreo	17 dd	45\$000	2º
1774	Lúcio de Souza Machado	Travessa do Passinho	Térreo	17 cc	45\$000	2º
3153	Lúcio de Souza Machado	Travessa do Príncipe	Térreo	s.n	43\$200	3º
3154	Lúcio de Souza Machado	Travessa do Príncipe	Térreo	s.n	43\$200	3º
3152	Lúcio de Souza Machado	Travessa do Príncipe	Térreo	s.n	36\$000	3º
3155	Lúcio de Souza Machado	Travessa do Príncipe	Térreo	s.n	43\$200	3º

Fonte. Lançamento da Cobrança das Décimas dos Prédios Urbanos de Belém, 1869. Publicado no Jornal Diário de Belém – ano II – nº 34 a 102, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Nos meados da segunda metade do século XIX, com o crescimento urbano e a especulação imobiliária devido ao aumento populacional de Belém, as residências passaram a

⁸²³ Cf. CANCELA, Cristina Donza. *Riquezas, alianças e contratos de dotação, 1870-1920*. Revista de Estudos Amazônicos, vol. V, nº 2 (2010), p. 29-45.

⁸²⁴ Autos de Inventário de Lúcio de Souza Machado, Juízo de Órfãos da Capital, Maço 10, ano 1878, APEP. Fls. 19-22 vs.

ocupar um importante espaço no patrimônio de famílias da elite local⁸²⁵. Isso é possível ver no rol de nomes contidos nas cobranças das Décimas Urbanas, em que constatamos uma característica já vista através dos inventários *post mortem* para o mesmo período⁸²⁶. Negociantes e membros das famílias tradicionais aparecem como grandes proprietários de imóveis urbanos. Entre estes, podemos citar o português Antonio José Antunes Sobrinho, que aparece como dono de 14 imóveis. Não menos relevantes são as propriedades de Camilo José do Vale Guimarães, com 30; de Francisco Antonio de Miranda, com 38; e do visconde do Arari, que possuía 38 residências bem acima dos 26 imóveis da Santa Casa de Misericórdia⁸²⁷.

Lúcio, portanto, não destoava desses investidores com seus 15 imóveis localizados no Bairro da Campina, situados nas principais vias de comércio da cidade de Belém⁸²⁸. Esse negociante português mantinha as funções de trabalho e moradia vinculadas em seus prédios. É o que podemos notar na casa da rua da Imperatriz, que fazia fundos até a rua do Imperador⁸²⁹, medindo em quaisquer das suas frentes 12 metros, contendo salas de estar, de jantar, gabinetes, alcovas correspondentes, varandas, cozinhas, duas despensas, seis quartos e outros pequenos para criados e armazéns no pavimento térreo, nova e de boa construção, e frentes de azulejo, avaliada em 69:000\$000⁸³⁰.

Por um lado, as especificações dos usos sociais do domicílio refletem a sofisticação burguesa que a residência oitocentista de Lúcio alcançava⁸³¹ com suas salas de jantar e de estar, além do moderno gabinete, que em geral era utilizado como espaço de trabalho masculino⁸³² e muito bem servia de escritório a um homem de negócios como Lúcio Machado. Por outro, esse português conservou uma característica dominante no século XIX, que era a manutenção da

⁸²⁵ Cf. CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma capital amazônica, (Belém – 1870-1920)*. Belém: Editora Açai, 2011, p. 302.

⁸²⁶ Idem.

⁸²⁷ Lançamento da Cobrança das Décimas dos Prédios Urbanos de Belém para o exercício de 1869. Publicado no Jornal Diário de Belém – ano II – nº 34 a 102 – período 14 de fevereiro a 7 de maio de 1869, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

⁸²⁸ Rua da Boa Vista, atual Boulevard Castilhos França; Travessa das Mercês, atualmente Frutuoso Guimarães, e Travessa do Passinho, a atual Travessa Campos Sales. Ver: PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1968.

⁸²⁹ Com a instauração da República no Pará, as ruas da Imperatriz e do Imperador passaram a ser denominadas respectivamente 15 de Novembro e da República, conforme a proposta do Conselheiro Municipal Dr. Gentil Bitencourt. A respeito das mudanças de nomes das ruas de Belém, ver: CRUZ, Ernesto. *Belém, aspectos Geosociais do Município*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, vol. 1, 1945, p. 40.

⁸³⁰ Autos de Inventário de Lúcio de Souza Machado, Juízo de Órfãos da Capital, Maço 10, ano 1878, APEP.

⁸³¹ Cf. MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e Vizinha: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁸³² Ver: CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Cultura material, espaço doméstico e musealização*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p. 443-469, jul/dez 2011. Ver, da mesma autora: *Gênero e Artefato, o sistema doméstico na perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.

residência ligada à atividade de trabalho⁸³³. Ao destinar a parte térrea da casa ao funcionamento dos armazéns, ele demonstra que preferia não se afastar dos negócios que exercia na cidade.

A riqueza produzida ao longo de mais de cinquenta anos de permanência no Brasil fazia a vida do imigrante lusitano Lúcio Machado enraizar cada vez mais no Pará, limitando as motivações de seu retorno para Lisboa. Mesmo assim, mantinha tanto em Belém como em Lisboa espaços reservados para o procedimento de seu sepultamento, caso viesse a ocorrer em uma das suas cidades. Assim, deixava recomendado aos seus testamenteiros que, se porventura viesse a falecer em Portugal, seu “enterro fosse feito sem pompa alguma e nem convites”, sendo conduzido seu “corpo em uma sege por quatro pobres do Asilo de Mendicidade, acompanhado do prior da freguesia e levado para o seu jazigo número 767 no Cemitério dos Prazeres”. Porém, se houvesse de morrer no Pará, pedia que “seu cadáver fosse levado para o cemitério no esquife da Santa Casa de Misericórdia da qual era irmão, sem acompanhamento de amigos e somente de um vigário da freguesia”⁸³⁴.

A dinâmica de sua vida não cessa na morte. Com parte de seus antepassados em Lisboa e seus familiares no Pará, a mobilidade tão presente nas relações deste português não se desfaria nos últimos instantes de sua vida. O abastado capitalista poderia fazer o caminho de volta em busca de cuidados médicos, como faziam muitos imigrantes que ao longo do século XIX⁸³⁵ voltavam para Lisboa a fim de buscar tratamento para suas moléstias e que, por vezes, morriam, ou se manter na cidade de Belém, onde se encontrava sua família construída na terra de acolhimento, onde grande parte de seus investimentos materiais e simbólicos⁸³⁶ estavam fixados. Lúcio não retornou à Portugal, resolvendo ficar em Belém até o final de sua vida.

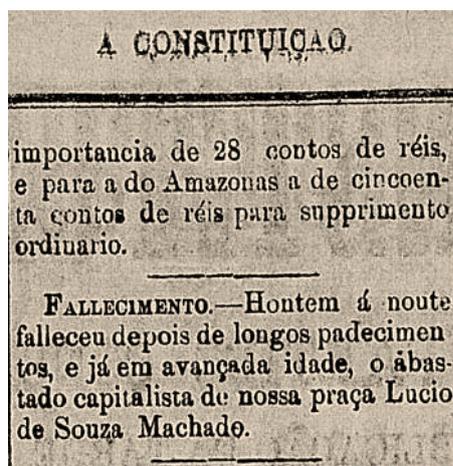
⁸³³ Cf. ALGRANTI, Leila Mezan. A Família e a vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando e SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1, 1997. Ver também: GUIMARÃES, Luiz Antonio V. *A Casa & as Coisas: um estudo sobre vida material nas moradias de Belém – 1800-1850*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (Dissertação de Mestrado), 2006.

⁸³⁴ Testamento contido nos respectivos Autos de Inventário de Lúcio de Sousa Machado, Maço 10, ano 1878, APEP.

⁸³⁵ Encontramos também o negociante português José Antonio Pereira Guimarães, em 1825, fazendo recomendações em seu testamento sobre a possibilidade de falecer no Pará ou em Lisboa e os cuidados com que deveriam proceder seus testamenteiros escolhidos nas duas cidades sobre seu funeral. José faleceu em 1827 na cidade de Lisboa e teve seu corpo sepultado na Igreja de Santa Maria Madalena.

⁸³⁶ Ver: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

Figura 25



Jornal A Constituição, 05/07/1877, n.º. 151, Ano IV – HBNB/RJ.

Assim, em 5 de julho de 1877, o periódico de Belém, numa pequena nota fúnebre, destacava: “Falecimento: Hontem a noute falleceu depois de longos padecimentos, e já em idade avançada o abastado capitalista de nossa Praça Lúcio de Souza Machado”⁸³⁷.

Figura 26



Sepultura do negociante português Lúcio de Souza Machado existente no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade em Belém do Pará – (foto do autor).

⁸³⁷ Jornal A Constituição, 05/07/1877, n.º. 151, Ano IV, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

Lúcio resolveu não retornar para Lisboa, tendo permanecido em Belém, onde faleceu e foi sepultado no cemitério de Nossa Senhora da Soledade. Porém, contrariando as recomendações feitas em seu testamento que pedia um ritual *discreto e sem pompas*, a morte de Lúcio de Souza Machado foi noticiada nos principais jornais que circulavam na capital paraense. Ao funeral compareceram ilustres representantes de importantes famílias da elite local, cujos agradecimentos por se fazerem presentes no evento fúnebre foram dignos de nota na imprensa. Entre eles, estavam o juiz de paz da Santíssima Trindade Jayme Pombo Brício, o vice-presidente da província José da Gama Malcher, o doutor Américo Marques Santa Rosa e Antonino Emiliano de Sousa Castro⁸³⁸.

Figura 27

INEDITORIAES



Agradecimento e convite

Os abaixo assignados, viuva, filhas e genros do finado Lucio de Souza Machado, extremamente penhorados para com as pessoas que se dignaram acompanhar os no doloroso transe porque passaram, e especialmente aos illustres srs. Drs. José da Gama Malcher, Jayme Pombo Brício, Americo Marques Santa Rosa e Antonino Emilianno de Souza Castro, que com ninia bondade se prestaram para com o dito finado, veem por este meio manifestar lhe sua eterna gratidão, e ao mesmo tempo, confiados nos sentimentos religiosos de todos, convidal os e juntamente aos amigos do finado, para assistirem a missa, que será celebrada pelo eterno repouso de sua alma, na igreja de Santa Anna, no dia 10 do corrente, ás 7 horas da manhã.

Pará, 8 de Julho de 1877.

Angeta J. Jansem Pereira Machado.
Anna da Conceição Jansem Lima (ausente.)
Rosa Branca Jansem Machado.
Eulalia Jansem Machado de Farias (ausente.)
José de Cerqueira Aguiar Lima (ausente.)

Jornal O Liberal do Pará, 10/07/1877, n.º. 154, Ano IX – HBNB/RJ.

⁸³⁸ Jornal O Liberal do Pará, 10/07/1877, n.º. 154, Ano IX, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

Através da trajetória de vida do negociante Lúcio de Souza Machado, podemos não somente percorrer os longos anos de sua vida no Pará, mas também perceber como as transformações econômicas e sociais que se processaram no espaço vivido foram compartilhados por esse português⁸³⁹, desde os duros anos de antilusitanismo nas décadas de 1820 e 1830, quando a rejeição à influência dos negociantes lusitanos levou à expulsão sistemática e saques das propriedades desses investidores no Pará, até o restabelecimento da “ordem pública” e a retomada de seus empreendimentos, através de alianças locais, seja através de um matrimônio com uma família tradicional maranhense que lhe possibilitou ampliar seus laços de solidariedade e inserção social, seja através das estratégias de negócios que foram modificando o *sentido de riqueza* e às quais esse português soube se adequar.

4.2 – Militares e negociantes

As migrações de portugueses para a província paraense nos primeiros decênios do século XIX por vezes combinavam os interesses do estado português e as disposições pessoais do imigrante. Nesta seção, observaremos como dois militares portugueses destacados para atuar nas regiões do sertão paraense foram capazes de conciliar o exercício de suas atividades de caserna com as práticas comerciais. O primeiro deles chamava-se Camilo José de Campos, que se tornou militar no Pará e foi destacado para a região da Ilha do Marajó, porém mantinha na capital propriedades e negócios. Essa dupla função o colocou na linha de frente dos confrontos dos anos de 1823 durante o processo de independência no Pará.

O segundo militar-negociante é Antonio José Machado. Esse português de Vila do Conde também tem sua trajetória marcada pela vida militar no norte do Brasil. Destinado à região do Rio Negro no Amazonas, Antonio José solicita sua transferência para Belém, onde possuía negócios. Assim como Camilo, esse lusitano se envolveu nos episódios de 1823, o que resultou na sua deportação. Porém, ao retornar ao Pará, onde se naturaliza brasileiro, constrói uma longa trajetória de negócios comerciais, além de investir em propriedades de terras.

Migração, vida militar e negócios são temas que trataremos através da análise da trajetória desses dois indivíduos nesta seção.

⁸³⁹ Cf. IMÍZCOZ, José María. *Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global*. Revista da Faculdade de Letras, História, Porto, III Série, vol. 5, 2004, pp. 115-140.

4.2.1. Camilo José de Campos

Às nove horas da manhã do dia 2 de outubro de 1799, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória, localizada na freguesia de São Nicolau em Lisboa, encontravam-se as famílias de Camilo José de Campos e Ana Maria para celebrar o enlace matrimonial do casal. Camilo era um lisboeta de 21 anos, filho de Bernardo de Campos e Catarina Teixeira, e, como constava nos registros apresentados ao prior Francisco José de Andrade, havia sido batizado na freguesia de São Cristóvão, residindo, naquele momento, na freguesia de Santa Justa, em Lisboa, não muito distante de onde recebera o primeiro sacramento⁸⁴⁰.

Já Ana Maria, três anos mais velha do que seu consorte, não vinha de muito distante e havia sido batizada na freguesia de São Silvestre de Vides, patriarcado de Lisboa. Seu pai era Pedro José da Silva, naquela altura já falecido, e sua mãe, ainda viva, chamava-se Aurélia Maria de Nazaré. Corridos os banhos na forma do Sagrado Concílio de Trento e constituição daquele patriarcado, conforme pedia aquele ato, constava não haver impedimento para a confirmação do enlace. Serviram de testemunhas daquele ato o pai do noivo, Bernardo de Campos, e Bento João, morador da freguesia de Santo Estêvão, da cidade de Lisboa⁸⁴¹.

Dois anos depois de casados, Camilo e Ana passaram a projetar novos horizontes para as suas vidas além dos limites da capital do Reino. Este começou a tratar dos papéis para solicitar o seu passaporte. Para isso, mandava levantar em 1801 documentação junto à Paróquia, referente à sua naturalidade e casamento, a fim de deixar Lisboa, não se sabe se já possuindo uma predisposição pela província do Pará. As razões dessa “escolha” talvez fossem menos as notícias de oportunidades que das longínquas terras do Grão-Pará chegavam à ribeira do Tejo do que os ventos temerosos que sopravam de dentro da Europa em tempos de domínio napoleônico⁸⁴².

Em seu processo de solicitação de passaporte, encaminhado em 1806, ao Ministério da Marinha e Ultramar, Camilo de Campos pedia passagem ao Pará levando consigo sua mulher, dona Ana Maria de Campos, seu cunhado Miguel Joaquim da Silva e uma criada

⁸⁴⁰ Certidão de Casamento de Camilo José de Campos e Ana Maria realizado na Igreja de São Nicolau de Lisboa. Documento anexo à solicitação de passaporte – Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.138, doc. 10518.

⁸⁴¹ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.138, doc. 10518.

⁸⁴² Em 1801 ocorria um episódio que ficou conhecido como Guerra das Laranjas, que foi a invasão franco-espanhola, a qual provocou a subtração da praça de Olivença do território português. Esse acontecimento servia de prenúncio da tentativa de impor a Portugal o bloqueio continental decretado por Napoleão. A respeito dessa questão, ver: MONTEIRO, Nuno G. e PEDREIRA, Jorge M. O Colapso do Império e a Revolução Liberal – 1808-1834. In *História Contemporânea de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Fundación Mapfre/Objetiva, 2013, p. 26.

portuguesa de nome Angélica Rosa⁸⁴³. Mesmo com intuito de se *estabelecer*, Camilo não hesitou em levar, senão toda, pelo menos grande parte de sua nova família⁸⁴⁴.

Camilo embarcou no dia 18 de novembro de 1806 no navio Nossa Senhora da Arrábida Flor do Pará⁸⁴⁵, pertencente ao negociante João de Araújo Roso⁸⁴⁶. Entre sua partida dali e sua chegada aos portos do Pará, nada ficou registrado, nem se sabe como iniciou sua vida na nova terra paraense. Contudo, num esforço de leitura de documentações relacionadas ao nome de Camilo e de sua esposa, foi possível reconstruir uma parte significativa de sua permanência, retornos e o seu falecimento em terras paraenses.

É possível que esse português tivesse alguns bons contatos, antes mesmo de sua partida, com outros patrícios seus já ali estabelecidos. É provável que a carreira militar tenha surgido ao longo de sua permanência no Pará, pois, nos primeiros registros ligados ao nome de Camilo José de Campos na província paraense, aparece seu nome ligado a um conjunto de negociantes que mantinham relações comerciais através da navegação. Observando os registros das embarcações que partiam da barra do Pará durante o período joanino, localizamos entre 1809 e 1819 o nome de Camilo Campos como testemunha dos proprietários de embarcações que partiam da cidade paraense, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

⁸⁴³ Em documentos posteriores, essa senhora que se tornou acompanhante de D. Ana de Campos até o fim de sua vida vai aparecer com o nome de Angélica Margarida. Outra parda, também criada do casal, era quem se chamava Tomásia Rosa.

⁸⁴⁴ *Idem*.

⁸⁴⁵ *Idem*.

⁸⁴⁶ Banco de dados sobre navegação nos portos do Pará produzidos a partir da documentação existente no Arquivo Público do Estado do Pará, Registros Códice 645, Série: abaixo-assinados da navegação com o comandante da fortaleza da Barra (1808-1832).

Quadro 8

Data	Embarc.	Origem	Clas. Embarc.	Proprietário	1º test.	2º test.	3º test.	Part.	Dest.	Mestre
22/12/1809	Capaz	Portugal	Escuna	Pedro Rodrigues Henriques	Joaquim José Lopes	Camilo José de Campos	Joaquim [corrído 2 nomes]	Pará	Caiena	João Maria Barão
30/07/1810	Harmonia	Portugal	Navio	João de Araújo Rozo e João Fernandes dos Santos	Camilo José de Campos	Francisco	Joaquim José	Pará	Lisboa	Inácio José Gomes
31/07/1810	Capaz	Portugal	Escuna	Rodrigues Henriques	Camilo José de Campos	Joaquim José Lopes	Agostinho José Lopes	Pará	Caiena	Luís Dorocher
14/01/1814	Bela Amazona	Portugal	Escuna	João Senaf	Antonio Simões Oliveira	Camilo José de Campos	Joaquim Francisco Danin	Pará	Caiena	Carlos Loret
22/01/1814	Efigenia	Portugal	Sumaca	Joaquim Francisco Danin	Camilo José de Campos	Manoel Gomes Pinto	José Inácio	Pará	Caiena	João Antonio Correa
14/09/1814	Negociante	Portugal	Galera	Francisco José Gomes Pinto	Camilo José de Campos	Manoel Gomes Pinto	João Antonio Lopes	Pará	Lisboa	Manoel Marques Pereira Delfim
17/08/1815	Aurora	Portugal	Bergantim	Joaquim Antonio da Siva e Antonio da Silva Neves	Joaquim de Oliveira [ilegível]	Camilo José de Campos	Luís Manoel Gonsálves	Pará	Lisboa	Francisco José Ferreira
01/03/1819	Boa Esperança	Portugal	Escuna	João Antonio Lopes	Camilo José de Campos	João Lopes da Cunha	Joaquim Ferreira Danin	Pará	Maranhão	Lino Joaquim de Andrade

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Registros Códice 645, Série: abaixo-assinados da navegação com o comandante da fortaleza da Barra (1808-1832).

Através do quadro acima, podemos notar que Camilo José de Campos possuía uma forte inserção no meio dos comerciantes que transitavam nos portos paraenses. Alguns aspectos dessa relação se mostram relevantes. Em primeiro lugar, esse vínculo se fazia presente entre os negociantes que circulavam em navios de origem portuguesa, um dos quais era Joaquim Francisco Danin, o qual aparece como proprietário da sumaca “Efigênia”, que partia de Belém em janeiro de 1814 para Caiena. Esse negociante português teve grande influência na Praça do Pará e era dono de casas de comércios, residências e embarcações. Por sua destacada posição, os Danin depois uniram-se com membros da família de origem portuguesa, Roso, formando uma forte aliança de relações familiares que vai projetar membros desse grupo familiar nos quadros da administração pública na província paraense⁸⁴⁷. A aproximação desse meio de negócios logo após a chegada ao Pará deve ter contribuído para a facilitação do estabelecimento de Camilo em Belém.

Outro aspecto a ser notado é o fato de servir de testemunha para justificar o transporte dos navios que passavam pela barra do Pará. Essa condição revela que Camilo já possuía um

⁸⁴⁷ Cf. BATISTA, Luciana M. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. Op. cit. Sobre alianças matrimoniais no século XIX, ver também: CANCELA, Cristina D. *Casamento e Família em uma capital Amazônica (Belém – 1870-1920)*. Op. cit.

status de *homem de negócios*, o que lhe garantia credibilidade e respeito para atestar a fiscalização desses navios junto às instituições responsáveis. Finalmente, há que se destacar que os indivíduos do círculo de relações mantinham negócios tanto com os portos de Lisboa como com a cidade de Caiena. Esse corredor de negócios aberto desde o início do século XIX ganhou maior intensidade após a ocupação lusa em 1809, fase que rendeu importantes divisas para os comerciantes estabelecidos no Pará que forneciam mercadorias para abastecer a zona de conflito⁸⁴⁸.

Não conseguimos atestar em que circunstâncias, mas, enquanto desenvolvia suas atividades como negociante, Camilo também seria investido das funções militares a serem exercidas no Pará. Foi então que localizamos documentos que nos permitem vislumbrar outra faceta da vida desse lisboeta.

Negócios e vida militar

A primeira notícia sobre a trajetória militar de Camilo José aparece nos tensos anos de 1820. Em uma documentação encaminhada em 1822 por Camilo José de Campos, agora destacado na função de capitão da 8ª companhia do Corpo de Ligeiros Milicianos da vila de Portel, região da grande ilha do Marajó, vemos as dificuldades de conciliar a vida da caserna com os negócios⁸⁴⁹. Nesse documento, o militar português fazia uma solicitação ao governador das Armas da província do Pará, o general José Maria de Moura, para que encaminhasse à Corte portuguesa o seu pedido de transferência para um Regimento de Milícias na cidade de Santa Maria de Belém do Pará na mesma função que exercia naquela localidade.

A justificativa de seu pedido de transferência revela como este reinol foi construindo importantes “negócios” na capital da província que o impossibilitavam de exercer suas funções militares longe de Belém. Camilo alegava que se achava *estabelecido* nessa cidade do Pará, com prédios rústicos e *giros de comércio*, o que o inabilitava de residir naquela vila⁸⁵⁰. Seu superior, o general Moura, antes de encaminhar a sua solicitação ao rei D. João VI, confirmava as alegações do solicitante, dizendo: “pelos informações que tenho procedido, se evidencia que

⁸⁴⁸ Ver: SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: EDUFPA, 2012, p. 324.

⁸⁴⁹ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 170, doc. 12030. Carta do governador de armas da província do Pará, brigadeiro José Maria de Moura, para o rei [D. João VI], sobre o requerimento do capitão da 8ª Companhia do Corpo de Ligeiros Milicianos da vila de Portel, Camilo José de Campos, solicitando transferência para um Regimento de Milícias da cidade de Santa Maria de Belém do Pará, com o mesmo posto.

⁸⁵⁰ Idem.

ele (Camilo) é morador desta cidade, que tem alguns bens de raiz e giro de comércio”⁸⁵¹. O parecer do comandante se mostrava favorável ao pedido de Camilo, quando informava: “Parece-me achar-se em circunstâncias de V. Majestade lhe conferir a passagem que requer, mandando, V. Majestade, que o suplicante fique agregado ao Segundo Regimento de Milícias desta Província, cuja cabeça é sita na capital”⁸⁵².

Observando mais atentamente a documentação junto ao processo, é possível ver que a carta patente de promoção ao posto de capitão era de 18 de maio de 1820⁸⁵³, assinada durante o governo do Conde de Vila Flor, e que, portanto, o capitão Camilo não chegava ainda a ter dois anos de nomeação e permanência fora de Belém. Antes desse período, Camilo ocupava o posto de tenente adido na Bateria Nova, que ficava entre a de Santo Antonio e o Reduto de São José, em Belém. Assim, é possível asseverar que grande parte de sua permanência inicial no Pará esteve ligada à vida na capital. Era nessa cidade que o interessado havia construído sua residência e vivia junto com sua esposa, dona Ana Maria de Campos, e sua criada portuguesa Angélica Margarida.

Se, por um lado, a distância de sua família pode ter contribuído para resistir à permanência na Vila de Portel, a evidente causa de sua fixação em Belém eram os negócios que o prendiam à cidade. É muito provável que, mesmo engajado nos quadros das milícias reais como oficial, não fosse desse cargo que retirava a maior parte de seus rendimentos monetários. A sua condição de militar lhe rendia dividendos de *status* dentro de uma sociedade marcada por padrões hierárquicos⁸⁵⁴. Porém, os meios que lhe asseguravam destaque no seio das relações econômicas portuguesas vinham do comércio de exportação e importação de mercadorias e de seus *prédios rústicos*.

Contudo, ainda que as especulações acima possam ser verdadeiras e justificar sua decisão de desistir do posto de capitão na cidade do Marajó, é também sintomático que naquele ano de 1822 as preocupações dos negociantes portugueses eram outras em Belém. Talvez mais uma vez, Camilo e sua família estivessem vivendo outro tempo de turbulências, como os que devem ter sofrido ao partirem de Lisboa antes de 1808, quando os franceses se impuseram ao

⁸⁵¹ O termo giro de comércio é a linguagem corrente no documento para expressar negócios de importação e exportação de mercadorias.

⁸⁵² *Idem*.

⁸⁵³ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.158, doc. 12030. Carta Patente em nome de Camilo José de Campos, promovido ao posto de capitão da 8ª Companhia do Corpo de Tropa Ligeira de Milícias da Vila de Portel, para preencher a vaga deixada pela “demissão a pedido” de Thomé Hilário de Mendonça. Documento em anexo ao processo de transferência para a Capital do Pará.

⁸⁵⁴ Cf. NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “*A Soldadesca Desenfreada*”: politização militar no Grão-Pará na era de Independência (1790-1850). Salvador: UFBa/FFCH, 2009.

invadir a capital portuguesa. Agora era o clima das “revoluções” liberais em Portugal, que no Brasil davam o tom às lutas pela independência do país⁸⁵⁵. No caso paraense, estas ganhariam cores fortes de uma aversão ao habitante lusitano nessa região brasileira.

A alegada disposição de permanecer na cidade, a fim de se manter próximo de seus negócios, demonstrava o risco de ameaça por que passavam os lusos residentes e os respectivos investimentos feitos na capital da província do Pará, daí porque o comandante das Armas, general José Maria de Moura, não tenha demonstrado qualquer objeção ao seu pedido de transferência de posto para Belém.

Os anos que se seguiram entre 1822 e 1823 foram particularmente intensos para a vida da família de Camilo José de Campos. Depois de conseguir a graça de D. João VI, que concedeu o seu retorno para atuar nos quadros da milícia na capital, Camilo aparece junto com outros “negociantes” e “cidadãos” portugueses comandando o “Corpo de Artilharia Cívico Nacional”⁸⁵⁶. Essa corporação era formada por um grupo armado de habitantes fiéis à Coroa portuguesa, que se caracterizavam como “cidadãos desta capital, que animados no verdadeiro espírito de patriotismo, e impelidos do desejo de cooperarem com a segurança e a tranquilidade da província se ofereciam, para reunirem em corpo de Cavalaria, montados, armados e fardados à sua custa, a fim de serem empregados em todas as noites em rondas de polícia da cidade”⁸⁵⁷.

Essa milícia era formada “por oitenta cidadãos da mesma classe de negociantes, fazendeiros e outros empregos”⁸⁵⁸ que se ofereceram para a cooperar na defesa e segurança da capital. Em meio ao clima de tensão em que viviam os portugueses naqueles tempos de hostilidades, esse grupo de cidadãos reuniu-se no Trem de Artilharia⁸⁵⁹ no dia 20 de maio de 1823, a fim de promover a eleição por votação do comandante da Companhia de voluntários. Para isso, foi indicada uma “comissão para receber as listas e apurar os votos”, composta pelos

⁸⁵⁵ Cf. COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém-PA: Edições CEJUP, 1993; ver também a dissertação de mestrado de SOUZA JUNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a situação política de Felipe Patroni (1820-1823)*. Campinas-SP: UNICAMP/IFCH, 1998.

⁸⁵⁶ A atuação dos negociantes portugueses na tentativa de manter a ordem pública já vinha desde as experiências de Lisboa após a invasão francesa em 1808, quando fora criado o Regimento de Infantaria de Voluntários Reais do Comércio (de Lisboa e do Porto), que funcionou entre 1808 e foi extinto em 1828.

⁸⁵⁷ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 160, doc. 12188. Ofício do [governador de Armas da província do Pará, brigadeiro] José Maria de Moura, para o ministro e secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, sobre a proposta de alguns cidadãos da cidade de Belém do Pará para formarem um novo Corpo de Artilharia naquela cidade.

⁸⁵⁸ Idem.

⁸⁵⁹ Nome dado ao local onde ficavam guardados os armamentos. Ver: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “*A Soldadesca Desenfreada*”: *politização militar no Grão-Pará na era de Independência (1790-1850)*. Op. cit., p. 204.

seguintes indivíduos: para presidente, capitão Inácio Pereira; para secretário, o alferes Mateus Magno Ferraz; e para escrutinadores o capitão Henrique Antonio Strauss e o alferes Jerônimo Constantino do Vale Guimarães. Depois de realizada a votação por escrutínio secreto, o resultado indicava o seguinte comando:

Primeiro comandante, Camilo José de Campos, para segundo comandante José Ferreira de Brito; para subalerno Joaquim Carlos Antonio de Carvalho, para primeiro sargento Jerônimo Constantino do Vale Guimarães, para segundos sargentos Manoel Higino Cardoso e José Pinto de Araújo, para furriel Mateus Magno Ferraz e para cabos de esquadra Carlos José Rodrigues, José Vieira de São Paio, Manoel de Santa Ana e Manoel Luis de Paiva⁸⁶⁰.

O prestígio de Camilo entre seus patrícios parece não ser dos menores, pois este foi conduzido pelo voto ao comando da Companhia de voluntários portugueses. Essa milícia civil organizada pelos esforços financeiros dos homens de negócios portugueses sinalizava o clima de tensão em que viviam na época. O agora capitão Camilo José de Campos teria destacada participação nos episódios que se sucederam em Belém. Sigamos o nome e a trajetória de Camilo e sua família.

Os episódios que decorreram do processo de independência no Pará foram intensamente sentidos pelos portugueses residentes na província. Enquanto o novo governo estabelecido na Corte do Rio de Janeiro fincava seu comando no sudeste do Brasil desde 1822, na província nortista outras disputas levaram ao início de pelo menos duas intensas décadas de xenofobia, em particular de uma lusofobia⁸⁶¹, que oscilava entre a tolerância e a extrema aversão ao português residente no Pará.

Foi nessa onda de perseguição aos portugueses residentes na província do Pará que, em 27 de maio de 1824, o capitão e negociante Camilo José de Campos, junto com outros portugueses, foi obrigado a deixar o Pará rumo a Lisboa a bordo da galera “Maria”, levando em sua companhia sua família, mas deixando para trás anos de trabalho investidos em prédios, escravaturas e “fazendas”. O processo que levou à expulsão dos portugueses no ano de 1824 foi resultante de uma somatória de intensas fricções entre partidários da causa “brasileira” e os “portugueses” ali residentes. Esse clima de tensão foi decorrente dos episódios que se deram

⁸⁶⁰ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 160, doc. 12188.

⁸⁶¹ Um sentimento de lusofobia como rejeição aos portugueses no Brasil ganha força no pós-independência. Explodem movimentos de oposição à presença lusitana nas cidades e de crítica à exploração e monopólio de certos setores da economia, culminando com manifestações populares de hostilidades e deportações de portugueses. No Pará, como vimos no capítulo 3, não foi diferente. Manifestações públicas levaram aos saques de lojas de negociantes portugueses e à expulsão do Pará de defensores do governo luso.

em abril de 1823, particularmente nos meados de outubro, durante as solenidades de celebração da aclamação de D. Pedro de Alcântara em Belém do Pará.⁸⁶²

Foi durante os festejos natalícios do imperador que uma série de episódios marcou de forma dramática a situação de “brasileiros” e “portugueses” em Belém. Os defensores do primeiro grupo sofreram com prisões e fuzilamentos em praça pública, além do encarceramento de 253 homens nos porões do brigue “Palhaço”⁸⁶³. Quanto aos portugueses, além da invasão de suas residências e o saque de algumas casas comerciais⁸⁶⁴, os principais envolvidos nos conflitos foram deportados de volta para Lisboa. Nesse grupo estava o capitão de milícias Camilo José Campos.

Entre idas e voltas

De volta a Lisboa, vários “emigrados do Pará”⁸⁶⁵, com muito pouco ou quase nada daquilo que possuíam, logo ficaram desprovidos de seus recursos, indo bater à porta da assistência do governo imperial. Durante o período em que permaneceram na capital do império, muitos desses lusitanos que haviam construído todo o seu patrimônio no Brasil foram atendidos pela Coroa portuguesa por meio de uma “Subscrição e Socorro aos Emigrados do Brasil”⁸⁶⁶. Os valores arrecadados foram destinados aos estabelecimentos de caridade e hospitais para o amparo médico. Outra significativa parte ficou reservada ao pagamento de passagens de retorno ao Brasil.

⁸⁶² A esse tema nos ativemos com maiores detalhes no capítulo III deste trabalho.

⁸⁶³ Cf. RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.) *O Brasil Imperial*. Vol. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 198.

⁸⁶⁴ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.162, doc. 12383. Documento que trata da deportação de portugueses que se encontram a bordo da galera “Maria”, remetendo à situação em que se encontra a capitania do Pará e a motivações de sua partida.

⁸⁶⁵ Nas solicitações de passaportes de retorno ao Pará, aparece com frequência a expressão “emigrados do Pará” ao invés de “emigrados do Brasil”, como ficou descrito num documento de 1827, abaixo mencionado. A reemigração desses portugueses que foram deportados do Pará foi mencionada com algumas limitações de informação no trabalho de BELTRÃO, Jane Felipe. *Côlera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Editora da UFPA/Goeldi Editoração, 2004, ao tratá-la como um “incentivo da Coroa Portuguesa ao deslocamento de lusos para o Brasil a fim de diminuir os problemas sociais de seu país”, não conseguindo perceber que se tratava de portugueses estabelecidos no Pará pedindo recursos para o seu retorno.

⁸⁶⁶ O movimento antilusitano ocorrido após a independência do Brasil provocou a deportação de lusitanos de várias cidades brasileiras. A fim de prestar algum auxílio aos portugueses obrigados a sair do Brasil, foi realizado um levantamento de fundos de várias instituições e indivíduos em 1824, sendo depois publicado com o seguinte título: “Subscrição e Socorros aos Emigrados do Brasil, por ordem de sua Magestade Imperial e Real o Sr. D. João VI de gloriosa memória e auxílio aos estabelecimentos Públicos de Caridade em execução dos Decretos de Sua Alteza Sereníssima Senhora Infanta Regente em Nome de El Rei. Lisboa: Imprensa Régia, 1827”. In: Harvard College Library, South American Collection. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>.

Mesmo com todo o desgaste econômico, Camilo José de Campos não figuraria entre os emigrados que receberiam os benefícios dessa subscrição. Talvez as múltiplas relações de anos de comércio com os negociantes lusos e algum parente lhe tenham provido as despesas enquanto ficava em Lisboa. Não sabemos. Entretanto, sua esposa Ana Maria de Campos, que voltaria em 1825 para o Pará, aparece como beneficiária de 60\$000 réis para o custeio de transportes para aquela província.

Apesar das condições adversas em que saiu da província nortista, o capitão de milícias português Camilo José de Campos aproveitaria sua permanência no Reino para reivindicar o “bônus” de sua ação em defesa do império e dos súditos portugueses no Pará. Em 9 de junho de 1824, era-lhe conferida por D. João VI a mercê do Hábito da Ordem de Cristo, pela tença de 12\$000 réis⁸⁶⁷ em função das suas realizações à frente da resistência portuguesa e dos negócios de Sua Majestade em terras paraenses. O acesso a essa condecoração militar como recompensa por lealdade e destemor, embora fosse vista como parte de um comércio de honraria no debilitado império português⁸⁶⁸, elevava o *status* simbólico do lusitano Camilo de Campos.

Esperançosos em ter notícias sobre a retomada do “sossego público” no Pará, os “emigrados” portugueses tiveram um difícil ano naquele 1824 em Lisboa, longe de seus negócios nas terras paraenses. Essa situação evidenciava que as migrações realizadas em família limitavam ou simplesmente enraizavam toda a riqueza acumulada na cidade de acolhimento⁸⁶⁹, havendo por isso muito pouco de seus capitais investido e transposto para as terras lusas. Dessa forma, todo o seu desejo, apesar dos riscos que pudessem correr dessa decisão, era retornar ao Pará para reaver seus pertences.

Assim, com alguma possibilidade de segurança, em outubro de 1825, Camilo José de Campos solicitava um passaporte individual, para retornar à capital paraense, agora na condição de negociante da praça do Pará⁸⁷⁰. Um mês mais tarde, sua esposa, dona Ana Maria de Campos, alegando não ter condições financeiras de custear sua passagem, solicitava passaporte gratuito para retornar à província do Pará, a fim de se juntar a Camilo, levando em sua companhia a sua criada portuguesa Angélica Margarida e ainda a parda Tomásia Rosa, de 14 anos.⁸⁷¹

⁸⁶⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro Geral de Mercês, D. João VI, Liv. 19, fl. 5.

⁸⁶⁸ Cf. OLIVAL, Fernanda. *Mercado de Hábitos e Serviços em Portugal. Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, 743-769.

⁸⁶⁹ Ver: DIAS, Maria Odila Leite da S. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁸⁷⁰ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 163, doc. 12487. Requerimento do negociante Camilo José de Campos, para o rei [D. João VI], solicitando passaporte para seguir viagem rumo ao Pará.

⁸⁷¹ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 163, doc. 12492. Requerimento de Ana Maria Campos, mulher do negociante da praça do Pará, Camilo José de Campos, para o rei [D. João VI], solicitando passaporte gratuito para seguir viagem rumo ao Pará.

Depois desses tempestivos anos, as notícias sobre o casal Camilo José de Campos e Ana Maria se tornam raras. É muito provável que tenham retomado seus negócios no Pará e aí permanecido. Porém, ao que tudo indica, o comércio passava a segundo plano na vida daquele português investido da honraria de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Como militar e súdito fiel da corte portuguesa, Camilo se manteve francamente favorável à causa portuguesa no Pará, o que é possível ver nos episódios que se desenvolveram em 1831, após a abdicação de D. Pedro I.

Nesse período, fora nomeado pela Regência para assumir o governo provincial o desembargador Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana. De acordo com Raiol, “este foi um tempo marcado por sedições frequentes e disputas francas entre os partidos filantrópico e os caramurus”⁸⁷². O visconde de Goiana chegava para governar uma província que, segundo ele próprio informava em ofício ao ministro do Império, “é a única em que se tem retardado a fundação do sistema brasílico o qual só com muito jeito e arte se poderá fazer prevalecer”⁸⁷³. Observava o presidente da província que ainda havia uma forte resistência portuguesa na cidade ao governo brasileiro, e talvez por isso acreditassem na restauração da antiga ordem, conforme asseverava o visconde: “É uma espécie de sebastianismo que tenho de fazer desvanecer para chamá-la à ordem das coisas presentes”⁸⁷⁴.

Esses descontentamentos refletiam as dificuldades financeiras por que passava a economia paraense de então. As tropas militares acumulavam uma dívida em soldos que somava mais de 170 contos de réis⁸⁷⁵. No campo funcionavam as Fábricas Nacionais, e as Roças Comuns se valiam da exploração do “trabalho dos pobres índios”. Ainda conforme Raiol, o visconde de Goiana “quis remediar esse grave mal, arrancando os desgraçados índios de uma sujeição tão despótica”⁸⁷⁶. As consequências de sua ação não poderiam ser sentidas, especialmente por negociantes e proprietários agrícolas “que ficavam assim privados de uma tão fecunda fonte de riqueza”⁸⁷⁷.

Esse episódio que já afetavam os militares passara agora a incluir os membros das tradicionais famílias de proprietários, como Marcos Antonio Rodrigues Martins⁸⁷⁸, sem contar

⁸⁷² O Partido Filantrópico era formado pelos defensores da ordem constitucional brasileira, sendo um de seus principais representantes o cônego João Batista Gonçalves Campos, enquanto os caramurus representavam os porta-vozes da restauração portuguesa. Ver: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. cit.*, p. 200.

⁸⁷³ Idem.

⁸⁷⁴ Idem.

⁸⁷⁵ Idem, p. 202.

⁸⁷⁶ Ver: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. cit.*, p. 202.

⁸⁷⁷ Idem.

⁸⁷⁸ Cf. MACHADO, André Roberto de A. *O fiel da Balança: o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. Revista de História, São Paulo, n. 164, p. 195-241, jan./jun. 2011.

que os portugueses que desconfiavam das medidas do visconde eram favoráveis ao partido filantrópico. O resultado foi a execução de um golpe articulado pelos opositores do governo provincial que depôs o visconde de Goiana. Em seu lugar foi conduzido Marcelino José Cardoso.

A fim de debelar o clima de “desordem” em que se mostrava a cidade paraense no curto governo do visconde de Goiana⁸⁷⁹, o presidente Marcelino Cardoso assim deliberava: “o povo e a tropa protestam não receber mais em seu seio um perturbador público, que é inimigo da causa brasileira”. Nesse conjunto havia “anarquistas” que seguiam deportados para Marabitanas⁸⁸⁰ e outro grupo de portugueses que eram expulsos para fora da província. Entre estes últimos localizamos Camilo José Campos, que seguia junto com o boticário José Acúrcio Cavaleiro de Macedo, Antonio José de Matos, um caixeiro chamado Manoel Joaquim e Valentim José.⁸⁸¹

Não sabemos quanto tempo Camilo José passou fora do Pará, nem como retornou. É certo que esse militar e negociante português estava em Belém durante os ataques dos rebeldes cabanos no ano de 1835.

As últimas notícias sobre a trajetória desse imigrante português nos chegaram através do testamento de sua esposa Ana Maria de Campos, aberto em 10 de agosto de 1851. Logo depois dos registros de praxe, assim se refere ela ao seu marido: “declaro que fui casada com o capitão Camilo José de Campos, de cujo matrimônio nunca houveram filhos, cujo marido foi assassinado pelos cabanos nesta cidade, tendo feito anteriormente seu testamento, pelo qual me instituiu sua universal herdeira”⁸⁸².

Mesmo sem a companhia do marido, Ana Maria de Campos resolveu permanecer no Pará, vivendo sem filhos e somente em companhia de suas criadas, a portuguesa Angélica Margarida e a parda Tomásia Rosa, até o ano de 1851, quando veio a falecer nas terras paraenses. Em seu testamento, indicava que desde o falecimento de seu esposo Camilo José de Campos, pelas mãos dos cabanos, mantinha o hábito de mandar rezar uma missa em sufrágio

⁸⁷⁹ Bernardo José da Gama, o visconde de Goiana, permaneceu no cargo por apenas 19 dias. Nesse curto tempo, entrou em choque com as elites políticas locais, o que motivou reações que levaram à sua deposição. A respeito desse tema, é interessante ver: MACHADO, André Roberto de A. *As “reformas em sentido federal”. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional*. In: Revista Estudos Amazônicos, Vol. IV, n° 1, 2009, p. 53-98.

⁸⁸⁰ O Forte de São José de Marabitanas, ou simplesmente Forte de Marabitanas, localizava-se na margem direita do alto rio Negro, afluente da margem esquerda do rio Amazonas.

⁸⁸¹ Ver: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos*. *Op. cit.*, p. 223.

⁸⁸² Centro de Memória da Amazônia – CMA/UFPA. 11ª Vara Cível/Testamentos. Cx. 05 (1845-1851). Ana Maria de Campos.

da alma de seu amado esposo sempre no dia de Nossa Senhora das Mercês, além de recomendar à sua testamenteira e herdeira universal Angélica Margarida que, enquanto viva fosse, mantivesse o referido costume⁸⁸³.

* * *

Através de uma documentação deixada ao longo dos cinco primeiros decênios do século XIX pelo casal de lisboetas Camilo José de Campos e Ana Maria Campos, foi possível conectar a história de vida desses portugueses desde a sua disposição de partir de terras lusas, até sua chegada e estabelecimento na província do Pará. De forma pontual, porém bastante representativa, é o percurso que foi construído para suas vidas nas terras paraenses nesse período.

Camilo chegou ao Pará na primeira década dos oitocentos, em meio às turbulências que sacudiam as estruturas seculares das monarquias europeias. Em 1806, quando embarcou com sua família para o seu novo destino, as disputas entre franceses e ingleses já se haviam estabelecido nas terras lusas. As ameaças de invasão à cidade de Lisboa davam sinais concretos das disposições dos exércitos de Napoleão em atingir o seu propósito de sufocar a Inglaterra.

No Pará, a tessitura de suas relações transitava das atividades comerciais ao serviço militar português, e foi dentro desse último que Camilo conseguiu notoriedade, ao ser contemplado com o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, após ter atuado como capitão do Corpo de Artilharia Cívico Nacional durante os difíceis anos da independência do Brasil.

Esse lusitano conviveu de frente com as adversidades que tornaram os portugueses algozes e vítimas do radicalismo que se desenvolvia nessa província nas décadas de 1820 e 1830. Por sua condição de nascimento e posições, Camilo foi por duas vezes expulso da província do Pará e depois a ela retornou, finalmente combatendo e morrendo pelas mãos dos populares durante a cabanagem.

Camilo José de Campos, lisboeta que imigrou para a província do Pará na primeira metade do século XIX, não construiu fortuna material considerável, mas, através de sua permanência, podemos notar um pouco do que era ser português nessa região naqueles tempos.

⁸⁸³ Idem.

4.2.2 Antonio José Machado

Antonio José Machado chegou ao Pará na segunda década do século XIX e sua trajetória de vida nessa província se estendeu até o ano de 1850, quando faleceu em Lisboa. Durante esse período em que permaneceu na província paraense, transitou como oficial do corpo de milícias nas tropas, negociante com armazém, consignatário de navios que fazia navegação de longo curso, além de proprietário de terras.

Na sua permanência, tornou-se cidadão brasileiro, casou-se no Pará com uma filha de família tradicional da província e construiu um significativo patrimônio, que o colocava entre os mais prósperos negociantes da comunidade lusa em meados do século XIX.

Natural da freguesia de São Tiago de Ronfe, termo da Vila de Guimarães, arcebispado de Braga, Antonio José Machado nasceu em 1797. Esse pequeno povoado nortenho se originou em torno de um antigo couto cível do mosteiro beneditino de São Tiago do Ronfe⁸⁸⁴, região predominantemente dominada pela atividade rural e descrita nos meados do século XIX com destacada produção de milho, feijão, batatas e peixe salgado⁸⁸⁵. Apesar do desenvolvimento agrícola da região, um dos problemas que afligia a freguesia de São Tiago do Ronfe era a escassez de água. Esse problema pode ser considerado como uma das razões para as intensas mobilidades que se processaram naquela freguesia.

Os habitantes de Ronfe circulavam entre as vilas de Guimarães, Nova Famalicão, Braga, entre outras redondezas, a fim de fazerem negócios com gêneros agrícolas e adquirirem mercadorias ali produzidas⁸⁸⁶. Assim, as mobilidades em São Tiago não eram estranhas para o morador daquela cidade.

Foi nesse contexto que o filho de Manuel José Machado e Catarina Joana de São José deixou a pequena freguesia de São Tiago do Ronfe, percorrendo trilha para além das fronteiras do distrito de Braga. Seu interesse estava do outro lado do Atlântico, a província do Pará, no Norte do Brasil. Antonio José ainda possuía duas irmãs, chamadas Mariana e Josefa, que, depois de ele migrar, ficaram junto de seus pais.

Antonio chegou à província do Pará durante os turbulentos anos de 1820, quando a efervescência dos debates vintistas ecoava em Portugal e na província nortista⁸⁸⁷. As primeiras

⁸⁸⁴ Cf. SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, Formas e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães/Braga: UNIMINHO/NEPS, 1999, p. 69.

⁸⁸⁵ Idem.

⁸⁸⁶ Idem, p. 77.

⁸⁸⁷ Cf. COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém-PA: Edições CEJUP, 1993.

notícias de sua presença no território paraense nos vêm das distantes terras do Amazonas⁸⁸⁸. Numa petição realizada ao Conselho de Guerra, o primeiro sargento de milícias permanente do Rio Negro, Antonio José Machado, solicitava a sua transferência para a capital da província. A justificativa para tal mudança estava no fato de que havia adquirido “moléstias crônicas”, que o impediam das funções “militares em exercício violento”⁸⁸⁹.

Observando com mais atenção os documentos anexos à referida petição, localizamos outros motivos para que o militar português desejasse vir para Belém. Antonio Machado havia constituído matrícula como negociante da Praça do Pará desde 1821, onde “achava-se administrando a Casa de comércio da viúva de Manoel Fernandes de Vasconcelos”⁸⁹⁰. Após o falecimento do antigo proprietário, ele se encontrava “responsável pelos filhos órfãos do casal”, assim como pela “fiscalização dos seus bens e aumento deles”, e por isso “implora o suplicante a vossa excelência que tomando em consideração o exposto, lhe faça a Graça de o excluir da dita Praça de soldado miliciano”⁸⁹¹.

Para além dos propósitos expostos na missiva pelo português Antonio José Machado, que era conseguir a sua transferência para a capital – ato que foi concedido pelo Conselho de Guerra por portaria de 30 de abril de 1823 – a documentação que se encontrava junto ao processo nos revela algo muito significativo sobre a trajetória desse imigrante português no Pará.

Através desses documentos, ficamos sabendo que, antes de ser nomeado pelo capitão da Terceira Companhia de Milícias do Rio Negro, Francisco Ricardo Zany, para preencher o posto de primeiro sargento daquele corpo militar que se encontrava vago, Antonio José se havia aproximado da família do negociante paraense Manoel Fernandes de Vasconcelos⁸⁹². Acreditamos que a relação construída com essa família paraense constituiu uma significativa motivação na estratégia⁸⁹³ para a construção do seu estabelecimento no Pará, seja pela inserção econômica dos Vasconcelos no Pará, seja pela perspectiva política.

⁸⁸⁸ Em 1820, a região que hoje forma o estado do Amazonas era uma parte da província do Pará, tendo emancipação reconhecida somente em 1850.

⁸⁸⁹ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx. 160, doc. 12182. Consulta do Conselho de Guerra para o rei D. João VI, sobre o requerimento do 1º sargento de Milícias da província do Pará, António José Machado, solicitando a sua promoção no posto de alferes do Corpo de Ligeiros da cidade de Belém do Pará.

⁸⁹⁰ Idem.

⁸⁹¹ Certidão lavrada pelo escrivão Macelino Herculano Perdigão atestando a sua condição de Negociante Matriculado na Praça do Pará e de seu estado de saúde, anexo ao processo. Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.160, doc. 12182.

⁸⁹² Idem.

⁸⁹³ Ver: VIAZZO, Paolo e LYNCH, Katherine A. *Antropologia, História da Família e Conceito de Estratégia*. Revista Estudos Amazônicos, vol. VIII, nº 2 (2012), pp. 23-82.

Manoel Fernandes de Vasconcelos era possuidor de casa comercial em Belém e mantinha negócios com um sócio em Lisboa. Desde as primeiras décadas do século XIX, estabelecia fortes ligações com esse comércio, tanto que em 1807, quando os franceses invadiram a capital do reino, seu correspondente daquela cidade mandava uma carta solicitando: “suspenda vmce. o fazer-lhe remessas de mercadorias, sem que dele receba novo aviso isto pelo motivo da desgraça em que se acha a cidade de Lisboa”⁸⁹⁴.

Através dessa notícia é possível ver que o negociante paraense mantinha sua atividade mercantil já há muito tempo, bem antes de conhecer Antonio José. Não sabemos atestar como se iniciaram as relações entre Manoel Vasconcelos e Antonio Machado. Entretanto, aprofundando a observação sobre a família de Manoel Fernandes, talvez possamos encontrar a resposta para essa aproximação.

Manoel Fernandes era casado com Maria do Socorro Vasconcelos⁸⁹⁵. Desse casamento, tiveram pelo menos quatro filhos, a saber: João Fernandes de Vasconcelos, Julião Fernandes de Vasconcelos, Manoel Fernandes de Vasconcelos e Maria do Carmo Fernandes de Vasconcelos. Como era costume entre as famílias de maiores posses mandar educar seus filhos na Europa⁸⁹⁶, os herdeiros homens dos Fernandes de Vasconcelos foram enviados para Portugal, a fim de construir carreira através da educação. Em 1821, João, o mais velho, estava com 20 anos e estudava na Universidade de Coimbra, enquanto Julião estava com 18 anos e Manoel, com 14 anos, todos estudantes em Portugal. No Pará, ficaram os pais e a jovem Maria do Carmo.

De acordo com as informações prestadas pelo militar na petição, podemos inferir uma possibilidade de ligação do militar português ao negociante paraense. Antonio José, antes mesmo de ter sido destacado para um posto militar no Rio Negro, tinha em Belém atividades vinculadas ao comércio, daí porque possuía registro de negociante da praça de Pará, e devia manter relações comerciais muito estreitas com o mercador Manoel Fernandes. Essas relações se ampliaram após o falecimento do chefe da família Vasconcelos, ocorrido antes de 1821. Outros episódios devem ter contribuído para essa inserção.

⁸⁹⁴ Cf. SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém: EDUFPA, 2012, p. 316.

⁸⁹⁵ Inventário de Maria do Carmo Fernandes de Vasconcelos, APEP, Juízo de Órfãos da Capital, ano 1877.

⁸⁹⁶ A respeito da formação educacional dos quadros da elite brasileira nos oitocentos, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Especialmente o capítulo 3 – Unificação da elite: uma ilha de letrados, pp. 63-92.

Em Lisboa, os irmãos Vasconcelos, como ficaram conhecidos, João, Julião e Manoel Fernandes de Vasconcelos se aproximaram do *incendiário* Felipe Alberto Patroni durante o processo de estabelecimento do governo constitucional lusitano em 1821⁸⁹⁷. Os estudantes ganharam notoriedade por serem responsáveis por trazer de Lisboa uma circular escrita por Patroni, na qual anunciava os ideais de independência na província. O que se procedeu dessa ação foi assinalado por Baena:

Determina ao Ouvidor Vieira de Mello que proceda a Sumário em virtude da denúncia do cidadão José Ribeiro Guimarães, e da subsequente representação da Câmara contra João Fernandes de Vasconcelos, Julião Fernandes de Vasconcelos e Manoel Fernandes de Vasconcelos, chegados de Lisboa na galera São José Diligente, que andavam propagando ideias de alçar sobre as ruínas da Constituição adoptada e jurada por todos os portugueses e pendão da revolta e da independência do Brasil, comunicando papéis e uma proclamação anônima na qual se provoca os habitantes do Pará a seguir o exemplo de Pernambuco na ocasião dos naturais de Portugal, e consequentemente na fatal tentativa de separação daquele Reino, antigo berço e pátria comum de todos os portugueses⁸⁹⁸.

Processados e presos, os irmãos Vasconcelos foram levados para diferentes fortalezas e depois enviados para Portugal, onde se conservaram até maio de 1822, quando foram anistiados⁸⁹⁹.

Enquanto os herdeiros de Manuel Fernandes de Vasconcelos se encontravam impossibilitados de assumir os negócios de seu pai, por razões políticas ou por ainda serem de menor idade, Antonio passou a cuidar dos interesses comerciais da família, assim como se tornou responsável pelos filhos órfãos do casal, que nessa circunstância se encontravam em Portugal.

Entretanto, os tempos não eram favoráveis aos lusitanos no Pará. O ano de 1823, a cidade seria forçada a aderir à independência em agosto, através das manobras de Lord Cochrane e John Pascoe Grenfell⁹⁰⁰. No mês de outubro, durante as comemorações do aniversário de D. Pedro I, Belém seria palco de escaramuças envolvendo portugueses e os defensores da independência. Nos episódios já tratados no capítulo anterior, vimos que vários negociantes e militares portugueses acabaram sendo deportados do Pará em função dos acontecimentos que resultaram desse confronto. O alferes de ligeiros e negociante Antonio José

⁸⁹⁷ Ver: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos. Op. cit.*, p. 20.

⁸⁹⁸ Ver: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 327.

⁸⁹⁹ Ver: RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos. Op. cit.*, p. 20.

⁹⁰⁰ Cf. MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da Mola Real das Sociedades: A crise do Antigo Regime Português na Província do Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2006.

Machado estava entre os lusos expulsos na galera “Maria”, de volta para Lisboa, em 27 de abril de 1824⁹⁰¹.

Antonio, contudo, não deve ter permanecido por muito tempo em Portugal, já que havia deixado família e todos os seus investimentos no Pará. A união de Antonio com Maria do Carmo garantiu a esse português a ampliação de seu capital material através da herança que cabia à sua esposa, como também dos negócios mercantis de seu sogro, além da administração dos negócios da casa comercial de Belém.

Também não sabemos afirmar se em função do casamento com uma cidadã paraense ou por influência dos seus cunhados “Vasconcelos”, árdios defensores da causa da independência, mas o fato é que Antonio José Machado se naturalizou brasileiro adotivo⁹⁰². Essa condição jurídica aberta pela Constituição de 1824 aos portugueses residentes foi utilizada como uma estratégia para a manutenção dos projetos econômicos enraizados nas terras brasileiras acionada por lusitanos no tempo de grande tensão antilusitana⁹⁰³.

A família constituída em Belém demonstra que esse imigrante lusitano mantinha ainda fortes aproximações com indivíduos de sua nacionalidade. Tais relações podem ser notadas por meio do casamento realizado por seus filhos em Belém.

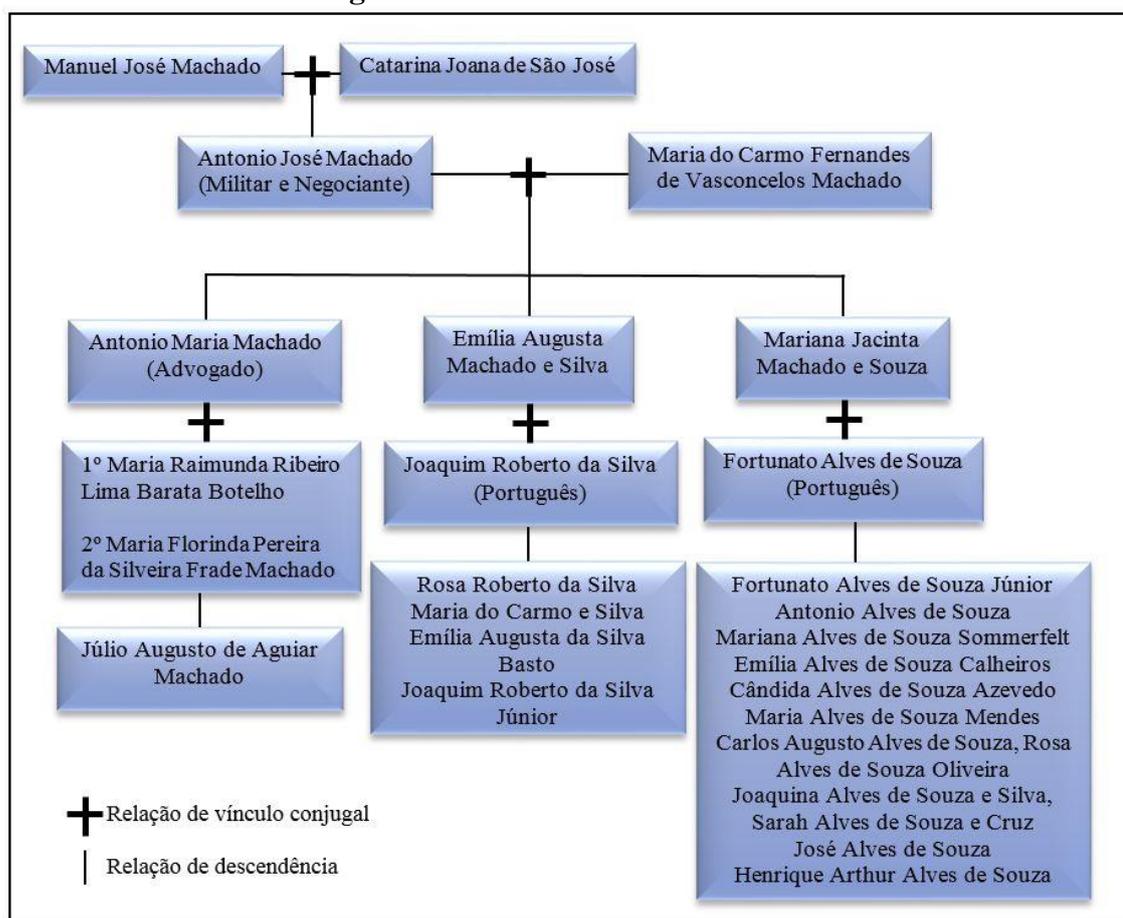
⁹⁰¹ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.162, doc. 12383.

⁹⁰² Correspondências do Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. AHD/ MNE, cx. 524, ano 1846-1856.

⁹⁰³ Cf. ROWLAND, Robert. A Sombra da Corte: Representações do Povo no Brasil Oitocentista. In SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina D. (Orgs.) *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora UNISINOS, 2008, pp. 15-36.

Quadro 9

Genealogia da Família de Antonio José Machado



Fonte: Genealogia elaborada a partir dos Testamentos de Antonio José Machado, Maria do Carmo Fernandes de Vasconcelos, Antonio Maria Machado e Fortunato Alves de Souza – CMA/APEP/ANTT.

Embora a geração dos filhos de Antonio José tenha exercido pouca influência no destino de sua estruturação financeira, já que morreu precocemente quando ainda estava com pouco mais de 50 anos, é interessante demonstrar que as alianças construídas por seus filhos e as preferências de casamento assinalam uma aproximação com os indivíduos do mesmo circuito de relações que o pai deve ter construído.

O primeiro filho do casal, chamado Antonio Maria Machado, nasceu em 1822, e se tornou bacharel em “ciências sociais e jurídicas pela Academia de Olinda”⁹⁰⁴. Por conta de sua formação e dos dois casamentos realizados com importantes famílias da elite tradicional do Pará, acabou ocupando importantes espaços do serviço público do Estado. Casou-se em 1851 com Raimunda Ribeiro Lima Barata Botelho, filha do tenente-coronel Bernardino Dias Botelho

⁹⁰⁴ Inventário de Antonio Maria Machado, APEP, Juízo de Órfãos da Capital, ano 1869.

e de dona Joaquina Maria Barata⁹⁰⁵. Desse matrimônio, teve um filho chamado Júlio Augusto, porém logo ficou viúvo. Anos mais tarde casou-se novamente, dessa vez com a filha do tenente-coronel Benedito Pedro da Silveira Frade, chamada Maria Florinda Pereira da Silveira Frade, relacionamento do qual tivera um filho, que nasceu morto⁹⁰⁶.

A aliança com duas importantes famílias, os “Barata” e depois os “Silveira Frade”, do Marajó, deve ter ampliado sua inserção nos quadros do serviço público do Estado. Antonio foi Juiz Municipal do termo de Macapá, Juiz e Delegado de Polícia dos Termos de Vigia e Cintra, tendo também ocupado o cargo de promotor público da Comarca do Marajó. Nesta última, foi possuidor da fazenda de criação de gado denominada “Santa Bárbara”, porém muito jovem adquiriu algumas “moléstias graves”, de forma que se viu obrigado a vender grande parte de seu patrimônio para custear dívidas e levantar dinheiro para buscar tratamento em Portugal, onde veio a falecer em 1868⁹⁰⁷.

As filhas de Antonio José se casaram com homens de origem portuguesa e do círculo de relação do pai. A primeira filha, chamada Emília Augusta Machado, casou-se em agosto de 1847 com Joaquim Roberto da Silva, um capitão de navio natural de Ilha Terceira⁹⁰⁸, enquanto Mariana Jacinta Machado se casou com Fortunato Alves de Souza, negociante português natural da freguesia de Frazão, pertencente ao concelho de Paços de Ferreira no distrito do Porto. Tanto Joaquim quanto Fortunato mantinham relações muito próximas com Antonio José Machado. O primeiro trabalhava como capitão das embarcações portuguesas “Ligeiro” e depois “Nova Diana” que faziam viagens frequentes entre Belém e Lisboa compartilhando relações de negócios com os consignatários da Praça do Pará. Já Fortunato, junto com seu irmão Antonio Alves de Souza Bentes, mantinha uma pequena casa comercial localizada no Largo das Mercês, não muito distante do armazém de Antonio José Machado, que se estabelecia na rua da Praia⁹⁰⁹.

Nesse ponto, as histórias de vida dos imigrantes lusitanos Antonio José Machado e seu genro Fortunato Alves de Souza se cruzam na província do Pará. Ambos migraram do Norte de Portugal, mas em tempos diferentes. O primeiro chegou ainda na década de 1820, enquanto seu genro migraria em 1839. A aliança matrimonial entre Fortunato e Mariana, ocorrida três anos depois do falecimento de Antonio José, não somente confirma as afinidades entre duas gerações

⁹⁰⁵ Testamento de Antonio Maria Machado, anexo ao Inventário de Antonio Maria Machado, APEP, Juízo de Órfãos da Capital, ano 1869.

⁹⁰⁶ Idem.

⁹⁰⁷ Juízo de Órfãos da Capital, Autos de Inventário de Antonio Maria Machado, 1869, APEP.

⁹⁰⁸ Registros de Casamento da Freguesia de Santa Ana (1824-1850), Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém – ACMB, Base de Dados organizada por Cristina Donza Cancela e Daniel de Souza Barroso.

⁹⁰⁹ Atual Boulevard Castilhos França.

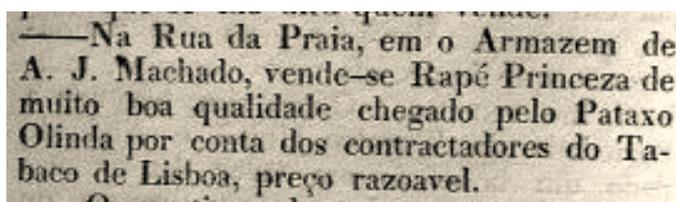
de imigrantes lusitanos, mas também nos permite acompanhar a aquisição de bens e as transformações dos signos de riquezas na terra de acolhimento⁹¹⁰.

Na próxima seção, exploraremos com maior detalhamento essa relação entre os imigrantes Antonio José Machado e Fortunato Alves de Souza.

Negócios

Depois que se transferiu para Belém em 1823 e se casou com Maria do Carmo, Antonio José Machado passou a dedicar a sua atenção aos negócios mercantis, não havendo indicativo de que tenha ligações com a vida militar⁹¹¹. Na capital paraense, manteve na rua da Praia um armazém, onde praticava negócios tanto no varejo como a grosso, além de exercer a função de consignatário de navios portugueses na cidade.

Figura 28



Anúncio do Jornal Treze de Maio de 1/7/1840, BGLP.

Embora realizasse vendas de mercadorias em pequenas quantidades no seu armazém, os negócios mais lucrativos de Antonio Machado estavam no comércio de importação e exportação de mercadorias entre os portos do Pará e Lisboa. Em 1837, dois anos depois dos ataques cabanos e um ano após o bloqueio dos portos do Pará por ordem do governo regencial⁹¹², Antonio aparece entre os consignatários de navios que retomavam o curso dos negócios mercantis portugueses naquele ano. Em Belém, representava os interesses de firmas e negociantes portugueses, como Novaes & Irmãos, de Lisboa, proprietários do navio “Dois

⁹¹⁰ Ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeeiro, análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX)*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p. 625-644, jul/dez 2011.

⁹¹¹ Ao escrever o seu testamento, Antonio não faz qualquer referência à sua trajetória como militar, destacando somente as suas relações comerciais, patrimoniais e familiares.

⁹¹² Carta enviada pelo Encarregado dos Negócios de Sua Majestade Imperial do Brasil Sérgio Teixeira de Macedo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Loulé, comunicando sobre as medidas adotadas pelo governo brasileiro a fim de bloquear o abastecimento da cidade de Belém em função da ocupação dos “revoltosos” que tomaram a capital. Documentos avulsos do Arquivo Histórico da Marinha de Portugal.

Irmãos”, com quem manteve relações comerciais até 1841⁹¹³. Depois dessa época, também passou a negociar com os proprietários dos navios “Paquete Feliz”, de Lisboa, Domingos Rodrigues e o brigue português “Nova Diana”, de Manoel José Junqueira. É interessante notar que o capitão dessa última embarcação era Joaquim Roberto da Silva, o futuro genro de Antonio José Machado.

Observando o seu testamento escrito em 1849, notamos que as relações comerciais de Antonio Machado, até os últimos tempos de sua vida, haviam alcançado outros territórios e ramos. Consta que possuía um armazém no Rio de Janeiro, o qual se encontrava sob a administração do negociante maranhense Antonio Ribeiro de Moura.⁹¹⁴ Essa elástica conexão entre as províncias nortistas do Pará e Maranhão com a capital do império demonstra como eram dinâmicas suas relações financeiras. Não menos admiráveis eram os produtos negociados na cidade do Rio de Janeiro por seu representante comercial. Antonio José declarava: “existem cousa de 100 (*cem*) dúzias de anéis com aro d’ouro, (itálico nosso) para venda, pelos quais, me pertence a metade e outra metade aos Snrs. G.M. Billfolds & C^a de Hamburgo”⁹¹⁵.

Adentrando ainda mais na narrativa do seu testamento, é possível notar algumas nuances dessa intrincada rede de negócios que juntava Pará, Maranhão, Rio de Janeiro e Hamburgo. Antonio Machado declarava logo em seguida: “em poder daqueles senhores Billfolds & C^a, tenho liquidadas e que me pertence cousa de onze mil marcos de Banco em moeda hamburguesa e mais cousa de um conto de réis, moeda deste país, bem como dois mil quinhentos e tantos *pares de sapatos de seringa* (itálico nosso), e quatro e meio botijões de óleo de copaíba, para venderem do que darão conta venda e me devem embolsar”⁹¹⁶.

Com base nessas duas declarações é possível observar que, mesmo das distantes terras do norte do Brasil, Antonio José mantinha com os negociantes de Hamburgo G.M. Billfolds & C^a sociedade em casa de comércio na capital do império. Embora a documentação não possibilite avançar nas tramas das relações comerciais desse imigrante com o negociante estrangeiro no Rio de Janeiro, essas notas nos permitem perceber que, em meados do século XIX, os negócios de imigrantes portugueses não se restringiam a Lisboa ou Porto, nem muito

⁹¹³ Mapa das Embarcações entradas neste porto do Pará procedentes dos portos de Portugal no ano financeiro findo em 30 de junho de 1837. ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, ano 1837. Cx. 306, m614.

⁹¹⁴ Pouco ficamos sabendo sobre este negociante. Natural do Maranhão, atuava no Rio de Janeiro como representante comercial, onde aparecia em meados dos oitocentos como agente do interior do Brasil pela província do Maranhão como divulgador do remédio “Bristol Salsaparrilha”, indicado para curar moléstias estomacais e outros problemas, muito requisitado por farmacêuticos da época.

⁹¹⁵ Testamento de Antonio José Machado, ano 1849, CMA.

⁹¹⁶ Idem.

menos com indivíduos da mesma nacionalidade. As estratégias de relações econômicas poderiam ampliar-se por espaços bem distantes dos rios da Amazônia ou a Ribeira do Tejo. Vejamos como os produtos vendidos⁹¹⁷ por Antonio José nos aproximam dos lugares com que mantinha suas relações comerciais.

No primeiro caso, não sabemos a origem das 100 dúzias de anéis com aros de ouro, que davam conta de uma valiosa mercadoria que poderia ser parte do capital de seus com os sócios hamburgueses. Talvez viessem da região dos arredores da cidade do Porto, da tradicional cidade de Gondomar, onde havia uma forte indústria artesanal do ouro.⁹¹⁸ Não há como saber, porém é certo que Antonio José Machado, mesmo no Pará, não deixava de se corresponder com comerciantes portuenses, pois declarava em seu testamento que possuía em poder do negociante Antonio José Plácido Braga⁹¹⁹ duzentos e dez mil réis em metal sonante.⁹²⁰

Então, se as joias constituíam uma importante riqueza do patrimônio do negociante português e somente conseguimos inferir sua procedência, os dois outros produtos registrados entre as mercadorias do armazém da sociedade com os negociantes hamburgueses não eram estranhos. Antonio Machado declarava que possuía dois mil quinhentos e tantos pares de *sapatos de seringa*, além de quatro e meio botijões de *óleo de copaíba*. Tais gêneros, bem conhecidos das pautas de exportações paraenses no século XIX⁹²¹, dão-nos conta da diversidade de produtos em que Antonio José investia. O comércio de óleos vegetais já vinha sendo explorado desde o século XVIII, pelas populações nativas e por escravos fugidos nos sertões paraenses, abastecendo o chamado comércio de regatão, que se fazia nos rios da província⁹²². Contudo, o comércio de borracha, mesmo em forma de sapatos de seringa, aponta para a venda

⁹¹⁷ Cf. REDE, Marcelo. *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de Cultura Material*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V. 4, p. 265-82, jan./dez. 1996.

⁹¹⁸ Ver: BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição, comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EDUSP, 2006, principalmente o capítulo 3: O uso da cidade: alguns estudos, no item: joias, brilhos e fantasias: vitrines reluzentes. pp. 128-152.

⁹¹⁹ Antonio José Plácido Braga era um negociante estabelecido na cidade do Porto na Rua da Almada nº 28, onde trabalhava com curtumes e mais objetos de couro.⁹¹⁹ A sua notoriedade vinha menos de seus negócios do que do inusitado episódio que passou para as tramas da literatura romântica oitocentista portuguesa: uma das filhas de Plácido Braga, chamada Ana Augusta Plácido, tornou-se em 1848, depois de um baile na Assembleia portuense, objeto de desejo e paixão do escritor Camilo Castelo Branco, que dizia ser Ana a sua "*mulher fatal*".⁹¹⁹ Ana, entretanto, casou-se com o "brasileiro" de torna viagem Manuel Pinheiro Alves, porém esse "quase-romance", que passou às obras de Camilo e de seus estudiosos, revelou a trajetória de Plácido de Braga, pai da mulher que despertou a paixão do romancista. Em nosso caso, o negociante portuense surgiu em meio a uma pequena dívida que contraíra com um comerciante português estabelecido no Pará.

⁹²⁰ Testamento de Antonio José Machado, ano 1849, CMA.

⁹²¹ Cf. WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1993. Ainda sobre esse assunto, ver: SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

⁹²² Ver: GOMES, Flávio Santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de negros fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP/Ed. Polis, 2005.

de um produto que começava a despertar o interesse de investidores do mundo nos meados dos oitocentos. Do Pará saíam, principalmente para os portos norte-americanos, milhares de peças de sapatos de seringa⁹²³. Porém, é significativo que Antonio José e seus sócios tentassem atender ao mercado na capital do país.

Jóias, óleos vegetais, produtos de borracha. Antonio José Machado, mesmo estabelecido na cidade de Belém, não se mostrava desconectado dos centros econômicos que pudessem gerar ganhos financeiros. Não a propósito, esse negociante figurava em 1849 entre os “súbditos portugueses e brasileiros adoptivos estabelecidos na província do Pará que estão no caso de possuírem mais de 50 contos de réis de capital”⁹²⁴.

O rol dos investimentos de Antonio José ainda incluía a aquisição de uma propriedade de terras com engenho nos arredores de Belém, embora não tenha usufruído dos benefícios que a fazenda Cafezal possivelmente tenha gerado, pois, logo depois de comprá-la, veio a falecer em 1850. Porém, através de tal propriedade, esse imigrante português alcançava um “*ideal aristocratizante*” que a condição de dono de terras e escravos lhes conferia⁹²⁵. Por outro lado, Antonio Machado e seus familiares ficavam cada vez mais enraizados na província do Pará.

Em 1849, quando escreveu seu testamento, Antonio José Machado deixava anotado que pretendia retirar-se para Portugal, a fim de cuidar do seu estado de saúde, por isso resolvia redigir o documento de sua última vontade⁹²⁶. Aos 53 anos, as moléstias que o afligiam desde a época em que atuava como militar devem ter-se agravado. Ainda em 1849, Antonio retornou para a cidade do Porto, onde veio a falecer e ser sepultado. Porém, seu patrimônio ficaria em poder de sua mulher, seus filhos e genros residentes no Pará.

4.3. De Caixeiro a dignitário: Fortunato Alves de Souza

Fortunato Alves de Souza, como vimos, tornou-se genro do português Antonio José Machado após contrair casamento com a filha mais nova deste, chamada Mariana Jacinta

⁹²³ Nos manifestos das embarcações que deixavam o porto de Belém para os Estados Unidos, era frequente a compra de sapatos de seringa. Em 1845, por exemplo, o brigue americano Lowell transportava para New York 28.942 pares de sapatos de seringa em sua carga. *Jornal Treze de Maio*, 28/11/1845.

⁹²⁴ Correspondências do Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. AHD/ MNE, cx. 524, ano 1846-1856.

⁹²⁵ Cf. FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª. edição, 2001.

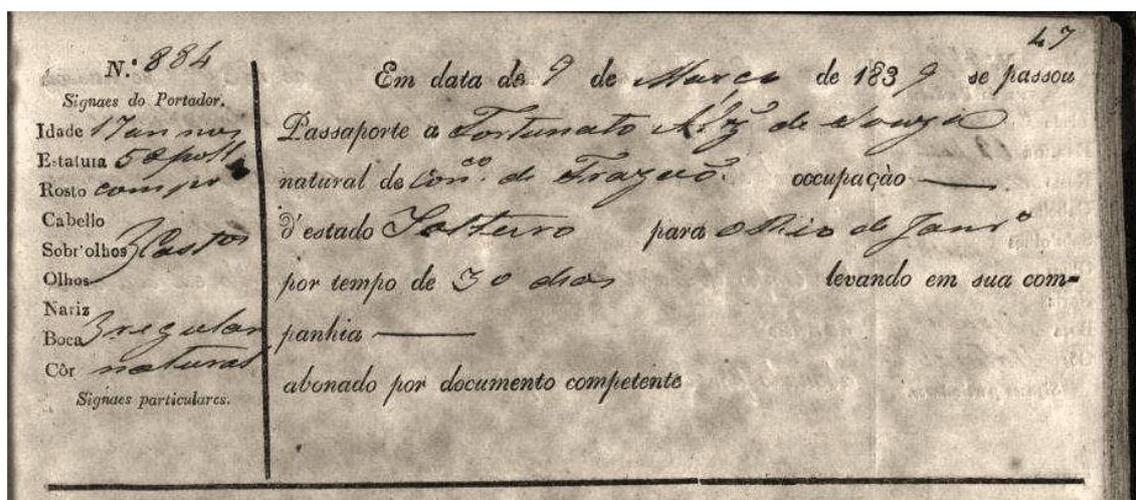
⁹²⁶ Testamento de Antonio José Machado, ano 1849, CMA.

Machado. Porém, a trajetória desse imigrante português e sua relação com a província do Pará começam um pouco antes de construir laços familiares com a família Machado.

O jovem Fortunato fazia parte de uma família que conhecia bem as rotas da província paraense. Antes de sair de sua pequena vila de Frazão, pertencente ao concelho de Paços de Ferreira no distrito do Porto, já se encontravam dois de seus irmãos na cidade de Belém. Um deles chamava-se Jacinto Alves de Souza e outro, Antonio Alves de Souza Bentes. Foram as redes familiares⁹²⁷ articuladas por seus irmãos no Pará que serviram de incentivo para que Fortunato resolvesse seguir para o Brasil.

Filho de António Alves do Bento e de Dona Joaquina de Souza,⁹²⁸ ainda residia na vila de Frazão quando resolveu embarcar para o Pará. A trajetória que seguiu, no entanto, não foi a mais fácil. Com 17 anos, viajou para a cidade do Porto, de onde embarcou no patacho “Primavera” no dia 9 de março de 1839, com destino à cidade do Rio de Janeiro.⁹²⁹

Figura 29



Registro de Passaportes de Fortunato Alves de Souza – ADP, 1839, Livro 5.

Fortunato chegou no dia 27 de abril de 1839 ao porto do Rio de Janeiro. Em seu desembarque nessa cidade, declarou que partira da cidade do Porto com 19 anos de idade, ainda

⁹²⁷ Ver: TRUZZI, Oswaldo M. S. *Patrícios, sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Ainda do mesmo autor, ver: *Redes em processos migratórios*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, V. 20, n 1. 2008, pp. 199-218.

⁹²⁸ Registro de óbito de Fortunato Alves de Souza, ano de 1902. Arquivo da Torre do Tombo, *Registos Paroquiais, Lisboa, freguesia de S. José, óbitos, ano de 1902*, fl. 36 (filme 2602).

⁹²⁹ Registro de Passaporte de Fortunato Alves de Souza com destino à cidade do Rio de Janeiro, ano 1839 – Livro de Registros de nacionais para fora do Reino, Livro nº 5. Arquivo Distrital do Porto.

solteiro. Ainda informava à Intendência Geral de Polícia da Corte⁹³⁰ que vinha com o propósito de trabalhar como caixeiro numa casa de comércio na Rua de São Pedro, nº 101, térreo.⁹³¹

O porto do Rio de Janeiro se destacava na primeira metade do século XIX como porta de entrada para um conjunto de imigrantes lusos que migravam para o Brasil. Com maior fluxo de embarcações destinadas ao porto da capital do Império Brasileiro, havia quem escolhesse um itinerário de viagem mais longa⁹³² e, depois de ali desembarcar, reemigrava para as províncias a que se destinava. Esse processo de deslocamento não era desconhecido em Portugal. Lisboa era considerada um lugar de passagem para os indivíduos que desejavam migrar para a América portuguesa. Nessa cidade ocorria a chamada “emigração em dois tempos”⁹³³, ou seja, entre o deslocamento do local de sua origem e a conclusão dos preparativos da viagem, havia um período de permanência do imigrante em Lisboa. Esse fluxo constante se apresenta como um “obstáculo à avaliação da importância migratória na capital do Reino”⁹³⁴ nos meados dos oitocentos.

A respeito de sua viagem do Porto ao Rio de Janeiro, cabe uma breve observação nos registros de sua documentação feita nos dois portos. Entre sua partida no mês de março e o seu desembarque no Rio de Janeiro no mês de abril, o imigrante portuense “envelheceu” praticamente dois anos. Não é possível saber se essa divergência de informações se deve a um erro do notário ou se tenha sido propositalmente modificada. Acreditamos na segunda possibilidade, pois modificar a data de nascimento poderia ser uma forma de fugir ao serviço militar obrigatório.⁹³⁵

Na cidade do Rio de Janeiro deve ter ficado por algum tempo e depois retornado ao Porto. Um ano depois, Fortunato acusava ter entrado novamente pelo porto da capital brasileira no dia 18 de agosto de 1840.⁹³⁶ Porém, nessa viagem permaneceu apenas 4 dias na cidade do

⁹³⁰ Ver: MARTINS, Ismênia de Lima. *Movimentação de Portugueses no Brasil: 1808-1842*, a Base Lusa do Arquivo Nacional. Porto: publicações CEPESE, 2009. Disponível em: <<http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/nas-duas-margens.-os-portugueses-no-brasil/amovimentacao-de-portugueses-no-brasil-1808-a-1842-abase-lusa-do-arquivo-nacional>>.

⁹³¹ Registro de Passaporte de Fortunato Alves de Souza entrando pelo porto do Rio de Janeiro, 27 de abril de 1839. *Movimentação de Portugueses no Brasil (1808-1842)*, Base de dados do Arquivo Nacional/ FAPERJ.

⁹³² Cf. ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Refluxos Culturais da emigração portuguesa para o Brasil*. *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986 1º, 139-156.

⁹³³ Ver: COSME, João dos Santos R. *Quadros da Emigração Portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900*. *Naveg@merica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas*. 2015, n. 15.

⁹³⁴ Cf. RODRIGUES, Teresa. *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995, p. 138.

⁹³⁵ Cf. ALVES, Jorge Fernandes. *“Brasileiros” emigração e retorno no Porto Oitocentista*: Porto: Faculdade de Letras da UP, 1993.

⁹³⁶ Registro de Passaporte de Fortunato Alves de Souza entrando pelo porto do Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1840. *Movimentação de Portugueses no Brasil (1808-1842)*, Base de dados do Arquivo Nacional/ FAPERJ.

Rio de Janeiro, pois no dia 22 de agosto daquele ano embarcava no paquete Paraense, com destino ao Pará.⁹³⁷

As dificuldades de adaptação ao trabalho na cidade carioca não foram empecilho para que o jovem Fortunato deixasse mais uma vez sua cidade em busca de oportunidades nas distantes terras do Norte do Brasil. O que tornava menos penosa sua decisão era o fato de que naquela cidade já se encontravam residindo seus irmãos Jacinto Alves de Sousa e Antonio Alves de Souza Bentes. É muito provável que as notícias enviadas por esses seus familiares tenham influenciado na sua decisão de embarcar para o Pará.

Os irmãos Jacinto e Antonio Alves se estabeleceram na cidade de Belém como pequenos comerciantes. O primeiro era possuidor de uma pequena loja de venda de produtos agrícolas situada no Largo das Mercês, em Belém. Em 1841, por exemplo, anunciava que “tinha para vender em sua loja sementes de várias hortaliças chegadas ultimamente do Porto, assim como aceitava assinatura para o Museu Pitoresco, jornal de instrução e recreio”.⁹³⁸ Essa loja, possivelmente, fazia parte da sociedade que possuía com seu irmão Antonio Alves Bentes, que funcionava na praça do Pará sob o registro de Souza & Bentes.⁹³⁹ Entretanto, devido à necessidade de retornar a Portugal, Jacinto e Antonio encerraram a firma em 1846, ficando com Antonio “o estabelecimento e obrigado à liquidação das dívidas tanto ativas como passivas”⁹⁴⁰ que houvesse dessa sociedade.

Antonio Alves Bentes, além das atividades comerciais que exercia, havia-se naturalizado brasileiro adotivo⁹⁴¹ e, em função desse novo estatuto jurídico que escolheu, chegou a fazer parte do corpo de milícias da província do Pará como tenente e depois capitão.⁹⁴² Porém, suas atividades mais rentáveis vinham dos negócios que fazia na cidade de Belém por meio de sua firma Alves Bentes & Irmão, que será constituída com Fortunato Alves de Souza. Assim, ao que consta, continuou a se dedicar ao comércio de produtos voltados para as atividades agrícolas, como se pode ver no anúncio que publicava no Jornal A Gazeta Oficial.

⁹³⁷ Base de dados contendo os registros de passaportes de portugueses que entraram pelos portos do Rio de Janeiro entre 1808-1842 – FAPERJ.

⁹³⁸ Jornal Treze de Maio, 14 de abril de 1841, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

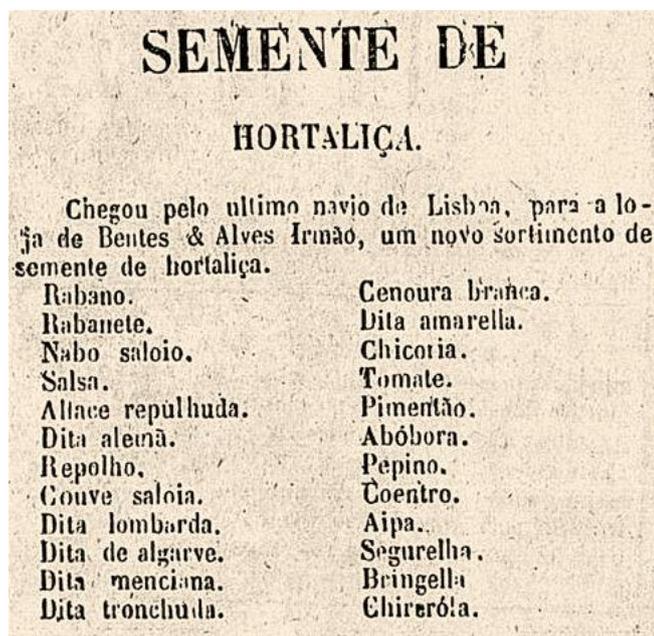
⁹³⁹ Jornal Treze de Maio, 17 de março de 1846. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

⁹⁴⁰ Idem.

⁹⁴¹ Testamento de Antonio Alves de Souza Bentes, ano 1862. APEP.

⁹⁴² Autos de Inventário do capitão Antonio Alves de Souza Bentes, ano 1862. APEP.

Figura 30



Jornal A Gazeta Oficial, 14/11/1859.⁹⁴³

A respeito dessa atividade a que os irmãos Alves de Souza se dedicavam, é interessante pontuar dois aspectos. Em primeiro lugar, o espaço que um comércio de sementes de hortaliças possa ter numa cidade que se voltava à exploração para os sertões em busca da riqueza do látex nos meados do século XIX, já que é muito singular que esses negociantes acreditassem que tais produtos pudessem atender a um pequeno agricultor ou que servisse para as plantações das rocinhas⁹⁴⁴, como eram conhecidas as chácaras existentes nos arredores de Belém.

Em segundo lugar, é relevante considerar que, por essa época, Fortunato haveria de se aproximar da família do português Antonio José Machado, além de que também vai envolver-se com negócios agrícolas através da fazenda Cafezal. Talvez o comércio de produtos agrícolas tenha facilitado a aproximação entre esses dois imigrantes lusitanos. Não sabemos, porém é relevante destacar que, ao final da década de 1840, a pequena loja de venda no Largo das Mercês ficaria cada vez menos importante no patrimônio de Fortunato Alves de Souza.

⁹⁴³ Jornal A Gazeta Oficial. 14/11/1859. Jornal Treze de Maio, 18/01/1847. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

⁹⁴⁴ Cf. SOARES, Karol Gilet. *As Formas de Morar na Belém da Belle Époque*. Belém: Universidade Federal do Pará (Dissertação de Mestrado), 2008, p. 30.

Arranjos e estratégias na vida

Logo após a sua chegada ao Pará, os primeiros anos foram de pouco destaque na vida do jovem Fortunato. Algumas pequenas notícias de jornais da época nos dão conta dos seus esforços em se inserir nos negócios comerciais de Belém. Em 1845, Fortunato anunciava que tinha para vender “um bom cavalo de carros”.⁹⁴⁵ Essa informação reforça a ideia de que os Alves de Souza pudessem manter alguma atividade agrícola nos arredores de Belém. Mesmo que não seja essa a possibilidade, a venda do animal mostra que o imigrante portuense ainda dispunha de poucos recursos naquela época.

Embora seus irmãos estivessem morando na capital paraense, é interessante que o jovem Fortunato tenha aberto antes de 1847 uma loja de fazendas na Rua dos Mercadores com o negociante portuense Antonio Cardoso da Cunha Coimbra, registrada como a firma Antonio Cardoso da Cunha & C^a⁹⁴⁶. Naquele ano, Fortunato e Antonio Coimbra desfaziam sua sociedade, ficando com o segundo toda a responsabilidade pela firma.

No ano seguinte, Fortunato aparece formando sociedade junto com seu irmão Antonio Alves de Souza Bentes no estabelecimento de uma firma comercial chamada Bentes & Alves Irmão, que fora instalada na Rua dos Mercadores, canto com o largo das Mercês, n^o 110⁹⁴⁷. Foi através dos negócios executados nessa firma comercial que Fortunato construiu grande parte de seu patrimônio material, assim como se aproximou de outros homens de negócios, como o seu futuro sogro Antonio José Machado.

A casa comercial de Antonio Alves Bentes e Fortunato Alves, embora explorasse a venda de produtos agrícolas, não se restringia somente a esse tipo de negócios. Em 1848, em sua loja no canto da Rua dos Mercadores, encontravam-se à venda bilhetes da loteria em benefício da “Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, da cidade do Maranhão”.⁹⁴⁸ Em 1854, em seu estabelecimento se encontravam produtos mais refinados para venda, quando anunciava que tinha para vender em seu sortimento “brincos, argolas, cordões e contas de ouro; lenços finos de cambraia de linho, seda e cassa; papel florete e de peso; agulhas finas, cordões e colchetes, escovas de cabelos e dentes; pentes de marfim para limpar caspas e de alisar, cartas de jogar, afiadores de navalha e diversos livros”.⁹⁴⁹

⁹⁴⁵ Jornal Treze de Maio, 22/10/1845. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

⁹⁴⁶ Jornal Treze de Maio, 18/01/1847. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

⁹⁴⁷ Jornal o Doutrinário, n^o 22 de 10 de maio de 1848.

⁹⁴⁸ Jornal Treze de Maio, 24 de Maio de 1848.

⁹⁴⁹ Jornal Treze de Maio, 18/09/1854. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Seus negócios na Rua dos Mercadores, ao que tudo indica, aproximaram-no de um próspero grupo de portugueses que também ali se dedicava ao comércio. Através dos seus negócios, Fortunato conseguiu ampliar os níveis de relações entre os membros de suas atividades, passando a ganhar visibilidade e, por conseguinte, inserção na sociedade.

Enquanto seus negócios do comércio prosperavam, Fortunato deve ter conhecido um comerciante de origem portuguesa como ele, chamado Antonio José Machado. Esse português, que por essa época se dedicava ao comércio, fora um destacado negociante que fez parte de patrióticos portugueses componentes da Guarda Voluntária Cívico-Nacional⁹⁵⁰.

Antonio José Machado, como vimos, foi importante negociante de grosso trato, possuidor de armazéns na cidade de Belém, tendo estabelecido negócios que extrapolavam as fronteiras na província e, no ano de 1846, adquirido uma propriedade chamada Fazenda Sant' Anna do Cafezal.⁹⁵¹ Além da envergadura de seus negócios, Antonio José havia-se casado com a brasileira Maria do Carmo de Vasconcelos Machado e desse casamento tendo tido três filhos – Mariana Jacinta Machado, Emília Augusta Machado e Antonio Maria Machado⁹⁵².

Ainda que nos faltem informações suficientes, é possível crer que foi através de seu casamento com a filha do negociante português Antonio José Machado, a jovem Mariana Jacinta Machado, que Fortunato ampliou seu patrimônio. Sem um registro preciso da data de seu matrimônio, é provável que tenha ocorrido em 1853, pois um ano depois nasceria o primeiro filho do casal. O enlace matrimonial de Fortunato não diferia muito da tendência comum aos noivos portugueses, que tendiam a se casar com brasileiras.⁹⁵³ No caso de Fortunato e Mariana, ocorria uma endogamia oculta⁹⁵⁴, pois tanto Fortunato quanto o pai de Mariana eram portugueses de nascimento.⁹⁵⁵

⁹⁵⁰ Ver: COELHO, Geraldo M. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*, Belém: Edições CEJUP, 1993. Especialmente o documento nº 11 em anexo, p. 370.

⁹⁵¹ Testamento de Antonio José Machado, ano 1850, CMA.

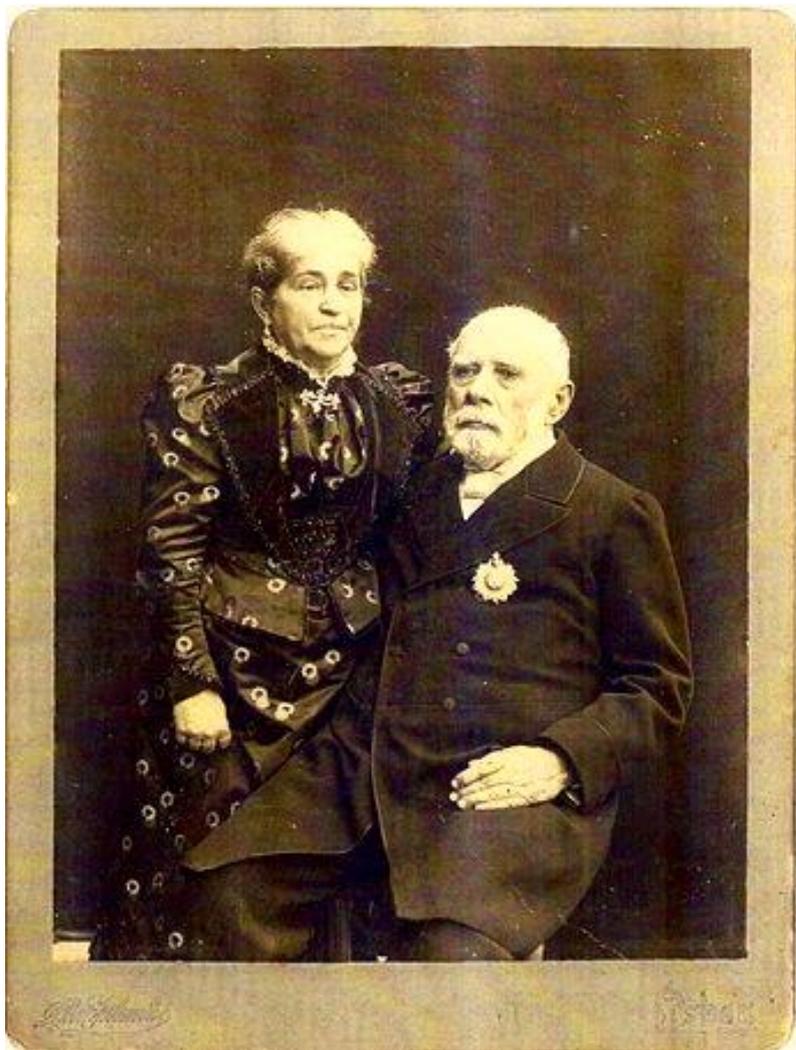
⁹⁵² Inventário de Maria do Carmo Fernandes de Vasconcelos, APEP, Juízo de Órfãos da Capital, ano 1877.

⁹⁵³ CANCELA, Cristina D. *Casamento e Família em uma Capital Amazônica*, Belém (1870-1920), Belém: Editora Açai, 2011. Especialmente a parte que trata do Casamento e Riqueza entre as Elites, p. 287.

⁹⁵⁴ TRUZZI, Oswaldo Serra. *Pautas matrimoniais na economia cafeeira paulista: São Carlos, 1860-1930*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010. Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu/MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010. 21 p.

⁹⁵⁵ BARROSO, Daniel Souza. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. UFPA/IFCH/PPGHIS, 2012.

Figura 31



Fortunato Alves de Souza e sua esposa Mariana Jacinta Machado e Souza, final do século XIX, em Lisboa. Foto pertencente ao acervo familiar, concedida por Pedro Morais⁹⁵⁶.

Através das núpcias que contraiu com Mariana Jacinta Machado, que agora acrescentava “e Souza” ao seu nome, Fortunato passou a ser administrador direito dos bens desta, especialmente porque seu sogro já havia falecido. Entre imóveis existentes na cidade de

⁹⁵⁶ Pedro Teixeira de Morais é um português residente no norte de Portugal, com quem tive oportunidade de me corresponder em 2013. Encontra-se casado com uma neta em 4º grau do comendador Fortunato Alves de Souza, chamada Ana Margarida Espregueira Cruz Muller Guerra. Segundo o informante, sua esposa é filha de Maria Espregueira de Souza Cruz, filha de Jorge Alves de Souza Cruz, que por conseguinte era filho de Sarah Judite Alves de Souza, que foi casada com Jorge Mário da Silva Cruz. Esta última era filha de Fortunato Alves de Souza. Poucos registros documentais chegaram ao poder de sua família, exceto duas fotografias. Uma de Fortunato e sua esposa Mariana Jacinta, e outra que mostra a frente da capela da Fazenda Cafezal.

Belém, armazéns e firma comercial, constava a propriedade rural chamada Fazenda Cafezal, que era descrita como tendo a seguinte forma:

Uma Fazenda denominada SANTA ANNA DO CAFEZAL Com casas de vivenda, oratórios com imagens, Engenho de ferro movido a vapor, alambique, caldeiras e turbina, canoas, vasilhame, materiais existentes para conserto do estabelecimento e todos mais pertences e utensílios tanto de lavoura e fabrico de açúcar e aguardente, como de todo o estabelecimento, canaviais e mais plantações, como todas as terras firmes e várzeas pertencentes a referida fazenda e que foram de sua mãe e sogra dona MARIA DO CARMO FERNANDES DE VASCONCELOS MACHADO⁹⁵⁷.

Além dos pertences acima descritos, a fazenda ainda possuía 22 cabeças de gado vacum; 35 de lanígero; 44 cabras e 48 escravos que foram avaliados em 1863 no valor 33 contos de réis, o que fazia de Fortunato, além de comerciante, senhor de terras e escravos, uma importante distinção no seio da sociedade oitocentista.⁹⁵⁸

Com o falecimento do esposo, a viúva Dona Maria do Carmo Fernandes de Vasconcelos Machado divide sua propriedade em vida entre seus três filhos, o bacharel Antonio Maria Machado, dona Mariana Jacinta Machado e Souza e dona Maria Emília Augusta Machado e Silva, esta última casada com o também negociante Joaquim Roberto da Silva.

Para gerenciar os negócios agrícolas das heranças de suas respectivas esposas, Fortunato e Joaquim constituem a firma Souza & Silva, que compra a parte do cunhado Antonio Maria Machado. A firma teve vida curta, logo sendo desfeita e tendo Fortunato adquirido a parte de seus cunhados Joaquim e Maria Emília. Assim, é provável que a Fazenda Cafezal se tenha tornado um grande empreendimento, pois os sucessos de suas ações refletiam seu grau de inserção, seja no nível da sociedade local, através da participação em vários grupos e associações da elite portuguesa, seja mesmo no seu envolvimento no cenário do Império brasileiro.

A busca por essas distinções é essencial na escalada do poder das elites, num tempo em que, mais do que ter, é muito representativo se revestir de um capital simbólico⁹⁵⁹ distintivo das posições sociais. Na sociedade paraense oitocentista, para efeito de riqueza, embora em franca mudança de significado para a segunda metade do século, ainda se mostravam

⁹⁵⁷ Escrituração da Fazenda Cafezal, 1ª página do Livro de Registro de Propriedade/Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização do Pará de 12 de Maio de 1893. ITERPA. Talonário 07.

⁹⁵⁸ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª. edição, 2001.

⁹⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Col. Memória e Sociedade. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

significativas as posses de terras e escravos como elementos que exteriorizavam distinção social.

De modo muito particular, esse grupo de imigrantes portugueses estabelece formas diferenciadas de expressão de suas conquistas, pois estas residem na afirmação de um segmento social que valoriza a associação entre os seus naturais e a filantropia como demonstração de ascensão e prosperidade. A esse respeito, é interessante lembrar os “brasileiros de torna viagem”, que vieram a ser um tipo característico das migrações oitocentistas que modificaram a fisionomia das cidades nortistas de Portugal⁹⁶⁰, conforme veremos adiante nas formas de inserção social que Fortunato ameahou na sociedade paraense no século XIX.

Filantropia, Associativismo e Riqueza

Perseguindo o fio condutor do estudo de uma trajetória de vida, o nome, foi possível notar em várias circunstâncias a participação de Fortunato em algumas organizações que reuniam membros de origem portuguesa, assim como outros tantos de que indivíduos de nacionalidades distintas participam. Mesmo considerando essas disparidades limitadas, tendo a entender que se trata de segmentos sociais que de alguma forma compartilharam afinidades que os aproximavam.

Seguindo os rastros deixados pelo nome Fortunato Alves de Souza, algumas publicações acabaram por citar a participação do indivíduo investigado, entre as quais destaco a *História da Associação Comercial do Pará*, obra do paraense Ernesto Cruz⁹⁶¹, em que o autor, no capítulo que trata do processo de reorganização da praça do comércio do Pará, assinala que, entre os comerciantes que se reuniam naquele dia 14 de fevereiro de 1864 para reorganizar a Associação de investidores do Comércio do Pará, estava Fortunato Alves de Souza.

Essa publicação tem uma relevante consideração, pois Ernesto Cruz, para constituir essa parte do texto, transcreve na íntegra as atas das reuniões dos participantes no processo de reorganização da Associação. No documento vem registrado não somente o nome do grupo a que estava ligado o negociante Fortunato Alves, como também foi possível “ouvir” uma das poucas falas desse personagem. Durante a formação da diretoria da associação, Fortunato tinha seu nome indicado para concorrer à presidência do órgão, ocasião em que foi eleito com votação

⁹⁶⁰ Cf. MONTEIRO, Miguel. *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930), uma perspectiva histórica e patrimonial*. Fafe, 1991. Sobre os Brasileiros de Torna Viagem, é interessante consultar: CESAR, Guilhermino. *O “Brasileiro” na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem tipo*. Lisboa: Parreria A. M. Pereira, Lda, 1969.

⁹⁶¹ CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª ed. Belém: Ed. Universitária do Pará, 1996.

expressiva o comerciante Manoel Antonio Pimenta Bueno, com quatorze votos, recebendo Fortunato apenas um voto. Diante de tal resultado, seu nome é indicado para tesoureiro; desta feita, embora tenha tido uma boa votação, empatara em seis votos com Ambrósio Campbell, ao que o negociante Fortunato, segundo consta na ata, registra:

O Sr. Fortunato Alves de Sousa, pedindo a palavra observou que os seus muitos afazeres o impediam de aceitar o cargo para que fora eleito, não por se querer recusar a coadjuvar os cavalheiros que acabavam de ser nomeados para formarem a mesa nem pelo trabalho que lhe acarretaria o novo cargo, mas pelas frequentes ausências da capital a que obrigava a direção seus estabelecimentos agrícolas, que portanto não havia empate, devendo pelos motivos que expos ser considerado o sr. Campbell eleito para o cargo⁹⁶².

Fortunato assumiria aceitaria compor a primeira diretoria que restabelecia a Associação Comercial do Pará, não sem impor algumas restrições sobre a sua atuação naquele organismo. Recordava a todos os presentes que necessitava fazer frequentes viagens para dirigir seus estabelecimentos agrícolas. Tratava-se dos cuidados com a Fazenda Cafezal, que agora estava sob seu comando. Não a propósito, esse empreendimento rural deveria proporcionar-lhe benefícios que iam além dos recursos materiais, com o comércio de açúcar e aguardente que nela se produzia.

A condição de senhor de terras e de escravos, para o imigrante português que em pouco tempo havia acrescentado à sua vida financeira uma respeitável condição entre os seus patrícios, também era representada nos elementos simbólicos dos seus bens e, nesse sentido, dada a grandiosidade da residência rural, o ex-caixeiro fez questão de gravar o seu nome no frontão da capela da propriedade dedicada a Nossa Senhora Santana.

⁹⁶² Idem.

Figura 32



Capela da Fazenda Cafezal. No detalhe do frontão, pode-se ler: “Fortunato Alves de Souza 1876”. Fotografia do acervo familiar, concedida por Pedro Morais.

Entre os anos de 1860 e 1880, os níveis de inserção social de Fortunato mostram o quão dinâmicas eram as possibilidades de circulação de comerciantes na província do Pará e as formas de organização que se estabeleciam, seja por afinidade de atividades ou por nacionalidade de mútua ajuda.⁹⁶³ São particularmente relevantes os níveis de atuação desse imigrante português que, até onde se pode notar, estabeleciam laços que se uniam de um lado e outro do Atlântico, evidenciando uma natureza específica dos deslocamentos que trouxeram esses portugueses para a América – o sonho do retorno em condição de prosperidade –, realizando assim as expectativas de uma sociedade portuguesa que aguardava pelas benesses dessa conquista. Nas ponderações que se seguem, veremos alguns das inserções no Brasil e em Portugal.

Uma das formas de atestar a relevância de seus negócios na propriedade agrícola da fazenda Cafezal, onde cultivava cana-de-açúcar e produzia aguardente, está na sua inserção nas

⁹⁶³ Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Filantropia e Imigração, a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: publicação comemorativa do 125º aniversário da Fundação da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Socorros D. Pedro V, 1990.

várias exposições de que participou. É possível que esses produtos o tenham projetado a ponto de ter participado de pelo menos duas exposições de exaltação ao trabalho e ao desenvolvimento da indústria no século XIX, que eram as exposições Nacionais.⁹⁶⁴

Fortunato Alves de Souza tem seu nome citado como expositor e membro das Comissões Seleccionadoras dos produtos para a mostra em pelos menos dois certames. No ano de 1866, estava listado entre os 211 expositores da Província do Pará na Segunda Exposição Nacional, realizada na capital do Império, figurando ao lado de destacados membros da elite comercial do Pará, como Francisco Gaudêncio da Costa & Filhos, Dr. José de Araújo Rozo Danin, Manoel Pimenta Bueno, entre outros⁹⁶⁵.

Mais tarde seria fundado o Grêmio Literário Português. Era o ano de 1867, quando um convite anunciava nas páginas do Diário do Grão Pará “Gabinete Português de Leitura, convida-se aos seus sócios desta instituição, a se reunirem no domingo (...) a fim de eleger-se uma Diretoria e tratar da organização dos estatutos”. Desse seletto grupo de ilustres, foram eleitos para compor a primeira diretoria do órgão os senhores Francisco Antonio Cardoso, presidente; Fortunato Alves de Souza, vice-presidente, Antonio José da Silva Leite, 1º Secretário; Augusto Gonçalves Pereira, 2º Secretário; e Gualter José Ribeiro, tesoureiro⁹⁶⁶.

Além da participação na criação desse organismo que tinha, entre outras predisposições, a preocupação em propagar a cultura portuguesa entre os imigrantes e fundamentalmente mantê-los interligados aos acontecimentos que se davam em Portugal, o Grêmio de Leitura se constituiu nesse espaço de conexão⁹⁶⁷. Fortunato participou da mesa diretora da Beneficente Portuguesa⁹⁶⁸ nos anos de 1866 e 1867, como sócio benemérito da instituição. Uma das últimas notas sobre o nome de Fortunato Alves de Souza se mostra no Almanak de 1886, quando aparece listado entre os membros da mesa diretora da Santa Casa de Misericórdia no ano de 1886.

⁹⁶⁴ Cf. BARBUY, Heloisa. A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação da sociedade industrial, São Paulo: Edições Loyola, 1999.

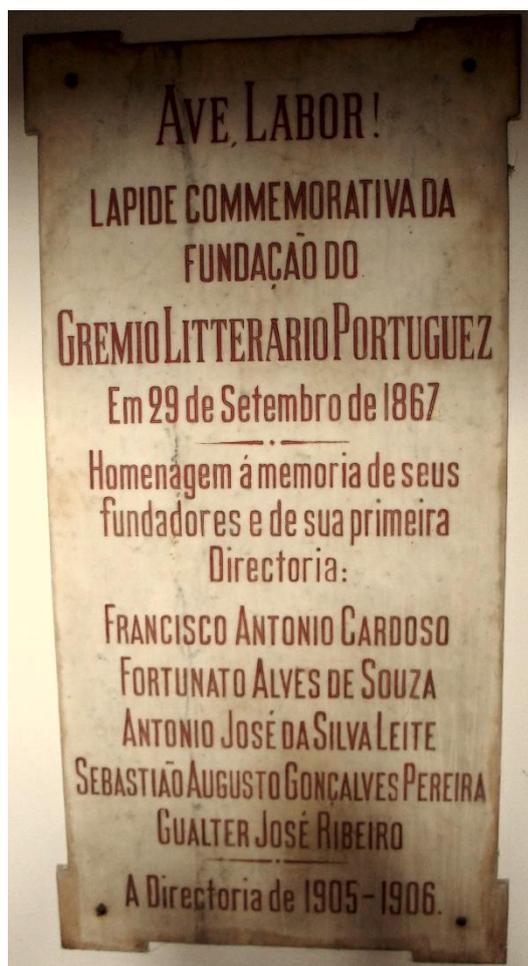
⁹⁶⁵ Catálogo dos nomes dos Expositores da Segunda Exposição Nacional de 1866, Typographia Perseverança, Rio de Janeiro, 1866. Disponível em: <www.google.books.com.br>.

⁹⁶⁶ Cf. BRITO, Eugênio Leitão. *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo Antonio, 1984.

⁹⁶⁷ Ver: CARVALHO, Marcos Antonio. *Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e prática de sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras (Tese de Doutorado), 2011, p. 161.

⁹⁶⁸ VIANNA, Arthur. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*. Belém-Pará: Livraria Gillet de Torres e Cia, 1914.

Figura 33



Placa Comemorativa da Fundação do Grêmio Literário Português de 1906. Foto do autor.

Como foi referido acima, uma das formas de expressão da prosperidade do imigrante português era medida pela sua inserção nos órgãos de filantropia e ajuda mútua entre os seus nacionais, Beatriz Nizza aponta essas instituições filantrópicas como uma das poucas formas existentes de amparo que possuíam os desvalidos de nacionalidades diferentes em terras estranhas, das quais se valiam os imigrantes que não conseguiam sucesso em suas aventuras, já para os beneméritos sendo uma forma de projeção e afirmação social⁹⁶⁹.

O ano de 1876 foi particularmente significativo para o negociante Fortunato Alves de Souza na confirmação de sua projeção entre os membros da sociedade portuguesa e, por

⁹⁶⁹ Cf. SILVA, Maria Beatriz N. *Filantropia e Imigração, a caixa de socorros D. Pedro V.* Rio de Janeiro: Fundação da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V. 1990.

consequente, trazia repercussões na província do Pará. Nesse ano, Dom Luiz concedia ao negociante a comenda da Ordem de Cristo, como se pode ver adiante:

Dom Luiz, por graça de Deos, Rei de Portugal e dos Algarves, etc., como grão-mestre, governador e perpetuo administrador de todas as ordens militares do Reino, faço saber aos que esta minha carta virem que, attendendo aos merecimentos e circunstancias que concorrem na pessoa de Fortunato Alves de Souza, negociante, vice-consul do Uruguay na cidade do Pará, e querendo conferir-lhe um publico testemunho da minha consideração; hey por bem fazer-lhe /fl. 279/ mercê de o nomear commendador da Ordem Militar de Nosso Senhor Jezus Christo⁹⁷⁰.

Ainda foi possível localizar que, no ano de 1876, Fortunato Alves de Souza faria parte da comissão indicada pelo governo provincial para organizar a implantação das colônias agrícolas junto com o bacharel Antonio Nunes, então presidente da comissão, o engenheiro Guilherme Francisco Cruz, o coronel Francisco Xavier Pereira de Mello e os comerciantes Francisco Gaudêncio da Costa e o próprio Fortunato Alves de Souza, além do cônsul dos Estados Unidos, posteriormente substituído pelo cônsul do Império Alemão, e os vice-cônsules da França e Espanha⁹⁷¹.

Sua escalada de prosperidade chega ao início do século XX sinalizando possíveis sinais de declínio, pois, no ano de 1901, o governador José Paes de Carvalho anunciava que, a fim de atender as necessidades de alojamento dos

“lazarentos e alienados que precisam ser o quanto antes transferidos para outras localidades, e atendendo a esta urgente necessidade entrei em negociações para adquirir por compra a magnífica fazenda Cafezal que com pequenos dispêndios e a uma hora de viagem da capital, presta-se admiravelmente a bem acomodar os dois hospícios, ficando no corpo e nas alas principais do belo e bem construído edifício a administração centralizada e dispersos em pequenos chalets os lazarentos que assim constituirão uma espécie de colônia agrícola, e gozarão de certa liberdade relativa, na sua tristíssima e dolorosa reclusão compulsória. É dever nosso trata-los com humanidade até que a sciencia nos revele o desejado segredo de restituí-los curados à integridade da vida civil.

A referida fazenda dispõe de uma légua de terras de primeira ordem, e fica a distância tal das populações vizinhas, que o receio que estas possam ter do contágio não tem fundamento sério perante a sciencia.

Não é fácil construir hoje dois edifícios como aquele, o pelo lado higiênico e econômico, penso que sem hesitação convém completar a negociação⁹⁷²”.

⁹⁷⁰ PORTUGAL, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registo Geral das Mercês de D. Luís*, Lº 29, fls. 278v-279v.

⁹⁷¹ Pará, Relatório de Presidente da Província, Sá e Benevides, 1876.

⁹⁷² PARÁ, Governo Estado do. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado, em 01 de Fevereiro de 1901*. Belém-Pará: Imprensa Oficial, 1901. Versão disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>, consultado em 06/2011>.

No ano de 1902, em Lisboa, faleceu o comendador Fortunato Alves de Souza, o imigrante português que teve parte de sua vida ligada às terras paraenses. Assim lavrou-se o registro de seu óbito:

“Aos doze dias do mez de Novembro do anno de mil novecentos e doiz, pelas duas horas e meia da manhã, no segundo andar, da casa numero cinquenta e nove, da Avenida da Liberdade d’esta freguezia de São José da cidade de Lisboa, falleceu um individuo do sexo masculino, por nome o Excelentissimo Commendador Fortunato Alves de Souza, de oitenta e três annos d’idade, proprietario natural e baptisado na freguezia de São Martinho de Frazão, concelho de Paços de Ferreira, na diocese do Porto, filho legitimo de António Alves do Bento e de Donna Joaquina de Souza, também naturaes de Frazão, casado com Dona Marianna Jacintha Machado de Sousa, e morador na referida casa. Recebeu o sacramento da Extrema Unção, consta que testou e que deixou doze filhos maiores. E no dia seguinte ficou depositado em jazigo no cemiterio occidental.”⁹⁷³

Na imprensa de Lisboa, os jornais de maior circulação na capital portuguesa, o Jornal “O Século” e o Diário de Notícias, publicaram notas sobre o falecimento do comendador Fortunato Alves de Souza.

Figura 34



Nota do Jornal O Século sobre o falecimento do comendador Fortunato Alves de Souza.

⁹⁷³ Registro de óbito de Fortunato Alves de Souza, ano de 1902. Arquivo da Torre do Tombo, *Registos Paroquiais, Lisboa, freguesia de S. José, óbitos, ano de 1902*, fl. 36 (filme 2602).

No Pará, o jornal “A Folha do Norte” assim noticiou a morte de um dos mais respeitáveis comerciantes daquela praça de Belém:

Soube-se ter falecido hontem, em Lisboa, onde residia há cerca de 15 annos, o conceituado e antigo commerciante da praça de Belém, sr. Commendador Fortunato Alves de Souza.

Foi fundador da firma Fortunato Alves de Souza e Filhos, actualmente substituída pela de Heitor Souza e C^a, de que era commenditario.

O primeiro estabelecimento de cultivo de canna de assucar neste Estado deve-se a sua iniciativa, e ainda hoje existe com o nome de Cafezal, produzindo excelente cachaça.

A morte o surpreendeu na avançada idade de 83 annos e deixa viúva e 12 filhos, todos homens e portadores do bom nome paterno⁹⁷⁴.

A trajetória de vida desse imigrante português até aqui descrita demonstra as condições, inserções e arranjos possíveis de acontecer a quem deixava Portugal com destino ao Brasil. O sucesso era para alguns, o fracasso para a grande maioria de desvalidos que se utilizavam dos serviços das sociedades beneméritas e de mútua ajuda.

A guisa das reflexões finais, com tipos que vêm da literatura lusitana oitocentista que retratam este universo complexo, que constitui as redes migratórias, onde os destinos lidos em conjunto nem sempre correspondem as estratégias subjetivas que conduzem as motivações de indivíduos que se lançaram por horizontes em busca de riqueza e fortuna, almejada por muitos, alcançadas por poucos. As disparidades entre Manoel da bolsa o aventureiro da ficção de Ferreira de Castro⁹⁷⁵ e Fortunato Alves de Souza são bastante grandes. O primeiro se tornou um *mão-furada*, expressão que qualificava os portugueses que retornavam sem alcançar fortuna. Manoel para fugir do seu destino frustrado em terras brasileiras, resolveu fugir de sua pequena comunidade rural, onde seria alvo de críticas discriminatórias por quando soubessem de sua condição e resolve se mudar como anônimo para Lisboa, onde na massa da população urbana, se misturaria entre outros.

Já Fortunato que, a princípio parece ter alcançado uma condição diferente, destacando-se no Pará e com reconhecida projeção em Portugal, resolve igualmente se mudar para Lisboa, não para se *perder* no meio da multidão, mas para usufruir das conquistas econômicas alcançadas no norte do Brasil no conforto da vida urbana portuguesa.

⁹⁷⁴ Jornal A Folha do Norte, 13/11/1902.

⁹⁷⁵ Cf. CASTRO, Ferreira de. Emigrantes. (Romance). Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.^a, 1943.

Figura 35



Jazigo 4904 no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, onde se encontram sepultados os restos mortais do comendador Fortunato Alves de Souza. (Foto do autor)

Tecer essas tramas, penetrar no espaço do vivido onde as negociações entre brasileiros e portugueses se relacionavam são aspectos revelados através dos traçados das vidas desses imigrantes, como foi o caso de Fortunato e da família Alves de Souza no Pará.

4.4. Encontros e desencontros nas trajetórias lusitanas

O esforço de seguir a trajetória de imigrantes portugueses – como o mercador Lúcio de Souza Machado, os negociantes Camilo José de Campos e Antonio José Machado, que partilhavam a condição de terem chegado ao Pará como soldados, e finalmente o caixeiro

Fortunato Alves de Souza – expõe o resultado de um trabalho de aproximação da análise serial com a investigação dos cursos de vida⁹⁷⁶ dentro de uma perspectiva microanalítica.

O percurso iniciado através do levantamento dos passaportes de lusitanos que escolhiam migrar para a província do Pará na primeira metade do século XIX nos forneceu uma densidade de nomes e apontou tendências migratórias dentro de um universo de indivíduos que se movimentavam entre Portugal e o Pará. O que fizeram ao chegar à província nortista? Que negócios construíram? Como enfrentaram as durezas dos movimentos antilusitanos nas décadas de 1820 e 1830? Casaram-se no Pará, com quem? Resolveram voltar para a Europa, ou preferiram ficar na terra de acolhimento? Essas e outras questões não eram possíveis de ser respondidas através dos documentos de partida, que são os passaportes. Uma vasta lacuna da vida dos imigrantes ficava sem respostas quando observada a partir do seu instante de embarque, além de que outras questões não menos significativas sobre as tramas das relações sociais ficavam reduzidas a enquadramentos contextuais.

Dessa forma, ao selecionarmos nomes de imigrantes lusitanos que deixaram registros de sua passagem em diversos documentos existentes nos arquivos brasileiros e portugueses, acreditamos que tentamos cobrir parte das lacunas nas histórias individuais desses imigrantes. A difícil tarefa de construir pequenas biografias de indivíduos que chegam no anonimato a um porto da Amazônia e que muito discreta e marginalmente começam a se tornar evidentes, constitui um dos maiores desafios do estudo dos cursos de vida⁹⁷⁷. A dispersão de fontes em periódicos, nos arquivos judiciários e cartoriais é, entre outros, etapa de um esforço de conjugação de uma pesquisa nominal.

Lúcio, Camilo, Antonio e Fortunato foram nomes colhidos dentro de um corpo documental que foi ganhando densidade à medida que o cruzávamos com outras fontes. A despeito de qualquer preferência ou pressuposição, a singularidade da vida de cada um deles emergia dos documentos e nos conduzia para além das balizas preestabelecidas pela pesquisa.

⁹⁷⁶ Os estudos sobre trajetórias individuais têm permitido, dentro uma escala reduzida de análise, evidenciar as complexidades das relações sociais num dado contexto histórico. São trabalhos que aprofundam essa discussão: BARTH, *Process and social form in life*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981; LEVI, Giovanni. *Un problema de escala*. Relaciones: Revista de El Colegio de Michoacán, v. 24, nº 95, 2003; IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para una historia más global. Revista da Faculdade de letras. Porto, III série. Vol. 5. 2004, pp. 115-140; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Indivíduos, família e comunidades: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. In: OLIVEIRA, Mônica de O. e ALMEIDA, Carla M. C. de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

⁹⁷⁷ Ver: ALVES, Jorge Fernandes. *Percursos de um Brasileiro no Porto – o Conde de Ferreira*. Porto: Universidade do Porto, Repositório aberto disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2188.pdf>>.

Eram, portanto, nomes excepcionais normais⁹⁷⁸, que tinham em comum o fato de serem portugueses, terem imigrado para o Brasil até os meados do século XIX e possuírem uma disposição para investir no setor comercial. Porém, a forma como essas ações se desenvolveram na conjuntura da província paraense do início dos oitocentos foi bem diversificada e nem sempre concorreu para reafirmar as tendências gerais do período.

Em 1806, ainda durante o domínio político lusitano sobre a América, o lisboeta Camilo José de Campos deixava a metrópole às vésperas das convulsões que se desenhavam em função da ameaça francesa e vinha tentar a sorte no território português de além-mar. Recém casado, Camilo desembarcava em Belém trazendo sua esposa Ana Maria de Campos, seu cunhado Miguel Joaquim da Silva e uma criada⁹⁷⁹. Esse deslocamento familiar⁹⁸⁰, pouco comum nos roteiros migratórios oitocentistas, onde predominava um circuito de homens jovens e solteiros, não se fazia sem o recurso de uma rede de solidariedades⁹⁸¹.

Enquanto Camilo José de Campos já firmava seu nome entre os negociantes lusitanos que exploravam o comércio entre os portos de Lisboa, Belém e Caiena⁹⁸², em 1823 localizávamos, entre os soldados destacados para o Rio Negro, o primeiro sargento de milícias Antonio José Machado solicitando o seu retorno para a cidade de Belém. Esse português, natural da freguesia de São Tiago do Ronfe, distrito de Braga, além de suas funções militares, era nessa época possuidor de matrícula como negociante da Praça do Pará desde 1821⁹⁸³.

Camilo José de Campos e Antonio José Machado, mesmo tendo chegado ao Pará em tempos diferentes, enfrentaram, como soldados da Guarda Voluntária Cívico-Nacional⁹⁸⁴, os episódios decorrentes do processo de adesão do Pará à independência em 1823. As revoltas que sucederam os acontecimentos exigiram a demissão dos empregados civis e militares fieis às

⁹⁷⁸ Cf. GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo et al. (Orgs.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 169-178.

⁹⁷⁹ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 138, doc. 10518 – Requerimento de Camilo José de Campos, para o príncipe regente [D. João], solicitando passaporte com destino ao Pará, juntamente com sua família.

⁹⁸⁰ Cf. RODRIGUES, Henrique. *Emigração de grupos familiares com passaportes obtido em Viana do Castelo no século XIX*. Disponível em: <www.apdemografia.pt/files/2082508056.pdf>.

⁹⁸¹ Ver: TRUZZI, Oswaldo M. S. *Patrícios, sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Ainda do mesmo autor, ver: *Redes em processos migratórios*. Tempo social, Revista de Sociologia da USP, v. 20, n 1. 2008. Pp. 199-218.

⁹⁸² Arquivo Público do Estado do Pará, Registros Códice 645, série: Abaixo-assinado de navegação com o comandante da fortaleza da Barra (1808-1832).

⁹⁸³ Projeto Resgate, Pará, AHU, cx. 160, doc. 12182. Consulta do Conselho de Guerra para o rei D. João VI, sobre o requerimento do 1º sargento de Milícias da província do Pará, António José Machado, solicitando a sua promoção no posto de alferes do Corpo de Ligeiros da cidade de Belém do Pará.

⁹⁸⁴ Ver: COELHO, Geraldo M. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*, Belém: Edições CEJUP, 1993. Especialmente o documento nº 11 em anexo, p. 370.

Cortes lusitanas, para que “seus lugares fossem preenchidos por pessoas de reconhecida adesão ao sistema político adotado”.⁹⁸⁵

Assim, os imigrantes lusitanos Camilo Campos e Antonio José Machado foram expulsos do Pará a bordo da galera “Maria” para Lisboa em 1824.⁹⁸⁶ Essa talvez tenha sido uma das poucas evidências de que os personagens estudados tenham compartilhado de situações comuns, pois os percursos seguidos por Camilo e Antonio José tenderam a distanciar-se ao longo do tempo.

Camilo, ainda em Lisboa em 1824, faz solicitação e é agraciado com a mercê do Hábito da Ordem de Cristo⁹⁸⁷, recompensa por sua atuação à frente da Guarda Voluntária contrária à adesão do Pará ao império do Brasil, um ano depois retornando para Belém. Enquanto isso, Antonio José Machado volta à província paraense, naturaliza-se como brasileiro adotivo⁹⁸⁸ e nela empreende negócios mercantis até 1850, quando morre em Portugal.

Um primeiro aspecto a ser observado a partir da trajetória desses dois lusitanos é que os conflitos gerados após a adesão do Pará à independência, que tiveram como alvos em grande medida os portugueses, não impediram que se mantivesse ativa a circulação de imigrantes entre Portugal e o Pará nesse período. No ano de 1825, quando Camilo e Antonio retornaram a Belém, também desembarcavam de forma legal no porto da cidade 32 indivíduos que retiraram seus passaportes em Lisboa. Até o ano de 1830, essa foi a segunda maior marca de entradas, somente superada no ano de 1823, com 60 emissões de passaportes. É importante ressaltar que muitos daqueles que se encontravam nessa lista de imigrantes lusos eram indivíduos que, assim como Camilo e Antonio José, tinham sido deportados em 1824 e agora pediam para retornar ao Pará. Como já vimos anteriormente, para poder viajar de volta para Belém, eles haviam recebido auxílios da Corte portuguesa através de uma subscrição, que levantou recursos para atender os “emigrados do Brasil”, como eram descritos os lusos que foram deportados do Brasil após a independência⁹⁸⁹, o que demonstrava um claro interesse do governo português pelos empreendimentos abertos pelas migrações no Brasil.

⁹⁸⁵ Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 3, 1970, p. 67.

⁹⁸⁶ Projeto Resgate, Pará. AHU, cx.162, doc. 12383. Requerimento de vários indivíduos deportados da província do Pará, para o rei [D. João VI], solicitando protecção para que possam ajudar na restauração da paz no Pará, após as revoltas que lá têm ocorrido.

⁹⁸⁷ ANTT, Registro Geral de Mercês, D. João VI, Liv. 19, fl 5.

⁹⁸⁸ Arquivo Histórico Diplomático, MNE. Correspondências do Consulado de Portugal no Pará com o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Cx. 524, ano 1849, doc. 135.

⁹⁸⁹ Ver: “Subscrição e Soccorros aos Emigrados do Brasil, por ordem de sua Magestade Imperial e Real o Sr. D. João VI de gloriosa memória e auxílio aos estabelecimentos Públicos de Caridade em execução dos Decretos de

Por outro lado, outros fatores devem ter influenciado na decisão de retorno dos imigrantes lusos ao Pará em 1825. Ao recorrerem ao socorro financeiro para poderem voltar para a província paraense, alegavam “ter deixado toda a sua fortuna” naquela terra, por isso desejavam reaver seus bens. A essa situação de enraizamento de um patrimônio⁹⁹⁰ produzido nas migrações, somava-se um cenário pouco animador do ponto da estabilidade política em Portugal, que começa após o falecimento de D. João VI em 1826 e se estenderia até 1834. As disputas sucessórias e o conturbado governo de D. Miguel foram muito difíceis para os negociantes portugueses defensores dos ideais liberais. Foi nesse período que milhares de lusitanos foram obrigados a deixar Portugal⁹⁹¹, em muitos casos saindo ilegalmente, sem o devido registro de passaporte.

Enquanto Camilo e Antonio retornavam ao Pará em 1825, localizamos outro português que, em meio as tensões que se processavam em Portugal, resolvia imigrar para Belém. Trata-se de Lúcio de Souza Machado, que em 1826, a bordo do bergantim “Vigilante Africano”, pertencente à sua família, desembarcava com 20 anos de idade na capital paraense para administrar os negócios deixados por seu pai Fernando de Souza Machado.

A trajetória de Lúcio no Pará atravessa um período crítico, principalmente para os portugueses. A Cabanagem, que tinha como lema “morte aos maçons e os portugueses”, interferiu frontalmente em relação às populações lusas estabelecidas na cidade paraense⁹⁹². Nos meados da década de 1830, os lusitanos passaram a conviver com ameaças de morte, assassinatos e deportações. Foi uma época em que o comércio da cidade sofreu bloqueio pelo governo imperial brasileiro⁹⁹³ e tanto os produtos vindos do sertão pelo comércio interno como as mercadorias importadas deixaram, por isso, de entrar pelos portos de Belém. Durante as

Sua Alteza Sereníssima Senhora Infanta Regente em Nome de El Rei. Lisboa: Imprensa Régia, 1827”. In Harvad College Library, South American Collection. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>.

⁹⁹⁰ Cf. DIAS, Maria Odila Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2ª. Edição, 2009.

⁹⁹¹ Cf. PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, NUNO G. *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*, vol. 1, O Colapso do Império e a Revolução Liberal, 1808-1834. Lisboa: Fundación Mapfre/Objectiva, 2013, p. 69.

⁹⁹² Cf. RICCI, Magda. *Fronteiras da Nação e da Revolução: Identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)*. Boletín Americanista, Año LVIII, nº 58, Barcelona, 2008, pp. 77-95.

⁹⁹³ Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Correspondência enviada pela Legação do Brasil em Lisboa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Marquês de Loulé, em 8 de fevereiro de 1836, assinada por Sérgio Teixeira de Macedo, na qual comunica que: “achando-se a província do Pará em Estado de rebelião contra o governo de S. M. I., o Regente, em seu Augusto Nome mandou declarar os portos em estado de bloqueio”. Essa ação do governo brasileiro é possível de ser lida no Decreto de 2 de novembro de 1835, no qual o Regente Antonio Feijó procede ao recrutamento de 4.040 indivíduos para elevar o Exército. Nesta data estabelece o bloqueio dos Portos do Pará. *Jornal Sete de Abril*, Rio de Janeiro, 11/11/1835, n. 235. p.1.

invasões que a capital paraense sofreu no ano de 1835, ocorreram saques a residências e principalmente a algumas lojas e casas comerciais de portugueses.

Todo esse cenário não modificou as pretensões desse lisboeta em permanecer ligado à capital paraense. Tendo imigrado em 1826 para auxiliar seu irmão Miguel de Souza Machado, no ano de 1830 constituiu uma firma familiar chamada Machado & Irmão, que somente foi desfeita em 1850, após o falecimento desse seu irmão em Lisboa. Lúcio, durante os ataques sofridos em Belém, foi resgatado pela Corveta Elisa, enviada de Lisboa para socorrer os portugueses que se encontravam sob ameaça dos cabanos. Em pouco tempo, retornou para a capital paraense. Já em 1837, retomava os negócios de exportação de gêneros locais e importação de mercadorias lusitanas, que o projetaram com um dos mais destacados “súbditos portugueses” no Pará, possuindo em 1849 mais de “cinquenta contos de réis em capitais”⁹⁹⁴.

Após enfrentar as durezas dos ataques cabanos, Lúcio vivenciou, através de seus empreendimentos, a chamada reestruturação econômica da província. Também foi nessa época que realizou seu casamento com a filha de uma tradicional família do Maranhão. Casou-se com Ângela Isidora Jansen Pereira, com quem teve três filhas, Ana Conceição, Rosa Branca e Eulália. Além da ampliação do seu círculo familiar, que conectava Lisboa a Belém e também se estendia à cidade de São Luís, no Maranhão, esse imigrante ampliou o espaço de atuação e fornecimento de produtos exportáveis para a Europa, transportando arroz e algodão do Maranhão.

Finalmente, quando a província paraense começava a dar sinais de restabelecimento da ordem política e, por conseguinte, a retomada do crescimento da economia⁹⁹⁵, encontramos o português Fortunato Alves de Souza chegando a Belém no ano de 1839. Valendo-se de uma rede migratória⁹⁹⁶ construída por dois de seus irmãos já estabelecidos no Pará, Fortunato saiu da freguesia de Frazão, concelho de Paços de Ferreira, primeiro para a cidade do Rio de Janeiro, de onde reemigrou para Belém.

Na capital paraense, mesmo com a entrada de comerciantes ingleses, franceses, e norte-americanos, entre outros, os negociantes lusitanos ainda se destacavam no centro da cidade na década de 1840. No Largo das Mercês, os irmãos Antonio Alves Bentes e Fortunato possuíam uma loja de venda de produtos agrícolas e representavam assinatura de jornais

⁹⁹⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa, Correspondências do Consulado de Portugal no Pará. cx. 524, ano 1849, doc. 135.

⁹⁹⁵ Cf. SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

⁹⁹⁶ Ver: TRUZZI, Oswaldo M. S. *Redes em processos migratórios*. Tempo social, Revista de Sociologia da USP, v. 20, n 1. 2008. Pp. 199-218.

portugueses como o “Museu Pitoresco”⁹⁹⁷. A convivência no centro da cidade de Belém com outros comerciantes permitiu a Fortunato ampliar seus laços de solidariedades dentro da “comunidade lusitana”.

Foi nesse espaço que deve ter conhecido o português Antonio José Machado, pois este, assim como os irmãos Alves de Souza, era proprietário de um armazém na rua da Praia, não muito distante do Largo das Mercês. Fortunato viria a se casar com uma das filhas de Antonio José Machado, chamada Mariana Jacinta. Em 1850, após o falecimento de seu sogro, Fortunato passou a compartilhar, por herança de sua esposa, de uma parte dos bens da família de Antonio José.

Tal conjunção de fatores promoveu a ascensão econômica desse imigrante português. No decorrer da segunda metade dos oitocentos, o nome de Fortunato Alves de Souza figuraria em importantes espaços de sociabilidade dos imigrantes lusitanos no Pará. Em 1864, aparecia entre os negociantes que se juntavam a fim de reorganizar a praça do comércio de Belém, restabelecendo a Associação Comercial do Pará⁹⁹⁸. Em 1867, participava da fundação do “Gabinete Português de Leitura” de Belém do Pará. Seu nome figurava entre beneméritos da primeira diretoria como vice-presidente dessa instituição lusitana⁹⁹⁹. Foram várias as instituições e órgãos aos quais o nome de Fortunato Alves de Souza estava vinculado nesse período – a diretoria da Beneficente Portuguesa¹⁰⁰⁰ nos anos de 1866 e 1867, além da mesa diretora da Santa Casa de Misericórdia no ano 1886.

Entre os bens herdados por seu casamento com a filha do português Antonio José Machado, estava parte de uma propriedade nos arredores de Belém chamada fazenda Cafezal. Fortunato, então, além dos negócios na capital da província, desfrutava da condição de senhor de terras e escravos¹⁰⁰¹. Ainda residindo no Pará em 1867, na condição de vice-cônsul do Uruguai, recebia a comenda da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo¹⁰⁰².

⁹⁹⁷ Jornal Treze de Maio, 17 de março de 1846. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

⁹⁹⁸ Cf. CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2ª ed. Belém: Ed Universitária do Pará, 1996.

⁹⁹⁹ Ver: BRITO, Eugênio Leitão, *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo Antonio, 1984.

¹⁰⁰⁰ Cf. VIANNA, Arthur. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*. Belém-Pará: Livraria Gillet de Torres e Cia, 1914.

¹⁰⁰¹ Ver: FRAGOSO, João Luís. O Capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais e costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica de O. e ALMEIDA, Carla M. C. de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009; e FRAGOSO, João L. R. e RIOS, Ana Maria Lugão. Um empresário brasileiro nos oitocentos. In: CASTRO, Hebe M. M. de e SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). *Resgate, uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

¹⁰⁰² PORTUGAL, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registo Geral das Mercês de D. Luís*, Lº 29, fls. 278v-279v.

Esses quatro imigrantes portugueses, cada um a seu modo, apresentaram-nos facetas da província do Pará nos meados dos oitocentos. Mesmo tendo migrado dentro dos quadros da colonização lusitana na América portuguesa, Camilo e Antonio José procuraram espaços pessoais de inserção econômica na cidade de Belém. O engajamento no quadro das milícias portuguesas para esses imigrantes servia como mecanismo facilitador que ampliava as chances de projeção econômica e simbólica numa sociedade ainda demarcada por hierarquias pessoais¹⁰⁰³. Isso fica patente no fato de Camilo, mesmo na condição de deportado do Pará, ter recorrido em 1824 à solicitação da mercê do Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo¹⁰⁰⁴.

O comércio tinha espaço privilegiado nos interesses dos imigrantes lusitanos. São sintomáticas as estratégias de inserção dos portugueses Lúcio de Souza Machado e Fortunato Alves no comércio mercantil. O primeiro migrou na condição de proprietário de embarcação e com ativo negócio de exportações com os portos de Lisboa e Porto. Já Fortunato se utilizou de uma rede de relações familiares que lhe permitiu ascender economicamente. Entretanto, para ambos o casamento foi uma estratégia que possibilitou ampliar seus espaços de influência e acúmulo de capitais. Lúcio, ao se casar com Ângela Isidora Jansen, filha de família maranhense, aproximou-se de importante espaço na produção de gêneros agrícolas, como algodão e arroz, que exportava para Lisboa, ao mesmo tempo em que se beneficiou do prestígio da família Jansen na burocracia do Estado do Maranhão.

Fortunato também conquistou maior espaço de atuação ao herdar, por casamento com Mariana Jacinta Machado, parte dos bens que o negociante lusitano Antonio José Machado, pai dela, deixou-lhes. Fortunato e Maria Jacinta, ao herdar, além das várias residências existentes na capital paraense, que incluíam 5 sobrados na Rua dos Mercadores, Rua da Boa Vista e Rua da Praia, a propriedade de terras nos arredores de Belém, a chamada Fazenda Cafezal, passaram à distinção de senhores de terras e escravos, uma condição pouco comum entre os imigrantes lusitanos. Porém, essa posição social fez do ex-caixeiro um respeitável capitalista que viveu no Pará até 1885 e depois resolveu retornar a Lisboa, instalando-se na Avenida da Liberdade, uma das mais ricas vias da capital do reino português nos oitocentos. Foi ali que, no dia 2 de novembro de 1902, “no segundo andar, da casa número 59, freguezia de São José da cidade de

¹⁰⁰³ Cf. COSTA, Ana Paula P. *Corpos de Ordenanças e chefias militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2014.

¹⁰⁰⁴ ANTT, Registro Geral de Mercês, D. João VI, Liv. 19, fl 5.

Lisboa, falleceu um indivíduo do sexo masculino, por nome o Excelentissimo Commendador Fortunato Alves de Souza, de oitenta e três annos d'idade".¹⁰⁰⁵

Eis, portanto, um retrato das migrações portuguesas nos meados dos oitocentos a partir das trajetórias de vida dos personagens que nesse período transitaram entre Portugal e o Pará.

¹⁰⁰⁵ Arquivo da Torre do Tombo, *Registos Paroquiais, Lisboa, freguesia de S. José, óbitos, ano de 1902*, fl. 36 (filme 2602).

5 - Considerações finais

O percurso que nos trouxe até a últimas páginas dessa investigação nos possibilitou afirmar que entre os anos de 1800 a 1850 se manteve ativo um circuito migratório de portugueses para a província do Pará. Mais do que recuperar, através de uma documentação pouco explorada nas pesquisas locais, que são registros de passaportes, as mobilidades populacionais entre a Europa e o norte do Brasil. Esse estudo nos permitiu revisitar um período da história regional marcado por grandes tensões, onde as “crises” geradas nessa época são postas como justificativas para um desinteresse pela região. Nesse sentido, acompanhar a trajetória de vida de imigrantes lusitanos, a pesar da excepcionalidade de cada caso, nos fez crer que mesmo dentro de condições adversas, imigrantes lusitanos, que se tornaram investidores no Pará, continuaram com seus negócios a ocupar de forma marcante suas posições na sociedade paraense oitocentista. Vejamos em retrospectiva alguns dos pontos desenvolvidos ao longo da tese.

No primeiro capítulo da tese nos ativemos em tratar das mobilidades lusitanas através dos registros de passaportes. Inicialmente, recuperamos uma trajetória das regras das mobilidades através da legislação portuguesa desde o final do século XVIII e as políticas definidas após a instalação dos governos civis. A despeito destas determinações, vimos como os indivíduos que partiam dos portos lusitanos, por vezes se utilizavam de uma rede de solidariedades e estratégias a fim de burlar estas regras. Através das queixas do agente consular português no Pará pudemos observar como alguns capitães de navios eram acusados de não se apresentarem no prazo recomendado perante o Cônsul com a documentação da viagem. Nestas viagens, acusava o agente, poderiam desembarcar indivíduos sem passaportes e buscar abrigo na cidade com apoio de parentes. Isto, talvez estivesse na razão de muitos portugueses levarem bastante tempo para se habilitarem junto ao consulado português.

Num segundo momento deste capítulo, nos ocupamos em analisar os números da imigração através dos registros de passaportes colhidos para o período investigado. Verificamos que os fluxos migratórios apresentavam altos índices de masculinidade, em torno de 93%, e neste conjunto predominavam uma grande concentração de portugueses que migravam do norte. Estes dados corroboravam com clássicos estudos que mostram estas características nas

migrações do noroeste português.¹⁰⁰⁶ Porém, mais do que verificar similitudes, observamos que um importante movimento populacional se concentrou durante os momentos de tensões sociais relacionados a adesão do Pará à independência e mais tarde durante os conflitos da cabanagem. Os movimentos antilusitanos decorrentes da nova ordem estabelecida provocou em 1823 e 1824 uma forte evasão de lusos do Pará, que culminaram com deportação de um grupo significativo de negociantes e militares portugueses que mantinham forte influência na estrutura de poder da província paraense. Apesar destas medidas, após um período de exclusão de seus bens deixados na cidade nortistas observamos um sistemático movimento de retorno ao Pará, inclusive com apoio dos recursos do Estado português.

Situação semelhante pudemos notar durante a eclosão do movimento popular da cabanagem, quando os lusitanos sofreram forte pressão das camadas populares, e neste instante novamente ocorreu uma saída de lusos da província. Alguns resolvendo retornar à Europa por vontade própria e outros solicitando socorro de resgate, como os que seguiram a bordo da corveta Elisa. Tanto no primeiro caso das deportações pós-independência, como aquelas ocorridas durante a cabanagem, pudemos notar que houve um movimento de saída *estratégica ou forçada*, e gradativamente um retorno dos mesmos indivíduos que estavam estabelecidos na cidade. Ainda de acordo com os fluxos migratórios, observamos que a partir de 1840, ocorre um aumento gradativo das migrações legais nos portos de Belém. Esse processo reflete, as políticas de pacificação empreendidas pelos governos locais, aliadas à carência de mão-de-obra na cidade.

No capítulo segundo da tese nos voltamos para perceber as estratégias de inserção econômica e social dos imigrantes portugueses no Pará. Seguindo o percurso de vida de alguns indivíduos, observamos como a atividade comercial preenchia o ideal de um significativo grupo de imigrantes lusos que se instalaram na cidade com armazéns, casas comerciais de venda no varejo. E estes estabelecimentos lusos, fomentavam uma cadeia migratória de outros indivíduos que desembarcavam na cidade em função de trabalho gerado nestes negócios. Eram caixeiros, trabalhadores, jornalheiros, homens que viviam de suas “agências”, passaram a chegar movidos pelas oportunidades geradas no comércio da cidade.

¹⁰⁰⁶ SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho, NEPS, 1999; ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros”, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Câmara Municipal, 1994; MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” de Fafe (1834-1926), Territórios, Itinerários e Trajetórias*. Braga: Universidade do Minho, NEPS, 2000.

Além do comércio vimos que muitos ofícios urbanos eram exercidos pelos lusitanos, e que muitas destas atividades remontavam as tradições dos trabalhos que exerciam quando viviam ainda em suas regiões de nascimento. Os aguadeiros que percorriam as ruas vendendo de porta em porta água na cidade de Belém, tinham nos imigrantes galegos larga experiência nesta atividade. Não menos destacada é a presença dos tanoeiros, oficiais responsáveis pela construção de tonéis e utensílios de madeira com função de armazenar vinhos e seus derivados. Estes ofícios partiam da região de Vila Nova de Gaia e a cidade do Porto, onde havia uma intensa produção e comercialização de vinho para várias partes do mundo.

Ainda como parte da análise da inserção social e o estabelecimento dos lusitanos no Pará nos ativemos em perceber os arranjos matrimoniais dos imigrantes na cidade de Belém, especialmente através dos registros de casamento da freguesia de Santa Ana da Campina. Notamos que os homens portugueses se mostravam muito mais suscetíveis a casar com mulheres naturais do Pará, enquanto que as mulheres portuguesas tendiam a constituir alianças matrimoniais dentro do próprio grupo de origem. No primeiro caso, havia oportunidades para lusitanos ampliarem através destes consórcios seu patrimônio e os níveis de inserção social.

No capítulo três, com base em uma rica documentação tanto sobre os anos após a adesão à independência, como a respeito dos conflitos cabanos, pudemos acompanhar, a ação destes episódios a partir da perspectiva dos portugueses que haviam migrado e se estabelecido no Pará. Num primeiro instante, os nomes dos imigrantes portugueses aparecem envolvidos nos acontecimentos que marcaram a incorporação do Pará à independência do Brasil. Os debates em torno da afirmação da nacionalidade colocaram em choque “portugueses” e “brasileiros”, numa tênue linha, nem sempre definida, pois vivia-se num tempo de incertezas¹⁰⁰⁷. Esses episódios, levaram a expulsão do Pará algumas famílias portuguesas. Analisamos um grupo de lusitanos deportados na galera “Maria” em 1824. A respeito desta mobilidade, seguimos alguns nomes de indivíduos que, depois de permanecerem em Lisboa na condição de “migrado do Brasil”, retornam a fim de retomar seus bens deixados no Pará.

Um segundo, etapa desta seção reside na análise das migrações no contexto da Cabanagem no Pará. O temor diante dos ataques à cidade em perder suas “fortunas” e ser morto pelos “revoltosos” foi notado através das correspondências trocadas entre o agente consular e o ministério dos negócios estrangeiros. Das listas dos mortos ao socorro aos portugueses que se mantinham em meio aos conflitos ocorridos em 1835, tangenciamos as trajetórias de

¹⁰⁰⁷ Ver. MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da Mola Real das Sociedades: A crise do Antigo Regime Português na Província do Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2006, p. 184.

lusitanos nas terras paraenses até aos portos de Portugal. E finalmente, o desejo de retornar à província do Pará a fim de restabelecer seu patrimônio e negócios aqui existente.

A partir das trajetórias individuais foi possível seguir essa dinâmica dos movimentos migratórios gerados pelos conflitos antilusitanos ocorridos nos meados dos oitocentos. Mesmo que não tenha sido propósito desta investigação, mas acreditamos que ao revisitar os movimentos populares da cabanagem a partir de um conjunto de fontes produzidas pelos “alvos” dos revoltosos, que eram os portugueses, apontamos perspectivas de discussões que merecem ser aprofundadas. O impacto causado nos negócios comerciais com o movimento popular, a evasão de capitais da província através da saída de famílias que abandonaram seus negócios e mudado para outra região do país.

Por fim, nos detivemos no último capítulo da tese em explorar as trajetórias de indivíduos e famílias que migraram na primeira metade do século XIX. Tarefa bastante trabalhosa, pois exigiu um esforço em reunir informações documentais a respeito de um mesmo indivíduo ou grupo familiar a este vinculado. Neste exercício de seguir os percursos das vidas de imigrantes portugueses no Pará nos permitiu conectar as relações e significados das mobilidades, os interesses econômicos, as alianças familiares e laços de solidariedades de um lado e outro do Atlântico. Esse esforço em aproximar as análises macro explicativas das dinâmicas migratórias, das escalas reduzidas ao nível do individual, nos permitiram ver através das singularidades das vidas dos imigrantes, dentro de uma realidade adversa, e nem sempre favorável economicamente, foi possível observar o movimento migratório de indivíduo e suas famílias para manter seus interesses e os negócios na província paraense.

Foram indivíduos que chegaram no limiar das rupturas políticas dos anos de 1820, sendo deportados em função desses episódios, como foi o caso de Antonio José Machado e Camilo José de Campos, depois retornaram para Belém. Atravessaram a Cabanagem, sofrendo de perto e pagando com suas próprias vidas “somente pelo fato de serem portugueses”, como ocorreu com Camilo José de Campos. Enquanto, Lúcio de Souza fora deportado a bordo da corveta “Elisa” em 1835. Tanto durante a adesão do Pará em 1823 e 1835 durante as revoltas cabanas, os lusitanos que vivenciaram estes episódios relutaram em deixar a província, e depois começam a voltar para restabelecer seus investimentos. Fortunato Alves, o último a ser analisado, chega após os conflitos num tempo em que a província apresenta os sinais de restabelecimento da ordem econômica e política. Enredado pelas tramas das alianças familiares, Fortunato chega como caixeiro de seu irmão Jacinto Alves e Antonio Alves, e em pouco tempo

consegue emergir economicamente após contrair casamento com a paraense, Mariana Jacinta, filha do português Antonio José Machado.

Como ficou exposto no capítulo quatro, a escalada de relações econômicas e sociais de Fortunato avançou por toda a segunda metade do século XIX. Ao final de sua vida, depois de ter participado da fundação de importantes associações paraenses, algumas das quais pertencentes aos lusitanos, o comendador Fortunato, retorna como um “brasileiro”¹⁰⁰⁸ que fez fortuna na América, e vai morar em Lisboa, na avenida da Liberdade. Ao contrário de Camilo José de Campos, que teve a sina de ser morto pelos rebeldes cabanos, Fortunato era mais um imigrante que através se sua trajetória de vida alimentava o desejo mudar de vida no Brasil.

Uma reflexão final acerca das questões expostas. As migrações portuguesas que analisamos nos permitiu transitar entre os deslocamentos humanos promovidos pelo Estado Português àquelas migrações individuais, ou por interesses familiares, às quais são custeados pelo indivíduo. Por outro, elas traduzem, ainda dentro de uma ordem em construção, no Brasil e em Portugal, o que foi chamada de moderna migração oitocentista, caracterizadas pelas grandes demandas migratórias. Porém, ainda que distante desta fase, não deixa de evidenciar, às mesmas predisposições nos indivíduos que transitavam. Finalmente, acreditamos que ao evidenciarmos esse milhar de indivíduos que circularam no início dos oitocentos para os portos da província paraense, estamos oferecendo ao leitor a conexão entre as mobilidades coloniais e àquelas que vão predominar nos finais do século XIX e início do XX.

E dessa forma, esperamos que as reflexões tratadas nesta pesquisa possam suscitar novas trabalhos sobre as migrações portuguesas aprofundando questões aqui iniciadas ou outras ainda não propostas.

¹⁰⁰⁸ Cf. CESAR, Guilhermino. *O “Brasileiro” na ficção portuguesa, o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: Pereira A. M. Pereira Lda., 1969.

6 - Fontes

Fontes Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRIO ULTRAMARINO – Academia das Ciências de Lisboa – Conselho Ultramarino. Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”.

Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.38, doc. 3618.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.80, doc. 6585.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.82, doc. 6755.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.103, doc. 8190.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.119, doc. 9136.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.119, doc. 9199.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.126, doc. 9714.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.127, doc. 9771.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.128, doc. 9027.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.129, doc. 9925.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.129, doc. 9937.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.130, doc. 10007.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.130, doc. 9969.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.131, doc. 11419.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.132, doc. 10094.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.134, doc. 10192.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.134, doc. 10193.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.135, doc. 10258.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.135, doc. 10263.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.136, doc. 10285.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.136, doc. 10354.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.138, doc. 10518.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.138, doc. 10526.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.140, doc. 10624.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.141, doc. 10649.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.142, doc. 10726.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.142, doc. 10780.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.143, doc. 10803.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.143, doc. 10843.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.144, doc. 10915.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.145, doc. 10981.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.145, doc. 10982.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.145, doc. 10995.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.145, doc. 10999.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.146, doc. 11119.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.146, doc. 11135.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.147, doc. 11256.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.147, doc. 11260.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.147, doc. 11261.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.147, doc. 11275.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.147, doc. 11283.
Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.147, doc. 11829.

Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.148, doc. 11330.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.148, doc. 11365.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.148, doc. 11393.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.154, doc. 11829.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.157, doc. 12010.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.158, doc. 12030
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.158, doc. 12056.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.158, doc. 12056.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.158, doc. 12059.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.158, doc. 12060.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.160, doc. 12155.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.160, doc. 12182
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.160, doc. 12183.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.160, doc. 12188
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.160, doc. 12193.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.161, doc. 12266.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.161, doc. 12287.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.161, doc. 12289.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.162, doc. 12336.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.162, doc. 12372.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.162, doc. 12373.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.162, doc. 12374.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.162, doc. 12381.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.162, doc. 12383.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.162, doc. 12384.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.163, doc. 12450.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.163, doc. 12492.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.163, doc. 12495.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.163, doc. 12498.
 Projeto Resgate, Pará, AHU, cx.164, doc. 12506.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém – ACMB – 1824-1850

Registro de Casamento de Francisco Bernardo da Silva com Ana Perpétua da Silva Miranda, realizado em 5/9/1847 na Freguesia de Santa Ana.

Registros de Casamento de Francisco Bernardo da Silva com Josefa Joaquina de Sousa, realizado em 7/8/1828 na Freguesia de Santa Ana.

Registro de Casamento de José Luís Francisco Colares, realizado em 3/12/1836 na Freguesia de Santa Ana. 1836.

Registros de Casamento de Joaquim Roberto da Silva e Emília Augusta Machado, realizado em 3/12/1836 na Freguesia de Santa Ana. 8/8/1847.

Auto de Justificação de Estado Livre de Antonio Fernandes. Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém, Cx. de Justificações avulsas, 1820.

Arquivo Público do Estado do Pará

APEP – Códice 751 – Correspondência de Diversos com o Governo da Província do Pará (1823), d. 159,

APEP. *Documentos microfilmados. Registros de Cartas e Datas de Sesmarias concedidas à José Ferreira Lisboa*. Tomo III. Livro: 17. pp. 78-79].

Arquivo Público do Estado do Pará, Códice, 616, documento 121.

Arquivo Público do Estado do Pará, Registros Códice 645, Série: Abaixo-assinados da navegação com o comandante da fortaleza da Barra (1808-1832).

Certidão de Demarcação das Terras pertencentes ao Engenho do Carnapijó, 1820. ITERPA, Registro da propriedade pertencente a Fortunato Alves de Souza, fls. 01 a 18, verso do Livro de Registro de Títulos e Propriedades nº 09.

Escrituração da Fazenda Cafezal, 1º página do Livro de Registro de Propriedade / Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização do Pará de 12 de Maio de 1893. ITERPA. Talonário 07.

ITERPA – Instituto de Terras do Pará: Título de Propriedade pertencente a Fortunato Alves de Souza, registrado às fls. 01, verso a 18 verso do Livro de Registro de Títulos de propriedade sob o nº 9.

Livro de Registro de Títulos de propriedade sob o nº 9. ITERPA – Instituto de Terras do Pará: Título de Propriedade pertencente a Fortunato Alves de Souza, registrado às fls.16.

Testamentos e Inventários – APEP

Autos de Inventário de Lúcio de Souza Machado, Juízo de Órfãos da Capital, Maço 10, ano 1878, APEP.

Juízo de Órfãos da Capital, Autos de Inventário de Antonio Maria Machado, 1869, APEP.

Testamento contido no respectivo Autos de Inventário de Lúcio de Sousa Machado, Maço 10, ano 1878, APEP.

Testamento de Antonio Maria Machado, 1869, APEP.

Centro de Memória da Amazônia

Autos Civis de Inventário de Constâncio Guelfi, ano 1838, Cartório Fabiliano Lobato, CMA.

Testamento de Antonio José Machado, ano 1850, CMA.

Testamento de Francisco Gaudêncio da Costa, ano 1850, cx. 06, CMA

Testamento de Manoel Emílio Pereira Guimarães, ano 1837, cx. 04, CMA.

Testamento de Manoel José Monteiro, ano 1837, cx. 04, CMA.

Testamentos de Ana Maria de Campos, CMA/UFPa. 11ª Vara Cível/. Cx. 05 (1845-1851).

Biblioteca do Grêmio Literário Português

BGLP, Habilitações Consulares

Livro 1, ano 1858 – 1860

Livro 2, ano 1863 – 1867

Livro 3, ano 1867 – 1869

Livro 4, ano 1869 – 1871

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Portugal

ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Mç. 1, nº 5, cx 299 - Autos Cíveis de Requerimento para se avaliar a Galera Portuguesa “Amazona”

ANTT, Feitos Findos, Inventários Post Mortem. Letra J, Mç. 410, nº 23. Autos da Conta do Testamento e Declaração com que faleceu José António Pereira Guimarães e de quinhões.

ANTT, Testamento de Rafael Antonio Rodrigues da Costa, ano de 1839, Livro nº 7, 2º Bairro de Lisboa, XV – R – 59 (63v).

ANTT, Feitos Findos, Juízo de Índia de Mina Mç. 25, nº14, cx 149. 1827 – Ação cível Sumária de fretes a Domingos Gomes Rosa, proprietário do Navio Santa Maria de Belém e Réu Anastácio Gonçalves Vaz e Irmão.

ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, liv.10, fl.234-234v.

ANTT. Feitos Findos – Juízo da Mina e Índia, Mç 50, nº 3, cx 174.

ANTT. Feitos Findos, Juízo da Mina e Índia. Mç. 43, nº 16, cx 167. Ação Cível de Soldadas a Manoel Rebelo, contramestre e prático que foi do bergantim “Vigilante Africano” e réu Fernando de Souza Machado.

ANTT, Feitos Findos, Juízo de Índia e Mina, Mç. 7, nº 17, cx. 305.

ANTT. Testamento de Miguel de Sousa Machado, ano de 1850, Livro 15 – Bairro de Lisboa – XV – S – 50 (113v).

ANTT. Registo Geral de Mercês, D. João VI, Liv. 19, fl 5.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 16187. Ratificação da Denúncia de Manoel Antonio da Costa contra Anastácio Gonçalves Vaz e José Nunes Baleia.

ANTT, Governo Civil de Lisboa, Livro de Registro de Passaportes do Distrito de Lisboa, n. 1, ano 1839-1843.

Microfilmes

Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondências dos Consulados no Pará, cx. 306.

ANTT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0033 e m0038

ANTT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0033.

ANTT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0038

ANTT, MNE, cx 306, m0304. Relação dos Portugueses Residentes na Cidade do Pará e seu Termo, 1839.

ANTT, MNE, Cx. 306, m0020.

ANTT, MNE, cx306, m0620 – Mapa do Movimento do Porto do Pará, ano de 1838

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0019.

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029- m0030.

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029- m0037.

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029- m0214.

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029- m0237- 0238.

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029- m0379.

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0020.

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0024

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0026

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0026

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0029

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0030

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0031

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0044

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0045

DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0047
 DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0050
 DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0078.
 DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0076
 DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0198.
 DGARQ/TT, Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 306, m0237.
 DGARQ/TT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13461.

Arquivo Histórico Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa.

AHD - MNE, cx. 524, ano 1846-1856. Correspondências do Consulado de Portugal no Pará ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844 Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério do Negócios Estrangeiros, ANTT, cx. 306, m0014- Relação dos Portugueses Residentes na Cidade do Pará e seu termo.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério do Negócios Estrangeiros, ANTT, cx. 306, m0078

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE/ANTT, cx306 – m0015.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE/ANTT, cx306 – m0026.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 5. Mç. 1844

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 135. Mç. 1849

Consulado de Portugal no Pará, Correspondências Consulares – Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa – Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE. Cx. 524, ano 1843 – 1856.

Consulado de Portugal no Pará, Correspondências Consulares – Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa – Ministério dos Negócios Estrangeiros, MNE. Cx. 524, ano 1849.

Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 2. Mç. 1844.

Correspondência Consular remetida pelo Consulado de Portugal no Pará ao Ministério do Negócios Estrangeiros – MNE. Cx. 524 – ano de 1843 a 1856. Doc. 3. Mç. 1844

Correspondência do Consulado de Portugal no Pará, ano 1849. Doc. 127. Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa - Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 524, ano 1843 - 1856.

Correspondência do Consulado de Portugal no Pará, ano 1849. Doc. 136. Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa - Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 524, ano 1843 - 1856.

Correspondência do Consulado de Portugal no Pará, ano 1849. Doc. 140. Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa - Ministério do Negócios Estrangeiros, MNE, Cx. 524, ano 1843 - 1856.

Arquivo Histórico da Marinha de Portugal

Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Corveta Elisa, série de Documentos e correspondências avulsas.

Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Diário de Bordo da corveta Elisa.

Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Navios: Corveta Elisa – (Ex-Cibele e Ex-Congresso), cx. 552-5, 1833-1842.

Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa. Nota biográfica da Corveta Elisa. In. <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2474>.

Arquivo Histórico da Marinha de Portugal – Navios Mercantes Estrangeiros – documentos avulsos – 1831-1833.

Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Corveta Elisa, cartas avulsas ano 1835.

Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Diário de Bordo da Corveta Elisa ano 1835.

Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, Documentos Avulsos referentes a Corveta Elisa, 6-V-2-1.

Arquivo Histórico da Marinha de Lisboa, Registro de Navios Mercantes que saíam pelo Porto de Lisboa. 6-V-6-1, N° 969 – Livro 1.

Bergantim: “Tino”.

Galera: “Constante”.

Navio: “Prazeres e Alegria”.

Bergantim: “Vigilante Africano”.

Brigue Português: “Delfim”.

Barca Portuguesa: “Felicidade”.

Brigue Patacho: “Nova Diana”.

Brigue Patacho: “Dois Irmãos”.

Patacho Brasileiro: “Nova Olinda”.

Barca Portuguesa: “Luzitânia”.

Iate Português: “Matilde”

Arquivos Distritais Portugueses

Arquivo Distrital do Porto – ADP.

Passaportes nacionais para fora do Reino – 1834 – 1850.

Livro de 1 a 20.

Arquivo Distrital do Lisboa – ADL. – ANTT.

Livro de Registro de Passaportes nacionais para fora do Reino – 1839 e 1850.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo – ADVCL.

Livro de Registro de Passaportes – 1838 – 1850.

Arquivo Distrital de Vila Real – ADVR.

Livro de Registro de Passaporte – 1841 – 1847

Arquivo Distrital de Coimbra – 1839 – 1843

Fontes Impressas

Relatórios de Presidente da Província e Atos do Governo

PARÁ – RPP. Bernardo de Souza Franco. Discurso recitado pelo vice-presidente da província do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 14/04/1841. Pará: Typografia de Santos e menor, 1841.

PARÁ, Governo Estado do. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho governador do Estado, em 01 de Fevereiro de 1901. Belém - Pará: Imprensa Oficial, 1901. Versão disponível no site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>, consultado em 06/2011.

PARÁ, Presidente da Província. Exmo. Dr. Bernardo de Souza Franco. Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de agosto de 1839. Typ. Santos & Menores, 1849.

PARÁ, Presidente da Província. Manoel Paranhos da Silva Vellozo. Abertura da Primeira Sessão da Quarta Legislatura da Assembleia Provincial, no dia 15 de agosto de 1844. Typ. Santos & Menores, 1844.

PARÁ, Relatório de Presidente da Província, Sá e Benevides, 1876.

PARÁ: Catálogo Nominal dos Posseiros de Sesmarias. Belém: Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Tomo 3º, 1968. p.36.

PARÁ: Lançamento da Cobrança das Décimas dos Prédios Urbanos de Belém para o exercício de 1869. Publicado no Jornal Diário de Belém - ano II - nº 34 a 102 - período 14 de fevereiro a 7 de maio de 1869, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Periódicos

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Jornal “O Farol Maranhense”, nº 140, 10/11/1829.

Jornal A Constituição, 05/07/1877, nº. 151, Ano IV, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jornal A Epocha – nº 21, 27/01/1859. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal A Epocha – nº 61, 17/03/1859. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal a Folha do Norte 13/11/1902

Jornal A Gazeta Oficial. 14/11/1859. Jornal Treze de Maio, 18/01/1847. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Diário de Notícias, 13 de agosto de 1883. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

Jornal do Pará, 28/06/1867, nº 146, ano V, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jornal Farol Maranhense, nº. 140, 10 de novembro de 1829.

Jornal Gazeta Oficial, ano III, nº 37, 15/02/1860. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal o Conciliador do Maranhão, nº 39, ano sábado 24 de novembro de 1821.

Jornal o Doutrinário nº 22 de 10 de maio de 1848.

Jornal O Farol Maranhense, 30/03/1830, nº. 180. Destaca a atuação de João Gualberto da Costa como provedor da Saúde na cidade de São Luís do Maranhão.

Jornal O Liberal do Pará, 10/07/1877, nº. 154, Ano IX, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jornal O Liberal do Pará, 1882.

Jornal O Paraense, 22 de agosto de 1822, n. XXII. In <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=819301&PagFis=234&Pesq=ardasse>.

Jornal O Planeta, 4 de maio de 1851, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal O Publicador Maranhense, 09/01/1843, nº. 48, Ano I, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jornal O Publicador Maranhense, 14/09/1842, nº. 19, Ano I, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jornal O Publicador Maranhense, 24 de setembro de 1850, ano IX, nº 1014, Hemeroteca BNB.

Jornal O Publicador Maranhense, 26/09/1843, nº. 19, Ano I, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jornal Treze de Maio – Abril de 1846.

Jornal Treze de Maio – Julho de 1848

Jornal Treze de Maio – Julho de 1848.

Jornal Treze de Maio – Julho de 1855

Jornal Treze de Maio – nº 361, 25/07/1854. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Treze de Maio – nº 469 e 470, 3/04/1855. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Treze de Maio – nº 739, 19/05/1856. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Treze de Maio – nº 813 e 814, 05/07/1848. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Treze de Maio, 1 de agosto de 1840, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal Treze de Maio, 13 de maio de 1848, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal Treze de Maio, 14 de abril de 1841, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal Treze de Maio, 15/08/1840. 1º Trimestre, nº 25. Biblioteca Fran Paxeco, BGLP.

Jornal Treze de Maio, 17 de janeiro de 1846, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Jornal Treze de Maio, 17 de março de 1846. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Treze de Maio, 18/01/1847. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Treze de Maio, 18/09/1854. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Treze de Maio, 22/10/1845. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal Treze de Maio, 25/01/1846. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Jornal Treze de Maio, 28 de junho de 1856, nº 772, acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Jornal Universal, 14 de junho de 1826, nº 143.

Jornal Universal, ano 1825-1845. In Hemeroteca da BNB.

Biblioteca “Fran Paxeco” do Grêmio Literário Português do Pará

Jornal Treze de Maio, 21 de agosto de 1861. Acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal Treze de Maio, 24 de abril de 1841, nº 96, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco” do Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal Treze de Maio, 24 de Maio de 1848.

Jornal Treze de Maio, 28/11/1845.

Jornal Treze de Maio, 29/10/1845, nº 551.

Jornal Treze de Maio, 3 de Dezembro de 1853. Acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal Treze de Maio, 30 de Março de 1854, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal Treze de Maio, 31/05/1845.

Jornal Treze de Maio, 8 de julho de 1841, acervo da Biblioteca “Fran Paxeco”, Grêmio Literário Português do Pará.

Jornal Treze de Maio, ano 1846, dia 11/10/1846

Jornal Treze de Maio, ano 1846, dia 17/12/1846.

Jornal Treze de Maio, coluna Movimentação do Porto do Pará, nº 18, 11/07/1840.

Jornal Treze de Maio, nº 3, 20 de maio de 1840. – Acervo da Biblioteca do Grêmio Literário Português do Pará.

Jornais Portugueses

Diário do Porto – 1828.

Gazeta de Lisboa – 1807

Gazeta Universal (Lisboa) – 1821.

O Museu Portuense – 1839.

Telegrafo Portuguez – 1812 – 1813.

O Século – 1902.

Diário de Notícias – 1902.

Legislação

Decreto de 11 de Dezembro de 1822, Coleção das Leis do Império de 1822. In.

[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-39060-11-dezembro-1822-568586-publicacaooriginal-91929-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39060-11-dezembro-1822-568586-publicacaooriginal-91929-pe.html)

Código Comercial Português de 1833. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.

Instruções pelas quaes se devem Regular os Cônsules de Portugal nos Portos Marítimos dos Estados e Repúblicas por onde Navegação e Comerceão os vassallos portugueses e Tarifas dos Emolumentos que eles devem vencer nos Portos onde Residem, enquanto não se mandar o contrário. Tudo aprovado por immediata Resolução de 9 de outubro de 1789, tomada em consulta da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios. Lisboa: 1813, com Sua Licença A. R.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – 1811 – 1820.* Lisboa: Typografia Maignense, 1825, p.750, (Ordenação, Palácio do Rio de Janeiro, 2 de Dezembro de 1820, Sua Majestade D. João VI).

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa.* Lisboa: Typografia Maignense, 1825, p-18 (Edital de 19 de Fevereiro de 1811).

SILVA. António Delgado da. *Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações.* Redigidas pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maignense, 1830.

Subscrição e Soccorros aos Emigrados do Brasil, por ordem de sua Magestade Imperial e Real o Sr. D. João VI de gloriosa memória e auxílio aos estabelecimentos Públicos de Caridade em execução dos Decretos de Sua Alteza Sereníssima Senhora Infanta Regente em Nome de El Rei. Lisboa: Imprensa Régia, 1827. In Harvad College Library, South American Collection, disponível em: <https://books.google.com.br/books>.

Crônicas, memórias, correspondências e viagens

AMORIM, Francisco Gomes de. *Cantos Matutinos*. Lisboa: Typographia Progresso, 1858.

AMORIM, Francisco Gomes *Os Selvagens*. Manaus: Editora Valer, 2004.

BAENA, Antonio Ladislau M. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 30, 2004.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, col. Amazônia, Série José Veríssimo, 1969.

BATES, Henry. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979. p.14.

BRITO, Eugênio Leitão de. *Os Portugueses no Grão Pará*. Belém-Pa: Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará, 2000.

BRITO, Eugênio Leitão, *História do Grêmio Literário e Recreativo Português*. Belém: Gráfica Santo Antonio, 1994.

CARVALHO, Jacintho José Dias de. *Microcósmo ou mundo pequeno que se oferece aos pequenos Benfeitores do Asylo de Mendicidade, erecto no extinto Convento de Santo António dos Capuchos nesta cidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844. p.6

Catalogo dos nomes dos Expositores da Segunda Exposição Nacional de 1866, Typographia Perseverança, Rio de Janeiro, 1866, disponível em google.books.com.br.

CLEARY, David. *Cabanagem, documentos ingleses*. Belém: SECULT/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

EXPOSIÇÃO, D. João VI e o seu tempo. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Palácio Nacional da Ajuda, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Maio – Julho de 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. Mini Aurélio Século XXI, minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

GUIMARÃES, Isidoro Francisco. *Memória Histórica sobre os últimos sucessos no Pará*. Lisboa: Editora C. J. da Silva e C^a, 1836.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980. p.184.

LAGOEIRO. *Joaquim Lagoeiro*. Lisboa: Editorial Minerva, 1967.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. (Trad. Antonio Porro). Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 2001.

PIMENTEL, Alberto. *A primeira Mulher de Camilo*. Lisboa: Guimarães & C^a Editores, 1916.

PIMENTEL, Alberto. *Amores de Camilo, dramas íntimos colhidos na biografia de um grande escritor*. Lisboa: Libanio & Cunha Editores, 1899.

SILVA, Ignácio Acioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará*. Bahia: Editora do Diário, 1833.

SILVA, Innocêncio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Portuguez, aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo Sexto, M DCCCLXII. p.180. in. <https://books.google.com.br/books>.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, K. F. von. *Viagem Pelo Brasil, 1817-1820*. 3. v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

Biblioteca Nacional de Portugal – Lisboa.

Documentos sobre a emigração Portuguesa / Ed. Lit. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873. 269p – Microfilme.

CAETANO, Marcelo. *Codificação Administrativa em Portugal (Um século de Experiências – 1836 – 1935)*. Lisboa: Tipografia da Imprensa Nacional de Publicidade, 1935.

AMANAK DE FAFE, Ilustrado. Fafe: Editor Arthur Pinto Bastos, 1909.

LOUREIRO, Ivo. Os Portugueses no Brasil (Palestra de Ivo Loureiro do R. C. de Belém – Pará no R. C. do Porto, 27 – 7 – 1964), *Boletim do Rotary Clube do Porto*, 1964,

LUCCI, Luis Felipe de Lancastre Schawalbach. *Emigração e Colonização*. Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1914.

ALMANAK da Antiga, Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto. Porto: Typografia Comercial Portuense, 1837.

Almanak da cidade do Porto para o ano de 1844. Porto: Typografia Comercial Portuense, 1844. Biblioteca Nacional de Portugal, BNP, Lisboa.

ALMANAK da Revista Universal para o ano de 1850. Lisboa: Typografia da Revista Universal, 1850.

ALMANAK da Revista Universal Lisbonense para o ano de 1851. Lisboa: Typografia da Revista Universal, 1851.

SILVA, Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa para o Brasil, 1850 – 1938*.

SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa (notas para um estudo)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

Bibliografia

- ABREU, Laurinda. *Pina Manique, um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In. *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, 1997.
- ALGRANTI, Leila Mezan. A Família e a vida doméstica. In. NOVAIS, Fernando e SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1, 1997.
- ALMEIDA, Carina Santos de. *Identidades Negociadas, a narrativa de Memória e História de jovens herdeiros da imigração em busca da (des) territorialização*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- ALMEIDA, Carla C de. e OLIVEIRA, Mônica R. de. (orgs.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de. A Construção Nacional – 1834-1890. Vol. 2. In PINTO, Antonio C. e MONTEIRO, Nuno G. (Orgs.) *História Contemporânea de Portugal 1808-2010*. Lisboa: Fundación Mapfre/Objectiva, 2013.
- ALVES, Jorge F. *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Câmara Municipal, 1994.
- _____. *Atalhos batidos, a emigração nortenha para o Brasil*. Atalaia/Intermundos: revista internacional de exegese contemporânea, n.º 6/7 (Verão 2000), p. 297-308.
- _____. Imigração de Galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (Coord.) – *Movilidad e migracions internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.
- _____. *Ler, Escrever e Contar na emigração oitocentista*. Separata da Revista de História e Ideias, Universidade de Coimbra, 1999.
- _____. *Percursos de um Brasileiro no Porto – o Conde de Ferreira*. Porto: Universidade do Porto, Repositório aberto.up.pt. ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2188.pdf.
- _____. *Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX*. Comunicação apresentada à conferência “Long distance migrations (1500-1900)”, organizada pela Comissão Internacional de Demografia Histórica, Madri, Agosto de 1990.
- AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto. *Francisca Catarina (146-1940), Vida e Raízes em São João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*. Braga: Universidade do Minho, Neps, 1999.
- ANDERSON, Michael. *Elementos para a história da família ocidental 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.
- ANDERSON, Robin L. *Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest, 1758-1911*. University Press of Florida, 1999.
- ARIÈS, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1989.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Cultura, 1ª edição, 1983.

ARRUDA, José Jobson, SOUSA, Fernando, MATOS, Izilda (Orgs.) *De Colonos à Imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição, comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação da sociedade industrial*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BARROS, José D'Assunção. *História Serial e Quantitativa no Movimento dos Annales*. Hist. R., Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012.

BARROSO, Daniel de Souza. *Coletando o Cacau “bravo”, plantando o cacau “manso” e outros gêneros: um estudo sobre a estrutura da posse de cativos no Baixo-Tocantins (Grão-Pará, 1810-1850)*. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

BARTH, Frederik. *Process and social form in life*. Vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Editora da Ufpa/Gueldi Editoração, 2004.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará, sécs. XVII-XIX*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *O poder Simbólico*. Col. Memória e Sociedade. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BULST, Neithard. *Sobre o objeto e o Método da Prosopografia*. Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista: v. 5, n.1, p. 47-67, 2005.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã, um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CANCELA, Cristina D. e BARROSO, Daniel S. *Imigração Portuguesa e Casamento: um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém – 1808-1920)*. In SARGES, Maria de Nazaré... [et al.]. *Entre Mares: o Brasil dos portugueses*, Belém, Ed. Paka-Tatu, 2009.

_____. *Casamento e Família em uma capital amazônica – Belém 1870-1920*. Belém: Editora Açai, 2011.

CANCELA, Cristina Donza e BARROSO, Daniel S. *Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia: perfil demográfico, normas e redes sociais (Belém, 1891-1920)*. História Unisinos, 15(1): 60-70, Janeiro/Abril 2011.

CANCELA, Cristina Donza e COSME, João dos Santos R. *Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920)*. Revista de Estudos Ibéricos, 2016. (Aguardando publicação)

_____. *Riquezas, alianças e contratos de dotação, 1870-1920*. Revista de Estudos Amazônicos, vol. V, nº 2, (2010), p.29-45.

CAPELA, José Viriato e FERREIRA, Maria da Conceição F. Saídas Clandestinas do Norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX. In ALVES, Jorge Fernandes. *Os “Brasileiros” de Emigração*. Vila Nova de Famalicão/Portugal: Coleção Cadernos do Museu Bernardino Machado, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Tomada de Caiena vista do lado Francês*. Revista Navigator, v. 6, n. 11, 2010. p. 13-23.

CARVALHO, Augusto de. *O Brazil, colonização e emigração*. Esboço histórico. Porto: Imprensa Portuguesa, 1876.

CARVALHO, Jacintho José Dias de. *Microcósmo ou mundo pequeno que se oferece aos pequenos Benfeitores do Asylo de Mendicidade, erecto no extinto Convento de Santo António dos Capuchos nesta cidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. (Coord.). *A Construção da Nação 1830-1889*. In. SCHWARCZ, Lilia M. (Dir.) *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Madrid: Fundación Mapfre, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Cultura material, espaço doméstico e musealização*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.443-469, jul/dez 2011.

_____. *Gênero e Artefato, o sistema doméstico na perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.

CEPEDA, Francisco José Terroso. *Emigração Portuguesa: um fenômeno estrutural*. Bragança/Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 1995.

CESAR, Guilhermino. *O “Brasileiro” na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem tipo*. Lisboa: Parreria A. M. Pereira, Lda, 1969.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. 1ª Ed. Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFGA, 2010. v. 1. 207 p.

CHARLE, Christophe. *A Prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In. HEINZ, Flávio M. (org.) *Por outra história das Elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984;

COELHO, Geraldo M. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*, Belém: Edições Cejup, 1993.

_____. *Letras & Baionetas, novos documentos para a história da imprensa no Pará*. Belém: Cultural CEJUP, 1989.

_____. *História e Ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1981.

CORDEIRO, Carlos e MADEIRA, Arthur Boavida. *A Emigração Açoriana para o Brasil (1541-1820) – uma leitura em torno de interesses e vontades*. ARQUIPÉLAGO, HISTÓRIA, 2ª série, VII (2003).

_____. A emigração portuguesa para o Brasil nos debates parlamentares de meados do século XIX. In SOUSA, Fernando et al. (Orgs.) *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto/Portugal, Fronteira do Caos & CEPESE, 2011.

CORTE, Andrea Telo da. Contribuição para o estudo da imigração subsidiada para o Brasil. p. 359-370. In SOUSA, Fernando. [et al.]. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Cepese/Ed. Afrontamento, 2007.

COSME, João dos Santos Ramalho. *O Alentejo a oriente d’Odiva (1600-1640), Política, sociedade, economia e cultura*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

_____. *A Emigração Portuguesa para o Brasil na 2ª metade do século XVIII*, Sumário da Lição. Universidade de Lisboa, 2007.

_____. *Quadros da Emigração Portuguesa no Pará (Brasil): 1886-1900*. Naveg@merica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2015, n. 15. p. 3.

COSTA E SILVA, Alberto. (coord.). Crise Colonial e Independência, 1808-1830. In SCHWARCZ, Lilia M. (Dir.) *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Madrid: Fundación Mapfre, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

COSTA CARVALHO, José Rodrigo Carneiro da. *O Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes Amorim*. Porto: Universidade do Porto, 1998.

CRUZ, Ernesto. *Belém, aspectos Geo-sociais do Município*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, vol.1, 1945.

_____. *História da Associação Comercial do Pará*. Centenário de sua Fundação 1864-1964, Belém, 1964.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIPAULO, Pasquale. *Cabanagem, a revolução popular na Amazônia*. Belém: Edições CEJUP, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2ª. Edição, 2009.

DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na sociedade Burguesa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino. In Revista OCEANOS, *A Construção do Brasil Urbano*, nº 41, jan./mar. 2000. p. 152-160.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis, 1763 – 1808*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial (Coleção Brasil 500 Anos), 2000.

EMMI, Marília F. *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*, XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú-MG, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *Memórias Cartaginesas: modernismo, Antiguidade Clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, (1823-1923)*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009.

FIGUEIREDO, Luciano. A Revolta é uma Festa: relações entre protestos e festas na América Portuguesa. In. JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial-SP, vol. 1, (Col. Estante USP – Brasil 500 anos), 2001.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª. edição, 2001.

FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. *Mercadores e Negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XIX)*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 99-127, 2002. Editora UFPR.

FREITAS, Denize Terezinha de L. *O casamento na Freguesia de Madre Deus de Porto Alegre: a população Livre e suas relações matrimoniais*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. O Inquisidor como Antropólogo: uma analogia e suas implicações. In. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, col. Memória e Sociedade, 1989.

_____. O Nome e o Como, troca desigual e Mercado historiográfico. In. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GODINHO, Vitorino M. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975.

_____. “L’émigration portugaise (XVe-XXe siècles) – une constante structurale et les réponses aux changements du monde”, *Revista de História Econômica e Social*, nº 1, 1978, pp. 5-32.

GOMES, Flávio Santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de negros fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. Unesp/Ed. Polis, 2005.

GORENSTEIN, Riva. Comércio e Política: enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In MARTINHO, Lenira M. & GORENSTEIN, Riva. *Negociante e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993.

GUEDES, Aureliano da Silva. *As fontes de informações significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)*. Porto: Universidade do Porto/ Aveiro: Universidade de Aveiro, (tese de doutorado), 2011.

HERCULANO, Alexandre. *A emigração para o Brasil*. Diário do Governo de 13 de Janeiro de 1838. In. SERRÃO, Joel e outros. *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Antologia. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

- _____. Opúsculos II. Lisboa: Presença, 1983. Apud. ALVES, Jorge Fernandes. Terra de Esperanças, o Brasil na emigração portuguesa. Brasil e Portugal – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.113-128.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Aurélio, minidicionário da Língua portuguesa*, século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª edição, 1995.
- IMÍZCOZ, José Maria. *Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global*. Revista da Faculdade de letras. Porto, III série. Vol. 5. 2004, pp. 115-140;
- LARANJO, José Frederico. *Theoria Geral da Emigração e sua aplicação em Portugal*. Coimbra: Imprensa Literária, 1878.
- LEITE, Joaquim Costa. *O Transporte de Emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, (1851-1914)*. Análise Social, vol. XXVI, (112-113), 1991 (3.º-4.º), 741-752.
- LEVI, Geovanni. *A Herança Imaterial, trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA JÚNIOR, Augusto. *Crônica Militar*. Belo Horizonte: Gráfica Santa Maria S/A, 1960.
- LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História italiana. Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil, 1808-1821*. Edição ACD Editores, 200 anos Portugal – Brasil, 2008.
- LOBO, Eulália M. Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hicitec, Instituto Camões, 2001.
- LUCCI, Luís Felipe de Lancaster S. *Emigração e Colonização: tese para o concurso de lente substituto da 2ª cadeira da Escola Colonial*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1914.
- LUSTOSA, Isabel e PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Pátria e Comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro Joanino*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2008.
- MACHADO, André Roberto de A. *O fiel da Balança: o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará*. Revista de História, São Paulo, n. 164, p. 195-241, jan./jun. 2011
- MADEIRA, Arthur Boavida. *População e emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimonia Histórica, dissertações, 1999.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 2000.
- MARIN, Rosa E. Acevedo. “*Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX*”. Revista Estudos Econômicos, nº 15, 1985.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e Vizinha: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In. SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARTINHO, Lenira M. & GORENSTEIN, Riva. *Negociante e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993.

MARTINS, Oliveira. *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães & C^a Editores, 3^a Edição, 1994.

MATOS, Maria Izilda dos S. *Na espera da mala postal: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses – (São Paulo – Portugal 1890-1950)*. RCL, Convergência Lusíada, n. 29, jan-jun, 2013.

_____. *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*. Bauru/SP: Edusc, 2002.

_____. *Trama & Poder: Trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MATOSO, José. (dir.) *História de Portugal*. Terceiro Volume: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). [Coord.], MAGALHÃES, Joaquim Romero. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfozes da Riquezas, São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MENDES, Isabel M. R. e BRAGA, Drumond. *Bens de Hereges: inquisição e cultura material, Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MENDES, José Sacchetta R. *Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

MONTEIRO, Isilda. Os passaportes – Do enquadramento legal à prática (1855-1926). In SOUSA, Fernando [et al.] (Orgs.). *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011. p. 119.

MONTEIRO, José Cauby Soares. *Rebeldes, Deschapelados e Pés-descaçados: Os Cabanos no Grão-Pará*. Belém: Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 1994.

MONTEIRO, Miguel. *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930), perspectiva histórica e patrimonial*. Fafe, 1991.

_____. *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” de Fafe (1834-1926), territórios, itinerários e trajetórias*. Fafe/Braga: NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, (coleção de Monografias), 2000.

MONTEIRO, Nuno G. O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834. Vol. 1. In PINTO, António C. e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*. Lisboa, Fundación Mapfre, Objectiva, 2013.

_____. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In MATOSO, José (Dir.). *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 2, Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

MOTA, Antonia da S. *As Famílias Principais, redes de poder no Maranhão colonial*. Maranhão: Edufma, 2012.

MUNIZ, Palma. *Adesão do Pará à Independência e outros Estudos* (Reedição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Ano VI, Vol. IV, 1922) Conselho Estadual de Cultura, 1973.

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: Elementos para um diálogo*. Campinas/SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

- NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras*, vol. I, 1824: Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos – CCE/MCT, 2001. p. 80.
- NUNES, Rosana Barbosa. *Imigração portuguesa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. História Ensino, Londrina, v.6, p. 163-177, outubro de 2000.
- OLIVAL, Fernanda. *Mercado de Hábitos e Serviços em Portugal*. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, 743-769
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de. *Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX*. *Análise Social*, vol. XLII (184), 2007, 837-852.
- OLIVEIRA, Mônica R. e ALMEIDA, Clara Maria C. (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PEDREIRA, Jorge M. e MONTEIRO, Nuno G. O Colapso do Império e a Revolução Liberal. In PINTO, Antonio Costa e MONTEIRO, Nuno G. (orgs). *História Contemporânea de Portugal – 1808-2010*. Lisboa: Fundación Mapfre/Editora Objectiva, 2013.
- _____. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*. Lisboa: *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º).
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1968.
- PEREIRA, Mirian Halpern. *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Bauru/SP: São Paulo, Portugal: Instituto Camões, 2002.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil, Colônia e Império*. São Paulo: Editora Brasiliense/Companhia das Letras, 2012.
- RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 2 e 3, 1970.
- RAMOS, Eliana Ferreira. *Cidade de Malvadezas ou de Matar Bicudos? Belém entre a Cabanagem e a Belle Époque*. Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.
- _____. *Em tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial, a primeira metade do século XIX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.
- REGO, Gustavo Moraes. *A Cabanagem, um episódio histórico de guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839)*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas (série Torquato Tapajós), 1965.
- REIS, Arthur C. F. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. (Serviço de documentação). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, (Os cadernos de cultura), 1953.
- _____. *Síntese de História do Pará*. Belém-Pará/Manaus/Guanabara: Amazônia Edições Culturais Ltda. (AMADA), 1972.
- _____. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In. Sérgio Buarque de Holanda (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Vol. 2, Dispersão e Unidade, p. 91.

_____. *Portuguêses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Ministério da Educação e Saúde: Departamento de Impr. Nacional, 1953.

REIS, João José. *A morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da FVG, 1998.

Revista OCEANOS. *Misericórdias cinco Séculos*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses. Nº 35, julho/setembro 1988.

Revista OCEANOS. *Portugueses no Brasil independente*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Nº 44. Out/dez., 2000.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A guerra aos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX. In. Revista Oceanos, *Portugueses no Brasil Independente*, CNCDP, nº 44 – Out/Dez, 2000.

_____. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, (Coleção Tudo é história), 1990.

RIVEIRO, Gladys Sabina e FERREIRA, Tânia M. T. Bessone (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RICCI, Magda. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. 2 (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Fronteiras da Nação e da Revolução: Identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)*. Boletín Americanista, Año LVIII, nº 58, Barcelona, 2008, pp. 77-95;

_____. *História Amotinada: Memórias da Cabanagem*. In Cadernos do Centro de Filosofias e Ciências Humanas. Belém, v.12, n. 1-2, p.13-28, jan./dez. 1993.

_____. Nação e revolução: a cabanagem e a experiência da “brasilidade” na Amazônia (1820-1840). In CHAMBOULEYRON, Rafael e ALONSO, José Luís Ruiz-Peinado (Orgs.) *T(r)ópicos de História, gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Editora Açai/Centro de Memória da Amazônia, 2010.

_____. O fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1810-1840). In DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio dos Santos. *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2003.

_____. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão da cabana. In. NEVES, Fernando Arthur F. e LIMA, Maria Roseana (org.) *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil*. *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986-1º, 139-156.

ROCHE, Daniel. *Humeurs vagabondes, De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: Fayard, 2003.

_____. *O Povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Henrique F. *Emigração e Alfabetização: o Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

_____. *Emigração e Emigrantes: Vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2006.

_____. Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século XIX com emissão de passaporte. In MARTINS, Ismênia de L. e SOUSA, Fernando (Orgs.). *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: Muiiraquitã, FAPERJ/CEPESE, 2006.

_____. *Emigração de grupos familiares com passaporte obtido em Viana do Castelo no século XIX*. Viana do Castelo/Portugal: ESSE de Viana do Castelo/CEPESE, disponível no site: www.apdemografia.pt/ficheiros_comunicacoes/-2082508056.

RODRIGUES, Teresa. *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista, Migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

ROWLAND, Robert. A Sombra da Corte: representações do povo no Brasil oitocentista. In SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmam (Orgs.) *A Corte no Brasil: população e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do Século XIX*. São Leopoldo/RS: Oikos Editora/Editora UNISINOS, 2008.

_____. Portugueses no Brasil Independente: processos e representações. In Revista OCEANOS. *Portugueses no Brasil Independente*. Número 44 – outubro/dezembro, 2000.

RUDÉ, George. *A Multidão na História; Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

SÁ, Isabel dos Guimarães. As Crianças e as idades da Vida. In MATOSO, José (dir.) *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. II, Idade Moderna. Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2011.

_____. Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas. In Revista Oceanos, *Misericórdias, cinco séculos*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses, nº 35, jun./set. 1998.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão Pará*. Belém: Cejup, 2009.

_____. *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura/ MEC, 1988.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, (dissertação de mestrado), 2001.

SANTOS, Maria Helena Carvalho. *Emigração: uma constante na vida portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado de Desporto, Cadernos F.A.O.J, Série A, 11.

SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. *Inquisição e família: possibilidades a partir das Habilitações de Familiar do Santo Ofício*. In Revista Estudos Amazônicos, vol. IX, nº 1 (2013).

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2000.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical, Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 -1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis – Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 216.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico*. Revista Estudos Amazônicos. Vol. IX, nº 1 (2013), pp. 01-31.

_____. *A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica*. História Unisinos, 11(1): 117-122, janeiro/abril 2007.

_____. *Amores Ilícitos e Bastardia: A família luso-brasileira em questão*. Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO, UNICAMP, 1998.

_____. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: UNIMINHO/NEPS, 1999.

_____. *Imigração e redes de sociabilidades: a migração portuguesa para Nova Lousã (Brasil) entre as décadas de 1860 e 1880*. In *Noroeste Revista de História*, 2, 79-86.

_____. *Os Portugueses*. São Paulo: Contexto, 2010.

SERRÃO, Joel e outros. *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa – Antologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

_____. *A Emigração Portuguesa – sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizontes, 4ª Ed., 1982.

_____. *Temas Oitocentistas – I. Para a História de Portugal no Século Passado. Ensaios*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

SILVA, Brasilina A. Pereira da. *Cartas de Chamada: a emigração para o Brasil, no concelho de Sernancelhe (1900-1920)*. In SOUSA, Fernando (org.) *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento / CEPESE, 2007.

_____. *Cartas de Chamadas, a dimensão familiar da emigração – Sernancelhe no início do século XX*. Porto: CEPESE, 2014.

SILVA, Dulce Daiana dos Santos. *O Casarão do Cafezal: Memórias (Barcarena-Pará)*. Belém: (monografia de conclusão de curso), UFPA, 2010.

SILVA, Ignácio Acioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará*. Bahia: Editora do Diário, 1833.

SILVA, Maria Aparecida de M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In. DEMARTINI, Zeila de Brito F. e TRUZZI, Oswaldo. *Estudos Migratórios, perspectivas metodológicas*. São Carlos: Edufscar, 2005.

SILVA, Maria Beatriz N. *A História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Filantropia e Imigração, a caixa de socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: Fundação da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V. 1990.

_____. *Uma lacuna na historiografia luso-brasileira: a imigração portuguesa para o Brasil*. In: Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira para a Pesquisa Histórica, São Paulo, julho de 1984, São Paulo, SBPH, p. 11-13.

_____. *A mulher no contexto da emigração portuguesa para o Brasil*. *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986 – 3.º-4.º, 653-659.

SILVA, Susana Serpa. *A Emigração Açoriana para o Brasil, por meados do século XIX, e a questão da “Escravidão Branca”*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 56, p. 37-61, jan./jun. 2012. Editora UFPR.

SOUSA, Fernando (Org.). *Vinho do Porto em Gaia & Companhia*. Porto: CEPESSE, Edições Afrontamento, 2005.

SOUSA, Fernando et al., *Um passaporte para a terra prometida*, Porto/Portugal, Fronteira do Caos & CEPESSE, 2011.

_____. *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: Fronteira do Caos Editores/CEPESE, 2009. P. 25-26.

_____. *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Porto: dissertação de doutorado, 1979.

_____. CIRNE, Teresa Felipe e CARDOSO, Nuno. *A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil*. In SOUSA, Fernando. *Vinho do Porto em Gaia & Companhia*. Porto: Cepese/Edições Afrontamento, 2005.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *A Adesão do Pará à Independência*. In: SOUZA JÚNIOR [et. al.]. *Pontos de História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. *Tramas do Cotidiano, Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: EDUFPA, 2012.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TAVARES, Anndrea Caroliny da C. *A morte como Testemunho: a imigração portuguesa nos inventários post mortem (Belém – 1850-1920)*. São Paulo: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, São Pedro/SP, 24 a 28 de novembro de 2014.

TELLES, Moreira. *A Emigração portuguesa par o Brazil*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913.

TRUZZI, Oswaldo e SCOTT, Ana Silva. *Tipologias migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso*. UNISINOS, ANPOCS, 30º Encontro anual, 2012.

_____. *Redes em processos migratórios*. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, V. 20, n 1. 2008

_____. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP/SP: 2009.

_____. *Pautas matrimoniais na economia cafeeira paulista: São Carlos, 1860-1930*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010. Caxambu/MG.

_____. *Assimilação Ressinificada: novas interpretações de um velho conceito*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 2, 2012.

VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos P. *Dicionário do Brasil Joanino – 1808-1821*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2008.

VAQUINHAS, Irene Maria. “Fora Galego”: um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. In ALVES, Jorge Fernandes (Cord.) *Os “Brasileiros” da Emigração*. Nova Famalicão: Câmara Municipal de Nova Famalicão, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A imigração portuguesa, 1822-1930. In *Revista Oceanos, Portugueses no Brasil Independente*, nº 44, Out-Dez 2000.

VIANNA, Arthur. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*. Belém-Pará: Livraria Gillet de Torres e Cia, 1914.

VIAZZO, Paolo e LYNCH, Katherine A. *Antropologia, História da Família e Conceito de Estratégia*. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. VIII, nº 2 (2012), pp. 23-82

VIEIRA Jr., Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel S. Um Estudo sobre a Migração portuguesa para a Amazônia Joanina (Pará, 1808-1821). In SARGES, Maria de Nazaré... [et al.]. *Entre Mares: o Brasil dos portugueses*, Belém, Ed. Paka-Tatu, 2009. pp 64 -74.

VIEIRA Jr., Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel Souza. Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, 27(1), jan.-jun./2010, pp. 193-210.

VIEIRA Jr., Antonio Otaviano e MARTINS, Roberta Sauaia. Epidemia de Sarampo e Trabalho Escravo no Grão-Pará (1748-1778). *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 293-311, maio/ago. 2015.

VIEIRA Jr., Antonio Otaviano e SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Inquisição e Imigração: a trajetória de familiares do Santo Ofício no Grão-Pará e Maranhão e na capitania do Ceará (século XVIII)*. In ARRUDA, José Jobson de. *De Colonos a Imigrantes – I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

VEIRA Jr., Antonio Otaviano. *Entre Paredes de Bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/Hucitec, 2004.

_____. *Demografia Histórica, Família e Inquisição: possibilidades metodológicas a partir da Habilitação de Familiar*. *História Unisinos*, 15(1):71-79, Janeiro/Abril 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808 – O Império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, (Virando Séculos), 2000.

WEBER, Eugen. *França Fin-de-Siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993.

Dissertações / Teses

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza, e cultura material no século XIX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (tese de doutorado), 2010.

ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. *O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia*. Dissertação (Mestrado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

AUGUSTO, Isabel Teresa C. *Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830)*. Campinas/SP: Unicamp, (Dissertação de Mestrado), 2007.

- BARROSO, Daniel de S. *Casamento e Compadrio em Belém nos meados do Oitocentos*. Belém-PA: Universidade Federal do Pará (dissertação de Mestrado), 2012.
- BATISTA, Luciana M. *Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870*. (Dissertação de Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- CARVALHO, Marcos Antônio de. *Bebendo Açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre os finais do século XIX e início do século XX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, (Tese de doutorado), 2011.
- FONTES, Edilza Joana. *Preferem-se portugueses(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Campinas/SP: Universidade de Campinas, (Tese de Doutorado), 2002.
- GUIMARÃES, Luiz Antonio V. *A Casa & as Coisas: um estudo sobre vida material nas moradias de Belém – 1800-1850*. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, (dissertação de mestrado), 2006.
- LIMA, Leandro Mehalem. *Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de Cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo, Universidade de São Paulo, (dissertação de mestrado), 2008.
- LINS, Wagner Borges de Almeida. *Estrela Minguante: memória e ressignificação do judaísmo no interior do Estado do Pará*. São Paulo: Universidade de São Paulo, (dissertação de mestrado), 2004.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Belém: Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, (dissertação de mestrado), 2002.
- MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da Mola Real das Sociedades: A crise do Antigo Regime Português na Província do Pará (1821-1825)*. São Paulo: USP, (tese de doutorado), 2006.
- NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *“A Soldadesca Desenfreada”: politização militar no Grão-Pará na era de Independência (1790-1850)*. Salvador: UFBa/FFCH, 2009.
- NUNES, Rosana Barbosa. *Portuguese Migration to Rio de Janeiro 1822-1850*. Canadá: University of Toronto, (Tese de Doutorado), 1998.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado), 1997.
- SALES, Mábila Aline Freitas. *Viagem das Coisas e das Ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista*. Belém: UFPA (dissertação de mestrado), 2012.
- SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. *Família, Trajetória e Poder no Grão-Pará Setecentista: Os Oliveira Pantoja*. Belém: Universidade Federal do Pará (dissertação de mestrado), 2015.
- SOUZA JUNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a situação política de Felipe Patroni (1820-1823)*. Campinas-SP: UNICAMP/IFCH, 1998.
- TORRES, Simeia Maria de Souza. *O Cárcere dos Indesejáveis: degredados na Amazônia portuguesa (1750-1800)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

Fontes e mídias eletrônicas

AZEVEDO E SILVA, José Manoel. Mazagão: *De Marrocos à Amazônia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/jmas>.

AZEVEDO E SILVA, José Manuel. *O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “Jurar” e “Aclamar”: o império no Maranhão (1823-1826). Almanack. Guarulhos, n. 01, p.105-118, 1º semestre 2011, disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/718>.

KERTZER, David I. Qualitative and Quantitative Approaches to Historical Demography. *Population and Development Review*, Vol. 23, No. 4 (Dec., 1997), pp. 839-846, disponível no site <http://www.jstor.org/stable/2137385>.

KOK, Joan. Principles and prospects of the life course paradigm. Belin. *Annales de démographie historique*, 2007/1 - n° 113, pages 203 à 230. Artigo disponível no site: <http://www.cairn.info/revue-Annales-de-demographie-historique-2007-1-page-203.htm>.

MARTINS, Yure Lee Almeida. *Nova Mazagão através do Recenseamento Geral do Pará de 1778. Povoamento e hierarquização da riqueza*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais>.

MONTEIRO, Miguel. *Por Mar*. In: <http://www.museu-emigrantes.org/a-memoria/memorias-de-viagem/por-mar.html>.

RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. *Revista Tempo*, vol. 11, núm. 22, janeiro, 2007, pp. 5-30 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013397002>.

SILVA, Maria Caldeira e TAVIM, José Roberto S. *Marrocos no Brasil: Mazagão (velho) do Amapá em festa – a festa de São Tiago*. Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Disponível em: http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_alberto_tavim.

<http://www.museu-emigrantes.org/>

<http://www.adporto.pt/>

<http://www.cepese.pt/portal/pt/front-page>

<http://advct.dglab.gov.pt/>

<http://www.advrl.org.pt/>

<http://www.adb.uminho.pt/>